

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO – UNICAP
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA
LINGUAGEM

Luciano Taveira de Azevedo

**MEMÓRIA E HISTÓRIA: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DOS CARTAZES
PRODUZIDOS PELO MINISTÉRIO DA PROPAGANDA DO TERCEIRO
REICH ENTRE OS ANOS 1933 E 1943**

Recife
2023

Luciano Taveira de Azevedo

**MEMÓRIA E HISTÓRIA: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DOS CARTAZES
PRODUZIDOS PELO MINISTÉRIO DA PROPAGANDA DO TERCEIRO REICH
ENTRE OS ANOS 1933 E 1943**

Tese de doutorado apresentada para obtenção do título de doutor em Ciências da Linguagem do Programa de Pós-Graduação da Universidade Católica de Pernambuco.

Linha de pesquisa: Processos de organização linguística e identidade social

Orientadora: Prof^a Dr^a Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo

Coorientador: Prof^o Dr^o Karl Schurster Veríssimo de Sousa Leão

A994m

Azevedo, Luciano Taveira de

Memória e história: uma análise discursiva dos cartazes produzidos pelo Ministério da Propaganda do Terceiro Reich entre os anos 1933 e 1943 / Luciano Taveira de Azevedo, 2023.
357 f.: il.

Orientadora: Nadia Pereira da Silva G. de Azevedo

Coorientador: Karl Schurster Veríssimo de Sousa Leão

Tese (Doutorado) - Universidade Católica de Pernambuco.
Programa de Pós-graduação em Ciências da Linguagem.
Doutorado em Ciências da Linguagem, 2023.

1. Análise do discurso. 2. Propaganda política.
3. Nazismo. 4. Censura. I. Título.

CDU 801

Luciana Vidal CRB4/1338

Memória e história: uma análise discursiva dos cartazes produzidos pelo
Ministério da Propaganda do Terceiro Reich entre os anos 1933 e 1943. © 2023
by Luciano Taveira de Azevedo is licensed under CC BY-NC-ND 4.0

**MEMÓRIA E HISTÓRIA: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DOS CARTAZES
PRODUZIDOS PELO MINISTÉRIO DA PROPAGANDA DO TERCEIRO REICH
ENTRE OS ANOS 1933 E 1943**

BANCA EXAMINADORA

Glória Carvalho

Profa. Dra. Glória Maria Monteiro de Carvalho

J. Daróz

Profa. Dra. Elaine Pereira Daróz

Elaine Pereira Daróz

Profa. Dra. Fabiele Stockmans de Nardi Sottili

Fabiele Sottili

Profa. Dra. Maria Virgínia Leal

Nadia Azevedo

Profa. Dra. Nadia Pereira da Silva Gonçalves de Azevedo
Presidente da Banca Examinadora

Mas a língua não se contenta em poetizar e pensar por mim. Também conduz o meu sentimento, dirige a minha mente, de forma tão mais natural quanto mais eu me entregar a ela inconscientemente. O que acontece se a língua culta tiver sido constituída ou for portadora de elementos venenosos? Palavras podem ser como minúsculas doses de arsênico: são engolidas de maneira despercebida e parecem ser inofensivas; passado um tempo, o efeito do veneno se faz notar.

Victor Kemplere

DEDICATÓRIA

A minha mãe, Maria da Glória
Taveira de Azevedo, como
forma de agradecimento.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, Maria da Glória Azevedo, pelo incentivo dado e pelos incansáveis momentos de oração para que obtivesse êxito e felicidade.

A minha orientadora, prof^a Nadia Azevedo, por sua disponibilidade e impecável trabalho de orientação em todas as etapas da pesquisa e da escrita da tese.

Ao professor Karl Schurster, coorientador da pesquisa, que contribuiu com materiais do campo da História e intervenções relevantes durante o desenvolvimento da pesquisa.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES por financiar a pesquisa.

A todas e todos que fazem o Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem – PPGCL por serem tão solícitos no recebimento das nossas demandas, bem como para resolvê-las.

Às professoras e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem – PPGCL, com quem tive a alegria de compartilhar conhecimento e por possibilitarem a atividade do pensar em momentos de interlocução.

Aos professores de outras instituições que tanto me ensinaram sobre filosofia, psicanálise e Análise do Discurso.

Ao Bom Deus por, de forma misteriosa, se fazer presente na atividade laboriosa e plenificadora que é a atividade do pensar.

RESUMO

Neste trabalho de tese, analisamos o funcionamento discursivo dos cartazes nazistas, publicados entre os anos 1933 e 1943, a partir da mobilização de dispositivos teóricos, como condições de produção, pré-construído, interdiscurso, memória discursiva, efeito de sustentação, silenciamento e formações imaginárias e discursivas, conforme pensados por Michel Pêcheux, Eni Orlandi e Freda Indursky no interior da Análise do Discurso francesa. O objetivo geral da nossa investigação diz respeito à análise do funcionamento discursivo dos cartazes da propaganda política do regime nazista. Além do objetivo geral, estabelecemos como objetivos específicos: I) analisar os efeitos de sentido produzidos pelos discursos sobre Hitler, a juventude, a cultura e os judeus; II) investigar as formações imaginárias construídas pelo sujeito do discurso sobre si e o outro (Hitler, a juventude, a cultura e os judeus); III) compreender a relação entre silenciamento e a discursividade; IV) reconhecer os discursos que constituem o discurso produzido nos cartazes da propaganda nazista. A metodologia utilizada é de cunho qualitativo-interpretativista. Essa metodologia consiste num movimento de estreita relação entre o *corpus* e a teoria, de maneira que, à medida que se constrói o *corpus*, é possível operar sua análise e interpretação. A construção do *corpus* se deu pelo recorte de vinte cartazes produzidos pelo Ministério do *Reich* para Esclarecimento Popular e Propaganda, encabeçado por Joseph Goebbels, que tematizavam sobre Hitler, a Juventude Hitlerista, a cultura e os judeus. Nesse recorte, já temos um gesto de interpretação que foi seguido por outro recorte que é aquele das sequências discursivas que, por sua vez, ensejaram o acesso ao processo discursivo implicado nos cartazes. Como resultado, temos a compreensão daquilo que é próprio do discurso nazista, bem como o desvelamento da ideologia, materializada no discurso, que possibilitou a orquestração da Segunda Grande Guerra, da política de eugenismo voltada para a pureza racial e a Solução Final, evento que ficou mais conhecido como Holocausto ou *Shoah*. A relevância do presente estudo consiste na possibilidade que o mesmo oferece de, ao compreendermos o funcionamento do discurso político-ideológico do nazismo, possamos compreender também, à luz desse esclarecimento, os discursos de ódio endereçados à alteridade, ações voltadas para o expurgo do outro e as práticas de perseguição e violência contra judeus e outras etnias refugiadas em solos estrangeiros na conjuntura geopolítica contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Propaganda política. Funcionamento discursivo. Silenciamento. Nazismo.

EXTRAKT

In dieser Dissertation analysieren wir die diskursive Funktionsweise von Nazi-Plakaten, die zwischen 1933 und 1943 veröffentlicht wurden, anhand der Mobilisierung theoretischer Mittel wie vorgefertigter diskursiver Erinnerung und Interdiskurse, wie sie von Michel Pêcheux, Eni Orlandi und Freda im Inneren gedacht wurden der französischen Diskursanalyse. In dieser Lesegeste, die wir über die politische Propaganda des Nationalsozialismus starten, wollen wir die Bedeutungseffekte und Bilder analysieren, die der Diskurs über Hitler, Jugend, Kultur und Juden aufbaut. Darüber hinaus interpretieren wir die Schweigemodi, denen diejenigen ausgesetzt sind, die vom Regime abweichen oder versuchen, Diskurse aus dem Nationalsozialismus verbotenen diskursiven Formationen zu produzieren. Schließlich zielte unsere Interpretationsgeste darauf ab, jene Reden zu beschreiben, die die auf den Plakaten produzierte Rede ausmachen. Die verwendete Methodik ist qualitativ-interpretativer Natur, die aus einer Bewegung enger Beziehung zwischen Daten und Theorie besteht, so dass es möglich ist, während des Aufbaus des Korpus die Analyse und Interpretation der Daten durchzuführen. Der Korpusaufbau erfolgte durch den Zuschnitt von zwanzig Plakaten des Reichsministeriums für Volksaufklärung und Propaganda unter der Leitung von Joseph Goebbels, die Hitler, Hitlerjugend, Kultur und Juden thematisierten. In diesem Ausschnitt haben wir bereits eine Geste der Interpretation, der ein weiterer Ausschnitt folgte, nämlich der der diskursiven Sequenzen, die wiederum den Zugang zu dem in den Plakaten implizierten diskursiven Prozess ermöglichten. Als Ergebnis haben wir ein Verständnis für das, was für den NS-Diskurs charakteristisch ist, sowie für die Enthüllung der im Diskurs materialisierten Ideologie, die die Inszenierung des Zweiten Weltkriegs, die auf Rassenreinheit abzielende Eugenikpolitik und die Final Solution, ein Ereignis, das besser als Holocaust oder Shoah bekannt wurde. Die Relevanz der vorliegenden Studie besteht in der Möglichkeit, dass sie bietet, wenn wir die Funktionsweise des politisch-ideologischen Diskurses des Nationalsozialismus verstehen, wir im Lichte dieser Klärung auch die an das Anderssein gerichteten Hassreden, die darauf abzielenden Aktionen verstehen können die Säuberung des Anderen und die Praktiken der Verfolgung und Gewalt gegen Juden und andere ethnische Gruppen, die in der gegenwärtigen geopolitischen Situation auf fremden Boden Zuflucht suchten.

SCHLÜSSELWÖRTER: Politische Werbung, diskursives Gedächtnis, diskursives Funktionieren, Propaganda, Nationalsozialismus

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Jornal-mural.....	p. 100
Figura 2: Cartaz do filme <i>Jud Süs</i>	p. 100
Figura 3: Capa do jornal <i>Völkischer Beobachter</i>	p. 100
Figura 4: Cartaz da propaganda política do NSDAP.....	p. 101
Figura 5: Capa do jornal <i>Der Stürmer</i>	p. 102
Figura 6: Propaganda antissemita.....	p. 103
Figura 7: Propaganda antissemita.....	p. 103
Figura 8: livro infantil antissemita <i>Der Giftpilz</i>	p. 105
Figura 9: conteúdo do livro <i>Der Giftpilz</i>	p. 105
Figura 10: Crianças alemãs lendo <i>Der Giftpilz</i>	p. 105
Figura 11: Livro antissemita de 1930.....	p. 106
Figura 12: Queima de livros em praça pública.....	p. 107
Figura 13: Fotografia de Guilherme I.....	p. 124
Figura 14: Fotografia de Guilherme II.....	p. 124
Figura 15: Hitler cumprimenta von Hindenburg.....	p. 125
Figura 16: Bandeira do partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães.....	p. 126
Figura 17: Sol Negro (<i>Schwarze Sonne</i>).....	p. 129
Figura 18: Cartaz de propaganda política.....	p. 133
Figura 19: Cartaz de divulgação de plebiscito.....	p. 134
Figura 20: Cartaz de divulgação de plebiscito.....	p. 134
Figura 21: Faixa descida no prédio onde Hitler morava.....	p. 136
Figura 22: Pintura do Kaiser Guilherme II.....	p. 137
Figura 23: Pintura do Kaiser Frederico III.....	p. 137
Figura 24: A luta de Thor contra os gigantes.....	p. 142
Figura 25: Cartaz da propaganda política fascista italiana.....	p. 144
Figura 26: Recorte do cartaz do Ministério da Propaganda.....	p. 145
Figura 27: Escultura de <i>Kouros</i>	p. 147
Figura 28: campanha pelo <i>Anschluss</i>	p. 160
Figura 29: cartaz de campanha eleitoral produzido pelo NSDAP.....	p. 168
Figura 30: Cartão-postal.....	p. 172

Figura 31: Cartaz de divulgação do <i>Reichsbauerntag</i>	p. 172
Figura 32: O porta-estandarte do pintor Hubert Lanzinger.....	p. 173
Figura 33: Membro da Juventude Hitlerista em 1934.....	p. 175
Figura 34: Membro da Juventude Hitlerista assina declaração.....	p. 176
Figura 35: Professoras e alunas fazem a saudação nazista.....	p. 177
Figura 36: Capa da revista <i>Frauen Warte</i>	p. 186
Figura 37: Fotografia para a revista <i>SS-Leitheft</i>	p. 186
Figura 38: Jovens da BDM fazendo exercício físico.....	p. 188
Figura 39: Estátuas nas ruas de Berlim por ocasião dos Jogos Olímpicos.....	p. 188
Figura 40: Anúncio publicitário.....	p. 190
Figura 41: Cartaz social-democrata de 1919.....	p. 190
Figura 42: Cartaz do filme O Anjo Azul.....	p. 190
Figura 43: Feministas em frente ao Parlamento em 1919.....	p. 190
Figura 44: Capa da revista <i>Das Deutsche Mädel</i>	p. 195
Figura 45: Cartaz de divulgação do livro SA Mann.....	p. 199
Figura 46: Cartaz de divulgação da Juventude Hitlerista.....	p. 199
Figura 47: Cartaz de campanha da Juventude Hitlerista.....	p. 205
Figura 48: Cartaz da campanha eleitoral do NSDAP.....	p. 216
Figura 49: Cartaz da campanha eleitoral do NSDAP.....	p. 216
Figura 50: Cartaz sobre promoção na carreira militar.....	p. 220
Figura 51: Cartaz de divulgação do serviço militar.....	p. 220
Figura 52: Gráfico apresentado na exposição <i>Das Wunder des Lebens</i>	p. 231
Figura 53: Pôsteres exibidos na exposição <i>Das Wunder des Lebens</i>	p. 232
Figura 54: Imagens do livro <i>Kunst und Rasse</i> de Schultze-Naumburg.....	p. 233
Figura 55: Escultura de Doryphoros de Policleto.....	p. 235
Figura 56: Mobiliário produzido pela Bauhaus.....	p. 239
Figura 57: Cartaz de divulgação de exposição na União Soviética.....	p. 244
Figura 58: Cartaz de divulgação de exposição na cidade de Weimar.....	p. 245
Figura 59: Palavra da Semana (<i>Parole der Woche</i>).....	p. 251
Figura 60: Cartaz da exposição <i>Entartete Kunst</i>	p. 252
Figura 61: Cartaz da exposição <i>Entartete Kunst</i>	p. 252
Figura 62: Escultura de Otto Freundlich.....	p. 254
Figura 63: Capa do catálogo da exposição <i>Entartete Kunst</i>	p. 254

Figura 64: Capa do jornal <i>Der Stürmer</i>	p. 255
Figura 65: Medalha da exposição <i>Schaffendes Volk</i>	p. 259
Figura 66: Cartão-postal da exposição <i>Schaffendes Volk</i>	p. 259
Figura 67: Cartaz de exposição sobre o comércio.....	p. 261
Figura 68: Cartaz da propaganda política do SPD.....	p. 262
Figura 69: cartaz da propaganda política do KPD.....	p. 262
Figura 70: Cartaz de campanha eleitoral do NSDAP.....	p. 263
Figura 71: cartaz produzido em 1934.....	p. 263
Figura 72: Capa do jornal <i>Der Stürmer</i>	p. 273
Figura 73: Capa do jornal <i>Der Stürmer</i>	p. 273
Figura 74: <i>Parole der Woche</i> de janeiro de 1942.....	p. 282
Figura 75: <i>Parole der Woche</i>	p. 285
Figura 76: <i>Parole der Woche</i>	p. 292
Figura 77: <i>Parole der Woche</i> publicada em 1942.....	p. 294
Figura 78: Capa do jornal <i>Der Stürmer</i>	p. 301
Figura 79: <i>Parole der Woche</i> publicada em junho de 1942.....	p. 302
Figura 80: Cartão-postal que circulou na Áustria em 1919.....	p. 311
Figura 81: <i>Parole der Woche</i> publicada em 1941.....	p. 312
Figura 82: Charge da capa do jornal <i>Der Stürmer</i>	p. 320
Figura 83: Cena do filme <i>Der Ewige Jude</i>	p. 321
Figura 84: Cartaz publicado na Polônia ocupada.....	p. 323

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.....	p. 53
Quadro 2.....	p. 54
Quadro 3.....	p. 54

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AD – Análise de Discurso

AfD – Alternative für Deutschland

AIE – Aparelhos Ideológicos do Estado

ARE – Aparelhos Repressores do Estado

AIRE – Aparelhos Ideológicos Repressivos do Estado

CP – Condições de Produção

FD – Formação Discursiva

FI – Formação Imaginária

GESTAPO – Geheime Staatspolizei

NSDAP – Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei

PSL – Partido Social Liberal

RMVP – Reichsministerium für Volksaufklärung und Propaganda

SA – Sturmabteilung

SS – Schutzstaffel

SUMÁRIO

Palavras iniciais.....	p. 14
A escolha do tema.....	p. 14
Capítulo 1. Pressupostos teóricos da Análise do Discurso.....	p. 21
1.1. O lugar da língua na Análise do Discurso.....	p. 21
1.2. Da concepção de ideologia.....	p. 25
1.3. Da concepção de sujeito.....	p. 36
1.4. Da teoria do discurso.....	p. 45
1.5. Da concepção de formações ideológicas, formações imaginárias e formação discursiva.....	p. 49
1.6. Pré-construído, discurso transversal e interdiscurso como modos de funcionamento da memória discursiva.....	p. 59
1.7. Da noção de condições de produção.....	p. 63
1.8. Silêncio e discurso.....	p. 67
Capítulo 2. Epistemologia moderna: de Descartes a Comte.....	p. 70
2.1. Do estruturalismo ao método da Análise do Discurso.....	p. 78
Capítulo 3. Introdução à análise.....	p. 95
3.1. O lugar e os usos da mídia no Terceiro Reich.....	p. 110
3.2. A concepção de política no Terceiro Reich.....	p. 112
3.3. Análise (ou um gesto de interpretação).....	p. 118
3.3.1. Memória e discurso: a representação de Adolf Hitler nos cartazes de propaganda.....	p. 118
3.3.2. Memória e efeitos de sentido sobre a Juventude Hitlerista no Terceiro Reich.....	p. 174
3.3.3. Memória e discurso sobre arte e cultura (Kunst und Kultur) na propaganda nazista.....	p. 228
3.3.4. Redes de memória, propaganda e “guerra” contra os judeus.....	p. 279
Considerações finais.....	p. 328
Referências.....	p. 351

PALAVRAS INICIAIS

A ESCOLHA DO TEMA

A propaganda sobre o líder, a família, a juventude, a cultura, os judeus etc veiculada durante a vigência do Terceiro *Reich* visava disseminar a concepção de mundo do Nacional-Socialismo a partir da circulação diária de uma ideologia que versava sobre nacionalismo, antissemitismo e supremacia racial. Os diferentes mecanismos de disseminação “da ideologia e propaganda nazistas durante o período da guerra são um meio rico e revelador para compreender por que o antissemitismo europeu, e em particular o alemão, fonte de séculos de opressão, entre 1941 e 1945, levou ao Holocausto” (HERFEY 2014, p. 39). A compreensão da complexidade que caracteriza os acontecimentos que se deram na Alemanha sob a direção dos nazistas passa pela análise política, social, histórica, mas também discursiva. Ou seja, a compreensão desse intrincado movimento político e das suas ações também passa pela análise da linguagem que foi um elemento fundamental no processo de assujeitamento dos indivíduos pela ideologia que o discurso da propaganda punha em circulação. Assim, a agenda programática, a concepção de sociedade, as diretrizes governamentais e a perspectiva ideológica do Nacional-Socialismo foram materializadas e disseminadas por meio dos veículos de propaganda, como ensaios, filmes, livros, cartazes etc, de maneira que os nazistas construíram uma máquina de convencimento que não agia apenas pela violência, mas também pelo discurso. Mais que outros mecanismos de manipulação, a propaganda nazista foi aquele que produziu os resultados mais positivos no que diz respeito ao convencimento com fins de adesão ao projeto imperialista e racial do Terceiro *Reich*.

Embora não tenha sido o único e mais importante meio de sedução das massas, a propaganda produzida pelo Ministério do *Reich* para Esclarecimento Popular e Propaganda (*Reichsministerium für Volksaufklärung und Propaganda/RMVP*), liderado por Joseph Goebbels, teve um papel de extrema importância na disseminação da ideologia nazista e na construção de uma narrativa que apresentava Adolf Hitler como um “messias” capaz de pôr fim aos sofrimentos pelos quais passava o povo e o Estado alemão após o fim da Primeira Guerra Mundial, quando entrou em vigência o Tratado de

Versalhes, seguido pela Grande Depressão durante a República de Weimar. A fim de atingir esse objetivo, Joseph Goebbels, à frente do comando do Ministério, produziu toda espécie de distorção da realidade, negou fatos históricos, ludibriou e fez circular um discurso falacioso por meio de diferentes veículos de comunicação. Durante as eleições que permitiram a subida do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (*Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei/NSDAP*) ao poder, e ao longo de todo Terceiro *Reich*, os alemães eram constantemente bombardeados por informações falsas, lembrados sobre sua eterna luta contra o inimigo estrangeiro e expostos a conteúdos antissemitas que significavam os judeus como indivíduos mentirosos, conspiradores, ardilosos e aparelhados numa grande conspiração que foi denominada pelos nazistas como “judaísmo Internacional”.

Mas a propaganda, por si só, não seria capaz de convencer os alemães das propostas, concepção de mundo e política concebidas pelo Nacional-Socialismo, de maneira que uma série de acontecimentos históricos, econômicos e políticos, também devem ser mobilizados quando da compreensão do fenômeno do nazismo na Alemanha do início do século XX. O mesmo procedimento cabe à leitura e interpretação dos cartazes, bem como de outros dispositivos de propaganda que colocaram em funcionamento um modo de conceber o *Führer*, a Juventude Hitlerista, a cultura e os judeus durante o Terceiro *Reich*. Esse é um exercício necessário quando se quer compreender os regimes autoritários, de um modo geral, e o nazismo em particular, embora entendamos, com Hannah Arendt (1993), que a compreensão do totalitarismo é uma atividade que não se esgota e não conhece fim porque a compreensão é um processo complexo que se encontra longe de produzir resultados inequívocos. De acordo com isso, aquilo que produzimos neste trabalho é um gesto de leitura a partir do manejo dos dispositivos teórico-metodológicos da Análise do Discurso. Nesse gesto, se encontra uma tentativa, um aceno, na direção de compreender aquilo que é próprio do discurso da propaganda política e ideológica nazista, bem como os diferentes gestos de interpretação que constituíram a produção discursiva do Terceiro *Reich*.

Alguns fatos ocorridos nos últimos sete anos, por terem uma forte relação com os fatos ocorridos na Alemanha na primeira metade do século XX, concorreram para a escolha do tema. O primeiro deles tem a ver com a produção de *fake news*¹ que ditaram os resultados das eleições para presidente do Brasil e dos Estados Unidos. O investimento na produção e circulação de mentiras demandou pessoal e tecnologia e teve

¹ Sobre a definição de *fake news* e a diferença entre *fake news*, recomendamos o artigo Pós-verdade e enunciação política: entre a mentira e o rumor escrito por Mónica Zoppi Fontana no livro Discurso e (pós)verdade (2021).

um profundo impacto nas urnas desses dois países. Segundo Stanley (2019), a produção da irrealidade, termo usado por ele no livro *Como Funciona o Fascismo*, é uma das características da política fascista. As notícias inverídicas, com o aparecimento das novas tecnologias de comunicação, circulam rapidamente e atingem milhares de usuários em pouquíssimo tempo, conforme explica Zoppi-Fontana (2021, p. 93):

as *fake news* são definidas como notícias falsas ou, no mínimo, não verificadas ou verificáveis, que circulam largamente nas redes sociais e se multiplicam rapidamente pelo mecanismo de compartilhamento desses aplicativos, viralizando quase de forma imediata a sua publicação.

As notícias falsas tornaram-se ferramentas de poder e desinformação. Esse mecanismo discursivo também foi amplamente usado antes e durante o Terceiro *Reich* pelo Nacional-Socialismo e produziu consequências nefastas na política e sociedade alemãs.

Outro aspecto do fascismo apontado por Stanley (2019) é o retorno ao *passado mítico*. Essa característica do fascismo também pode ser verificado nos discursos do partido Nacional-Socialista, nos textos e depoimentos públicos de Adolf Hitler e na propaganda ideológica do regime nazista. Os apoiadores dessa política conservadora e ultranacionalista defendem a ideia de que, em algum momento do passado nacional, houve um desenvolvimento econômico esplêndido, a moralidade era bem diferente da atual e encarada com seriedade, os papéis de gênero eram bem definidos e seguidos sem questionamentos, e cada um vivia de acordo com o papel social estabelecido, de modo que não havia conflitos. Na ambiência política de alguns países, esse discurso tem retornado e produzido efeitos na opinião pública. Nos Estados Unidos, vimos Donald Trump lançar o seguinte *slogan* durante a *Convenção Republicana* em 2016: *Nós vamos fazer a América grande novamente! (Make American great again!)*. No Brasil, apoiadores de movimentos ultradireitistas, membros do Partido Social Liberal (PSL) e o – à época –, candidato à presidência, Jair Messias Bolsonaro, retomavam com frequência, em seus discursos, nomes e fatos do período da Ditadura Militar para justificar a necessidade de um líder forte e um governo disciplinador e autoritário que poria ordem no caos político, econômico e moral implantado pelo governo do Partido dos Trabalhadores (PT) durante a vigência da gestão desse partido.

Stanley (2019) também aponta que políticos fascistas e aqueles que os apoiam, de um modo geral, externam um amor exacerbado à pátria e ostentam, em seus corpos, bem como em outros espaços, símbolos que a identificam, como a bandeira nacional. Além disso, defendem que o país é a comunidade dos filhos legítimos que ali nasceram e se fecham a toda e qualquer diferença étnica e racial que, porventura, habitem aquele solo.

Exemplos desse tipo de movimento puderam ser vistos na Alemanha quando manifestantes ligados ao *Pegida*, movimento xenófobo, e ao partido *Afd* (*Alternative für Deutschland*) encabeçaram um protesto contra as políticas migratórias do governo de Angela Merkel². O acontecimento que motivou o protesto foi o assassinato de um cidadão alemão por dois estrangeiros. O *Afd* era declaradamente contra as políticas migratórias do governo de Angela Merkel e, em 2016, adotou uma política anti-islâmica explícita. Com a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, a política anti-imigração ganhou fôlego e, desde então, o número de brasileiros deportados cresceu 29%. Diante disso, o presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, afirmou que a maioria dos emigrantes são mal intencionados e isso gerou um profundo mal-estar entre eleitores e não eleitores do presidente que retificou sua posição em relação aos brasileiros deportados pelo governo americano. Além disso, Bolsonaro, em encontro com Trump nos Estados Unidos, endossou a construção de um muro entre México e Estados Unidos, cujo objetivo seria impedir a passagem daqueles que desejam ingressar no país. A entrada de haitianos, venezuelanos, africanos e bolivianos no Brasil também foram alvo de restrições e críticas do presidente Jair Bolsonaro que via os imigrantes como pessoas indesejáveis.

A política fascista é também caracterizada por seu anti-intelectualismo³. Esse ataque à ciência e ao conhecimento, de modo geral, vinha sendo protagonizado no Brasil por aqueles que defendiam as políticas do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, bem como por integrantes do governo que constantemente atacavam pesquisadores, professores, instituições de ensino e teorias científicas. Durante os quatro anos que a extrema-direita esteve à frente do governo brasileiro, tivemos cortes bastante significativos nas verbas governamentais endereçadas às universidades públicas e aos institutos federais de todo o território nacional. Ademais, programas importantes (Ciências sem Fronteiras, p. ex.) para a internacionalização do conhecimento e de pesquisadores brasileiros foram extintos. Na esteira dos cortes, pesquisadores que desenvolviam suas pesquisas no país e no exterior tiveram suas bolsas de estudo suspensas.

Outros acontecimentos assinalam o retorno do extremismo de direita que se expressa no ódio à cultura, religião e à raça daqueles que são considerados uma alteridade indesejada, abjeta e alvo de expurgo. O ódio aos judeus, por exemplo, se

² Para entender a relação entre a questão imigratória e o surgimento do partido *Alternative für Deutschland* (AfD) e do movimento xonofobo *Pegida*, recomendamos a leitura do artigo *A Alemanha vive uma crise de identidade pela chegada dos refugiados* veiculado no jornal *El País*.

³ Sobre o anti-intelectualismo dos regimes fascistas, conferir o capítulo 6 do livro *Passageiros da Tempestade: fascistas e negacionistas no tempo presente* escrito pelos historiadores Francisco Carlos Teixeira da Silva e Karl Schurster (2022).

materializou no ataque aos cemitérios judaicos na França⁴ que tiveram suas lápides pichadas com a suástica nazista. Em 2018, a Alemanha registrou um aumento dos casos de violência caracterizados como antissemitas porque, nesses casos, a memória ao holocausto, e até mesmo os próprios judeus, foram atacados.

Além desses fatos, pontuamos também, a fim de justificar a escolha do tema, a recorrente retomada de elementos, símbolos, signos e memórias próprios do Nazismo em diversos contextos. Na Alemanha, durante um protesto, foram usados os tambores que corriqueiramente se usava em desfiles, marchas e apresentações da Juventude Hitlerista. Ainda na Alemanha, em Bielefeld, estado da Renânia do Norte-Vestifália, neonazistas organizaram uma manifestação para lembrar a *Noite do Pogrom do Terceiro Reich*, também conhecida como *Noite dos Cristais*⁵. Em terras brasileiras, homens foram flagrados usando a braçadeira com a suástica nazista e o ex-secretário da Cultura do atual governo, Roberto Alvim, fez alusões explícitas ao Nazismo em um pronunciamento no qual se apropriou de texto escrito por Joseph Goebbels, e selecionou, como música de fundo, canções de Richard Wagner, compositor antissemita e preferido de Hitler.

Esses foram alguns fatos ocorridos nos últimos sete anos que despertaram o interesse nos discursos produzidos em um regime totalitário. Quanto mais entendermos como esse discurso funciona, aquilo que lhe é próprio e os efeitos de sentido que produz, melhor teremos condições de lidar com os embustes ali presentes e entender que se faz necessário produzir uma crítica daquilo que nos é apresentado como uma afirmação do óbvio (PÊCHEUX 2014). Ademais, em tempos de crescente discussão acerca da manipulação das mídias que, por sua vez, são postas a serviço de posicionamentos considerados fascistas e de políticas que justificam o expurgo do outro (judeu, mulçumano, refugiado etc), pensamos que as análises apresentadas neste trabalho trazem à tona os processos discursivos – e conseqüente leitura crítica – da propaganda nazista, cujos efeitos de sentido ainda conseguem atingir mentes e corações na contemporaneidade.

Diante disso, a compreensão do discurso fascista, embora muito se tenha escrito sobre ele, precisa estar na ordem do dia das instituições de ensino, políticas e nas praças públicas, conforme a concepção de Hannah Arendt (2018), para que, compreendendo sempre mais do seu funcionamento, possamos produzir a crítica necessária.

⁴ Para mais informações acerca da pichação dos túmulos de um cemitério judaico na França, recomendamos a leitura de artigo publicado na revista *Veja* sob o título *Lápides de cemitério judeu na França são pichadas com suásticas nazistas na França* e disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/lapides-de-cemiterio-judeu-sao-pichadas-com-suasticas-nazistas-na-franca/>

⁵ A notícia pode ser acessada na íntegra em: <https://www.dw.com/pt-br/milhares-contra-manifesta%C3%A7%C3%A3o-neonazista-na-alemanha/a-51186125>

A análise dos cartazes nazistas se encontra apoiada nas noções e dispositivos desenvolvidos no campo da Análise do Discurso (AD), tais como pensados por Michel Pêcheux, Eni Orlandi e Freda Indurski. Assim, a concepção de história, sujeito e ideologia que adotamos é aquela concebida no interior dessa perspectiva e desenvolvida nos trabalhos desses autores. O dispositivo de análise foi construído a partir das reflexões dos referidos autores sobre formação imaginária (FI), condições de produção (CP), formação discursiva (FD), pré-construído, memória discursiva e interdiscurso.

No campo da AD, os procedimentos metodológicos e os dispositivos de análise mantêm uma intrínseca relação com o objeto e a teoria, de maneira que o analista aborda o objeto mediado por dispositivos teóricos que podem, ou não, dar conta do objeto. Se o caso for aquele em que os dispositivos não foram capazes de permitir o gesto de leitura da discursividade, então o analista retorna aos dispositivos teóricos a fim de fazer ajustes que possibilitem a leitura e a compreensão. No caso da nossa investigação, elegemos quatro temas (Hitler, Juventude Hitlerista, cultura e os judeus) e recortamos, dos cartazes produzidos pelo Ministério da Propaganda sobre esses temas, cinco cartazes que fossem representativos das quatro temáticas, totalizando vinte cartazes a serem analisados. Após uma primeira leitura dos cartazes, chegamos ao conceito-análise que serviria de guia ao gesto de interpretação. Em seguida, remetemos os cartazes às condições de produção, descrevemos o pré-construído que jogam na constituição dos sentidos, discutimos as formações discursivas de onde as palavras e imagens recebem seus sentidos e assinalamos aqueles discursos-outros que sustentam o processo de significação dos cartazes.

Ao produzir esse movimento teórico-metodológico, quisemos ver respondidas nossas questões de pesquisa: i) quais efeitos de sentido os cartazes produziram sobre Hitler, a Juventude Hitlerista, a cultura e os judeus?; ii) quais imagens de Hitler, da Juventude Hitlerista, da cultura e dos judeus a propaganda política construiu?; iii) quais sentidos silenciados constituem os discursos produzidos nos cartazes?; iv) quais discursos constituem e sustentam o discurso dos cartazes?, bem como atingir os objetivos geral e específicos que compreendem a descrição do funcionamento discursivo dos cartazes, a análise dos efeitos de sentido produzidos, das imagens construídas e dos discursos que sustentam e constituem, tanto os efeitos de sentido, como as imagens sobre Hitler, a Juventude Hitlerista, a cultura e os judeus. Ao atingir esses objetivos, chegamos também à leitura do modo de funcionamento do discurso da propaganda política produzida pelo Nazismo durante os anos que esteve à frente do governo da Alemanha.

A tese se encontra estruturada em três capítulos que compreendem: I) os fundamentos teóricos da Análise do Discurso; II) o saber científico e a metodologia da Análise do Discurso; III) considerações sobre educação, cultura, mídias etc no Terceiro Reich e análise dos cartazes.

No primeiro capítulo, discorremos sobre a aventura teórica de Michel Pêcheux que resultou na construção dos dispositivos teóricos que, ao fim e ao cabo, ficou conhecida como teoria do discurso. Os embates, rupturas e deslocamentos teóricos produzidos por Pêcheux ao longo da construção de uma disciplina de entremeio, qual seja, a Análise do Discurso, é esmiuçado nesse capítulo que também mobiliza as noções de base e os dispositivos teóricos na perspectiva da leitura produzida por Eni Orlandi e Freda Indurski no Brasil.

Acompanhando o pensamento de base filosófica no qual se encontram assentadas as correntes linguísticas, bem como o pensamento de Michel Pêcheux, se encontra a reflexão sobre método científico, epistemologia e os pressupostos do pensamento científico naqueles autores que se ocuparam, na história da Filosofia, com a ciência, o pensamento e os modos de conhecer os diferentes objetos. Na esteira dessa reflexão, apresentamos o modo como Pêcheux dialoga com esses autores, bem como o movimento que opera em relação a essas ideias para construir um método que dê conta dos processos discursivos. Em seguida, tratamos da metodologia, derivada do movimento de Pêcheux, que adotamos em nossa investigação. Essa é uma reflexão que se encontra colocada no segundo capítulo deste trabalho.

No terceiro capítulo, nos ocupamos da análise dos cartazes a partir de um gesto de leitura que possibilitou acessar o processo discursivo que subjaz aos enunciados verbais e não verbais que compõem os cartazes. Ao efetuar a leitura desse processo, buscamos identificar os discursos-outros que constituem o discurso dos cartazes e que, por sua vez, possibilitaram a produção de determinados efeitos de sentido. As nossas discussões, nesse capítulo, também se encontram voltadas para a reflexão sobre aqueles sentidos que foram silenciados e o modo como esse silenciamento determina tanto os efeitos de sentido produzidos nos cartazes, como a implantação de um regime discursivo que tende a cristalizar determinados sentidos à medida que silencia formações discursivas e sentidos que ameaçam a implementação da ideologia nazista.

Nas considerações finais, retomamos a discussão desenvolvida durante a análise e apresentamos uma síntese do funcionamento discursivo dos cartazes, sublinhando as regularidades próprias do discurso da propaganda política e ideológica do Terceiro Reich.

CAPÍTULO 1

A vida, essa busca de sentido.
A. J. Greimas

1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA ANÁLISE DO DISCURSO

1.1 O LUGAR DA LÍNGUA NA ANÁLISE DO DISCURSO

Ideias acerca do estatuto da língua – consoante aos paradigmas de ciência que se praticava no início do século XX – circulavam no ambiente acadêmico francês dos anos 1960 e produziam efeitos nos trabalhos de intelectuais que vão retomar o entendimento de língua proposto por Ferdinand de Saussure para resolver questões relativas à uma miríade de disciplinas que se desenvolvem no interior das universidades francesas. Nesse momento da história do pensamento, o estruturalismo linguístico inspira pesquisas nos mais variados campos do saber, como a Psicologia com Jean Piaget, a Psicanálise com Jacques Lacan e a Enunciação com Oswald Ducrot. É nesse cenário que, a partir de duas publicações feitas por um lexicólogo e um filósofo, surge a AD. Malidier (2014, p. 17) atribui o nascimento dessa disciplina de interpretação a Jean Dubois e Michel Pêcheux e diz se tratar de uma dupla fundação.

Movidos por diferentes preocupações teóricas e trabalhando de forma independente, Jean Dubois e Michel Pêcheux vão fundar o que vai se chamar, posteriormente, de análise do discurso. Os estudos marxistas e linguísticos vão orientar as produções intelectuais de ambos e oferecer as condições de possibilidade para pensar a língua em sua relação constitutiva com a história.

A concepção de língua como sistema que só conhece sua ordem própria, elaborada por Saussure e retomada em inúmeras pesquisas que assumem a Linguística como ciência-piloto, será submetida à crítica e conseqüentes revisões no interior da teoria do discurso elaborada por Michel Pêcheux nos anos 1960 e 1970.

A teoria do discurso, construída por Pêcheux e colaboradores, ao estabelecer relação com a linguística saussuriana, assume posições que deslocam o objeto da linguística, qual seja, a língua. Isso se dá, considerando os deslocamentos próprios a cada etapa, nas três épocas da AD: AAD-69 (Análise Automática do Discurso), AD-2 e AD-3. Nesses três momentos, temos o percurso do pensamento pecheutiano que, em alguns aspectos, abandona o modo de fazer a análise discursiva dos arquivos, mas mantém noções concebidas na primeira empreitada teórica (AAD-69), revisando-as e tornando-as mais complexas ao longo das décadas de 1970 e 1980. Acerca do primeiro momento ou época, Gregolin (2004, p. 61) afirma que

o que é chamado de “primeira época” por Pêcheux (1983b) – e que Malidier (1990) considera como a *aventura teórica* – inicia-se com o livro *Analyse Automatique du Discours* (1969): trata-se de uma proposta teórico-metodológica impregnada pela releitura que ele faz de Saussure, deslocando o objeto, pensando a *langue* (sua sistematicidade; seu caráter social) como a base dos processos discursivos, nos quais estão envolvidos o sujeito e a História.

A releitura que Pêcheux opera nesse primeiro momento permite ver o sistema da língua não apenas como um sistema abstrato de formas linguísticas, mas a base onde se materializa o discurso. Esse movimento empreendido por Pêcheux, nesse primeiro momento, será aprofundado no segundo e terceiro momentos quando relaciona a língua à ideologia, ao sujeito e à nova História, momento em que se aproxima de Foucault, bem como de Lacan, e traz para sua reflexão os conceitos de formação discursiva e sujeito, respectivamente.

Ao dialogar com Saussure e o *Cours*, Pêcheux critica o fato de que o corte epistemológico operado pelo mestre genebrino tenha deixado de fora, do quadro conceitual, a linguagem e, por conseguinte, as questões relacionadas à semântica. Em artigo publicado na revista *Langages*, Pêcheux, Haroche e Henry (1971, p. 93, tradução livre) apontam para uma espécie de preocupação com o fato de que não se deve deixar de atentar para essa separação crucial operada pelo pai da Linguística: “a princípio, não podemos deixar de ficar impressionados com o cuidado que Saussure teve em separar teoricamente a língua da linguagem”⁶. A crítica de Pêcheux a Saussure parte do pressuposto de que existe uma fratura entre aspectos da ordem da língua e aqueles da

⁶ Cf. citação no original: tout d’abord, on ne peut pas ne pas frappé du soin que Saussure a mis à separer théoriquement langue et langage.

ordem da fala; fratura essa que Pêcheux entende que não se trata apenas de um sistema passível de descrição, mas de um processo em que língua, sujeito e ideologia se constituem num único e mesmo movimento, de maneira que é possível pensar numa perspectiva de funcionamento da ordem da língua como sistema material, e não apenas da sua descrição.

Nesse sentido, importa à Pêcheux analisar a língua em seu aspecto material, porque inscrita na história, e não como entidade abstrata e imutável. Esse pensamento foi traduzido nas palavras de Orlandi (1996, p. 45, grifo da autora) da seguinte forma:

Em nosso caso, no estudo da semântica discursiva, o que nos interessa é a ordem da língua, enquanto sistema significante material, e a da história, enquanto materialidade simbólica. Reconhecemos, desse modo, uma relação entre duas ordens: a da língua, tal como a enunciamos, e a do mundo para o homem, sob o modo da ordem institucional (social) tomada pela história. O lugar de observação é a *ordem do discurso*.

O discurso tem sua ordem, funcionamento e regularidades próprias e, por isso, é possível, ao mobilizar um gesto de leitura por meio de dispositivos de análise, interpretar os modos de significar do texto. Se a Saussure interessava a análise dos aspectos fonéticos e morfológicos de uma língua, a Pêcheux, diferentemente, interessava esses aspectos referidos aos processos discursivos que possibilitaram o uso desta ou daquela palavra ou organização sintática. Isso implica relacionar a língua à exterioridade que produz coerções ao processo enunciativo, de maneira a abrir para a incompletude, o deslize semântico e o modo de produzir sentidos dos enunciados. Comentando sobre a importância de considerar as condições de produção na análise de uma frase no interior de uma semântica discursiva, Pêcheux assim se expressa (2019, p. 30, grifos do autor):

Isso significa que nem sempre se pode dizer da frase que ela é normal ou anômala apenas por sua referência a *uma norma* universal inscrita *na* língua, mas sim que esta frase deve ser referida ao *mecanismo discursivo* específico que a tornou possível e necessária em um contexto científico dado.

O sentido de uma frase, na perspectiva da AD, é produzido na relação que essa frase estabelece com o seu exterior constitutivo e, por isso, se diz que o discurso é um efeito de sentido entre locutores (ORLANDI, 1999, p. 21). O sentido nem é determinado pelas relações entre os signos no interior do sistema abstrato, nem na relação lógica entre significante e coisa no mundo, mas no instante mesmo que se tocam o real da história e o real da língua que é mobilizada por sujeitos afetados pela ideologia. A semântica discursiva proposta por Pêcheux se ocupa da ordem simbólica, ou seja, a

língua inscrita no mundo dos falantes que enunciam de determinadas posições sociais no interior de uma formação social dada. Seguindo esse pensamento, entendemos que a língua é relativamente autônoma, pois a sua realização nem é inteiramente individual, como pensava Saussure, nem inteiramente social e histórica, mas efeito do encontro entre aquilo que é próprio da língua e o que é próprio do discurso.

Em texto apresentado na conferência *Marxismo e interpretação da cultura: limites, fronteiras, restrições*, Michel Pêcheux apresenta uma concepção de discurso como estrutura e acontecimento⁷. Nessa conferência, ele analisa o enunciado *On a gagné* que foi exaustivamente pronunciado quando da vitória do presidente François Mitterand, na França, em 1981. Pêcheux (2002, p. 23) faz as seguintes considerações sobre o enunciado:

Mas, simultaneamente, o enunciado “On a gagné” [“Ganhamos”] é profundamente opaco: sua materialidade léxico-sintática (um pronome “indefinido” em posição de sujeito, a marca temporal-aspectual de realizado, o lexema verbal “gagner” [“ganhar”], a ausência de complementos) imerge esse enunciado em uma rede de relações associativas implícitas – paráfrases, implicações, comentários, alusões, etc – isto é, em uma série heterogênea de enunciados, funcionando sob diferentes registros discursivos, e com uma estabilidade lógica variável.

A opacidade da língua, cujos elementos são mobilizados na construção do enunciado, advém dessa relação constitutiva entre língua e mundo. Devido a essa relação, as frases da língua não são transparentes nem seus sentidos estabilizados em construções lógicas. Uma vez posta em funcionamento, a língua ganha espessura e se mostra em sua materialidade porque o processo de enunciação implica os sujeitos e a história. Na perspectiva da AD, a língua em funcionamento não se trata de uma sequência de fatos logicamente ordenados, mas é concebida em sua relação com a história. Essa rede de associações implícitas, da qual fala Pêcheux, é o trabalho da história no interior do processo discursivo. Trabalho que implica a interpretação como parte incontestável da relação do sujeito com a língua e as condições de produção que constituem os discursos. Assim, a língua não se presta ao repetível, mas à singularidade, nem é entendida como um objeto fechado sobre si mesma, mas capaz de deslizos e incompletude.

⁷ Para Pêcheux (2002, p. 17), “um acontecimento pode ser definido como o ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória.”

1.2 DA CONCEPÇÃO DE IDEOLOGIA

Outra área do conhecimento com a qual Pêcheux vai dialogar, na construção de uma teoria do discurso, é o materialismo histórico como concebido por Karl Marx e relido por Althusser.

Afastando-se de um período da filosofia alemã chamado de Idealismo Alemão⁸, cuja tônica havia sido dada às ideias e que teve em Wilhelm Friedrich Hegel (1770 – 1881) seu maior expoente, o jovem Marx⁹ vai se aproximar dos sujeitos históricos em suas relações sociais, econômicas e produtivas, de modo que assim se expressa em *A Ideologia Alemã*:

A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quanto da alheia, na procriação, aparece desde já como uma relação dupla – de um lado, como relação natural, de outro como relação social -, social no sentido de que por ela se entende a cooperação de vários indivíduos, sejam quais forem as condições, o modo e a finalidade. Segue-se daí que um determinado modo de produção ou uma determinada fase industrial estão sempre ligados a um determinado modo de cooperação ou a uma determinada fase social – modo de cooperação que, ele próprio, uma “força produtiva” -, que a soma das forças produtivas acessíveis ao homem condiciona o estado social e que, portanto, a “história da humanidade” deve ser estudada e elaborada sempre em conexão com a história da indústria e das trocas. [...] Mostra-se, portanto, desde o princípio, uma conexão materialista dos homens entre si, conexão que depende das necessidades e do modo de produção e que é tão antiga quanto os próprios homens – uma conexão que assume sempre novas formas e que apresenta, assim, uma “história”, sem que precise existir qualquer absurdo político ou religioso que também mantenha os homens unidos. (Marx; Engels, 2007, p. 34)

Nesse trecho de *A Ideologia Alemã*, é possível entrever o lugar material de onde Marx e Engels partem para pensar a sua teoria social. Em suma, poderíamos dizer que para esses dois pensadores não basta a teorização, discutir ideias, pensar metafísicas, mas entender o funcionamento da sociedade; nesse caso, a sociedade capitalista, a partir da reflexão acerca de como, num arranjo capitalista, homens e mulheres entretêm relações, são posicionados e assumem lugares sociais de maneira que a uns cabe a dominação e, a outros, submeter-se ou se deixar dominar por aqueles que detêm os meios de produção e o capital.

⁸ Acerca do que foi o movimento que ficou conhecido como Idealismo Alemão, recomendamos a leitura da obra: DUDLEY, Will. Idealismo alemão. Trad. de Jacques A. Wainberg. Petrópolis: ed. Vozes, 2013.

⁹ Para entender a crítica que Marx faz ao idealismo alemão, recomendamos a leitura do artigo A crítica ao idealismo: política e ideologia que foi escrito por Antonio Rago Filho e se encontra em livro organizado por NETTO, José Paulo. Curso Marx-Engels: a criação destruidora. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2015.

Na releitura que faz de Marx, o filósofo francês Louis Althusser vai se apropriar de dois conceitos fundamentais do pensamento marxista, a saber: infraestrutura e superestrutura. Para ele, a compreensão de sociedade por Marx passa por dois *níveis* ou *instâncias* que correspondem à superestrutura – compreende o jurídico-político e o ideológico – que, por sua vez, se encontra determinada por uma base de caráter econômico (segunda instância), ou seja, uma unidade de forças produtivas e relações de produção (ALTHUSSER, 2003, p. 60). A partir dessa metáfora espacial que compara a estrutura social a um edifício composto por uma base, o autor tinha por finalidade explicar que, na organização social, os andares do edifício não se sustentariam se não estivessem apoiados na base. Disso, temos que os andares da superestrutura são determinados pelo que ele chama de *índice de eficácia* da base. Isso não significa dizer que a superestrutura seja o produto de pura determinação, uma vez que conserva uma autonomia relativa em relação à base. Desse modo, podemos pensar numa ação de retorno da superestrutura sobre a base. Althusser entende que aquilo que caracteriza a natureza da superestrutura é a reprodução das condições de produção próprias à infraestrutura.

Seguindo os clássicos do marxismo, Althusser define o Estado como *aparelho de Estado* e afirma que este compreende a política, os tribunais e as prisões, bem como o exército (força repressiva) e, acima de todos, o Governo e a Administração. A fim de entender o Estado em seu funcionamento, Althusser (2003, p. 65) propõe acrescentar o conceito de *aparelho de Estado* à definição clássica de Estado. É a partir dessa chave conceitual que ele analisa os *Aparelhos Ideológicos do Estado* (AIE) e assim os define: “designamos pelo nome de aparelhos ideológicos do Estado um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” (ALTHUSSER, 2003, p. 68), e o *Aparelho Repressivo do Estado* formado pelo Governo, o Exército, a polícia, os tribunais e as prisões que têm por finalidade controlar a sociedade por meio da violência.

Considerando esse funcionamento da estrutura social – composto por Aparelho Repressivo de Estado e Aparelho Ideológico de Estado – Althusser, então, pensa o conceito de ideologia. Nesse sentido, formula duas teses que são enunciadas nesses termos: “Tese 1: A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (ALTHUSSER, 2003, p. 85) e “Tese 2: A ideologia tem

uma existência material” (ALTHUSSER, 2003, p. 88). Entende-se da primeira tese que os indivíduos entretêm uma relação imaginária com a realidade, permeada por concepções de mundo que não correspondem à realidade, ou seja, constituem uma ilusão. Da segunda, entendemos que ideias e representações não são algo solto no espaço, ou seja, meras abstrações. Na concepção de Althusser, a ideologia tem materialidade e ela existe sempre num aparelho e se realiza nas práticas, ou seja, tem uma existência material.

A produção acadêmica de Althusser se estenderá até os anos 1980 e apresenta movimentos variados que contemplam retificações e o desenvolvimento de uma consistente teoria da ideologia¹⁰. Em *Aparelhos Ideológicos de Estado*, Althusser também desenvolve uma *teoria da sujeição* a partir da relação dos indivíduos com as instituições e o plano econômico. O esquema explicativo criado por Althusser visa dar conta das relações de produção e reprodução das condições reais de existência sob os efeitos da ideologia. Em introdução à segunda edição desse livro, Albuquerque (1985, p.8, grifo do autor) afirma que

o texto ‘Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado’, não restringe a questão da ideologia à superestrutura, mas se situa no contexto das relações entre infraestrutura e superestrutura, ou seja, na questão da *reprodução social*. O ponto de partida é o pressuposto de que, embora a produção econômica determine a totalidade social, supõe, por sua vez, a reprodução econômica, política e ideológica.

O que podemos inferir desse texto é que não há uma (sobre)determinação da superestrutura em direção à infraestrutura mediada pela ideologia, mas uma relação

¹⁰ Um outro autor marxista, anterior a Althusser, – mas com quem este vai necessariamente dialogar – que também desenvolveu uma reflexão consistente sobre o papel da ideologia na captura dos sujeitos, chama-se Antonio Gramsci. Esse filósofo está situado entre a primeira geração do marxismo e o marxismo ocidental e a ele interessa não propriamente a ideologia, mas a questão da hegemonia que difere daquela, embora, às vezes, tenham sido entendidas como indistintas. A bem da verdade, a hegemonia diz respeito ao modo como a classe subalterna é conquistada pela classe dominante sem uso de força ou violência, ou seja, pelo discurso. Assim, a classe dominante usa de mecanismos discursivos – em geral produzidos pela cultura dessa classe – para convencer a classe dominada da sua concepção de mundo sem fazer uso da coerção. Gramsci é o teórico marxista que mais insistiu na noção de hegemonia; noção mais ampla que a de ideologia que, embora a inclua, não pode ser reduzida a esta. Ao constituir as relações sociais, a ideologia pode estar a serviço da hegemonia, uma vez que um grupo pode assegurar seu poder hegemônico se utilizando de mecanismos ideológicos que se encontram materializados em elementos da cultura. Isso se dá porque, para Gramsci (1978, p. 16), a ideologia é “uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, nas atividades econômicas e em todas as manifestações da vida intelectual e coletiva”. Nesse sentido, a hegemonia não seria um tipo exitoso de uma única concepção de mundo, uma vez que a concepção de um grupo pode ser fragmentada em vários aspectos ideológicos, como a arte e o político.

entre economia, política e ideologia na constituição dos sujeitos e da realidade social. Ou seja, nenhuma dessas instâncias que compõem o jogo social é destacada e supervalorizada, mas colocada num movimento em que política, economia e ideologia se determinam mutuamente sem que uma se sobreponha à outra. Sobre isso, Albuquerque (1985, p. 9) assevera que

estamos longe, portanto, da crítica corrente ao determinismo extremado atribuído a Althusser, e da suposta separação mecânica entre infraestrutura e superestrutura, entre ideologia e política, que constituem o trivial das críticas ao formalismo althusseriano. O fato de colocar, no centro da discussão, os efeitos da ideologia sobre as relações entre infra e superestrutura afastam, pelo menos em intenção, o rigor formal das distinções.

De acordo com Albuquerque, não se pode excluir do pensamento althusseriano algum nível de determinação, mas essa determinação não se dá de forma absoluta em nenhuma das instâncias pensadas por Althusser. A metáfora do edifício social, produzida na teoria marxista em termos de superestrutura e infraestrutura reduz o Estado às relações mecânicas entre esses andares. Mas, para Althusser, essa estrutura remete a um estágio da teoria chamada por ele de *descritiva*. Faz-se necessário superar o estágio meramente descritivo e, “para não romper com a *teoria marxista* do Estado, Althusser se vê forçado a *completar* a descrição com seu acréscimo gramsciano¹¹ (Albuquerque, 1985, p. 21, grifo do autor).

Nesse sentido, Althusser toma a ideologia como uma função, de maneira que o caráter relativamente autônomo do conceito não permite a inclusão do mesmo, de forma mecânica, na perspectiva do marxismo clássico que entendia a ideologia como simples *instrumento* da classe dominante. Assim, seu trabalho consiste em

derivar uma teoria da ideologia, de impressionante poder e originalidade, a partir de uma combinação da psicanálise lacaniana, e das características menos obviamente historicistas da obra de Gramsci, e é essa teoria que pode ser encontrada em seu célebre ensaio “Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado”, assim como em fragmentos dispersos de seu volume *Pour Marx* (EAGLETON, 2019, p. 152).

A partir desse texto extremamente inovador, Althusser abre uma brecha na superestrutura a fim de encaixar no Estado os aparelhos ideológicos ao lado dos

¹¹ Em Albuquerque (1985, p. 20) lemos: “De fato, embora mantendo a metáfora da estrutura e da superestrutura, para Gramsci o Estado não é o último andar de um edifício, de onde a classe dominante exerce o seu poder, mas uma função de classe, uma função contraditória que se desdobra na dupla função de hegemonia (ideologia, sociedade civil) e de ditadura (coerção, sociedade política).

aparelhos repressivos de Estado sem desequilibrar a estrutura e sem produzir dualismos, posto que o topo não é representado por dois polos, mas por um único, o poder de Estado, que aglutina os dois aparelhos. Acerca dos aparelhos, Albuquerque (1985, p. 25, grifos do autor) assim se expressa:

Após acrescentar essa “outra realidade” dos aparelhos ideológicos de Estado, Althusser empreende a parte mais crítica de sua retificação teórica, a distinção entre os aparelhos de Estado. Ele começa lembrando que, na teoria marxista, o aparelho de Estado seria repressivo, o que indica que ele “funciona na base da violência”, pelo menos no limite. Em seguida, o que não é de boa técnica teórica, passa a enumerar as instituições que designa como Aparelhos Ideológicos de Estado. Em que consiste sua diferença? Em primeiro lugar, o ARE seria *único*, enquanto que existiria uma *pluralidade* de AIE. Em seguida, enquanto o ARE, unificado, pertence inteiramente ao domínio público, os AIE pertenceriam ao domínio privado.

O que diferencia um aparelho do outro é o seu funcionamento que pode estar calcado na violência ou na ideologia. Mas o que é a ideologia para Althusser e como ela funciona? Num primeiro movimento em direção à compreensão da ideologia, Althusser (1985, p. 85), na leitura que faz do materialismo histórico, apresenta duas teses (uma negativa e outra positiva) sobre a ideologia. Na primeira que formula, o autor diz que a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência. Ou seja, a relação do sujeito com o real não é direta, mas mediada pela ideologia que determina a maneira como esse sujeito (retomaremos a concepção de sujeito em Althusser mais à frente) vivencia ou se relaciona com o real ou com suas condições reais de existência. Eagleton (2019, p. 158, grifos do autor) comenta essa tese da seguinte forma:

Na ideologia, escreve Althusser, “os homens realmente expressam, não a relação entre eles e sua existência, mas a *maneira* como vivem a relação entre eles e suas condições de existência: isso pressupõe uma relação real e uma relação *imaginária, vivida*... Na ideologia, a relação real é inevitavelmente investida na relação imaginária”. A ideologia existe apenas no sujeito humano e por meio dele, e dizer que o sujeito habita o imaginário é afirmar que refere compulsivamente o mundo a si mesmo. A ideologia é centrada no sujeito ou “antropomórfica”: ela nos faz ver o mundo como, de certa forma, naturalmente orientado para nós mesmos, espontaneamente “dado” ao sujeito, e o sujeito, inversamente, sente-se uma parte natural da realidade, reclamada e exigida por ela. Por meio da ideologia, observa Althusser, a sociedade nos “interpela” ou “saúda”, parece nos destacar como unicamente valorosos e se dirige a nós pelo nome. Promove a ilusão de que não poderia sobreviver sem nós, como podemos imaginar o bebê crendo que, se ele desaparecesse, o mundo também desapareceria. Ao nos “identificar” assim, acenando para nós pessoalmente do meio da multidão de indivíduos e benignamente voltando sua face para nós, a ideologia nos dá existência como sujeitos individuais.

É importante salientar esse aspecto do *vivido* que foi elaborado por Althusser e destacado por Eagleton nessa citação. Na citação do texto original, Althusser (1978, p. 38, tradução livre), formula a primeira tese nesses termos: “A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas reais condições de existência¹²”. Nessa proposição, o autor utiliza a preposição *à* (= *avec*) que significa *com*. Logo, a ideologia representa a relação imaginária que os indivíduos entretêm *com* e não *sobre* a realidade (ALBUQUERQUE, 1985, p. 39). Ou seja, a relação dos sujeitos com suas reais condições de existência é mediada pelo imaginário que falseia para os sujeitos a realidade na qual se encontram, vivenciam suas experiências cotidianas, não permitindo aos sujeitos acessar o funcionamento das condições sociais. É por isso que Eagleton vai dizer que a ideologia, numa perspectiva althusseriana, é centrada no sujeito ou antropomórfica, pois, para o sujeito, a realidade é transparente, não contraditória e espontaneamente dada, de maneira que o indivíduo, assujeitado pelos mecanismos ideológicos, reproduz as suas condições de existência sem problematizá-las. Aqui vale citar as primeiras palavras de Althusser (1970, p. 6, tradução livre) em *Idéologie et appareils idéologiques d'État* quando trata da *reprodução das condições de produção*: “A condição última da produção, é, portanto, a reprodução das condições de produção¹³”. E os indivíduos reproduzem as condições de produção porque isso aparece à sua consciência como dado, sempre existente, transparente e inquestionável porque não problemático. Ao normalizar a relação com a realidade, o sujeito se vê como um elemento natural dessa realidade.

Antes de enunciarmos a segunda tese, vamos discorrer sobre outra que nos parece conveniente neste ponto do texto. Essa tese é assim expressa por Althusser (1970, p. 46, grifos do autor, tradução livre):

A categoria de sujeito é constitutiva de toda ideologia, mas, ao mesmo tempo e imediatamente, acrescentamos *que a categoria de sujeito não é constitutiva de toda ideologia, uma vez que toda ideologia tem por função (que a define) “constituir” indivíduos concretos em sujeitos*¹⁴.

¹² Cf. citação no original: L'idéologie représente le rapport imaginaire des individus à leurs conditions réelles d'existence.

¹³ Cf. citação no original: La condition dernière de la production, c'est donc la reproduction des conditions de la production.

¹⁴ Cf. citação no original: La catégorie de sujet est constitutive de toute idéologie, mais en même temps et aussitôt nous ajoutons *que la catégorie de sujet n'est constitutive de toute idéologie, qu'en tant que toute idéologie a pour fonction (qui la définit) de “constituer” des individus concrets en sujets*.

Partindo da concepção de sujeito de Lacan, que não entende o sujeito como indivíduo concreto, orgânico, mas como efeito de linguagem e, por isso, clivado, inscrito na dimensão simbólica, Althusser concebe que os indivíduos são constituídos em sujeitos pela ideologia. E aqui temos uma formulação clássica e bastante polêmica nas Ciências Humanas e Sociais que é a de *assujeitamento*. Ao enunciá-la, Althusser quer fazer pensar que a categoria de *sujeito* é produtiva para a análise das condições de produção e reprodução da sociedade capitalista e o funcionamento geral das relações sociais.

Na concepção de Althusser, a ideologia se impõe imperativamente aos indivíduos que são interpelados em sujeitos por ela (a ideologia), de maneira que somos sempre já sujeitos, pois a ideologia opera por meio da evidência que é um efeito ideológico elementar. Sobre isso, o autor explica:

Como todas as evidências, incluindo aquelas que fazem com que uma palavra “designa uma coisa” ou “possua um significado” (inclusive as evidências da “transparência da linguagem”), a evidência de que vocês e eu somos sujeitos – e que isso não é problema -, é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar¹⁵ (ALTHUSSER, 1970, p. 47, tradução livre).

Uma vez que a ideologia se impõe por meio de evidências, seus efeitos não são sentidos como imposição e são naturalizados e tomados como normais e próprios da vida social. É porque há evidências produzidas pela ideologia que o reconhecimento ideológico é possível e o funcionamento social e econômico torna-se viável. A condição *sine qua non* do reconhecimento ideológico que nos faz sujeitos individuais, insubstituíveis e necessários ao funcionamento da sociedade é apresentada por Althusser (1970, p. 48, tradução livre) nestes termos:

Por essa observação preliminar e suas ilustrações concretas, eu quero apenas assinalar que você e eu somos sempre já sujeitos e, como tal, praticamos sem interrupção os rituais do reconhecimento ideológico, que nos garantem que nós somos, de fato, sujeitos concretos, individuais, inconfundíveis e (naturalmente) insubstituíveis¹⁶.

¹⁵ Cf. citação no original: Comme toutes les évidences, y compris celles qui font qu'un mot “désigne une chose” ou “possède une signification” (donc y compris les évidences de la “transparence” du langage), cette “évidence” que vous et moi sommes des sujets - et que ça ne fait pas problème - est un effet idéologique, l'effet idéologique élémentaire.

¹⁶ Cf. citação no original: Par cette remarque préalable et ses illustrations concrètes, je veux seulement faire remarquer que vous et moi sommes toujours déjà des sujets, et, comme tels, pratiquons sans interruption les rituels de la reconnaissance idéologique, qui nous garantissent que nous sommes bel et bien des sujets concrets, individuels, inconfondables et (naturellement) irremplaçables.

Com isso, Althusser quer trazer para a reflexão aqueles procedimentos, comportamentos e rituais da vida cotidiana que se encontram investidos de ideologia e que os indivíduos, interpelados em sujeito pela ideologia, se apropriam quando da sua chegada ao mundo. Os papéis sociais, todo o universo simbólico da cultura e das religiões, comportamentos socialmente adequados e inadequados, ritos etc preexistem ao indivíduo que, no nascimento, inaugura sua entrada no mundo e é saudado por todo o complexo ideológico que o antecede e o constitui como sujeito.

Althusser ainda afirma, na sua segunda tese sobre a ideologia, que essa tem uma existência material. Nesse sentido, para o filósofo, a ideologia não tem história, mas nem por isso é abstrata; ou seja, ela se materializa nos aparelhos ideológicos do Estado: igrejas, família, escola, jurídico etc. Nas palavras de Althusser (1970, p. 42, tradução livre): “Uma ideologia existe sempre num aparelho e sua prática ou suas práticas. Essa existência é material¹⁷.” É nas práticas sociais que a ideologia, localizada neste ou naquele aparelho de Estado, se materializa. Quando o diretor de uma escola, pede para que os alunos façam uma fila e cantem o hino nacional, essas práticas são investidas da ideologia que constitui o aparelho escolar. Nelas, a ideologia, que não são ideias abstratas, mas materiais, se mostram e ganham espessura.

Esses são alguns aspectos da ideologia numa perspectiva althusseriana que atualizam e inauguram uma visada produtiva para os estudos marxistas, sobretudo a partir dos anos 1960, e passam a integrar a epistemologia em campos como os da Linguística, Antropologia, Economia etc. “A nova leitura althusseriana vai permitir um verdadeiro rejuvenescimento para o marxismo, que se vê renovado e expurgado de seu destino funesto”, afirma Dosse (2007, p. 401). Durante muito tempo as ideias de Althusser ficaram praticamente esquecidas na Europa, sendo retomadas com a efervescência dos estudos discursivos fundados por Michel Pêcheux nos anos 1960, na França, e trazidos para o Brasil por Eni Orlandi.

Ancorado nessas concepções que perpassam o pensamento marxista e as reflexões propostas por Althusser a partir de uma releitura de Marx, Pêcheux delinea uma teoria do discurso que incluía, em sua análise, aspectos deixados de fora pela

¹⁷ Cf. citação no original: Une idéologie existe toujours dans un appareil, et sa pratique, ou ses pratiques. Cette existence est matérielle.

linguística saussuriana e a Pragmática¹⁸: a luta de classes e a ideologia. Diante disso, podemos nos perguntar sobre qual leitura Pêcheux faz de Althusser. A questão da ideologia, em Pêcheux, se encontra em dois capítulos de um livro que foi traduzido no Brasil sob o título *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* por Eni Orlandi. No primeiro capítulo, Pêcheux desenvolve uma reflexão sobre as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção (PÊCHEUX, 2014, p. 129) a partir das concepções althusserianas que se encontram em *Aparelhos Ideológicos de Estado*.

A leitura desses capítulos é imprescindível quando se trata de entender a concepção de ideologia, desenvolvida por Pêcheux, dentro de uma epistemologia que é aquela própria à AD, bem como acompanhar um movimento de ruptura em relação a outras disciplinas de interpretação, como a Pragmática, no interior dos estudos linguísticos.

A inclusão de uma concepção de ideologia na leitura dos enunciados desloca o lugar da interpretação focada no contexto, em que se apaga a contradição constitutiva dos lugares sociais, ocupados pelos sujeitos, numa determinada formação social, para um modo de interpretar que mobiliza um outro gesto de leitura ao considerar a língua, em sua espessura material, sendo posta em funcionamento por indivíduos interpelados em sujeito pela ideologia. Na tentativa de explicitar os fundamentos de uma teoria materialista do discurso, Pêcheux (2014, p. 129-130) esclarece que a) a ideologia não é o único elemento por meio do qual se efetuará a reprodução/transformação das relações de produção de uma formação social, de maneira que se deve considerar as determinações econômicas; b) ao se referir à reprodução/transformação, designa o caráter contraditório de todo modo de produção que se baseia numa divisão de classes. Esses compreendem dois aspectos importantes estabelecidos por Pêcheux (2014, p. 129) ao pensar naqueles “pontos de alcance mais gerais relacionados à teoria das ideologias, à prática de produção dos conhecimentos e à prática política”.

A compreensão de ideologia como prática social – e não como um conglomerado de ideias – faz com que Pêcheux (2014, p. 130-131) determine a leitura que faz do termo

¹⁸ A Pragmática é uma corrente da Linguística que estuda a língua considerando o contexto comunicativo no qual os enunciados se encontram inseridos. Assim, o sentido é analisado a partir da análise do contexto e dos usuários da língua.

aparelho ideológico de Estado e assim se expresse: i) a ideologia não se impõe à sociedade de forma homogênea como se fosse a mentalidade de uma época ou uma visão de mundo; ii) é impossível atribuir a cada classe sua ideologia, como se vivessem previamente à luta de classes com suas concepções de mundo e, de repente, ao se encontrarem, a classe dominante impusesse sua ideologia à outra classe; iii) os aparelhos ideológicos de Estado não são a expressão da ideologia da classe dominante, mas seu lugar e meio de realização; iv) os aparelhos ideológicos de Estado não são máquinas ideológicas que servem de instrumento à classe dominante, de maneira a reproduzir, pura e simplesmente, as relações de produção, mas constituem, pela contradição, o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção. Esses são apontamentos que definem a direção que Pêcheux deseja dar à noção de aparelhos ideológicos de Estado e, por conseguinte, à noção de ideologia na constituição dos processos discursivos.

Aquilo que se depreende dessas observações de Pêcheux acerca da relação entre ideologia e processos contraditórios de reprodução/transformação das relações de produção é que não existe uma relação determinista entre os aparelhos ideológicos e o funcionamento de uma formação social, mas, pelo contrário, há determinações que não são estanques, homogêneas e mera expressão da infraestrutura. Não há uma relação direta na qual os aparelhos ideológicos reproduziriam as condições econômicas de uma sociedade a fim de manter um determinado estado de coisas; ao contrário, as relações se dão por meio da contradição e no interior da luta de classes que não é nem homogênea, nem pura. E é por isso que Pêcheux (2014, p. 131-132, grifos do autor) vai dizer que

Podemos, de agora em diante, dar mais um passo no estudo das condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção dizendo que essas condições contraditórias são constituídas, em um momento histórico dado, e para uma formação social dada, pelo *conjunto complexo dos aparelhos ideológicos de Estado* que essa formação social comporta. Digamos bem, conjunto *complexo*, isto é, com relações de contradição-desigualdade-subordinação entre seus “elementos”, e não uma simples lista de elementos: na verdade, seria absurdo pensar que, numa conjuntura dada, *todos os aparelhos ideológicos de Estado* contribuem *de maneira igual* para a reprodução das relações de produção e para sua transformação. De fato, suas propriedades “regionais” – sua especialização “evidente” na religião, no conhecimento, na política etc – condicionam sua importância relativa (a desigualdade de suas relações) no interior do conjunto dos aparelhos ideológicos de Estado, e isso em função do estado da luta de classes na formação social considerada.

Depreende-se dessa citação que não há, para Pêcheux, um funcionamento das relações entre infraestrutura e superestrutura em que a infraestrutura reproduziria, automaticamente e sem falhas, as relações de produção. Por essa razão, indo ao encontro de Althusser, diz que se trata de um conjunto *complexo* de aparelhos ideológicos de Estado. Assim, os aparelhos se definem por sua *complexidade* que se expressa sob a forma da desigualdade e da contradição entre os elementos que os compõem. Dada à regionalização de cada aparelho, as *formações ideológicas* que advêm dessas regiões expressam a posição de classe implicada no aparelho que a representa, de maneira que “os ‘objetos’ ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo que ‘a maneira de se servir deles’ – seu ‘sentido’, isto é, sua orientação, ou seja, os interesses de classe aos quais eles servem (...)” (PÊCHEUX, 2014, p. 132). Nas práticas sociais, objetos são investidos da ideologia de uma determinada classe que, por sua vez, refletem os interesses dessa classe. Desse modo, a prática ideológica, no interior dos aparelhos ideológicos de Estado são, concomitantemente, a prática de uma classe na Ideologia. A contradição própria das relações de reprodução e transformação das relações de produção tem seu ponto nodal na ideologia, posto que é no espaço das relações de contradição-desigualdade-subordinação entre as regiões que caracterizam os aparelhos que se constitui o quadro da luta ideológica de classes. Em resumo, explica Pêcheux (2014, p. 134):

A objetividade material da instância ideológica é caracterizada pela estrutura de desigualdade-subordinação do “todo complexo com o dominante” das formações ideológicas de uma formação social dada, estrutura que não é senão a da contradição reprodução/transformação que constitui a luta ideológica de classes.

A concepção de ideologia em Pêcheux, a partir da releitura que faz de Louis Althusser, permite pensar, no âmbito de uma teoria do discurso, a ideologia em relação à língua(gem), questionando a ideia de língua como transparente – conforme pensada por Gottlob Frege e seus seguidores no campo da Semântica Formal¹⁹ – e concebendo a produção de linguagem em sua materialidade e opacidade. Ao produzir esse deslocamento, Pêcheux se afasta de uma concepção de ideologia como má consciência ou visão de mundo e se aproxima de uma concepção que entende a ideologia, uma vez

¹⁹ A Semântica Formal é uma perspectiva teórica do campo da Linguística que se ocupa da questão do significado e o analisa em sentenças que são entendidas como estruturadas logicamente.

materializada na língua(gem), funcionando e produzindo efeitos na história porque inscrita nos discursos que circulam nas diferentes regiões dos aparelhos ideológicos de Estado (Jurídico, Igreja, Escola etc).

O efeito de transparência da língua(gem) é resultado do processo ideológico que produz a ilusão de que existe uma relação termo a termo entre língua e mundo, fazendo crer que o sentido se encontra inextricavelmente ligado à palavra, de maneira que esse mesmo sentido não é passível de deslize, de modo a derivar em outro(s) sentido(s). Nessa direção, Orlandi (2001, p. 46) afirma que

por esse mecanismo – ideológico – de apagamento da interpretação, há transposição de formas materiais em outras, construindo-se transparências como se a linguagem e a história não tivessem sua espessura, sua opacidade – para serem interpretadas por determinações históricas que se apresentam como imutáveis, naturalizadas. Este é o trabalho da ideologia: produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência.

Ao analista de discurso, cabe entender o efeito da ideologia no funcionamento da linguagem a partir da mobilização do dispositivo teórico-analítico da AD, de maneira que desnaturalize os sentidos dos textos, sejam orais, escritos ou visuais, e faça emergir sentidos que não estão postos, mas que igualmente sustentam o processo de significação da produção discursiva. Assim, a análise da materialidade linguístico-visual implica em entender a discursividade específica de cada processo de enunciação que não se reduz, como querem os pragmaticistas, à descrição e análise do contexto imediato, mas aos efeitos de sentidos produzidos entre sujeitos interpelados pela ideologia.

1.3 DA CONCEPÇÃO DE SUJEITO

A concepção de sujeito construída por Michel Pêcheux ao longo da elaboração do seu trabalho teórico encontra-se ancorada no contexto intelectual francês dos anos 1960. Nesse contexto, proeminentes pensadores como Michel Foucault, Jacques Derrida, Jacques Lacan e Louis Althusser propõem uma revisão da concepção de homem (leia-se indivíduo) pensante tal como estabelecido por Descartes e, posteriormente, assumido nas Ciências Humanas. À uma concepção biologizante e psicológica de sujeito do conhecimento, ou seja, que entende esse sujeito como aquele que confere uma unidade

ao saber científico, submetendo-o a um controle rigoroso, esses autores vão propor uma nova leitura do sujeito do conhecimento que se desloca de uma concepção biologizante e psicológica para uma concepção que o compreende como uma posição dentre outras. Nessa perspectiva, o sujeito é concebido como descentrado, clivado e interpelado pela ideologia. Contrárias a essa abordagem, as linguísticas estruturalista e formalista elegem o sujeito cartesiano como aquele que melhor corresponde aos seus intentos de cientificidade.

Essa visão de sujeito é rejeitada por esses autores que, contrários aos reducionismos que a filosofia estruturalista produzia naquele contexto, se posicionam num lugar diametralmente oposto ao daquele que entende o sujeito como origem do saber produzido no interior das ciências do homem. Para expressar essa posição, Lacan (1966, p. 11) afirma: “Não há ciência do homem, porque o homem da ciência não existe, mas somente o seu sujeito²⁰”. Ao assim afirmar, Lacan²¹ demarca um lugar que rompe com um modo de conceber o sujeito da ciência e aponta para um outro no qual

a linguagem (ou jogo, ou a ordem do signo, ou o discurso) não é entendida como uma origem, ou como algo que encobre uma verdade existente independentemente dela própria, mas sim como exterior a qualquer falante, o que define precisamente a posição do sujeito, de todo sujeito possível. Mas isto define o sujeito como posição, e não como uma coisa em si mesma, como uma substância. Não se encontra em Lacan, em Foucault ou em Derrida uma definição “positiva” qualquer de sujeito enquanto entidade; encontra-se somente sua posição. (HENRY, 2014, p. 30)

²⁰ Cf. citação no original: Il n’y a pas les sciences de l’homme, parce que l’homme de la science n’existe pas, mais seulement son sujet.

²¹ Ressaltamos a aproximação que Lacan faz entre Psicanálise e o pensamento de Hegel sobre o sujeito do conhecimento. Laia (1989, p. 50) assim se expressa sobre esse encontro: No seu trajeto de retorno a Freud, Lacan inclui Hegel. A crítica que esse filósofo faz ao eu fechado em sua certeza e em seu poder vai de encontro ao movimento lacaniano de se contrapor às teorias da Psicologia do Ego que tomam o eu como ponto central da clínica psicanalítica. A partir desse ponto, desenvolve-se toda uma clínica baseada no “tornar consciente o inconsciente” e no incremento das defesas e do conhecimento do eu. Assim, a postulação hegeliana da consciência como uma estrutura de ilusões e desconhecimentos cuja verdade está em uma outra estrutura que a suprassume interessa ao projeto lacaniano. Hegel é visto, então, como “uma solução ideal que é, se podemos dizê-la, aquela de um revisionismo permanente, onde a verdade está em reabsorção constante no que ela tem de perturbante, não sendo em si mesma senão aquilo que lhe falha para a realização do saber”. Trata-se, a meu ver, de todo o processo de constituição do sujeito através da perda de suas ilusões. O sujeito – mesmo sem o saber – participa desse processo descobrindo, no final, de que o que ele buscava já estava de início posto. Essa concepção hegeliana da subjetividade interessa a Lacan no seu projeto de fazer retornar à Psicanálise o seu caráter de peste, pois essa experiência da busca da verdade – a Fenomenologia do Espírito – é o “caminho da dúvida”, o “caminho do desespero”. Assim, por esse caminho onde a verdade se constitui ao longo do processo do conhecimento com a participação do sujeito que conhece e a descoberta de que o fim já estava lá desde o início, por esse caminho no qual a verdade nunca é toda atingida, trilham Hegel e Lacan.

Ao deslocar a concepção de sujeito, muda-se o estatuto da linguagem que não é mais entendida como mero sistema de códigos a serem decodificados no ato da interpretação. Ela não é também apenas instrumento de comunicação, cujo processo implica um emissor que, por sua vez, envia uma mensagem ao receptor que decodifica o sentido que se encontra colado ao signo. Na esteira das reflexões que são desenvolvidas por esses autores, a linguagem, bem como o sentido, são produzidos na relação constitutiva que o signo entretém com o exterior, o Outro (do inconsciente), e, assim, é inserido na rede de significantes que determina o dizível e o interpretável. Nesse sentido, Lacan não pensa o sujeito mobilizando a noção de um *eu* todo-poderoso, mas referindo-o ao *Outro* que o constitui e, assim, mostra que Freud, embora pense cartesianamente, se apoia na dúvida e não na certeza absoluta prevista pelo *cogito* de Descartes. É nesse ponto que Freud rompe com o pensamento cartesiano e inaugura um outro modo de lidar com o objeto cognoscível. Na segunda aula do Seminário 11, Lacan (2008, p. 42) assim se expressa:

De maneira exatamente analógica, Freud, onde duvida – pois enfim são *seus* sonhos, e é ele que, de começo, duvida – está seguro de que um pensamento está lá, pensamento que é inconsciente, o que quer dizer que se revela como ausente. É a este lugar que ele chama, uma vez que lida com outros, o *eu penso* pelo qual vai revelar-se o sujeito. Em suma, Freud está seguro de que esse pensamento está lá, completamente sozinho de todo o seu *eu sou*, se assim podemos dizer, - a menos que, este é o salto, alguém pense em seu lugar. É aqui que se revela a dissimetria entre Freud e Descartes. Ela não está de modo algum no encaminhamento inicial da certeza fundada do sujeito. Ela se prende a que, nesse campo do inconsciente, o sujeito está em casa. E é porque Freud lhe afirma a certeza que se faz o progresso pelo qual ele muda o mundo para nós.

A teorização de Freud, em a *Interpretação dos Sonhos* (2019), recai sobre um *saber*, o *saber inconsciente* que o sonho permite acessar; mas não se pode ter nenhuma certeza, aos moldes da certeza cartesiana, sobre o pensamento que vem desse lugar porque não pode ser submetido aos processos de produção de saberes nas ciências estabelecidas. Esse *saber* do qual fala Lacan, ou seja, o *saber inconsciente*, não se escreve com as palavras da erudição científica, mas com aquelas cotidianas, porque o sujeito que fala não é o sujeito consciente que tenta controlar o que diz, mas o sujeito do inconsciente. Dividido entre o inconsciente e o consciente, o sujeito da psicanálise é constituído por todos os significantes que o significaram ao longo da sua existência e, por isso, esse sujeito desconhece o centro, cuja posição o sujeito cartesiano se esforça por ocupar.

É no interior dessas reflexões acerca da produção de conhecimento e do sujeito do conhecimento que Michel Pêcheux inscreve o seu pensamento. Em estreito diálogo com Althusser e Lacan, Pêcheux vai formular a noção de sujeito interpelado pela ideologia²² ao longo das épocas que compreendem a formulação da teoria do discurso.

No primeiro momento de construção de um aparato teórico-metodológico da Análise do Discurso, Pêcheux (2014, p. 308) concebe que a análise da superfície discursiva parte da investigação linguística de cada sequência – pertencente a um *corpus* fechado – e segue até detectar e construir sítios de identidades parafrásticas intersequenciais. À essa época da AD, corresponde uma concepção de produção discursiva como uma máquina autodeterminada e fechada sobre si mesma, de tal modo que “um sujeito-estrutura determina os sujeitos como produtores de seus discursos: os sujeitos acreditam que ‘utilizam os seus discursos’ quando na verdade são seus ‘servos’ assujeitados, seus ‘suportes’” (PÊCHEUX, 2014, p. 307). Nesse primeiro momento, prevalece a noção de maquinaria discursivo-estrutural e a noção de assujeitamento à máquina discursiva é preponderante.

Nesse trecho, fica evidente a posição que Pêcheux assume de ruptura com o sujeito concebido como a fonte do sentido. Sujeito à maquinaria, ou seja, às condições de produção do discurso que produz, o sujeito representa, no seu próprio discurso, o lugar social de onde enuncia. Isso é explicado por Pêcheux (2019, p. 39) quando trata do processo comunicativo (entendido como discursivo) entre o destinador (A) e o destinatário (B):

Fica bem claro, já de início, que os elementos *A* e *B* designam algo diferente da presença física de organismos individuais. Se o que dissemos antes faz sentido, resulta pois dele que *A* e *B* designam lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares dos quais a sociologia pode descrever o feixe de traços objetivos característicos: assim, por exemplo, no interior da esfera da produção econômica, os lugares do “patrão” (diretor, chefe da empresa etc), do funcionário de repartição, do contramestre, do operário são marcados por propriedades diferenciais determináveis.

²² Noção largamente presente nos escritos althusserianos, que a entende não como ocultação da realidade, mas como prática social, a ideologia vai ocupar um lugar importante na elaboração de uma teoria do discurso por Michel Pêcheux que, por sua vez, acrescentará a linguagem na análise dos processos discursivos nos quais se inscreve a ideologia. A linguagem havia ficado de fora da reflexão de Althusser que “não estava particularmente interessado pela linguagem, e é aí que chegamos ao âmago daquilo que tem de ver com Pêcheux: as relações entre linguagem e ideologia” (HENRY, 2014, p. 36.).

A representação que os interlocutores fazem dos lugares sociais que ocupam numa formação social dada determina a forma do discurso e os sentidos que, nessa perspectiva, não se encontram colados à palavra, resultando de uma relação termo-a-termo, como pressupõe a linguística saussureana e a semântica estrutural, mas dos efeitos produzidos entre os locutores situados em determinadas condições de produção.

A concepção de sujeito que subjaz às análises desenvolvidas no segundo momento da AD é deslocada de uma concepção de sujeito como uma unidade para aquela que entende o sujeito em sua dispersão. Nesse momento, partem-se os espelhos e a concepção de sujeito que se desenha é referida às formações discursivas, noção cunhada por Michel Foucault²³ e pensada em sua disjunção, ou seja, não se constituindo de elementos ligados entre si por um princípio de unidade. Desse modo, se as FDs não formam uma unidade, tampouco o sujeito pode ser entendido como unitário, mas disperso e constituído por diferentes posições que podem ser ocupadas no interior do processo discursivo. Nesse sentido, Pêcheux vai pensar o sujeito em termos de posição a serem ocupadas pelo indivíduo ao se inscrever em diferentes FDs que o interpelam ideologicamente em sujeito do seu discurso. Com efeito, escreve Pêcheux (2014, p. 310, grifos do autor),

a noção de *formação discursiva* tomada de empréstimo a Michel Foucault, começa a fazer explodir a máquina estrutural fechada na medida em que o dispositivo da FD está em relação paradoxal com o seu “exterior”: uma FD não é um espaço estrutural fechado, pois é constitutivamente “invadido” por elementos que vêm de outro lugar (isto é, de outras FD) que se repetem nela, fornecendo-lhe suas evidências discursivas fundamentais (por exemplo sobre a forma de “preconstruídos” e de “discursos transversos”).

A identificação do sujeito com a FD que o assujeita não é plena nem estanque, posto que, uma vez invadida por elementos que vêm de outras FDs, o sujeito, identificando-se com essas outras FDs, se deslocaria para outros lugares e ocuparia outras posições que não mais aquela na qual se inscreveu ao proferir as primeiras palavras. Assim, o sujeito é entendido como uma função dentre outras, de maneira que o sentido das suas palavras advém da(s) FD(s) na(s) qual(is) se inscreve. É a FD que determina aquilo que pode e deve ser dito pelo sujeito no interior de um processo

²³ Acerca da noção de formação discursiva, remetemos à *Arqueologia do Saber* que foi escrito por Michel Foucault (1995) em resposta aos seus críticos. Nesse texto, encontramos noções fundamentais ao projeto foucaultiano de análise arqueológica dos diferentes campos do saber.

discursivo, pois, ao se identificar com uma determinada FD, o sujeito também se inscreve numa dada formação ideológica que circunscreve a forma do seu discurso e preestabelece as possibilidades de sentido. Nessa direção, Pêcheux (2014, p. 146) diz que

isso equivale a afirmar que as palavras, expressões, proposições etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas: retomando os termos que introduzimos acima e aplicando-os ao ponto específico da materialidade do discurso e do sentido, diremos que os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes.

Nessa perspectiva, o sujeito se constitui pelo esquecimento daquilo que o determina, posto que a interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia apaga para o sujeito o processo pelo qual ele se inscreve numa determinada FD para produzir sentidos. Esse apagamento produz o efeito de evidência do sujeito e dos sentidos. A contradição própria a esse processo é que o esquecimento daquilo que produz o sujeito é condição *sine qua non* para que o sujeito-falante produza sentidos ao enunciar. Considerando que, para Pêcheux, inconsciente e ideologia encontram-se materialmente ligados (ORLANDI, 1996, p. 63), podemos concluir que, pela ideologia, o sujeito do inconsciente se constitui como sujeito do seu discurso por um efeito elementar que o produz como uma unidade imaginária mediante sua inscrição em uma determinada FD. Entendida como um espaço atravessado por outras FDs, ou seja, por discursos outros que “falam antes, em outro lugar e independentemente” (PÊCHEUX, 2014, p. 149), o sujeito, ao identificar-se com uma determinada FD, imerge num processo no qual os elementos que jogam no interior da FD são reinscritos no seu discurso.

Ao identificar-se com a FD, a partir da qual enuncia no interior de uma determinada formação ideológica, o sujeito-falante se identifica também com a forma-sujeito que domina aquela FD e que disponibiliza ao sujeito-falante os sentidos possíveis que são retomados – no discurso do sujeito-falante – sob o signo da dissimulação. Desse modo,

é pelo viés da *forma-sujeito* que o sujeito do discurso se inscreve numa determinada FD, com a qual ele se (des)identifica e que o constitui sujeito. Ao realizar o movimento de *incorporação-dissimulação* dos saberes que circulam no interdiscurso, pelo viés da *forma-sujeito* é que o sujeito do discurso vai produzir o efeito de unidade, de evidência. Em relação a essa primeira modalidade, cabe destacar que ela só acontece pelo viés da reprodução dos saberes que dominam a *forma-sujeito* (GRIGOLETTO, 2005, p. 62, grifos da autora).

Enquanto que, na perspectiva da AD-1, o sujeito está submetido à maquinaria que o determina, na AD-2 o sujeito se encontra num campo de areias moventes, posto que, pelo processo de (des)identificação, pode se inscrever em outras FDs, fazendo com que o sentido deslize, abra-se à possibilidade de ser outro.

Há um outro aspecto do processo de assujeitamento dos indivíduos – retomado por Pêcheux ([1975] 2014) – que se encontra em Althusser (1999), e que diz respeito à forma histórica do sujeito. Althusser inicia essa discussão no capítulo sétimo de *Sobre a Reprodução* a partir de uma análise que faz da ideologia religiosa cristã. Segundo Althusser (1999), os sujeitos religiosos só existem submetidos a um Outro Sujeito que, no caso da religião cristã, seria Deus. Ainda ancorado na ideologia cristã a partir dos textos bíblicos, exemplifica dizendo que Deus, sujeito por excelência, interpela os indivíduos que se submetem e se tornam sujeitos pelo Sujeito. Pêcheux (2014) vai retomar essa reflexão em *Semântica Discursiva* e afirmar que

a marca do inconsciente como “discurso do Outro” designa no sujeito a presença eficaz do “Sujeito”, que faz com que todo sujeito “funcione”, isto é, tome posição, “em total consciência e em total liberdade”, tome iniciativas pelas quais se torna “responsável” como autor de seus atos etc., e as noções de *asserção* e de *enunciação* estão aí para designar, no domínio da “linguagem”, os atos de tomada de posição do sujeito, enquanto sujeito-falante.

Pêcheux está pensando o sujeito da modernidade; sujeito de direito, responsável, consciente e efeito de uma formação social: o capitalismo. Assim como, no discurso cristão, é a voz do Sujeito (Deus) que se ouve no discurso produzido pelos sujeitos religiosos, na sociedade moderna e capitalista, o sujeito se posiciona como livre, responsável e como detentor de direitos e deveres. Embora o discurso do capitalismo tenha produzido sujeitos que se entendem como sujeitos livres (livre-iniciativa, liberal etc), é pela via do assujeitamento ao Sujeito que esses podem existir como sujeitos-falantes. É nesse sentido que Orlandi (2001, p. 51) afirma que

com a transformação das relações sociais, o sujeito teve de tornar-se seu próprio proprietário, dando surgimento ao sujeito-de-direito com sua vontade e responsabilidade. A subordinação explícita do homem ao discurso religioso dá lugar à subordinação, menos explícita, do homem às leis: com seus direitos e deveres. Daí a ideia de um sujeito livre em suas escolhas, o sujeito do capitalismo.

De acordo com essa concepção, é possível pensar o sujeito como efeito de um processo de assujeitamento àquilo que Pêcheux (2014, p. 158) vai nomear como *pré-*

construído, ou seja, *aquilo que todo mundo sabe* (um saber Universal) e compartilha em uma determinada formação social.

Afastando-se de uma concepção de sujeito estruturalista, Pêcheux se aproxima, na AD-3, de uma noção de sujeito radicalmente heterogênea em sua constituição. Afirmando, nessa época, o primado do interdiscurso, ele reelabora essa noção em torno dos trabalhos desenvolvidos por Jacqueline Authier-Revuz que se debruça sobre dois aspectos do discurso: a heterogeneidade mostrada e a heterogeneidade constitutiva.

Aquilo que se depreende desse momento é que o encontro com Lacan e a psicanálise se torna ainda mais estreito. O *outro* é acentuado em relação ao *mesmo* e novamente os espelhos parecem se partir, de maneira que a noção de *máquina discursiva* fica cada vez mais opaca no interior da teoria do discurso. O acento na questão da *heterogeneidade discursiva*, noção que vem sendo desenvolvida por Jacqueline Authier-Revuz²⁴, aponta para essa concepção de sujeito clivado entre o consciente e o inconsciente que já vinha ganhando centralidade na AD-2, mas que agora é reforçado a partir de estudos teóricos, como os de Authier-Revuz, que tratam da heterogeneidade enunciativa e que, por sua vez, possibilitam tematizar as formas linguístico-discursivas do discurso-outro (PÊCHEUX, 2014, p. 313). A discursivização, ou seja, o processo discursivo em seu funcionamento, que é ao mesmo tempo da ordem da língua e da história, ou seja, estrutura e acontecimento, põe em jogo o discurso do outro que é trazido pelo sujeito, bem como o discurso do sujeito que se coloca em cena como um *outro*. Mas a presença discursiva do *outro* não se dá apenas por meio de citações explícitas que são retomadas pelo sujeito e que aparecem marcadas no fio do intradiscurso. Essa presença do *outro* também vem pela via de uma *memória* ou do *interdiscurso* que irrompe no discurso do sujeito-falante – sem que ele consiga ter controle sobre isso – e constitui os sentidos possíveis no interior de um processo enunciativo.

Essa relação de interface entre saberes da teoria do discurso e saberes oriundos da psicanálise – que atravessam o construto teórico pensado por Pêcheux e o grupo que se reuniu em torno dele – permitiu trazer para o campo do discurso a compreensão de

²⁴ Jacqueline Authier-Revuz situa-se no campo da enunciação e seu pensamento é fundamentado nas ideias de Bally, Benveniste e Culioli. A autora se define como neo-estruturalista, mas sua relação com Saussure se restringe ao reconhecimento da língua como ordem própria, de maneira que introduz, em suas análises, aspectos extralinguísticos que ficaram de fora das considerações de Saussure.

que o sujeito é binário porque ele é aquilo que um significante representa para outro significante. Já a noção de *Grande Outro* cunhada por Lacan faz eco na noção de Sujeito da Ideologia expressa por Althusser e retomada no campo da análise do discurso por Pêcheux (FERREIRA, 2010, p. 6). Embora haja aproximações entre Psicanálise, (sobretudo com a releitura que Lacan faz de Freud) e a teoria do discurso, é importante ressaltar que aqueles conceitos psicanalíticos que são mobilizados por Pêcheux não se encontram de forma literal nos escritos pecheutianos, mas são ressignificados e isso pode ser melhor entendido a partir das palavras de Ferreira (2010, p. 6):

A nova ideia de sujeito trazida por Lacan como um sujeito descentrado, efeito do significante que remete para um outro significante, encontra eco em outros campos das ciências humanas, como é o caso da AD e, especialmente, em Pêcheux. Assim como Althusser foi uma influência decisiva para Pêcheux (bem como para toda uma geração de intelectuais da época), o encontro com as ideias de Lacan também o é. É fundamental reiterar nesse ponto, que mesmo com todo o fascínio de Pêcheux, claramente manifesto, por alguns conceitos formulados pela Psicanálise, tanto via Freud, mas sobretudo, via Lacan, ele nunca deixou de ressaltar e, mais que isso, advertir que as duas ordens – a do discurso – e a da psicanálise – não se superpõem.

A relação entre ideologia e inconsciente, noções que trabalham a constituição do sujeito e do sentido, se inscreve na materialidade da língua inscrita na história, ou seja, no discurso e, por isso, se diz que se encontram materialmente ligados. A noção de materialidade, seja da história, seja da ideologia, afasta Pêcheux de qualquer tipo de idealismo, mesmo daquele encontrado nos conceitos elaborados por Lacan. A esse respeito, Ferreira (2010, p. 7) adverte:

Ainda que formule o modo de conceber a relação entre o inconsciente e a ideologia, Pêcheux seguirá firme na sua convicção de que entre tais noções há um modo de constituição mútua que as mantém paradoxalmente interligadas, ainda que sejam distintas (está aí o paradoxo!). E penso poder acrescentar que o caminho para essa aproximação (qual uma passagem), na visão de Pêcheux, se daria pela linguagem, enquanto forma material.

O que Pêcheux produz naqueles conceitos construídos por Lacan é um deslocamento, de maneira que esses conceitos passam a funcionar de outro modo no interior da teoria do discurso. Não há simples e mera apropriação do quadro conceitual, mas um gesto que ressignifica os conceitos que mobiliza no interior de uma relação de entremeio que conjuga Materialismo Histórico, Linguística e teoria do discurso e pensa essa relação atravessada por uma teoria psicanalítica.

E é porque o sujeito é afetado pelo inconsciente e constituído pela ideologia, ou seja, assujeitado à essas ordens, que é possível o deslize, o furo e a falha no processo de constituição dos sentidos. Ao se inscrever na língua, ordem simbólica inscrita na história, o sujeito do discurso é atravessado pelo interdiscurso, essa voz sem nome que permite a abertura do processo discursivo, de maneira que todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (PÊCHEUX, 2002, p. 53).

O primado do *Outro no Mesmo* que caracteriza essa terceira época da AD vai privilegiar a análise do *interdiscurso* na constituição dos sujeitos e dos sentidos produzidos nos discursos postos em circulação. Assim, privilegia-se o exterior, ou seja, aquilo que fala em outro lugar, pois

se, em Lacan, retomado por Pêcheux (1975), a metáfora se define como “uma palavra por outra” (transferência), para falar do meu ponto de vista, a historicidade, a filiação à rede de sentidos, o Outro, pensado discursivamente, me leva à afirmação do funcionamento do interdiscurso pela afirmação das “palavras que falam com palavras”. (ORLANDI, 2017, p. 24)

Ao se inscrever no simbólico, o sujeito do discurso atualiza, em suas palavras, palavras de outros que vêm, por um efeito de memória (historicidade), se inscrever em seu discurso.

1.4. DA TEORIA DO DISCURSO

A construção de uma teoria do discurso, por Michel Pêcheux, no contexto da intelectualidade francesa na década de 1960, se dá por meio de um intenso diálogo com o materialismo histórico, tal como lido por Althusser, e a linguística estruturalista. Além disso, concorrem para a construção dessa teoria, o contexto político da França nos anos 1960 e a efervescência intelectual impulsionada por trabalhos inovadores como aqueles produzidos por Jacques Lacan, Louis Althusser, Michel Foucault e Jacques Derrida. Nesse contexto de novas proposições, a concepção de história é reformulada, as epistemologias são repensadas e o sujeito do conhecimento ganha outros contornos. Maldidier (2019, p. 41, grifos da autora) discorre sobre a conjuntura histórica na qual se dá a emergência do pensamento de Pêcheux:

A história está presente no ponto de partida: é preciso evocar sucintamente mais uma vez a conjuntura teórica do fim dos anos de 1960 na França. Uma época em que o estruturalismo é triunfante, em que a “ciência” linguística promete novos avanços principalmente por meio da chegada da gramática gerativa. Paralelamente, o marxismo althusseriano agita os pensadores da ortodoxia, renova a reflexão sobre a instância ideológica e “autoriza” a abertura em direção à psicanálise (o artigo de Althusser “Freud et Lacan” foi publicado em 1964, na revista *La Nouvelle Critique*). É também o tempo das grandes aulas de epistemologia com a influência de Bachelard e Canguilhem. A política e os amplos desígnios intelectuais parecem poder coadunar-se. Em suma, a conjuntura oferece condições de possibilidade para novas relações, para um pensamento “transversal”.

É nesse contexto de releituras, retomadas e deslocamentos, que emerge a teoria do discurso de linha francesa. Colocando-se entre o que podemos chamar *de sujeito da linguagem e sujeito da ideologia* (HENRY, 2014, p. 36), Pêcheux tece os fios que permitirão pensar um objeto próprio que não se reduz nem à *língua*, enquanto sistema de signos, nem à descrição pura e simples das ideologias. Esse objeto é o *discurso*. Essa inquietação, em virtude da busca de um lugar no interior das ciências da linguagem, se encontra em Pêcheux já nas primeiras teorizações que visam à formação epistemológica de um campo que se caracterize como uma disciplina de interpretação. Aquilo que inquieta Pêcheux em relação à *Análise de Conteúdo*, bastante praticada à época sob a égide do Estruturalismo, é o fato de que aquela tomava a língua e o sujeito como transparentes a si mesmos. As questões que Pêcheux se coloca sobre essa prática de interpretar os textos – relacionada ao modo como seus praticantes entendem a língua – aparecem no primeiro capítulo de *Análise Automática do Discurso (1969)* quando o autor desenvolve uma crítica à prática de compreensão de textos realizada no interior da escola que funciona segundo os ditames da *Análise de Conteúdo*. Diante desse *modus operandi* dos linguistas estruturalistas, Pêcheux se coloca o desafio de incluir o *extralinguístico*, ou seja, o *discurso*, na análise dos arquivos constituídos por textos, a princípio, de cunho político.

A Pêcheux, passa a interessar as condições de emergência que possibilitaram o aparecimento de um enunciado, e não a frase, descolada das condições histórico-sociais que constituem sua forma e sentido. Em *Análise Automática do Discurso*, Pêcheux ([1969] 2019, p. 30, grifos do autor) afirma:

Isso significa que nem sempre se pode dizer da frase que ela é normal ou anômala apenas por sua referência a *uma norma* universal inscrita *na* língua mas

sim que esta frase deve ser referida ao *mecanismo discursivo* específico que a tornou possível e necessária em um contexto científico dado.

Aquilo que Pêcheux passa a investigar não diz respeito ao mecanismo linguístico com seus fonemas e sintagmas, mas ao *mecanismo discursivo* – noção que mais tarde vai ser substituída por *funcionamento discursivo* – que possibilitou o aparecimento, num dado contexto sócio-histórico, de uma frase com determinada estrutura sintática. Nesse momento inicial de formulação da teoria, importa a Pêcheux descrever as *condições de produção* que constituem os enunciados. Assim, a comunicação e a interpretação não passam apenas pela decodificação dos textos, mas implica um trabalho sobre a constituição dos sentidos em sua relação com o processo de produção dos enunciados. O programa epistemológico para a AD, pensado por Pêcheux ([1969] 2019, p. 31, grifos do autor), inclui “o estudo da ligação entre “as circunstâncias de um discurso – que chamamos daqui em diante suas *condições de produção* – e seu processo de produção”.

Nesse gesto teórico, que produz deslocamento na epistemologia do saber linguístico, Pêcheux estabelece aquilo que entende por *discurso* e se posiciona em relação a outras teorias que, à época, já relacionavam língua e sociedade ou língua e contexto, como a Sociolinguística²⁵, a Pragmática e a análise do discurso praticada por Zellig Harris. Desse modo, na perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa pensada por Pêcheux e o grupo que se reúne em torno dele, o discurso é efeito de sentido entre locutores (PÊCHEUX, 2019, p. 39).

Nessa perspectiva, o discurso não se confunde com a língua, mas a pressupõe, de maneira que a língua é a base sobre a qual se desenvolvem os processos discursivos. Ou seja, a língua, na perspectiva da AD, não é entendida como objeto abstrato, mas como base na qual se materializa o discurso. Entendido como uma prática social entre outras, o discurso tem sua regularidade e funcionamento próprios, de maneira que pode ser submetido à *leitura* mediante a mobilização de um dispositivo teórico que possibilite a “escuta” dos sentidos que sustentam o processo discursivo, bem como daqueles sentidos que deslizam e desembocam em outros. Consequentemente,

não se trabalha, como na Linguística, com a língua fechada nela mesma, mas com o discurso, que é um objeto sócio-histórico em que o linguístico intervém

²⁵ A Sociolinguista é um ramo da Linguística que estuda as relações entre língua e sociedade. De acordo com os estudos na área, a mudança linguística é referida a aspectos externos à língua, como fatores históricos, de gênero, geográficos, escolaridade e idade.

como pressuposto. Nem se trabalha, por outro lado, com a história e a sociedade como se elas fossem independentes do fato de que elas significam. (ORLANDI, 2001, p. 16)

Ao não restringir a análise do discurso à análise da frase, Pêcheux situa o discurso para além dela e acrescenta: “*a discursividade não é a fala (parole)*, isto é, uma maneira individual ‘concreta’ de habitar a ‘abstração da língua’; não se trata de um uso, de uma utilização ou da realização de uma função” (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 82, grifos do autor). Desse modo, o discurso nem é a língua como sistema de signos, nem é a fala (elemento deixado de fora das análises saussureanas) destituída das condições de produção, mas a linguagem em funcionamento, afetada pela história e produzida por sujeitos constituídos pela ideologia porque “*todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classe*” (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 82, grifos do autor).

Constituída nos entremeios do Materialismo Histórico, da Linguística e da Psicanálise, a teoria do discurso pretende dar conta dos processos ideológicos que se inscrevem e constituem as práticas discursivas dos sujeitos numa dada formação social. É partindo do princípio de que “as ideologias não ‘flutuam’ no céu das ideias, são práticas inscritas em realidades materiais, em instituições, em aparelhos, alguns servindo mais que outros aos mecanismos da reprodução do assujeitamento ideológico” (MALDIDIER, NORMAND, ROBIN, 2014, p. 90) que a análise da ideologia – que se materializa no discurso – ocupará um lugar de proeminência nos estudos discursivos. Ao entender, seguindo Althusser, que o sujeito é interpelado pela ideologia, Pêcheux “introduz o sujeito enquanto efeito ideológico elementar” (HENRY, 2014, p. 31), e isso vai ter implicações na concepção de discurso, uma vez que o discurso não é produto de um sujeito transparente a si mesmo, psicológico, “mestre em sua casa²⁶” (PÊCHEUX, 1984, p. 13), mas de um sujeito interpelado ideologicamente, de maneira que todo discurso é ideológico. Assim, cabe ao analista do discurso mobilizar os dispositivos teóricos que permitam acessar aqueles sentidos que são dados como evidentes pela ideologia, desnaturalizando-os, fazendo emergir o processo discursivo que subjaz à produção de linguagem posta em circulação em determinadas condições de produção. Pêcheux, (1984, p. 15, tradução livre) apresenta isso da seguinte forma:

²⁶ Cf. citação no original: Maître dans sa demeure.

A Análise de Discurso não pretende se instituir em especialista da interpretação, dominando “o” sentido dos textos, mas somente construir os procedimentos que exponham o olhar-leitor em níveis opacos à ação estratégica de um sujeito (tais como a relação discursiva entre sintaxe e léxico no regime dos enunciados, com o efeito de interdiscurso induzido nesse regime, sob a forma do não-dito que emerge nele, como discurso outro, discurso de um outro, ou discurso do Outro). “Não se trata de uma leitura plural na qual um sujeito joga multiplicando os pontos de vista possíveis para melhor se reconhecer aí, mas de uma leitura na qual o sujeito é, por sua vez, despossuído e responsável pelo sentido que lê”²⁷.

Para que a AD cumpra essa intenção que é expor o olhar do leitor à opacidade da linguagem realizada por um sujeito que é afetado pela ideologia e o inconsciente, é necessário a construção de uma noção – o discurso – que permita a leitura dos processos de significação. Entendido como estrutura e acontecimento (PÊCHEUX, 2002, p. 17), o discurso é o efeito da relação constitutiva entre o real da língua e o real da história, de maneira que o discurso também pode ser concebido como “palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando.” (ORLANDI, 2001, p. 15).

1.5. DA CONCEPÇÃO DE FORMAÇÕES IDEOLÓGICAS, FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS E FORMAÇÃO DISCURSIVA

Em texto²⁸ escrito e publicado sob o pseudônimo de Thomas Herbert, Pêcheux, alinhado ao projeto althusseriano, deita as linhas de uma teoria geral das ideologias e, ali, divide o processo ideológico ao relacioná-lo às forças produtivas e às relações de produção. É a forma dupla da ideologia. Nesse texto, quase não aparece a palavra *discurso*, mas essa reflexão terá suas ressonâncias nas produções posteriores do filósofo que se esmera em construir uma *teoria do discurso*.

²⁷ Cf. citação no original: L’analyse de discours ne prétend pas s’instituer en spécialiste de l’interprétation, maîtrisant “le” sens des textes, mais seulement construire des procédures exposant le regard-lecteur à des niveaux opaques à l’action stratégique d’un sujet (tels que leur apport discursif entre syntaxe et lexique dans le régime des énoncés, avec l’effet d’interdiscours induit dans ce régime, sous la forme du non-dit qui y émerge, comme discours autre, discours d’un autre ou discours de l’Autre). “Il ne s’agit pas d’une lecture plurielle où un sujet joue à multiplier les points de vue possibles pour mieux s’y reconnaître, mais d’une lecture où le sujet à la fois dépossédé et responsable du sens qu’il lit.

²⁸ HERBERT, Thomas. Remarques pour une théorie générale des idéologies, 1967. Disponível em: <http://cahiers.kingston.ac.uk/pdf/cpa9.5.herbert.pdf>

Na segunda época da AD, com a publicação de *Vérités de la Palice*²⁹, em 1975, Pêcheux dedica dois capítulos à reflexão sobre as condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção e ao efeito de interpelação ideológica dos indivíduos em sujeitos. Essa revisão e atualização do conceito de ideologia, Pêcheux faz dentro do quadro da teoria do discurso, e é no interior desse quadro que ele vai falar da *formação ideológica*, diferenciando-a da *ideologia dominante* e da *Ideologia*.

Ao adotar a concepção de aparelhos ideológicos de Estado elaborada por Althusser, Pêcheux confronta o entendimento de Ideologia em geral que era corrente nos círculos marxistas. Ao sair em defesa da concepção de que as ideologias não são feitas de ideias mas de práticas, Pêcheux (2014 [1975], p. 130) efetua uma ruptura ao concluir que a Ideologia não se reproduz sob a forma geral de um *Zeitgeist*³⁰, mas de forma regionalizada, ou seja, ela se realiza pelos/nos aparelhos ideológicos de Estado. Assim, ao analisar as proposições “toda prática existe por meio de e sob uma ideologia” e “toda ideologia existe pelo sujeito e para os sujeitos”, formuladas por Althusser (1999, p. 209), Pêcheux ([1975]2014, p. 135) comenta:

na primeira, o artigo indefinido leva a pensar a pluralidade diferenciada da instância ideológica sob a forma de uma combinação (todo complexo com dominante) de elementos onde cada um é *uma formação ideológica* (no sentido definido acima); em síntese, *uma ideologia*.

No sentido dado por Pêcheux, as formações ideológicas correspondem aos aparelhos ideológicos de Estado que realizam a ideologia por meio de suas práticas. É no interior desse *todo complexo com dominante* dos aparelhos ideológicos de estado – que não devem ser entendidos como homogêneos, mas funcionando em suas relações de contradição-desigualdade-subordinação – que as práticas ideológicas se constituem e ganham materialidade em práticas sociais (uma delas, seria a prática discursiva). A conclusão lógica desse pensamento é a de que as ideologias têm uma história que seria aquela dos aparelhos nos quais se materializam. Esse deslocamento permite pensar a ideologia em suas práticas materiais ao mesmo tempo que denega a concepção de ideologia como abstração.

²⁹ O livro recebeu, na tradução feita por Eni Orlandi para o português do Brasil, o título *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*.

³⁰ Espírito do tempo (tradução livre).

Esse modo de entender a ideologia, prática materialmente inscrita na história de homens concretos porque realizada em/por aparelhos ideológicos de Estado que reproduzem e transformam as relações de produção no interior da luta de classes, vai produzir efeitos na concepção dos processos de enunciação. Sendo o discurso o lugar onde se inscreve a ideologia que, por sua vez, interpela o indivíduo em sujeito do seu discurso, conclui-se que não há discurso neutro porque todo sujeito, ao enunciar, inscreve seu discurso numa determinada formação discursiva que funciona no interior de uma dada formação ideológica. Assim, a prática simbólica de produzir sentidos ao pôr em funcionamento o sistema da língua, ou seja, aquilo que é da ordem da língua, seu próprio, é também prática ideológica porque aquele que enuncia, o sujeito – afetado pela história e pela ideologia – é sempre-já sujeito à ideologia que o interpela, de maneira que aquilo que enuncia acede à uma outra ordem, qual seja, à ordem do discurso. Em Maldidier; Normand; Robin (2014, p. 99), lemos:

M. Pêcheux, Cl. Haroche e P. Henry, em um artigo de 1971, colocam em relação as formações ideológicas com as formações discursivas, estas últimas sendo consideradas como componentes das formações ideológicas. Nessa perspectiva, a noção de enunciação se encontra totalmente repensada e reformulada: trata-se dos processos nos quais “o ‘sujeito falante’ toma posição com relação às representações das quais ele é o suporte, sendo que estas representações se encontram realizadas pelo ‘pré-construído’ linguisticamente analisável.

Nesse movimento teórico que inclui a ideologia e o inconsciente (ambos entendidos como estruturas-funcionamentos) nos processos enunciativos e na produção de sentidos, Pêcheux opera uma ruptura epistemológica com as noções de língua e de sujeito como pensada no estruturalismo saussureano, na Semântica e Pragmática, bem como na abordagem sociológica atribuída a Mikhail Bakhtin³¹ e seu círculo. Essa ruptura implica em pensar o sujeito do discurso como não transparente a si mesmo, mas constituído pela ideologia. E, se a ideologia, para Pêcheux ([1975]2014) – concordando com Althusser – significa a relação imaginária que os sujeitos entretêm com suas reais condições de existência, então a relação do sujeito com o mundo não é uma relação direta, transparente, mas mediada pelas representações dos lugares ocupados pelos sujeitos numa dada formação social. É pensando nessas representações que Pêcheux

³¹ Mikhail Bakhtin foi um filósofo russo que contribuiu sobremaneira com a reflexão sobre a criação literária. A produção intelectual de Bakhtin e do círculo do qual participava acerca da língua e da linguagem encontrou ampla recepção dos linguistas que se ocupam do texto, do discurso e do ensino de língua materna e estrangeira.

vai elaborar a noção de *formações imaginárias* para dar conta da inscrição dessas representações no discurso. Assim, ao refletir sobre o esquema informacional proposto por Roman Jakobson³² (2007) em sua *teoria da comunicação*, Pêcheux produz um deslocamento nas instâncias de comunicação estabelecidas por Jakobson e diz que aquilo que, dentro de um esquema comunicativo, o linguista russo vai chamar de *destinador* e *destinatário*, não devem ser reduzidos aos falantes empíricos, mas concebidos em suas relações imaginárias com os lugares sociais dos quais esses falantes enunciam. Sobre isso, Pêcheux (2019, p. 39, grifos do autor) escreve:

Fica bem claro, já de início, que os elementos *A* e *B* designam algo diferente da presença física de organismos humanos individuais. Se o que dissemos antes faz sentido, resulta pois dele que *A* e *B* designam lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares dos quais a sociologia pode descrever o feixe de traços objetivos característicos: assim, por exemplo, no interior da esfera da produção econômica, os lugares de “patrão” (diretor, chefe de empresa etc.), do funcionário de repartição, do contramestre, do operário são marcados por propriedades diferenciais determináveis. Nossa hipótese é a de que esses lugares estão representados nos processos discursivos em que são colocados em jogo. Entretanto, seria ingênuo supor que o *lugar como feixe de traços objetivos* funciona como tal no interior do processo discursivo; ele se encontra aí representado, isto é, *presente, mas transformado*; em outros termos, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que *A* e *B* se atribuem cada um a si e ao outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as *situações* (objetivamente definíveis) e as *posições* (representações dessas posições).

É importante atentar para o destaque que Pêcheux dá ao fato de que *o lugar como feixe de traços objetivos* não se encontra representado no discurso como se fosse um reflexo direto ou uma cópia fiel desse lugar, mas deslocado, transformado, pelo imaginário que joga nesse processo de reconhecimento das posições sociais ocupados pelos sujeitos. Para exemplificar esse processo, Pêcheux faz uso do quadro seguinte:

³² Roman Jakobson foi um linguista funcionalista que deixou uma vasta obra sobre os usos estéticos da linguagem. Ligado ao Círculo de Praga, acreditou que era possível distinguir as funções da linguagem e criou a seguinte classificação: função conativa, função denotativa, função expressiva, função fática e a função informativa. Ficou conhecido como o poeta da linguística ou o linguista da poesia.

Quadro 1: Formações imaginárias

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja "resposta" subentende a formação imaginária correspondente	
A	$I_a(A)$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	"Quem sou eu para lhe falar assim?"
	$I_a(B)$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	"Quem é ele para que eu lhe fale assim?"
B	$I_b(B)$	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	"Quem sou eu para que ele me fale assim?"
	$I_b(A)$	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	"Quem é ele para que me fale assim?"

Fonte: Pêcheux (2019 [1969], p. 40)

As formações imaginárias que os sujeitos constroem ao longo do processo discursivo se encontram compreendidas naquilo que Pêcheux vai chamar de *condições de produção*. Depreendemos desse quadro que o sujeito, ao produzir sentidos, não o faz considerando o lugar empírico ocupado por ele e pelo outro com o qual interage, mas as imagens que concebe do seu lugar social de fala e do lugar social do outro. Sobre esse mecanismo de funcionamento do discurso, Orlandi (2001, p. 40) assevera:

Assim não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções. São essas projeções que permitem passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para as posições dos sujeitos no discurso. Essa é a distinção entre lugar e posição.

Mas não são apenas os lugares empíricos ocupados pelos sujeitos que são representados no discurso. Pêcheux ([1969] 2019, p. 40) afirma que aquilo que é chamado de *referente* na teoria de Jakobson, ou seja, o contexto, também é representado, e oferece o seguinte quadro que ilustra esse mecanismo:

Quadro 2: formações imaginárias

	Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja "resposta" subentende a formação imaginária correspondente
<i>A</i>	$I_A(R)$	"Ponto de vista" de <i>A</i> sobre <i>R</i>	"De que lhe falo assim?"
<i>B</i>	$I_B(R)$	"Ponto de vista" de <i>B</i> sobre <i>R</i>	"De que ele me fala assim?"

Fonte: Pêcheux (2019 [1969], p. 40)

A estratégia discursiva também se assenta nas antecipações da representação/imagem que o sujeito enunciador faz da representação que o sujeito a quem se dirige faz do lugar que ocupa. Ambos, aquele que enuncia e aquele a quem se endereça o discurso, se encontram enredados nesse jogo determinado pela ideologia que os constitui. A ilustração desse processo é dada pelo quadro:

Quadro 3: formações imaginárias

$$\begin{array}{c}
 A \left\{ \begin{array}{l} I_A(I_B(A)) \\ I_A(I_B(B)) \\ I_A(I_B(R)) \end{array} \right.
 \end{array}
 \qquad
 \begin{array}{c}
 B \left\{ \begin{array}{l} I_B(I_A(B)) \\ I_B(I_A(A)) \\ I_B(I_A(R)) \end{array} \right.
 \end{array}$$

Fonte: Pêcheux (2019 [1969], p. 41)

Esse jogo de representações não é transparente aos sujeitos que, por sua vez, não têm consciência dele. Efeito ideológico elementar, as posições-sujeito são também resultantes de um processo que implica as relações imaginárias que os sujeitos estabelecem com suas reais condições de existência. O mesmo vale para o contexto do qual enunciam. Pêcheux ([1969]2019) ainda acrescenta que essas formações imaginárias, que implicam os sujeitos e o referente, são o resultado de processos

discursivos anteriores, de maneira que essa percepção de si mesmo, do outro e do contexto, constitui uma condição pré-discursiva que assegura o atravessamento de todo discurso pelo *já dito e já ouvido*.

Outra noção-conceito que é fundante da AD e, ao mesmo tempo, mobilizada como dispositivo de análise, é a de *formação discursiva*. Essa noção, que primeiro aparece nos trabalhos de Michel Foucault, notadamente *em Arqueologia do Saber*, foi assumida por Pêcheux e reconfigurada a partir da perspectiva do materialismo histórico, de maneira que a uma formação discursiva corresponde uma formação ideológica, elemento não considerado por Foucault ao construir o conceito para analisar o discurso dos saberes produzidos no âmbito das Ciências Humanas. A noção-conceito de FD sofreu derivações, deslocou-se, foi submetida a reconfigurações e, por fim, deixou de ser usada, sobretudo, naquelas análises empreendidas pelos historiadores do discurso nos anos 1980. Guilhaumou (2005, p. 8) testemunha esse percurso da noção nos estudos desenvolvidos na França:

No presente caso, vamos nos ater a várias pausas reflexivas - dentro da trajetória dos historiadores do discurso - onde a noção-conceito de formação discursiva experimenta um futuro contrastante. Muito presente nas primeiras pesquisas em análise do discurso, essa noção desapareceu com a mesma rapidez no início dos anos 1980 e, no nosso caso, de forma definitiva no momento do retorno reflexivo que realizamos em 1983 no simpósio sobre História e linguística em nossos primeiros trabalhos (1984a)³³.

Em 1983, Pêcheux ([1983] 2002, p. 56), em texto apresentado na conferência *Marxismo e Interpretação da Cultura: limites, fronteiras, restrições*, na Universidade de Illinois Urbana-Champaign, afirma que a noção de FD derivou, inúmeras vezes, para a ideia de uma máquina discursiva na qual o sujeito inscreve seu discurso, de maneira que o sujeito se encontraria fadado a repetir sentidos que circulam no interior dessa estrutura. Tal concepção estrutural do processo discursivo poderia levar a um apagamento do acontecimento “através de sua absorção em uma sobre-interpretação antecipadora (PÊCHEUX, [1983] 2002, p. 56).

³³ Cf. citação o original: Dans le cas présent, nous allons nous en tenir à diverses pauses réflexives - au sein du trajet des historiens du discours - où la notion-concept de formation discursive connaît un devenir contrasté. Très présente dans les premières recherches en analyse de discours, cette notion disparaît tout aussi rapidement au début des années 1980, et, dans notre cas, de manière définitive au moment du retour réflexif que nous effectuons en 1983 au colloque Histoire et linguistique sur nos premiers travaux.

Não obstante as derivas, apagamentos e desusos da noção-conceito de formação discursiva, ela ainda é bastante mobilizada, sobretudo nos trabalhos desenvolvidos no Brasil, como bem atesta Eni Orlandi (2001, p. 43) ao dizer que

a noção de formação discursiva, ainda que polêmica, é básica na Análise de Discurso, pois permite compreender o processo de produção de sentidos, a sua relação com a ideologia e também dá ao analista a possibilidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso.

Dada às vantagens que traz para a análise dos cartazes da propaganda política produzidos pelo regime nazista, mobilizamos essa noção-conceito a fim de dar ao trabalho de análise uma maior consistência e conseqüente compreensão do funcionamento dos processos discursivos que os cartazes permitem desvelar.

A concepção de FD recebe no trabalho desenvolvido por Pêcheux – e diferentemente daquele empreendido por Foucault – uma abordagem que passa pela noção de ideologia tal como é lida nos textos de Althusser por aquele autor. Assim, pensando a relação língua/ideologia, relação que Althusser não faz em sua reflexão sobre ideologia/indivíduo/Estado, Pêcheux ([1975] 2014, p. 147, grifos do autor) vai relacionar FD e FI, de maneira a definir uma formação discursiva como

aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina pelo estado da luta de classes, determina o *que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.)

Nessa perspectiva, o sujeito, ao produzir um discurso, inscreve-o numa determinada FD que abre, para o sujeito, uma matriz de sentidos. É dessa matriz que advêm os sentidos que sustentarão todo e qualquer discurso, de maneira que palavras e expressões recebem o seu sentido de FDs que, por sua vez, representam, na linguagem, as formações ideológicas que lhes são correspondentes (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 147).

Ao pensar a relação entre FD e formação ideológica, Courtine (2014, p. 72) atenta para o fato de que, se as ideologias têm uma existência material, logo, é no discurso que é possível ter acesso a essa materialidade, ou seja, à instância ideológica. Isso aponta para outro aspecto que se encontra implicado no processo discursivo que é a língua como base material na qual se inscreve o discurso, de maneira que, ao analista do discurso, importa a ordem da língua como sistema significante material, e não abstrato, como teorizou Saussure, bem como a ordem do discurso em seu funcionamento e com suas

regularidades que se oferecem à descrição. É no jogo, onde se confrontam a língua – sujeita à falha, ao equívoco e à incompletude –, e a história – com suas instituições e lugares sociais – que os sentidos são produzidos. As FDs, assim, se constituem como esse espaço de embates e confrontos ideológicos com as quais os sujeitos do discurso se identificam e se desidentificam constantemente ao se constituírem como sujeitos-falantes. Ademais, as formações discursivas são também o lugar – não o lugar social, sem ideologia, como pensado no interior da Pragmática e da Teoria dos Atos de Fala³⁴ – que fornecem os sentidos possíveis – sempre ideológico – ao sujeito que mobiliza a língua(gem), numa determinada formação social e ideológica, para produzir seu discurso. Debruçado sobre essa questão que envolve base (língua) e processo (discursivo) na produção de sentidos, Pêcheux ([1975] 2014, p. 147) assim se posiciona:

Ao mesmo tempo, a questão (colocada na página 172) sobre a relação entre *base* (linguística) e *processo* (discursivo-ideológico) encontra aqui o ponto de partida de sua solução: se uma mesma palavra, uma mesma expressão e uma mesma proposição podem receber sentidos diferentes – todos igualmente “evidentes” – conforme se refiram a esta ou aquela formação discursiva, é porque – vamos repetir – uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem *um* sentido que lhe seria “próprio”, vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva. De modo correlato, se se admite que as *mesmas* palavras, expressões e proposições mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a uma outra, é necessário também admitir que palavras, expressões e proposições *literalmente diferentes* podem, no interior de uma formação discursiva dada, “ter o mesmo sentido”, o que – se estamos sendo bem compreendidos – representa, na verdade, a condição para que cada elemento (palavra, expressão ou proposição) seja dotado de sentido. A partir de então, a expressão *processo discursivo* passa a designar o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinónimas etc., que funcionam entre elementos linguísticos – “significantes” em uma formação discursiva dada.

Sob a forma da contradição-desigualdade-subordinação do todo complexo das FI, corresponde o todo complexo com dominante das FDs e, desse modo, fica impossibilitado pensar as FDs como homogêneas e entretendo relações de igualdade, uma vez produzidas no interior de FI antagônicas. É devido às relações de contradição-desigualdade-subordinação entre os diferentes aparelhos ideológicos que se torna possível a deriva do significado em relação ao significante. Nesse intrincado jogo no qual

³⁴ A Teoria dos Atos de Fala nasceu da preocupação de alguns filósofos, entre eles, John Austin, Peter Frederick Strawson e Gilbert Ryle, em se voltar para a linguagem ordinária a fim de resolver problemas filosóficos. Esse movimento ficou conhecido como Filosofia Analítica e teve uma repercussão determinante no rumo que os estudos da linguagem tomariam nos anos seguintes.

se confrontam a língua, o sujeito e a história, há sentidos que se estabilizam e outros que derivam, percorrem outros espaços de significação e abrem a possibilidade de se tornarem outros e, é porque há movimento e não apenas cristalização dos sentidos, que é possível “a partir de FI antagônicas, falar dos mesmos “objetos” (a democracia, a liberdade, o pluralismo, etc) e deles falar ‘diferentemente”” (COURTINE, 2014, p. 72). Ao pensar no nosso *corpus*, é possível dizer que os sentidos de *juventude*, *líder*, *judeu*, *cultura* etc. podem diferir quando produzidos no interior da República de Weimar ou do Terceiro *Reich* porque diferentes são as FDs nas quais esses sentidos se constituem. Acerca desse movimento dos sentidos, Indursky (1998, p. 191, grifos da autora) afirma que o sentido de uma sequência discursiva “não só é concebível a partir do sistema de referência de uma determinada formação discursiva, como também significa diferentemente ao passar de uma *matriz de sentido* a outra”.

Outro aspecto levantado por Pêcheux (2014, p. 148), acerca das FDs, tem a ver com a relação entre FD e interdiscurso. Esse aspecto aponta para o efeito de dissimulação da relação entre uma FD e o todo complexo com dominante das FDs. Pelo efeito de transparência, apaga-se, para o sujeito, as relações de sentido que se dão – via interdiscurso – entre as FDs. É por essa via que toda FD se encontra interligada – contraditoriamente – a outras FDs. Nessa direção, as FDs não devem ser entendidas como espaços fechados e independentes, mas em relação e sempre margeados por outras FDs. Orlandi (2001, p. 43) esclarece dizendo que

As formações discursivas podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações. O interdiscurso disponibiliza dizeres, determinando, pelo já-dito, aquilo que constitui uma formação discursiva em relação a outra. Dizer que a palavra significa em relação a outras, é afirmar essa articulação de formações discursivas dominadas pelo interdiscurso em sua objetividade material contraditória.

Desse modo, um discurso produzido no Ministério da Propaganda do Terceiro *Reich* não pode ser analisado fora das relações que esse discurso entretém com outros discursos produzidos no interior de outras FDs, como as Forças Armadas, a Igreja, a filosofia de Nietzsche e o darwinismo social, por exemplo. No interior de um processo discursivo, as palavras são ditas com outras palavras (ORLANDI, 2001, p. 43) e é isso que caracteriza o *efeito metafórico* no quadro da teoria do discurso. A metáfora, em perspectiva discursiva, não é entendida como na Retórica ou na Estilística, ou seja, como

figura de linguagem em que “a palavra passa a designar alguma coisa com a qual não mantém nenhuma relação objetiva” (AZEVEDO, 2012, p. 43). Na AD, a metáfora é entendida como a tomada de uma palavra por outra, como a concebe Lacan na releitura que faz de Freud, de maneira que “ela significa basicamente ‘transferência’, estabelecendo o modo como as palavras significam” (ORLANDI, 2000, p.44). Ao se inscrever em uma determinada FD, o sujeito do discurso retoma palavras já ditas e significadas, mas o faz pela via do esquecimento e acredita que aquilo que ele diz só pode ser dito daquele jeito, bem como que é a fonte do sentido, quando, nesse processo, diz com palavras que já foram objetos de enunciação no interior de outros processos discursivos. É para elucidar esse outro aspecto do processo discursivo que Pêcheux ([1975] 2014, p. 161) vai afirmar que

a “verdade” desse mito idealista consiste precisamente no funcionamento (concebido como autônomo) de uma *formação discursiva* no sentido em que a definimos, isto é, como espaço de reformulação-paráfrase onde se constitui a ilusão necessária de uma “intersubjetividade falante” pela qual cada um sabe de antemão o que o “outro” vai pensar e dizer..., e com razão, já que o discurso de cada um reproduz o discurso do outro (uma vez que, como dizíamos – cf. pp. 117 e 154-5 –, cada um é o espelho dos outros).

É de fundamental importância entender que, nesse processo de transferência, no qual o sujeito retoma palavras, que foram formuladas antes e em outros lugares discursivos, os sentidos são reformulados por meio de um processo parafrástico no qual as palavras, ao mudarem de FD, mudam também de sentido em um movimento tenso e contraditório entre o mesmo e o outro, ou seja, a paráfrase e a polissemia.

1.6. PRÉ-CONSTRUÍDO, DISCURSO TRANSVERSO E INTERDISCURSO COMO MODOS DE FUNCIONAMENTO DA MEMÓRIA DISCURSIVA

Na esteira das reflexões acerca do exterior constitutivo de uma FD, encontramos outras noções que remetem ao *outro* no discurso, a saber: pré-construído, discurso transversal e interdiscurso. Embora essas noções encontrem seu gérmen no texto *Análise*

Automática do Discurso de 1969, quando Pêcheux trata das relações de sentidos que se estabelecem entre discursos, será apenas em *Discurso e Semântica* de 1975 e *Discurso: estrutura ou acontecimento* de 1988 que o filósofo desenvolverá melhor essas noções.

Assim, entendemos por pré-construído, os saberes e os hábitos que já estão postos pela ideologia quando da chegada do indivíduo ao mundo. Ao nascer, a criança se depara com um mundo já dito e simbolizado, com suas práticas ideológicas, de maneira que ela é apresentada a esse mundo já significado e, aos poucos, ela vai sendo inserida nesse universo de saberes já constituídos por meio de instrumentos e mecanismos ideológicos dos quais os pais lançam mão e reproduzem ao se inscreverem na cultura e se assujeitarem à ideologia que os determina. Todos esses saberes que afetam o sujeito quando da sua inscrição no simbólico e que fornecem uma identidade, uma posição a ocupar e os conteúdos ideológicos que permitem sua inserção no mundo da cultura, podem ser entendidos como pré-construídos, ou seja, algo que se encontra *sempre aí* e constitui o sujeito. Pêcheux ([1975] 2014, p. 151, grifos do autor) vai afirmar

que o “pré-construído” corresponde ao “sempre-já-aí” da interpelação ideológica que fornece-impõe a “realidade” e seu “sentido” sob a forma da universalidade (o “mundo das coisas”), ao passo que a “articulação” *constitui o sujeito em sua relação com o sentido*, de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que *determina a dominação da forma-sujeito*.

De acordo com o pensamento de Pêcheux, existem dois modos de existência do pré-construído: um que se refere ao *sempre-já-aí* que interpela o indivíduo em sujeito e outro que diz respeito à *articulação*, ponto de encontro entre o sujeito e a formulação dos sentidos em determinadas condições de produção.

Desse modo, aqueles enunciados que foram objetos de enunciação retornam no discurso do sujeito por meio de uma operação de encaixe sintático que permite que elementos vindos de outros enunciados passem a funcionar no interior do discurso do sujeito; no entanto, “esse encaixamento, em lugar de assim ser percebido, produz o efeito de ter sido formulado no seu discurso” (INDURSKY, 2011, p. 69). Ainda sobre essa operação de encaixe que caracteriza o pré-construído, Courtine (1999, p. 20, grifos do autor) argumenta que “uma formulação anterior, *já dita*, vem se encaixar como pré-construído”. Esse é um modo das relações de parafrasagem que se constituem no interior de uma matriz de sentido; o outro modo é o *discurso transverso*.

Por discurso transverso, entende-se um modo de funcionamento da memória que “classicamente, é designado por *metonímia*, enquanto relação da parte com o todo, da causa com o efeito, do sintoma com o que ele designa etc” (PÊCHEUX, [1975], 2014, p. 153). Nesse modo de funcionamento, reitera-se o processo de repetibilidade no qual um discurso é margeado por outros discursos, conforme afirma Indursky (2011, p. 70): “o discurso-outro entra de viés no discurso do sujeito, tangenciando-o e nele fazendo eco de algo que foi dito em outro lugar”. Embora sejam duas modalidades do pré-construído, é possível estabelecer diferenças entre pré-construído como encaixe sintático e discurso transverso, conforme aponta Indursky (2011, p. 70):

O primeiro é objeto de uma operação de apropriação que, através de um encaixe sintático, estabelece correferência entre o que é apropriado e encaixado no discurso do sujeito e o que aí já se encontrava formulado, produzindo o efeito de que aquele pré-construído foi produzido ali, no discurso do sujeito. O segundo retoma um pré-construído que foi objeto de asserção em outro lugar e que, no discurso que dele se apropria, ressoa metonimicamente, como um implícito. Dois funcionamentos diversos de apropriação do pré-construído, dois modos distintos de retomada de discursos, duas formas diversas de fazer ressoar discursos que já estão em circulação em diferentes práticas discursivas.

De acordo com essas considerações, entendemos que todo discurso se relaciona – ou se sustenta – em outro(s) discurso(s), via interdiscurso, que é o “todo complexo com dominante das formações discursivas” (PÊCHEUX, 2014 [1975], p. 149). O sentido, nessa perspectiva, se encontra sempre em relação polêmica e contraditória com outros sentidos oriundos de outras FDs que margeiam a FD dominante. O sentido é sempre sentido em relação a algo “que fala antes, em outro lugar e independentemente” (PÊCHEUX, 2014, p. 149). Assim, o interdiscurso é efeito da memória discursiva que atualiza no discurso produzido, em determinadas condições de produção, discursos ditos antes e em outros lugares. A isso, Orlandi (2001, p. 31) acrescenta que “o interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada”. É nesse sentido que se pode falar em historicidade da língua(gem). Os textos e seus sentidos não são um fim em si mesmo, mas processos que se mantêm abertos porque inscritos na história. A historicidade do texto é aquilo que permite o atravessamento pelo outro que o constitui porque espaço material no qual são reinscritos aqueles discursos que foram objetos de um ato de enunciação, de maneira que, como afirma Courtine (1999, p. 18-19, grifo do autor), no interdiscurso, “o sujeito não tem

nenhum lugar que lhe seja assinalável, que ressoa no domínio de memória somente uma voz sem nome”. Pêcheux (2014 [1975], p. 150), sobre isso, afirma:

Já observamos que o sujeito se constitui pelo “esquecimento” daquilo que o determina. Podemos agora precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma, descrita mais acima, enquanto “pré-construído” e “processo de sustentação”) que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são reinscritos no discurso do próprio sujeito.

Ao enunciar, o sujeito põe em movimento toda uma rede de memória que constitui os sentidos do que enuncia, embora acredite ser a origem do enunciado, de maneira que aquilo que enuncia só pode ser dito daquele modo e não de outro. É sobre essa ilusão, própria do modo de funcionamento da ideologia no sujeito, que Orlandi (2001, p. 32) afirma o seguinte: “O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não tem acesso ou controle sobre o modo pelo qual os sentidos se constituem nele”. É porque esquece que é afetado por palavras e sentidos, ditos antes e em outros lugares sociais, que o sujeito pode se constituir como sujeito de um discurso que é atravessado por tantos outros discursos; e é isso que caracteriza a historicidade do dizer como um “saber discursivo que se foi constituindo ao longo da história e foi produzindo dizeres, a memória que tornou possível esse dizer para esses sujeitos num determinado momento (ORLANDI, 2001, p. 33). A discursividade resulta, então, desse processo no qual discursos outros são atualizados no discurso do sujeito, de modo que todo enunciado comporta uma relação constitutiva entre estrutura e memória. É dessa relação indissociável entre o próprio da língua e a história que temos aquilo que foi denominado *acontecimento discursivo*, ou seja, o modo como uma atualidade e uma memória se tocam (PÊUCHEUX, [1983], 2002, p. 17).

A memória, na perspectiva da AD, não deve ser entendida em seu aspecto psicológico, ou seja, como aquela capacidade de armazenar informações. Sobre isso, Pêcheux (2015, p. 44) esclarece dizendo que a “memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas [...]”. Interessanos, particularmente, dado o objetivo da nossa pesquisa, essa memória social inscrita em práticas, ou seja, a memória de um saber que vem pela história e se inscreve na

prática discursiva de um “sujeito que só é sujeito por ser assujeitamento ao campo do Outro, o sujeito provém de seu assujeitamento sincrônico a esse campo do Outro” (LACAN, 2008, p.178). Nesse sentido, nossa atenção recai especialmente sobre a “retomada/regularização de sentidos que vão constituir uma memória que é social, mesmo que essa se apresente ao sujeito do discurso revestida da ordem do não sabido. (INDURSKY, 2011, p. 71).

Em se tratando do nosso *corpus*, interessa-nos entender como a propaganda nazista traz para seu discurso, via memória discursiva, os discursos produzidos em práticas discursivas diversas, discursos que orbitam em torno do discurso em questão, tocam suas bordas e o invadem, produzindo determinados efeitos de sentido. E é porque

uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos (PÊCHEUX, 2015, p. 50),

que é possível, para o analista, compreender quais as diferentes relações da memória com o dito em diferentes acontecimentos discursivos. Naquilo que diz respeito à memória como condição de produção, Orlandi (2001, p. 31) pensa a relação que todo discurso estabelece com outro discurso pela via da memória, ou seja, do interdiscurso, que se encontra na base do dizível, e compreendem aqueles discursos a serem formulados. Desse modo, memória e discurso se tocam e se entrelaçam de tal maneira que o saber discursivo retorna sustentando cada tomada da palavra pelo sujeito. Desse modo, compreender os processos de significação que se dão nos cartazes nazistas implica produzir um gesto de leitura que procure relacionar aquilo que está dito nos cartazes com aquilo que foi dito antes, em outro lugar, ou seja, analisar os sentidos produzidos no romantismo, folclore, literatura, religião etc e que dão sustentação aos efeitos de sentido produzidos nos cartazes. No contexto do Terceiro *Reich*, podemos também pensar, com Orlandi (2007), uma outra categoria que seria a de *apagamento da memória* por meio da eliminação de práticas discursivas que polemizavam com o regime nazista.

1.7. DA NOÇÃO DE CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

A noção de condições de produção (doravante, CP), começa a ser esboçada por Pêcheux quando da construção do dispositivo teórico da análise automática do discurso nos anos 1960. Essa noção é retomada e aprofundada na segunda época da AD e ganha espessura na reflexão pecheutiana no artigo fundador³⁵ da terceira época. A princípio, Pêcheux ([1969] 2019) pensa as condições de produção como os lugares sociais representados nos discursos dos sujeitos que interagem numa determinada situação comunicativa. Ou seja, as condições de produção, na perspectiva da análise automática do discurso, dizem respeito à situação de comunicação na qual as imagens que os sujeitos fazem uns dos outros e de si mesmos se encontram representadas nos discursos, de maneira que a comunicação não se reduz à transmissão de informações, como pensada por Jakobson, mas implica em efeitos de sentidos entre os sujeitos interactantes.

Essa primeira elaboração teórica das CP no âmbito dos estudos do discurso foi entendida por Courtine (2014, p. 49) como uma definição empírica que foi posteriormente reformulada por constituir uma abordagem de cunho psicossociológica que não conseguiu romper com as abordagens da mesma noção em outros lugares teóricos³⁶ e anteriores à proposta de Pêcheux onde a noção foi trabalhada.

Assim, a crítica a esse caráter psicologizante da noção de CP é feita por Courtine (2014, p. 51, grifo do autor) nesses termos:

Tentamos mostrar que a noção de CP do discurso apresenta um conteúdo ao mesmo tempo empírico e heterogêneo. Queremos acrescentar que esse conteúdo é igualmente *instável*. Na verdade, tanto no quadro da definição geral proposta por Pêcheux (1969) quanto na realização da noção como hipótese específica em uma pesquisa particular, ficou evidente que na ausência de uma

³⁵ O artigo ao qual nos referimos é *Discurso: Estrutura ou Acontecimento*, já citado neste texto.

³⁶ Referimo-nos aqui à Pragmática, à Teoria da Enunciação e aos trabalhos do filósofo Mikhail Bakhtin/Volochínov que, em seus textos, fazem referência à *situação*, *horizonte social* ou *auditório* de produção do discurso, como bem atesta o seguinte trecho de *Marxismo e Filosofia da Linguagem*: “Na realidade, o locutor serve-se da língua para suas necessidades enunciativas concretas (para o locutor, a construção da língua está orientada no sentido da enunciação da fala). Trata-se, para ele, de utilizar as formas normativas (admitamos, por enquanto, a legitimidade destas) num dado contexto concreto. Para ele, o centro de gravidade da língua não reside na conformidade à norma da forma utilizada, mas na nova significação que essa forma adquire no contexto. O que importa não é o aspecto da forma linguística que, em qualquer caso em que esta é utilizada, permanece sempre idêntico. Não; para o locutor o que importa é aquilo que permite que a forma linguística figure num dado contexto, aquilo que a torna um signo adequado às condições de uma situação concreta dada” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006, p. 271).

hierarquização teórica dos planos de referência da noção, o plano psicossociológico (que estabelece como quadro a situação e as hipóteses tipológicas que estão ligadas a ela) domina, de fato, o plano histórico de caracterização das CP. Esse não é sempre o caso (especialmente em diferentes trabalhos de J. Guilhaumou, D. Maldidier, J.-B Marcellesi, R. Robin...), o que tende a confirmar o caráter de instabilidade da noção.

A crítica de Courtine se endereça não só ao caráter psicologizante da noção, mas também ao seu caráter instável que vai dominar os trabalhos que, em geral, se desenvolvem em torno da enunciação e do discurso. Esse posicionamento crítico, produzirá, no trabalho de Courtine (2014, p. 51-52, grifos do autor), uma deriva que é expressa da seguinte forma:

O caráter heterogêneo e instável da noção de CP de um discurso faz dela, nessa perspectiva, o lugar onde se opera uma *psicologização espontânea* das determinações propriamente históricas do discurso (o estado das contradições de classe em uma conjuntura determinada, a existência de relações de lugar a partir das quais o discurso é considerado, no centro de um aparelho, o que remete a situações de classe) que ameaça continuamente transformar essas determinações em simples circunstâncias em que interajam os “sujeitos do discurso”, o que equivale também a situar no “sujeito do discurso” a fonte de relações de que ele é apenas o portador ou o efeito. Isso parece necessitar de uma redefinição da noção que a reordene à análise histórica das contradições ideológicas no conceito de formação discursiva.

Esse reordenamento, do qual fala Courtine, é operado por Pêcheux na segunda época da AD, quando da elaboração da noção de *formação discursiva*. Em *Semântica e Discurso* (1975), Pêcheux produz um deslocamento na noção de CP, pensando-a não mais em referência às formações imaginárias, mas às posições ideológicas engendradas no interior do processo sócio-histórico no qual os sujeitos se situam ao inscrever seus discursos em determinadas FDs que, por sua vez, representam, na linguagem, as formações ideológicas que as determinam (PÊCHEUX, 2015, p. 146).

Na conjuntura brasileira dos estudos do discurso, a noção de CP, tal como desenvolvido por Eni Orlandi (2001), se situa entre a teoria enunciativa e a teoria do discurso. Segundo a autora, as condições de produção compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação, bem como a memória discursiva/interdiscurso. Orlandi (2001, p. 30) afirma que há dois modos de considerar as condições de produção: em sentido estrito e amplo. Sobre isso, a autora assevera que

Podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as considerarmos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico. (ORLANDI, 2001, p. 30)

Partindo dessa concepção de CP – que, ao que nos parece, resolve a questão levantada por Courtine (2014) sobre o caráter psicologizante da noção quando entendida como *situação* na qual se produz o discurso – podemos pensar nosso objeto de pesquisa, referindo-o a essa noção, da seguinte forma: a situação imediata de produção dos cartazes da propaganda nazista seria o Ministério da Propaganda, o local onde foram impressos, a data na qual se deu essa impressão, os lugares onde foram afixados para que o sujeito-leitor tivesse acesso e o suporte no qual circulam. Já o contexto mais amplo contemplaria a ideologia nazista, as relações de poder entre os diferentes aparelhos de Estado, o funcionamento burocrático do Terceiro *Reich* etc. Aqueles aspectos do contexto imediato e esses, sócio-históricos, são constitutivos do dizer e dos sentidos produzidos pelos sujeitos identificados com determinadas formações discursivas.

Na busca por especificar melhor o conceito, Orlandi (2001, p. 40) vai afirmar que “as condições de produção implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e a historicidade), o que é institucional (a formação social em sua ordem) e o mecanismo imaginário” e, por esse movimento, reivindica o imaginário como constitutivo das condições de produção, pois, em sua avaliação, é todo um jogo imaginário que preside a troca de palavras (ORLANDI, 2011, p. 40). Nessa perspectiva, as “condições verbais de existência dos objetos” (Orlandi, 2017, p. 44) incluem a posição sujeito, ou seja, as imagens construídas dos lugares sociais de onde os sujeitos enunciam, de maneira que,

na análise de discurso, não menosprezamos a força que a imagem tem na constituição do dizer. O imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. Ele é eficaz. Ele não “brota” do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder. [...] Não é no dizer em si mesmo que o sentido é de esquerda ou de direita, nem tampouco pelas intenções de quem diz. É preciso referi-lo às suas condições de produção, estabelecer as relações que ele mantém com sua memória e também remetê-lo a uma formação discursiva – e não outra – para compreendermos o processo discursivo que indica se ele é de esquerda ou de direita. Os sentidos não estão nas palavras nelas mesmas. Estão aquém e além delas (ORLANDI, 2001, P. 42).

O gesto de interpretação do objeto de análise implica a explicitação das diferentes determinações que incidem e constituem esse objeto; dentre elas, as CPs. Diante disso, determinação não deve ser confundida com determinismo, posto que determinação tem a ver com as condições nas quais acontecem os processos de significação que não

compreendem elementos estanques, mas se desenvolvem no interior de um jogo que imbrica o linguístico e o histórico (ORLANDI, 2004, p. 19).

Em se tratando do nosso objeto de análise, a remissão do discurso às condições mediatas e imediatas que possibilitaram o aparecimento de um determinado discurso com suas cores, desenhos e enunciados, bem como às instituições sociais e às imagens que o sujeito produz desses espaços sociais e do contexto sócio-histórico no qual o discurso se processa, significa, por sua vez, acessar as CPs que determinam o processo discursivo. Assim, importa acessar o funcionamento discursivo dos cartazes da propaganda política produzidos pelo sujeito nas condições do Terceiro *Reich* considerando a materialidade da língua, o aparelho ideológico, as condições amplas e imediatas da formulação dos cartazes e as imagens projetadas pelo sujeito no discurso produzido.

1.8. DISCURSO E SILÊNCIO

A movência dos sentidos implica também o silêncio, de maneira que não há sentido sem silêncio. Se ao falarmos, rompemos o silêncio, como é de costume dizer, então isso significa que, para falar e produzir sentido, deve haver um silêncio anterior como possibilidade do dizer. A relação constitutiva entre silêncio e discurso é desenvolvida por Eni Orlandi (2007) e tem produzido análises profícuas no campo brasileiro de análise do discurso. Considerando que o dispositivo permite, sobretudo, analisar os sentidos do silêncio em contextos políticos nos quais a palavra é negada aos sujeitos falantes, como é o caso do Terceiro *Reich*, pensamos que a noção permite pensar o funcionamento dos sentidos em relação ao silêncio imposto à imprensa, aos autores, à resistência, ao cinema, ao rádio, enfim ao cidadão que resiste às imposições do regime ditatorial instaurado pelo Nacional-Socialismo.

Nesse sentido, Orlandi (2007, p. 11-12) define dois modos de pensar o silêncio que correspondem, primeiro, ao silêncio que toda palavra comporta e que, por essa razão, esse silêncio é constitutivo do dizer; e, segundo, ao silenciamento que implica em ser posto em silêncio, ou seja, se refere àqueles sentidos historicamente silenciados. É precisamente essa modalidade de sentido que nos interessa, dadas as condições de

produção dos cartazes que circularam durante o Terceiro *Reich*. No contexto do regime nazista, a produção de determinados sentidos implica a censura e interdição de outros.

De acordo com essa perspectiva, o silêncio é entendido tanto como condição do significar, como a perda da palavra e, nesse último caso, o sujeito fica impossibilitado de inscrever seu discurso em determinadas FDs porque essas formações ameaçam a sobrevivência e o pleno exercício da política totalitária que impõe uma matriz de sentido para a qual todos os discursos devem convergir. Além dessas duas dimensões do silêncio, há, segundo Orlandi (2007, p. 12), uma outra “dimensão do silêncio que remete ao caráter de incompletude da linguagem: todo dizer é uma relação fundamental com o não-dizer”. Isso se dá porque todo processo de constituição do discurso e dos sentidos é caracterizado pela falha e o equívoco, posto que o real da língua é opaco e não-transparente e o real da história não implica um desenvolvimento linear, datável e homogêneo, mas se processa operando rupturas e descontinuidades que produzem uma fissura pela qual o sentido pode se deslocar.

Pensar o sentido por esse viés, exige refletir sobre os usos da memória, dos saberes e dos discursos em regimes nos quais o silêncio se transforma em política pois, no interior do Estado totalitário, uma política do silêncio é construída e posta em funcionamento. Na tentativa de compreender o modo de significar o silêncio, Orlandi (2007, p. 13) procura entender

a censura, vista aqui por nós não como um dado que tem sua sede na consciência que um indivíduo tem de um sentido (proibido), mas como um fato produzido pela história. Pensada através da noção de silêncio como veremos, a própria noção de censura se alarga para compreender qualquer processo de silenciamento que limite o sujeito no percurso dos sentidos.

É importante pensar que a discursividade, em um contexto de silenciamento das vozes dissidentes, é determinada por esse movimento político de proibir sentidos e de impor limites ao sujeito. Assim sendo, podemos pensar que as condições de produção da censura determinam tanto o discurso do sujeito que proíbe, no caso da nossa investigação, o Ministério da Propaganda dirigido por Goebbels, como as produções outras que se encontram fora do âmbito do Ministério. Nesse contexto, as condições de produção fazem com que esses discursos funcionem de uma determinada maneira e não de outra, de modo que apenas o dispositivo teórico-metodológico, mobilizado pelo analista, possibilita a desnaturalização de sentidos que estão sendo naturalizados por

força da propaganda e a compreensão do funcionamento discursivo e da ideologia que constitui os efeitos de sentido produzidos nos cartazes nazistas.

O movimento do sujeito por diferentes posições implica em movimentos de sentidos, uma vez que sujeito e sentido se constituem concomitantemente; logo, censurar o sujeito resulta no apagamento de determinados sentidos. Sobre isso, Orlandi (2007, p. 78) afirma que

a censura não é um fato circunscrito à consciência daquele que fala, mas um fato discursivo que se produz nos limites das diferentes formações discursivas que estão em relação. Assim concebida, a censura pode ser compreendida como a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas. Consequentemente, a identidade do sujeito é imediatamente afetada enquanto sujeito-do-discurso pois, sabe-se (Pêcheux, 1975), a identidade resulta de processos de significação segundo os quais o sujeito deve se inscrever em uma (e não em outra) formação discursiva para que suas palavras tenham sentido. Ao mudar de formação discursiva, as palavras mudam de sentido.

Aquilo que opera no interior das relações entre os aparelhos ideológicos de Estado e o sujeito, no quadro político de um regime fascista, é uma relação de forças em que – diferentemente daquela relação na qual o sujeito ajusta seu discurso ao outro, porque esse se encontra numa posição privilegiada – o sujeito, nessa condição, é interditado, ou seja, o sujeito não deve e não pode produzir determinados sentidos. Esses processos, retroativamente, determinam os sentidos produzidos por aquela instância que, no âmbito do político, decide sobre o que pode e deve ser dito pelo sujeito. E, nessa direção, temos os vários sentidos produzidos pelo Ministério da Propaganda sobre os judeus, as mulheres, a juventude, os trabalhadores etc que passam a ser sentidos compartilhados pelos sujeitos que, para sobreviver nesse regime totalitário, silenciam e abrem mão do dizível, ou seja, daquela possibilidade garantida ao sujeito, num regime democrático, de se inscrever em FDs possíveis e produzir sentidos que polemizam com aquele(s) oriundo(s) das instâncias de poder.

CAPÍTULO 2

2. Epistemologia moderna: de Descartes a Comte

A história do pensamento ocidental tem início na Antiguidade Clássica com os filósofos gregos, passa pela Patrística³⁷ e a Escolástica³⁸, e conhece sua virada com a filosofia moderna inaugurada por René Descartes na primeira metade do século XVII. É com Descartes que teremos o início de uma filosofia que, embora ainda devedora da Escolástica, rompe com a tradição aristotélica e elabora princípios sobre como o homem deve proceder para produzir um conhecimento seguro acerca das coisas do mundo. A falta de um método bem delineado era, para Descartes, um problema quando se tratava de se apropriar, pelo intelecto, da realidade, de maneira que se ocupou, a princípio, em estabelecer procedimentos confiáveis que assegurassem à atividade do pensar um conhecimento seguro daquilo que pretendesse conhecer.

O pensamento de Descartes é, além da Escolástica, devedor da atmosfera intelectual do Renascimento³⁹, embora sua filosofia não seja uma continuação, *ipsis litteris*, do pensamento renascentista. No entanto, encontram-se na sua produção intelectual temas que eram caros aos autores renascentistas, como as críticas que comumente faziam à Escolástica e a Aristóteles, a ideia de um universo infinito, bem como a questão do método. A importância do método para Descartes fica explicitada nesse comentário de Russel (2015, p. 255, grifo do autor):

Basicamente, o método de Descartes é o resultado do seu interesse pela matemática. No campo da geometria, ele já demonstrara como esta podia levar a consequências de longo alcance, pois, com o método analítico, era

³⁷ Indica-se, com este nome, a filosofia cristã dos primeiros séculos. Consiste na elaboração doutrinal das crenças religiosas do cristianismo e na sua defesa contra os ataques dos pagãos e contra as heresias. A Patrística caracteriza-se pela indistinção entre religião e filosofia. Para os padres da Igreja, a religião cristã é a expressão íntegra e definitiva da verdade que a filosofia grega atingira imperfeita e parcialmente. Com efeito, a Razão (*Logos*) que se fez carne em Cristo e se revelou plenamente aos homens na sua palavra é a mesma que inspirara os filósofos pagãos, que procurara traduzi-la em suas especulações (Cf. ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. 2007, p. 746).

³⁸ Em sentido próprio, a filosofia cristã da Idade Média. Era chamado de *scholasticus* o professor de artes liberais, e, depois, o docente de filosofia ou teologia que lecionava primeiramente na escola do convento ou da catedral, depois na Universidade. [...] O problema fundamental da Escolástica é levar o homem a compreender a verdade revelada. A Escolástica é o exercício da atividade racional (ou, na prática, o uso de alguma filosofia determinada, neoplatônica ou aristotélica, com vistas ao acesso à verdade religiosa, à sua demonstração ou ao seu esclarecimento nos limites em que isso é possível, aprestando um arsenal defensivo contra a incredulidade e a heresia (Cf. ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. 2007, p. 344).

³⁹ O Renascimento foi um movimento cultural (filosofia, pintura, escultura) que surgiu na Itália, mais precisamente na cidade de Florença, no século XV.

possível descrever as propriedades de famílias inteiras de curvas por meio de simples equações. Descartes acreditava que o método, que fora tão bem-sucedido no campo da matemática, poderia ser estendido a outros campos, possibilitando que o investigador alcançasse o mesmo tipo de certeza que obtinha na matemática. O *Discurso* tem por objetivo mostrar quais são os preceitos que devemos seguir para fazer bom uso do nosso equipamento racional.

Esses preceitos, pensados por Descartes, que conduzem à certeza acerca do conhecimento que alcançamos por meio da razão são estabelecidos no *Discurso do Método* que foi publicado em 1637. O *Discurso* foi escrito relativamente depressa e a estrutura narrativa que o caracteriza tinha como finalidade apresentar a maneira como Descartes conduziu sua razão. Composto de três ensaios (*Dióptrica*, *Meteoros* e *Geometria*), o *Discurso* também tinha como objetivo chamar a atenção do leitor para esses ensaios nos quais Descartes

limita-se a apresentar amostras do seu método; em contrapartida, no *Discurso*, pretende evidenciar as virtudes de seu método mediante a narrativa da evolução de seu espírito e de suas conquistas intelectuais (GALVÃO, 1996, p. 26).

O método de Descartes conduz à dúvida sistemática à semelhança de um cético⁴⁰. Ao concluir que o conhecimento que advém dos sentidos é incerto, o filósofo decide buscar um apoio seguro, um ponto de partida certo, para sua jornada em busca daquilo que fosse distinto e veraz. Esse ponto de apoio é o próprio ato de pensar – ou aquilo que ficou conhecido como o *cogito cartesiano*⁴¹. Para chegar a essa formulação, Descartes começa por duvidar da realidade, ou seja, dos corpos ou substâncias que o circundam, inclusive seu próprio corpo. Segundo sua linha de pensamento, os sentidos não são capazes de garantir a veracidade do conhecimento sobre a realidade porque aquilo que vejo na realidade também vejo nos sonhos, de maneira que é possível tomar por real aquilo que aparece nos sonhos. Não obstante, os corpos, em geral, que apresentam características como extensão, magnitude e número não podem ser questionados, de modo a colocar em dúvida essas grandezas. Embora considerando a infalibilidade da Matemática, Física e Astronomia nessas questões, Descartes pensa que um demônio maligno e enganador poderia induzi-lo ao erro. E, “caso um tal demônio exista, pode ser que todas as coisas que vejo não passem de ilusões por ele utilizadas como armadilhas à minha credulidade” (RUSSEL, 2015, p. 97-98).

⁴⁰ Na Antiguidade, era chamado de cético aquele que fazia parte do movimento filosófico que ficou conhecido como *ceticismo*. O cético era alguém que duvidava de tudo, de maneira que não acreditava ser possível encontrar a certeza acerca da verdade em qualquer domínio do conhecimento.

⁴¹ No dicionário de filosofia, lemos que “abrevia-se nessa palavra a expressão cartesiana *cogito ergo sum* (*Discours*, IV; *Méd.*, II, 6), que exprime a autoevidência existencial do sujeito pensante, isto é, a certeza que o sujeito pensante tem da sua existência enquanto tal” (ABBAGNANO, 2007, p. 148).

Entretanto, Descartes especula que um demônio enganador jamais conseguiria enganá-lo se ele não existisse. E conclui: “meu corpo pode ser ilusão e não existir, mas não o pensamento: ele é diferente (RUSSEL, 2015, p. 98). Desse modo, temos o seguinte princípio: se eu penso que tudo é falso, ao menos eu, que penso, devo existir, de maneira que se eu penso, eu existo (*cogito ergo sum*⁴² na edição latina). Esse é o *cogito cartesiano* que ficou assim explicitado no *Discurso do Método*:

Adverti que, enquanto eu queria assim pensar que tudo era falso, cumpria necessariamente que eu, que pensava, fosse alguma coisa. E, notando que esta verdade: eu penso, logo existo, era tão firme e tão certa que todas as mais extravagantes suposições dos cétricos não seriam capazes de a abalar, julguei que podia aceitá-la, sem escrúpulo, como o primeiro princípio da Filosofia que procurava (DESCARTES, 1991, p. 46).

Nesse sentido, o *eu* existe enquanto pensa – e apenas aí; de modo que, se deixasse de pensar também deixaria de existir. O *eu* é algo que pensa e sua condição de existência se encontra subjugada ao pensamento que, por sua vez, não precisa de nenhum lugar material para existir, posto que pensamento é alma e, enquanto alma, independe da matéria corpórea. E, “assim, Descartes conclui que ele é um ser pensante, independente das substâncias naturais e, portanto, igualmente independente do corpo” (RUSSEL, 2015, p. 256).

A filosofia de Descartes estabelece o pensamento, o espírito, como ponto de partida para o conhecimento e afasta a possibilidade de conhecer pela via dos sentidos; por conseguinte, descarta o método empirista que privilegiava os sentidos. Ao privilegiar o espírito no ato de conhecer o mundo, Descartes revoluciona o modo de conceber os objetos na ciência, uma vez que, de acordo com essa virada epistemológica, é o espírito, mediante um método que permite ir dos aspectos mais simples aos mais complexos, e vice-versa, que apreende a realidade naquilo que tem de distinto e veraz.

Outro filósofo que se ocupará da ciência, bem como da filosofia do conhecimento é Immanuel Kant. Em sua trajetória rumo à verdade, Kant investigou o universo espiritual da criatura humana e ensejou encontrar os fundamentos últimos, necessários e universais desse universo. Na investigação que envidou esforços de toda uma vida, Kant dedicou a maior parte do seu tempo às questões que concernem ao ato de conhecer. Após muito se debruçar sobre essa questão, escreveu, por fim, as três grandes obras que vão influenciar toda uma geração de filósofos que virá depois dele: *Crítica da Razão Pura* (1781), *Crítica da Razão Prática*

⁴² Penso, logo sou. (tradução livre)

(1788) e Crítica da Faculdade de Julgar (1790).

Na primeira obra, Kant vai se perguntar sobre os limites da razão, uma vez que a grande questão que ocupava os pensadores empiristas da sua época, como Leibniz e Hume, era o conhecimento da realidade última das coisas, ou seja, se é possível conhecer o ser enquanto ser (ontologia). Na segunda, Kant aborda a questão moral, de maneira que

se tratava de saber não o que o homem conhece ou pode conhecer a respeito do mundo e da realidade última, mas do que deve fazer, de como agir em relação a seus semelhantes, de como proceder para obter a felicidade ou alcançar o bem supremo (CHAUÍ, 1996, p. 6).

E, por fim, na terceira, interessa o estudo da beleza natural e artística, bem como o pensamento biológico. Na Crítica da Razão Pura, encontramos uma influência bastante notória de Jacques Rousseau, filósofo francês, que defendeu a autonomia e o primado do sentimento sobre a razão. Isso vai dar subsídio a Kant para fazer a crítica à razão de cunho apenas cognitivo.

Kant via a faculdade de conhecer sob duas perspectivas: a) o conhecimento empírico ou *a posteriori* e b) o conhecimento puro ou *a priori*. O conhecimento empírico tem a ver com os dados fornecidos pela experiência, mas a experiência empírica não era uma fonte segura de conhecimento porque as ideias, no entender de Kant, não eram formuladas posteriormente a partir do contato com os objetos, mas antes; ou seja, existe um aparato que é anterior à experiência e, por isso, *a priori*, que nos possibilita conhecer. No caso do conhecimento *a priori* proposto por Kant, não há nenhum vínculo entre este e o *a posteriori*, de modo que aquele independe deste. Em Chauí (1996, p. 7), lemos que “o conhecimento puro ou *a priori*, ao contrário, não depende de nenhuma experiência sensível, distinguindo-se do empírico pela universalidade e necessidade”.

Assim, para Kant, os juízos necessários e universais não podem ser produzidos *a posteriori*, mas sempre *a priori* porque são esses juízos que apresentam caráter universal (totalidade) e necessário (em quaisquer condições). Em seguida, Kant vai distinguir esse arcabouço que nos permite conhecer um objeto em *juízo analítico* e *juízo sintético*. Em proposições analíticas, o predicado faz parte do sujeito e em proposições sintéticas isso não se dá, pois o conceito expresso no predicado se une ao conceito expresso no sujeito, de modo que “todas as proposições que só conhecemos por intermédio da experiência pertencem a essa categoria” (RUSSEL, 2015, p. 266). Para uma melhor compreensão desses processos, Kant divide os juízos em analítico, sintético *a posteriori* e *sintético a priori*

e define que

os juízos analíticos não teriam maior interesse para a teoria da ciência, pois, embora universais e necessários, não representam nenhum enriquecimento do conhecimento, na medida em que são tautológicos. Os juízos sintéticos *a posteriori* também carecem de importância porque são todos contingentes e particulares, referindo-se a experiências que se esgotam em si mesmas. Portanto, o verdadeiro núcleo da teoria do conhecimento situar-se-ia no terreno dos juízos sintéticos *a priori*, os quais, ao mesmo tempo, são universais e necessários, enriquecendo e fazendo progredir o conhecimento (CHAUÍ, 1996, p. 8).

Partindo desses pressupostos, Kant investiga o modo como os objetos se regulam pela faculdade de conhecer, ou seja, pelo *a priori*, e não o contrário. Com isso em mente, o filósofo vai elaborar uma estética transcendental que consiste em estabelecer os princípios apriorísticos da sensibilidade. A estética pensada por Kant nada tem a ver com um pensamento sobre *o belo*, mas com todo o conhecimento que se ocupa do modo como conhecemos. Em se tratando da sensibilidade, Kant a concebe como uma faculdade da intuição. É por meio dessa faculdade que os objetos são apreendidos pelo sujeito que conhece. Há dois elementos constitutivos da faculdade da intuição ou sensibilidade: um é *material e receptivo* e o outro é *formal e ativo*. Nesse sentido, o primeiro apreende a realidade externa e o segundo organiza, por meio de categorias, dadas *a priori*, essa realidade. Russel (2015, p. 267) assim se expressa sobre esse aparato proposto por Kant:

Segundo o filósofo, o mundo exterior só causa a matéria da sensação, a qual nosso aparato mental ordena no espaço e no tempo para, então, fornecer os conceitos por meio dos quais compreendemos a experiência. As coisas em si, que são as causas das nossas sensações, são incognoscíveis; não se encontram no espaço ou no tempo e não são substâncias, tampouco podem ser descritas pelos outros conceitos gerais que Kant denomina “categorias”. O espaço e o tempo são subjetivos – integram nosso aparato perceptivo.

Quanto aos conceitos que recebem, no interior do pensamento de Kant, o nome de *categorias*, o filósofo divide, primeiro, os juízos em quatro grupos de três : quantidade (universais, particulares, e singulares); qualidade (afirmativos, negativos e indefinidos); relação (categóricos, hipotéticos e disjuntivos); modalidade (problemáticos, assertórios e apodíticos); e, a cada um deles, faz corresponder uma categoria, respectivamente: unidade, pluralidade, totalidade, realidade, negação, limitação, substância, causa, comunidade, possibilidade, existência e necessidade. Segundo Chauí (1996, p. 10), a legitimidade das categorias, para Kant, se encontra no fato “de que as diversas representações formadoras do conhecimento necessitam ser sintetizadas, pois de outra forma não se poderia falar de propriamente conhecimento”. Essa síntese, sobre a qual Chauí (1996, p. 10) comenta, deve ser entendida do ponto de vista do sujeito cognoscente, cuja premissa fundamental é a

consciência da diversidade no tempo que produz tanto a consciência de um *eu* unificado – que não seria nem metafísico, nem empírico, mas transcendental -, como a consciência de algo que constitui o *objeto* de conhecimento. Essa trajetória que vai da diversidade à unidade seria possível de três modos: pela síntese da apreensão na intuição ou na consciência de simultaneidade e não sucessividade de uma multiplicidade de elementos; pela síntese de reprodução na imaginação (esse modo possibilita nova apresentação das representações); e, por fim, mediante o reconhecimento do conceito.

Esses três modos teriam, para Kant, sua ancoragem naquilo que ele vai chamar de *apercepção transcendental* ou *pura* que corresponde à *pura consciência*, sempre inalterável. Essa *pura consciência* não corresponderia a uma realidade, mas, sim, àquilo que torna possível a realidade para um *sujeito*; ou seja, ela é a condição, para o *eu penso*, de toda e qualquer percepção, bem como do conhecimento.

Outro autor alemão, também idealista como Kant o era, que tratará da questão do conhecimento é Georg Wilhelm Hegel. Contrário às ideias de Kant sobre como se dá o processo de conhecimento, Hegel vai apresentar críticas, por vezes vorazes, ao pensamento kantiano. Em Mondin (2005, p. 35), lemos que

Hegel renova as críticas de Fichte a Kant. Em primeiro lugar, aponta o erro de Kant ao postular a existência da coisa em si, postulado que, na colocação de Kant, parece, além de tudo, contraditório porque reconhece a existência da coisa em si, uma vez que reconhece que é ela que fornece a matéria do conhecimento sensitivo; mas essa existência se torna absoluta e inatingível uma vez que, segundo Kant, o princípio de causalidade só é aplicável no âmbito do mundo fenomênico e jamais fora dele. Outra objeção de Fichte, renovada por Hegel, refere-se à falta de unidade do sistema de Kant, o qual põe uma barreira intransponível entre a esfera teórica e a prática.

E as críticas seguem ao longo das suas principais obras, sobretudo, na Enciclopédia das Ciências Filosóficas. Depreende-se da citação um ponto fundamental nessa crítica que Hegel endereça a Kant e seu sistema, que é a separação entre sujeito e objeto, de maneira que, de um lado, temos o sujeito cognoscente e, do outro lado, o fenômeno a ser conhecido. O salto hegeliano, nesse sentido, diz respeito a relacionar sujeito e objeto, de maneira que um se encontra implicado no outro quando do processo de conhecimento. Essa relação fica clara nesse comentário feito por Ludwig (2017, p. 41) sobre os três movimentos da dialética hegeliana:

Em algum lugar encontra-se um objeto. Ele tem um ser, independentemente de mim e de meu conhecimento. Ele é um objeto *em si*, sua verdade e sua essência estão contidas nele. Hegel chama a isso de “ser-em-si”, equiparando-o com verdade e essência do objeto (*Gegenstand*). Segue-se a relação: o objeto não tem apenas um em-si independente, mas também

uma aparição (*Erscheinung*), ele aparece para mim, ele se relaciona com minha consciência. É “para mim” uma árvore. A esse ser, Hegel chama de “ser-para-outro”, “ser-(consciência) para-um-outro”. O “para-outro” é a negação do em-si. Está em contraposição ao que era o objeto “em si”, sem o que, o em-si acaba se tornando falso. Todavia, não se demora no ser-para-outro: também é negado como manifestação, e ambos, o em-si e o para-outro, essência e manifestação, coincidem em meu saber. Com isso surge o novo objeto: o conceito (p. ex., árvore). Ninguém, poderá negar que aquilo que se move ali ao vento é algo distinto do que qualificamos com as seis letras á-r-v-o-r-e.

Na concepção de Hegel, só é possível conhecer dialeticamente, ou seja, por meio de um processo no qual estão implicados uma tese, uma antítese e uma síntese. Ele vai expor esse movimento dialético que caracteriza o ato de conhecer no livro *Fenomenologia do Espírito* publicado em 1807. É nessa obra que Hegel deita os alicerces daquilo que ficou, posteriormente, conhecido como sistema hegeliano. O programa do livro tem como objetivo levar o indivíduo da ignorância ao saber, ou seja, conduzi-lo à compreensão científica do espírito que não se dá pela análise de um conjunto de eventos, disciplinas ou doutrinas, mas pelo percurso que se faz ao passar pelos vários graus de consciência de si que o espírito adquire no desenvolvimento histórico (MONDIN, 2005, p. 37).

O sistema, como pensado por Hegel, tinha como finalidade construir um aparato rigorosamente científico que desse conta da história do *Espírito Absoluto* por meio da organização do conhecimento produzido pelas ciências ao longo do tempo. Para isso, Hegel precisa estabelecer alguns princípios que se encontram além da esfera científica e se situam no interior do pensamento filosófico. São eles: a) o princípio da identidade do ideal e do real; b) o princípio de contradição; c) o princípio de mediação; d) o princípio de relação e e) o princípio do historicismo. De acordo com esses princípios, Hegel pensa, respectivamente, que tudo que é racional é real e tudo que é real é racional; não há nada, na realidade, que seja idêntico a si mesmo, mas tudo está submetido ao movimento dialético da afirmação e da negação; que o absoluto se manifesta mediatamente, ou seja, através de realizações parciais e progressivas, e não de modo imediato; que se não há nada na realidade que seja idêntico a si mesmo, então, logicamente, deve haver uma relação entre os dois momentos implicados nesse movimento em que a coisa é simultaneamente o seu oposto, qual seja, o positivo e o negativo; e, por fim, que toda a realidade se resolve na história, de maneira que fora da história não existe realidade.

Esses princípios estabelecidos por Hegel são de fundamental importância para pensar a *dialética*, único método capaz de dar conta de uma realidade em contínuo movimento e não estática porque perfeita racionalidade em constante

dinamismo e desenvolvimento. O método é explicado nestes termos por Mondin (2005, p. 41):

A tese é o momento do ser *em si* (*an sich sein*); ela põe, afirma uma parte da realidade, negando implicitamente uma outra parte da realidade, porque toda afirmação inclui uma negação. A antítese é o momento do ser *extra se*, “fora de si” (*ausser sich sein*); ela contrapõe, afirmando-a, a parte da realidade implicitamente negada pela tese. Não se trata, é bom notar, de função puramente negativa, mas essencialmente afirmativa, por isso Hegel fala do “poder portentoso do negativo”. Pertence, de fato, à negação manifestar o que foi obscurecido pela tese, libertar a realidade dos limites da estaticidade e mostrar a sua riqueza interior. A síntese é o momento da união das partes postas pela tese e pela antítese num todo único, o qual anula as imperfeições dos momentos anteriores, mas conserva a positividade deles (*an sich und für sich sein*, “ser em si ou para si”). Na síntese tem lugar a sublimação ou elevação (*Aufhebung*).

Nesse sentido, para Hegel, não há conhecimento possível fora da dialética, ou seja, fora desse movimento em que se tem a) o ser em seu estado mais elementar; b) a negação do ser que, ao mesmo tempo, torna-se outra coisa, mas conserva algo do ser anterior e c) a negação da negação do ser que repete o processo anterior, mas num nível de complexidade maior. Esse processo compreende o desenvolvimento do absoluto que se dá numa tríade dialética. De acordo com isso, o sistema hegeliano implica na apresentação do real e de tudo aquilo que pode ser conhecido como expressão da automanifestação do absoluto por meio das etapas triádicas da dialética.

Na segunda metade do século XIX, surge, na França, uma linha de pensamento que procura superar a metafísica – como pensada no interior da Filosofia – e seus temas a fim de impor um novo programa epistemológico que priorizasse o positivo, ou seja, os objetos empíricos cognoscíveis. Esse movimento ficou conhecido como Positivismo porque valorizava – em detrimento das construções metafísicas arbitrárias e das filosofias apriorísticas da natureza – a validação do conhecimento por meio de experimentos factuais, a primazia das ciências físicas como modelos de exatidão e a defesa de que o progresso depende da consecução desses princípios.

Os acontecimentos históricos determinantes para o surgimento dessas ideias foram a Revolução Industrial (ocorrida na segunda metade do século XVIII), a Independência dos Estados Unidos (1776) e a Revolução Francesa (1789 a 1799). Desses eventos, eclodem duas formas de pensamento: o liberalismo e o cientificismo. O “liberalismo defendia a liberdade individual e da natureza humana como base própria da lei natural e o cientificismo era partidário da explicação de todos os fatos e valores do mundo por uma única lei natural (ENGELMAN;

ENGELMAN; CORRÊA, 2015, p. 92). Assim, de um lado temos a defesa da ideia de que todo o progresso cultural, social e econômico se encontra pautado na garantia do desenvolvimento racional do indivíduo que é capaz de se manifestar livremente e criar as condições para que o progresso transcorra; e, de outro lado, temos a crítica, feita pelos cientificistas, desse racionalismo abstrato defendido pelos liberais. De acordo com o pensamento cientificista, a primazia não é dada à razão, mas aos fatos e aos dados empíricos dos quais se tem experiência por meio dos sentidos.

Augusto Comte, fundador da filosofia positivista, dava ao termo *filosofia* o mesmo sentido dado pelos antigos filósofos – em especial, Aristóteles – e, ao termo *positivo*, confere o sentido de real, útil, certo e preciso. Construiu um

método de trabalho que é o histórico genético indutivo, ou seja, parte-se da observação dos fatos, adivinhando-lhes, por indução, as leis por coexistência e sucessão e deduzindo, dessas leis, pela via da consequência e correlação, fatos novos que escaparam da observação direta, mas que a experiência verificou (RIBEIRO, 2017, p. 10).

Esse é um método que faz uso de métodos particulares como a nomenclatura, a experiência, a observação, a analogia, a dedução, a indução, a descrição físico-matemática e a verificação na realidade, ou seja, no objeto empírico, que é o fato que desencadeia todo o processo de conhecimento científico. Disso, temos que o método positivista se apresenta como um método geral e universalizante que engloba todos esses métodos particulares e cujo fundamento se encontra nas leis naturais. Por meio da aplicação do método, buscam-se as relações constantes entre os fenômenos, bem como a previsibilidade dos mesmos, de maneira que técnicas possam ser desenvolvidas com fins de exploração da natureza. Mondin (2015, p. 116) assevera que

segundo Comte, com efeito, não existe nenhum outro objeto além dos objetos particulares estudados pelas outras ciências; além da realidade empírica não existe nenhuma realidade metaempírica; além da realidade física não existe uma realidade metafísica, divina, reservada ao estudo da filosofia.

Nesse sentido, Comte retira do cenário, tanto das ciências quanto da filosofia, todo e qualquer objeto que não possa ser mensurável, quantificável, classificável e disponibilizado como elemento propulsor do progresso da humanidade.

2.1 O ESTRUTURALISMO E O MÉTODO DA ANÁLISE DO DISCURSO

O estruturalismo nasceu com a publicação do *Curso de Linguística Geral* de Ferdinand de Saussure em 1916 e se desenvolveu nos círculos linguísticos de Praga e Copenhague vindo a assumir uma forma madura nas pesquisas desenvolvidas

pelo antropólogo francês Claude Lévi-Strauss que publicou dois livros cujos títulos apontam para o uso do método estruturalista, quais sejam, *Estruturas elementares da parentalidade* (1952) e *Antropologia estrutural* (1958). A linguística formal, que prima pela análise da estrutura da língua em suas relações sintagmáticas e paradigmáticas no interior do sistema, conforme proposta por Saussure, se inscreve no interior do movimento positivista, de modo que, para alçar a linguística ao estatuto de ciência, o mestre genebrino, exclui aquilo que não pode ser reduzido à análise sistemática, como a fala em suas diversas realizações.

O estruturalismo saussuriano se encontra na esteira do racionalismo empirista que traz, em sua genealogia, nomes como os de Galileu Galilei, Johannes Kepler, Augusto Comte, Émile Durkheim e Charles Darwin, estudiosos de diferentes áreas de conhecimento que fundaram distintos objetos de pesquisa ancorados na razão empírica, ou seja, na análise de objetos que podem ser mensurados a partir de experiências sensoriais. Embora se inscreva no interior do Positivismo, modelo de ciência que preponderava em sua época, a especificidade do pensamento de Saussure se encontra em articular saberes positivos da Gramática Comparatista, saberes empíricos e uma teoria geral que seria aquela da metafísica. Isso é melhor explicitado por Bouquet (2004, p. 78, grifos do autor) quando afirma:

[...] a teoria da ciência da linguagem, enquanto teoria da ciência de um fato do espírito – de uma ciência humana –, é por hipótese destinada a implicar simultaneamente uma epistemologia e uma metafísica unidas por uma relação de complementaridade. Ora, uma tal hipótese encontra precisamente sua verificação na estrutura como a estratificação de três configurações discursivas sucessivas articuladas juntas. A primeira configuração discursiva é uma epistemologia da gramática comparada. Trata-se aqui de uma epistemologia no sentido estrito, na medida em que diz respeito a uma ciência reconhecida, que, além disso, satisfaz, podemos considerar, assim, os critérios galileanos. A segunda configuração discursiva é uma metafísica. Esse estrato da teoria saussuriana – uma metafísica do signo – problematiza ao mesmo tempo, de uma maneira fundamentalmente original, os temas clássicos da filosofia semiótica, dos saberes empíricos clássicos e dos novos saberes empíricos da gramática comparada, dos quais o estrato precedente opera a síntese teórica: esse segundo estrato, veremos, desenvolve, tomando como alavanca as conquistas do comparatismo, uma crítica da metafísica clássica da linguagem.

A dificuldade que inicialmente se coloca e que tem a ver com a teorização sobre um objeto que não é externo ao falante, de modo que possa ser mensurado, Saussure resolve nesse movimento que produz uma dupla articulação: a) com o modelo positivista de ciência praticado à época que tem suas raízes no racionalismo

empirista como pensado e praticado por Galileu e Newton e b) com Kant⁴³ naquilo que aparece em seu pensamento como uma metafísica⁴⁴ que não se interessa pela causa última das coisas, mas pelo homem. É essa perspectiva metafísica que se encontra na base, embora de forma implícita, da teoria da linguagem desenvolvida por Saussure e sua concepção de língua como um sistema de signos. Como consequência desse movimento, o linguista genebrino faz nascer uma linguística desvinculada da Linguística Histórica e Comparativa e que, por sua vez, obedece a procedimentos rigorosamente científicos.

A ideia de língua como sistema, ou seja, como uma estrutura em que cada elemento é entendido em relação ao todo do sistema, produziu um impacto de grandes proporções nas Ciências Humanas. O estruturalismo como metodologia surge no imediato pós-guerra (1945) e traz à cena “uma nova leva de filósofos, denominados *estruturalistas* porque põem as estruturas como fundamento de toda a conduta humana” (MONDIN, 2005, p. 219). É na Antropologia, sobretudo naquela praticada pelo francês Claude Lévi-Strauss, que o método estruturalista será usado para entender o homem e a cultura dos povos primitivos. Para Arruda (2007, p. 5),

O impacto mais imediato do estruturalismo foi a implosão do paradigma sartreano, pois ao entender as linguagens como constitutivas da totalidade dos fenômenos sociais, punha em xeque o primado da razão, a supremacia dos grandes sujeitos, o culto ao existencialismo.

Diferentemente do Existencialismo, cujo interesse se encontra no indivíduo e “sua independência, a sua liberdade, a sua autonomia em relação ao Estado, à sociedade, ao universal, ao geral, às leis e às estruturas” (MONDIN, 2005, p. 219), o Estruturalismo busca a totalidade, de maneira que o individual só pode ser entendido no interior dessa totalidade. Desse modo, o Estruturalismo se firma como um movimento de pensamento e um novo modo de ver e entender o mundo, de maneira que não se restringe a um método de pesquisa.

O impacto que o Estruturalismo teve na *intelligentsia* francesa nos anos 1950 e 1960 foi sem precedentes. Damos destaque às reverberações que produziu no

⁴³ Lemos em Bouquet (2004, p. 33): “Nessa história da reflexão filosófica, o pensamento kantiano é um momento crucial. Sem colocar os critérios que estabelecem a complementaridade do positivo e do não-positivo, Kant concebe uma reforma da filosofia que permite ultrapassar a antinomia entre uma metafísica totalizante que isola o saber não-positivo – na medida em que se revela incapaz de articular este último ao saber positivo – e a hegemonia de uma positividade que pretende subjugar todo o saber não positivo.”

⁴⁴ Pensamos que a metafísica na qual Saussure se apoia para pensar o signo linguístico tem a ver com essa descrição de Bouquet (2004, p. 35-36): “Para designar essa disciplina que teoriza os saberes não-positivos, procedentes da reconfiguração da filosofia do conhecimento pela epistemologia, a denominação *metafísica* é desde logo candidata, ao preço de uma restrição da referência dessa denominação: conservando seu sentido leibniziano de uma problematização de questões de existência, conservando seu sentido kantiano de uma teoria do homem, a etiqueta *metafísica* é própria para ser aplicada a uma teoria geral do saber não-positivo do homem, complementar da epistemologia.

pensamento de Jacques Lacan e Louis Althusser, devido a importância desses autores na construção da teoria do discurso por Michel Pêcheux. Lacan, psiquiatra e psicanalista que faz um retorno a Freud, recorre ao estruturalismo saussureano para pensar o inconsciente, de maneira que passa a entendê-lo como uma estrutura, ao modo de uma linguagem, conforme pensada por Saussure. É na tese de doutorado (*De la psychose paranoïaque dans ses rapports avec la personnalité*) que Lacan retorna a Freud dando ênfase à psicose, psicopatologia que Freud não aprofundou em seus estudos⁴⁵. Dosse (2007, p. 141) assim se expressa sobre esse fato:

A partir de sua tese, pode-se falar de retorno a Freud em Lacan, não para repetir o seu ensino, mas para o prolongar e, em especial, num terreno diante do qual Freud tinha depositeo as armas: o da psicose. Para Lacan, a psicanálise deve poder explicar a psicose, caso contrário, não prestará para muita coisa.

A tese de Lacan é profundamente marcada pela leitura que Alexandre Kojève, de quem foi aluno, faz de Hegel, e por uma visão geneticista do ser humano, de maneira que, “marcado pelo ensino hegeliano, Lacan vê a personalidade constituir-se por etapas, até a realização do que ele chama de personalidade completa que atinge a transparência hegeliana da ordem da razão numa história completa (DOSSE, 2007, p. 141).

A entrada definitiva de Lacan no estruturalismo se dá com a comunicação, apresentada em 1949 no Congresso Internacional de Psicanálise de Zurique, sobre o estádio do espelho como formador da função do eu. Nessa nova abordagem do estádio do espelho, temos a influência da linguística estrutural de Saussure com a qual Lacan entra em contato a partir dos trabalhos de Lévi-Strauss e dos temas heideggerianos⁴⁶ que, pouco a pouco, vão assumindo o lugar da dialética hegeliana (DOSSE, 2007, p. 143). Nesse sentido, Lacan passa a pertencer ao estruturalismo já em 1949 sem que ainda faça menção a Saussure, pois “o estádio do espelho dá-se como estrutura primeira” (DOSSE, 2007, p. 143). Nesse ponto do seu

⁴⁵ Na introdução ao texto Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia (*dementia paranoides*) relatado em autobiografia (o caso Schreber) escrito em 1911, Freud (2010, p. 14) fala da dificuldade encontrada em desenvolver estudos sobre a paranoia no interior da psicanálise: “A investigação da paranoia oferece dificuldades especiais para nós, médicos não ligados a instituições públicas. Não podemos aceitar ou manter por longo tempo doentes assim, pois a condição para nosso tratamento é a perspectiva de sucesso terapêutico. Apenas excepcionalmente posso lançar um olhar mais detido à estrutura da paranoia, seja quando a incerteza do diagnóstico – nem sempre fácil – favorece a tentativa de influenciar o paciente, seja quando, apesar do diagnóstico seguro, cedo aos pedidos da família e começo a tratar o indivíduo por algum tempo. À parte disso, naturalmente encontro paranoicos (e dementes) em bom número, e deles adquirei tantas informações sobre seus casos quanto outros psiquiatras, mas via de regra isso não basta para chegar a conclusões psicanalíticas.”

⁴⁶ Relativo ao pensamento do filósofo existencialista Martin Heidegger.

pensamento, Lacan abandona definitivamente a perspectiva hegeliana que permitia falar de uma personalidade acabada e transparente a si mesma. O efetivo encontro com Saussure se dará nos anos 1950 quando passa a entender aspectos da clínica, como a resistência e a transferência, em sua dimensão sincrônica em detrimento da perspectiva diacrônica. Mas,

ao contrário de Saussure, cujo objeto privilegiado é a língua, Lacan privilegia a fala, deslocamento que se tornou necessário à prática da cura. Mas essa fala nem por isso representa a expressão de um sujeito consciente e senhor do seu dizer, muito pelo contrário: "Identifico-me na linguagem, mas somente para me perder nela como objeto". Essa fala está cortada para sempre de todo acesso ao real, ela só veicula significantes que se remetem entre si. O homem só existe por sua função simbólica, e é por ela que deve ser apreendido. Lacan apresenta, pois, uma inversão radical da ideia do sujeito, pensado agora como o produto da linguagem, seu efeito, o que implica a famosa fórmula segundo a qual "o inconsciente está estruturado como uma linguagem". Por conseguinte, não há por que procurar a essência humana em outros lugares além da linguagem (DOSSE, 2007, p. 159).

Essa entrada definitiva na linguagem se dá no uso que faz de conceitos presentes no Curso de Linguística Geral no artigo *L'instance de la lettre dans l'inconscient ou la raison depuis Freud* que publica em 1957. Nesse texto, Lacan cita não apenas Saussure, mas também o linguista russo funcionalista Roman Jakobson e faz diferentes usos desses conceitos à medida que interessam à releitura que opera dos textos freudianos. Ao manusear os conceitos saussureanos, dando-lhes nova roupagem no interior da psicanálise, Lacan se sente finalmente ancorado no paradigma estruturalista.

Assim como Lacan, Louis Althusser também vai buscar, no paradigma estrutural, um apoio para elevar o marxismo, que se encontrava em franca decadência, ao estatuto de ciência. Acerca dessa empreitada, Boito Jr. (2015, p. 10) arremete:

Althusser abandona e critica as teses que rebaixam o marxismo a uma "concepção de mundo", a um mero "guia para a ação" ou a uma simples "crítica do capitalismo". Desenvolve uma sofisticada argumentação para sustentar o estatuto científico da obra de Marx. O marxismo é apresentado como uma ciência da sociedade e da história.

Esse deslocamento é operado mediante a ruptura com a dialética hegeliana, a práxis e a vulgata stalinista fundadora do marxismo ortodoxo e dogmático. Ao produzir essa ruptura, Althusser acreditava atribuir a Karl Marx a construção de uma dialética própria (materialismo histórico e dialético) e desvincular o marxismo dos crimes cometidos por Stálin durante a vigência do regime soviético. Assim, encontra no estruturalismo pressupostos que podem alçar o marxismo à condição de pensamento científico capaz de realizar a síntese global do saber, bem como de se

instalar no centro do paradigma estrutural (DOSSE, 2007, p. 383). A ideia era de fazer nascer um marxismo científico, desvinculado dos regimes que fizeram usos diversos de Marx e, assim fazendo, propor a teoria em si mesma das práticas teóricas a fim de entrelaçar esse discurso marxista complexo com aquele das ciências sociais que, à época, se encontravam em pleno desenvolvimento. Em suma, a empreitada de Althusser insiste em mostrar

os impasses da concepção voluntarista do processo social e histórico, desenvolvendo o conceito de estrutura como campo que limita a prática dos agentes sociais. Extrai dos textos de Marx a originalidade de sua concepção de dialética, para contrastá-la com a concepção, que considera simplificada, de dialética presente na obra de Hegel (BOITO Jr. 2015, p. 11).

Partindo de uma perspectiva científica, Althusser produz um retorno ao próprio Marx e o lê sem mediações, ou seja, diretamente e sem se apoiar nos comentários feitos anteriormente sobre sua obra. Nessa (re)leitura de Marx, temos então “o primeiro deslocamento dos althusserianos, os quais participam plenamente, nesse ponto, do paradigma estrutural, na medida em que privilegiam a esfera do discurso e a lógica interna de um sistema fechado em si mesmo” (DOSSE, 2007, p. 390). Esse percurso tão original no interior do estruturalismo vai fazer eclodir uma diversidade de trabalhos produtores no campo do marxismo que será renovado a partir da ressignificação de conceitos que não operavam mais como quando da sua criação por Marx. Nesse sentido, Althusser vai apresentar,

por exemplo, uma nova concepção de conceito de modo de produção, pensado não mais como um conceito restrito ao terreno da economia, mas, sim, como uma unidade complexa de diversas instâncias da vida social; reelabora o conceito de determinação em última instância pela economia; introduz o conceito de problemática teórica e seu correlato, que é o conceito de ruptura epistemológica; abre espaço para se pensar a complexidade dos processos sociais com o conceito de sobre-determinação. (BOITO Jr., 2015, p. 11).

Nos idos de 1960, Michel Pêcheux, que foi aluno de Althusser no curso de filosofia na *École Normale Supérieure* da rua *Ulm*, mantém contato direto com essas ideias e se entusiasma por aquilo que, para ele e seus companheiros, significava “a encarnação da filosofia do conceito: o althusserianismo-lacanismo” (DOSSE, 2007, p. 389). Animado por esse sopro que renova o marxismo e lança novas perspectivas para as ciências sociais, Pêcheux também acompanha uma prática que se encontrava na ordem do dia, qual seja, fazer epistemologia. Essa é uma época em que se faz epistemologia de tudo, de modo que era possível concluir que já não se fazia mais filosofia, mas ciência (DOSSE, 2007).

Nesse contexto da *intelligentsia* francesa da segunda metade do século XX, Pêcheux aparece no cenário como aquele filósofo preocupado em construir um

campo de pesquisa que, articulado à linguística saussureana e, a princípio, correspondendo ao paradigma estruturalista⁴⁷ do qual era herdeiro, abordasse a questão do sentido que era entendido como um efeito da relação da língua com o sujeito, a história e a ideologia. Esse modo de abordar o sentido colocava em xeque o modo como, até então, a Semântica, seja ela em qualquer uma de suas correntes, havia tratado a questão do sentido. Então, Pêcheux se encontra às voltas com o objeto da Análise do Discurso, bem como com o método e a teoria que permite pensar o objeto e fazê-lo emergir da materialidade linguística. No prefácio d' *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*, Orlandi (2017, p. 10) descreve essa inquietude que assola o filósofo nesses primeiros momentos da sua trajetória:

Como sabemos que Teoria, Método, Procedimentos Analíticos e Objeto têm uma relação imanente, ao falar desse objeto, ele só podia fazê-lo pela construção da teoria e do método. Tarefa ainda mais difícil quando se trata de uma ciência como a análise do discurso em que a análise precede, em sua constituição, a própria teoria. Ou seja, é porque o analista tem um objeto a ser analisado que a teoria vai-se impondo. Não há uma teoria já pronta que sirva de instrumento para a análise. Não foi assim – a partir de uma teoria já pronta – que a análise de discurso se constituiu a partir de seu fundador Michel Pêcheux. Daí a fase dos “tateamentos” teóricos e analíticos.

Os *tateamentos* teóricos e analíticos dos quais fala a autora foram melhor estruturados no texto de apresentação da Análise do Discurso publicado em 1969, qual seja, *Análise Automática do Discurso*. A publicação desse livro demarca o caminho inaugural no qual teoria e metodologia se imbricam e se constituem num único e mesmo movimento. É nele que “se ligam – pela primeira vez – todos os fios constitutivos de um objeto radicalmente novo: o *discurso*” (MALDIDIÉ, 2017, p. 19). Desse modo, *Análise Automática (1969) do Discurso* servirá como porta de entrada nas questões metodológicas concernentes a uma disciplina, cujo objeto não se reduz nem à análise linguística, nem à pragmática, nem à teoria dos atos de linguagem, nem aos funcionalismos, mas, ao contrário, dar ênfase à questão da significação e à proposta de uma escrita própria do discursivo e da sua materialidade (ORLANDI, 2019, p. 15). Desse movimento que, ao mesmo tempo, produz filiações (materialismo, linguística e psicanálise) e rupturas (cartesianismo, positivismo, empirismo), temos o próprio da disciplina fundada por Pêcheux que é o *discurso*, cujas noções de sujeito e linguagem, que se encontram na base das Ciências

⁴⁷ É importante atentar para o que Paul Henry afirma sobre a relação de Pêcheux com o estruturalismo para entendermos bem qual era seu posicionamento no interior desse vasto movimento que marcou profundamente a intelectualidade francesa no século XX: “O que interessava a Pêcheux no estruturalismo eram aspectos que supunham uma atitude não reducionista no que se refere à linguagem” (HENRY, 2014, p. 13)

Humanas e Sociais no século XIX, já não têm validade epistemológica após a entrada da Linguística⁴⁸ e da Psicanálise em cena (ORLANDI, 2001, p. 20).

Aquilo que Pêcheux intencionava ao escrever *Análise Automática do Discurso* (doravante, AAD/69) era “oferecer às ciências sociais um instrumento científico de que elas tinham necessidade, um instrumento que seria a contrapartida de uma abertura teórica em seu campo” (HENRY, 2014, p. 13). Para dar sua contribuição às ciências sociais que se encontrava, à época, num estágio pré-científico, Pêcheux precisa não só estabelecer o objeto da sua ciência, mas instrumentos efetivamente científicos que possibilitem a análise de um objeto definido. Então, a primeira atitude de Pêcheux é de investigação, tanto no campo da história das ciências como no da epistemologia, sobre aquilo que caracteriza precisamente um instrumento científico e, a partir dessa descoberta, lançar as bases metodológicas que são apresentadas na AAD/69.

Na urdidura do seu pensamento sobre o que é um instrumento científico, Pêcheux segue dois filósofos, que são Gaston Bachelard e Georges Canguilhem, aos quais acrescenta a perspectiva marxista. Após (re)ler esses filósofos que se empenham em remontar a história das ciências e tratar das epistemologias, Pêcheux elabora duas proposições fundamentais: a) as condições nas quais uma ciência estabelece seu objeto; b) o processo através do qual uma ciência explora, do interior, seu próprio discurso e testa sua consistência e necessidade (HENRY, 2014, p. 14). Ainda sobre esses aspectos definidos por Pêcheux para que um objeto seja tratado de forma estritamente científica por meio de instrumentos que legitimem o discurso científico e, desse modo, se possa, de fato, produzir ciência, escreve Henry (2014, p. 15, grifos do autor):

1. *Toda ciência*, escreve Herbert-Pêcheux, é produzida por uma mutação conceitual num campo ideológico em relação ao qual esta ciência produz uma ruptura através de um movimento que tanto lhe permite o conhecimento dos trâmites anteriores quanto lhe dá garantia de sua própria cientificidade. Ele acrescenta que, num certo sentido, toda ciência é, antes de tudo, a ciência da ideologia com a qual rompe. Logo, o objeto de uma ciência não é um objeto empírico, mas uma construção. Além do mais, tal objeto não pode se destacar através do jogo de um questionamento aleatório, da natureza que progressivamente o delimitaria tornando visíveis suas características. 2. Em cada ciência, dois momentos devem ser distinguidos. Primeiramente, o momento da transformação produtora do seu objeto, que é dominado por um trabalho de elaboração teórico-conceitual que subverte o discurso ideológico com que esta ciência rompe. Em segundo, o momento da “reprodução metódica” deste objeto, o qual é de natureza conceitual e experimental.

⁴⁸ É importante salientar que a noção de língua como objeto abstrato é revista por Pêcheux a partir dos pressupostos do Materialismo tal como relido por Louis Althusser.

Esses apontamentos de Henry nos dão uma ideia da reflexão e tateamentos que Pêcheux vem desenvolvendo a fim de construir um campo (científico) que dê conta do sentido, configurando-se como uma semântica discursiva que venha a superar aquilo que vinha sendo praticado tanto no formalismo chomskiano quanto no funcionalismo concebido por Jakobson e na perspectiva pragmatista. A inquietação de Pêcheux tem a ver, tanto com a falta de rigor científico que caracterizava o campo das ciências sociais, como também com aquilo que, em 1969, assumiria o formato de uma disciplina – também esta científica – que veio a público sob a etiqueta de *análise automática do discurso*.

A preocupação de Pêcheux com a cientificidade do campo que intenta construir, bem como com a filiação à linguística de cunho saussureano faz com que, já nas primeiras páginas de AAD/69, apresente uma crítica aos métodos (dedução frequencial e análise por categorias temáticas) praticados que não condizem com a linguística saussureana e àqueles que “se referem *abertamente* à linguística moderna e dão outra resposta à questão do *sentido* contido num texto (PÊCHEUX, 2019, p. 22, grifos do autor). Essa crítica que se endereça à análise de conteúdo, perspectiva que concebe um sujeito psicológico que procede a leitura de um texto em busca de elementos que se encontram objetivamente inscritos no próprio texto, abre as discussões teórico-metodológicas que Pêcheux delineia em AAD/69. Segundo Malidier (2017, p. 21),

todo o livro deve ser lido como um conjunto de proposições alternativas: o dispositivo da análise do discurso se quer um instrumento científico; ele é o primeiro modelo de uma máquina de ler que arrancaria a leitura da subjetividade.

A fim de que se produza uma leitura objetiva do texto, sem cair no subjetivismo, faz-se necessário a construção de um dispositivo teórico-metodológico que rompa definitivamente com as práticas de análise de conteúdo dos textos que incorriam em leituras subjetivas em que o texto se volta sobre o próprio texto sem nenhuma referência às condições de produção que constituem os sentidos e produzem derivas. Assim, é pensando a língua em seu funcionamento, e agenciando teoria e dispositivos de análise, que Pêcheux produz a desnaturalização do texto. Em se tratando da teoria, Pêcheux desenvolve-a no primeiro capítulo de AAD/69, ao passo que os dispositivos metodológicos ocupam o segundo capítulo.

Considerando que, nessa época da AD, Saussure se encontra muito mais presente que Freud e Marx, então algumas terminologias se encontram mais assentadas no saber da Linguística que da Psicanálise e do Materialismo Histórico.

É o caso, por exemplo, de *efeito metafórico*, que conserva uma estreita relação com a noção de *valor* formulado por Saussure. Na sequência, Pêcheux nos familiariza, no primeiro capítulo, com noções como *condições de produção*, *relações de força*, *relações de sentido* e *formações imaginárias*. É importante atentar para o fato de que Pêcheux desloca essas noções e ressignifica-as no interior da AD, como atesta Maldidier (2017, p. 23, grifo da autora) ao tratar de uma noção cara ao filósofo que era a noção de *condições de produção*:

De fato, nesse fim dos anos 60, o filósofo ocupado com as ciências sociais contribui, paralelamente ao linguista Jean Dubois, para a fundação de uma nova disciplina: a análise do discurso. Michel Pêcheux, quanto a ele, trazia para pensar esta prática disciplinar algumas ideias fundamentais. Inicialmente, o conceito de “condições de produção”, reformulação da noção descritiva de “circunstâncias” de um discurso. O conceito, vindo do marxismo, era utilizado em psicologia social. Trata-se de uma tentativa para caracterizar, nos termos de uma teoria social, os elementos do esquema da comunicação de Jakobson. A referência às condições de produção designava a concepção central do discurso *determinado* por um “exterior”, como se dizia então, para evocar tudo o que, fora da linguagem, faz que um discurso seja o que é: o tecido histórico-social que o constitui.

Uma vez que, em AD, teoria e metodologia se constituem concomitantemente, de modo que pensar a teoria é também pensar a metodologia, a noção de *condições de produção* servirá, nesses primeiros momentos, de lastro para pensar a construção de um *corpus* que se prestará à uma análise linguístico-discursiva. Assim, o primeiro nível da análise tem início com o “escaneamento” da superfície discursiva, ou seja, uma série de discursos que, correspondendo exatamente a um mesmo estado dominante das condições de produção, induz um processo discursivo (PÊCHEUX, 2019, p. 65). A superfície discursiva tem a ver com uma sequência oral ou escrita de dimensão variável, em geral superior à frase. O que temos, nesse caso, é um objeto empírico afetado pelos esquecimentos 1 e 2, cuja sequência estritamente linguística é constituída por um conjunto de enunciados que podem ser identificados a partir das leis linguísticas gerais. Assim é possível, a partir dos enunciados identificados, chegar aos lexemas que os compõem e que mantêm entre si relações morfossintáticas que são universalmente necessárias e derivadas de uma teoria gramatical do enunciado (PÊCHEUX, 2019, p. 66). Nesse duplo movimento, que implica a identificação dos enunciados e dos lexemas que estruturam internamente o enunciado, Pêcheux estabelece os dois níveis de análise da superfície linguística, a saber, o *nível da análise dos enunciados* e o *nível de análise dos lexemas*. Essa análise funciona como a antessala da análise do discurso propriamente dita que tem início com as etapas seguintes: *objeto discursivo* e *processo discursivo*.

Na sequência da análise, passa-se do registro codificado para o discurso

como objeto teórico, ou seja, a “um objeto linguisticamente dessuperficializado, produzido por uma análise linguística que visa anular a ilusão nº 2” (PÊCHEUX; FUCHS, 2014, p. 180-181). Assim, parte-se da superfície, aprofunda-se a análise, constrói o objeto teórico, qual seja, o discurso e, por fim, atinge-se o *processo discursivo*, última etapa desse caminho metodológico proposto na AAD/69.

O *processo discursivo* resulta da relação dos *objetos discursivos* com as *superfícies discursivas* provenientes de *condições de produção* estáveis e homogêneas. Nesse estágio da análise, o analista acessa o funcionamento discursivo e, assim fazendo, supera o nível estritamente linguístico. É por isso que a análise linguística é apenas pressuposta, de modo que o analista não se restringe a ela, mas, a partir da superfície linguística, opera um salto teórico-metodológico que permite produzir uma leitura dessuperficializada da materialidade linguística a fim de acessar o processo discursivo implicado no arranjo linguístico.

O *discurso*, como objeto da AD, não é mensurável nem observável, mas é possível descrever a regularidade do processo discursivo materializado na língua. Embora não seja mensurável e observável, como os objetos de estudo do Positivismo, Pêcheux busca um rigor teórico-metodológico tal que confere, ao objeto de análise, a cientificidade almejada e, desse modo, afasta do procedimento analítico uma leitura subjetiva dos textos. Esse rigor se encontra estabelecido, em definitivo, na AAD/69, de modo que, na AD-2, quase não se notam mudanças e acréscimos à metodologia. O que se tem, nessa segunda época da AD, é o empréstimo da noção de *formação discursiva* do filósofo Michel Foucault e a consequente desconstrução da noção de *discurso* como uma máquina estrutural idêntica e fechada sobre si mesma. E essa desconstrução da noção de máquina discursiva se dá a partir do deslocamento teórico que pensa a FD em sua relação com outras FDs, de modo que uma FD não deve ser entendida como um espaço fechado, mas como um lugar que é atravessado pelo exterior, ou seja, por outras FDs.

É importante salientar que a relação de uma FD com seu exterior constitutivo nem sempre é de aliança, ou seja, de pacto, concordância ou conciliação. A relação entre FDs pode também ser polêmica ou antagônica. Cabe, então, ao analista, descrever as regras de formação da FD em análise e apontar o tipo de relação que as outras FDs que a atravessam estabelecem com ela. Essa concepção de FD permite pensar a relação entre as máquinas discursivas sem descartar a concepção de máquina discursiva fechada. Assim, nesse momento da AD, o que temos em termos de inovações, no que diz respeito aos procedimentos de análise, são

discursos menos estabilizados e condições de produção menos homogêneas.

Na terceira etapa da AD, o salto se dá ao pensar a FD como constituída por discursos outros que não se constituem independentemente, mas de modo regulado no interior do interdiscurso. Os discursos são considerados em sua heterogeneidade e não mais como máquinas fechadas sobre si mesmas, de modo que é dada ênfase ao *outro* constitutivo, como afirma Pêcheux (2002, p. 14) ao tratar das novas práticas de leitura aplicadas aos monumentos textuais:

O princípio dessas leituras consiste, como se sabe, em multiplicar as relações entre o que é dito aqui (em tal lugar), e dito assim e não de outro jeito, com o que é dito em outro lugar e de outro modo, a fim de se colocar em posição de “entender” a presença de não-ditos no interior do que é dito.

Nesse sentido, o primado do outro sobre o mesmo caracteriza e determina o modo de proceder a análise nessa terceira etapa da AD. Ademais, o procedimento metodológico que estabelecia uma ordem e etapas fixas explode em definitivo, de maneira que a opção por uma produção em espiral das reconfigurações do *corpus*, que permita escandir o processo numa sucessão de interpretações do campo analisado, ganha relevância (PÊCHEUX, 2014, p. 312).

Em linhas gerais, apresentamos o trajeto teórico e metodológico da AD, priorizando os textos clássicos produzidos no campo discursivo do contexto francês. Na sequência, discorreremos sobre a proposta teórico-metodológica de analistas brasileiros que têm se empenhado na tarefa de desterritorialização da AD ao produzir uma transferência das ideias produzidas na França nos anos 1960 (e seguintes) para o Brasil onde um campo bastante produtivo de análise do discurso tem sido construído a partir da releitura de Pêcheux e consequente deslocamento dos princípios e procedimentos no interior da prática de análise ensejada nas universidades brasileiras.

Considerando aquilo que é proposto por Pêcheux, bem como aquilo que vem sendo praticado no Brasil, conclui-se que a AD é um campo que, por não fazer jus ao modelo positivista de praticar ciência, não apresenta uma metodologia rígida e fechada que poderia ser aplicada a todo e qualquer objeto discursivo. Desse modo, os dispositivos de análise são construídos à medida que o *corpus* é definido e a análise desenvolvida. Assim sendo, teoria e metodologia no campo da AD são inseparáveis. Os procedimentos metodológicos e os dispositivos de análise mantêm uma intrínseca relação com o objeto e a teoria e, por essa razão, as pesquisas feitas no campo assumem um viés qualitativo-interpretativista. Orlandi (2001, p. 65) afirma que o primeiro movimento procedimental que dá início à análise reside na passagem

fundamental entre *superfície linguística* e *objeto discursivo*. Nesse primeiro movimento, o analista concede ao *corpus* um primeiro tratamento, ainda de caráter superficial, mas de extrema importância à dessuperficialização do material de linguagem em seu estado bruto. No livro *A fala dos quartéis e as outras vozes*, ao discorrer sobre o *corpus* da sua pesquisa, Indursky (1997, p. 47) se refere a essa etapa da análise nos seguintes termos:

Impõe-se, inicialmente, uma reflexão que distinga o *corpus empírico*, constituído pela totalidade de alocações presidenciais efetivamente realizadas durante a República Militar Brasileira, e o *corpus discursivo*, que será o *objeto* sobre o qual incidirão nossas análises.

Ao assim proceder, o analista dá início à construção de um observatório que viabilizará as condições de possibilidade da análise que não é neutra e, por isso, requer do analista uma tomada de posição no que diz respeito àquilo que fica para ser analisado, bem como àquilo que sai do *corpus*. No caso particular da nossa pesquisa, o *corpus*⁴⁹ empírico corresponde a todos os cartazes políticos produzidos pelo Ministério da Propaganda (*Propagandaministerium*) representativos de Hitler, da Juventude Hitlerista, da cultura e dos judeus. Desse *corpus* empírico, delimitamos as sequências discursivas feitas de linguagem verbal e não verbal e, em seguida, fizemos o recorte discursivo daquilo que será efetivamente analisado. Essa noção de recorte, proposta por Orlandi (2001, p. 64), diz respeito às unidades discursivas que são feitas de fragmentos correlacionados de linguagem e situação. Assim, um recorte é um fragmento da situação discursiva e a análise recai sobre a seleção dessas unidades retiradas do *corpus*.

Embora Orlandi (2001, p. 64) mencione a importância da questão norteadora como um fator desencadeador da construção do *corpus* quando afirma que “a análise é um processo que começa pelo próprio estabelecimento do *corpus* e que se organiza face à natureza do material e à pergunta que o organiza”, é Freire (2021, p. 23) que vai dar um acabamento melhor a esse procedimento metodológico ao afirmar que “a análise em si envolve a *circunscrição do conceito-chave* e a escolha, interpretação e análise do *corpus* por meio de *perguntas heurísticas*”. A circunscrição do *conceito-análise* é prioritária para o analista, bem como determinante, uma vez que dá um encaminhamento à pesquisa e ajuda a definir o *corpus* a ser analisado. Ainda segundo Freire (2021, p. 23), o *conceito-análise* se divide em *conceito-análise a priori* e *conceito-análise a posteriori*. No primeiro caso, tem-se uma pergunta que

⁴⁹ Um *corpus* com essas características insere-se naquela categoria estabelecida por Courtine (2014, p. 77) e que ficou conhecida como *corpus de arquivo*.

é posta antes do início da pesquisa, de maneira que a análise gira em torno dessa pergunta, ou seja, a análise visa responder essa pergunta. Já no segundo caso, a pergunta é posta durante o processo de análise.

Em relação à quantidade de textos a serem analisados, Freire (2021, p. 25) mobiliza a noção de *satuação* que diz respeito “ao momento em que o analista percebe a recorrência das propriedades do discurso a ponto de poder dar por encerrado o acréscimo de textos ao *corpus*”. Nesse sentido, Orlandi (2001, p. 62) afirma que, devido às características intrínsecas ao discurso, quais sejam, o interdiscurso, a memória discursiva e o efeito de sustentação, é impossível dar conta da totalidade do emaranhado de discursos com o qual o discurso em questão se imbrica. Por essa razão, esse tipo de análise não tem como objetivo a exaustividade ou a completude, mas a profundidade. Ao analista cabe produzir o esgarçamento da análise por meio de dispositivos teóricos que traga à luz o processo discursivo implicado nos textos. Indursky (1997, p. 48) vai ao encontro dessa perspectiva que não visa a exaustividade horizontal da análise, mas a exaustividade vertical que tem a ver com a profundidade da análise quando, ao falar do seu objeto de pesquisa, afirma que não foi movida pelo desejo de completude nem pela ilusão de exaustividade. A fim de atender esse aspecto metodológico, pensamos no estabelecimento de cinco cartazes por tema (o *Führer*, a Juventude Hitlerista, a cultura e os judeus) e, a partir desse universo, operar o recorte das sequências discursivas – feitas de linguagem verbal e não verbal – a partir das quais acessaremos o processo discursivo subjacente. Após esse primeiro movimento, que já se define como analítico, mobilizaremos os textos passíveis de correspondência com o discurso em análise e procederemos a análise até atingirmos a *satuação* almejada.

Esse procedimento inicial deita as condições metodológicas para a etapa seguinte que é detectar a relação do discurso com as FDs (ORLANDI, 2001, p. 66) que o constitui. A circunscrição das FDs que jogam na construção do sentido do conceito-análise em questão exige dois outros procedimentos que são a *leitura flutuante* e a *leitura analítica* (FREIRE, 2021, p. 26). Na primeira, o analista opera uma leitura superficial que visa identificar, nas sequências, elementos que sejam relevantes para aquela leitura mais profunda e verticalizada, qual seja, a leitura analítica. Ao produzir esse tipo de leitura, o analista deve, segundo Freire (2021, p. 26) se colocar três perguntas heurísticas que podem ajudá-lo na condução do seu gesto de leitura. Assim, a primeira pergunta que o analista deve se colocar é sobre

qual conceito-análise se encontra presente no texto, seguida da questão sobre como o texto constrói o conceito-análise e, por fim, o analista se questiona sobre a que discurso pertence o conceito-análise construído da forma como o texto o constrói. O processo é espiralado e dialético – conforme Hegel o concebe – porque o analista nega determinados sentidos para acessar aqueles que não estão evidentes e parte para o estágio seguinte, ao mesmo tempo negando e conservando algo do estágio anterior, até atingir a síntese.

Nesse processo, teoria e metodologia se imbricam e se iluminam o tempo todo porque

o objeto discursivo não é dado, ele supõe um trabalho do analista e para se chegar a ele é preciso, numa primeira etapa de análise, converter a superfície linguística (o *corpus* bruto), o dado empírico, de um discurso concreto, em um objeto teórico, isto é, um objeto linguisticamente de-superficializado, produzido por uma primeira abordagem analítica que trata criticamente a impressão de “realidade” do pensamento, ilusão que sobrepõe palavras, ideias e coisas (ORLANDI, 2001, p. 66).

Para pensar criticamente a referida impressão de *realidade* do pensamento se faz necessário a intervenção de um corpo teórico que trabalhe a semântica no nível discursivo ao relacionar sujeito, língua e ideologia e, desse modo, pôr em evidência aquilo que se encontra opaco.

Ao refletir sobre o contexto específico do nosso estudo acerca do processo discursivo de construção de sentidos acerca de Hitler, dos judeus etc, pensamos, num primeiro momento, proceder o recorte daqueles cartazes que melhor correspondem aos objetivos da nossa pesquisa. Assim, do universo de cartazes produzidos pelo Ministério da Propaganda entre os anos 1933 e 1943, recortamos aqueles que podiam formar um *corpus* de referência por, concomitantemente, corresponder ao conceito-análise em estudo e aos objetivos da nossa pesquisa. Após a leitura flutuante e o recorte do *corpus* produzido no interior de uma leitura analítica, passamos à descrição dos cartazes divididos por seções de acordo com o conceito-análise ao qual se referem. À medida que a descrição acontecia, a teoria intervinha e a análise ganhava profundidade, de modo que esse processo seguia até que o discurso analisado estivesse saturado.

A análise de cada cartaz (*C1*, *C2*, *C3* etc) foi antecedida e acompanhada pela explicitação das condições de produção nas quais se deu o discurso produzido no cartaz em questão. No interior desse mesmo processo, procedemos a discussão sobre as FDs (*FD1*, *FD2*, *FD3* etc) nas quais o sujeito inscreveu o discurso analisado, bem como daquelas silenciadas e que, por sua vez, também participavam da construção de sentidos sobre o conceito-chave representado no cartaz. A

identificação das FDs nos permitiram circunscrever as *formações ideológicas* que constituíram os sentidos e determinaram o modo de aparecimento do discurso. Considerando que todos os cartazes surgem no interior de uma FD que é aquela do Ministério da Propaganda, cabe ao analista precisar as outras FDs – por exemplo, uma FD religiosa que é, por sua vez, constituída pela ideologia religiosa – que atravessam a FD dominante e participam do jogo de linguagem que constrói, para aquele discurso em particular, um modo próprio de funcionamento.

A descrição da imagem foi submetida ao que, na AD, chama-se *batimento*, a saber, o movimento circular de análise que amarra descrição-interpretação-ampliação do *corpus* (FREIRE, 2021, p. 42). Nesse sentido, descrever já é analisar; e analisar é rastrear os discursos outros que constituem o discurso submetido à interpretação do analista. Assim, ao identificarmos os outros discursos que constituíram o discurso em análise, também apontamos aqueles discursos que, via memória discursiva, lastrearam e constituíram o discurso em questão. Esse movimento analítico-metodológico permite atingir, numa perspectiva que entende o discurso como heterogêneo, a relação entre discursos (*interdiscurso*) porque “todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para outro” (ORLANDI, 2001, p. 62).

Outro fator que constitui o discurso produzido nos cartazes nazistas é o silêncio porque, numa conjuntura governamental totalitária, não se pode dizer tudo aquilo que se quer dizer a fim de contestar o regime. Desse modo, o silenciamento a que a população é submetida – bem como os aparelhos institucionais – constitui os discursos permitidos e produz efeitos de sentido que dão a impressão de unanimidade e uniformidade entre os discursos produzidos no interior do Terceiro *Reich*. Diante desse contexto, cabe, então, ao analista, escutar o não dito no dito, entender os modos como o silêncio trabalha os sentidos e perscrutar o funcionamento discursivo que o silêncio produz. A fim de atingir esses objetivos que intentam interpretar o trabalho do silêncio na constituição dos sentidos, perguntas do tipo: I) *Por que essa cor e não outra em seu lugar?* E II) *Por que essa palavra e não outra em seu lugar?* precisam ser feitas ao *corpus analítico* para que possamos acessar aquilo que foi silenciado, relacioná-lo com aquilo que aparece no discurso, e compreender o modo de funcionamento discursivo dos cartazes. No apagamento do texto ou da imagem, é possível interpretar o(s) sentido(s) que constrói, para aquele determinado discurso, um modo de funcionar e circular. É porque “proíbem-se certas palavras para se proibirem certos sentidos” (ORLANDI, 2007, p.76) que os

discursos são formulados e circulam de um modo muito peculiar nos regimes totalitários.

CAPÍTULO 3

3. Introdução à análise: entendendo o modo de funcionamento do Terceiro Reich

A análise de um acontecimento discursivo impõe a necessidade de informarmos sobre as condições de produção (mediatas e imediatas) nas quais se deu o acontecimento a ser analisado. No caso da nossa pesquisa, não nos encontramos nem no lugar onde os fatos históricos ocorreram nem no tempo em que os acontecimentos se desenrolaram. Assim, foi na ampla bibliografia sobre o Partido Nacional-Socialista (NSDAP), o Terceiro Reich, Segunda Guerra Mundial e o Holocausto que nos apropriamos dos fatos e, por conseguinte, das condições de produção nas quais os cartazes da propaganda nazista foram produzidos. Dito isso, passemos a alguns acontecimentos históricos que são basilares e propiciam maior compreensão daquilo que foi o Ministério da Propaganda liderado por Joseph Goebbels, bem como a concepção de propaganda partilhada por Hitler e seu ministro da propaganda.

Com a subida de Hitler ao poder em 1933, a Alemanha se despede da República democrática de Weimar e entra num regime que, em fevereiro do mesmo ano, por meio de um decreto coassinado pelo chanceler Adolf Hitler e o presidente Paul von Hindenburg, restringe as liberdades individuais, de opinião e de imprensa. Ainda na condição de chanceler, Hitler nomeia Goebbels ministro do esclarecimento popular e propaganda (*Reichsminister für Volksaufklärung und Propaganda*) em 13 de março do mesmo ano.

A concepção de propaganda, grosso modo, que guiará o ministério será aquela estabelecida no livro *Mein Kampf* (Minha luta) que foi escrito por Hitler. O livro foi escrito por sugestão do editor nazista, Max Amann, e publicado em 1925. Em 1926, Hitler publica a segunda parte onde esmiúça temas abordados na primeira parte e acrescenta outros. Evans (2016, p. 254) assim descreve o itinerário comercial do livro:

Muito editado por Amann, Hanfstaengl e outros a fim de torná-lo mais literário e menos incoerente que o desconexo primeiro rascunho, era todavia empolado e tedioso e vendeu apenas uma quantidade modesta de cópias antes de os nazistas efetuarem seu avanço eleitoral em 1930. Depois disso, tornou-se *best-seller*, sobretudo durante o Terceiro Reich, quando não possuir um exemplar era quase um ato de traição. As pessoas que o leram, provavelmente uma proporção relativamente pequena daquelas que o compraram, devem ter achado difícil obter qualquer coisa coerente da *mélange* confusa de reminiscências autobiográficas e arenga

política deturpada.

Em *Mein Kampf*, há dois capítulos dedicados à propaganda e, embora Hitler defendesse que o papel da propaganda seria o de garantir a conquista do poder, de maneira que, uma vez conquistado, aquela poderia ser facilmente descartada, Goebbels defendia que a propaganda, além de possibilitar a conquista do poder, deve ser usada maciçamente, após sua conquista, com a finalidade de garantir o compromisso do povo para com os ideais do regime. Não obstante essa discordância pontual entre Hitler e Goebbels, aquilo que se vê funcionando, no interior do discurso propagandístico do ministério, é a ideologia nazista conforme concebida por Hitler e materializada em seu livro autobiográfico. Influenciado pelas ideias, produzidas no século XIX, do sociólogo francês Gustave Le Bon⁵⁰, Hitler afirma que a propaganda deve ser dirigida às massas. Essa orientação fica evidente nesse trecho de *Mein Kampf*:

A segunda questão de importância decisiva era a seguinte: a quem se deve dirigir a propaganda? À intelectualidade científica ou às massas menos educadas? Ela deve sempre ser dirigida às massas! Para os intelectuais ou àqueles que hoje, infelizmente, se consideram intelectuais, não se deve tratar de propaganda, mas de instrução científica. Mas a propaganda é tão pouco ciência em seu conteúdo, quanto um cartaz é arte em sua apresentação⁵¹ (HITLER, 2016, 497, tradução livre).

Direcionar, prioritariamente, às massas, o conteúdo da propaganda, não significa que Hitler não tinha interesse em conquistar o apoio da elite intelectual da Alemanha do início do século XX. A questão é que, uma vez convencida e reunida em torno de um propósito cívico, político etc, a massa perde a capacidade de reflexão e se deixa manipular facilmente. Esse é um entendimento que passa pela psicologia de Le Bon e, por isso, Hitler compreende esse estado de sedução produzido nas massas como condição prévia ao estado de submissão e lealdade absoluta ao regime e ao líder. Em *Mein Kampf*, temos a ponta daquilo que se pretende estabelecer no Terceiro *Reich* como política dos corpos, ou seja, corpos disciplinados e dóceis (FOUCAULT, 2014, p. 135) quando submetidos à repressão do aparelho de Estado. A repressão se faz sentir não só pelo uso de armas e militares nas ruas, mas por meio da propaganda que massifica as consciências

⁵⁰ *Psychologie des foules* (Psicologia das massas), escrito por Gustave Le Bon, foi publicado em Paris (França) em 1895 pela *Presse Universitaire* de France e sua tradução para o português aconteceu em 1980 e saiu pelas Edições Roger Delraux.

⁵¹ Cf. citação no original: Die zweite Frage von geradezu ausschlaggebender Bedeutung war folgende: An wen hat sich die Propaganda zu wenden? An die wissenschaftliche Intelligenz oder an die weniger gebildete Masse? Sie hat sich ewig nur an die Masse zu richten! Für die Intelligenz oder was sich heute leider häufig so heißt ist nicht Propaganda da, sondern wissenschaftliche Belehrung. Propaganda aber ist so wenig Wissenschaft ihrem Inhalte nach, wie etwa ein Plakat Kunst ist in seiner Darstellung an sich.

reduzindo a capacidade de reflexão crítica sobre o regime que a manipula e oprime. Welch (2002, p. 22, tradução livre) comenta sobre a finalidade da propaganda no Terceiro *Reich* nos seguintes termos:

Desde o início, o Terceiro Reich estabeleceu a ambiciosa tarefa de “reeducar” o povo alemão para uma nova sociedade baseada no que via como um sistema de valores “revolucionário”. [...] Como guardião de uma *Weltanschauung* única que manteria a pureza da raça ariana e permitiria que ela encontrasse expressão genuína, o Estado Nacional Socialista seria responsável não apenas pelo bem-estar material de seus cidadãos, mas também por seu bem-estar moral e espiritual. Buscaria restaurar a verdadeira consciência de pessoas tão corrompidas por não-arianos que, com o passar do tempo, não estavam mais cientes de quais eram os valores tradicionais alemães. Isso explica, em grande parte, porque todos os indivíduos e organizações neste novo estado foram obrigados a ser *gleichgeschaltet* (coordenados) no sentido de torná-los sujeitos ao controle do Partido, pois o Partido era o guardião da visão de mundo alemã e através do poder e da vontade de seu líder, o Führer, a “boa” sociedade seria criada⁵².

Para um povo que se encontra ferido em seu orgulho por causa da derrota na Primeira Guerra Mundial, das rigorosas disposições do Tratado de Versalhes e por ver o país afundar na mais profunda depressão econômica, um programa de governo que visa reestabelecer a autoestima desse povo a fim de torná-lo forte por meio da pureza racial, é por demais tentador e, não obstante os fatores desfavoráveis que circundam o NSDAP e a figura de Hitler, o apelo veiculado pela propaganda acaba por conquistar a grande massa. Nesse sentido, a propaganda se dirige às massas e às suas necessidades mais imediatas que são trabalho, família e o futuro das crianças, segurança, educação, estabilidade econômica e a volta de um império construído por uma raça pura, saudável e disposta a dar o sangue pela comunidade do povo (*Volksgemeinschaft*). Por essa razão, para Hitler (2016, p. 499, tradução livre):

A finalidade da propaganda não é a educação científica de cada um, mas chamar a atenção da massa sobre determinados fatos, necessidades, cuja importância só assim cai no círculo visual da massa. A arte reside exclusivamente em lidar com isso de maneira tão excelente que surja uma convicção geral da realidade de um fato, da necessidade de um processo, da correção de algo necessário etc. No entanto, como não é e não pode ser ciência em si, uma vez que a sua finalidade, como no caso do cartaz, é a de despertar a atenção da massa e não ensinar aos cultos ou àqueles que procuram cultivar seu espírito, a sua ação deve ser cada vez mais dirigida

⁵² Cf. citação no original: From its very beginning, the Third Reich had set itself the ambitious task of “re-educating” the German people for a new society based upon what it saw as a “revolutionary” value system. [...] As the custodian of a unique *Weltanschauung* that would maintain the purity of the Aryan race and allow it to find genuine expression, the National Socialist State would be responsible not only for the material welfare of its citizens but for their moral and spiritual welfare as well. It would seek to restore a true consciousness to a people so corrupted by non-Aryans that they were no longer aware of what traditional German values were. This largely explains why all individuals and organisations in this new state were required to be *gleichgeschaltet* (coordinated) in the sense of making them subject to Party control: for the Party was the guardian of the German world view and through the power and will of its leader, the Führer, the “good” society would be brought into being.

para o sentimento e apenas de forma muito limitada para o chamado intelecto. Toda propaganda deve ser popular e estabelecer o seu nível espiritual de acordo com a capacidade de compreensão do mais ignorante dentre aqueles a quem ela pretende se dirigir. Assim, a sua altura espiritual deverá ser tanto mais baixa quanto maior for a massa humana que ela deverá capturar.⁵³

Todo esse mecanismo de funcionamento da propaganda que preza pela simplicidade e, como popularmente se diz, *fala a língua das massas*, de modo a capturar os sujeitos por meio da repetição incessante, tem por finalidade encontrar o caminho que leva ao coração do povo⁵⁴. O desejo voltado para o coração das massas, nos faz pensar que falar apenas de efeito de sugestibilidade, conquista e sedução não dão conta dos processos implicados no fenômeno de massa, de modo que vamos ao encontro de Freud quando diz que é *Eros* que mantém a massa coesa. Para ele, o fenômeno não pode ser explicado apenas mobilizando noções como sugestão, hipnose, mecanismos de fascinação e sede de poder, posto que essas noções não dão conta dos processos psíquicos que unem uma massa em torno de si ou de um líder. A fim de responder a essa questão – altamente complexa – da psicologia social, Freud situa o fenômeno no interior da psicanálise e mobiliza conceitos, como identificação, regressão, idealização, circuitos de investimento libidinal e economia do recalque. Nesse sentido, pensar o fenômeno de massa com Freud significa esgarçar a compreensão dos efeitos ideológicos de um movimento político que, nas palavras de Klemperer (2009, p. 55), ganhou a seguinte declaração:

Não, o efeito mais forte não foi provocado por discursos isolados, nem por artigos ou panfletos, cartazes ou bandeiras. O efeito não foi obtido por nada que se tenha sido forçado a registrar com o pensamento ou a percepção conscientes. O nazismo se embrenhou na carne e no sangue das massas por meio de palavras, expressões e frases impostas pela repetição, milhares de vezes, e aceitas inconsciente e mecanicamente.

⁵³Cf. citação no original: Die Aufgabe der Propaganda liegt nicht in einer wissenschaftlichen Ausbildung des einzelnen, als vielmehr in einem Hinweise der Masse auf bestimmte Tatsachen, Vorgänge, Notwendigkeiten usw., deren Bedeutung dadurch erst in den Gesichtskreis der Masse gerückt werden soll. Die Kunst liegt nun ausschließlich darin, dies in so vorzüglicher Weise anzufassen, daß eine allgemeine Überzeugung von der Wirklichkeit einer Tatsache, der Notwendigkeit eines Vorganges, der Richtigkeit von etwas Notwendigem usw. entsteht. Da sie nun aber nicht Wissenschaft an sich ist und sein kann, da ihre Aufgabe ja genau wie bei dem Plakat im Aufmerksammachen der Menge zu bestehen hat und nicht in der Belehrung des wissenschaftlich ohnehin Erfahrenen oder nach Bildung und Einsicht Strebenden, so muß ihr Wirken auch immer mehr auf das Gefühl gerichtet sein und nur sehr bedingt auf den sogenannten Verstand. Jede Propaganda hat volkstümlich zu sein und ihr geistiges Niveau zu richten nach der Aufnahmefähigkeit des Beschränktesten unter denen, an die sie sich zu richten gedenkt. Damit wird ihre rein geistige Höhe um so tiefer zu stellen sein, je größer die zu erfassende Masse der Menschen sein soll.

⁵⁴ Em *Minha Luta*, Hitler (2016, p. 501) expressa esse trabalho sobre o comportamento das massas da seguinte forma: Gerade darin liegt die Kunst der Propaganda, daß sie, die gefühlsmäßige Vorstellungswelt der großen Menge begreifend, in psychologisch richtiger Form den Weg zur Aufmerksamkeit und weiter zum Herzen der breiten Masse findet. [A arte da propaganda reside justamente na compreensão da mentalidade e dos sentimentos da grande massa. Ela encontra, por forma psicologicamente certa, o caminho para a atenção e para o coração do povo.]

O uso dos cartazes na disseminação dessas palavras e expressões, bem como de estereótipos – seja do povo alemão, seja do judeu – foi de grande importância na construção de um simulacro da realidade e dos processos políticos numa Alemanha em que a mentira, dita muitas vezes, ganha valor de verdade. Isso fica explicitado nas palavras de Hitler quando, ao tratar da questão da culpa pela eclosão da Primeira Guerra Mundial, diz que foi um erro da propaganda política ter enfatizado o fato de que a Alemanha não poderia ter assumido, sozinha, a culpa pela grande guerra. Para ele, toda a culpa deveria ter sido atribuída aos adversários, mesmo que isso não correspondesse exatamente à marcha dos acontecimentos (HITLER, 2016, p. 505). A subversão do acontecimento histórico a serviço dos propósitos políticos chegava aos alemães todos os dias por meio de diferentes veículos de propaganda que colocavam em circulação aquelas palavras que fizeram Klemperer (2009, p. 55) declarar:

Mas a língua não se contenta em poetizar e pensar por mim. Também conduz o meu sentimento, dirige a minha mente, de forma tão mais natural quanto mais eu me entregar a ela conscientemente. O que acontece se a língua culta tiver sido constituída ou for portadora de elementos venenosos? Palavras podem ser como minúsculas doses de arsênico: são engolidas de maneira despercebida e parecem ser inofensivas; passado um tempo, o efeito do veneno se faz notar.

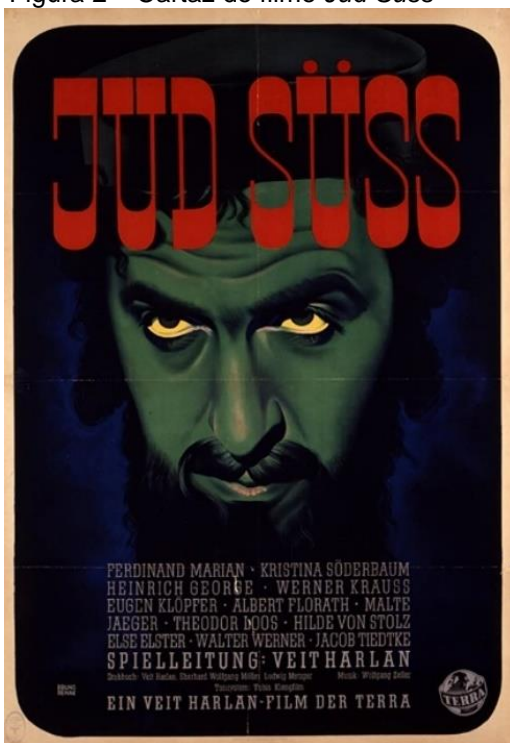
Essas palavras do professor Klemperer apontam, muito bem, para o fulcro da questão da propaganda nazista, pois esse centro não estava em produzir discursos ornamentados e embasados na verdade histórica e científica, mas em reproduzir mil vezes o mesmo discurso destituído de ornamentos e base científica até que produzisse os efeitos desejados. E essa linguagem do Terceiro *Reich* chegava aos alemães por meio do I) *jornal-mural* que, segundo Herf (2014, p. 55) “eram uma combinação única de editorial jornalístico, panfleto político, pôster político e tabloide, a qual empregava técnicas modernas de reprodução[...]” e visava a população que circulava a pé ou de transporte público; II) das diretivas de imprensa conhecidas como *Palavra da Semana (Parole der Woche)*, III); do *cinema* com produções declaradamente antissemitas como *Der ewige Jude* e *Jud Süß*; IV) do jornal do partido Nacional-Socialista *Völkischer Beobachter*, V) da revista *Der Angriff* e VI) do rádio, entre outros.

Figura 1 – Jornal-mural onde eram afixados jornais e a Palavra da Semana



Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/gallery/antisemitism-photographs>

Figura 2 – Cartaz do filme *Jud Süß*



Disponível em: <https://www.imdb.com/>

Figura 3 – Capa do jornal *Völkischer Beobachter*



Disponível em: <https://www.ushmm.org>

Figura 4 – cartaz da propaganda política do NSDAP



Disponível em: <https://collections.ushmm.org/>

Esses eram veículos oficiais usados pelo Ministério da Propaganda para difundir a ideologia nazista e convencer o eleitorado a votar em Hitler, bem como persuadir o povo alemão a se comprometer com a referida ideologia quando da tomada do poder. Na figura 4, temos um cartaz cuja configuração corresponde bem àquela pensada por Hitler e assentida por Goebbels: simples, objetivo, direto, enxuto e compreensível por qualquer cidadão. No topo, *Großdeutschland* (Grande Alemanha), no centro, mãos que prestam a saudação nazista (*Heil Hitler*) e, na parte inferior, *Ja!* (Sim!) em primeiro plano e, logo abaixo, a data *am 10. April* (em 10 de abril). A estrutura, que é de extrema simplicidade, comunica uma mensagem que pode ser facilmente consumida pelos leitores que, todos os dias, se deparavam com esses cartazes ao longo do caminho que os levava às suas casas ou ao trabalho. Além dessa propaganda oficial, que é produzida pelo governo, existe a propaganda extraoficial que ganha as ruas das cidades e tem, sobretudo, a finalidade de expurgar os judeus por meio do ostracismo, da violência simbólica e dos estereótipos que os ridicularizava, inferiorizava e os culpava por todos os problemas (políticos, sociais e econômicos) pelos quais a Alemanha passava. Como exemplo desse tipo de propaganda, citamos o jornal *Der Stürmer* que era editado pelo jornalista Julius Streicher.

Figura 5 – Capa do jornal *Der Stürmer*



Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/>

O *Der Stürmer* era um tabloide sensacionalista que foi fundado em 1923 e que, devido a seu conteúdo semipornográfico (EVANS, 2016, p. 245), a princípio, não agradava Hitler. À medida que a tiragem crescia, Hitler percebeu que o jornal contribuía efetivamente para a execução dos planos que já tinha em mente sobre o futuro dos judeus no Terceiro *Reich*, então não só reconheceu o jornal como, em um de seus discursos, agradeceu, em público, a vultosa contribuição que Streicher deu ao esclarecimento do povo alemão. A popularidade do tabloide cresceu tanto que

depressa estabeleceu-se como lugar em que manchetes berrantes apresentavam os mais raivosos ataques aos judeus, cheio de alusões sexuais, caricaturas racistas, acusações fabricadas de assassinato ritual e histórias palpitantes e semipornográficas de homens judeus seduzindo moças alemãs inocentes. O jornal era tão extremista que até foi proibido durante um período do Reich. Streicher, o editor de aspecto abrutalhado e cabeça raspada era tão obviamente obsessivo que jamais obteve muita influência dentro do movimento, cujos líderes o viam com certa repugnância. (EVANS, 2016, p. 245)

Hitler reconhecia que Streicher, por vezes, idealizou demais o judeu, pois esse era ainda pior que aquilo que o nazista havia pintado no jornal. Embora quando fosse necessário apresentar uma face respeitável do *Reich*, o jornal representasse um embaraço, isso não significava que sua mensagem virulenta contra os judeus não fosse bem-vinda. Ainda sobre essa propaganda não oficial que acontecia aquém do Ministério da Propaganda, temos os ataques, geralmente acompanhados de

pichações, a estabelecimentos comerciais de propriedade judaica.

Figura 6 – loja judaica sinalizada com a Estrela de Davi e a palavra Judeu (Jude) e com cartaz: *Alemães! Defendam-se! Não compre dos judeus! (Kauft nicht bei Juden)*



Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/11/na-noite-dos-cristais-ordem-nazista-foi-de-prender-agredir-e-destruir-sem-saquear.shtml>

Figura 7 – Membros das Tropas de Assalto (*Sturmabteilung*) posicionados em frente a uma loja judaica



Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/the-boycott-of-jewish-businesses>

Após uma série de ataques aos judeus em toda a Alemanha, seguidamente à nomeação de Hitler como chanceler, em 1933, o *Führer* resolve canalizar a pulsão

persecutória e destrutiva das Tropas de Assalto⁵⁵ para uma ação orquestrada e, em 28 de março daquele ano, “mandou o partido em todos os níveis preparar um boicote a lojas e empresas judaicas a ser realizado em 1º de abril” (EVANS, 2016, p. 520). As fotografias acima dizem desse boicote que, simultaneamente, apontava para como seria a vida dos judeus na Alemanha nazista a partir daquele momento e disseminava o ódio por meio de uma propaganda que não fora produzida pelo Ministério da Propaganda, mas ia ao encontro dos sentimentos antissemitas compartilhados pelos membros do partido que, naquele momento, lideravam o Terceiro *Reich*.

Após a tomada do poder pelos nazistas, a Educação passou a ser um espaço privilegiado de disseminação da ideologia, formação das mentalidades conforme os propósitos do *Führer*, construção de um sentimento antissemita nos corações e mentes de crianças e jovens e treinamento da disposição da vontade para a defesa da Pátria, da cultura e história germânicas. A fim de produzir uma mudança em todos os aspectos da vida sob o Terceiro *Reich*, fez-se necessário, antes de tudo, produzir mudanças profundas nos(as) filhos(as) da Pátria desde a mais tenra idade e isso implica moldar sua alma, mente e corpo por meio de dispositivos que atinjam os sujeitos em seu modo de pensar, agir e se mostrar no mundo. Para tanto, foi necessário que

as mudanças nazistas no currículo educacional trouxeram conteúdo antissemita para a sala de aula, sobretudo, por meio de aulas de ciências nas quais os professores usavam materiais instrucionais que representavam os judeus como uma mistura de raças não europeias e retratavam a “mistura” de judeus com “sangue alemão” como uma ameaça à pureza racial e à “saúde” nacional. [...] Nos livros didáticos de biologia, criminologia e antropologia, os escritores apresentavam ideias antissemitas com propriedade e, pareciam ainda mais críveis, quando professores universitários e líderes religiosos as incorporavam em suas palestras e sermões na igreja.⁵⁶ (LUCKERT; BACHRACH, 2011, p. 87)

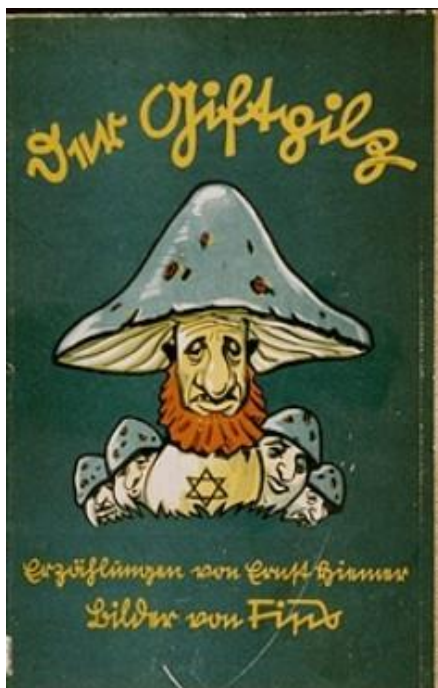
E, assim, a propaganda, que não é apenas voltada ao antissemitismo, mas aos vários elementos (eleições, eugenia, guerra, bolchevismo etc) que interessam ao NSDAP e à implementação da sua concepção de mundo à sociedade alemã, vai

⁵⁵ Inicialmente, as Tropas de Assalto (*Sturmabteilung*) compreendia um grupo paramilitar, dirigido por Ernest Röhm, que atuava junto ao partido nazista. Com a ascensão de Hitler ao poder, esse grupo passou a exercer a função de polícia e, a princípio, foram os responsáveis pelos campos de concentração, trabalho e extermínio.

⁵⁶ Cf. citação no original: Nazi changes to the educational curriculum brought antisemitic content into the school classroom, most overtly through science classes in which teachers used instructional materials that portrayed Jews as a mixture of non-European races and depicted the “mixing” of Jews with “German-blooded” persons as a threat to racial purity and national “health”. [...] In biology, criminology and anthropology textbooks, writers presented antisemitic ideas under respectability and seemed more credible when university professors and religious leaders incorporated it into their lectures and church sermons.

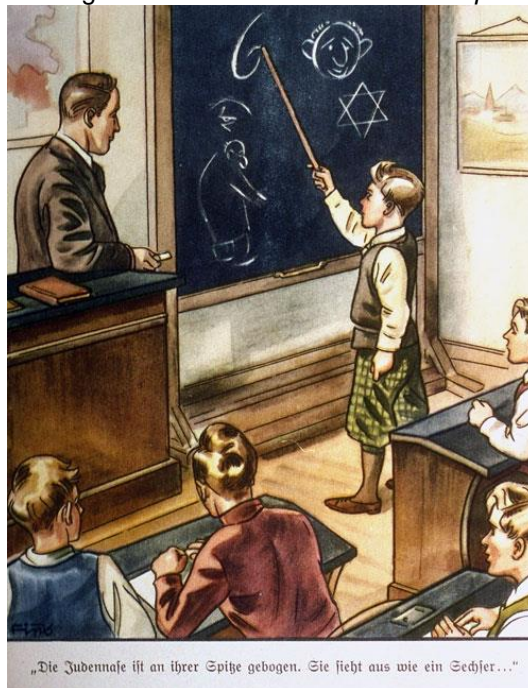
assumindo um papel relevante na construção de um *Reich* onde o solo e o sangue devem ser higienizados, purificados e protegidos da ameaça estrangeira.

Figura 8: livro infantil antisemita *Der Giftpilz*



Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/>

Figura 9: conteúdo do livro *Der Giftpilz*



Disponível em: <https://www.ushmm.org/>

Figura 10 – Crianças alemãs lendo *Der Giftpilz*



Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/photo/german-children-read-an-anti-jewish-propaganda-book-titled-der-giftpilz>

Figura 11 – Livro ilustrado antissemita da década de 1930



Disponível em: <https://www.yadvashem.org/de/education/educational-materials/ceremonies/antisemitism.html>

O projeto que visava higienizar a Educação de todo corpo nocivo – reconhecidamente não ariano ou contrário ao nacional-socialismo – que deformava o espírito genuinamente alemão, foi antecedido pelo golpe contra a liberdade intelectual e autonomia acadêmica deflagrado em 10 de maio de 1933. Nesse dia,

os estudantes alemães organizaram um “ato contra o espírito alemão” em dezenove cidades universitárias do país. Compilaram uma lista de livros “não alemães”, pegaram-nos em todas as bibliotecas que conseguiram encontrar, amontoaram-nos em praças públicas e atearam fogo. O evento da queima de livros em Berlim teve a presença de Joseph Goebbels a pedido dos estudantes. Ele disse que os estudantes estavam “fazendo a coisa certa ao entregar o espírito maligno do passado às chamas” ao que chamou de “ato forte, grandioso e simbólico” (EVANS, 2016, p. 513).

Os jovens estudantes empunhavam *slogans* que bradavam contra conceitos marxistas, como a luta de classes e o materialismo histórico, e a favor de uma concepção idealista de comunidade popular. Autores como Freud, Kurt Tucholsky, Carl von Ossietzky e Erich Maria Remarque foram lançados às chamas por veicularem conteúdo indecente, decadente, arrogante e difamarem figuras proeminentes do *Reich* alemão.

Figura 12 - Queima de livros liderada pela Organização Nacional dos Estudantes



Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/>

A presença do ministro da propaganda, Goebbels, conferiu ao evento um caráter propagandístico do que viria a ser, não apenas a Educação, mas também a cultura, na Alemanha sob o domínio dos nazistas. Os eventos que antecederam a queima de livros em praça pública, como cartazes, filmes, campanhas e agitações nas ruas, eram liderados pela equipe do Drº Goebbels que queria expurgar da sociedade alemã toda forma de conhecimento ou arte considerados degenerados e contrários ao projeto nacional-socialista. Com a eliminação dos autores considerados subversivos, que se apresentavam como uma ameaça ao futuro da Pátria ou feriam as raízes do pensamento alemão (SHIRER, 2017, p. 326), abria-se um caminho para que o espírito do povo germânico voltasse a se exprimir novamente. E, desse modo, a nazificação da Alemanha se estende a outros objetos da cultura, como as belas-artes, a música, a imprensa, o rádio e o cinema.

Em 22 de setembro de 1933, foi criada a Câmara de Cultura do *Reich* sob a responsabilidade de Joseph Goebbels. A finalidade da Câmara era reunir os artistas alemães de todos os seguimentos em torno da ideologia nazista, de modo que houvesse coesão na produção artística que, por sua vez, deveria ser fiel ao espírito alemão e à ideologia do nacional-socialismo. Assim, os artistas se colocavam sob a direção do *Reich* que determinava a forma e o conteúdo dos objetos artísticos. A fim de ter o controle das diferentes esferas da produção artística, foram criadas sete subcâmaras que controlavam as belas-artes, a música, teatro, literatura, imprensa, cinema e rádio. Quem trabalhava num desses campos da cultura era obrigado a se vincular a uma

dessas subcâmaras, cujas diretivas tinham força de lei. As subcâmaras, entre outras funções, exerciam um papel de controle dos produtos criados, de modo que poderiam expulsar membros ou recusar trabalhos por julgá-los não confiáveis. Uma vez expulso ou tido o trabalho recusado, o artista não poderia praticar a profissão. Assim, as diferentes esferas da cultura deveriam estar a serviço da propaganda que emulava a concepção de mundo do regime. Nos primeiros anos do Terceiro *Reich*,

nenhum escritor alemão vivo de alguma importância, com exceção de Ernst Jünger e Ernst Wiechert, nos primeiros anos, foi editado na Alemanha durante o período nazista. Quase todos, a começar por Thomas Mann, emigraram. Os poucos que restaram ficaram em silêncio ou foram silenciados. Todo original de livro ou de peça tinha de ser submetido ao ministro da Propaganda para aprovação, antes que fosse publicado ou produzido. (SHIRER, 2017, p. 327).

Aos poucos, se dá a politização da cultura na Alemanha a partir da implantação de um cânone nazista que seleciona, lançando mão de critérios, não apenas político-ideológicos, mas também raciais. Assim, a música de Ludwig van Beethoven é interpretada de modo a justificar as ideias e ações dos nacional-socialistas; e Richard Wagner é entendido como aquele cuja música expressa o melhor e o mais elevado do espírito nacional alemão, de maneira que autores de artigos publicados em jornais, como o *Völkischer Beobachter*, recorrem sempre a Wagner e à sua ópera quando intencionam fundamentar temas que giram em torno do nacionalismo e do antissemitismo. Em *O mito do século XX*, escrito pelo ideólogo do NSDAP, Alfred Rosenberg, a raça é apresentada como fator determinante das qualidades morais e da construção da beleza nas artes em trechos que afirmam que

quase todos os filósofos que escreveram sobre o “estado estético” ou sobre a fixação de valores na arte, passaram por alto o fato de um ideal racial de beleza no sentido físico e de um valor supremo racialmente determinado da natureza anímica. (ROSENBERG, 2021, p. 307)

e, alhures, “o *heros*, o herói, é sempre belo. Mas isto quer dizer que é de determinada índole racial” (ROSENBERG, 2021, p. 308). Nesses termos, a raça recebe uma centralidade na concepção de mundo nazista a ponto de tudo o mais ser medido e avaliado em relação ao sangue puro ariano. É assim que William Shakespeare, expoente da literatura inglesa do século XVI e o mais influente dramaturgo do mundo, é apresentado como portador de uma descendência ariana nas páginas do jornal *Völkischer Beobachter* que, como fez com outros exímios nomes da história da arte, esmerou-se em “deslocar o *Messias* de Händel de suas origens britânicas, transformando-o em um símbolo nacionalista alemão” (DENNIS, 2014, p. 55).

A música do alemão Ludwig Felix Mendelsohn, um dos mais talentosos compositores da era romântica, foi proibida na Alemanha porque era judeu, bem como as composições de todos os músicos de descendência judaica. Desde 1933, apenas

artistas reconhecidamente arianos seriam celebrados na Alemanha que, sob a mão de ferro do *Führer*, também expurgou as manifestações artísticas que eram rotuladas de *arte moderna*, pois “para Hitler, que se considerava um artista genuíno, apesar de seus fracassos de Viena, toda arte moderna era degenerada e sem sentido” (SHIRER, 2017, p. 329). Proceder a limpeza da Alemanha dessa arte degenerada foi prioridade de Hitler desde que tomou o poder, de maneira que 6.500 pinturas modernas, alemãs ou não, foram retiradas dos museus da Alemanha. Com a fundação da *Casa de Arte Alemã*, em 1937, Hitler expõe aquilo que será a arte do Terceiro *Reich* que substituirá, em definitivo, aqueles considerados “modernos” (Kokoschka, Grosz, Cézanne, Van Gogh, Gauguin, Matisse, Picasso etc). Shirer (2017, p. 330) declara que na “primeira exposição de arte nazista foram reunidas umas novecentas obras selecionadas, entre as 15 mil apreciadas, da pior qualidade que este autor viu em qualquer país”. A seleção final foi de responsabilidade do próprio Hitler. Numa outra casa, uma galeria de *arte degenerada* foi inaugurada – sob a direção de Joseph Goebbels – para mostrar ao povo alemão aquilo de que Hitler os havia salvado. Indo contra a expectativa dos nazistas, a galeria de *arte degenerada* recebeu muitos visitantes e grandes filas podiam ser vistas ao longo de suas escadas a ponto de chegar à rua.

Finalizando essas considerações sobre a propaganda nazista, é importante atentar para alguns pormenores sobre a disseminação das ideias do NSDAP por meio dos diferentes veículos de comunicação. O primeiro deles se refere ao público-alvo da propaganda, pois, embora Hitler tenha deixado claro, em *Minha luta*, que a propaganda deveria ser endereçada prioritariamente às massas, havia uma hierarquização entre esses variados veículos. Como exemplo, podemos citar o jornal do NSDAP, *Völkischer Beobachter*, cujos editorial e artigos – escritos pelos líderes nazistas, editores, redatores ou eventuais convidados – exploravam temas históricos e culturais que enalteciam os grandes feitos da raça ariana. Assim, fica evidente que um jornal com esse perfil não tem as massas como público prioritário, mas um público seletivo, apreciador da cultura e com certo grau de instrução. Um outro ponto a ser sublinhado diz respeito à falta de unanimidade entre os nazistas acerca dos diferentes temas a serem veiculados pelos meios de comunicação. No interior do partido, as visões acerca de temas variados, às vezes, eram conflitantes, de modo que, nem sempre, os pontos de vista coincidiam com aqueles de Hitler, Goebbels ou Rosenberg. Um terceiro ponto a ser assinalado evidencia o caráter estético do nazismo, pois ao se pensar nos programas de eugenia (*Aktion T4* e holocausto), no programa *Lebensborn* e na purificação da cultura, bem como na guerra – parâmetro para a saúde de uma raça (BESSEL, 2014, p.11) – vislumbramos a

tentativa de se chegar a uma sociedade ideal ou uma comunidade do povo onde prevalecem os ideários clássicos de beleza em que o bom, o belo e o justo seriam plenamente realizados. A propaganda, em sua totalidade, se encontra a serviço desse ideário que, para se realizar, precisa, antes, expurgar o outro que ameaça a conquista definitiva do sublime e do belo.

3.1 O lugar e os usos da mídia no Terceiro *Reich*

Amplamente usadas para disseminar a ideologia do Terceiro *Reich*, as mídias foram alvo de controle e censura pelo Estado nazista que se apropriou dos meios midiáticos e lhes deu um fim essencialmente político, como foi o caso da propaganda. Suporte organizacional para a comunicação e a informação, as mídias são mobilizadas em diferentes instâncias (econômica, tecnológica e política) e permitem a circulação dos produtos e ideias fabricados nesses espaços. A instância política se apropria das mídias para ganhar visibilidade social, convencer os eleitores por meio de diferentes estratégias discursivas, bem como gerir o espaço público mediante campanhas que solicitam a adesão do indivíduo a um determinado projeto, reforma ou comportamento social.

Se pensarmos com Louis Althusser, e entendermos a mídia como um aparelho ideológico de Estado que atinge os sujeitos e os constitui de tal maneira que passam a funcionar na reprodução de uma determinada formação social, então podemos concluir que a mídia – a propaganda particularmente – funciona também pela repressão (coagindo a agir) e não apenas pela ideologia. É possível, nesse sentido, também concluir que, se há repressão, a mídia é um dispositivo por onde emana o poder. É possível derivar essa reflexão das palavras do próprio Althusser (1970, p. 26) quando afirma:

Todos os Aparelhos de Estado funcionam ao mesmo tempo pela repressão e ideologia, com a diferença de que o Aparelho (repressivo) de Estado funciona de forma majoritariamente pela repressão, enquanto os Aparelhos Ideológicos de Estado operam de forma predominantemente pela ideologia.⁵⁷

Os aparelhos ideológicos de estado asseguram, na instância simbólica, a dominação deflagrada pelos aparelhos repressivos do Estado no âmbito do político e, dessa maneira, garantem a reprodução das condições de existência do capitalismo (SÁ MARTINO, 2014, p. 78).

⁵⁷ Cf. citação no original: Tous les Appareils d'État fonctionnent à la fois à la répression et à l'idéologie, avec cette différence que l'Appareil (répressif) d'État fonctionne de façon massivement prévalente à la répression, alors que les Appareils Idéologiques d'État fonctionnent de façon massivement prévalente à l'idéologie.

Ao assim encaminharmos nossa reflexão, concordamos com Charaudeau (2015, p. 18) que entende, em consonância com nossa posição neste trabalho, que as mídias são uma instância de poder, pois, para o autor:

o poder nunca depende de um único indivíduo, mas da instância na qual se encontra o indivíduo e da qual ele tira sua força. Essa instância deve ter a capacidade de gerir e influenciar os comportamentos dos indivíduos que vivem em sociedade e, para isso, deve dotar-se de meios restritivos: regras de comportamento, normas, sanções. Para a justiça, serão os códigos das leis, para o exército, regras disciplinares e táticas, para a Igreja, leis universais de moralidade. É preciso, pois, para que haja poder, que exista da parte da instância em questão uma vontade coletiva de guiar ou orientar os comportamentos, em nome de valores compartilhados (assim, o fim justifica os meios), vontade que é representada por autoridades (o legislador e seus mandatários, a hierarquia militar e eclesiástica) e que é tanto mais eficaz quanto mais aceita exercer seu direito à sanção.

A partir da perspectiva althusseriana de aparelhos ideológicos do Estado, entendemos que as mídias põem em circulação modos de comportamento e visões de mundo que são assumidos pelos sujeitos, de maneira que não há neutralidade de parte dos dispositivos midiáticos. Em se tratando do Terceiro *Reich*, as mídias a serviço do regime nazista impuseram um modo de ver o judeu (povo, cultura e religião) que, mais tarde, vai eclodir em inúmeros casos de perseguição cotidiana, violência pública e chacinas até chegar àquilo que ficou conhecido como a maior tragédia da história da humanidade: o holocausto. Todos esses fatos, sabe-se hoje, foram acompanhados de indiferença, omissão, participação direta ou indireta e da anuência implícita ou explícita da população alemã. Isso não significa que não houve resistência por parte de grupos que se contraíam com os discursos que vinham das mídias, mas o poder de coação e sanção que a propaganda nazista produziu levou toda uma nação à barbárie.

No contexto de um regime autoritário como foi o do Terceiro *Reich*, as mídias tiveram seu papel de disseminação da ideologia e de controle da informação reforçado pelo Estado, de maneira que o uso político dos meios de comunicação tinha precedência sobre qualquer outro uso ou finalidade reservada às mídias. O discurso político que ocupa os jornais e o rádio, por exemplo, veicula a voz do Sujeito (o *Führer*, o Estado) desse grande Outro com a qual os sujeitos (o cidadão, o jovem, a criança etc) passam a se identificar, se desidentificar ou se contraidentificar. Embora se trate de um regime totalitário, isso não significa que a totalidade da população alemã – submetida diariamente a esse discurso através dos meios controlados pelo regime – não fosse capaz de mobilizar discursos contrários ou de resistência ao discurso dominante. Isso era possível e efetivamente acontecia na calada da noite, na surdina e nos movimentos conspiracionistas que tramavam o assassinato de Hitler e conseqüente derrocada do regime. Esses diferentes modos de reagir à propaganda política aponta para o fato de

que os sentidos dessa propaganda afetam os sujeitos de diferentes maneiras, de modo que são capturados distintamente pelos significantes postos em circulação.

3.2 A concepção de política no Terceiro Reich

A busca por entender e definir política tem início na Grécia Antiga com Platão e Aristóteles e volta, na Idade Moderna, a ocupar a reflexão de pensadores como Immanuel Kant, Max Weber, Hannah Arendt, Michel Foucault, Pierre Bourdieu e Jürgen Habermas, entre outros. Dentre esses, interessa-nos, sobremaneira, a concepção de Arendt (2010, p. 145, grifos da autora):

Política diz respeito à coexistência e associação de homens *diferentes*. Os homens se organizam politicamente segundo certos atributos comuns essenciais existentes em, ou abstraídos de, um absoluto caos de diferenças.

Assim, podemos derivar dessa definição que o campo político é o lugar, por excelência, da pluralidade – que não se reduz à pluralidade humana – mas, igualmente, de pensamento e ação plurais. No campo da política, que se constrói, simultaneamente, de práticas discursivas e não discursivas, jogam posições (política e cidadã) que instauram relações de força, cujo poder de coerção se faz sentir uma sobre a outra. A ação política, a princípio, determina a vida social visto que aquilo que a anima é a obtenção do bem comum a partir da produção de condições de possibilidade que permitam aos cidadãos a tomada de decisões coletivas movidos pelo anseio de querer viver juntos. Desse modo, no interior das sociedades democráticas, os cidadãos escolhem, por meio do voto, seus representantes e esses, uma vez conquistado o poder, administram a vida dos cidadãos que representam. A partir de então, decidem sobre a vida da população mediante a aprovação de leis que acreditam ir ao encontro dos interesses daqueles que os elegeram. No íterim desse processo, cabe ao poder político criar meios de persuasão que conduzam toda a população a se submeter àquilo que foi sancionado. É necessário legitimar, junto à população, o poder que as decisões tomadas fazem incidir sobre a população sem precisar da violência para atingir esse fim. O veículo usado para atingir esse objetivo é a propaganda política. Chomsky (2014, p. 10-12) apresenta essas relações entre a política e os cidadãos, mediadas pela propaganda, nos seguintes termos:

Reinhold Niebhur, teólogo de destaque e crítico de política externa, às vezes chamado “teólogo do *establishment*”, o guru de George Kennan e dos intelectuais da família Kennedy, dizia que a razão é uma faculdade extremamente escassa; somente um pequeno número de pessoas a possui. A maioria das pessoas é guiada apenas pela emoção e o impulso. Aqueles entre nós que dispõem da razão precisam criar “ilusões necessárias” e “simplificações radicais” emocionalmente poderosas para manter os simplórios ingênuos mais

ou menos nos trilhos. Isto se tornou uma parte essencial da ciência política contemporânea. Na década de 1920 e no início da década de 1930, Harold Lasswell, fundador do atual campo das comunicações e um dos principais cientistas políticos americanos, explicava que não deveríamos sucumbir aos “dogmas democráticos que defendem que os homens são os melhores juízes de seus próprios interesses”. Porque não são. Nós somos os melhores juízes do interesse da população. Por essa razão, partindo simplesmente da moral vigente, precisamos nos certificar de que eles não tenham a possibilidade de agir com base em seus juízos equivocados. Naquilo que hoje em dia é chamado de Estado totalitário ou Estado militar, é fácil. Basta manter um porrete acima das cabeças deles, e se eles saírem da linha você lhes esmaga a cabeça. Mas como a sociedade tem se tornado mais livre e democrática, perdemos esse poder. Conseqüentemente, precisamos recorrer às técnicas da propaganda política. A lógica é cristalina. A propaganda política está para uma democracia assim como o porrete está para o Estado totalitário. Esta é uma atitude inteligente e vantajosa porque, uma vez mais, os interesses comuns escapam ao rebanho desorientado: ele não consegue decifrá-los.

Eis a contradição das sociedades democráticas: pensamos exercer livremente nossa vontade quando, na verdade, estamos fazendo a vontade daqueles que, por meio de discursos vários que apelam para as emoções e as crenças, incutem um juízo, ou uma visão de mundo, que lhes parecem adequados ao adestramento do rebanho que se deixa – voluntariamente, ou seja, fazendo uso da sua liberdade – guiar pela elite política. Contrariamente ao que afirma o autor, a propaganda política continua sendo usada abundantemente nos regimes ditatoriais; tanto internamente, para ganhar a adesão da população, como externamente, para manter relações diplomáticas saudáveis e escamotear possíveis atentados aos direitos humanos. Reiteramos a crença que Hitler cultivava sobre a propaganda de que, uma vez chegando ao poder, a propaganda política seria inteiramente desnecessária, ao passo que Goebbels pensava que a propaganda era de extrema importância antes e depois porque, por meio dela, era possível convencer a população e fazê-la aderir aos programas impostos pelo governo sem que, para isso, precisasse usar, reiteradamente, da repressão do aparelho de Estado.

A política vista a partir do Terceiro *Reich* alemão assume feições muito diferentes daquelas preconizadas por pensadores – como os filósofos gregos da Antiguidade e aqueles modernos, Arendt (2010) e Habermas (2018), por exemplo - que veem na política a condição de possibilidade de construção do bem comum. A digressão que se dá na política totalitária, em relação a esse modelo, reside no fato de que a política do Terceiro *Reich* não inclui todos os cidadãos, uma vez que uma parcela não é digna de viver. Esse é um ponto de inflexão de extrema importância que se apoia na diretriz fascista que rejeita o igualitarismo, pois, uma vez rejeitando a democracia, o Fascismo rejeita a ideia de que todos os cidadãos, tomados como iguais, podem gozar – igualmente – de direitos civis e políticos. Partindo dessa concepção fascista e das

teorias raciais desenvolvidas por Houston Stewart Chamberlain e Arthur de Gobineau, Hitler entende que aquelas raças tidas como inferiores, bem como aqueles cidadãos que, por alguma deficiência de caráter ou psicossomática, colocam em risco o desenvolvimento sadio da raça, devem ser tratadas pelo Estado de outro modo, quais sejam: i) a fuga forçada ou o deslocamento programado; ii) o extermínio por meios variados. No Terceiro *Reich*, aquela parcela da população que é estranha à raça ariana ou que não permite o desenvolvimento sadio desta, perde os direitos civis e políticos, de maneira que fica à mercê de todo tipo de segregação e tratamento violento. Em *Mein Kampf*, Hitler (2016, p. 755, tradução livre) assim se refere à questão racial:

O que hoje se apresenta a nós em matéria de cultura humana, de resultados colhidos no terreno da arte, da ciência e da técnica, é quase que exclusivamente produto da criação do ariano. É sobre tal fato, porém, que devemos apoiar a conclusão de ter sido ele o fundador exclusivo de uma humanidade superior, representando assim o tipo primitivo daquilo que entendemos por “homem”. É ele o Prometeu da humanidade, e da sua fronte é que jorrou, em todas as épocas, a centelha do gênio, acendendo sempre de novo aquele fogo do conhecimento que iluminou a noite dos tácitos mistérios, fazendo ascender o homem a uma situação de superioridade sobre os outros seres terrestres⁵⁸.

Esse incenso que Hitler lança aos pés do povo ariano não se trata apenas do reconhecimento das aptidões de uma raça em detrimento de outras, mas de uma declaração inquestionável de que os arianos são superiores a quaisquer outras raças, de maneira que eles devem ter, por direito, a garantia da conservação, bem como do domínio sobre as raças inferiores. Isso se tornará, no Terceiro *Reich*, uma política de Estado que visará expurgar toda e qualquer ameaça à conservação da raça superior. Assim, essa política deve estar a serviço da proteção do sangue puro, único capaz de garantir a resistência de um povo e sua permanência:

As causas exclusivas da decadência de antigas civilizações são: a mistura de sangue e o rebaixamento do nível da raça que esse fenômeno acarreta. Está provado que não são as guerras perdidas que exterminam os homens, mas a perda daquela resistência, que só o sangue puro oferece. Tudo o que no mundo não é raça boa, é joio. Todo acontecimento da história universal não passa de uma manifestação externa do instinto de conservação das raças, no bom ou no mal sentido⁵⁹ (Hitler, 2016, p. 757, tradução livre).

⁵⁸ Cf. citação no original: Was wir heute na menschlicher Kultur, na Ergebnissen von Kunst, Wissenschaft und Technik vor uns sehen, ist nahezu ausschließlich schöpferisches Produkt des Ariers. Gerade diese Tatsache aber läßt den nicht unbegründeten Rückschluß zu, daß er allein der Begründer höheren Menschentums überhaupt war, mithin den Urtyp dessen darstellt, was wir unter dem Worte “Mensch” verstehen. Er ist der Prometheus der Menschheit, aus dessen lichter Sterne der göttliche Funke des Genies zu allen Zeiten hervorsprang, immer von neuem jenes Feuer entzündend, das als Erkenntnis die Nacht der schweigenden Geheimnisse aufhellte und den Menschen so den Weg zum Beherrscher der anderen Wesen dieser Erde emporsteigen ließ.

⁵⁹ Cf. citação no original: Die Blutsvermischung und das dadurch bedingte senken des rassenniveaus ist die alleinige Ursache des Absterbens alter Kulturen; denn die Menschen gehen nicht an verlorenen Kriegen zugrunde sondern am verlust jener Widerstandskraft, die nur dem reinen Blute zu eigen ist. Was nicht Rasse ist auf dieser Welt, ist Spreu. Alles weltgeschichtliche Geschehen aber ist nur die Äußerung des Selbsterhaltungstriebes der Rassen in gutem oder schlechtem Sinne.

A política implementada no Terceiro *Reich* visa unicamente a conservação da raça ariana pura, pois apenas uma raça com esse perfil é capaz de sobreviver num mundo onde não é a luta de classes que determina a vida ou a morte, mas a luta racial. Assim sendo, é importante não só implantar uma política que garanta a conservação da raça, mas também um espaço vital (*Lebensraum*) para que essa raça possa se expandir e, enfim, participar na construção de um grande império alemão. Para que isso fosse efetivamente realizado, não apenas era indispensável a higienização do povo alemão, mas também a guerra se mostrava como inevitável. A definição da política racial do *Reich* é assim descrita por Bessel (2014, p. 78-79):

Então, em 15 de setembro de 1935, durante o Comício do Partido, o Reichstag foi convocado a Nuremberg para aprovar as chamadas Leis Raciais de Nuremberg. Essa legislação – a Lei de Proteção do Sangue e da Honra Alemães, que proibia o casamento e as relações sexuais extraconjugais entre judeus e não judeus, e a Lei da Cidadania do Reich, que privava os judeus da cidadania alemã – destruiu efetivamente as últimas bases liberais e iluministas do Estado alemão. O princípio de que todos dentro do território seriam iguais perante a lei foi revogado. O Estado nazista se tornou explicitamente racial, um Estado em que as leis e a cidadania se baseavam em princípios pseudobiológicos de “pureza do sangue alemão” e no pressuposto de uma luta racial eterna entre os povos. Proibir o casamento e as relações sexuais entre judeus e membros da comunidade racial ariana e criar uma nova definição racial de “cidadão do Reich” com a Lei da Cidadania do Reich – que decretava que “cidadão do Reich é apenas o súdito do Estado com sangue alemão ou aparentando que, com o seu comportamento, demonstrar-se adequado e disposto a servir lealmente ao povo e ao Reich alemães – deixou o governo alemão uma questão difícil: como definir quem era de “sangue alemão ou aparentado” e quem era judeu?

Com a aprovação das Leis de Nuremberg e as Leis da Cidadania do *Reich*, aquilo que já acontecia em território alemão e que envolvia ataques constantes aos judeus, boicotes aos estabelecimentos judaicos, assassinatos e incêndio das sinagogas por membros da SA (*Sturmabteilung*) ou civis, passou a ser uma política de estado que produziu o arcabouço legal que legitimou a perseguição, os abusos, a discriminação e, por fim, o homicídio. Indefesos e desamparados, os judeus se encontravam à mercê de todo tipo de infração, desde extorsões a ataques violentos, como aqueles que aconteceram em 1938 e ficaram conhecidos como Noite dos Cristais (*Kristallnacht*):

O próximo grande passo na “sinuosa estrada de Auschwitz” veio logo após o grande golpe seguinte da polícia externa de Hitler: o pogrom, a chamada Noite dos Cristais (*Kristallnacht*), organizado por Joseph Goebbels e executado pela SA semanas depois da tomada dos Sudetos por Hitler após o Acordo de Munique. [...] Naquela noite, Goebbels fez um discurso ferozmente antisemita no qual observou que já ocorriam ações “espontâneas” contra sinagogas. Viktor Lutze, chefe do estado-maior da SA, informou aos subordinados que sinagogas e empresas judias seriam alvos de ações “espontâneas”; e a polícia recebeu instruções de não intervir. Seguiu-se uma orgia de violência: nas 24 horas seguintes, mais de mil sinagogas e templos judeus foram incendiados e avariados e cerca de duzentas sinagogas destruídas; cemitérios judeus foram vandalizados em toda a Alemanha; mais de cem lares judeus foram incendiados; milhares de lojas judias foram saqueadas e tiveram as vitrines estilhaçadas; centenas de judeus foram feridos e quase cem morreram

(BESSEL, 2014, p. 82)

Dois elementos fundamentais da visão nazista, a saber, espaço vital (*Lebensraum*) e sangue e solo (*Blut und Boden*) se encontram na base das preocupações para com a conservação e crescimento da raça ariana. Nessa política que visa corpos e raças, importa localizar, identificar, submeter à análise médica, classificar e eliminar aqueles que não condizem com o perfil considerado ideal para constituir o *Volk* (povo) ou a comunidade do povo. Comentando sobre os dois grandes genocídios da História, conduzidos por Hitler e Stálin, Bauman (1998, p. 116-117) assim se expressa:

Os dois casos mais notórios e extremos de genocídio moderno foram fiéis ao espírito da modernidade. Não se desviaram da rota principal do processo civilizador. Foram as mais consistentes e desinibidas expressões desse espírito. Tentaram alcançar os objetivos mais ambiciosos do processo civilizador, que a maioria dos outros processos apenas beirou, não necessariamente por falta de boa vontade. Mostraram o que os sonhos de racionalização, planejamento e controle e o que os esforços da moderna civilização são capazes de realizar se não forem abrandados, refreados ou neutralizados.

E, em se tratando especificamente da política nazista do Terceiro *Reich*, nunca se viu, na história da humanidade, bem como dos genocídios anteriores ao Holocausto, uma política que prezasse tanto pela burocracia, planejamento das ações e uso da ciência e da técnica que tinha à disposição, em suma, pela racionalização da vida no interior do Estado totalitário. No Terceiro *Reich*, os nazistas instituem “um racismo de Estado encarregado de proteger biologicamente a raça” (FOUCAULT, 2010, p. 69) em que a racionalização das ações justifica e, ao mesmo tempo, redime o Estado das violações e crimes cometidos.

Uma outra característica dos movimentos totalitários é que esses “objetivam e conseguem organizar as massas – e não as classes” (ARENDDT, 2012, p. 436), de maneira que as políticas que implementam são destinadas a uma sociedade que se pensa – no presente –, e se quer – no futuro – homogênea e sem classes. Nesse sentido, são as massas que possibilitam a escalada de um partido – cujo líder é, em geral, carismático e populista – ao poder. Desse modo, a escalada totalitária encontra naquelas massas que, por um motivo ou outro, desenvolveram certo gosto pela organização política (ARENDDT, 2012, p. 438), as condições de possibilidade que tornam possível a tomada do poder, embora lhes faltem a articulação e a consciência de um interesse pelo bem comum, como é corrente nos movimentos de classe. Isso se dá desse modo porque as massas, atomizadas e não articuladas em torno de determinados objetivos, são capturadas em sua subjetividade por meio da mobilização de crenças que excluem a racionalidade e os processos objetivos. Reich (2001, p. 6), ao comentar a

aplicação do marxismo pela esquerda revolucionária entre 1917 e 1933, ressalta que aqueles que acompanharam esse processo não compreenderam nem estudaram aquilo que ficou conhecido como *fator subjetivo* da história, ou seja, a ideologia das massas. Nessas análises, faltou compreender aquilo que é próprio das massas, seu caráter e misticismo. O irracionalismo das massas é aquilo que permite, aos comandados, a repetição quase que em uníssono: *Esse era o desejo do Führer*⁶⁰. A consideração desse aspecto irracional das massas é de extrema importância para a compreensão da ascensão, permanência e queda do regime nacional-socialista de Hitler.

Por fim, outro aspecto da política totalitária que consideramos de suma importância diz respeito à perda da liberdade. Como nos afirma Arendt (2012, p. 543), “o domínio totalitário, porém, visa à abolição da liberdade e até mesmo à eliminação de toda espontaneidade humana e não a simples restrição, por mais tirânica que seja, da liberdade”. Quando pensamos em liberdade, numa perspectiva arendtiana, estamos pensando, sobretudo, na liberdade estritamente política que é a de poder ocupar o espaço público, discutir alternativas, de maneira a escolher, democraticamente, os representantes do povo. Importam a liberdade de imprensa, como já comentado na seção anterior, a liberdade para ir e vir e a liberdade de expressão social (gênero, identidade, sexual etc), mas importa, ainda mais, a liberdade política, como a atende Hannah Arendt (2018), de poder se reunir no espaço público, debater num ambiente em que elementos como autonomia, autodeterminação e independência estão assegurados, e intervir por meio do voto direto no destino político da nação. Num sistema totalitário, prevalece o desejo do *Führer* que se realiza por meio dos diferentes canais de poder, de maneira que

entre o supremo poder (o *Führer*) e os governos, não existem níveis intermediários definidos, cada um com o seu devido quinhão de autoridade e obediência. O desejo do *Führer* pode encarnar-se em qualquer parte e a qualquer momento, sem que o próprio *Führer* esteja ligado a qualquer hierarquia, nem mesmo àquela que ele mesmo pode ter criado. Portanto, não é exato dizer que o movimento, após a tomada de poder, cria uma multidão de principados onde cada pequeno líder é livre para fazer o que quiser e imitar o grande líder lá de cima (ARENDDT, 2012, p. 543).

Com a primazia do *desejo do Führer*, eliminam-se os espaços onde os cidadãos podem se encontrar para debater sobre o futuro político da nação e se criam

⁶⁰ Arendt (2012, p. 500), ao comentar sobre a organização totalitária, afirma: “Uma escala de comando hierarquicamente organizada significa que o poder do comandante depende de todo o sistema hierárquico dentro do qual atua. Toda hierarquia, por mais autoritária que seja o seu funcionamento, e toda escala de comando, por mais arbitrário e ditatorial que seja o conteúdo das ordens, tende a estabilizar-se e constituiria um obstáculo ao poder total do líder de um movimento totalitário. Na linguagem dos nazistas, é o “desejo do *Führer*, dinâmico e sempre em movimento – e não as suas ordens, expressão que poderia indicar uma autoridade fixa e circunscrita -, que é a “lei suprema” num Estado totalitário.

mecanismos que procuram identificar o desejo dissonante, que é tido como traidor, daquele desejo maior que mantém as massas e o governo em plena sintonia. Assim, não se pode falar de qualquer coisa em qualquer lugar nem agir de forma espontânea porque a vigilância do Estado se realiza não só por meio do aparato policial, mas também da repartição pública, do vizinho ou até mesmo de membros da família, de modo que esse estado de coisas faz “com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação” (FOUCAULT, 2014, p. 195).

3.3 Análise (ou um gesto de interpretação)

3.3.1 Memória e discurso: a representação de Adolf Hitler nos cartazes da propaganda nazista

A chegada do NSDAP ao poder se deu em 1933 e, desde então, o processo de nazificação dos meios de comunicação, da cultura e educação foi desencadeado, de maneira que a propaganda se utilizava desses canais para, não apenas difundir, mas também persuadir o povo alemão a aderir, sem restrições, à ideologia nazista. Desse modo, a propaganda serviu, sobremaneira, à difusão de dois mitos: o *Führer* (líder) e a *Volksgemeinschaft* (Comunidade de Povo). Em ambos, se encontra implicado o projeto ultranacionalista e antiliberal, tal como pensado pelo NSDAP ao longo da sua militância política, que supervalorizava a ação coletiva em detrimento da ação individual. Esses dois mitos serão representados em muitos dos cartazes produzidos por Goebbels à frente do Ministério da Propaganda e do Esclarecimento (*Reichministerium Volksaufklärung und Propaganda*) que reforçam a ideia de uma comunidade nacional submissa à vontade de um único líder. Segundo Luckert; Barach (2011, p. 75), “a saudação ‘Heil Hitler’, tornada obrigatória para os membros do partido em 1926, agora era exigida de todos os alemães⁶¹”. Os cartazes que visam enaltecer a figura do *Führer*, representante da unidade e coesão ideológica do partido, tanto podem trazer a imagem de Hitler e enunciados que reforçam o culto ao líder, como podem apenas mencioná-lo a fim de exaltar suas decisões, política e feitos a fim de conquistar a opinião pública.

O primeiro cartaz sobre Hitler (doravante, PH1) – da série de cinco cartazes a serem analisados nesta seção –, foi publicado em 1933 e circulou num contexto político de tomada de poder pelo NSDAP e ascensão de Hitler ao posto de chanceler do governo

⁶¹ Cf. citação no original: The ‘Heil Hitler’ greeting, made compulsory for party members in 1926, was now demanded of all Germans.

alemão (*Bundeschancellor*). Hitler ainda não havia assumido o poder total na Alemanha, o parlamento (*Reichstag*) ainda não havia sido dissolvido e os parlamentares ainda podiam decidir sobre as medidas apresentadas, de maneira que essa campanha visava conquistar o voto dos parlamentares para uma medida – apresentada por Hitler em 23 de março de 1933 – que “permitiria ao chanceler do Reich preparar leis que se afastavam da Constituição sem aprovação do Reichstag em si, da câmara legislativa superior representando os estados federados e sem considerar o presidente” (EVANS, 2016, p. 428). Para aprovar aquela que ficou conhecida como *Lei Plenipotenciária*, os nazistas precisavam levar a proposta à votação e garantir que fosse aprovada porque isso ainda não estava garantido, uma vez que 94 dos 120 social-democratas⁶² eleitos ainda estavam aptos a votar e Hitler tinha por certo que não conseguiria o apoio dos social-democratas. Mesmo após uma manobra ilegal, encabeçada por Hermann Göring, que reduzia o quórum estabelecido na República de Weimar, por meio de uma emenda, de 432 para 378, Hitler ainda precisava dos votos do Partido de Centro para aprovar a medida. Uma vez aprovada a *Lei Plenipotenciária*, Hitler poderia dar um passo importante em direção ao poder total.

⁶² O partido Social-Democrata da Alemanha (*Sozialdemokratische Partei Deutschlands* – SPD) é o segundo partido mais antigo em funcionamento na Alemanha. Durante o Terceiro Reich, foi impiedosamente perseguido, mas hoje desfruta de incomparável prestígio na cena política alemã.



Fonte: <https://collections.ushmm.org>

No topo de PH – 1, são colocadas duas fotografias, apenas de rosto, de Adolf Hitler (à direita) e do presidente Paul von Hindenburg (à esquerda) e, logo abaixo, o trecho de um poema em vermelho e o número no qual os eleitores deveriam votar (1). Na parte inferior do cartaz, uma referência (Nacional-Socialistas) ao Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP).

A primeira articulação, sob a forma de um pré-construído, que identificamos, se

refere aos dois versos de uma poesia do poeta patriótico alemão Gottlob Ferdinand Maximilian Gottfried von Schenkendorf:

Recorte 1

SD1: O *Reich* nunca será destruído

Se sois unidos e fiéis⁶³

Nesse processo que articula o dito ao já-dito, ocorre uma retomada na qual elementos verbais são encaixados na sintaxe do cartaz, e um processo de repetibilidade (INDURSKI, 2011, p. 68) se dá a partir da inscrição do sujeito numa FD enquanto “espaço de reformulação-paráfrase onde se constitui a ilusão necessária de uma ‘intersubjetividade falante’” (PÊCHEUX, [1975] 2014a, 161). Essa articulação entre o discurso do sujeito e o discurso-outro incide sobre a formulação do discurso, ou seja, na dimensão do acontecimento discursivo no qual o sujeito articula manifestamente seu dizer (ORLANDI, 2001, p. 10). Esses versos, assim articulados ao discurso do sujeito, têm repercussões sobre o processo de significação, de maneira que efeitos de sentido são produzidos e passam a circular entre os sujeitos-leitores.

Os versos aparecem destacados em vermelho, assumindo o primeiro plano do cartaz, de maneira que esse destaque aponta para a importância de um enunciado que conclama o povo alemão à união e à fidelidade ao *Reich*⁶⁴, ou seja, ao império que, no imaginário dos membros do partido, foi glorioso sob o governo dos *Kaisers* (imperadores) num passado imperialista que teve início em 1871 com a figura de Guilherme I (*Wilhelm I*) e Otto von Bismarck. Sobre esse culto ao passado, Evans (2016, p.40) comenta:

É errado começar com Bismarck? Em vários níveis, ele foi uma figura-chave no advento do Terceiro Reich. Por um lado, o culto a sua memória nos anos seguintes à sua morte encorajou muitos alemães a ansiarem pela volta da liderança forte que seu nome representava. Por outro, suas ações e políticas da metade para o final do século XIX ajudaram a criar um legado ominoso para o futuro alemão. Não obstante, ele era uma figura complexa e contraditória em muitos sentidos, tanto europeu quanto alemão, tanto moderno quanto liberal. Nisso também seu exemplo apontou para o emaranhado entre o velho e o novo que era tão característico do Terceiro Reich. Vale a pena recordar que apenas cinquenta anos separaram a fundação do império alemão de Bismarck em 1871

⁶³ Cf. citação no original: Nimmer wird das Reich zerstört/ Wenn ihr einig sind und true.

⁶⁴ Embora o Terceiro Reich, liderado por Hitler, tenha suas raízes em acontecimentos mais próximos, como afirma Evans (2016), vale a pena fazer referência a outro período da Alemanha que também encontra ressonâncias nesse discurso que é aquele que ficou conhecido como o Sacro Império Romano da Nação Germânica. Esse império foi fundado por Carlos Magno no ano 800 d.C. e derrubado por Napoleão Bonaparte em 1806 d.C. Esse foi o *Reich dos Mil Anos* que aparece nos discursos públicos de Hitler e que os nazistas tinham intenção de repetir.

dos triunfos eleitorais dos nazistas em 1930-32. Que havia uma conexão entre os dois parece impossível negar. É aqui, e não nas remotas culturas religiosas e nos estados hierárquicos da Reforma ou do “despotismo esclarecido” do século XVIII que encontramos o primeiro momento real da história alemã possível de se relacionar diretamente ao advento do Terceiro Reich em 1933.

Com base nesses aspectos históricos, o gesto de leitura que se faz desse cartaz tem a ver com a atualização desse discurso-outro no discurso do sujeito que enuncia em PH-1. Ao citar os versos do poeta nacionalista, o sujeito agita a rede de memória (ORLANDI, 2001, p. 32) e atualiza sentidos sobre o passado militar, romântico e idealizado da Alemanha. Não são apenas as palavras dos versos, considerados, *ipsis litteris*, que produzem esse efeito de memória, mas também aquilo que se encontra fora do enunciado, ou seja, a imagem do poeta que lutou bravamente numa guerra civil (guerras de unificação), identificado com o movimento romântico que tinha, como uma de suas características, o nacionalismo, além de rejeitar o excesso de racionalidade inaugurado pelo Iluminismo francês. Assim, todos esses sentidos sobre a organização militar, amor e fidelidade à Pátria e heroísmo nacional sustentam esse discurso e produzem efeitos de sentido como aqueles que apontam para o compromisso com a nação e a disposição ao sacrifício. Essa tipo de retomada vai em direção ao que afirma Orlandi (2001, p. 32) quando enuncia que “[...] há uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo que é a que existe entre o interdiscurso e o intradiscurso ou, entre outras palavras, entre a constituição do sentido e sua formulação”. Essa articulação que o sujeito produz entre seu discurso e o discurso literário dos tempos do império também permite pensar que Hitler e os nazistas se apropriaram do já existente, de maneira que “o nacional-socialismo teve sucesso como movimento de massa precisamente porque foi capaz de transformar mitos e símbolos, há muito acalentados, em seus próprios propósitos⁶⁵” (MOSSE, 1981, p. 8, tradução livre).

Outra reflexão que essa articulação entre os discursos permite fazer é que, no trajeto dos sentidos que sustentam o discurso de PH-1, encontra-se uma injunção a legitimar o dito que se realiza por meio do uso que se faz da literatura. Desse modo, um outro discurso, tão ideológico quanto aquele de PH-1, qual seja, o discurso literário, é mobilizado para produzir um efeito de verdade a fim de fazer com que o leitor o leve a sério e adira à medida, proposta por Hitler, por meio do voto. Ao encaixar o discurso da literatura, reconhecidamente uma instância de poder que seleciona e segrega ao opor aqueles que pertencem às elites e, por isso, têm acesso à cultura livresca, àqueles que estão à margem da cultura letrada, o sujeito que enuncia em PH-1 busca, no momento

⁶⁵ Cf. o trecho original: National Socialism was successful as a mass movement precisely because it was able to turn long-cherished myths and symbols to its own purposes.

da formulação do discurso, o respeito e a credibilidade daqueles a quem o cartaz se dirige. Vale lembrar que o cartaz não é colocado em circulação a fim de atingir a grande massa, mas apenas aqueles que pertencem à uma classe privilegiada, na política e sociedade alemã, que é o parlamento. Identificado com o Sujeito (a nação, a pátria), o sujeito do discurso conclama os parlamentares a também se identificarem com essa forma-sujeito do discurso porque, se são fieis à pátria e desejam que essa pátria volte a se desenvolver até alcançar o *status* que possuía no passado, hão de se unir a Hitler e, por conseguinte, àquela parcela do povo alemão que confia no *Führer* e no partido nazista. Nesse sentido, o sujeito do discurso quer parecer não apenas sério, mas também identificado com a nação e a agenda de mudanças políticas que o NSDAP visualiza.

Esse efeito de sentido que denota seriedade por meio da austeridade e da compostura, o sujeito procura construir, trazendo para o cartaz, duas fotografias que recortam apenas o rosto do presidente da Alemanha, Paul von Hindenburg, e de Adolph Hitler que se encontrava, naquele início de 1933, na condição de chanceler. Essas fotografias se encontram por trás dos versos de von Schenkendorf, sobre um fundo preto e acima da inscrição *Nationalsozialisten* (nacional-socialistas) que aparece em branco. Mas as fotografias, que foram recortadas, não visam apenas a legitimação do discurso que se quer ver levado a sério, mas também, acionar – na memória do leitor – o passado militar e nacionalista alemão, que funciona como pré-construído a sustentar a rede de sentidos. O presidente da República de Weimar, Paul von Hindenburg, foi um militar que comandou o Exército Imperial alemão durante a Primeira Guerra Mundial e herdou uma herança militar deixada por uma ascendência feita de militares, como o imperador da Prússia e, depois, imperador do Império Alemão Unificado (Guilherme I) e chefe do governo Otto von Bismarck (o “chanceler de ferro”) e do também imperador e militar, Guilherme II. Assim como os versos do poema de von Schenkendorf, a fotografia do presidente von Hindenburg também mobiliza uma rede de formulações e sentidos sobre o passado mítico alemão, bem como princípios de lealdade, sacrifício e patriotismo que sustentam a produção discursiva e trabalham “as relações de força (exteriores à situação do discurso)” (PÊCHEUX, 2019, p. 44) entre instâncias de poder (presidente e chanceler) e o parlamento.

Recorte 2:

Figura 13: Pintura de Guilherme I



Fonte: www.kinderzeitmaschine.de

Figura 14: fotografia de Guilherme II



Fonte: <https://kaiserreich.fandom.com>

A fotografia de von Hindenburg ao lado da fotografia de Hitler, compondo as condições de produção do discurso em CH – 1, trabalha sobre sentidos estabilizados acerca do passado imperial alemão, de maneira que retoma esses sentidos que podem ser inferidos a partir das fotografias dos *kaisers* nas figuras 1 e 2. Estabilidade, tradição e expansão imperialista são sentidos que podem ser lidos nessas duas imagens, de modo que a fotografia do presidente da Alemanha, que também faz parte de uma linhagem de militares, produz um efeito de regularização de sentidos que são retomados no discurso do sujeito que enuncia em CH – 1 porque “o contorno de uma FD é fundamentalmente instável, pois não há limites rígidos a separar os elementos internos de seu saber daqueles que lhe são exteriores” (INDURSKY, 2013, p. 45). Desse modo, crenças, saberes e hábitos sobre o período imperialista alemão atravessam, sob a forma do pré-construído, o discurso em questão (CH – 1), que se estrutura articulando o eixo da formulação ao eixo da historicidade,

o saber discursivo que se foi constituindo ao longo da história e foi produzindo dizeres, a memória que tornou possível esse dizer para esses sujeitos num determinado momento e que representa o eixo da sua constituição (interdiscurso) (ORLANDI, 2001, p. 33).

Assim, a foto do presidente von Hindenburg não só denota apoio a Hitler, mas produz efeitos de sentido tais como honra, tradição, patriotismo, nacionalismo e espírito

de abnegação para construir uma Alemanha forte e capaz de garantir a sobrevivência do povo (*Volk*), seus costumes, folclore, enfim, sua cultura. A fotografia que faz parte do próximo recorte e que retrata a cerimônia de posse do recém eleito *Reichstag*, planejada por Goebbels nos mínimos detalhes para servir de propaganda à ideia de unidade do velho *Reich* com o novo (EVANS, 2016, p. 427), aponta tanto para a manutenção do passado militar violento e imperialista alemão, como para a ruptura com os valores e a política da social-democracia da República de Weimar, ambos desprezados pelos nazistas.

Recorte 3:

Figura 15: Hitler cumprimenta von Hindenburg



Fonte: <https://encyclopedia.ushmm.org>

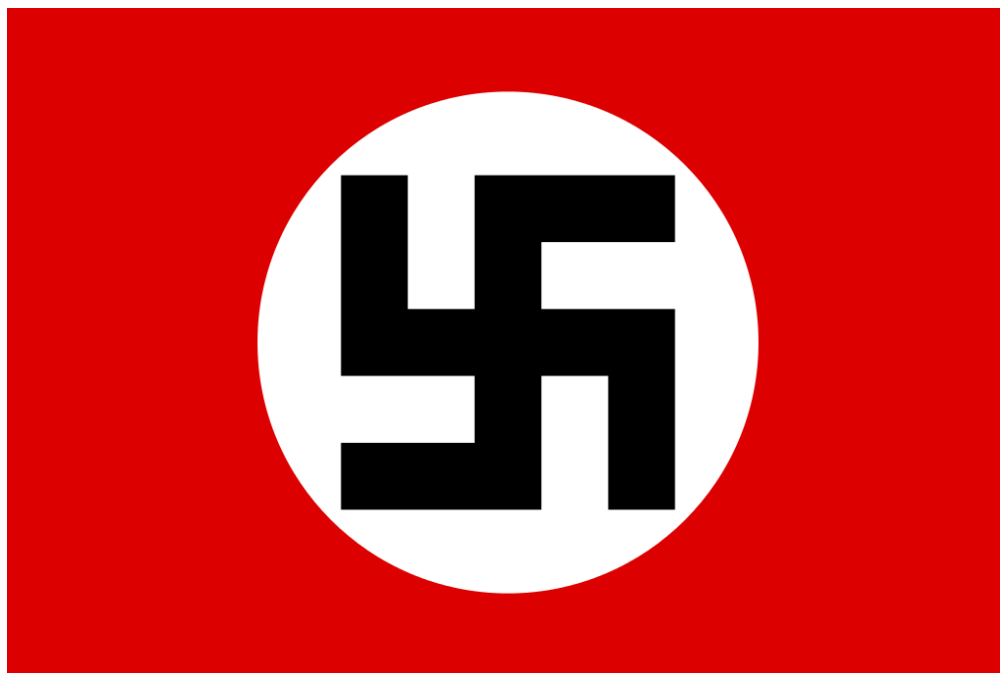
A Alemanha Imperial (1871-1914) buscava a unificação dos seus territórios, bem como a unidade do seu povo que seria possível mediante a união de todos os alemães, condição apresentada nos versos que aparecem no cartaz, para que o Reich não seja destruído. As mãos dadas e a cabeça curvada de Hitler (Figura 15) diante de Paul von Hindenburg durante a posse do cargo de chanceler da República de Weimar, também reforçam o sentido de unidade/união na construção de uma Alemanha orgulhosa do seu passado e disposta a superar a grave crise econômico-política que o país atravessava desde que a Primeira Grande Guerra terminou e se instalou a República de Weimar que resultou da revolução de 1918. Nessas condições de produção, a fotografia produz um discurso que se encaminha tanto pelo sentido de ruptura com a República de Weimar e

o regime democrático, como pelo de unidade entre o futuro que se abre para a Alemanha naquele momento e o passado imperialista. Assim, o discurso produzido na fotografia (Figura 15) é retomado em CH – 1, de modo a produzir os mesmos efeitos de sentido: ruptura e unidade. Nesse caso, o acontecimento é absorvido pela memória (PÊCHEUX, 2015, P. 46) e uma regularização dos sentidos no discurso-fonte (CH -1) é garantida pela remissão aos sentidos produzidos no discurso fotográfico.

Essa valorização do passado imperialista, da Pátria, das tradições, bem como do sentimento nacionalista que une *sangue e solo*, também é atualizada nas cores que compõem o cartaz: vermelha, branca e preta.

Recorte 4:

Figura 16: bandeira do partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães



Fonte: <https://encyclopedia.ushmm.org>

No funcionamento de um discurso que envolve enunciados verbais e não verbais, as cores também significam, de maneira que podem vir a ser recortadas de uma sequência e submetidas à análise. No caso de CH-1, as cores utilizadas correspondem às cores da bandeira do partido, de modo que o sujeito pode dispensar a inserção da bandeira, propriamente dita, na composição do cartaz. O desenho da bandeira nazista e a escolha das cores, que correspondem às cores da bandeira da Alemanha Imperial, ficaram por conta de Hitler que tinha talento para o desenho. É nesses termos que Hitler (2016, p. 125, tradução livre) narra o processo de criação da bandeira do partido naqueles anos iniciais do movimento:

Preto, branco e vermelho, pelo menos na mesma disposição antiga, também não foi discutido. Quanto ao efeito, esta última composição de cores leva a palma sobre todas as outras, realizando a mais brilhante harmonia. Eu mesmo sempre fui um advogado da conservação das cores antigas, não só por venerá-las como uma relíquia, na minha qualidade de soldado, como, também, pelo efeito estético que elas exercem e que é mais conforme ao meu gosto. Apesar disso, fui obrigado a recusar, sem exceção, os inúmeros esboços que saíam, naquele tempo, dos círculos do movimento incipiente, e que, na maior parte, tinham introduzido a cruz suástica na antiga bandeira. Como líder, eu mesmo não queria aparecer logo em público com o meu próprio projeto porque era possível que alguém tivesse a ideia de outro igual, ou mesmo melhor, do que o meu. Com efeito, um dentista de Starnberg produziu um desenho bem regular e muito parecido com o meu, com o único defeito de trazer a cruz suástica com ganchos curvos⁶⁶.

No gesto de seleção da cruz suástica⁶⁷ para compor a bandeira, temos, no uso desse símbolo – que historicamente e, em diferentes culturas (celta, grega, hindu, budista etc) ganhou sentidos que se estabilizaram (prosperidade, vitória, sorte etc) – um movimento nos sentidos que apontam para o passado nacionalista alemão e o mito da superioridade racial que foi exaustivamente usado por movimentos nacionalistas (*völkisch*) nascidos no século XIX. Isso se deu, porque, segundo Stanley (2018, p. 19-20),

o movimento nacional-socialista surgiu do movimento *Völkisch* (de folclore, popular) alemão, cujos defensores buscavam um retorno às tradições de um mítico passado medieval alemão. Embora Adolf Hitler estivesse mais obcecado com certa visão da Grécia antiga como modelo para seu Reich, líderes nazistas como Alfred Rosenberg e Heinrich Himmler, este um dos membros mais poderosos do regime, eram fervorosos admiradores e promotores do pensamento *völkisch*.

A imagem que se constrói do sujeito que enuncia em CH-1 é a de um sujeito que valoriza cultura e passado germânicos e que, por sua vez, retoma sentidos de um passado glorioso e mítico. Na remissão à bandeira do partido nazista (Figura 16), por meio do uso das cores dessa bandeira na composição do cartaz, o sujeito incorpora, num nível parafrástico, uma série de sentidos (PÊCHEUX, 2015, p. 46) que já estão postos na história e os faz trabalhar no interior do discurso que produz. Embora o sujeito

⁶⁶ Cf. citação no original: Auch Schwarz-Weiß-Rot nicht, aus bereits erwähnten Gründen, jedenfalls nicht in der bisherigen Fassung. In der Wirkung steht diese Farbenzusammenstellung allerdings hoch über alle andere erhalben. Es ist der strahlendste Akkord, den es gibt. Ich selbst trat immer für die Beibehaltung der alten Farben ein, nicht nur weil sie mir als Soldat das Heiligste sind, das ich kenne, sondern weil sie auch in ihrer ästhetischen Wirkung meinem Gefühl weitaus am meisten entsprechen. Dennoch mußte ich die zahllosen Entwürfe, die damals aus den Kreisen der jungen Bewegung eiliefen, und die meistens da Hakenkreuz in die alte Fahne hineingezeichnet hatten, ausnahmslos ablehnen. Ich selbst – als Führer – wollte nicht sofort mit meinem eigenen Entwurf an die Öffentlichkeit treten, da es ja möglich war, daß ein anderer einen ebenso guten oder vielleicht auch besseren bringen würde. Tatsächlich hat ein Zahnarzt aus Starnberg auch einen gar nicht schlechten Entwurf geliefert, der übrigens dem meinen ziemlich nahekam, nur den einen Fehler hatte, daß das Hakenkreuz mit gebogenen Haken in eine weiße Scheibe hineinkomponiert war.

⁶⁷ Para mais informações sobre a história e significado da suástica, sugerimos a leitura da página <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/history-of-the-swastika> do Museu do Holocausto dos Estados Unidos.

enuncie como se estivesse produzindo um discurso inédito e como se aquilo que diz só pudesse ser dito daquela maneira, “a produção do sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre sequências tais que a família parafrástica destas sequências constitui o que se poderia chamar de ‘matriz de sentido’” (PÊCHEUX, 2014, p. 166-167). Assim, ao referir-se à bandeira do NSDAP, o sujeito não só faz ecoar sentidos acerca do passado mítico alemão, mas também aqueles que vão mais além na história e dizem de uma origem racial superior.

Mas esses sentidos que colocam os germânicos num lugar de destaque na linha de desenvolvimento espiritual da humanidade não vêm apenas do passado medieval e imperial, mas também da cultura grega que, conforme Stanley (2018), são mobilizados na construção de um ideal de homem/mulher nórdicos que se quer alcançar como condição de possibilidade do “nascimento” do homem e mulher novos na Alemanha sob a condução do *Führer*. Essa exaltação das raízes gregas dos povos nórdicos que são descritos como loiros e criadores, inventivos e inteligentes, fica clara nessa descrição de Alfred Rosenberg, ideólogo do partido:

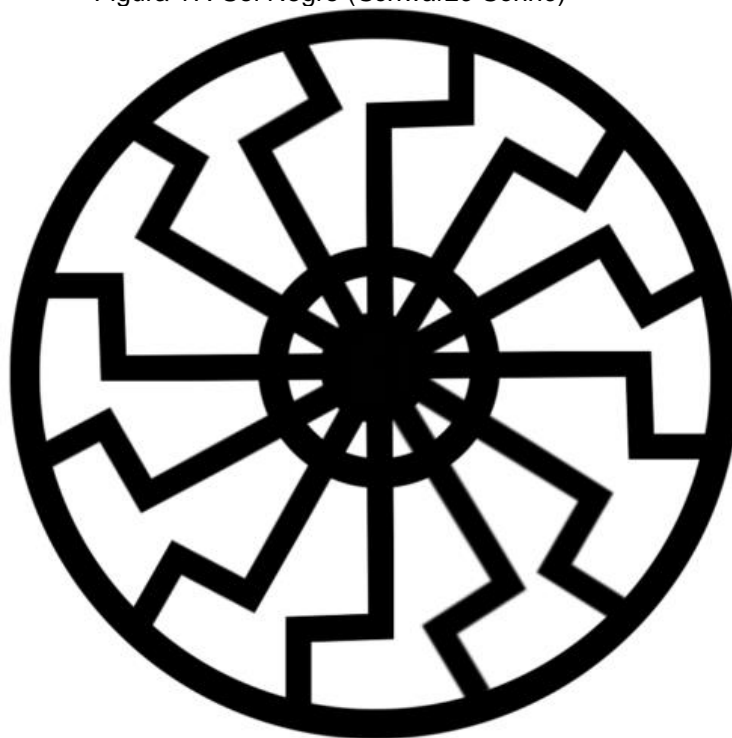
Recorte 5

SD1: Da maneira mais bela foi sonhado o sonho da humanidade nórdica na *Hélade*. Onda após onda vem do vale do Danúbio e cobre com criatividade nova a população primigênia. Imigrantes anteriores, arianos e não-arianos. Já a cultura micênica antiga dos aqueus está determinada predominantemente pela raça nórdica. Troncos dóricos posteriores invadiram de novo as fortalezas dos aborígenes de raça estranha, escravizaram as raças subjugadas e romperam o domínio do lendário rei fenício-semítico Minos, que até então, com sua frota de piratas, comandava o território que mais tarde veio a se chamar Grécia. Como senhores e guerreiros rudes, os troncos helênicos acabaram com a degenerada forma de vida do mercantilismo pró-asiático, e com os braços dos subjugados um espírito criador sem igual criou lendas em pedra e buscou o ócio pela força para compor e cantar relatos heroicos eternos. Uma constituição genuinamente aristocrática impediu a mistura do sangue. As forças nórdicas que diminuía pelos combates foram reforçadas por novas imigrações. Os dórios, depois os macedônios, protegiam o sangue loiro criador. Até que também esses troncos se esgotaram e a superioridade múltipla das forças do elemento pró-asiático se infiltrou por milhares de canais, envenenou a *Hélade* e no lugar do grego engendrou o posterior levantino debilitado, que com os gregos só têm o nome em comum. Para sempre o

heleno abandonou a Terra, e unicamente as inanimadas imagens de pedra e apenas alguns poucos ainda dão testemunho daquela esplêndida alma racial que uma vez criou Palas Atenas e Apolo (ROSENBERG, 2021, p. 60-61).

O processo discursivo que se desenvolve em CH-1 tem os seus fios entrelaçados nos fios daqueles discursos que constituíram um passado no qual o sujeito investe toda sua fantasia porque o imagina racialmente puro e criativo, mas também marcado pela degeneração após a entrada do elemento racial estranho, inferior e debilitante (SD1). A suástica, colocada no centro da bandeira, é o elemento discursivo que vai, sobremaneira, entrelaçar esses discursos, uma vez que a suástica tem uma relação com o secular Sol Negro (*Schwarze Sonne*). Esse antigo símbolo germânico foi apropriado pelos nazistas e vai aparecer na farda das SS⁶⁸ (*Schutztaffel*), organização, a princípio, paramilitar ligada ao NSDAP, mas que, mais tarde, será transformada em polícia de Estado e guarda dos campos de concentração. O Sol Negro, um símbolo místico, era usado pelos nórdicos e *vikings* na Idade de Bronze. Usado, desde o início, como um sinal de ocultismo, o Sol Negro significava aquilo que irradia de dentro para fora, ou seja, aquilo que brota do centro da Terra.

Figura 17: Sol Negro (*Schwarze Sonne*)



Fonte: <https://maestrovirtuale.com>

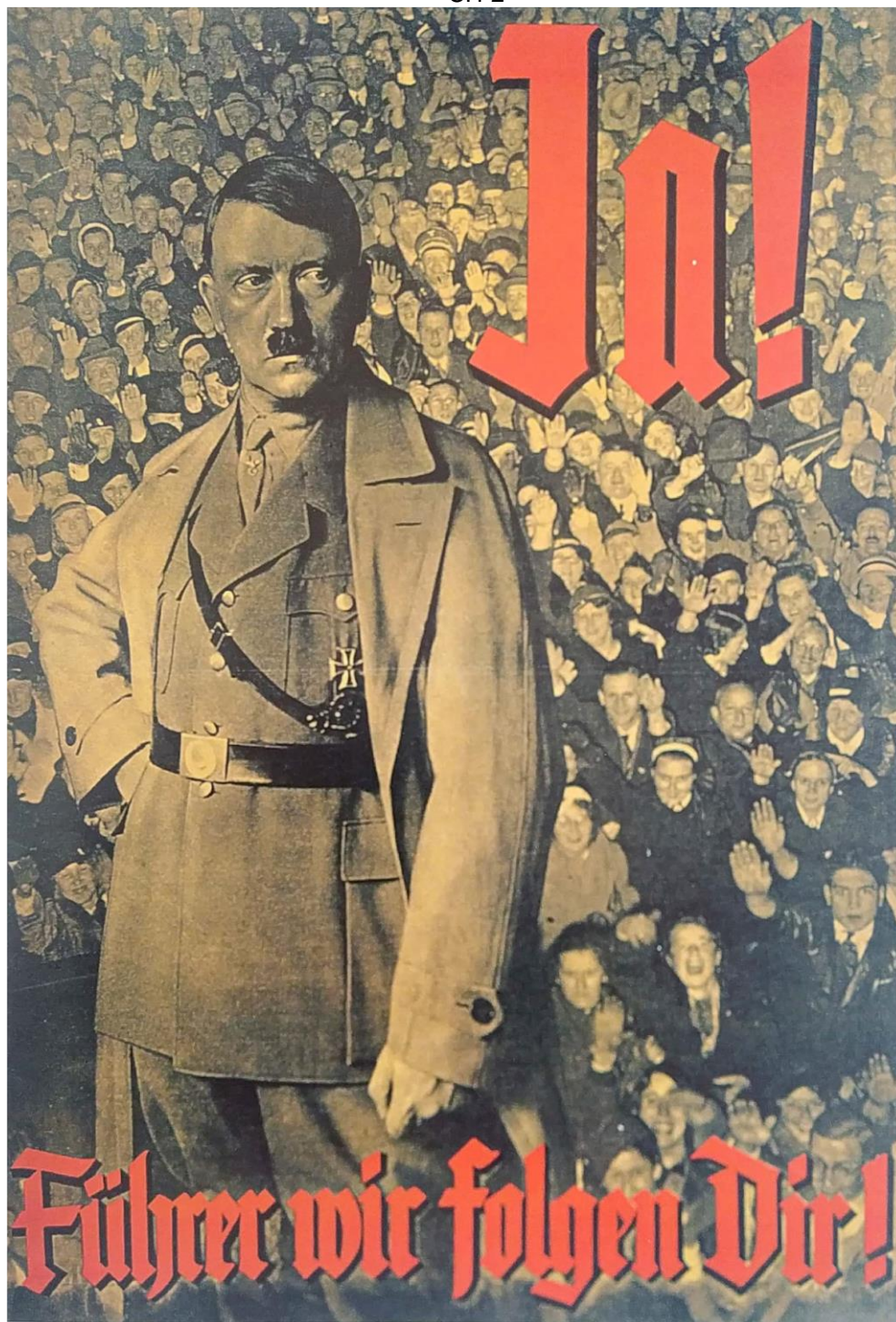
⁶⁸ O Esquadrão de Proteção (SS) era a polícia do Estado que exercia a função de proteger Hitler e membros do partido. Durante a guerra, foi designada para trabalhar nos campos de concentração e extermínio.

Nas relações interdiscursivas que se estabelecem entre a SD1, o Sol Negro – reproduzido, em parte, na suástica – e as cores da bandeira do partidos nazista (Figura 16) –, temos o efeito de sentido de que a raça alemã é aquela cuja origem tem seu lugar no centro da Terra para, em seguida, irradiar pelo orbe e iluminá-lo. Dada a primazia dessa raça e suas qualidades comprovadas na história, segundo a concepção nazista, um outro sentido se impõe com a chegada do Terceiro *Reich*, aquele de superioridade racial.

O segundo cartaz, publicado em 1934, encoraja o povo a apoiar Hitler em seu projeto de usurpação do poder após a morte do presidente Paul von Hindenburg. O cartaz apresenta uma fotografia de Hitler que é saudado pelo povo, bem como um texto que expressa o apoio dos alemães à ascensão do chanceler a único líder do povo alemão. Desde que foi nomeado chanceler, em janeiro de 1933, Hitler começou a lançar os fundamentos para o domínio total do estado nazista com a assinatura de um decreto que suspendia tanto direitos individuais como o devido processo legal. Em março de 1933, Hitler conseguiu aprovar a *Lei Habilitante (Ermächtigungsgesetz)* que permitia que ele criasse e sancionasse a legislação sem a devida consulta e aprovação dos parlamentares. A fim de eliminar a oposição, Hitler e os nazistas aboliram os sindicatos, eliminaram partidos políticos e substituíram membros do funcionalismo público por pessoas que julgavam de confiança e apoiavam o NSDAP. Sob ordens de Hitler, a SS (*Schutzstaffel*) e a Gestapo⁶⁹ (*Geheime Staatspolizei*) perseguem e assassinam os inimigos políticos que pertenciam ao partido, bem como inimigos externos. Essa noite ficou conhecida como a *Noite das Facas Longas*. Nesse mesmo ano, no dia 2 de agosto, morre o presidente von Hindenburg, último empecilho à escalada de Hitler e do partido nazista para ao domínio total da Alemanha. Em seguida, Hitler ordena que o governo opere uma fusão entre as funções de chanceler e presidente. A fim de legitimar essa operação, os nazistas fazem um plebiscito, no dia 19 de agosto, acompanhado de uma poderosa propaganda política. Eles conseguem que 89% dos eleitores apoiem a medida. Desde então, as funções de presidente e chanceler deixaram de existir e o povo alemão deveria seguir e obedecer apenas ao *Führer*.

⁶⁹ A Gestapo era a polícia política do regime nazista e ficou conhecida por sua extrema brutalidade e assassinatos.

CH-2



Fonte: Wunderlich (2021)

Os enunciados verbais do cartaz, que também aparecem na cor vermelha (mais uma vez, se referindo a uma das cores da bandeira do NSDAP), são colocados no topo (*Sim!*⁷⁰) e na parte inferior da página (*Líder, nós te seguimos!*⁷¹).

⁷⁰ Cf. citação no original: *Ja!*

⁷¹ Cf. citação no original: *Führer wir folgen dir!*

O sujeito que enuncia *Ja!*⁷² a partir de um aparelho ideológico como o Ministério da Propaganda do *Reich* o faz em condições de produção que são aquelas próprias a um plebiscito. Nesse plebiscito, fez-se uma consulta ao povo para saber se estavam de acordo no que diz respeito à fusão das funções de chanceler e presidente, de maneira que o povo alemão teria, a partir de então, não mais um chanceler e um presidente, mas apenas o *Führer*.

A partícula *Ja* – que, nesta investigação, optamos por trabalhar com dois sentidos estabilizados no dicionário que são *sim* e *vote* – pode ser encontrada tanto em cartazes anteriores a esse cartaz do plebiscito de 1934, como em cartazes posteriores a ele, de maneira que se trata de uma prática no interior do partido, ou seja, de um discurso frequente que passa a ser constitutivo do funcionamento dos sentidos de CH – 2. Mas a interjeição *Ja!* também funciona como um discurso-outro que produz efeitos de sentido ao ser articulado ao discurso produzido em CH – 2. Para pensarmos o efeito de sentido que a interjeição produz, quando retomada em CH – 2, faz-se necessário analisarmos primeiramente o regime de enunciabilidade, no interior do Terceiro *Reich*, no qual a interjeição é mobilizada em outros cartazes que foram produzidos para convocar a população alemã à participação em plebiscitos.

⁷² Segundo o *Langescheidt Großwörterbuch Deutsch als Fremdsprache*, a partícula *Ja*, usada como interjeição no cartaz, pode ter um sentido de aprovação (*Zustimmung*) ou de votar em sua forma imperativa (vote!). Assim, decidimos considerar os dois sentidos na análise por concluirmos que um reforça o outro.

Figura – 18: cartaz de propaganda política convocando o povo a votar em Hitler



Fonte: <https://collections.ushmm.org/>

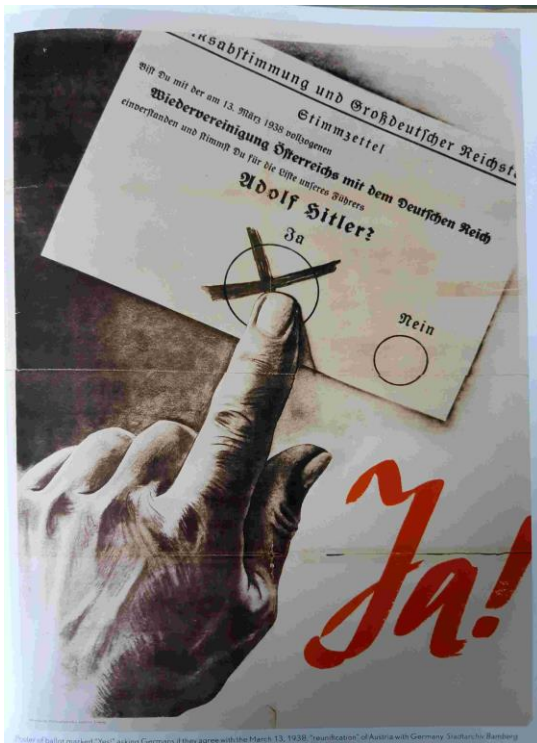
Nesse recorte, temos um cartaz que serviu de publicidade a um plebiscito que aconteceu antes de 1934. No cartaz, identificamos a suástica, as cores da bandeira do NSDAP e os enunciados: “*Sim*⁷³” e *Com Adolf Hitler pela igualdade de direitos e a paz*⁷⁴. Como em CH-2, *Ja* também significa *vote no sim (ja)*, posto que as cédulas em papel traziam apenas as opções *Ja* (sim) e *Nein* (não). Isso pode ser verificado na figura 22 que diz respeito a um cartaz de divulgação de um plebiscito realizado em 13 de março de 1938 que perguntava ao povo alemão se estava de acordo com a reunificação da Áustria com a Alemanha. Mais uma vez, a resposta deveria ser *sim*, conforme indicado no cartaz. Em 10 de abril de 1938, outro plebiscito acerca da anexação da Áustria ao Reich alemão foi realizado e mais um cartaz (Figura 20) circulou entre o povo com o seguinte enunciado: *Todo o povo diz sim em 10 de abril!*⁷⁵.

⁷³ Cf. citação no original: *Ja*

⁷⁴ Cf. citação no original: *Mit Adolf Hitler für Gleichberechtigung und Frieden*

⁷⁵ Cf. citação no original: *Das ganze Volk sagt am Zehnten April ja!*

Figura 19: divulgação de plebiscito



Fonte: Luckert; Bachrach (2011)

Figura 20: divulgação de plebiscito



Fonte: Wunderlich (2021)

Embora a forma-sujeito que enuncia em CH – 2 seja a mesma que enuncia nas Figuras 19 e 20, os sentidos da interjeição *Ja!* deslizam, de maneira que podemos ter a seguinte sequência: *escolha o sim, vote no sim, todo o povo aprova o sim*, respectivamente às Figuras 18, 19 e 20. Desse modo, há tanto uma injunção à opção pelo *sim* como um efeito de unanimidade, coesão e uniformidade entre aquilo que é proposto pelo governo e a vontade do povo. Isso é reforçado pelo discurso da imagem fotográfica⁷⁶ que apresenta um grande número de pessoas fazendo a saudação nazista (*Heil, Hitler!*). Nessa direção, o sujeito antecipa essa escolha do povo, produzindo um discurso que engendra um efeito de sentido de aprovação como se o povo alemão *já* tivesse assentido ao desejo do líder. Esse efeito de adesão ao desejo do líder se encontra ancorado, sobretudo, no enunciado posto na base do cartaz: *Líder, nós te seguimos*. Nesse enunciado, o sujeito (*nós*) não é mais aquele que ordena *vote!* (*Ja!*), mas o que se identifica com o povo a quem se dirige o discurso. Ele não apenas se mostra próximo ao cidadão, mas é um deles; é um cidadão que também disse *sim* ao *Líder* e se junta ao coro daqueles que apoiam a fusão dos cargos. Se a partícula *Ja!* (*vote!, apoie, diga sim, aprove*) se dirige ao indivíduo, *Líder, nós te seguimos* se dirige

⁷⁶ Tanto a fotografia do povo fazendo a saudação nazista, como a fotografia de Hitler colocada em primeiro plano foram usadas em outro cartaz que tinha a mesma finalidade e participava das práticas discursivas da campanha para o plebiscito de 1934 (ver anexo B).

à totalidade do povo alemão, de maneira que o sujeito que, por meio de um imperativo, ordena o indivíduo a votar, é também o sujeito que faz parte daqueles que seguem o *Líder* e, desse modo, estreita a distância entre aquele que ordena e aquele que é o cidadão comum instado a votar. Ao produzir um efeito de unanimidade, esse mesmo discurso constrói, *à fur et à mesure*, um efeito de silenciamento daquelas vozes que resistiam bravamente à ascensão do governo nazista, como os movimentos que ficaram conhecidos como Resistência Alemã⁷⁷ (*Widerstand*).

Assim, é pensando nesse efeito de sentido de *Sim!* que significa, além de uma ordem, adesão irrestrita e unanimidade, que podemos, então, analisar a retomada que o sujeito produz no CH – 2 da produção de sentido da Figura 19. Embora Indursky (2011, p. 77) afirme que, “se por um lado, a repetição é responsável pela cristalização dos sentidos, por outro, também é a repetição que responde por sua movimentação/alteração”, a retomada do discurso-outro por CH – 2 não produz deslocamento nos sentidos que a interjeição *Ja!* produz no interior do processo discursivo que se desenvolve no cartaz referente ao *Recorte 1* (Figura 18). Desse modo, podemos afirmar que tanto o sentido de votar em Hitler como aquele que se refere a um modo de coesão e unanimidade do eleitorado alemão em relação à escolha por Hitler e o NSDAP, se mantêm no discurso-fonte.

Na escolha da interjeição, também se produz um efeito metafórico (ORLANDI, 2001, p. 44) que é o uso de *Ja* pela forma verbal *wählen*⁷⁸. Esse uso de uma palavra por outra também produz efeitos de sentido no interior do processo discursivo, posto que, além do sentido de *votar*, *Ja* reforça os sentidos de adesão, aprovação, concordância e seguimento. Não se trata apenas da ação de votar, mas de conquistar a confiança daqueles alemães que ainda resistem ou desconfiam das intenções do governo nazista. É de extrema importância para o NSDAP reorientar aqueles que ainda não seguem o *Führer* no sentido de aderir irrestritamente ao novo líder do *Reich* para que haja apenas um líder, um povo e uma vontade orientada para um único fim, conforme aponta esta faixa colocada, em 1933, na fachada do prédio onde morava Hitler e que diz respeito às eleições no *Reichstag* que ocorreram naquele ano.

⁷⁷ Movimentos de resistência ao Nazismo surgiram dentro e fora da Alemanha. Para conhecê-los, recomendamos o acesso ao site do Museu do Holocausto dos Estados Unidos <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/resistance-inside-germany> e a página do deutschland.de: <https://www.deutschland.de/pt-br/topic/politica/resistencia-no-terceiro-reich-nao- apenas-stauffenberg>

⁷⁸ Segundo o Dicionário Michaelis, *wählen* tem as seguintes acepções: 1 escolher, optar, selecionar. 2 eleger. 3 votar. 4 discar.

Figura 21: faixa descida no prédio onde Hitler morava



Fonte: <https://www.bundesarchiv.de>

Esse efeito de homogeneidade da vontade do povo, cujas mãos saúdam e se dirigem àquele que encarna a liderança, de modo a formar com o *Führer* um corpo do qual ele é a cabeça que pensa e decide por toda a comunidade é sustentado pela foto de Hitler que, na montagem do cartaz, assume o primeiro plano. Na fotografia, o rosto sério e impassível se harmoniza tanto com a mão fechada que se apoia na cintura, como com a outra que se encontra cerrada. Postura e indumentárias tipicamente militares sustentam um processo discursivo nos quais sentidos sobre liderança, coragem, confiança e autoridade são produzidos no batimento entre o já-dito e o dito (INDURSKY, 2011, p. 70). Esse efeito de pré-construído, que joga com a memória e atualiza sentidos produzidos na história (ORLANDI, 1996, P. 37), põe em relação o discurso que se constitui em CH – 2 e práticas gestuais reproduzidas no passado militar e imperial da Alemanha, conforme podemos verificar nas Figuras 22 e 23 do terceiro recorte.

Recorte 3

Figura 22: *Kaiser* Guilherme II

Fonte: www.mutualart.com

Figura 23: *Kaiser* Frederico III

Fonte: www.lenbachhaus.de

O discurso produzido em CH – 2 se encaminha no sentido de fazer circular essa ideia de uniformidade, apoio irrestrito e subserviência da massa ao *Führer* que traz em si aqueles méritos e valores dos *Kaisers* do passado (Recorte 3), ao mesmo tempo que dispõe de coragem para dar a própria vida em defesa do povo, do território e das tradições da antiga Alemanha. Esses são sentidos que também podem ser “escutados” nessas palavras de Hitler, enunciadas em *Mein Kampf*, sobre a grandeza do sacrifício e o perfil do líder:

Recorte 4:

SD1: Somente a grandeza dos sacrifícios conquistará novos lutadores para a causa, até que a perseverança seja recompensada com o sucesso. Para isso, porém, são necessários os filhos do povo da grande massa. Só eles são suficientemente decididos e tenazes para conduzir essa luta ao seu fim sangrento (HITLER, 2016, p. 31, tradução livre)⁷⁹.

⁷⁹ Cf. texto no original: Nur die große der Opfer wird neue Kämpfer der Sache gewinnen, bis endlich der Beharrlichkeit der Lohn des Erfolges wird. Dazu aber braucht man die Kinder des Volkes aus den breiten Massen. Sie allein sind entschlossen und zähe genug, diesen Streit bis zum blutigen Ende durchzufechten.

SD2: Para esse fim, porém, só servem para líder, as melhores e mais corajosas cabeças. Caso a luta por uma visão de mundo não seja conduzida por heróis abnegados, em curto espaço de tempo será impossível encontrar lutadores destemidos. (HITLER, 2016, p.325, tradução livre)⁸⁰.

Partindo desses excertos de *Mein Kampf* e dos outros enunciados, tanto verbais como não verbais, é possível ter acesso aos sentidos que sustentam o discurso de CH – 2, que são aqueles que se constituem em torno do sacrifício da grande massa por meio da luta sangrenta (SD1) e em torno da figura do líder corajoso, abnegado e decidido a lutar em favor da comunidade racial (SD2), cuja imagem é desenhada como a de um herói. Esse discurso visa produzir a mitificação da figura de Hitler que, a passos largos, deflagra um processo político pautado no movimento de massas, cujo resultado é o domínio total do governo alemão. O sujeito do discurso de CH – 2 joga com esses sentidos porque são exatamente esses que vão ao encontro de uma massa que vivencia a experiência de fracasso da República de Weimar, feita de desemprego e inflação exorbitante. Ao inserir uma fotografia que traz o povo reunido e fazendo a saudação nazista (*Heil, Hitler*) o sujeito faz circular sentidos que valorizam a massa que, por ser extraordinariamente influenciável e crédula, é desprovida de crítica (FREUD, 2017, p. 50) e, por esse motivo, abre mão da sua singularidade e passa a se identificar plenamente com o desejo do *Führer*, homem corajoso e capaz do sacrifício necessário à salvação da massa desorientada que carrega sentimentos sempre muito simples e exagerados (FREUD, 2017, p. 50).

O próximo cartaz, também endereçado às massas, cuja discursividade gira em torno de Adolf Hitler, circulou na Alemanha, em 1936, por ocasião de um plebiscito que ocorreu em 29 de março. O motivo do plebiscito era a ocupação do território desmilitarizado da Renânia para fins de remilitarização, quebrando, assim, o Tratado de Versalhes que foi realizado após a Primeira Guerra Mundial e impunha severas restrições relacionadas às Forças Armadas alemãs.

O Tratado, que foi ratificado em 1919, estabelecia a cessão de um amplo território alemão aos países fronteiriços, como a Alsácia-Lorena à França, Schleswig à Dinamarca, Memel à Lituânia etc. Além disso, os alemães perderam suas colônias para a Inglaterra e a França, de maneira que as primeiras ações de Hitler e o NSDAP, ao

⁸⁰ Cf. citação no original: Nur eine solche allein vermochte die innere Kraft aufzubringen, diesen riesenhaft Kampf auszufechten. Dazu aber taugen nun einmal als Führer nur die allerbesten und auch mutigsten Köpfe. Wenn der Kampf für eine Weltanschauung nicht von aufopferungsbereiten Helden geführt wird, werden sich in kurzer Zeite auch keine todesmutigen Kämpfer mehr finden.

ascenderem ao poder, foi de descumprimento dos artigos que constavam no Tratado de Versalhes. Para que a Alemanha, sob o governo do novo regime, rumasse em direção ao desenvolvimento e à construção de um império que durasse mil anos, como pretendia Hitler, era de extrema importância que o Tratado fosse superado por meio de acordos diplomáticos ou pela desobediência àquilo que dispunha sobre a Alemanha. Assim, a partir de 1935, diversas ações foram desencadeadas no sentido de retomar esses territórios perdidos, fortalecer a corrida armamentista e remilitarizar o país, sobretudo, naquelas regiões mais susceptíveis à ação estrangeira. Com vistas a esse fim, Hitler, em 7 de março de 1936, dissolve o parlamento e convoca nova “eleição” para 29 de março à qual será adicionado um referendo sobre a ocupação da Renânia. A presença do eleitorado nas urnas e o resultado do referendo, bem como a coerção a votar *sim* (*Ja*) é assim descrito por Shirer (2017, p. 395):

De acordo com os números oficiais da votação de 29 de março, 99% dos 45.453.691 eleitores compareceram ao pleito, e 98,8% aprovaram a atitude de Hitler. Os correspondentes estrangeiros que visitaram os locais de votação encontraram algumas irregularidades – principalmente, que a votação foi aberta e não secreta – e que não havia dúvida de que alguns alemães temiam (justificadamente, como vimos) que um *Não* pudesse ser descoberto pela Gestapo. O dr. Hugo Eckener disse a este autor que em seu novo Zeppelin *Hindenburg*, que Goebbels mandou cruzar as cidades da Alemanha como recurso de publicidade, o número *Sim* anunciado pelo ministro de Propaganda como sendo de 42 superou em duas unidades o número total de pessoas. Não obstante, esse observador, que deu cobertura à “eleição” de um extremo a outro do Reich, não tem dúvida de que a votação pela aprovação do golpe de Hitler foi esmagadora. E por que não? O ato de atirar no lixo o Tratado de Versalhes e o aparecimento de soldados alemães em marcha novamente para aquilo que, depois de tudo, era território germânico, era o que quase todos os alemães naturalmente aprovavam. Os votos *Não* somaram 540.211.

E foi assim que, em março de 1936, três mil soldados adentraram o interior da Renânia apoiados por outros 30 mil que permaneceram próximos à margem oeste do rio. Se, naqueles dias de março, os franceses tivessem agido para impedir a ocupação das tropas alemães, certamente teriam reprimido a tentativa de retomada daquela região, mas não o fizeram porque acreditavam que a presença militar alemã era dez vezes maior do que na realidade era. Para a inação da França, contou também o fato dos franceses estarem às portas de uma eleição geral, de modo que uma guerra, naquele momento, não era vista com bons olhos. Essa decisão recebeu apoio dos britânicos que muito se esforçaram para conter qualquer decisão precipitada, pois, “o que havia acontecido era apenas a recuperação da soberania da Alemanha sobre seu próprio território, e ninguém achou que valesse a pena arriscar uma guerra geral” (EVANS, 2011, p. 473).

É nesse contexto de desobediência, ruptura, crise diplomática, autoritarismo e risco de guerra que o cartaz CH – 3 circulou entre os alemães naquele março de 1936.

CH - 3

von Auster-Heudtloff

Der Führer

Beispiel: Motorisierung Deutschlands 1935

1932



104000 hergestellte Kraftfahrzeuge
33000 beschäftigte Arbeiter
295000000 RM. Gesamtumsatz

1935



353.000 hergestellte Kraftfahrzeuge
über 100.000 beschäftigte Arbeiter
1.150.000.000 RM. Gesamtumsatz

Der Führer gab: 250000
arbeitslosen Volksgenossen
Arbeit und Brot
in der deutschen Auto-Industrie u. deren Lieferindustrien

Der Führer schafft: den Volkswagen

„Ich lasse mit rücksichtsloser Entschlossenheit die Vorarbeiten zur Schaffung des deutschen Volkswagens durchführen und werde sie zum erfolgreichen Abschluß bringen.“
Adolf Hitler am 15.2.1936.

Darum Deutsches Volk - danke dem Führer am 29. März
Gib ihm Deine Stimme!

Reinholdt, Hugo Steiner, München.

As an example of "propaganda of the deed," this poster by artist Wernervon Auster-Heudtloff

Fonte: Luckert; Bachrach (2011)

Com a derrubada da República de Weimar pelos nazistas e o consequente domínio de Adolf Hitler sobre os meios de comunicação e o sistema educacional, houve, nos primeiros anos, uma acentuada propaganda na construção daqueles dois mitos já mencionados neste texto: o *Führer* (líder) e a *Volksgemeinschaft* (comunidade do povo).

Ambos encarnam o ultranacionalismo, metas antiliberais e a unidade de todos os alemães numa comunidade nacional na qual o valor coletivo estava acima do individual. Dessa perspectiva, é pensada a higienização da sociedade alemã a partir de expurgos, perseguições, perda de direitos civis, envio para campos de concentração, exílios forçados, expulsão do país e até a aniquilação total. A garantia da adesão dos alemães ao programa do NSDAP não poderia se dá somente por meio da repressão do aparelho de Estado, mas também por meio do discurso, de maneira que a propaganda se prestava a esse fim. Embora os plebiscitos fossem acompanhados de uma série de irregularidades – como a presença da força policial para intimidar e coagir o cidadão a aprovar as medidas a serem tomadas, bem como aquelas sobre as quais o alto escalão já havia decidido sobre elas –, era de extrema importância para a propaganda apresentar, aos alemães e ao mundo, o progresso e a aprovação do povo ao novo regime. Desse modo, a propaganda em torno de uma suposta bem sucedida política internacional e do *Führer* e seus avanços no campo da economia ia ao encontro dos sentimentos do povo e produzia excelentes resultados quando se tratava de verificar a popularidade do regime que se encontrava à frente da Alemanha há pouco mais de dois anos. A possibilidade de recuperação dos territórios ocupados ou perdidos após a Primeira Guerra Mundial fez renascer, no povo alemão, um sentimento de orgulho e autoestima, de maneira que não foi difícil convencer a população de que a recuperação desses territórios e a corrida rearmamentista eram capazes de produzir emprego e renda e pôr fim aos bolsões de pobreza e desemprego que resultaram do fim da grande guerra e da Depressão ou Crise de 1929.

Além de CH – 3, foram produzidos outros cartazes que tinham a mesma finalidade, ou seja, angariar votos, mas que também promoviam o culto ao líder a fim de revesti-lo com uma aura de salvador, como atesta aquela imensa foto de Hitler levada ao Congresso do Partido Nazista, em 1937, que trazia a seguinte inscrição *No princípio era o Verbo...* Numa outra ocasião, o prefeito de Hamburgo afirma que a Alemanha não precisa de sacerdotes, pois o povo alemão poderia se comunicar diretamente com Deus por meio de Adolf Hitler que tem muitas qualidades semelhantes às de Cristo. O partido passou a adotar o seguinte credo: *Todos nós acreditamos, nesta terra, em Adolf Hitler, nosso Führer, e reconhecemos que o Nacional Socialismo é a única fé que pode trazer a salvação ao nosso país*, e um grupo de cristãos alemães chegou a aprovar a seguinte resolução: *A palavra de Hitler é a lei de Deus; os decretos e as leis que a representam têm autoridade divina* (LANGER, 2018). Assim, aspectos da vida de Hitler, como o trabalho, o celibato, a abstinência sexual, as longas horas dedicadas ao trabalho eram

aproveitadas pela máquina de propaganda nazista que

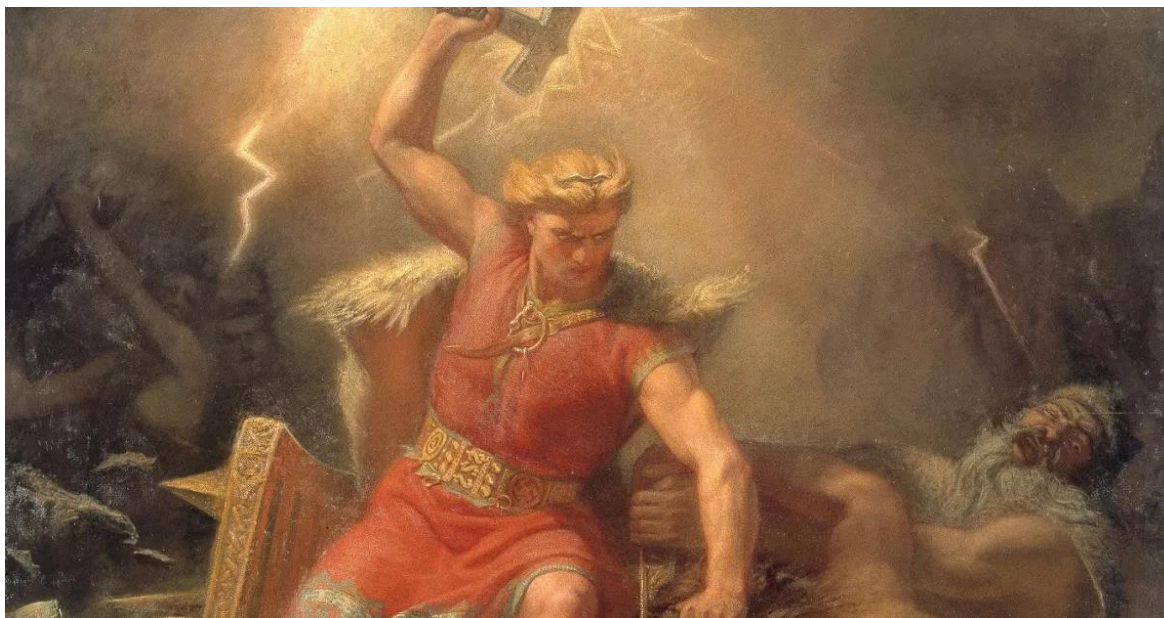
dedicava todos os seus esforços à tarefa de retratar Hitler como alguém sobre-humano. Tudo o que ele fazia era descrito de maneira a retratar seu caráter superlativo. Se ele não consome carnes ou bebidas alcoólicas nem fuma, não é porque tem algum tipo de inibição ou porque acredita que isso melhorará a sua saúde. Essas coisas não são dignas do Führer. Ele se abstém porque está seguindo o exemplo do grande alemão Richard Wagner ou porque descobriu que isso aumenta sua energia e sua resistência a tal ponto que ele pode dar muito mais de si para a criação do novo Reich alemão. (LANGER, 2018, p. 44).

O culto ao *Führer*, compartilhado entre os membros do partido e o cidadão comum, serve de base para a propaganda que vai explorar, reforçar e fazer circular em toda a Alemanha essa figura messiânica disposta a fazer qualquer sacrifício na construção de um império orgulhoso de seu líder.

Mais uma vez, em CH – 3, as cores da bandeira do NSDAP são retomadas, de maneira que o sujeito do discurso joga com todos aqueles sentidos que remetem ao passado glorioso da Alemanha, bem como com sua mitologia feita de heróis e elfos de incomparável beleza, como é o caso de Thor, figura mítica, cujo martelo estava diretamente vinculado à suástica uma vez que, ao ser lançado, lembrava o formato desse símbolo milenar.

Recorte 1

Figura 24: A luta de Thor contra os gigantes



Fonte: <https://revistagalileu.globo.com>

No cinto de Thor, é possível visualizar a suástica que também se encontra na bandeira do partido nacional-socialista, de maneira que a suástica também remete a

sentidos que gravitam em torno do heroísmo e das façanhas do herói. Nessa direção, as cores do cartaz que, por sua vez, remetem à bandeira do NSDAP, põem em movimento sentidos que têm a ver com a mitologia nórdica e seus heróis (Thor, em especial) e que servem para sustentar um discurso de heroísmo atribuído a Hitler pela propaganda quando o representa com base numa concepção compartilhada pela massa como sendo

uma pessoa de extrema coragem. Seu estilo de vida é prova disso, assim como seu desempenho invejável durante a última guerra. Muitas histórias a respeito de suas condecorações por bravura circularam, enfatizando seu extraordinário heroísmo, pelo qual recebeu a Cruz de Ferro de primeira Classe (LANGER, 2018, p. 48).

Nas cores da bandeira do partido, também se encontram os enunciados verbais que compõem o cartaz produzido pelo artista Werner von Axster-Heudtlass. Ao lançar mão dessa estratégia discursiva, o sujeito retoma, em seu discurso, uma série de outros discursos produzidos na história e que dão sustentação ao processo enunciativo desencadeado em CH – 3, pois “necessariamente determinado por sua exterioridade, todo discurso remete a um outro discurso, presente nele por sua ausência necessária” (ORLANDI, 1996, p. 30). As cores também significam e atualizam a memória do *já-dito* no discurso em questão. No topo do cartaz, temos o seguinte enunciado nas cores preta e vermelha:

SD1: *O Führer prometeu: motorizar a Alemanha*⁸¹

Dessa sequência, recortamos a forma verbal *versprach* (prometeu) que se encontra na 3ª pessoa do pretérito (*Präteritum*) do indicativo do verbo *versprechen* (prometer). O pretérito (*Präteritum*) é comumente usado na escrita e, eventualmente, na fala. Em narrativas literárias, como o romance, a novela ou o conto, prefere-se o pretérito para dar ritmo à narrativa. Assim, essa forma verbal que indica ações totalmente concluídas no passado, convém a um discurso que se quer dinâmico e de rápida compreensão. O enunciado se estrutura em torno de uma promessa, cujo cumprimento se comprova nos enunciados dispostos na parte inferior do cartaz. Essa promessa, tida por certa, concluída, no passado, era de motorizar a Alemanha e a apresentação dela não se dá como uma ação possível, mas como uma ação passada sobre a qual o sujeito do discurso tem absoluta certeza. Esse é um dos sentidos do tempo verbal que o sujeito, em seu gesto de interpretação, engendra, ao formular seu discurso, ou seja, ao articular

⁸¹ Cf. texto no original: *Der Führer versprach: motorisierung Deutschlands*.

manifestamente seu dizer produzindo, assim, um acontecimento discursivo (ORLANDI, 2001, p. 10).

A promessa de motorizar a Alemanha foi feita por Hitler, no início do seu governo, no Salão Internacional do Automóvel em Berlim. A produção em série do popular Fusca (*Käfer*) ficou sob a responsabilidade de Ferdinand Porsche que executou o projeto que foi encomendado pela Associação da Indústria Automotiva do *Reich* (*Reichsverband der Deutschen Automobilindustrie*). Hitler recebeu o protótipo do carro popular dos alemães em 29 de dezembro de 1935 e, em 1938, estava sendo lançada a pedra fundamental da fábrica da *Volks* em Wolfsburg sob o olhar deslumbrado do *Führer*. O ato de fala que se realiza por meio do uso do verbo *prometer* é recorrente no discurso político, uma vez que a mobilização dos eleitores se dá por meio de programas políticos que implicam promessas e um planejamento de ações futuras. Ao dizer que Hitler *prometeu*, o sujeito vincula essa ação a toda uma rede de formulações (ORLANDI, 2001, p. 11) que circula no âmbito da política. Mas ele não fez apenas uma promessa, como também cumpriu o prometido, e isso é comprovado por meio de dados ao longo do cartaz. Esses sentidos sobre uma promessa cumprida e ulterior reconhecimento do político como uma figura confiável e que não opera pela via da demagogia, mas pela via da responsabilidade e cumprimento daquilo que promete, já circulavam na propaganda política da Itália fascista, conforme mostra a figura:

Figura 25: cartaz da propaganda política fascista italiana



Nesse cartaz de 1936, produzido por Eberto Carboni, embora o verbo *prometer* não esteja expresso no enunciado *Viva il Duce: l'Italia há finalmente il suo Impero*⁸², a promessa encontra-se subtendida, pois se o sujeito saúda o líder porque ele conquistou um império e o deu aos italianos, é por que o líder prometeu e cumpriu sua promessa, de maneira que reconhecer o feito é uma exigência da etiqueta social e política. Há uma injunção a construir uma imagem séria e responsável do político.

Nas imagens constantes de CH – 3, aparecem, acima dessas figuras, os anos de 1932 e 1935 que correspondem ao ano (1932) anterior à tomada do poder pelos nazistas e ao ano (1935) no qual o NSDAP já tem o seu poder consolidado e Hitler é o *Führer* do povo alemão.

Figura 26: recorte de CH - 3



Fonte: Fonte: Luckert; Bachrach (2011)

A comparação entre os anos 1932 e 1935 tem a finalidade de mostrar como a Alemanha era antes de Hitler (desmotorizada, inflação alta, desemprego, baixos salários etc) e como ela estava, em 1935, sob o comando do NSDAP (motorização, emprego, mais investimento etc). Isso é apresentado por meio da imagem, mas também por meio de enunciados que se encontram logo abaixo das figuras:

⁸² Viva o líder: a Itália finalmente tem seu império (tradução livre).

1932

104.000 automóveis fabricados
 33.000 trabalhadores empregados
 295.000.000 RM. volume total de vendas⁸³

1935

353.000 automóveis fabricados
 mais de 100.000 trabalhadores empregados
 1.150.000.000 volume total de vendas⁸⁴

Assim, ambos, imagem e enunciado verbal, dão uma ideia do salto econômico e da motorização da Alemanha entre os anos 1932 e 1935. Na apresentação do progresso econômico do governo de Hitler, jogam sentidos vindos de outro lugar e que se encontram na constituição das imagens que intencionam comprovar o salto dado pela gestão do NSDAP. Esse lugar é aquele da arte grega, com suas formas, traços e composição das esculturas que vai de um arquétipo arcaico simétrico e inicialmente geométrico – inspirados pelos egípcios – a uma anatomia e expressão mais realistas. Nessa perspectiva, o trabalhador de von Axster-Heudtlas (CH – 3) – cujo elemento identificador é o martelo em uma das mãos -, entretém uma relação com a escultura do período arcaico grego (Figura 30), pois apresenta um *sorriso arcaico* no qual os cantos da boca estão ligeiramente curvados para cima e uma postura ereta com um contorno delicado dos ombros e da parte superior do peito.

Recorte 2

Figura 27: escultura de *Kouros*



Fonte: www.metmuseum.org

⁸³ Cf. citação no original: 1932: 104.000 hergerstellt Kraftfahrzeuge; 33.000 beschäftigte Arbeiter; 295.000.000 Gesamtumsatz.

⁸⁴ Cf. citação no original: 1935: 353.000 hergerstellt Kraftfahrzeuge; über 100.000 beschäftigte Arbeiter 1.150.000.000 RM Gesamtumsatz.

A mesma posição ereta, sem movimentos e unidimensional do trabalhador representado em CH – 3 é encontrada no *Kouros* da Figura 27. Essa retomada do discurso da representação estética da Antiguidade Clássica diz dessa relação do discurso em questão com o “‘outro’ que nos habita e que, pelo processo metafórico da constituição dos sujeitos e dos sentidos, projetamos em um fora que nos é interior” (ORLANDI, 2017, p. 100). Ao repetir elementos do discurso da civilização clássica, tão cara a Hitler e membros do NSDAP, efeitos de sentido são produzidos em CH – 3, como aqueles que dizem do ideal grego de beleza que se materializou nas artes e na filosofia que se impuseram em todo o Ocidente. Esse ideal tem uma estreita relação com a projeção imaginária que Hitler e os nazistas faziam da Alemanha do futuro, concebida como mais forte, harmônica e bela. Mas esse ideal só pode se realizar se houver progresso econômico, o fim do desemprego e da miséria e uma condição de vida da população que expresse a beleza, tal como ocorria nas antigas cidades gregas. É conhecida a admiração de Hitler pela arte grega e romana, como é possível constatar nas palavras de Evans (2011, p. 141):

A morte de Troost, a quem Hitler reverenciava, catapultou Speer para o séquito pessoal do Líder, na medida em que Hitler cooptou o jovem como conselheiro pessoal em arquitetura, alguém com quem ele podia falar sobre seu passatempo favorito sem a deferência que sentia dever a Troost. Speer foi cumulado de atenção, e mudou-se com a família para perto do retiro de Hitler na Baviera, acima de Berchtesgaden. Convidado frequente para a casa de Hitler na montanha, Speer deixou-se levar pelo desejo do Líder de construir prédios monumentais em um estilo derivado em última análise da Antiguidade clássica.

E essa admiração não era apenas de Hitler, de maneira que se estendia ao partido que se empenhou em apresentar a origem germânica da arte ocidental⁸⁵ ao traduzir toda a cultura do Ocidente por meio de códigos nazistas. A influência da Antiguidade clássica na mentalidade do NSDAP e do *Führer* também pode ser verificada nas esculturas produzidas no Terceiro Reich e na arquitetura daquilo que seria a *Germania*, uma remodelação arquitetônica de Berlim, pensada por Hitler, onde colunas e esculturas inspiradas na Antiguidade clássica eram esculpidas por artistas contratados pelo *Reich*.

Nesse processo de retomada do discurso-outro, não há a produção de um espaço discursivo marcado pelo antagonismo de FDs em confronto, de maneira que a FD da qual o sujeito discursivo enuncia é invadida por elementos que vêm de um outro lugar (PÊCHEUX, 2014, p. 151) e produzem, no discurso do sujeito, um efeito de regularização (INDURSKY, 2011, p. 78) dos sentidos. Nessas relações constituídas

⁸⁵ Sobre a interpretação nazista da cultura ocidental, ver Dennis (2014).

de/pela memória, o enunciado não verbal produz efeitos de sentido que remetem à grandiosidade do *Führer* e da política econômica do seu governo, mas também do povo alemão, cuja postura ereta e altiva é um protótipo daquilo que será a comunidade racial que se quer construir numa Alemanha que, assim como a civilização grega, intenta se impor à Europa como um modelo racial, cultural e econômico.

Abaixo dos enunciados imagéticos, aparecem três enunciados verbais que são postos sobre um fundo vermelho e cujas letras se alternam em cores branca e preta. São eles:

Recorte 3

SD1 : O *Führer* deu: 250.000 empregos aos compatriotas desempregados na indústria automobilística alemã e em seus fornecedores⁸⁶.

SD2: O *Führer* cria: a Volkswagen. “Estou realizando o trabalho preparatório para a criação da Volkswagen alemã com determinação inabalável e vou levá-lo a uma conclusão bem-sucedida” Adolf Hitler 15.2.1936⁸⁷

SD3: Por isso, o povo alemão agradece ao *Führer* em 29 de março. Dê a ele seu voto!⁸⁸

Recortados dos SD1 e SD2, *geben* (dar) e *schaffen* (criar) são verbos que constroem uma representação de Hitler como uma pessoa benévola, clemente, generosa e indulgente para com o povo que atravessa uma das piores crises econômicas da Alemanha, de maneira que essas palavras, mobilizadas nesse contexto de extrema indigência material, também jogam na construção daqueles efeitos de sentido que representam Hitler como o salvador dos alemães. Acerca dessa imagem do *Führer* que a propaganda enseja construir, Klemperer (2009, p. 87) comenta:

Na décima terceira hora Hitler comparecerá para encontrar os trabalhadores. Qualquer um compreende esse modelo: é a linguagem do Evangelho. O Senhor, o Salvador vem para os pobres e para os que perderam o rumo. A esperteza aparece até mesmo ao se fixar a hora – treze horas, não: décima terceira hora! Soa como muito tarde, mas ele realizará o milagre; para ele não existe tarde demais. “Bandeira de sangue na convenção do partido” – é a mesma linguagem.

⁸⁶ Cf. citação no original: Der Führer gab: 250.000 arbeitslosen Volksgenossen Arbeit und Brot in der deutschen Auto-industrie u. deren Lieferindustrie

⁸⁷ Cf. citação no original: Der Führer schafft: den Volkswagen

“Ich lasse mit rückichtsloser Entschlossenheit die Vorarbeiten zur Schaffung des deutschen Volkswagens durchführen und werde sie zum erfolgreichen Abschluß bringen” Adolf Hitler am 15.2.1936.

⁸⁸ Cf. citação no original: Darum deutsches Volk danke dem Führer am 29. März
Gib ihm deine Stimme!

Assim, o *Führer*, tal como Jesus Cristo, o Salvador da humanidade, é aquele que está disposto a dar o sangue por seus compatriotas, de modo que, diante de tão grande mérito e abnegação, o povo também deve ser grato e dar sua confiança e voto ao líder. E esses sentidos que apontam para o reconhecimento do povo, bem como para sua submissão e dever de votar a favor das suas medidas, são produzidos, em SD3, pelo advérbio *darum* (por isso), *danken* (agradecer) e pelo verbo *geben* (dar) no imperativo. *Darum* (por isso) retoma todas as ações realizadas pelo governo, de maneira que resume todos os motivos pelos quais o povo agradece ao *Führer*. Por meio do verbo *danken* (agradecer) no presente do indicativo, o sujeito do discurso representa a vontade de todo o povo alemão como aquela que não conhece contradições, porque é uma ação certa, recorrente, no presente. A forma material de demonstrar gratidão é dar (*geben*), em sua forma imperativa, o voto ao *Führer* e aprovar a medida que versa sobre a ocupação da Renânia. Assim como se *agradece* a Jesus Cristo por ter *dado* a salvação à humanidade e, em troca, *dá-se* a Ele a vida, deve-se também agradecer ao *Führer* por meio de uma ação concreta, qual seja, o voto, que representa adesão ao projeto de dominação, expansão e genocídio que vem sendo desenhado.

Em janeiro de 1934, Goebbels faz um discurso de ano novo cuja finalidade é apresentar um balanço do governo no primeiro ano de gestão da Alemanha. Nesse discurso, ele opõe a realidade anterior ao governo nazista à frente da Alemanha às mudanças que o regime promoveu durante o ano de 1933, e faz projeções para o futuro. Além de exaltar o trabalho árduo do povo alemão na reconstrução da economia do país, Goebbels reconhece e elogia a política de Hitler e dos nazistas no primeiro ano de governo. Recortamos duas sequências do discurso que expressam melhor a atitude gratificada de Goebbels e o conseqüente reconhecimento ao *Führer*.

Recorte 4

SD1: Que diferença da véspera de Ano Novo de um ano atrás. Então o Reich ficou diante do abismo. O povo estava dilacerado pelo ódio e pela guerra civil. Aos partidos e ao governo faltou força até para reconhecer a catástrofe, muito menos para enfrentá-la. O colapso e o desespero cresciam para onde quer que se olhasse, e o espectro do bolchevismo estava por toda parte. Mas hoje? O Reich está *mais uma vez forte e poderoso, o povo mais unido e firme* do que nunca, *liderado por uma mão forte* que está lidando com os problemas que enfrentamos. Onde antes havia desesperança e

desespero, *hoje toda uma nação está cheia de devoção fiel*⁸⁹ (GOEBBELS, 1934, grifos meus, tradução livre).

SD2: Essa base política tinha que ser estabelecida se o governo tivesse alguma intenção de lidar com os grandes problemas da época, se quisesse fazer todo o possível para lidar com o espectro do desemprego. *O governo não só teve a intenção de fazer alguma coisa, ele agiu. Atacou o desemprego com medidas impressionantes. Com a ajuda de Deus, foi capaz de fazer ainda mais do que prometia: mais de dois milhões de pessoas voltaram a trabalhar e nem mesmo o inverno rigoroso nos atrasou*⁹⁰ (GOEBBELS, 1934, grifos meus, tradução livre).

Na SD1, o sujeito compara o *Reich* atual com o *Reich* antes da tomada do poder por Hitler e os nazistas e qualifica a Alemanha, naquele momento em que o discurso é produzido, como, mais uma vez, forte e poderosa, porque o povo se encontra mais unido e firme. Se, conforme afirma Indursky (2013, p. 45), “uma FD deve ser entendida como dois ou mais discursos em um só, estabelecendo a contradição como seu princípio constitutivo. Pode-se dizer que uma FD é uma unidade dividida e heterogênea”, então é possível derivar dessa reflexão que a FD da qual o sujeito que enuncia CH – 3 é invandida por outros discursos que passam a constituir o discurso do sujeito. Assim, é possível identificar ressonâncias desse discurso laudatório pronunciado por Goebbels na produção de sentidos do discurso produzido em CH – 3. Isso resulta da identificação do sujeito (ORLANDI, 2017, p. 104) com a FD na qual Goebbels inscreve seu discurso, de maneira que os sentidos produzidos no discurso de Goebbels e retomados no discurso do sujeito, em CH – 3, se dá por meio de um processo metafórico no qual “tal discurso remete a tal outro” (PÊCHEUX, [1969], 2019, p. 33). Existe uma relação de sentidos entre os dois discursos que visam apresentar um balanço das mudanças ocorridas na Alemanha durante o primeiro ano do governo nazista e as conquistas do *Führer*.

⁸⁹ Cf. citação no original: What a difference from the New Year's Eve of a year ago. Then the Reich stood before the abyss. The people were torn by hatred and civil war. The parties and the government lacked the strength even to recognize the catastrophe, much less to deal with it. Collapse and desperation were rising wherever one looked, and the specter of Bolshevism was everywhere. But today? The Reich is once more strong and powerful, the people more united and firm than ever before, led by a strong hand who is dealing with the problems we face. Where once there was hopelessness and despair, today a whole nation is filled with faithful devotion.

⁹⁰ Cf. citação no original: This political foundation had to be established if the government had any intention of dealing with the big problems of the day, if it was to do everything possible to deal with the specter of unemployment. The government had not only the intention to do something, it acted. It attacked unemployment with impressive measures. With God's help, it was able to do even more than it promised: over two million people are at work again, and even the hard winter did not slow us down.

Uma remissão mais direta ao governo nazista e a Hitler aparece na SD1 quando Goebbels afirma que a Alemanha se encontrava governada por uma mão forte (uma referência a Hitler e ao NSDAP), de maneira que o povo alemão se enchia de devoção. Coragem, tenacidade e devoção são sentidos que se entrelaçam aos sentidos que se constituem em CH – 3. Quem conseguiria produzir mudanças como as anunciadas em CH – 3 se não tivesse essas qualidades? É por que Hitler as tem que foi capaz de produzir tamanhas mudanças. Assim, é possível estabelecer relações de sentido entre aquilo que é dito em CH – 3 e aquilo que é dito em SD1 e, desse modo, atingir o processo discursivo como “sistema de relações de substituição, paráfrase, sinonímias etc, que funcionam entre elementos linguísticos – “significantes” – em uma formação discursiva dada (PÊCHEUX, 2014, p. 148).

Essas relações de sentido, em um nível parafrástico, também são válidas para as articulações que se estabelecem entre a SD2 e CH – 3. Sentidos de verbos que denotam ação, como *agir* e *atacar*, bem como *prometer* (e *cumprir*, subentendido) são retomados metaforicamente naqueles sentidos produzidos em CH – 3. Nos verbos, *agir* e *atacar*, ocorre uma remissão, tanto ao passado militar e imperial da Alemanha, quanto aos guerreiros gregos que agem em defesa da sua civilização e atacam para garantir a sobrevivência da sua cultura e do seu povo. Esse fio de memória, ou seja, esse “domínio do saber, os outros dizeres já ditos, ou possíveis que garantem a formulação, (presentificação) do dizer, sua sustentação” (ORLANDI, 1996, p. 39), que vem pela história, e ecoa no discurso de Goebbels, também se faz presente, atualizado, no discurso do sujeito que produz CH – 3. Essas relações interdiscursivas entre o discurso-outro e o discurso em questão produzem efeitos de sentido sobre Hitler que passam pela imagem de um homem resoluto, disposto ao sacrifício por seu povo, salvador e defensor do trabalho e do trabalhador. Fazer circular essa imagem significa a conquista de uma devoção cada vez maior e mais fanática à figura do *Führer*, de modo a não encontrar barreiras entre a sua política de cunho imperialista e totalitário e o povo que o elegeu.

O quarto cartaz da série sobre Hitler foi produzido em condições de produção que têm a ver com a anexação (*Anschluss*) da Áustria à Alemanha nazista em 1938. Dois anos antes, Hitler

havia concluído um acordo formal com o governo austríaco em 11 de julho de 1936 pelo qual a Áustria aceitou o princípio de que era um Estado alemão, e o ditador austríaco, Kurt von Schuschnigg, aquiesceu ao pedido de Hitler de dar à “oposição nacional” ou, em outras palavras, ao partido de Hitler, uma fatia do governo. Mas, enquanto Schuschnigg considerou um abrandamento das dificuldades surgidas nas relações austro-germânicas com a tentativa de golpe dois anos antes, Hitler viu apenas como a extremidade afilada de uma cunha

política que por fim fenderia a soberania austríaca e produziria a união total com a Alemanha (EVANS, 2011, p. 481).

E foi nessa direção que Hitler, a partir de fevereiro de 1938, envidou todos os esforços para atingir um objetivo de suma importância para seu governo: a anexação da Áustria ao *Reich* alemão.

A perda da soberania do Estado austríaco para o Terceiro *Reich* se deu num clima tenso, sob ameaça de ataque armado e pressões de todo tipo, como o ultimato dado por Hitler, em fevereiro de 1938, que exigia que Schuschnigg entregasse o governo austríaco aos nazistas dentro de uma semana. Diante da resistência do chanceler austríaco e do presidente, Wilhelm Miklas, Hitler ordenou a ocupação militar da fronteira da Alemanha com a Áustria no dia 11 de março, porque, dois dias depois, haveria um plebiscito, convocado por Schuschnigg, sobre a anexação. Então, para evitar derramamento de sangue do povo austríaco, o chanceler resolve se demitir e comunica, pelo rádio, os motivos da sua demissão. Mas, embora Schuschnigg recusasse diante da ameaça de um ataque militar da Alemanha à Áustria, o presidente Miklas mantinha-se firme e se recusava a indicar um nazista para assumir a chancelaria austríaca conforme exigência de Hitler.

O presidente austríaco comunicou à França e à Inglaterra acerca do ultimato de Adolf Hitler mas, em suas conversações com os governos francês e inglês, percebeu que a disposição de espírito desses governos em nada contribuía com a defesa irrestrita da soberania da Áustria e, diante de tal conclusão, resolveu capitular, no dia 11 de março, pouco antes da meia-noite, sentindo-se completamente abandonado tanto internamente quanto externamente. Diante da capitulação, Hitler, transbordando de alegria, partiu imediatamente para Linz, sua terra natal e

na tarde do dia 12, Seyss-Inquart, acompanhado por Himmler, voara a Linz para encontrar-se com Hitler e proclamar, orgulhosamente, que o artigo 88 do Tratado de Saint-Germain, que determinava ser a independência da Áustria inalienável fazia da Liga das Nações sua fiadora, fora anulado. Para Hitler, arrebatado pelo entusiasmo das multidões austríacas isso não era suficiente. Ordenou ao dr. Wilhelm Stuckart, subsecretário do Ministério do Interior, enviado por seu ministro Frick a Viena para elaborar uma lei tornando Hitler presidente da Áustria, que viesse imediatamente a Linz. Para surpresa de seu perito legal, o *Führer* deu-lhe instruções, como declarou mais tarde em Nuremberg, para “elaborar uma lei que permitisse um *Anschluss* total”. O projeto foi apresentado por Stuckart ao recém-formado governo austríaco em Viena, no domingo, 13 de março, dia em que o plebiscito de Schuschnigg devia ter lugar. O presidente Miklas, como vimos, recusou-se a assiná-lo, mas Seyss-Inquart, que assumira os poderes presidenciais, assinou-o. E no fim dessa noite voou de volta a Linz para apresentá-lo ao *Führer*. O fim da Áustria estava selado. (SHIRER, 2017, p. 462)

No dia 14 de março, Hitler entrava triunfante em Viena, cidade onde viveu os piores momentos da sua vida. Nos dias seguintes, percorreu a Áustria e a Alemanha a fim de incitar a população a votar *sim* no dia do plebiscito e, assim, concluir o processo

de anexação. Em 9 de abril de 1938, o *Führer* concluía sua campanha a favor do *Anschluss* que aconteceu no dia seguinte. E, desse modo, sem nenhuma resistência militar e apoio das duas grandes democracias, França e Inglaterra, a Áustria perdeu sua soberania e passou a pertencer ao *Reich* alemão.

A participação de Goebbels no processo de anexação da Áustria foi ativa, de maneira que a propaganda produzida pelo Ministério foi de extrema importância na mobilização da adesão da vontade pessoal à anexão. Quando o gabinete austríaco, incentivado por Schuschnigg, decidiu sobre a realização do plebiscito em defesa da soberania do Estado austríaco,

Hitler chamou Goebbels para discutir a “galhofa de caipira” de Schuschnigg: “Nós ponderamos: ou abstenção ou mil aviões com panfletos sobre a Áustria, e então intervir ativamente”. Goebbels foi para o seu ministério a fim de montar um grupo de trabalho encarregado de elaborar o lado propagandístico do golpe. Mais tarde, naquela noite, Hitler o chamou novamente, e os dois ficaram reunidos até a manhã seguinte: “A Itália e a Inglaterra não vão fazer nada. Talvez a França, mas provavelmente não. Risco não tão grande como quando da ocupação da Renânia” (LONGERICH, 2014, p. 476).

Dias depois, ele volta a discutir com Hitler acerca da participação do ditador no plebiscito idealizado por Schuschnigg e, em nova reunião com o *Führer*, Goebbels foi comunicado de que a invasão da Áustria seria dali a dois dias. Então, o Ministro da Propaganda se esmerou para que toda a imprensa alemã estivesse imbuída do espírito da anexação. Na sequência,

de manhã, Goebbels preparou panfletos com Hitler: “Tremenda linguagem incendiária”. Mas, no correr do dia, ainda foi necessário alterar várias vezes o texto dos folhetos para adaptá-los à situação dramaticamente cambiante: sob os violentos ultimatos e ameaças alemãs, Schuschnigg renunciou à tarde; ao anoitecer, o presidente da República nomeou Miklas Seys-Inquart seu sucessor (LONGERICH, 2014, p. 477).

Diante dos fatos ocorridos em 14 de março de 1938, como a queda do presidente da República, a promulgação do decreto de anexação por Seyss-Inquart e o juramento feito pelas Forças Armadas a Hitler, Goebbels decidiu pela criação de um Departamento Nacional de Propaganda em Viena e colocou Otto Dietrich à frente da reforma da imprensa austríaca. Em seguida, se ocupou da ida de Hitler a Berlim e preparou uma entrada triunfal sobre a qual assim se expressou em texto publicado no jornal oficial do partido:

No *Völkischer Beobachter*, ele exortou enfaticamente a população: “Ninguém pode faltar às ruas quando o *Führer* chegar. Berlinenses! Fechem as empresas. Fechem as lojas. Estejam pontualmente no seu lugar. Reúnam-se na rua conforme as instruções do dirigente do Partido e da Frente Alemã de Trabalho [...]. Nenhuma casa, nenhum prédio, nenhuma loja sem enfeite de guirlandas e bandeiras (LONGERICH, 2014, p. 477).

No dia 16 de março, Goebbels havia acionado a massa e se encontrava inebriado com o efeito da propaganda no povo porque sentia que tinha o domínio sobre a grande massa popular.

CH – 4



Fonte: Wunderlich (2021)

No cartaz produzido por ocasião do *Anschluss*, as cores da bandeira do NSDAP se repetem e as cores preta e vermelha, precisamente, são reproduzidas como que

formando um efeito esfumado e degradê. Esse efeito também produz a impressão de uma aparição miraculosa em que neblina e nuvens compõem o cenário. A referência à bandeira também é feita por meio da braçadeira vermelha com o símbolo da suástica que é possível identificar no braço esquerdo de Hitler. Todas essas referências simbólicas recuperam discursos que já foram analisados em CH – 1, CH – 2, e CH – 3, mas, como, na AD, os sentidos são sempre referidos às condições de produção e, desse modo, os sentidos se encontram sempre sujeitos ao equívoco, então pensamos que as cores da bandeira, bem como o uso da braçadeira, retomam aqueles sentidos já analisados e fazem emergir outros, dadas as condições de produção nas quais o discurso de CH – 4 foi produzido. Nessa perspectiva, são retomados sentidos relacionados ao passado mítico, ao passado militar triunfante, ao solo e à raça, mas também à figura do *Führer* que se encontra envolto em toda uma atmosfera de misticismo construído por outros discursos que circulavam à época e que produz seus efeitos na constituição de CH – 4. Assim, para construir discursivamente a imagem de um líder corajoso e, conforme aponta Goebbels, resoluto em tudo que decide realizar (LONGERICH, 2014 p. 324), se fazia necessário mobilizar discursos que produziam, nas massas, os efeitos psicológicos de estar diante de um salvador ou de uma figura enviada por Deus ou, ainda mais, o próprio Espírito Santo (LANGER, 2018, p. 52), terceira pessoa da Santíssima Trindade, ao mesmo tempo, una e trina, segundo o dogma católico. No contexto do Terceiro *Reich* e do governo nacional-socialista, reconhecidamente um movimento de massas, era imprescindível insistir nesses sentidos que atingem os sentimentos místicos de um povo que, mergulhado numa situação de desamparo e desesperadora, se mostrava tão carente de segurança e da manifestação de autoridade daquele que assumisse as rédeas da política e do Estado, pois aqueles que apoiavam o nacional-socialismo eram, “em parte, homens que se deixavam impressionar pela imagem externa do partido de Hitler, seu caráter militar, sua manifestação de força etc” (REICH, 2001, p. 92).

O símbolo da bandeira foi um dos símbolos mais usados pelos nacional-socialistas em sua propaganda porque ele reúne, em si, sentidos os mais diversos que vão ao encontro da construção de uma imagem de governo forte, disposto ao sacrifício por seu povo e capaz de salvar a nação. Isso se encontra colocado numa canção revolucionária (*Kampflied*⁹¹) executada pelos nacional-socialistas em suas marchas:

⁹¹ A canção completa em alemão pode ser acessada em: <https://archive.org/details/kampflied-der-nationalsozialisten> ou ver anexo A.

Recorte 1

SD1: Nós somos o exército da suástica.

Erguei bem alto as bandeiras vermelhas,

Queremos abrir ao trabalhador alemão

O caminho que leva à liberdade⁹².

A conquista do trabalhador alemão à liberdade se faz pela intervenção de um exército que se coloca à frente e o guia porque, como indivíduo, não tem condições de chegar a ser livre por sua própria conta, de maneira que recorre a uma instituição capaz de prover a liberdade almejada. E, indo um pouco mais longe nos sentidos que a palavra *exército* invoca, tanto no que diz respeito à psicologia das massas quanto aos contornos da ideologia fascista, podemos pensar com Freud (2017, p. 80) quando diz que o Exército se distingue estruturalmente da Igreja porque aquele consiste num escalonamento das massas, de maneira que cada capitão é o general e o pai de seu destacamento e, cada sargento, o general e o pai do seu pelotão no interior de uma estrutura rigidamente hierarquizada que difere da hierarquia que se constitui na Igreja, uma vez que ela não desempenha o mesmo papel. Desse modo, o exército evoca essa figura do pai que cuida, ampara e prover ao mesmo tempo que se configura como uma hierarquia rígida que confere uma ideia de segurança ao indivíduo massificado e incapaz de ações individuais em relação a todos aqueles que se apresentam, no interior de uma sociedade plural, como possíveis ameaças à fantasia de uma sociedade sem o outro, ou seja, sem aquele que não se encaixa nessa idealização. Aquilo que não é capaz de fazer sozinho (xingar, molestar, assassinar etc) contra esse outro ameaçador, o indivíduo massificado o faz quando se encontra no interior de um grupo. Num regime fascista, a hierarquia serve como fator de exclusão – e até extermínio – daqueles que são considerados hierarquicamente inferiores. Conforme Stanley (2018, p. 70):

A ideologia fascista, então, aproveita a tendência humana de organizar a sociedade hierarquicamente, e os políticos fascistas representam os mitos que legitimam suas hierarquias como fatos imutáveis. Sua justificativa principal para a hierarquia é a própria natureza. Para o fascista, o princípio de igualdade é uma negação da lei natural, que estabelece certas tradições, das mais poderosas, sobre outras. A lei natural supostamente coloca homens acima de mulheres, e membros da nação escolhida do fascista acima de outros grupos.

No topo da hierarquia, se encontra o *Führer* que, em si mesmo, é um princípio de desigualdade porque não compartilha o poder, mas encerra em si o poder total, embora essa dessemelhança e desigualdade entre o líder e a massa seja reduzida por meio do

⁹²Cf. citação no original: Wir sind das Heer vom Hakenkreuz,/Hebt hoch die roten Fahnen,/ Der deutschen Arbeit wollen wir/ Den Weg zur Freiheit bahnen.

trabalho ideológico, como atesta Arendt (2012, p. 456):

Todo líder da ralé é caracterizado pela mera sede de poder e pelo desprezo à “tagarelice” quando se lhe pergunta o que pretende fazer com ele. O verdadeiro objetivo do fascismo era apenas a tomada do poder e a instalação da “elite” fascista no governo. O totalitarismo jamais se contenta em governar por meios externos, ou seja, através do Estado e de uma máquina de violência; graças à sua ideologia peculiar e ao papel dessa ideologia no aparelho de coação, o totalitarismo descobriu um meio de subjugar e aterrorizar os seres humanos internamente. Nesse sentido elimina a distância entre governantes e governados e estabelece uma situação na qual o poder e o desejo de poder, tal como os entendemos, não representam papel algum ou, na melhor das hipóteses, têm um papel secundário.

Embora a dissimetria entre o *Führer* e a massa seja real e incontestável, essa dissimetria é diluída na propaganda ideológica de tal maneira que aquilo que aparece como violência, tirania e arbitrariedade nas decisões do líder é justificado como necessário à manutenção e permanência da salvaguarda da comunidade do povo e, desse modo, o contrato entre o líder e a massa é mantido. À manutenção dessa interlocução com a massa e redução da dissimetria existente, servem os plebiscitos e referendos realizados no Terceiro *Reich*, como o que ocorreu em abril de 1938 e que rendeu 99% dos votos a favor da anexação, resultado que foi considerado por Goebbels como incrível e fantástico (LONGERICH, 2014, p. 480). Para tanto, fez-se imprescindível o uso da propaganda política, ou seja, do discurso de convencimento da população, bem como do uso da intimidação militar, como a presença da SS nos locais de votação, e de todo tipo de irregularidade, como aquela das cédulas que já vinham com o *Sim* marcado (SHIRER, 2011, p. 466).

Num estado fascista, como o Terceiro *Reich*, a ideologia da hierarquia, em si e por si, é defendida e, de fato, existe, mas é produzido, simultaneamente, um simulacro, via discurso, de que a massa, que garantiu a chegada do líder ao poder, participa efetivamente das decisões tomadas e da vida do *Reich* porque, sem as massas, o líder seria uma nulidade, ao passo que as massas sem o líder não passariam de um bando amorfo (ARENDR, 2012 p. 456). Nessa perspectiva, sentidos sobre paternidade, filiação, segurança, proteção e participação jogam na constituição da imagem de Hitler que aparece em CH – 4, com os punhos cerrados e a mão direita apoiada na cintura enquanto a esquerda descansa sobre um móvel. O semblante impassível e a postura militar, mais uma vez, retoma sentidos do período imperial alemão com seus *Kaisers* à frente da nação. E, nesse investimento sobre o corpo do sujeito representado no discurso, temos o atravessamento daqueles sentidos produzidos em SD1 acerca do Exército que implica a figura de um líder a guiar a tropa sob o tremular de uma bandeira que simboliza a ideologia sob a qual todos se encontram. Desse modo, o corpo do sujeito é atado ao corpo da massa, o exército, que segue o líder e isso confere à

totalidade um efeito de homogeneidade. Por meio desse mecanismo de retomada, podemos observar como elementos provenientes do interdiscurso são inscritos no discurso do sujeito. Assim, as cores do cartaz, que remetem às cores da bandeira do partido nazista, retomam sentidos de SD1 que, por sua vez, são investidos na representação do corpo de Hitler que é “desenhado” como uma figura austera, viril, resoluto e identificado como um *Kaiser* do período imperial. Nesse funcionamento do pré-construído, temos um modo de articulação do discurso do sujeito ao discurso-outro que é denominado por Pêcheux ([1975] 2014, p. 159) de discurso transversal que “corresponde, ao mesmo tempo, a ‘como dissemos’ (evocação intradiscursiva); “como todo mundo sabe” (retorno do Universal no sujeito); e ‘como todo mundo pode ver’ (universalidade implícita de toda ação ‘humana’)”. Comentando essa noção concebida no interior da teoria do discurso por Pêcheux, Indursky (2011, p. 69) vai afirmar que o discurso transversal “trata-se ainda da retomada de saberes já-ditos em outro discurso, em outro lugar e cujo eco ressoa no discurso do sujeito”. Nesse sentido, o discurso (SD1) produzido numa canção do partido, e que remete à imagem de um exército que carrega bandeiras sob a condução de outrem, passa a constituir o processo de significação em CH – 4 que desencadeia efeitos de sentido acerca da unidade da massa conferida pela figura do líder.

Diferentemente de CH – 2, em CH – 4 Hitler se encontra de lado e com olhar fixo no horizonte, mas repetindo um semblante sisudo e autoritário. A representação que o sujeito faz circular entre os alemães é a de um líder que expande os limites geográficos do *Reich* e, desse modo, deixa para trás a humilhação do Tratado de Versalhes – que reduzia o território da Alemanha – à medida que prospecta futuras conquistas a fim de criar o espaço vital (*Lebensraum*) onde acolherá os filhos racialmente puros e dispostos ao sacrifício. Essa imagem de provedor, salvador e líder, capaz de dar a vida por seus filhos e garantir um espaço onde todos possam ser felizes porque protegidos, é produzida por outros discursos que circularam à época da anexação da Áustria, conforme as figuras seguintes:

Figura – 28: campanha pelo Anschluss



Fonte: <https://www.discogs.com>

Nessa capa do jornal oficial do NSDAP (*Völkischer Beobachter*), o enunciado da chamada é o mesmo que aparece na parte inferior de CH – 4: Um povo, um império, um líder⁹³. Essa apropriação operada pelo sujeito remete a um outro funcionamento discursivo de retomada que é aquele que Pêcheux ([1975], 2014, p. 151) nomeia como metáfora discursiva e que diz respeito à substituição de uma palavra ou expressão por outra, mas sem produzir uma alteração nos sentidos, de modo a estabelecer uma relação de equivalência entre os enunciados. Assim, há uma relação de equivalência entre os enunciados produzidos na Figura 28 e o que se encontra colocado na parte inferior de CH – 4. Esses são enunciados que vão se repetir em diversos cartazes⁹⁴ da propaganda que visa a adesão do povo alemão ao plebiscito sobre o *Anschluss*. Há uma injunção do sujeito que enuncia nesses discursos a produzir um efeito de homogeneidade, unicidade, entre três elementos que, aparentemente, seriam não contraditórios. Essa conjunção de três pessoas em uma, formando uma unidade indissociável, apontam para outro discurso que é aquele do dogma da Santíssima Trindade, conforme produzido no discurso religioso católico. Desse modo, considerando a atmosfera de misticismo que circunda a imagem de Hitler em CH – 4, bem como os

⁹³ Cf. citação no original: *Ein Volk, ein Reich, ein Führer*

⁹⁴ Ver anexos F, G e H

discursos acerca da sua missão redentora que o elevaram à condição de mito, é possível pensar que, na referência à Trindade, existe uma tendência a projetar, na ação política, a realização de um projeto divino. Isso era uma visão que os alemães já alimentavam no pós-guerra, e que foi apresentada por Longerich (2014, p. 70) da seguinte forma:

Naqueles anos do pós-guerra, esse apelo a um líder, a um messias político, que Goebbels manifesta com tanta exaltação, era um bem comum da direita. O fato de ele imaginar a figura do salvador nacional como um novo Bismarck correspondia uma imagem muito disseminada, mas as esperanças também se voltavam para o ressurgimento de um cáiser Frederico ou de um Armínio. Na literatura, no jornalismo, no movimento da juventude, na igreja protestante, mas também nas humanidades, eram incontáveis as vozes a exprimir a esperança e até mesmo a certeza de que aquela personalidade, o “único”, estava prestes a surgir para resgatar a nação da derrota e reconduzi-la à honra e ao amor-próprio. Tais visões redentoras nacionalistas tinham alta carga religiosa e pseudoreligiosa: o futuro líder, o Führer, era um emissário divino dotado de uma capacidade extraordinária.

Essa visão de que Hitler seria o salvador aguardado do pós-guerra não é apenas cultivada por uma parcela do povo alemão e, sobretudo, por aqueles que eram membros do NSDAP, mas é uma visão que o próprio Hitler tem de si, pois ele, tal como os grandes *Kaisers*, também se vê como um grande da história, conforme atestam suas palavras ditas a Schuschnigg na conferência de Berchtesgaden: “Você se dá conta de que está na presença do maior alemão de todos os tempos?” (LANGER, 2018, p. 22). O modo como Hitler entende a ação política que empreende naquele momento histórico da Alemanha faz com que se convença, mais e mais, de sua predestinação divina porque compreende a sua saída da Áustria para a Alemanha, a fim de se tornar o *Führer*, como vontade do próprio Deus, essa determinação mais alta da qual ele é apenas o agente (SHIRER, 2017, p. 465), e com o qual é, por vezes, confundindo, pois “não demorou muito para que o povo alemão estivesse preparado para dar o pequeno passo de enxergar Hitler não como um homem, mas como um Messias da Alemanha” (LANGER, 2018, p. 51). Convencidos de que não estavam diante de um homem comum, mas de um deus, os comícios em Nuremberg assumiram uma atmosfera religiosa, de maneira que toda a estrutura era organizada para produzir um efeito sobrenatural e religioso no público. Nesses comícios, a entrada de Hitler era mais adequada a um deus que a um homem (LANGER, 2018, p. 51). A crença em Hitler como um messias enviado por Deus era tanta que, em lojas de Berlim, era possível ver quadros nas vitrines que o representavam com um halo sobre a cabeça como se fosse o próprio Cristo e notas na imprensa afirmavam que, quando ele falava, ouvia-se o manto de Deus farfalhar pelo recinto. Além disso, Hitler era uma via de acesso a Deus, pois, para alguns, era possível comunicar-se diretamente com Deus por meio do *Führer*, de maneira que não havia

mais a necessidade de padres, pois havia surgido uma nova autoridade relativa a que Cristo é, Adolf Hitler, o verdadeiro Espírito Santo (LANGER, 2018, p. 52).

Nessa perspectiva, esses sentidos que provêm de uma FD religiosa, particularmente cristã-católica, e tangenciam a FD na qual o sujeito se inscreve, são retomados pelo sujeito e passam a constituir o discurso produzido em CH – 4, de modo a representar uma imagem do *Führer* como identificado com o Sujeito (Deus, Messias, Jesus etc) para fazer crer em sua condição de enviado e detentor de uma missão: salvar a Alemanha. Afetado por esse regime de discursividade que está colocado no Terceiro *Reich*, o sujeito repete sentidos disponibilizados pela FD com a qual se identifica porque, conforme Pêcheux ([1975] 2014, p. 150),

o sujeito se constitui pelo “esquecimento” daquilo que o determina. Podemos agora precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito: essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma, descrita mais acima, enquanto “pré-construído” e “processo de sustentação”) que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são reinscritos no discurso do próprio sujeito.

Ao “esquecer” aqueles discursos que o determinam, o sujeito se apropria de sentidos que já circulavam antes, como aqueles que significavam Hitler como um homem com uma missão divina: fazer uma unidade daquilo que se encontrava dividido.

Esse efeito de unidade trinitária produzido pelo *slogan Um povo, um império, um líder* constrói o simulacro de uma realidade em que esses três elementos (povo, império e líder) se equivalem e têm o mesmo peso na ordem trinitária, ao passo que silencia sentidos sobre a desigualdade entre essas instâncias e o reiterado uso da violência de Estado para garantir a ordem e a adesão ao *Führer*. Essa centralidade dada ao *Führer* em CH - 4, bem como o enunciado que atualiza o dogma trinitário, produz um efeito de sentido de onipresença providencial e misticismo salvífico.

Na doutrina cristã, o Cristo é o centro, bem como aquele que sacia a humanidade em suas necessidades, de maneira que a imagem do *Führer* colocada no centro do cartaz, assumindo todo o espaço de CH – 4, retoma sentidos que remetem a uma presença provedora que produz nos alemães e austríacos a certeza do amparo que necessitam, pois “mediante a benévola ação da Providência divina, a angústia ante os perigos da vida é atenuada; o estabelecimento de uma ordem moral universal assegura o cumprimento da exigência de justiça (FREUD, 2014, p. 166). A retomada se dá transversalmente, pois vêm de sentidos produzidos na SD1 (*Recorte 1*), efeito da imagem do exército guiado por um general, bem como pelo enunciado *Um povo, um império, um líder* que é reincorporado metaforicamente ao discurso do sujeito com seu

efeito de unidade trinitária à maneira do dogma cristão. Essas são relações de parafraseagem que se encontram sujeitas ao equívoco enquanto aquilo que “remete ao modo de funcionamento da ideologia: o que está presente por uma ausência necessária, o que, da memória, estruturalmente se esquece para que o sentido seja ‘este’ (ORLANDI, 2004, p. 23). Mas também equívoco entendido como aquela abertura do simbólico que permite ao “sentido vir a ser outro, em que presença e ausência se trabalham, paráfrase e polissemia se delimitam no movimento da contradição entre o mesmo e o diferente” (ORLANDI, 1996, p. 68). É desse movimento que se trata o deslize produzido em *Um povo, um império, um Reich* para sentidos que orbitam em torno de uma comunhão trinitária em que o *um* (*ein* em alemão), como um bloco único e sem contradições, se sobrepõe à diversidade e à pluralidade próprias de qualquer sociedade humana.

No processo discursivo que se desenvolve em CH - 4, sentidos como salvador e libertador – que constituem os diferentes discursos que circulavam à época da anexação da Áustria – são retomados interdiscursivamente, de maneira que cores, fotografia e o *slogan Ein Volk, ein Reich, ein Führer* –, cujos elementos estão dispostos como que numa gradação, cujo fim é o *Führer* – reproduzem sentidos que revestem Hitler de uma aura divina a ponto de levar uma alemã a ver, durante a apresentação do Auto da Paixão, o próprio Hitler ser içado na cruz (LANGER, 2018, p. 53). Mas não apenas os discursos da propaganda política que encontram plena vazão na Alemanha e na Áustria, naquelas condições de produção do *Anschluss*, constroem e produzem efeitos sobre o discurso de CH – 4, mas também aqueles discursos contrários à anexação que foram silenciados pela ameaça de invasão militar e repressão das SS. Sobre isso, Shirer (2017, p. 466) nos dá um panorama da atmosfera de medo que pairava na Áustria no dia do plebiscito realizado em 9 de abril:

Numa eleição imparcial e honesta, em que os social-democratas e os cristãos sociais de Schuschnigg tivessem liberdade de fazer abertamente campanha, o plebiscito, em minha opinião, podia ser encerrado. Como se processava, só um austríaco bastante corajoso votaria *Não*. Como na Alemanha, e não sem motivo, os votantes temiam que a recusa em depositar um voto afirmativo pudesse ser descoberta. Na seção eleitoral que visitei em Viena, na tarde daquele domingo, amplas fendas nos cantos das cabines eleitorais davam ao comitê eleitoral nazista, situado a poucos passos adiante, uma boa visão de como se votava. Nos distritos do país poucos se incomodavam em – ou ousavam – depositar seus votos nas cabines indevassáveis; votavam abertamente, para todos verem. Ouvi, por casualidade, o rádio às 19:30h, meia hora depois da votação encerrada quando poucos votos ainda tinham sido apurados. Um funcionário austríaco assegurou-me antes do anúncio pelo rádio que os austríacos votaram 99% *Sim*. Essa cifra foi a oficialmente fornecida mais tarde: 99,8% na Grande Alemanha e 99,75% na Áustria.

Nos dias seguintes aos resultados, o que se viu nas ruas de Viena foi uma

verdadeira onda de sadismo da parte dos nazistas contra os judeus que eram frequentemente vistos limpando as latrinas, passeios públicos e os banheiros dos quartéis das SA e SS. Uma outra parcela foi presa e teve seus bens confiscados ou roubados. Apenas a metade conseguiu comprar sua liberdade e emigrar, deixando tudo que tinha para os nazistas.

O quinto e último cartaz da série sobre as representações discursivas de Hitler na propaganda política do Ministério da Propaganda e do Esclarecimento é divulgado em condições de produção muito peculiares que são aquelas relacionadas à Segunda Guerra Mundial. A guerra foi deflagrada em 1939 com a invasão da Polônia pelas Forças Armadas (*Wehrmacht*) da Alemanha. O cartaz (CH – 5) foi publicado em 1943 por ocasião da batalha, travada em Stalingrado, entre alemães e russos. Um pequeno relato feito por Alfred Rosenberg em seu diário, no dia 1 de fevereiro de 1943, nos dá a dimensão da barbárie que foi o confronto em Stalingrado:

Relato de um oficial de Stalingrado: ele passa por um soldado que está deitado ao lado de sua metralhadora. O oficial lhe diz para atirar. O pobre homem diz que está atirando o tempo todo e movimenta o dedo no ar, ao lado da metralhadora. Alucinações causadas por fome e exaustão. (ROSENBERG, 2017, p. 485).

A sangrenta batalha⁹⁵, cujo período vai de 17 de julho de 1942 a 2 de fevereiro de 1943, foi o começo do fim do Exército alemão na Segunda Grande Guerra, pois produziu uma baixa bastante significativa no contingente da *Wehrmacht*. Embora o general Friedrich Paulus tenha previsto a vitória sobre o exército russo – e consequente ocupação da cidade de Stalingrado – dentro de algumas semanas, não foi isso que aconteceu. Nem o discurso de Hitler, que “fortaleceu em muito a fé das tropas na vitória definitiva” (EVANS, 2016, p. 469) foi capaz de assegurar coisa alguma no resultado final desse conflito que rapidamente se tornou uma luta de grande desgaste. No início de 1943, o colapso dos soldados alemães, exauridos pelas baixas temperaturas do inverno russo, era evidente. Enquanto alguns eram abatidos pelo frio e morriam congelados,

outros puxavam os feridos em trenós, percorrendo estradas com gelo e atravancadas e equipamento militar abandonado ou destroçado. As forças alemãs ofereceram combate em alguns poucos setores, mas logo foram empurradas para as ruínas da cidade, onde 20 mil feridos foram apinhados em hospitais subterrâneos improvisados e porões pelos quais entrava-se passando por pilhas de cadáveres congelados. Ataduras e medicamentos acabaram, e não havia chance de livrar os pacientes dos piolhos que rastejavam por cima deles. Mesmo aqueles que não estavam hospitalizados estavam doentes, esfomeados, com gangrenas causadas pelo frio e exaustos (EVANS, 2016, p. 478).

Essa catástrofe, que foi uma operação que produziu tantas perdas ao exército

⁹⁵ Para ter mais detalhes sobre a batalha de Stalingrado, ver Beevor (1999) e Paulus (2017).

alemão – até ali, 100 mil soldados haviam sido mortos –, não fez com que Hitler aceitasse uma oferta de rendição feita pelo Alto Comando soviético. A ordem dada ao general Paulus foi de que seguisse em combate; mas Paulus, que também se encontrava desesperado, de modo que via na rendição a única maneira de salvar o que restava das tropas, apelou a Hitler que mais uma vez negou a rendição e defendeu a morte em defesa da Pátria no campo de batalha como grande mérito individual. Nesse momento, o Ministério, dirigido por Goebbels, abandonou a propaganda que procurava convencer de uma vitória certa em Stalingrado e passou a pôr em circulação uma série de discursos, vinculados no jornal e no cinejornal, sobre a bravura dos soldados alemães que vinham dando prova de heroísmo ao sacrificarem suas vidas, de maneira que isso deveria servir de “lição a todos sobre a glória de continuar lutando sem jamais desistir, mesmo quando a situação parecia sem esperança” (EVANS, 2016, p. 479).

Mas os fatos horrendos que se perpetravam naquele cenário dramático minavam toda e qualquer esperança, de maneira que, em 30 de janeiro de 1943, Hitler promove Paulus a marechal de campo e essa promoção deveria ter sido entendida pelo comandante como um convite a cometer suicídio, mas, em vez disso, Paulus se rende com todas as tropas restantes que se encontravam com ele na parte de Stalingrado ocupada pelo militar. Por lealdade a Hitler, Paulus se recusa a mandar que as tropas localizadas em outras áreas se rendam, e, “pouco antes do meio-dia de 2 de fevereiro, esse grupo rendeu-se após uma última mensagem ao comandante supremo: ‘(...) Lutamos até o último homem contra forças imensamente superiores. Viva a Alemanha!’” (SHIRER, 2017, p. 425).

CH - 5



Fonte: <https://research.calvin.edu>

A crença na vitória sobre o exército russo em Stalingrado começou a aparecer na propaganda nazista em setembro de 1942 com a publicação, autorizada por Otto Dietrich⁹⁶, de uma *Palavra do Dia* que dizia que o cerco de Stalingrado estava próximo

⁹⁶ Dietrich era SS-Obergruppenführer do Terceiro Reich, chefe de imprensa e amigo pessoal de Adolf Hitler.

de ter um fim bem-sucedido. Em um encontro realizado com grupos de *Gauleiter* e *Reichsleiter*⁹⁷, o “Führer fez um encontro de três horas para convencer até mesmo esse seleto grupo de funcionários da sua confiança na vitória; a alternativa à ‘vitória total’ seria o ‘aniquilamento total’” (LONGERICH, 2014, p. 681). Mas o cerco às tropas alemãs em Stalingrado só aumentava e isso passou a ter impactos na propaganda sobre a guerra. Goebbels reconhecia que a situação no Leste era crítica, mas ainda não estava convencido de uma derrota militar, de maneira que preferiu optar por uma mistificação da queda dos soldados em batalha e passou a atribuir um mérito religioso ao sacrifício daqueles homens que morriam combatendo. Ao lado disso, elaborou um plano de totalização da guerra sobre o qual passou a trabalhar. As medidas, pensadas por ele, incluíam “a instituição do trabalho compulsório feminino, a paralisação das indústrias não estratégicas, bem como o fechamento dos bares e restaurantes caros e dos estabelecimentos comerciais de luxo” (LONGERICH, 2014, p. 690). A *guerra total*, idealizada pelo ministro da propaganda, foi alvo de uma campanha assim descrita por Longerich (2014, p. 690):

Depois de ter várias conversas individuais, mobilizar os participantes da sua conferência de imprensa e estimular a si próprio anotando cotidianamente no diário que a “totalização” da guerra era a chave decisiva da vitória, em 8 de janeiro, convocou uma reunião de poucos participantes com a presença de Lammers, Bormann, Keitel, Funk, Sauckel e Speer. Nela, solicitou que “coloquemos à disposição do Führer, em tempo relativamente curto, 500 mil isentos do serviço militar”; a estes se acrescentariam outros 200 mil trabalhadores que, por instrução de Hitler, Speer retiraria da economia de guerra. [...] Para reforçar sua posição, Goebbels lançou uma ofensiva de propaganda a fim de pressionar os colegas ainda vacilantes, mas também para preencher o vácuo propagandístico que ameaçava se instaurar devido ao persistente silêncio de Hitler em face da crise que se avizinhava. Publicou na Reich de 17 de janeiro um artigo programático intitulado “guerra total”: “Quanto mais radical e totalmente travarmos a guerra, tão mais depressa chegaremos ao seu vitorioso fim”, propunha a tese central.

Goebbels trabalhou arduamente nesse projeto que visava radicalizar a guerra e nem mesmo a derrota em Stalingrado o desanimou; antes, viu nessa derrota a oportunidade para ganhar apoio e levar adiante suas ambições. É nessas condições históricas de produção, nas quais jogam o risco de uma queda iminente do exército alemão, a perda de popularidade do *Führer* e uma campanha em defesa de uma guerra total, que CH – 5 emerge e passa a circular numa Alemanha em que a tensão crescente põe em questão a certeza da vitória sobre os Aliados⁹⁸.

⁹⁷ *Gauleiter* corresponde a um líder regional ou provincial do partido nazista que era nomeado e localizado numa província para administrar o trabalho ideológico-partidário e comunicar os sucessos e fracassos das ações ali desempenhadas.

O cargo de *Reichsleiter* se encontrava abaixo apenas do *Führer* e esses membros do NSDAP eram responsáveis por variadas pastas como propaganda, política externa, finanças etc.

⁹⁸ Denominam-se Aliados aqueles países (Reino Unido, França, União Soviética e Estados Unidos) que combatiam os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) durante a Segunda Guerra Mundial.

Dos fios discursivos que constituem e sustentam os efeitos de sentido sobre a imagem de Hitler nesse cartaz – cujas cores da bandeira nazista se encontram amainadas, de modo que sobressaem a fotografia pintada e a frase de efeito *Adolf Hitler é a vitória!*⁹⁹ –, temos aqueles cartazes do período da campanha eleitoral do NSDAP que exploravam uma imagem de Hitler como portador da vitória. E a vitória é creditada a Hitler, tanto pelo fato de ser visto como um messias enviado por Deus, como também porque traz em si mesmo todas aquelas qualidades referidas ao cavaleiro medieval, homem de extrema bravura e disposto ao sacrifício. O primeiro sentido, que apresenta Hitler como portador da vitória porque enviado por Deus para salvar os alemães, é construído num cartaz dos anos 1930:

Recorte 1

Figura – 29: cartaz de campanha eleitoral produzido pelo NSDAP



Fonte: <https://lemad.fflch.usp.br/node/5377>

A imagem apresenta Hitler, em primeiro plano, levantando a bandeira do partido com o braço direito, enquanto o esquerdo se mantém dobrado e a mão cerrada. A fisionomia, que expressa seriedade, é a de alguém que se encaminha, à frente de uma marcha, com bastante coragem e determinação para atingir um objetivo. Atrás dele, em segundo plano, soldados da S.A. se acumulam e o seguem com bandeiras nas mãos e,

⁹⁹ Cf. citação no original: *Adolf Hitler ist der Sieg!*

acima de Hitler, raios de luz formam um halo em torno de sua cabeça e um pássaro – semelhante à representação do Espírito Santo na iconografia cristã-católica – parecem indicar sua predestinação messiânica. Na parte inferior do cartaz, o enunciado *Viva a Alemanha!*¹⁰⁰ em letra gótica e, na parte superior, duas bandeiras do NSDAP nos cantos e a insígnia nacional (*Hoheitszeichen*) no centro.

A noção de pré-construído permite analisar as relações entre repetição, memória e sentido que se estabelecem entre a Figura 29 (Recorte 1) e CH – 5. Se o pré-construído “corresponde ao ‘sempre já-aí’ da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade (o ‘mundo das coisas’)” (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 151), então todo elemento que é produzido anteriormente em um outro discurso pode ser entendido como um pré-construído. Partindo dessas considerações, pensamos que sentidos sobre firmeza, determinação e coragem que constroem a imagem de Hitler (primeiro plano), nesse primeiro recorte, são retomados, pelo sujeito, em CH – 5. Essa retomada se dá por meio do discurso-transverso, modo de funcionamento do pré-construído que “remete àquilo que classicamente é designado por metonímia, enquanto relação da parte com o todo, da causa com o efeito, do sintoma com o que ele designa (PÊCHEUX, [1975], 2014, p. 153). Desse modo, é possível perceber no modo como Hitler cerra a mão esquerda nos dois cartazes, o efeito desse atravessamento. Além disso, a postura firme, a fisionomia séria, a atitude resoluta e o modo como segura a bandeira nazista também se entrelaçam ao discurso do sujeito em CH – 5. Em ambos, sentidos sobre marcha, liderança, sacrifício e vitória se articulam para produzir efeitos de sentido sobre Hitler como o de um homem disposto a dar sua própria vida pela felicidade do povo alemão. A repetição desses sentidos no discurso do sujeito deve ser entendido numa perspectiva discursiva em que o real da história intervém no real da língua, de modo que a compreensão do funcionamento do discurso, ou seja, a explicitação das regularidades que o caracterizam, é resultado da compreensão da sua historicidade, pois o repetível a nível do discurso é histórico e não formal (ORLANDI, 1996, p. 29).

A construção discursiva da imagem de Hitler como aquele que salvaria a Alemanha do estado de penúria, corrupção e desemprego na qual se encontrava, bem como faria do país um império no qual o *Führer* reinaria absoluto – desde a *Germania* por ele projetada – foi um investimento constante da propaganda política do partido e, na sequência, do Ministério da Propaganda do Terceiro *Reich*. O culto à personalidade de Hitler se acentua durante a guerra, mesmo quando a Alemanha sofre severas baixas

¹⁰⁰ Cf. citação no original: *Es lebe Deutschland!*

em suas tropas e sai derrotada das batalhas. Nesses momentos, torna-se premente garantir o apoio do povo para que aquela imagem messiânica não se desgastasse nem caísse no descrédito. Para que o apoio popular fosse assegurado, vinha a calhar uma propaganda que apresentasse um líder de postura firme, confiante e que vislumbresse, no horizonte, a realização de um *Reich* próspero e venturoso. É esse Hitler que se mantém ereto e se mostra obstinado por meio das mãos cerradas e olhar fixo no horizonte (até um pouco perdido, mas, ainda assim, confiante) que CH – 5 quer imprimir nas mentes e corações do povo alemão. Mas não bastava apresentá-lo em trajes que trazem insígnias militares e postura pertinaz, fazia-se necessário fundi-lo com a vitória tão desejada. Esse efeito é produzido pelo enunciado que diz que Hitler é a vitória em tom exclamativo e letras destacadas.

Nessa rede de formulações, da qual não se conhece nem o começo nem o fim, sentidos sobre coragem, perseverança e vitória – que constituem os efeitos de sentido em CH – 5 – vêm também do passado medieval no qual se misturam mitologias e fatos históricos sobre valorosos cavaleiros que se engajam em batalhas homéricas em defesa das cidades, tradições e permanência de um povo. A história da Alemanha é povoada de mitos, cuja simbologia passou a constituir o imaginário do povo e contribuiu com determinadas construções sociais. Esses mitos – com toda carga simbólica que comportavam – foram apropriados pelo nacional-socialismo¹⁰¹ e ressignificados para que servissem aos objetivos da ideologia nazista. Organizações nazistas, como a Comunidade para a Investigação e Ensino sobre a Herança Ancestral (*Ahnenerbe Forschung- und Lehrgemeinschaft*) e as SS, amparadas pela máquina de propaganda, trabalharam com afinco na releitura do folclore e da mitologia alemães a fim de aparelhá-los à concepção de mundo do NSDAP. Um dos principais responsáveis pela volta aos mitos germânicos – com a finalidade de exaltar a raça nórdica e um determinado ideal de beleza – foi Alfred Rosenberg, ideólogo do partido, que assim se refere sobre as relações entre mitologia nórdica e cristianismo em livro no qual faz uma releitura de toda a cultura à luz da ideologia da superioridade racial:

A crença em Wotan estava certamente morrendo, mas os bosques sagrados nos quais o deus Wode era adorado continuavam sendo o objetivo dos peregrinos germânicos. Toda a destruição dos símbolos de Wotan e todas as maldições da velha crença não ajudaram. Assim, no lugar de Wotan, mártires cristãos e santos, como o são Martinho, foram estabelecidos. Manto, espada e cavalo eram seus símbolos (os mesmos símbolos de Wotan, Odin); os respeitadas bosques do deus da espada tornaram-se assim os lugares do são Martinho, o santo da guerra, que ainda hoje é adorado pelos peregrinos alemães (por exemplo, na capela de Schwertslocher). São Jorge e São Miguel também representam a renomeação de antigas divindades nórdicas, que por meio desse batismo, passaram ao domínio da Igreja Romana. A diabólica

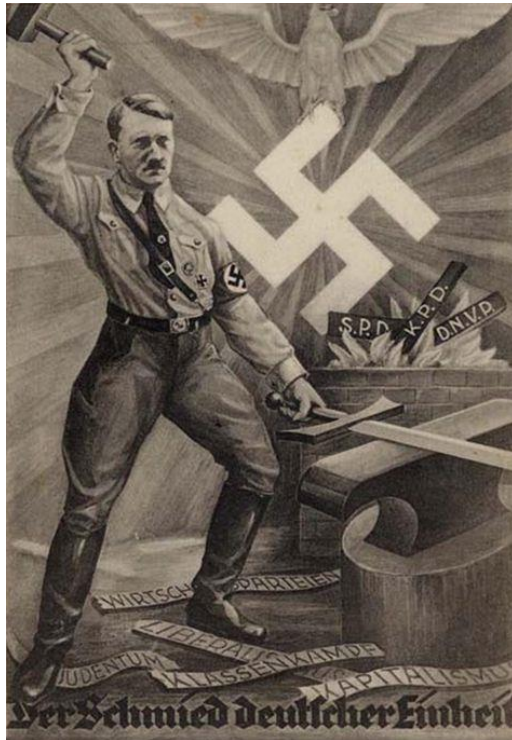
¹⁰¹ Sobre a apropriação da cultura alemã e estrangeira feita pelo NSDAP, ver Dennis (2014).

Vênus foi transformada em santa Pelágia; Donar, o trovão e o deus das nuvens, tornou-se São Pedro que guarda o céu; o caráter de caçador selvagem, próprio de Wotan, é transmitido ao santo Osvaldo e, em capiteis e esculturas, o redentor Widar é mostrado rasgando o Fenrir em pedaços (por exemplo, em Berchtesgaden). O mesmo Widar, que ao tentar salvar Odin engolido por Fenrir, mata o monstro. A comparação com Jesus é clara. Mesmo o piedoso Hrabanus Maurus, o mais culto mestre da igreja na Alemanha no final do século VIII, representa Deus como morando na fortaleza do céu, uma ideia que não se origina da Bíblia, mas da heroica antiga alma germânica¹⁰² (ROSENBERG, s.d., p. 141-142, tradução livre).

E o autor segue fazendo observações sobre a celebração da Noite de *Walpurgis* que acontecia na Antiga Germânia no dia primeiro de maio quando se festejava as bodas de Wotan com Freya. Assim, esses e outros mitos e símbolos da história da Alemanha foram mobilizados, sob uma nova roupagem, para justificar a superioridade racial, a bravura e a lealdade do povo alemão. E, elementos medievais em especial, sobretudo aqueles relacionados ao cavaleiro, em seus aspectos material e moral, encontraram no discurso nazista um amplo acolhimento e foram usados à exaustão, conforme mostram as figuras:

¹⁰² Cf. citação no original: Belief in Wotan was admittedly dying, but the sacred groves in which the god was worshipped remained the goal of Germanic pilgrims. All destruction of the Wotan symbols and the cursing of the old belief did not help. So in place of Wotan, Christian martyrs and saints such as holy Martin were set up. Cloak, sword and horse were his symbols (thus the same symbols as Wotan, Odin); the respected groves of the sword god became in this manner the places of holy Martin, the saint of war, who is still worshipped today by German pilgrims (for example, the Schwertslocher chapel). Saint George and saint Michael also represent the renaming of old Nordic deities who through this baptism arrived in the domain of the Roman church. The she devil Lady Venus has been transformed into saint Pelagia; Donar, the thunderer and the cloud god, became saint Peter guarding heaven; the Wotanlike character of the wild huntsman is imparted to saint Oswald, and on chapters and carvings the redeemer Widar is shown tearing the Fenris Wolf to pieces (for example, at Berchtesgaden). The same Widar, who in trying to save Odin swallowed by the Fenris Wolf, kills the monster. The comparison with Jesus is clear. Even the pious Hrabanus Maurus, the most learned church teacher in Germany at the end of the 8th century, represents god as dwelling in the fortress of heaven, an idea which originates not from the Bible, but from the heroic ancient Germanic soul.

Figura – 30: cartão-postal



Fonte: <https://www.alamy.de>

Figura – 31: cartaz de divulgação do *Reichsbauerntag*

Fonte: <https://neverwasmag.com>

Honra e lealdade, qualidades que concorrem para a vitória, são revestidas de sentidos que constituíram, ao longo da história, o imaginário sobre o cavaleiro medieval que se destaca por garantir a proteção da cidade e do povo que a habita. Tal como o cavaleiro medieval, não faltam qualidades a Hitler que

considera a lealdade e a justiça as duas maiores virtudes, e as observa com cuidado escrupuloso. A lealdade significa tanto para ele que a inscrição sobre sua porta em Berchtesgaden diz: “Minha honra se chama lealdade”. Hitler é o ápice da honra e da pureza alemãs; o ressuscitador da família e do lar alemães (LANGER, 2018, p. 48).

Assim, ao representar Hitler numa postura firme, olhando em direção ao horizonte, mão cerrada, portando insígnias numa indumentária militar e como sendo da mesma natureza que a *vitória*, o sujeito retoma sentidos de discursos produzidos sobre o cavaleiro medieval, mas também daqueles discursos nos quais o próprio Hitler é revestido de todos os elementos materiais que caracterizam o cavaleiro medieval, conforme podemos ver neste segundo recorte.

Figura – 32: O porta-estandarte do pintor Hubert Lanzinger



Fonte: <https://www.ushmm.org>

A pintura *O porta estandarte* (c. 1934-1936), feita por Hubert Lanzinger remonta ao período medieval e assinala uma relação com a Ordem dos Cavaleiros Teutônicos de Santa Maria de Jerusalém (em latim, *Ordo Domus Sanctæ Mariæ Theutonicorum*) – ou apenas Ordem Teutônica (*Deutscher Orden*) – que foi uma ordem militar cruzada ligada ao Papa Clemente III por votos religiosos. A missão dos cavaleiros da Ordem Teutônica era assistir os germânicos feridos nas cruzadas. Após as Cruzadas, a ordem continuou existindo e membros da nobreza alemã, como famílias ligadas ao Império Alemão e ao Reino da Prússia, participavam da ordem.

O corpo de Hitler é investido de sentidos em CH – 5, de maneira que a postura ativa sustentada por ele na fotografia produz sentidos que se articulam à imagem de Hitler como cavaleiro medieval da pintura de Lanzinger. Na postura ativa e determinada, ecoam sentidos desse outro discurso que o representa como um cavaleiro medieval que detém as qualidades que definem o cavaleiro: honra e tenacidade. Esses sentidos retornam no discurso do sujeito e trabalham na construção de uma imagem do *Führer*, ou seja, eles se repetem na discursividade própria à CH – 5, de maneira que “o sujeito, ao produzir seu discurso, o realiza sob o regime da repetibilidade” (INDURSKI, 2011, p. 70). A repetição/regularização desses sentidos na construção da imagem de Adolf Hitler

produzem a cristalização de sentidos e, conseqüentemente, de uma imagem que é acomodada no imaginário dos sujeitos-leitores. É o fato de “nossas palavras falarem com outras palavras” (ORLANDI, 2017, p. 179) que permite, mediante a intervenção do dispositivo teórico, observar que os sentidos pré-existem ao discurso do sujeito. O corpo (Figura 32) já investido de sentido ressoa no corpo (CH – 5) a ser significado, de modo que este último traz “em si as marcas da articulação da língua com a história para significar” (ORLANDI, 2001, p. 63). Nesse processo, no qual um discurso atualiza outro, já-dito e posto em circulação, a ideologia do mais forte, do grupo capaz de subjugar, da raça que tem todas as qualidades necessárias à dominação, se mostra, porque a vitória é a vitória de uma raça sobre outras e da expansão imperialista daquela que vence.

Nessa perspectiva, se Hitler encarna, em termos ontológicos, todas aquelas qualidades intrínsecas ao cavaleiro medieval, então é possível concluir que Hitler é a vitória, como aponta o enunciado em CH – 5, porque determinação e disposição ao sacrifício são qualidades que garantem a vitória do cavaleiro nas batalhas. O sentido de vitória, construído pelo enunciado verbal e não verbal, funcionam discursivamente produzindo efeitos de sentido que se encaminham tanto pela construção da crença numa missão salvífica, aos moldes de um messias enviado por Deus, como de uma peleja, uma luta violenta, em que, apenas aquele que detém as qualidades de um nobre e leal cavaleiro, é capaz de vencê-las.

3.3.2 – Memória e efeitos de sentido sobre a Juventude Hitlerista no Terceiro *Reich*

A próxima sequência de cartazes da propaganda política produzida pelo Ministério para o Esclarecimento Popular e Propaganda representa a juventude durante o Terceiro Reich, mas não qualquer jovem, pois a juventude que é representada nesses cartazes é aquela que ficou conhecida como Juventude Hitlerista (*Hitlerjugend*), organização fundada em 1926 pelo NSDAP sob a coordenação de Kurt Gurber. Naquele início do século XX, várias instituições possuíam uma ala jovem, como a Igreja Católica, o Partido Comunista, os sindicatos etc. Quando de sua fundação, a Juventude Hitlerista (doravante, JH) contava com apenas 6 mil jovens. Em 1929, ano em que foi considerada como grupo jovem oficial do partido nazista, esse número passou para 13 mil integrantes.

A ala feminina da JH (*Bund Deutscher Mädel*) foi fundada em 1930 e isso fez com que aquele número de 13 mil integrantes chegasse a 26 mil. No ano seguinte, Baldur von Schirach assume a liderança da JH e a organização chega a 63.700 membros. No

ano anterior à chegada de Hitler ao poder, ou seja, em 1932, a JH tinha expressivos 99.586 integrantes. Durante os anos de 1930, o regime nazista aboliu todas as organizações juvenis, de maneira que apenas a JH funcionava na Alemanha sob o domínio do nacional-socialismo. No Terceiro *Reich*, os jovens passaram a ser cada vez mais coagidos a participar da JH. Aqueles que resistiam eram alvos de ostracismo, *bullying* e violência física. Além disso, os pais poderiam pagar multas por não obrigarem os filhos a participar do grupo.

Apenas alemães considerados arianos puros poderiam participar da JH. A participação estava condicionada à apresentação de um documento oficial (*Ahnenpass*), assinado e selado, que comprovava a origem ariana. Crianças e jovens que portassem deficiências físicas podiam participar, mas eram colocados numa seção especial e portadores de deficiência visual e auditiva também poderiam participar desde que comprovassem, além da origem ariana, que a deficiência não era de caráter hereditário. De forma alguma os judeus podiam participar. Alguns jovens judeus ficavam arrasados por causa dessa prática excludente. Nem mesmo os meio judeus (*Mischling*), ou seja, aqueles que apenas a mãe ou apenas o pai era judeu poderiam participar da JH. Também ficava vetada a participação dos judeus convertidos ao cristianismo e daqueles que não praticavam o judaísmo.

Figura 33: Membro da JH em 1934



Fonte: encyclopedia.ushmm.org

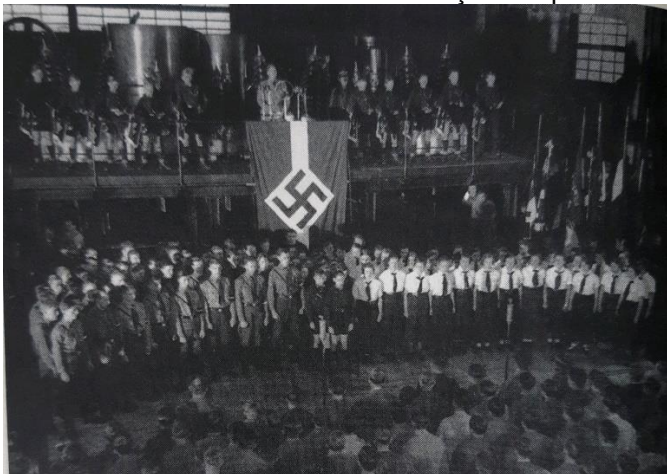
A estrutura e a oferta de atividades da JH seguiam o modelo do escotismo e, a princípio, a organização possibilitava aos jovens a participação em atividades que

fomentavam o companheirismo e a amizade. No caso dos meninos, havia oferta de atividade física, participação em acampamentos, disputas entre grupos, marchas militares etc. E, no das meninas, além da amizade, companheirismo e disciplina, havia uma formação voltada ao lar, à família e à maternidade. Em ambos, o princípio de liderança e a assimilação da ideologia nazista eram objetivos considerados essenciais para a construção do *Reich*. A liderança não era exercida por adultos, mas por outro jovem – ou até mesmo uma criança –, porque Hitler acreditava que ninguém melhor que um jovem para liderar e convencer outros jovens. Bartoletti (2006, p. 31) assim comenta sobre a organização da JH:

Os nazistas sabiam do que as crianças gostavam – uniformes, bandeiras, bandas de música, distintivos, armas e histórias de heróis – e ofereciam tudo isso em quantidade. Organizaram a JH como se fosse um exército completo, até com regimentos. Um menino podia começar como *Pimpf* (menino) para liderar um esquadrão, pelotão, companhia, batalhão e até um regimento. A menina podia começar como *Mädel* (menina) até se tornar uma líder da ala feminina da JH.

Para meninos e meninas que, em suas famílias, não passavam de crianças ou adolescentes que não eram ouvidos ou levados a sério pelos pais, entrar para a JH significava a possibilidade de ter suas habilidades valorizadas e uma perspectiva de futuro num país assolado pelo desemprego e a miséria. Com o passar do tempo, aquilo que era apenas um exercício para se manter saudável e com bom condicionamento físico, passou a treinamentos militares extenuantes onde os fracos sofriam todo tipo de humilhação. Os meninos da JH não faziam ideia, mas o partido nazista estava preparando-os para a guerra que começaria em 1939 com a invasão da Polônia.

Figura: 34 – Membro da JH assina a declaração de que é ariano puro



Fonte: Bartoletti (2006)

Os desfiles e encontros da JH eram um verdadeiro espetáculo, porque contavam com a participação de milhares de jovens que marchavam, em termos estéticos, com total precisão e faziam movimentos simultâneos com seus estandartes e bandeiras do

partido nazista. A saudação (*Heil Hitler*) era obrigatória e aquele que não fizesse poderia ser penalizado com prisão ou colocado sob suspeita. Os pais se orgulhavam quando viam os filhos passarem durante um desfile e os filhos se sentiam valorizados diante dos pais que os observavam e aplaudiam entusiasticamente. Mas nem todos os pais concordavam com a entrada dos filhos na JH. Apesar da discordância, muitos jovens participavam na surdina ou declaravam guerra aos pais e iam mesmo contra a vontade deles.

Professores, pais e colegas instigavam os jovens à participação na JH e aqueles que não ingressavam tinham sérias dificuldades para concluir a formação escolar e encontrar emprego. A propaganda mostrava um lado muito idílico da JH e inculcava nos jovens a importância de salvar a nação alemã por meio do sacrifício e da lealdade à Pátria. Na entrada dos acampamentos, encontrava-se uma frase que resumia bem aquilo que se esperava de um jovem alemão naquela época: *Nascemos para morrer pela Pátria*. Esse propósito acabou se tornando uma bandeira a ser defendida e perseguida por milhares de jovens que, todos os dias, eram expostos, seja na escola, família ou na JH, à ideologia nazista.

Figura 35 – professoras e alunas fazem a saudação nazista



Fonte: Bartoletti (2006)

A estrutura da JH em 1931 incluía: 1) Jovens Alemães (*Jungvolk*) voltada para meninos de 10 a 14 anos; 2) Liga das Moças Jovens (*Jungmädelbund*) para meninas de 10 a 14 anos; 3) A Liga das Moças Alemãs (*Bund Deutscher Mädel*) que acolhia jovens de 14 a 18 anos) e a Juventude Hitlerista (*Hitlerjugend*) que recebia rapazes de 14 a 18 anos. A formação do Exército alemão (*Wehrmacht*) se deu a partir da distribuição dos jovens da JH em áreas especializadas que eram administradas pelo Exército e pela Força Aérea (*Luftwaffe*). Ao completar 14 anos, os rapazes deixavam a seção dos Jovens Alemães e, em seguida, ingressavam na JH que os direcionava para

alguma dessas áreas especializadas (Força Aérea e Marinha). E, desse modo, Hitler formava o Exército alemão.

Em revistas como *Die Fanfare*, bem como em outras revistas ilustradas que eram publicadas pela Juventude Hitlerista, como *Die HJ*, *Der Pimpf*, *Das deutsche Mädel* e *Jung Welt*, um número expressivo de cartazes foi publicado a fim de recrutar jovens para as diferentes organizações do movimento. Os cartazes eram divididos em seções específicas, de maneira que havia aqueles endereçados aos meninos e aqueles voltados às meninas. O primeiro cartaz da série sobre a JH foi produzido por Ludwig Hohlwein, arquiteto que trabalhou no ramo até 1911 em Munique, mas deixou a profissão para trabalhar como *designer* de cartazes. Ele começa a exercer essa tarefa quando se muda para Berlim. Nacionalista convicto, Hohlwein se torna membro do partido nazista e passa a trabalhar com Goebbels. O cartaz foi produzido em 1934 e circulou numa Alemanha que passava por um processo de nazificação. Esse processo se intensifica após a morte do presidente Hindenburg e a ascensão de Hitler, mediante várias manobras políticas, à posição de *Führer*. Nesse mesmo ano, houve o expurgo sangrento dos comandantes da S.A., entre eles, Ernest Röhm, que era chefe do Estado Maior da S.A. O expurgo foi realizado por Hitler, Hermann Göring e Heinrich Himmler acompanhados da polícia pessoal de Göring (*Landespolizeigruppe*) e das S.S. O controle da imprensa, do rádio e do cinema, iniciado em 1933, se intensifica em 1934 e a circulação de vários jornais começa a decair à medida que eram entregues ou passavam a depender dos nazistas.



Fonte: Wunderlich (2021)

No Terceiro Reich, dada a retomada de uma visão de mundo anterior à República de Weimar, mais alinhada à tradição dos impérios precedentes, a mulher não tinha participação na política – como teve durante a República – e seu papel social ficou restrito ao lar, à procriação e à educação dos filhos. Para Lower (2014, p. 35),

o conformismo político era exigido das mulheres, e até das meninas. A doutrinação formal começava na idade de 10 anos. Em 1936, a adesão à ala de meninas da Juventude Hitlerista, a Liga das Meninas Alemãs (Bund deutscher

No movimento jovem do partido nazista, as meninas recebiam uma educação que as treinava para a batalha no *front* doméstico que implicava, sobretudo, contribuir com a construção do *Reich* mediante a concepção de arianos puros e saudáveis. A vida da mulher alemã, de um modo geral, se restringia à cozinha, filhos e igreja, embora pudesse, via JH, fazer carreira no partido nazista. O fato de poder exercer outros papéis¹⁰³ não significava que deixaria de exercer aqueles que eram os papéis primordiais a serem exercidos por todas as mulheres do *Reich*: a procriação e os cuidados maternos e domésticos. E, mesmo que, porventura, viesse a ocupar outros espaços, estaria sempre numa condição subalterna aos homens que dirigiam o regime. A luta por igualdade entre homens e mulheres que vinha se desenvolvendo no interior da República de Weimar e que garantira, por exemplo, que mulheres ocupassem lugares no *Reichstag*, fora não apenas desestimulada pelo *Führer*, como proibida por meio de uma política de extinção das organizações feministas. Lower (2014, p. 36) nos informa que “quando os nazistas mandaram abolir o voto feminino, em 1933, as alemãs não fizeram nenhuma greve de fome. O inimigo delas não era o ‘macho opressor’; para muitas, ficou sendo ‘o judeu’, ‘o bolchevique’ e ‘a feminista’”. Nessas condições de produção, emerge o discurso produzido em CJH – 1.

Em CJH – 1, uma jovem ariana segura uma bandeira nazista e, ao que parece, outras bandeiras atrás de si tremulam ao vento. Atrás dessa imagem, um fundo branco. As cores da bandeira e a suástica acenam para aqueles sentidos que já identificamos quando da análise dos cartazes que representam Hitler: o passado mítico, militar e imperial da Alemanha anterior à República de Weimar. Assim, sentidos que remontam a uma época em que o papel social das mulheres era considerado inferior, em relação

¹⁰³ É importante entender que o papel da mulher na Alemanha dos séculos XIX e XX é bastante variável, cheio de nuances e peculiaridades. Não obstante, há algo que se mantém e que é da ordem da tradição, do patriarcado, e que vai de papéis quase inexpressivos durante o império, passando por lutas e reivindicações, bem como por conquista de direitos e maior presença no cenário cultural, político e econômico durante a República de Weimar e chegando a um retrocesso na participação política, cultural, educacional e econômica durante a era nazista. Apenas para citar como exemplo, durante o período imperial (século XIX), as mulheres recebiam formação profissional e trabalhavam nas fábricas enquanto não casavam. Embora não fosse de bom tom que uma mulher continuasse trabalhando após o casamento, muitas mantinham, em segredo, atividades remuneradas. Durante o século XIX, muito se discutiu sobre o acesso à educação, pois acreditava-se que isso ia de encontro à natureza feminina que deveria ser talhada para assumir a família e a educação dos filhos. Sem acesso à educação, as mulheres tinham mais dificuldade em conseguir trabalhos qualificados que acabavam sendo assumidos pelos homens. Na República de Weimar (século XX), as mulheres, à luz da experiência que tiveram durante a Primeira Guerra Mundial, saíram em defesa dos seus direitos e maior participação popular. Conquistaram o direito ao voto, ocuparam cargos públicos, garantiram o acesso à educação, assumiram cadeiras no *Reichstag* etc. Contudo, recebiam proventos abaixo daqueles recebidos pelos homens, continuavam dependentes dos pais e maridos e os papéis sociais que passaram a exercer ainda não tinham a importância daqueles exercidos pelos homens. Ver: (FREVERT, 1989).

ao dos homens, se insinuam em CJH – 1 posto que o espelho do Terceiro *Reich* é esse universo mitológico e militaresco correspondente ao passado alemão. E, nessa direção, sentidos sobre ser mulher, mãe e esposa são mobilizados no interior do funcionamento discursivo do cartaz que, como em toda produção propagandística do *Reich*, tem sua origem naquela FD própria do aparelho ideológico de Estado que é o Ministério para o Esclarecimento Popular e a Propaganda.

Os sentidos da suástica deslizam e, mais que aqueles sentidos ligados à vitória, ao militarismo e ao poder, sobressaem outros, agora relacionados ao papel tradicional da mulher na sociedade alemã que é a procriação. Conforme nos ensina Pêcheux ([1983] 2002, p. 53): “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”. Esse sentido da suástica, mais ligado à sexualidade, sustenta aqueles sentidos sobre o papel mais importante da mulher no Terceiro *Reich*, e que se constroem mediante a difusão de uma propaganda que se destinava a trazer de volta as mulheres aos domínios privados de *Kinder, Küche, Kirche* – criança, cozinha, igreja. (LOWER, 2014, p. 42).

Nessas condições de produção, prepondera a suástica como símbolo, cujos sentidos, mais ligados ao universo das emoções e do sexual, remetem àquelas construções discursivas que representam o judeu como predador sexual das mocinhas alemãs¹⁰⁴ e a mulher como uma máquina de produzir arianos puros. Essa concepção de suástica como símbolo sexual é apresentada por Reich (2001, p. 94, grifos do autor) nos seguintes termos:

A suástica encontra-se com frequência associada a um losango, sendo a primeira um símbolo do princípio masculino, e o último, um símbolo do princípio feminino. Percy Gardner encontrou-a na Grécia, onde a designaram por *Hemera* e era o símbolo do Sol, representando, novamente, o princípio masculino. Löwenthal descreve uma suástica do século XIV, que ele encontrou na toalha do altar da igreja Maria zur Wiesa, em Soest; aí ela se encontra combinada com uma vulva e uma cruz de travessa dupla. Neste caso, a suástica é o símbolo do céu anunciando trovoadas, e o losango é o símbolo da terra fértil. [...] Lichtenberg encontrou suásticas com uma cabeça no lugar dos três pontos. *A suástica é, portanto, originariamente um símbolo sexual*. No decorrer dos tempos, assumiu vários significados, entre os quais, mais tarde, o de uma roda de moinho, símbolo do trabalho. Do ponto de vista emocional, trabalho e sexualidade eram, originariamente, a mesma coisa. Isso explica a inscrição na suástica descoberta por Bilmans e Pengerots na mitra de São Tomás Becket, a qual remonta à época indo-germânica: “Salve, terra, mãe dos homens, cresce no abraço de Deus, cumulada de frutos em benefício dos homens”. Neste caso, a fertilidade é sexualmente representada como o ato sexual da Mãe Terra com Deus Pai. De acordo com Zelenin, os antigos lexicógrafos indianos chamam de suástica tanto a ereção como a volúpia, isto é, uma cruz com hastes recurvadas como o símbolo do instinto sexual.

¹⁰⁴ Na propaganda antisemita que circulava no Terceiro *Reich*, sobretudo no jornal *Der Stürmer*, era comum representar o judeu como um violador das moças alemãs.

O elemento sexual¹⁰⁵ representado pela suástica disponibiliza sentidos que passam pela crescente propaganda antissemita que apresenta o judeu como um violador de moças alemãs, de maneira que é importante que as alemãs evitem o judeu sempre que possível para não serem vítimas dos seus desejos desregrados e instintos perversos, mas, sobretudo, não cometam o desatino de misturar o sangue entre as raças. A suástica, como símbolo sexual, produz, sobre a vida afetiva das mulheres, um efeito que contribui para a sujeição da mulher à ideologia nazista que a significa em muitos dos seus discursos como uma mera reprodutora, cuja missão é repovoar a Alemanha por meio da gestação de arianos racialmente puros e biologicamente saudáveis. Essa missão, da qual a mulher alemã foi incumbida, se encontra prevista no discurso proferido por Goebbels (s.d., p. 2) em 18 de março de 1933:

Recorte 1

SD1: O primeiro, melhor e mais adequado lugar para a mulher é na família, e seu dever mais glorioso é dar filhos ao seu povo e nação, filhos que possam continuar a linha das gerações e que garantam a imortalidade da nação. A mulher é a mestra da juventude e, portanto, a construtora da fundação do futuro. Se a família é a fonte de força da nação, a mulher é seu núcleo e centro. O melhor lugar para a mulher servir ao povo é no casamento, na família, na maternidade. Esta é a sua maior missão. Isso não significa que as mulheres que estão empregadas ou que não têm filhos não tenham nenhum papel na maternidade do povo alemão. Elas usam sua força, suas habilidades, seu senso de responsabilidade pela nação de outras maneiras. Estamos convencidos, no entanto, que a primeira tarefa de uma nação socialmente reformada deve ser dar novamente à mulher a possibilidade de cumprir sua verdadeira tarefa, sua missão na família e como mãe¹⁰⁶.

¹⁰⁵ A simbologia sexual também aparece na bandeira da organização *Deutscher Frauenarbeitsdienst* e no crachá da *Deutsches Frauenwerk*, ambas ocupadas com o trabalho das mulheres na Alemanha nazista. No caso da bandeira, (ver anexo L), dentro de um círculo se encontram hastes de trigo (símbolo do trabalho) cuja disposição ganha a forma de uma vagina (ou um útero) e, em seu interior – como que penetrado por – se encontra a suástica em sua forma fálica. No crachá (ver anexo M), temos um triângulo invertido, que remete ao órgão sexual feminino, “penetrado” por uma suástica e uma cruz, popularmente chamada de pé de galinha, que também carregam a memória do pênis masculino. Ademais, a suástica do crachá se assemelha à roda de um moinho, um dos significados elencados por Reich e que tem a ver com o trabalho.

¹⁰⁶ Cf. citação no original: The first, best, and most suitable place for the woman is in the family, and her most glorious duty is to give children to her people and nation, children who can continue the line of generations and who guarantee the immortality of the nation. The woman is the teacher of the youth, and therefore the builder of the foundation of the future. If the family is the nation's source of strength, the woman is its core and center. The best place for the woman to serve people is in her marriage, in the family, in motherhood. This is her highest mission. That does not mean that those women who are employed or

O modo de representar o corpo da jovem em CJH – 1 é atravessado por sentidos que se constituem na SD1. No destaque dado aos traços germânicos que se manifestam na sua fisionomia e nos cabelos loiros, é possível entrever o discurso sobre a pureza e superioridade raciais que devem ser garantidas mediante a política de eugenia que se desenvolve no Terceiro *Reich*, mas também pelo cumprimento do dever que cabe às mulheres: casar-se com homens arianos e dar filhos à Pátria. No Terceiro *Reich*, há uma interdição política que se direciona duplamente ao desejo e ao corpo das mulheres, uma vez que elas não podem desejar homens pertencentes a uma outra etnia, como os judeus, nem dispor do seu corpo a seu bel-prazer, pois existe um controle estrito sobre o corpo feminino para que esse corpo atenda à expectativa do regime que é a geração de arianos puros, conforme enunciado na SD1. Por essa razão, esse corpo discursivizado em CJH – 1, traz os traços desse discurso inscrito na representação da jovem que é o objeto da propaganda. O discurso de Goebbels faz retornar um discurso (ou discursos) sobre a mulher que se encontram ancorados na concepção tradicional e patriarcalista do papel da mulher na sociedade. Ao retomar elementos dos discurso de Goebbels, o sujeito também se filia a essa outra rede de memória, de maneira que sentidos sobre o papel da mulher, concebidos no interior da sociedade patriarcal, também jogam na construção do discurso do sujeito em CJH – 1. Considerando esse processo, é possível dizer com Pêcheux (2002, p. 54) que “é porque há essa ligação que as filiações históricas podem se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes”. Desse modo, as alterações produzidas nas relações sociais no que diz respeito ao papel da mulher na sociedade alemã, passam a ser representadas nos discursos e ressignificadas pela propaganda, conforme podemos verificar nas palavras de Goebbels.

Aquilo que se pode depreender da fala (SD1) do ministro da propaganda é a existência de uma espécie de economia sexual que visa o corpo da mulher – agora inserido numa *nação socialmente reformada* –, cujo discurso funda uma ruptura com um modo de ser mulher anterior a 1933. Esse discurso almeja preservar alguns avanços feitos durante a República de Weimar – como a presença da mulher no mercado de trabalho – mas, simultaneamente, retomam elementos do *status quo* da era imperialista que reservava às mulheres o papel estrito de mãe e doméstica.

Hitler (s.d., p. 266), em discurso endereçado às mulheres alemães, realizado em

who have no children have no role in the motherhood of the German people. They use their strenght, their abilities, their sense of responsibility for the nation, in other ways. We are convinced, however, that the first task of a socially reformed nation must be to again give the woman the possibility to fulfill her real task, her mission in the family and as a mother.

Nuremberg (1937), reitera aquele papel sublinhado por Goebbels acerca das tarefas específicas da mulher na sociedade alemã:

Recorte 2

SD1: Hoje batalhões de mulheres estavam se formando em países marxistas, e a isso só se podia responder: “Isso nunca vai acontecer aqui! Há coisas que um homem faz, e só ele é responsável por elas. Eu teria vergonha de ser um homem alemão se alguma vez, em caso de guerra, uma única mulher fosse obrigada a ir para o *front*”. A mulher tinha seu próprio campo de batalha. Com cada filho que ela deu à luz para a nação, ela estava travando sua batalha pela nação. O homem defende o *Volk* assim como a mulher defende a família. Os direitos iguais de uma mulher residem no fato de que ela é tratada com a alta consideração que merece nas áreas da vida que lhe são atribuídas pela natureza. As mulheres ainda respeitavam homens corajosos, ousados e determinados, e os homens sempre admiraram e se sentiram atraídos por mulheres femininas. Esses eram os dois opostos que se atraíam na vida. E se a sorte quisesse que essas duas pessoas se encontrassem, então a questão da igualdade de direitos tornava-se supérflua, pois já havia sido respondida pela natureza: não era mais direitos iguais, mas uma única unidade! Homem e mulher representavam duas naturezas intrinsecamente separadas. Nos homens, a razão era dominante. Mas mais sólido do que isso foi a emoção evidenciada nas mulheres¹⁰⁷.

Nesse excerto do discurso de Adolf Hitler, os papéis sociais de homens e mulheres são definidos sob o viés da determinação natural que incumbe homens da defesa do povo e da Pátria e mulheres das tarefas relacionadas à maternidade. A desigualdade social, política e econômica, é apagada em favor da unidade natural que advém do encontro de uma natureza racional e uma natureza emotiva. A aparente

¹⁰⁷ Cf. citação no original: Today women’s battalions were being formed in Marxist countries, and to that one could only reply, “That will never happen here! There are things a man does, and he alone is responsible for them. I would be ashamed to be a German man if ever, in the event of war, but a single woman were made to go to the front.” The woman had her own battlefield. With every child to which she gave birth for the nation, she was waging her battle for the nation. The man stands up for the Volk just as woman stands up for the family. A woman’s equal rights lie in the fact that she is treated with the high regard she deserves in those areas of life assigned to her by nature. Women still respected brave, daring and determined men, and men had always admired and been attracted to feminine women. These were the two opposites which attracted each other in life. And if good fortune would have it that these two people find each other, then the question of equal rights became superfluous, for it had already been answered by nature: it was no longer equal rights, but a single unity! Man and woman represented two intrinsically separate natures. In men, reason was dominant. But more stable equal rights became superfluous, for it had already been answered by nature: it was no longer equal rights, but a single unity! Man and woman represented two intrinsically separate natures. In men, reason was dominant. But more stable than this was the emotion evidenced in women.

dualidade entre os sexos é resolvida segundo uma concepção de homem e mulher naturalmente predispostos a se encaixar, de modo a formar uma unidade sem contradições e conflitos. Aquilo que é próprio do político e do social em qualquer formação humana, como o conflito, a luta e a contradição, é dissolvido no discurso sobre a vocação natural dos papéis desde sempre distribuídos entre homens e mulheres. As relações interdiscursivas entre SD2 e CJH – 1 se estabelecem tanto no nível da imagem quanto no nível do enunciado verbal, pois ao enunciar *Bund Deutscher Mädel* na *Hitler Jugend*, o sujeito aponta para esse papel inferior e submisso que a organização feminina, cuja finalidade é formar boas mães e esposas, assume em relação à organização masculina que precede e supera a feminina porque o objetivo da JH é o *front* de guerra, lugar interdito às mulheres dada a sua condição emotiva, de acordo com o discurso de Hitler, e reservada aos homens que são mais lógicos e racionais. Esses papéis, estritamente delimitados no Terceiro *Reich*, e definidos no discurso de Hitler atravessam o discurso do sujeito naqueles elementos colocados no corpo da jovem (CJH – 1) que dizem desse projeto que estabelece, para as jovens alemãs, uma formação para a maternidade. Assim, elementos do discurso-transverso, ou seja, do “discurso-outro enquanto presença virtual na materialidade descritível da sequência, marca, do interior desta materialidade, a insistência do outro como lei do espaço social e da memória histórica” (PÊCHEUX, 2002, p. 55).

Esse discurso, que entende o papel da mulher na sociedade como reprodutora e dedicada à maternidade, circula em cartazes e fotografias que são afixados nos murais ou publicados em revistas e jornais, respectivamente. Isso pode ser verificado nas figuras 36 e 37. Nessas figuras, as mães, em seus aspectos emocionais, aparecem alegres e satisfeitas por estarem cumprindo seu papel de produtora dos novos arianos que construirão o império.

Recorte 3

Figura 36: Capa da revista *Frauen Warte*

Fonte: www.stadt-salzburg.at

Figura 37: fotografia para a revista *SS-Leitheft*

Fonte: www.deutsche-digitale-bibliothek.de

Na enunciação que se desenvolve em CH – 1, acomodam-se sentidos sobre o que é ser mulher e qual o seu papel na sociedade concebida pelo regime nazista. Ao representar a mulher alemã como alguém que preza pela beleza física, cultiva uma estética do corpo e carrega as características que dizem de um ariana legítima, o sujeito se apóia em formulações já feitas sobre a concepção de mulher construída no discurso do NSDAP. Nessa perspectiva, sentidos sobre o papel da mulher como procriadora e mantenedora da raça ariana, produzidos nas figuras 36 e 37 desse recorte, atravessam o processo discursivo que se desenvolve em CJH – 1. Esse é um processo que vai ao encontro do que afirma Indursky (2013, p. 43, grifos da autora) ao comentar a noção de enunciado discursivo |E| no pensamento de Jean-Jacques Courtine:

Ao |E|, Courtine contrapõe a enunciação |e| que remete ao eixo horizontal, intradiscursivo. A enunciação consiste em uma *sequência linguística uma das possíveis reformulações de |E|*, a qual marca a presença de |E| no intradiscurso de uma sequência, ou seja, ela representa a presença material, no intradiscurso, de um elemento de saber oriundo de uma FD. Dito de outra forma: *o interdiscurso é o lugar da formulação, da sequencialização dos elementos de saber oriundos de uma FD. É no intradiscurso que o desnivelamento interdiscursivo |E| é linearizado e colocado em uma superfície única de |e| articulada. É, pois, na articulação de |E| com |e| que o discurso se constitui.*

É no intradiscurso, ou seja, no enunciado imagético e verbal formulados em CJH - 1 que entra de viés o discurso-outro enquanto elemento de saber de uma ou mais FDs

que tangenciam a FD na qual o sujeito se inscreve. Desse modo, na representação de uma jovem com traços de uma ariana pura, é possível identificar a presença daqueles discursos que, no espaço do Terceiro *Reich* – e até mesmo em outros lugares – superestimam uma raça em detrimento de outras. Na sequencialização dos elementos de saber que constituem a FD dominante, atravessam discursos sobre o papel e o lugar social das mulheres no Terceiro *Reich*, os costumes e os cuidados para com o corpo que as meninas devem incorporar para que possam ser boas esposas e mães no futuro. Na jovem esguia do cartaz (CJH – 1), é possível identificar o discurso sobre a importância da atividade física – prioritária para as moças da BDM – tendo em vista a saúde e a procriação de arianos também saudáveis. E, nesse discurso, se encontra materializada a ideologia que concebe esses corpos apenas como um corpo-objeto banalizado, cuja aparência e condição de saúde importa mais do que todos os outros aspectos que definem essas jovens enquanto seres humanos capazes de potencializar suas múltiplas habilidades e modos de ser no mundo.

A representação da mulher em CJH – 1 corresponde ao ideal de mulher ariana adequada ao *Reich de mil anos*. A jovem, colocada em primeiro plano no cartaz, apresenta as seguintes características, segundo Wunderlich (2021, p. 64): “Neste projeto, Hohlwein novamente chama nossa atenção para o ideal feminino alemão, “ariana”: loira, jovem, atlética, ideologicamente firme, seu braço levantado em uma saudação amigável¹⁰⁸”. Essa representação que remete a um ideal de beleza produz, como efeito de sentido, a ideia de pureza racial decorrente da gestação de arianos puros. Assim como é natural o fato de homens e mulheres se conjugarem numa unidade sem contradições, deve ser também natural a beleza feminina. Desse modo, ela não deve ser o resultado de produtos químicos que interferem naquilo que deve ser obtido apenas por meio de atividade física e atenção à alimentação. Sobre isso, Lower (2014, p. 37) comenta: “a ideologia do *Volk* tinha sua própria estética feminina. Segundo essa ideologia, a beleza era produto de uma dieta saudável e atletismo e não de cosméticos”. A concepção de corpo e beleza, como resultado de um processo natural que, por sua vez, não requer a intervenção de químicos, tem a ver com a ideia de “que as moças alemãs deveriam encarnar uma marca feminina de robustez e força” (LOWER, 2014, p. 41). Depreende-se que, para os nazistas, as mulheres eram importantes enquanto máquinas de produzir alemães saudáveis e racialmente puros, bem como prestadora de serviços na indústria, liberando, assim, o marido para combater na guerra, ou na

¹⁰⁸ Cf. citação no original: Hohlwein setzt mit diesem Entwurf das Bild das deutschen ‘arischen’ Frauenideals in Szene: blond, sportlich, ideologische gefestigt, den Arm zum Gruß gereckt.

condição de enfermeira nos hospitais de guerra, datilógrafa e secretária em escritórios ligados diretamente ao aparato da segunda grande guerra. Esse treinamento começava aos 10 anos de idade nas diversas atividades oferecidas pela Juventude Hitlerista que, por meio das aulas, leituras e exercícios físicos, transmitia uma ideologia que prezava por uma estética feminina que excluía meninas muito magras e obesas, bem como intervenções externas, a saber: batom, maquiagem, tintura, depilação etc. É esse modelo ou ideal que passa a circular discursivamente entre os alemães do Terceiro *Reich*, conforme mostram as figuras 38 e 39:

Figura 38: Jovens da BDM fazendo exercício físico em 1941



Fonte: www.deutsche-digitale-bibliothek.de

Figura 39: Estátuas nas ruas de Berlim por ocasião dos Jogos Olímpicos



Fonte: www.deutsche-digitale-bibliothek.de

Mas esse discurso que faz circular sentidos sobre um ideal de beleza, saúde e raça polemiza e, ao mesmo tempo, silencia outros que ainda são lembrados numa Alemanha que vem fazendo uma transição recente de um regime onde havia muita

liberdade e valorização do papel político e social da mulher (República de Weimar) para uma Alemanha que agora, em novo arranjo político, reprime toda forma de dissidência de um modelo ideologicamente traçado para as mulheres que, nesse regime autoritário, se encontram submetidas a todo tipo de punição (multas, ostracismo social, prisão) caso se afastem do padrão estabelecido. Nessa normatização do papel social e do corpo da mulher, não há lugar para a exploração da sensualidade ou do desejo sexual, posto que seu papel se restringe à procriação e à conservação da família tradicional. Assim sendo, não há por que ser atraente e viver em busca de parceiros sexuais, pois isso representa uma ameaça à política familiar que se quer ver realizada e à pureza racial enquanto projeto de uma Alemanha vigorosa e dominadora. O nacional-socialismo intenciona dessexualizar a mulher para torná-la dócil e facilmente manipulável no interior de uma política que abomina a liberação sexual das mulheres e sua luta política por direitos iguais. É por essa razão que Reich (2001, p. 77, grifos do autor) vai afirmar que

a concepção da “alma” e da sua “pureza” é o credo da assexualidade, da “pureza sexual”. Basicamente, é um sintoma do recalçamento sexual e do medo da sexualidade, determinado pela sociedade de tipo autoritário e patriarcal.

A perda do medo da sexualidade fez das mulheres, durante a República, agentes políticos e lhes deu visibilidade social porque cada vez mais saíam da sombra da dominação masculina e se posicionavam como sujeito portador de um desejo que lhe era peculiar e de escolhas que ameaçavam colapsar o edifício da sociedade patriarcal. Desse modo, faz-se necessário adestrar esse desejo por meio do agenciamento de diferentes dispositivos, dentre eles, o político e o discursivo. Nas figuras 40, 41, 42 e 43, vemos representada essa libertação sexual e política da mulher durante a República, de maneira que esse processo se dá num movimento único, pois falar de libertação sexual é falar, a um só tempo, de libertação política e passagem para o exercício da/na política.



Fonte: www.deutsche-digitale-bibliothek.de

Figura 41: Cartaz social-democrata de 1919



Fonte: www.dhm.de

Figura 42: Cartaz do filme O Anjo Azul



Fonte: <https://literaturreich.de>

Figura 43: feministas em frente ao Parlamento em 1919



Fonte: www.spiegel.de

As figuras 41 e 43 dão uma ideia da participação política das mulheres que inscrevem seus discursos em formações discursivas que antes lhes era impossível inscrever ou, quando o faziam, tinham que se submeter à determinadas restrições que impossibilitavam o exercício de uma expressão política plena. Nas figuras 40 e 42, temos a participação das mulheres na publicidade e no cartaz de cinema. Essa participação é marcada pela experiência do corpo, da sensualidade e do desejo. À época, exhibir o corpo, decidir sobre ele, cuidar do corpo a fim de se tornar atraente era, em si, não apenas um exercício de liberdade, mas igualmente político porque negava um regime de controle da sexualidade e do corpo instaurado nos regimes anteriores ao Terceiro Reich e punha em circulação outros sentidos sobre as mulheres em sua relação

com a sexualidade, de maneira a fundar uma outra ordem social e outra economia sexual.

O nacional-socialismo põe termo a esse movimento libertário e instaura outros sentidos a partir de discursos, como aquele produzido em CJH – 1. Nessa nova configuração política da Alemanha nazista, as mulheres são impedidas de inscrever seu discurso em toda e qualquer FD e, alienadas do seu próprio desejo, são obrigadas a silenciar e obedecer sem direito à voz e vez. Esse apagamento do papel das mulheres, da sua voz e do seu desejo, constitui o discurso produzido em CJH – 1, uma vez que a mulher que é construída nesse cartaz aparece destituída de vontade, liberdade e autonomia. Cabe a ela apenas o silêncio, a vontade resignada aos ditames da ideologia nazista e a obediência servil que a faz tão somente uma máquina que funciona em um único modo, considerado sublime e desejável pelo *Führer*, que é aquele de dar filhos à nova Alemanha. Esse modo reducionista de funcionamento que é imposto à mulher do regime nazista, nos faz pensar com Reich (2001, p. 80) que “o patriarcado não só se baseia na economia autoritária, como também a sua organização no plano da economia sexual é um desastre”. Essa reflexão do psicanalista Wilhelm Reich nos oferece uma chave que permite interpretar o próximo cartaz.

Produzido por Spindel e publicado em abril de 1937, CJH – 2 traz a fotografia de uma adolescente em primeiro plano e um céu azul como fundo. Um enunciado (*Auch du gehörst dem Führer*) em letras góticas emoldura a cena. Nesse ano, Hitler tirou a assinatura da Alemanha do Tratado de Versalhes e o NSDAP deu início ao treinamento paramilitar da Juventude Hitlerista. O treinamento era uma visível preparação para a guerra, embora Hitler afirmasse, antes de 1937, que o amor dos nazistas pela paz era imenso e inabalável (BARTOLETTI, 2006, p. 64). Ao completar 14 anos, os adolescentes eram encaminhados para alguma área especializada do Exército, Força Aérea ou Marinha. Nessas instituições, recebiam treinamento militar que os preparava para o conflito armado. No mesmo ano, a JH passa a contar com 5.879.955 integrantes.

Ainda em 1937, a propaganda adotou um tom de hostilidade contra Franklin Roosevelt e os Estados Unidos (HERF, 2014, p. 92), após Hitler dirigir-se, em janeiro, ao *Reichstag* e anunciar a retirada da assinatura alemã do Tratado de Versalhes. Essa foi uma medida que apenas formalizava aquilo que Hitler e os nazistas já vinham fazendo *ex officio* com a remilitarização da Alemanha e a ocupação da Renânia. Não obstante, Hitler se apresentava como um homem da paz e, ao responder os questionamentos de Roosevelt acerca das verdadeiras intenções do ditador em relação à Europa, “Hitler negava que estivesse tentando começar uma guerra, tal como faziam

a Grã-Bretanha, a França e os Estados Unidos em sua política externa” (HERF, 2014, p. 92). Apesar desse discurso que negava a guerra e justificava a remilitarização da Alemanha com o argumento de que o Estado alemão precisava se defender dos seus inimigos,

o ano, para a Alemanha, foi de consolidação e ulterior preparação, tendo em vista os objetivos que em novembro o *Führer* exporia, finalmente, para um pequeno grupo de seus oficiais superiores. O ano fora dedicado a forjar armas, treinar tropas, experimentar a nova força aérea na Espanha, aperfeiçoar a gasolina e a borracha artificiais, consolidar o Eixo Roma-Berlim e ficar atento aos futuros pontos fracos de Paris, Londres e Viena (SHIRER, 2017, p. 403).

A carreira armamentista do ditador alemão visava a anexação (Áustria) e ocupação (Tchecoslováquia) de territórios que, no futuro, serviriam como espaço vital (*Lebensraum*) para acomodar os alemães puros que resultariam das ações de higienização racial e eugenia, políticas que visavam tanto o aperfeiçoamento da raça como a expansão do império.

CJH - 2



Fonte: Wunderlich (2021)

Um ano antes da publicação desse cartaz, em 20 de abril de 1936, aniversário de Hitler, tornou-se obrigatória a inclusão de crianças que tivessem completado 10 anos de idade à JH. Esses novos membros passavam quatro anos nas alas reservadas aos iniciantes (*Jungvolk* e *Jungmädels*) e, em seguida, preenchiavam os lugares nas fileiras das alas reservadas aos jovens. Cada criança era interpelada a seguir o *Führer* como um indivíduo inseparável da comunidade nacional. Essa expressão de unidade com o

Führere e a comunidade do povo se manifestava nas marchas e nos gestos sincronizados que eram repetidos à exaustão.

A enunciação em CJH – 2 segue outro *design* no interior de uma estética prevista para a produção de cartazes políticos no início do século XX, pois, em vez da fotografia pintada ou do desenho, o sujeito traz, para a cena de enunciação, uma fotografia em preto e branco de uma criança que se presume ter entre 10 e 12 anos de idade. A criança com tranças e sorriso contido olha para o lado direito da foto. Ela veste o uniforme da ala feminina da JH e também se presume que seja loira e que tenha olhos claros, características que não ficam visíveis porque a foto não é colorida. No gesto de enunciação do sujeito, a ideologia racial do nazismo intervém e inscreve, no discurso, um modo desejável de integração e permanência na comunidade do povo. Esse modo, que tem a ver com a pureza racial, é a única maneira de redimir a comunidade nacional da queda no “pecado original” que foi, segundo palavras de Hitler em *Mein Kampf*, causada pela mistura do sangue e profanação da raça: “o pecado contra o sangue e a profanação da raça é o pecado original deste mundo e o fim de uma humanidade que se entrega a ele”¹⁰⁹ (HITLER, 2016, p. 734). Não apenas a remissão do pecado original resulta da purificação da raça, mas também a força e a saúde para dominar raças tidas como inferiores:

De fato, a ideia pacifista-humana talvez seja muito boa quando o ser humano mais elevado tiver previamente conquistado e subjugado o mundo a tal ponto que o torne o único senhor desta terra¹¹⁰ (HITLER, 2016, p. 751).

Esse discurso que visava o cultivo de uma raça pura, saudável e capaz de dominar e subjugar outros povos constituiu uma série de enunciados que circularam no Terceiro *Reich*. Fotografias e desenhos de crianças arianas alegres e saudáveis eram colocadas em cartazes e capas de revista e punham, em circulação, sentidos que se apresentavam como fundantes de um outro projeto de sociedade alemã. Nessa nova Alemanha, cujo projeto era motivado por questões raciais, tornou-se imperativo selecionar apenas indivíduos dotados de sangue ariano puro e vindos de uma linhagem saudável, para contribuir com a construção da comunidade racial.

A capa da revista *Das Deutsche Mädel* de 1937 reiterava esse discurso da pureza racial e punha em circulação um perfil de beleza racial que ia se impondo no território do *Reich*, ao passo que excluía homens e mulheres que não correspondiam ao

¹⁰⁹ Cf. citação no original: die Sünde gegen das Blut und die Entweihung der Rasse ist die Erbsünde dieser Welt und das Ende einer Menschheit, die sich ihr unterwirft.

¹¹⁰ Cf. citação no original: Tatsächlich ist die pazifistisch-humane Idee vielleicht ganz gut dann, wenn der höchststehende Mensch sich vorher die Welt erobert und unterworfen hat in einem Umfange, der ihn zum alleinigen Herrn dieser Erde macht.

perfil idealizado pelos nazistas. O enaltecimento e a busca pela beleza racial na ideologia nazista era, segundo Rosenberg, um ideal tão elevado na consideração do pensamento sobre a *estética* que ele assim se expressa:

Quase todos os filósofos que escreveram sobre o *estado estético* ou sobre a fixação de valores na arte, passaram por alto o fato de um ideal racial de beleza no sentido físico e de um valor supremo racialmente determinado da natureza anímica (ROSENBERG, 2021, p. 307).

Em ambos os casos – tanto no que diz respeito ao crescimento demográfico da Alemanha, como em relação à beleza racial – cabia à mulher garantir o crescimento saudável da nova população, bem como a perfeição, em termos estéticos, da raça.

Recorte 1

Figura 44: capa da revista *Das Deutsche Mädel*



Fonte: www.deutsche-digitale-bibliothek.de

Na fisionomia angelical da criança – com cabelo trançado e sem nenhuma maquiagem – que posa em CJH – 2, bem como na fisionomia e gestos das crianças das capas da revista *Das deutsche Mädel*, um outro discurso se faz ouvir que é aquele relacionado à pureza sexual que, por sua vez, participa da construção do discurso sobre a beleza da raça. E esse discurso-outro atravessa o discurso do sujeito de modo a coexistir “com objetos a propósito dos quais ninguém pode estar seguro de ‘saber do que se fala’, porque esses objetos estão inscritos em uma filiação e não são um produto de uma aprendizagem” (PÊCHEUX, 2002, p. 55). A prática ideológica da pureza racial define com quem as mulheres deveriam manter relações sexuais, pois a fim de gerar

crianças racialmente puras, as mulheres não poderiam se relacionar com outros homens que não fossem pertencentes à raça nórdica, sob pena de misturar as raças e macular a raça ariana com o sangue inferior. Esse discurso, próprio da ideologia fascista, que opõe raças superiores às inferiores ao relacioná-las com um viés, a um só tempo sexual e social, é assim problematizado por Reich (2001, p. 81, grifos do autor):

A ideologia fascista, ao contrário da ideologia cristã (como veremos adiante), faz uma distinção entre as necessidades orgásticas do homem e as estruturas humanas, criadas na sociedade patriarcal autoritária, e as atribui a diferentes raças: *nórdico torna-se sinônimo de luminoso, augusto, celestial, assexual, puro*; enquanto Oriente Próximo *“equivale a instintivo, demoníaco, sexual, extático, orgástico”*. [...] Na teoria fascista da raça, a ansiedade do orgasmo do homem subjugado à autoridade aparece na sua forma absoluta; eternizado como o “puro” e oposto ao orgástico, ao animalesco. Assim, “o que é grego” e “o que é racial” tornam-se uma emanção de “o que é puro”, que “é assexual”, ao passo que no que é estranho à raça “o etrusco” representa “o que é animal” e, portanto, “inferior”.

Os elementos estéticos da criança, no cartaz e nas capas da revista, produz um efeito de pureza e luminosidade que se relaciona intrinsecamente com a raça valorizada e superior, qual seja, a ariana. As meninas loiras vestidas com a farda da JH (Figura 44), que tocam flauta, participam do imaginário produzido pelo discurso patriarcal que determina as funções sociais adequadas à mulher – como cuidar da família, aprender música, educar os filhos etc – e, simultaneamente, essa imagem põe em circulação efeitos de sentido sobre um determinado ideal de beleza que vem pela conservação da pureza racial. Desse modo, o discurso inaugura uma economia sexual que prevê o controle dos instintos e dos parceiros sexuais em benefício da beleza e do vigor da raça. Os nazistas aprofundaram ainda mais a dominação masculina sobre as mulheres porque essas, com seus corpos dóceis e controlados pelo Estado nazista, tinham, dentro do projeto demográfico do Terceiro *Reich* a obrigação – que era apresentada como missão no discurso da propaganda – de repovoar a Alemanha – e os territórios anexados – com arianos puros.

A ideologia racial nazista e o papel da mulher como procriadora encontraram sua realização formal no programa *Lebensborn* que era dirigido pela SS. A finalidade do programa era aumentar a taxa de natalidade e, conseqüentemente, o número de arianos. Para atingir esse fim, em torno de 10.000 crianças, foram retiradas de suas famílias originárias e entregues às famílias alemãs. Essas crianças eram consideradas arianas puras segundo critérios estabelecidos pelos nazistas e deveriam ser criadas por alemães que pertenciam à comunidade do povo. Durante a execução do programa, que foi criado em 1935 pelo *Reichsführer* Heinrich Himmler, sequestros e violência marcaram as ações que também previam a relação sexual forçada entre arianas e soldados da SS em território alemão e naqueles ocupados. Até mesmo meninas muito

jovens eram incentivadas a terem filhos em segredo que, em seguida, eram entregues a SS. Acerca da criação do programa *Lebensborn* e de Himmler, Oelhafen; Taten (2017, p. 86) assim se expressam:

Em 1931, ele criou um departamento separado, dentro da SS, para garantir que “sua seleção” de plantas fluísse sem nenhum obstáculo: das Rasse und Siedlungshauptamt SS, ou RuSHA. A tradução literal desse nome é “Departamento Central de Reassentamento e Raça da SS”; na prática, significava uma organização dedicada à proteção da “pureza racial” da Schutzstaffel. Um de seus deveres era supervisionar os casamentos do pessoal da SS; seguindo ordens pessoais de Himmler, o RuSHA só emitia permissão de casamento se ficasse comprovado, depois de uma investigação detalhada, que os noivos provinham de uma linhagem racial ininterrupta – ou seja, que o sangue puro ariano corria na veia de seus descendentes desde 1800. Descobri nas pesquisas que a Sociedade Lebensborn foi formada e promovida dentro dos princípios do RuSHA.

Esse programa foi o responsável, em parte, pelo processo de germanização dos territórios ocupados, como Polônia, Lituânia, Letônia, Checoslováquia etc, e se ocupou daquilo que era mais caro à política hitlerista: a preservação do sangue ariano. Nem alemães nem os povos dos territórios ocupados tinham suas liberdades individuais resguardadas e seus corpos livres do controle do Estado nazista. O Estado se infiltrava na vida privada daqueles sobre os quais lançava seu domínio, decidia sobre suas escolhas afetivas e sexuais e retirava deles os filhos que julgava ser peça fundamental no aperfeiçoamento da raça e composição da futura força militar.

Mas para que esse discurso acerca da seletividade sexual produza os efeitos pretendidos havia a necessidade de despertar um sentimento de pertença nas crianças, jovens e mulheres adultas. Nesse sentido, o enunciado *Auch du gehört dem Führer*¹¹¹ que enquadra a fotografia em CJH – 2 funciona como um elemento produtor do sentimento de pertença das massas. O sintagma *auch du* foi reproduzido em outros cartazes¹¹², de maneira que funciona como um *clichê* que é repetido até produzir os efeitos pretendidos. Klemperer (2009, p. 55) assim descreveu esse efeito na linguagem do Terceiro *Reich*: “O nazismo se embrenhou na carne e no sangue das massas por meio de palavras, expressões e frases impostas pela repetição, milhares de vezes, e aceitas inconsciente e mecanicamente”. Vai ao encontro dessa descrição aquela que Hannah Arendt (2022, p. 22), ao falar de Adolf Eichmann e das expressões usadas pelo acusado durante o julgamento em Jerusalém, faz:

Clichês, frases feitas, adesão a códigos de expressão e conduta convencionais e padronizados têm a função socialmente reconhecida de proteger-nos da realidade, ou seja, da exigência de atenção do pensamento feita por todos os fatos e acontecimentos em virtude de sua mera exigência.

¹¹¹ Você também pertence ao Führer (tradução livre).

¹¹² Ver anexos N, O e P.

A propaganda política do Terceiro *Reich* se alimenta desses clichês que formam um campo semântico extremamente pobre em termos linguísticos, mas altamente poderoso em sua capacidade de entorpecer as massas a fim de minar seu potencial reflexivo sobre os fatos. Num ambiente em que as palavras ou expressões são, pura e simplesmente, repetidas, de maneira que perdem qualquer conexão mais imediata com a realidade, o perigo de despencar na absoluta ausência de pensamento é demasiado arriscado. A mera repetição, destituída do pensar, produz um autômato incapaz de qualquer reflexão sobre a vida e a ética pressuposta nas ações que realiza. É esse modo próprio de funcionamento do autômato que faz Arendt (2022, p. 21, grifo da autora) enxergar em Einchmann uma figura banal e não um monstro:

Os atos eram monstruosos, mas o agente – ao menos aquele que estava em julgamento – era bastante comum, banal, e não demoníaco ou monstruoso. Nele não se encontravam sinal de firmes convicções ideológicas ou de motivações especificamente más, e a única característica notória que se podia perceber tanto em seu comportamento anterior quanto durante o próprio julgamento e o sumário de culpa que o antecedeu era algo de inteiramente negativo: não era estupidez, mas *irreflexão*.

Um discurso cujo objetivo é produzir efeitos de evidência e, por essa razão, impedir qualquer processo reflexivo acerca daquilo que se exige dos sujeitos e das consequências da sua adesão, é constantemente retroalimentado pelos mesmos significantes e sentidos estabilizados que, no caso do Terceiro *Reich*, são aqueles que constroem um campo semântico no qual elementos como comunidade do povo, judaísmo internacional, sacrifício e espaço vital estão sempre voltando e produzindo, no discurso verbal, a estabilização dos sentidos, de maneira que, dado o automatismo com que se usa essas formas, não se pensa mais sobre elas.

O retorno do sintagma *auch du*, em segunda pessoa, é verificado em cartaz (Figura 45) que trata de um livro lançado pelo NSDAP sobre a SA e, em primeira pessoa, num cartaz de divulgação das atividades da JH. Esses são cartazes publicados nos anos 1930, mas, durante a guerra, o sintagma *auch du* foi usado em muitos outros cartazes¹¹³. É provável que essa recorrência maior de *auch du* durante a Segunda Guerra se deva à necessidade de engajar todos os alemães nas diferentes atividades e programas que tinham a guerra como fim precípua.

¹¹³ Ver anexos N e O.

Recorte 2

Figura 45: cartaz de divulgação do livro S.A. Mann



Fonte: alamy.com

Figura 46: cartaz de divulgação da JH



alamy - 2HMWPEM

Fonte: alamy.com

O enunciado colocado na parte inferior do cartaz (Figura 45) que traz um soldado da SA com a mão no ombro de um trabalhador alemão pode ser dividido em duas partes:

SD1: *Lies auch du SA-Mann*

SD2: *Dein Kamerad im Kleinkrieg des Alltags*

Na primeira parte, o enunciador afirma que um leitor virtual também (*auch du*) leu o livro SA-Mann. Ao enunciar *you also read*, a estratégia do enunciador é destacar aquele ou aqueles que leram o livro, de maneira que, aqueles que não leram, tenham a curiosidade e o desejo despertados pela propaganda e procurem ler para também se verem representados no enunciado e incluídos entre aqueles que se ocuparam da leitura de um livro indicado pelo regime. O segundo enunciado produz um efeito de aproximação entre o soldado da SA e o leitor ao afirmar que o SA-Mann representa um camarada com quem o trabalhador e, certamente, todo o povo alemão, pode contar nas pequenas batalhas do cotidiano. Nesse segundo enunciado, a intenção é produzir uma aproximação tal entre o leitor e o soldado da SA, que o leitor se sinta amparado pelo

soldado da SA. Ao comprar o livro sobre o SA-Mann, o leitor sente como se estivesse aprofundando uma amizade, conhecendo melhor a vida de quem é um apoio nas horas difíceis. O segundo cartaz (Figura 46) apresenta um jovem pertencente à JH tocando um tambor e, na parte superior (lado direito), foi posto o seguinte enunciado:

SD3: *Auch ich trommle für Hitler*

O último termo do enunciado, *Hitler*, aparece destacado na parte inferior do cartaz. A declaração *Eu também toco para Hitler* (SD3) traz, implicitamente, um convite pra que outros jovens também se integrem à JH. A expressão de alegria e satisfação do jovem ao executar as baquetas no tambor é um convite para que outros também o façam, pois é um serviço que se presta a Hitler, o *Führer* e, por essa razão, acarreta contentamento. Assim, no sintagma *Eu também*, encontra-se implícita a forma *Você também* que se dirige ao leitor (você também pode...) e o convida a fazer parte do grupo que toca para Hitler.

Em ambos – e naqueles cartazes referentes aos anexos N, O e P – essa repetição do sintagma *auch du* produz efeitos de sentido que passam por *distinção de um dos elementos do grupo* (aquele que leu...; aquele que toca...), *inclusão de todos no grande grupo que é a comunidade do povo* e um *efeito de pertencimento* ao projeto racista do regime arquitetado por Hitler e seus seguidores. Para que o projeto de uma nova Alemanha, segundo a perspectiva nazista, se efetivasse como um projeto essencialmente racista, era necessário que todos se sentissem partícipes desse corpo racial que vinha ganhando forma na Alemanha nazista. A propaganda produzia no indivíduo atomizado – e que se via socialmente excluído numa Alemanha marcada pelo desemprego e a miséria – o sentimento de pertença ao contribuir com o projeto comunitário nacional.

Esses sentidos de pertença, inclusão e destaque (SD1; SD2; SD3) sustentam o processo de significação produzido em CJH – 2. A modalidade na qual o pré-construído é mobilizado nesses discursos é a que se dá por meio da operação de um encaixe sintático (INDURSKY, 2011, p. 71) que se dá entre os sintagmas *auch du + verbo* presentes nas figuras do segundo recorte e o cartaz em questão. A retomada do sintagma pelo sujeito, que o faz como se estivesse mobilizando-o pela primeira vez, apoia o discurso do sujeito de modo a fazer ressoar aqueles sentidos no interior do seu discurso, ao passo que permite o deslize, o equívoco e abertura para que o sentido seja outro. Nesse modo de funcionamento discursivo em que o encaixe sintático “sinaliza a

fronteira entre o que veio de outro lugar, o pré-construído, e o que foi produzido pelo sujeito do discurso” (INDURSKY, 2011, p. 71), é possível ter acesso ao discurso-outro no qual o discurso do sujeito se encontra assentado, pois não há discurso “independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe (PÊCHEUX, 2002, p. 56). Assim, sentidos que jogam com o sentimento de pertença e distinção são incorporados ao discurso do sujeito na repetição do sintagma *auch du* no enunciado *auch du gehörst dem Führer* que enquadra a fotografia da criança em CJH – 2. Nesse discurso, sentimentos de distinção e pertença são dirigidos ao *Führer*, de maneira que a comunidade do povo se encontra subentendida. Nessas condições de produção, o efeito almejado é produzir nas crianças – e nos pais dessas crianças –, um sentimento de orgulho por pertencerem ao *Führer* que era concebido como uma entidade mítica com uma missão salvífica a cumprir. Ao se sentir pertencente àquele que é considerado o salvador da Alemanha, a criança, alvo preferencial da ideologia nazista, logo se vê imbuída de uma missão que é também a do líder: construir a comunidade racial que não conhece misturas étnicas e, por esse motivo, tem a exclusão como fundamento dessa construção. Nos efeitos de sentido produzidos por CJH – 2, a criança passa a compartilhar do sonho do *Führer* e se sente valorizada ao ganhar visibilidade no discurso da propaganda, de maneira que se dispõe a construir esse sonho que não é só dela, mas de Hitler e da comunidade nacional a qual pertence.

O terceiro cartaz dessa série foi criado por Hein Neuner, em 1939, e se dirige às meninas alemãs que completaram dez anos de idade. É provável que tenha sido publicado em uma das revistas da JH e afixado em murais, estações de trem e nas paredes dos prédios. Em 1939, entre os muitos acontecimentos que marcaram esse ano, como o desmembramento da Tchecoslováquia e o início da Segunda Guerra Mundial, encontra-se também o endurecimento, determinado por Hitler, da Lei da JH que, desde então, passa a recrutar aqueles que ainda não se encontram inscritos na organização. De acordo com o novo decreto, todos os jovens com idade entre 10 e 18 anos deveriam obrigatoriamente se tornar membros da JH. A partir de então, a JH passou a ser a única organização juvenil a funcionar na Alemanha de forma legal e aqueles que descumprissem o decreto poderiam se tornar susceptíveis de punição.

As condições históricas de produção que possibilitaram a emergência de CJH – 3 correspondem à invasão de Praga (Tchecoslováquia), à ocupação dos territórios da Morávia e Boêmia e à criação do Estado da Eslováquia. Segundo Longerich (2014, p. 521):

O pretexto para a operação contra a Tchecoslováquia foi o conflito, em março de 1939, entre Praga e o governo da Eslováquia, que, logo depois do Acordo

de Munique, conseguira impor sua autonomia à federação tchecoslovaca. No dia 9 de março, o governo de Praga depôs o gabinete em Bratislava para impedir que a Eslováquia cedesse à pressão alemã.

Não obstante as investidas do governo tcheco contra a pressão alemã, no dia 13 de março, Hitler e Goebbels prepararam panfletos sobre a invasão da Tchecoslováquia. Após forte pressão sobre o monsenhor Josef Tiso, Hitler consegue que o parlamento em Bratislava declare a independência do Estado eslovaco e reconheça a total dependência do novo Estado ao *Reich* alemão. No dia 14 de março, o presidente da Tchecoslováquia e o ministro das Relações Exteriores capitulam e, no dia seguinte, é dado início à invasão dos territórios tchecos.

CJH - 3

Fonte: www.alamy.com

A enunciação de CJH – 3 se dá em condições de produção que foram antecedidas pela anexação da Áustria e dos Sudetos e sucedida pela invasão da Polônia e o início da Segunda Guerra Mundial. As condições de produção coincidentes com a publicação do cartaz que conclamava os jovens a se filiarem à JH também se

caracterizam por manobras políticas e militares que visavam a ocupação de territórios que são incluídos no projeto cujo objetivo era a criação de um espaço vital administrado pelo *Reich* alemão e ocupado por arianos.

Esse cartaz (CJH – 3), que conclamava as jovens alemãs a participar da BDM, apresenta uma fotografia pintada de uma garota loira, tipicamente ariana, que sorri e tem o olhar voltado para o alto. Ela se encontra em primeiro plano e, em segundo plano, um fundo formado por uma fotografia um pouco desfocada de um grupo de garotas da JH enfileiradas compõe as condições materiais de produção do discurso. Essas fotografias são enquadradas por dois enunciados que, no topo, aparece como *Jugend dient dem Führer*¹¹⁴ e, na parte inferior, *Alle zehnjährigen in die HJ*¹¹⁵. Ambos impressos em vermelho, que é uma cor que se encontra presente tanto na bandeira nazista como na bandeira do período imperial. Embora ambos se encontrem em vermelho, apenas o primeiro foi desenhado com letras góticas e teve o tamanho da fonte destacada. A convocação para que as jovens se engajem na BDM é expressa por meio do verbo *dienen* (servir), de maneira que em *A Juventude serve ao Führer* é o verbo que ganha evidência. Esse enunciado faz uma declaração sobre algo que acontece no presente, qual seja, a adesão, sob a forma de seguimento e serviço, da JH ao *Führer*, bem como sobre uma ação que se desenrola em direção ao futuro e se dirige a todos aqueles que ainda não seguem e servem ao *Führer*, mas que, deverão segui-lo no futuro. Para obter a adesão de meninos e meninas, o Ministério da Propaganda cria um cartaz voltado para o público jovem do sexo masculino, como se pode ver na Figura 47:

¹¹⁴ A juventude serve ao *Führer* (tradução livre).

¹¹⁵ Todos com 10 anos de idade na JH (tradução livre).

Figura 47: cartaz de campanha da Juventude Hitlerista



Fonte: www.loc.gov/item/93500159/

Os enunciados que enquadram as fotografias desse cartaz endereçado aos meninos são os mesmos que se encontram em CJH – 3. Mas, nesse cartaz, em vez de uma fotografia de meninos da JH disciplinadamente enfileirados, aparece uma fotografia de Hitler como pano de fundo. Nesse cartaz, o verbo *dienen* (servir) também aparece no enunciado colocado no topo do cartaz. Mas qual o sentido de *servir* que se constrói na relação desse discurso com o seu exterior constitutivo? No caso das mulheres, o serviço ao *Führer* ou à comunidade do povo, tem sentidos que se movem em torno da conservação da família nuclear e perpetuação da raça, quais sejam, mãe, mulher e dona de casa, pois para Hitler (2016, p. 1001, tradução livre):

As forças formadoras de cultura e valor são essencialmente baseadas em elementos raciais, de modo que o Estado tem como sua mais alta tarefa a preservação e aperfeiçoamento da raça, condição básica de todo progresso humano¹¹⁶.

Nessa tarefa primordial, assumida pelo Estado, de preservação e aperfeiçoamento da raça, fica reservado à mulher o papel de procriadora e educadora,

¹¹⁶ Cf. citação no original: Die kultur- und wertebildenden Kräfte wesentlich auf rassischen Elementen beruhen und daß der Staat also sinngemäß als seine höchste Aufgabe die Erhaltung und Steigerung der Rasse zu betrachten hat, dieser Grundbedingung aller menschlichen Kulturentwicklung.

bem como princípio organizador da vida familiar que cria as condições necessárias ao bem-estar do marido e dos filhos na vida privada. Esse é um serviço de extrema importância porque assegura a reprodução da instituição familiar e a pureza da raça, consideradas essenciais ao desenvolvimento de um povo digno de ser tido como superior na perspectiva nazista, pois “a condição para a existência de uma humanidade superior, não é o Estado, mas o *Volkstum*¹¹⁷, que é capaz disso¹¹⁸” (HITLER, 2016, p. 1005, tradução livre). O serviço que se presta ao *Führer* é também, por extensão, um serviço à comunidade do povo, à nação, e, quiçá, à humanidade que deve ser melhorada por meio da assepsia genética. O recorte de um trecho de *Mein Kampf*, no qual Hitler expõe a importância da intervenção do Estado na reprodução sexual do casal, permite-nos estabelecer articulações entre este discurso e aquele produzido em CJH – 3.

Recorte 1

SD1 - A raça deve ser vista como ponto central da atuação do Estado na vida geral da nação. Deve ser *conservada pura*. A *infância deve ser vista como o bem mais precioso de um povo*. Deve-se providenciar para que somente *pais sadios* possam ter filhos. Há apenas uma vergonha: trazer filhos ao mundo apesar da sua doença e deficiência, mas uma honra maior: renunciar a isso. Além disso, no entanto, o oposto deve ser condenado: privar a nação de *filhos sadios*. O Estado deve agir como o guardião de um futuro de mil anos ao qual o desejo individual e egoísta deve se curvar. Ele deve pôr todos os recursos médicos a serviço dessa concepção. Deve proclamar como incapaz de procriar quem quer que seja doente ou tenha certas taras hereditárias e levar esse propósito ao terreno prático. Por outro lado, ele deve garantir que a *fertilidade* de uma *mulher saudável* não seja restringida pelo esbanjamento financeiro de um regime estatal que transforma a bênção que são os filhos em maldição para os pais. Ele tem que acabar com essa indiferença preguiçosa, até criminosa, com a qual se tratam os pré-requisitos sociais de uma família numerosa e, em vez disso, ele tem que se sentir como o patrono supremo dessa benção tão preciosa de um povo. *Os cuidados da nação devem ser mais em favor das crianças do que dos adultos. Aqueles que não são saudáveis e dignos de saúde física e mental não devem immortalizar seu sofrimento no*

¹¹⁷ O vocábulo *Volkstum*, cunhado pelos nacionalistas alemães durante as Guerras da Liberdade na Alemanha, significa as expressões de um povo (ou etnia) que compõem a sua personalidade (ou caráter), de modo a conferir uma unidade à raça.

¹¹⁸ Cf. citação no original: Die Voraussetzung zum Bestehen eines höheren Menschentums nicht der Staat, sondern das hierzu befähigt ist.

corpo de seu filho. Nisso consiste a maior tarefa educativa do Estado nacionalista¹¹⁹ (HITLER, 2016, p. 1033, grifos nossos).

Nos anos 1920, quando escreveu *Mein Kampf*, Hitler já discorria sobre a ação do Estado na conservação da pureza racial e daqueles considerados saudáveis e destituídos de doenças hereditárias. Uma vez que *Mein Kampf* era a “bíblia” do Nacional-Socialismo, muitas das políticas concebidas no interior do partido tinham como fundamento o texto de Hitler. Mais tarde, os ministérios também seguiam aquilo que estava posto em *Mein Kampf* como se o livro reunisse os preceitos fundantes do partido. Muito do que se encontra colocado no livro, passou a ser aquilo que se via materializado no Terceiro *Reich*. Assim, o sujeito do discurso, afetado por esses sentidos, repete-os no processo criativo no qual jogam signos verbais e pictóricos. Essa processualidade, na qual se entrelaçam os fios que constituem um discurso, é assim definida porque a “FD, contendo no seu interior, redes de formulações, ao constituir seu saber próprio, constitui, no mesmo movimento, a memória discursiva” (INDURSKY, 2013, p. 57). Assim, no gesto de representar toda a juventude feminina da Alemanha, que se caracteriza por sua pluralidade e contradições, por meio de uma menina loira, de belos traços fisionômicos e não apresentando deficiência física, o sujeito retoma sentidos que compõem a memória social construída no interior do partido nazista e do Terceiro *Reich*. Esses sentidos – colocados por Hitler em seu livro –, que concebem a sociedade como o resultado de uma seleção em que apenas aqueles que dispõem de saúde mental e física devem viver, atravessam o discurso do sujeito em CJH – 3. Ao colocar no cartaz uma menina que carrega todas as marcas biológicas do que é ser ariano, de modo que essa menina representa todas as meninas da Alemanha, o sujeito retoma sentidos desse discurso que estabelece quem detém a pureza racial e, por essa razão, merece

¹¹⁹ Cf. citação no original: Er hat die Rasse in den Mittelpunkt des allgemeinen Lebens zu setzen. Er hat für ihre Reinerhaltung zu sorgen. Er hat das Kind zum kostbarsten Gut eines Volkes zu erklären. Er muß dafür Sorge tragen, daß Kinder zeugt nur wer gesund ist; daß es nur eine Schande gibt; bei eigener Krankheit und eigenen Mängeln dennoch Kinder in die Welt zu setzen, doch eine höchste Ehre: darauf zu verzichten. Weiters aber muß es umgekehrt als verwerflich gelten: gesunde Kinder der Nation vorzuenthalten. Der Staat muß dabei als Wahrer einer tausendjährigen Zukunft auftreten, der gegenüber der Wunsch und die Eingsucht des einzelnen als nichts erscheinen und sich zu beugen haben. Er hat die modernsten ärztlichen Hilfsmittel in den Dienst dieser Erkenntnis zu stellen. Er hat, was irgendwie ersichtlich krank und erblich belastet und damit weiter belastend ist, [für] zeugungsunfähig zu erklären und dies praktisch auch durchzusetzen. Er hat umgekehrt dafür zu sorgen, daß die Fruchtbarkeit des gesunden Weibes nicht beschränkt wird durch die finanzielle Luderwirtschaft eines Staatsregiments, das den Kindersegen zu einem Fluch für die Eltern gestaltet. Er hat mit jener faulen, ja verbrecherischen Gleichgültigkeit, mit der man heute die sozialen Voraussetzungen einer kinderreichen Familie behandelt, aufzuräumen und muß sich an Stelle dessen als oberster Schirmherr dieses köstlichsten Segens eines Volkes fühlen. Seine Sorge gehört mehr dem Kinde als dem Erwachsenen. Wer körperlich und geistig nicht gesund und würdig ist, darf sein Leid nicht im Körper seines Kindes verewigen. Der völkische Staat hat hier die ungeheuerste Erziehungsarbeit zu leisten.

participar da comunidade do povo. O investimento na educação da criança é a garantia do serviço que, no futuro, essa criança, então uma mulher, prestará ao *Führer* e à comunidade racial. Esse serviço não é outro, senão, o da reprodução humana que possibilita o povoamento dos territórios ocupados com arianos saudáveis. A *BDM* é a escola do serviço ao *Reich*, pois é lá onde são desenvolvidas as habilidades adequadas à mulher do império que Hitler, com o início da guerra mundial, intenta construir.

Em seu discurso, o sujeito também retoma sentidos produzidos na SD1 que remetem a uma produção numerosa de filhos mediada pelo saber médico e pela tecnologia. Hitler argumenta a favor do direito da mulher a ter muitos filhos sob o amparo do Estado, instância que dispõe do saber médico necessário à realização desse projeto que seleciona as mulheres quem têm o direito à maternidade. Esse é um discurso que também atravessa a produção de sentidos em CJH – 3, de maneira que a representação de uma menina visivelmente saudável, branca, com cabelos loiros trançados, olhos claros e espertos, vestida com a farda da *BDM* aponta para a fixação de um ideal humano a ser atingido, um protótipo a partir do qual aquelas meninas que se encontram como pano de fundo, no cartaz, são reproduzidas. O efeito de sentido é o de unanimidade, compatibilidade e conformidade a algo que se encontra pré-estabelecido como política dos corpos e social pelo Estado e que é garantido pelo reordenamento das relações familiares e da intervenção do saber médico e das novas tecnologias à disposição no início do século XX. Esse efeito é produzido a partir da retomada de elementos do discurso-outro (SD1) pelo sujeito, de modo que, na AD, “a questão do sentido torna-se a questão da própria materialidade do texto, de seu funcionamento, de sua historicidade, dos mecanismos dos processos de significação” (ORLANDI, 2001, p. 21). É por essa razão que, no campo do discurso, o sentido não é o resultado da relação entre a palavra e a coisa que ela refere no mundo, mas da processualidade que comporta o batimento entre o significante e as condições de produção nas quais se inscreve. Nessa perspectiva, o sentido é *produzido*, ou seja, é o efeito resultante de um processo que envolve o sujeito e a história.

Essa coerção da propaganda nacional-socialista, que visa a procriação de filhos sadios e racialmente puros, conduz a outro elemento característico dos regimes autoritários e nacionalistas que é a ansiedade sexual, conforme Stanley (2018, p. 105) esclarece ao tratar da propaganda fascista:

A propaganda fascista promove o medo de cruzar e misturar as raças, de corromper a nação pura – nas palavras de Charles Lindbergh, falando para o movimento American First – com “sangue inferior”. A propaganda fascista amplia esse medo ao sexualizar a ameaça do outro. Como a política fascista tem, na sua base, a tradicional família patriarcal, ela é naturalmente acompanhada de pânico sobre os desvios dessa família patriarcal.

Transgêneros e homossexuais são usados para aumentar a ansiedade e o pânico sobre a ameaça aos papéis masculinos tradicionais.

Servir ao *Führer*, no caso das mulheres, significa não apenas se tornar disponível à realização das mais variadas tarefas de cunho administrativo (telefonista, secretária, enfermeira etc) ou trabalhando como voluntárias no reassentamento de famílias alemãs que se deslocam para os territórios ocupados pelos nazistas, mas também garantir a manutenção da família tradicional, preferencialmente com muitos filhos, e cuidar para que o elemento racial estranho e indesejável não penetre nessa estrutura. Para que isso ocorresse, era necessário a implementação de uma política que passasse pela ansiedade sexual e pelo misticismo, que não advém desta ou daquela religião, mas do culto ao próprio *Führer*. Desse modo, o serviço das mulheres do *Reich* passa por aquela representação tradicional do que é ser mãe e mulher no contexto do patriarcalismo e é atravessado por um misticismo que se volta para o *Führer* como aquele que traça uma doutrina salvífica e redentora. Diante disso, é possível produzir um gesto de leitura dos sentidos que são construídos na posição da menina que posa em CJH – 3. Ela se encontra de lado, esboçando um sorriso e com os olhos voltados para cima em direção ao vocábulo *Führer*. A expressão da menina lembra a de um místico, em estado de êxtase, diante da divindade. Essa relação entre mística e raça é assim expressa no *Mito do Século XX* de Alfred Rosenberg:

Recorte 2

SD1: No viking nórdico, no cavaleiro germânico, no oficial prussiano, no hanseata báltico, no soldado alemão e no camponês alemão reconhecemos o conceito de honra plasmador de vida em suas distintas manifestações telúricas. Na poesia, vemos surgir, desde os antigos épicos, passando por Walther von der Vogelweide, as canções dos cavaleiros, até Kleist e Goethe, o motivo da honra como conteúdo e o da liberdade interior como a mais importante lei configuradora. Agora, há ainda outra excelente ramificação, no qual podemos perseguir a atuação do ser nórdico: o *místico alemão* (ROSENBERG, 2021, p. 251).

SD2: Cada criatura desenvolve sua própria atividade perseguindo um fim, ainda que este seja desconhecido para si mesma. Também a alma possui sua meta: alcançar a pureza de si mesma e a consciência de Deus. (ROSENBERG, 2021, p. 251).

SD3: E tudo isso significa: em vez da visão de mundo judaico-romana se coloca a confissão anímica ocidental-nórdica como a face interna do ser humano germânico-alemão de raça nórdica (ROSENBERG, 2021, p. 251)

No capítulo três do livro escrito por Rosenberg, ideólogo do NSDAP, o autor discute a relação entre mística e ação. Durante a abordagem do tema do capítulo, Rosenberg discorre extensamente sobre Mestre Eckart que foi um teólogo e místico alemão do século XIV. Em seus comentários, o autor visa a separação entre o pensamento do místico e a doutrina católica romana, bem como a do luteranismo. Ao longo da análise, Rosenberg faz algumas incursões sobre a relação entre mística, religiosidade e raça e, nesse sentido, desenvolve uma reflexão acerca da alma nórdica, com sua essência mística, e o alemão, considerado herdeiro desse legado e misticismo ancestral. Na representação da menina em CJH – 3, temos a expressão de um gozo místico que absorve seu rosto numa alegria estática, como a de quem viu a aparição de uma divindade. Assim, sob a forma do discurso-transverso, a concepção mística do nazismo, que relaciona a religião à beleza racial – e a beleza tem a ver com um conjunto de elementos que compreendem a arte, o corpo e a saúde física e mental – elementos de saber produzidos em SD1, SD2 e SD3 atravessam o discurso em questão produzindo efeitos de sentido que dizem da alegria mística de servir ao *Führer* e concretizar a elevada e transcendental missão que é a de construir a comunidade nacional tendo como base os elementos raciais que conferem ao povo alemão o estatuto de uma raça superior. Misticismo (SD1), pureza (SD2) e raça (SD3) se entrecruzam no projeto da nova Alemanha arquitetado pelo partido nazista. Esses três elementos se coadunam para produzir a beleza que se encontra representada na imagem da criança do cartaz, pois ela expressa o elemento místico na postura extática que se volta para o *Führer*, a pureza moral no fato de ser criança e as qualidades raciais em seus aspectos biológicos. Nesse modo de representar, ecoam sentidos que trabalham nesse discurso que entremeia raça, moralidade e misticismo, porque o discurso em CJH 3 traz “em si as marcas da articulação da língua com a história para significar” (ORLANDI, 2001, p. 63) e, por essa razão, o sujeito que enuncia em CJH – 3 retoma palavras e sentidos já-ditos e postos em circulação em outros lugares enunciativos e produzidos a partir de outras FDs. Aquilo que se depreende dessa atmosfera mística que o discurso constrói é que, se o *Führer* é comparado ao Salvador, logo há um propósito místico, sublime, transcendental, no serviço que se presta a ele e, por meio dele, à comunidade racial enquanto lugar da realização do desejo de plenitude dos racialmente iguais.

Na economia sexual que se projeta no Terceiro *Reich*, a fantasia religiosa construída em torno de Hitler tem como finalidade reiterar a ideia básica de todas as religiões que é a negação da necessidade sexual (REICH, 2001, p. 136). Esse é um mecanismo importante quando se quer implantar uma política sexual baseada numa ideologia reacionária que investe contra as liberdades sexuais. É pela restrição da liberdade sexual e implemento da ansiedade sexual que é possível chegar a uma comunidade racialmente pura e saudável em termos mentais e fisiológicos. Uma vez que “o homem religioso se encontra num estado de total desamparo” (REICH, 2001, p. 137), então é imprescindível lançar mão do discurso místico-religioso que produz efeitos em duas direções: subserviência ao líder e ansiedade sexual que cria estados de êxtase religioso que não são mais do que estados de excitação sexual do sistema nervoso vegetativo que não podem ser aliviados (REICH, 2001, p. 139).

Mas o sacrifício do próprio desejo, da autonomia e da construção de uma história pessoal – como sujeito histórico – a favor da comunidade do povo, não é exigido apenas das meninas. É, sobretudo, da ala masculina da JH que o *Führer* espera a mais alta prova de sacrifício e abnegação. Dos meninos, espera-se não apenas que contribuam com a conservação da raça ariana, mas que estejam dispostos a envidar, até a última gota de sangue, todos os esforços em direção à conquista do mundo. Vale lembrar que a ala masculina é criada primeiro e, em seguida, a ala feminina. Isso demonstra a precedência que os meninos tinham sobre as meninas, porque, a eles, estava reservado o mais alto objetivo: a guerra.

O cartaz CJH – 4 foi produzido em 1935 e, nesse ano, acontecimentos importantes, como a criação do Serviço de Trabalho do Reich e a aprovação das Leis de Nuremberg contra os judeus, se consumaram. Com a criação da ala feminina, a JH agora passa a totalizar 3.942.303 membros. O ódio aos judeus, disseminado no partido nazista e materializado nas perseguições diárias, insultos, agressões e ataques às lojas judaicas, passou a ser uma política de Estado após a aprovação das Leis de Nuremberg. Desde que essas leis entraram em vigência, os judeus perderam os direitos civis e deixaram de ser alemães para o Estado. Como consequência, ficaram à mercê de todo tipo de violência e sem poder contar com a proteção jurídica do Estado alemão. Desde então,

jornais estrangeiros noticiavam “caçadas a judeus” em que a Juventude Hitlerista e as Tropas de Assalto entravam em casas noturnas, teatros e cafés, arrancavam de lá todas as pessoas que pareciam judias e batiam nelas até deixá-las sangrando na calçada. Quando a JH marchava numa região, cantava músicas de ódio com letras que diziam, por exemplo, “Quando o sangue do judeu jorra da faca, ah, é muito mais legal!” (BARTOLLETTI, 2006, p. 50).

Nesse contexto, a violência passa a ser a regra, e não a exceção. Sem poder contar com a proteção estatal, os judeus passam à condição de párias sociais e a agressão à sua dignidade passa a ser uma regra com a qual terão que aprender a conviver. Evans (2011, p. 404-405) dá detalhes sobre a aprovação e o conteúdo, em 1935, da Leis de Nuremberg nesses termos:

O Parlamento, naturalmente, aprovou as três leis por aclamação, e elas foram publicadas na íntegra com destaque nos jornais do dia seguinte. Mas não eram tão simples e diretas quanto podiam parecer à primeira vista. A Lei de Cidadania do Reich definiu cidadãos do Reich exclusivamente como pessoas de “sangue alemão ou congênere”. De modo crucial, declarou que apenas alguém que, “por meio de sua conduta, mostra-se tanto desejoso quanto apto a servir fielmente o povo e o Reich alemães” estava habilitado a ser um cidadão do Reich. Apenas cidadãos podiam desfrutar de direitos políticos plenos. Todas as outras pessoas, sobretudo os judeus, mas também praticamente todos os oponentes do regime, ou mesmo aqueles que se distanciavam em silêncio pela falta de entusiasmo com as políticas do regime, eram apenas “sujeitos do Estado”. Tinham “obrigações para com o Reich” mas não recebiam direitos políticos em troca.

As Leis de Nuremberg, que compreendiam a Lei de Cidadania do *Reich* e a Lei de Proteção do Sangue, encapsulavam muitas das ideias raciais do partido nazista que, desde a aprovação das Leis, deixaram de ser apenas ideias e passaram a dispositivos legais usados para destituir os judeus da cidadania alemã, evitar a mistura das raças por meio do casamento ou da relação sexual entre judeus e alemães e servir de base para futuras medidas antissemitas.

Além desse contexto mais amplo, que compreende o rearmamento do Exército, a nazificação da Alemanha, criação do Serviço de Trabalho do Reich e promulgação das Leis de Nuremberg, temos também aquelas condições de produção mais imediatas e que têm a ver com a consolidação da JH que, desde a chegada do nacional-socialismo ao poder em 1933, reivindica a representação exclusiva da juventude em detrimento das outras organizações de jovens que existiam na Alemanha. Nesse mesmo ano e seguintes, grupos políticos juvenis foram incorporados pela JH ou suprimidos. Durante a década de 1930, a JH reivindicava para si todos os assuntos relacionados à juventude no interior do *Reich*. O quarto cartaz que iremos analisar foi produzido nesse contexto, e a finalidade da propaganda era convocar os jovens ao ingresso na JH ao mesmo tempo que apresentava a organização nazista como superior às demais organizações juvenis que representavam apenas um estorvo ao crescimento e definitiva afirmação da JH como a única organização juvenil do Terceiro *Reich*.

CJH - 4



Fonte: museenkoeln.de

Em CJH – 4, um discurso sobre a superioridade política da organização se impõe na representação de dois jovens loiros colocados em primeiro e segundo planos. No primeiro plano, temos um jovem alemão que toca um tambor que traz chamas de fogo pintadas em sua caixa com as cores da bandeira nazista; bandeira essa que tremula nas mãos do jovem colocado em segundo plano. Ambos trazem, nos rostos, um ar

severo que expressa fúria. Vestidos com o fardamento da JH, parecem marchar sobre aqueles elementos, personagens amedrontados, que se encontram em sua forma diminuta em relação às dimensões gigantescas dos dois jovens que espantam aqueles personagens que correm. Embora sentidos sobre a raça ariana também perpassem esse cartaz, aqueles que se sobressaem se encontram relacionados à afirmação de um grupo político de jovens alemães em relação às organizações de jovens que também são arianos. O momento histórico da Alemanha passa pela consolidação da ideologia nazista que vem sendo implantada desde 1933 e se enraíza em todos os segmentos da sociedade e em suas instituições, como a educação e a política. O confronto e a polêmica discursiva entre as organizações juvenis, que vêm sendo desencadeados na Alemanha de 1935, têm, como finalidade, o reconhecimento e a afirmação de um grupo político sobre os demais. Todos os grupos de jovens reivindicavam a sua existência e a continuidade de suas atividades de acordo com a ideologia que os animava. Mas a JH não queria ser apenas mais uma entre outras organizações, mas a única organização que seria capaz de formar jovens de acordo com a ideologia nazista e, desse modo, contribuir, efetivamente, com a revolução nacional-socialista.

Nessas condições de produção, o discurso da ordem e do dia se caracteriza pela grandiloquência. Essa é uma estratégia discursiva oportuna numa Alemanha afundada em desemprego e miséria e sob as restrições do Tratado de Versalhes após o fim da Primeira Guerra Mundial. Nesse sentido, investir num discurso que apresenta o nacional-socialismo, Hitler e todos os elementos agregados ao partido e ao *Führer* como a solução, portadores da revolução, a raça superior, construtores do *Reich* de mil anos etc é produtor, pois provoca um impacto positivo na população tão carente de um “salvador” naquelas condições históricas. O mote dos discursos de Hitler e dos membros do partido, como Goebbels, é fazer a Alemanha grande novamente e, por isso, há um investimento incomensurável nos elementos positivos da cultura, do povo, da juventude e do passado mítico alemão. Sentidos sobre força descomunal, intimidação por meio de ações autoritárias, superioridade e fúria já circulavam nos cartazes da campanha eleitoral do partido nazista nos anos 1920. Ideias de um futuro grandioso para a Alemanha mediante resignação, disciplina e espírito de obediência dos jovens engajados nesse projeto imperialista pelo qual vale a pena oferecer-se em sacrifício, também podem ser encontradas no discurso que Hitler endereça aos membros da JH durante um encontro em Nuremberg:

Recorte 1

SD1: Essa é a coisa maravilhosa: que você complete o ciclo de formação do nosso povo. Com você começou, e só quando o último alemão afundar na cova, terminará! Nunca antes na história alemã existiu uma *unidade de espírito* tão interior, de *formação de vontade* e de *liderança*. Isso é algo que muitas gerações antes de nós ansiaram, e nós somos as testemunhas afortunadas de sua realização. Mas em vocês, meus meninos e meninas, vejo esse *sonho de mil anos* se realizando de maneira mais maravilhosa! Assim como você está diante de mim aqui hoje, ano após ano, séculos a partir de agora, a geração jovem estará diante de seus respectivos *líderes por vir*. E prometeremos à Alemanha, repetidas vezes, esse voto que conquistamos hoje¹²⁰. (Hitler, s/d, p. 387, tradução livre).

Nesse primeiro recorte, Hitler, ao falar para a JH, destaca o protagonismo da juventude da JH na construção do *Reich* de mil anos mediante o desenvolvimento de um espírito disposto ao sacrifício da vontade individual em favor do espírito de unidade da comunidade. Sentidos sobre liderança e unidade dos jovens da JH são retomados pelo sujeito do discurso na produção de CJH – 4, de maneira que essa retomada, sob a forma do discurso transversal, é possível de ser verificada no modo como os jovens da JH se impõem sobre as outras organizações e no contraste entre ordem e dispersão/caos. Na marcha dos jovens que carregam o tambor e a bandeira nazista, a expressão da ordem/unidade em oposição ao caos que reina lá em baixo. Assim, o sujeito do discurso procura construir uma narrativa imagética na qual os jovens da JH, investidos de um treinamento militar e da ideologia do nacional-socialismo, se apresentam como os únicos representantes do *Führer*, de maneira que não aceitam concorrentes na busca pela conquista desse espaço de poder. A busca pelo protagonismo e pela ocupação dos espaços pertencentes às outras organizações é também uma busca pela possibilidade de ser um veículo prioritário na transmissão da ideologia nazista aos jovens. Esse pioneirismo atribuído à JH na construção da

¹²⁰ Cf. citação no original: That is the wonderful thing: that you complete the training cycle of our Volk. With you it has begun, and only when the last German sinks into the grave will it end! Never before in German history has there existed such an inner unity of spirit, of formation of will and of leadership. That is something many generations before us have yearned for, and we are the fortunate witnesses of its fulfillment. But in you, my boys and girls, I see this thousand-year-old dream coming true most marvelously! Just as you are standing before me here today, year for year, centuries from now the young generation will stand before their respective Fuhrers to come. And will again and again pledge that vow to the Germany we have secured today.

revolução nazista, que se encontra em curso, está presente no discurso de Hitler (SD1), de maneira que o sujeito retoma esse discurso a fim de reafirmar a precedência da JH sobre todas as outras organizações de jovens da Alemanha, pois são os jovens da JH que conseguiram desenvolver um espírito de liderança e unidade nunca vistos na história da Alemanha, de modo que a eles cabe a tarefa de completar o ciclo de formação do povo alemão.

Num outro recorte que compreende dois cartazes publicados pelo NSDAP durante as eleições, temos representações que remetem à disputa, ao autoritarismo, à luta por espaços de poder e à afirmação mediante o expurgo do outro.

Recorte 2

Figura 48: cartaz de campanha eleitoral do NSDAP



Fonte: www.alamy.com

Figura 49: cartaz de campanha eleitoral do NSDAP



Fonte: www.alamy.com

A violência, o autoritarismo e o sentimento de superioridade se encontram representados nos cartazes da campanha eleitoral do nacional-socialismo no início dos anos 1900. No primeiro cartaz (Figura 48), a imagem mostra um trabalhador alemão que descarta, com uma pá, um grupo de homens (possivelmente judeus e comunistas) e, acima da imagem, um enunciado que afirma algo como *Nós jogamos fora o esterco*. A figura seguinte (49) mostra um homem arrebetando um prédio de altas finanças com um martelo demolidor. Em todos eles, o trabalhador alemão é representado em tamanho muito maior que os seus oponentes, de modo que esse modo de representar atualiza a

memória de uma política e de um regime que se fazia impor pela violência e pelo autoritarismo. O objetivo da ação violenta era não apenas submeter, mas, se possível, pilhar, escorraçar, eliminar o oponente, de maneira que venceria o mais forte, que não significa apenas o militarmente mais forte, mas também aquele grupo que é superior em termos culturais e raciais.

A representação dos jovens da JH, no cartaz em questão, num tamanho muito superior ao daqueles pertencentes a outras organizações juvenis também diz dessa carga autoritária que caracterizava a política e os regimes na Alemanha do século XIX e início do XX. O sujeito retoma esses elementos na construção discursiva do corpo dos jovens que marcham em CJH – 4, pois, além da altura deles ser bastante desproporcional em relação aos jovens que correm por medo, a fisionomia expressa fúria e o tambor remete ao anúncio da chegada de uma massa unida por um propósito: a revolução nacional-socialista. A força e as qualidades superiores de um seguimento social, como as do trabalhador alemão nas figuras 48 e 49, são representadas no tamanho desses elementos em relação aos outros elementos dos cartazes, de maneira que o sujeito do discurso se apropria desse modo de representar o corpo na propaganda para também produzir um efeito de sentido de grandiosidade e superioridade da JH em relação aos membros das outras organizações. O discurso em CJH – 4 é, assim, sustentado por um outro discurso enquanto efeito das relações metafóricas que se dão entre o já-dito e o discurso do sujeito. Essas relações dão conta do funcionamento próprio do discurso, pois, como nos ensina Orlandi (2008, p. 51), o funcionamento da regularidade do discurso pode ser apreciado pelo movimento que articula metáfora e paráfrase. Nesses dois processos, ainda segundo a autora, temos a repetição, uma vez que a metáfora, condição da linguagem, diz do uso de uma palavra por outra e a paráfrase diz respeito ao uso do diferente no mesmo, do outro no um. Assim, o interdiscurso ao mesmo tempo fixa e desmancha qualquer origem dos sentidos e, por essa razão, se diz, em AD, que o sujeito acredita que é a origem dos sentidos quando, na verdade, os sentidos já se encontram nele produzindo efeitos.

No contexto da JH, o inimigo não é apenas aquele que é racialmente diferente, mas também aquele que é da mesma raça, mas vive sob os ditames de uma outra ideologia. Esse é visto como um encenqueiro, um estorvo, que precisa ser expurgado, conforme o enunciado alocado na parte superior do cartaz: *Fora com os encenqueiros*.¹²¹ O discurso do *um* em detrimento da *pluralidade* se encontra na base das concepções de Hitler e do partido nacional-socialista e dá sustentação ao discurso

¹²¹ Cf. citação no original: Hinaus mit allen Störenfrieden

produzido em CJH - 4. Na comunidade nacional pensada por Hitler, não cabem os racialmente inferiores, os fracos de saúde mental ou física, os perversos e nem aqueles considerados imorais. A esses fica reservado o ostracismo, quando não, o extermínio justificado pelo discurso da conservação e fortalecimento da raça, únicos meios capazes de mantê-la num mundo em conflito em que a raça mais forte é aquela destinada à sobrevivência e ao domínio sobre as demais. Esse é um discurso que pode ser encontrado em *Mein Kampf* nos seguintes termos:

Recorte 3

SD1: Os direitos humanos quebram os direitos do Estado. Mas se, na luta pelos direitos humanos, uma raça é subjugada, significa *que ela pesou muito pouco na balança do destino para ter a felicidade de continuar a existir neste mundo terrestre, pois, quem não é capaz de lutar pela existência, tem o seu fim determinado pela Providência. O mundo não é para os covardes*¹²² (HITLER, 2016, p. 305, grifos nossos, tradução livre).

Ao desenvolver uma reflexão sobre o discurso e aquilo que o constitui enquanto discurso de um outro que “fala” no discurso do sujeito, Orlandi (2008, p. 46) afirma que “é no interdiscurso que se constitui o dizer, sendo a noção de intradiscurso reservada não à constituição mas à formulação, ou seja, à produção efetiva, circunstanciada e relativa a um contexto específico de uma sequência discursiva completa”. Essa é uma noção basilar no nosso trabalho porque a análise do nosso *corpus* nos situa, na posição de analista, inteiramente no campo do outro. A formulação, ou seja, aquele momento em que o sujeito ata a produção discursiva à história e, por meio desse movimento, a processos discursivos que antecedem o momento da formulação, serve apenas para que, a partir dela, percorramos o trajeto do sentidos e nos lancemos na busca pelo discurso-outro que constitui a discursividade como processo que envolve sujeito, história e produção de sentidos. É partindo desse lugar que pensamos as relações constitutivas entre a SD1 do terceiro recorte e o discurso produzido em CJH – 4. Ao percorrer esse trajeto, aberto pela materialidade da formulação e da circulação, é possível observar sentidos da SD1 margeando, atravessando e constituindo o cartaz em análise, pois ali também se constituem sentidos sobre a superioridade de um grupo em relação a outros; a eliminação de um grupo devido a sua inferioridade, insignificância e baixaza; os débeis

¹²²Cf. citação no original: *Menschrecht bricht Staatsrecht. Unterliegt aber ein Volk in seinem Kampf um die Rechte des Menschen, dann wurde es eben auf der Schickalswage zu leicht befunden für das Glück der Forterhaltung auf der irdischen Welt. Denn die ewig gerechte Vorsehung schon das Ende bestimmt. Die Welt ist nicht da für feige Völker.*

e fracos devem desaparecer para que os fortes prevaleçam. Esses são sentidos da SD1 que o sujeito incorpora ao seu discurso ao se inscrever numa FD na qual dominam elementos ideológicos do nacional-socialismo. Desse modo, observamos esses sentidos sendo retomados em formulações como *Unidade da juventude na Juventude Hitlerista e Fora com os encenqueiros* que compõem o cartaz. No caso da JH, a unidade da juventude significa, necessariamente, a eliminação dos grupos concorrentes, de modo que a organização nazista reunisse todos os jovens nas suas fileiras e, assim fazendo, fortalecesse seu poder e contribuição ao regime de Hitler.

Na concepção de mundo nazista, não há lugar para um consenso mínimo que possibilite a convivência entre diferentes elementos da pluralidade humana. O mundo se encontra dividido entre aliados e adversários, raças superiores e inferiores e, nesse tipo de organização dicotômica, os segundos (adversários e raças inferiores), devem ser destruídos. E, se o inimigo se encontra dentro da própria raça considerada superior, não se deve ter piedade alguma para com ele. Elimina-se o inimigo para que no futuro o *um*, ou seja, a unidade do pensamento ideológico que sustenta o edifício do regime totalitário, possa se manter inalterado, uma vez que não há elementos nocivos que o corroam por dentro. Por essa razão, a propaganda defende um discurso sobre a unidade dos jovens na JH, conforme se pode ler no enunciado alocado na parte inferior de CJH – 4: *Unidade da juventude na Juventude Hitlerista!*¹²³. Embora o discurso apele à unidade, essa unidade só é possível pela eliminação e conseqüente silenciamento das organizações juvenis que passam a ser impedidas de produzir sentidos a partir de determinadas FDs porque foram reduzidas ao silêncio. No desejo de unidade, se encontra implicada a declaração de guerra ao outro racial, político-ideológico e identitário e, para garantir a unidade de uns, faz-se necessário eliminar a liberdade de outros que são impedidos de produzir discursos e polemizar com o grupo dominante. Dada a difusão do terror por meio da intimidação militar, da vigilância cotidiana e do discurso de ódio, como o produzido em CJH – 4, o medo social se instala e os sentidos, oriundos das FDs que se opõem ao regime ou divergem da ideologia nazista, são silenciados.

As condições de produção nas quais se dá a enunciação de CJH – 5 são aquelas próprias à guerra deflagrada pela Alemanha em 1939. Assim, além da sangrenta batalha de Stalingrado¹²⁴ que marcou profundamente os acontecimentos que se desenvolveram em 1943, temos também o bombardeamento da Sicília, região da Itália, pelos Aliados

¹²³ Cf. citação no original: *Einheit der Jugend in der Hitlerjugend!*

¹²⁴ A batalha de Stalingrado foi amplamente descrita quando analisamos CH – 5 na seção sobre a representação discursiva de Hitler.

(Inglaterra e Estados Unidos) e a criação de um setor, dentro da *Waffen-SS*, direcionado aos jovens da JH. O setor foi chamado de *12ª Divisão Panzer SS Hitlerjugend*. Ainda em 1943, os jovens que tinham 15 anos de idade foram mobilizados para trabalhar nas baterias antiaéreas, conforme descreve Bartolleti (2006, p. 83):

Em 26 de janeiro de 1943, os nazistas ordenaram que todos os meninos acima de 15 anos comandassem baterias antiaéreas. Os Ajudantes de Artilharia, como foram chamados, tentavam atingir aeronaves inimigas durante os ataques aéreos. Com prática em manejar pequenas armas, os meninos aprenderam logo a operar o fogo antiaéreo, os canhões antiaéreos de 88mm. Os menores controlavam os holofotes. Mais tarde, meninos e meninas de 13 a 15 anos manejavam as batidas. Com isso, mais soldados puderam ir para a linha de frente.

Enquanto meninos de 15 anos de idade se ocupavam das baterias antiaéreas, os jovens de 18 anos, que compunham a *12ª Divisão*, eram enviados para lutar no *front*.

Perdas significativas no efetivo de soldados alemães levaram a Alemanha a deslançar uma propaganda direcionada aos jovens da JH, a fim de convencê-los a ingressar nas fileiras da *Waffen-SS*. Cartazes que convocavam os jovens a se inscrever voluntariamente no serviço militar, ou que tratavam da carreira militar, passaram a ser visualizados nos veículos de propaganda do regime, como mostram os cartazes abaixo:

Figura 50: cartaz voltado para o jovem da JH



Fonte: <https://www.dhm.de>

Figura 51: cartaz de divulgação do serviço militar



Fonte: <https://www.hippocard.com>

Produzidos no interior de uma campanha que visava recrutar jovens para a guerra, os dois primeiros cartazes apresentam, por meio dos enunciados não verbais, uma projeção futura do jovem da JH como oficial do Exército (Figura 50) e também como

membro da Waffen-SS (Figura 51). Nos enunciados verbais desses dois cartazes, lemos *Oficial do amanhã*¹²⁵ e *Juventude alemã: inscreva-se voluntariamente na Waffen-SS*¹²⁶. Ambos põem em circulação sentidos sobre um futuro promissor, dado como certo, em circunstâncias em que a Alemanha vem sofrendo com sucessivos ataques dos Aliados e com perdas muito expressivas dos seus soldados no *front*. Nesses discursos, endereçados aos jovens, Hitler intencionava fazer diferentes usos daqueles que já se encontravam profundamente interpelados pela ideologia nazista, bem como seduzir aquela outra parcela que ainda resistia aos encantos do discurso do nacional-socialismo. À medida que a guerra avançava, mais e mais jovens da JH eram recrutados e enviados aos campos de guerra. Das filas da JH saíam jovens de pouca idade, muitos ainda adolescentes, com a incumbência de se engajar como ajudantes de artilharia ou abrindo trincheiras antitanques que impediam que os tanques inimigos passassem.

Os pais estavam desobrigados de enviar os filhos, mas, se não o fizessem, eram tidos como antipatriotas. Eles também eram desestimulados a visitarem seus filhos sob o argumento de que as crianças sentiriam falta de casa e isso poderia levar à desistência e à sobrecarga no sistema de transportes. O cansaço e a sobrecarga das ações de guerra não intimidavam a maioria dos jovens que estavam plenamente convencidos que todo aquele esforço tinha como finalidade um objetivo supremo: a vitória da Alemanha.

¹²⁵ Cf. citação no original: *Offiziere von morgen*.

¹²⁶ Cf. citação no original: *Deutsche Jugend: meldet sich freiwillig zur Waffen*

CJH – 5



Fonte: [//jhva.wordpress.com/tag/hitler-jugend/](http://jhva.wordpress.com/tag/hitler-jugend/)

Frente às necessidades que a guerra impunha, Goebbels e seu Ministério produziram uma propaganda que suscitava, nos jovens da JH, ambição e perspectiva de carreira nos escalões mais altos da Forças Armadas. E, visando estimular os jovens num momento de derrotas e perdas de soldados nas regiões onde as batalhas eram

travadas, o sujeito que enuncia em CJH - 5 produz um cartaz que expressa seriedade e perspectiva de futuro entre aqueles que são vistos pelas crianças e adolescentes da JH como os heróis da Pátria. No primeiro plano do cartaz, um oficial do Exército, devidamente fardado e ostentando a Cruz de Ferro, olha para a esquerda. Em seguida, colocado em segundo plano, um jovem loiro da JH olha, fardado e assumindo uma posição de seriedade, por sobre os ombros do oficial. Ambos são emoldurados pelos enunciados desenhados em letras góticas¹²⁷: *Da Juventude hitlerista*¹²⁸ (superior), *a oficial das Forças Armadas*¹²⁹ (mais ao centro do cartaz) e *seu caminho!*¹³⁰ (na parte inferior). Os lábios finos, a pele branca, os olhos claros e as medidas dos rostos do jovem e do oficial enfatizam os elementos raciais valorizados na Comunidade do Povo. Aquilo que se pode ver dos seus corpos dão indícios de que ambos possuem um porte atlético; é o que se espera de um soldado engajado na construção da comunidade pela via do imperialismo, promessa da guerra.

A análise linguística das preposições nos enunciados *vom* (*von + dem*) *Hitlerjugend zum* (*zu + dem*) *Offizier des Heeres* permite acessar um processo que se caracteriza como um caminho, uma trajetória a ser feita de um ponto a outro, ou seja, *da* Juventude Hitlerista *a* oficial das Forças Armadas. Esse sentido é reforçado pela imagem que coloca o jovem atrás (segundo plano) do oficial, de modo que o jovem deve percorrer um caminho até chegar ao posto de oficial. A Semântica Cognitiva¹³¹ explicaria essa ideia de percurso (ou esse significado de caminho) a partir das relações sensório-corpóreas dos falantes, do movimento dos corpos com o meio que os circunda. Mas numa perspectiva discursiva, os sentidos são referidos ao mundo, ao extralinguístico, à história e não necessariamente ao mundo físico no qual nos movemos. Assim, ao referir esses enunciados produzidos em CJH – 5 às condições de produção imediatas, nas quais esse discurso emerge, é possível desvelar os sentidos que constituem um discurso que trata de ascensão na carreira militar num momento em que a Alemanha sofre graves perdas na guerra e os Aliados avançam bombardeando impiedosamente. Nessas condições, esse discurso se apresenta como um engodo cuja finalidade é

¹²⁷ A letra gótica, também conhecida como escolástica, foi criada entre os séculos XII e XIII a partir da escrita carolíngia. Caracteriza-se pelo verticalismo de linhas retas e quebradas e traçado anguloso e arredondado. O estilo continuou sendo usado nos países de língua alemã no séc. XX ao mesmo tempo que se usava o *Sütterlin*, um sistema de escrita germânico, baseado no sistema *Blackletter*, que foi criado a pedido do Ministro da Cultura da Prússia em 1911. Tanto as letras góticas, como o *Sütterlin*, eram amplamente usados nos jornais, materiais didáticos e na propaganda política durante o Terceiro *Reich*.

¹²⁸ Cf. citação no original: *Vom Hitlerjugend*.

¹²⁹ Cf. citação no original: *zum Offizier des Heeres*

¹³⁰ Cf. citação no original: *Dein Weg!*

¹³¹ Campo da Psicolinguística que aborda a questão do sentido a partir das relações entre o cérebro e o mundo.

seduzir os jovens a fim de engajá-los numa batalha que, em 1943, já era considerada perdida, conforme afirma Evans (2016, p. 535): “O Terceiro Reich estava então começando a perder seus aliados. Em março de 1943, o rei Bóris da Bulgária decidiu que os alemães não iriam vencer a guerra”. Enquanto o estado de espírito da população alemã caía, em 1943, devido aos intensos bombardeios às cidades alemãs (EVANS, 2016, p. 534), Goebbels lança uma campanha cujo objetivo é captar mais jovens para a guerra em troca de uma posição na hierarquia militar. Mais uma vez, é possível identificar aquele discurso de Hitler, em *Mein Kampf*, sobre o sacrifício dos jovens, como o discurso que sustenta o discurso produzido em CJH – 5. Dadas as condições nas quais a Alemanha se encontrava em 1943, captar mais jovens, seja para exercer funções que possibilitassem a liberação da parcela adulta para o *front*, seja para o trabalho ou o ataque armado nas regiões de confronto, não significa outra coisa, senão, o sacrifício da juventude.

As crianças e os jovens da JH, nas diversas atividades (escolares e não escolares) que realizavam e, sobretudo, no treinamento paramilitar, estavam sendo preparados para a guerra que exigia deles um espírito resoluto, uma entrega irrefletida e um sacrifício resignado. Hitler exigia deles a mesma disposição ao sacrifício que o fez abandonar os livros quando da Primeira Guerra Mundial:

Recorte 1

SD1: Como milhões de outros, meu coração transbordou de orgulho por finalmente poder me libertar desse sentimento paralisante. Eu havia cantado “Deutschland uber alles” tantas vezes e gritado Heil a plenos pulmões que quase parecia uma graça tardia poder comparecer como testemunha no tribunal divino do Juiz Eterno para testemunhar a veracidade dessa atitude. Porque ficou claro para mim desde o início que no caso de uma guerra (que me parecia inevitável), eu deixaria os livros imediatamente¹³² (HITLER, 2016, p. 457).

Esse estado de excitação que a descrição de Hitler, em *Mein Kampf*, deixa transparecer, era o mesmo estado que era exigido dos jovens alemães que

¹³² Cf. citação no original: So quoll mir, wie Millionen anderen, denn auch das Herz über vor stolzem Glück, mich nun endlich von dieser lähmenden Empfindung erlösen zu können. Ich hatte so oft “Deutschland über alles” gesungen und aus voller Kehle Heil gerufen, daß es mir fast wie eine nachträglich gewährte Gnade erschien, nun im Gottesgericht des ewigen Richters als Zeuge antreten zu dürfen zur Bekundung der Wahrhaftigkeit dieser Gesinnung. Denn es stand bei mir von der ersten Stunde na fest, daß ich im Falle eines Krieges (der mir unausbleiblich erschien) soo der so die Bücher sofort verlassen würde.

abandonavam o pensamento e se entregavam fanaticamente ao discurso patriota inflamado, demagógico e eivado de sentimentalismo. Essa excitação era visada pela propaganda nazista que omitia os fatos reais sobre as guerras e bombardeava os jovens com promessas que despertavam o ânimo pelo sacrifício. Assim, o caminho para ser um oficial do Exército alemão passa por essa atitude extrema que é a de deixar tudo para se entregar totalmente à causa da guerra. A condição para se chegar a oficial do Exército ou ser condecorado com a Cruz de Ferro é defender a Alemanha nas trincheiras sem questionar ou avaliar a conjuntura porque o dever cívico/patriótico se encontra acima de qualquer consideração humana: pais, namorada, formação escolar etc. Esses sentidos que se encontram colocados nas palavras de Hitler ecoam tanto naquilo que está dito em CJH – 5, como naquilo que não está dito porque as circunstâncias históricas exigem que não seja feito para que prevaleça a farsa e, desse modo, os jovens se sintam atraídos por uma guerra cujo fracasso já era dado como certo. Essas relações entre discursos são assim estabelecidas porque “a relação do intradiscurso com o interdiscurso é que remete o dizer do sujeito ao Outro constitutivo (o interdiscurso: a memória do sentido, o repetível): falamos com palavras que já têm sentido (ORLANDI, 2008, p. 47). No caso de CJH – 5, os sentidos produzidos em SD1 se relacionam, sobretudo, com aqueles sentidos que foram silenciados no discurso do sujeito, mas que servem de base – se encontram no nível do dizível – para que o sujeito produza um discurso com tal funcionamento. Pêcheux; Fuchs (2014, p. 183, grifo do autor) dizem das superfícies linguísticas que essas são dominadas por condições estáveis e homogêneas, de modo que disto “se pressupõe que todo discurso ‘concreto’ é, de fato, um *complexo* de processos que remetem a diferentes condições”. A esse complexo de processos dos quais falam os autores, é possível pensar aquele conteúdo silenciado do discurso que também é condição da significação e com o qual os sentidos se relacionam. É por essa razão que Orlandi (2001, p. 55) vai afirmar que dizer e silenciar andam juntos e que “há uma inclinação política da significação que resulta no silenciamento como forma não de calar, mas de fazer dizer ‘uma’ coisa, para não deixar dizer ‘outras’”. Desse modo, as relações entre a SD1 e o cartaz em questão se dão tanto no nível do formulado, quanto no nível daquilo que foi silenciado porque o Ministério da Propaganda e do Esclarecimento não permite que sentidos sobre os inúmeros jovens que morriam no *front* e a derrota que já se aproximava do Terceiro *Reich* fossem divulgados. Assim, o caminho para níveis mais altos na hierarquia do Exército implica a entrega do jovem soldado a um embate do qual, talvez, não consiga voltar vivo. A exigência que se faz é a de um sacrifício absoluto como aquele feito pelo *Führer* que,

em telegrama enviado a JH durante a guerra, volta a mobilizar o discurso sobre o sacrifício:

Recorte 2

SD1: Nesta hora em que *o Reich é ameaçado por nossos inimigos cheios de ódio, você dá um exemplo brilhante de espírito de luta e prontidão fanática para ação e sacrifício. [...] Hoje, a percepção da necessidade de nossa luta enche de orgulho todo o Volk alemão, sobretudo sua juventude. Conhecemos os planos impiedosos de aniquilação de nossos inimigos. Por esta razão, vamos travar ainda mais fanaticamente esta guerra por um Reich em que você, um dia, poderá trabalhar e viver com respeito próprio.* (HITLER, s/a, p. 958)¹³³.

Encontra-se implicado, no caminho que leva ao posto de oficial do Exército, uma dose de bravura, contumácia e espírito de sacrifício, mas, numa situação de guerra, todos esses princípios são pontencializados ao extremo. Desse modo, o que se exigia daqueles jovens – alguns ainda adolescentes - era justamente o extremo daquilo que seria exigido em tempos de paz. No contexto da Segunda Guerra Mundial, aquilo que se exigia daqueles meninos da JH era justamente o sacrifício extremo, ou seja, aquele de dar a vida pela Pátria, de maneira que nunca seria possível conseguir a patente, mas apenas uma homenagem por sua coragem e amor à Comunidade do Povo. Embora esse fosse o destino de muitos, a propaganda não cumpre o papel de esclarecer acerca das reais condições da guerra e constrói um simulacro da realidade a fim de recrutar mais e mais jovens que, naquelas condições, já estavam sentenciados à morte. É com esse conteúdo silenciado em CJH – 5 que, mais uma vez, as palavras de Hitler (SD1) estabelecem relações interdiscursivas. O sujeito, nessas condições de produção, se encontra interdito a produzir sentidos que apresentem a guerra naquilo que ela tem de grotesco e horrendo, como nos conta Evans (2016, p. 506-507) acerca do ataque à cidade alemã de Hamburgo:

O tempo estava excepcionalmente quente e seco naquela noite, e os bombeiros estavam concentrados sobretudo na região oeste da cidade, ainda enfrentando os destroços fumegantes dos ataques anteriores. Nos primeiros 23 minutos do ataque, os bombardeiros lançaram tantos dispositivos incendiários, bombas explosivas e altos explosivos em uma área tão pequena na região sudeste da cidade que os incêndios se transformavam em um só, sugando o ar da área

¹³³ Cf. citação no original: In this hour in which the Reich is threatened by our enemies who are filled with hatred, you set a shining example of fighting spirit and fanatical readiness for action and sacrifice. [...] Today, the realization of the necessity of our fight fills the entire German Volk, above all its youth. We know our enemies' merciless plans of annihilation. For this reason, we will all the more fanatically wage this war for a Reich in which you will one day be able to work and live in selfrespect.

vizinha até que todo o espaço de cerca de 1,6 quilômetros quadrados se tornou uma única labareda, com temperaturas alcançando 800 °C no centro. Com a força de um furacão, ela começou a absorver o ar de toda a redondeza, se estendendo por cerca de três quilômetros para sudeste, enquanto os bombardeiros, continuavam a lançar sua munição. A força do vento que uivava, repleto de fagulhas, criado pela tempestade de fogo, arrancou árvores pelas raízes e transformou as pessoas que estavam nas ruas em tochas humanas. A tempestade de fogo sugou o ar dos abrigos subterrâneos nos quais milhares de pessoas se encolhiam de medo, matando-as por envenenamento por monóxido de carbono, ou aprisionando-as e sufocando-as ao reduzir os edifícios na superfície a montes de detritos que cobriram as aberturas para ventilação e as saídas. Dezesesseis mil prédios de apartamentos com uma frontaria de cerca de 251 quilômetros estavam em chamas às três horas da madrugada, até que a tempestade de fogo finalmente começou a diminuir. Por volta das sete horas da manhã tudo estava acabado.

Esse lado execrável e ignóbil da guerra passa ao largo na propaganda do Terceiro *Reich*, porque o sujeito foi proibido de significar o acontecimento aterrorizador. Essa é uma dimensão política do silêncio que “está, no entanto, assentada sobre o fato de que o silêncio faz parte de todo o processo de significação (dimensão fundante do silêncio)” (ORLANDI, 2001, p. 55). A convocação para seguir a carreira militar é também uma convocação à luta contra os inimigos do *Volk* que só serão detidos mediante uma vontade determinada ao extremo, ou seja, fanática e disposta a destruir o inimigo que impede a construção da comunidade do povo (SD1). Esse discurso atravessa e sustenta aquele discurso que se encontra interdito, ou seja, o sacrifício sagrento de milhares de jovens que caem em combate. Aquilo que em CJH – 5 aparece como uma promessa de uma carreira militar bem-sucedida, cujo caminho é tranquilo e pacífico – como sugere o cartaz (Figura 50) que representa um jovem como o oficial do amanhã – é, na verdade, um caminho em que a entrega fanática dos soldados exige o sacrifício e o sangue dos mesmos. Há retomada desses sentidos pelo sujeito do discurso naquilo que ele deixa silenciado no processo de discursivização da guerra e do recrutamento. Há a necessidade de negar o real para que mais jovens se alistem e sejam entregues à barbárie.

O caminho que o regime reservou aos jovens da JH é aquele do sacrifício e não o da promoção militar, simulacro produzido pelo discurso em CJH – 5, que silencia sobre o real destino daqueles jovens: servir como “bucha de canhão” numa guerra que já dava sinais de que a Alemanha sairia derrotada. Os acontecimentos de 1943 possibilitaram ao povo alemão vislumbrar aquilo que efetivamente era o regime de Hitler, de maneira que não tardou para que comesçassem a se decepcionar, conforme afirma Teixeira (2022, p. 3):

Na Alemanha a decepção com o Terceiro Reich só chegou com o avanço da Frente Russa, a partir de 1943. Em 1945 ninguém mais era nazista. Só Hitler era nazista. O único culpado. O povo foi "conduzido", seduzido, "hipnotizado" como o Césare do Gabinete do Doutor Caligari....de Robert Wiene.

A decepção veio e lançou alguma luz sobre a consciência daqueles que se encontravam sob o efeito de um estado hipnótico, como afirma Teixeira (2022), de maneira que, algo que parecia ser um ensaio da saída da caverna de Platão, foi recebido com mais propaganda que visava aqueles que demonstravam resistência, caíam desanimados ou temiam o pior. No caminho dos jovens da JH, a condecoração era apenas uma promessa que dava lugar ao engano, à mentira e, às vezes, à morte. Bartolleti (2006, p. 119) oferece um panorama da situação dos jovens da JH em 1943, nesses termos:

Para recrutar soldados em potencial, os oficiais da Unidade da Morte-SS faziam visitas aos acampamentos da Agência de Trabalho do Reich. Lá, escolhiam os melhores entre milhares de adolescentes que cumpriam o serviço obrigatório. Os oficiais contavam aos rapazes da alegria e animação das linhas de combate e prometiam promoções de posto até chegarem a oficiais. Os nazistas também recrutavam os rapazes capacitados em reuniões da JH e nos alistamentos militares. Em geral os recrutamentos eram feitos sem a permissão dos pais dos jovens. Os novos recrutas da Juventude Hitlerista-SS eram, supostamente, voluntários e a maioria aceitava se alistar. Mas outros eram enganados ou coagidos. Em alguns casos, os oficiais SS disseram que os jovens deviam assinar os papeis para verificação de dados pessoais. Depois, os rapazes descobriam que tinham assinado o alistamento nos batalhões da SS. À medida que a Alemanha foi ficando mais desesperada para conseguir soldados, alguns rapazes que recusavam se alistar eram ameaçados de traição ou até de serem condenados à morte.

O discurso sobre futuro e carreira deixa em silêncio todos aqueles sobre coação e ameaça que faz parte da estratégia nazista para continuar enviando jovens para os campos de batalha. O simulacro que se constrói por meio de um discurso demagógico, como o que temos em CJH – 5, visa negar a realidade por meio da construção de uma fantasia na qual todos devem se engajar porque, do contrário, não há como levar adiante o projeto imperialista e genocida de Adolf Hitler. Em meio à barbárie e ao declínio do regime, surge uma voz, a voz do sujeito que fala no discurso, e oferece uma perspectiva a jovens que se encontram apreensivos sobre o futuro e o caminho da Alemanha daquele ponto em diante. Num momento em que a perspectiva da guerra diminui aquela que se construiu sobre o *Reich de mil anos*, é conveniente fazer circular um discurso que encha os jovens de esperança e os ponha novamente em marcha, levando-os a renovar sua confiança no *Führer* e nas armas da Alemanha.

3.3.3 Memória e discurso sobre arte e cultura (*Kunst und Kultur*) na propaganda nazista

Arte e política cultural exerceram um papel de extrema importância no Terceiro *Reich*. Hitler e os representantes do partido nazista se dedicaram intensamente à tarefa de conferir à cultura um caráter efetivamente nacional-socialista. A proximidade de Hitler

e Goebbels, assim como de outros membros proeminentes do partido, com o mundo das artes possibilitou a busca pelo resgate de uma expressão artística genuinamente ariana. Além de pensar no retorno às raízes da cultura germânica, o partido realizou um movimento no sentido de se apropriar de grandes nomes da arte e do pensamento europeu a fim de apresentá-los como alemães ou de linhagem ariana, mesmo quando esses não eram nem um nem outro. Todos os objetos culturais produzidos no Terceiro *Reich* deveriam seguir as linhas ideológicas do Nacional-Socialismo. A fim de que não houvesse disparidades em relação ao tronco ideológico do partido, foi criada a Câmara de Cultura do *Reich* (*Reichskulturkammer*) em 1933. A Câmara foi dividida em sete setores que contemplavam artes visuais, rádio, cinema, música, teatro, literatura e imprensa.

A cultura, de um modo geral, tornou-se o instrumento mais importante de propaganda do Nazismo durante o governo de Hitler e, naquela estrutura do Terceiro *Reich*, a interpretação das artes e da literatura foi ajustada para uma função político-educacional (DENNIS, 2014, p. 33). Era necessário fazer com que o cidadão da Alemanha, sob o domínio de Hitler, voltasse a sentir orgulho da sua história e da Pátria para que fosse capaz de se sacrificar por ela e, para atingir esse intento, a arte deveria estar enraizada na história imperial, na tradição e no folclore alemão. Um outro aspecto que deve ser levado em consideração ao abordar a arte produzida no Terceiro *Reich* é a admiração compartilhada pelos membros do partido, com destaque para Hitler, pelo Classicismo e o Romantismo. Desse modo, as correntes principais da estética alemã que foi retomada pelo nazismo são, a bem da verdade, confluências do Classicismo e do Romantismo. O ideal de arte nazista era, com frequência, divulgado e discutido nos jornais, como o *Völkischer Beobachter*, nos cartazes que divulgavam as exposições de arte locais e nacionais e na produção cinematográfica que eram concebidas em conformidade com a ideologia nazista.

O primeiro cartaz a ser analisado foi criado em 1935 por Herbert Bayer, designer que nasceu na Áustria e foi estudante da escola de design e arquitetura Staatliches Bauhaus entre os anos 1921 e 1923. A Bauhaus se destacou por seu protagonismo vanguardista no início do século XX e se tornou uma das maiores expressões do modernismo na Alemanha. Fundada na cidade de Weimar por Walter Gropius, a Bauhaus inicialmente sofreu uma forte influência das vanguardas soviéticas. Em 1933, por determinação de Hitler, a Bauhaus teve suas portas fechadas. A escola era vista como uma instituição comunista porque muitos dos seus professores eram russos. Com o progresso da nazificação da Alemanha, a estética da Bauhaus vai sendo substituída

por aquilo que os nazistas consideravam adequado ao regime e à concepção de arte do partido. Acerca disso, Evans (2011, p. 161) esclarece:

A publicidade e o design começaram a incorporar símbolos nazistas e a incorporar e a adotar o estilo nazista aprovado para garantir que pôsteres e anúncios fossem “alemães” na origem e estilo. Bens de consumo agora eram anunciados de uma maneira que combinasse com os requerimentos do regime da mesma forma que a arte de alto nível. Objetos do cotidiano logo adquiriram um verniz político. Já em março de 1933, o olhar aguçado de Viktor Kempler notou que o tubo da pasta de dente que ele comprou na farmácia estava rotulado com uma suástica. Não demorou muito, e as pessoas podiam comprar taças para ovos quentes, grampos de cabelo, lápis ou serviços de chá com suásticas, ou dar às crianças presentes como bonecos camisas-pardas, caixas de música que tocavam a canção Horst Wessel ou um jogo que pedia “juntar as letras corretamente para compor o nome de um grande líder: L-I-T-R-E-H”. A mobília de aço tubular tão amada pela Bauhaus na década de 1920 usava metal muito valioso, muitíssimo necessário para armamentos; assim, em um conveniente casamento de ideologia e economia, deu lugar para a madeira laqueada e um estilo pseudonatural – pseudo porque cada vez mais era fabricado pela produção industrial em massa, a despeito da aparência de feito à mão. Mesmo um setor aparentemente neutro como o paisagismo e a jardinagem, não ficou imune ao processo: formalidade e plantas estrangeiras saíram e entrou um aspecto natural baseado em espécies nativas alemãs. Aqueles que gostavam de colecionar as cartas que eram distribuídas com carteiras de cigarros agora podiam colá-las em um álbum retratando “a luta pelo Terceiro Reich”. Entre as cartas disponíveis aos fumantes havia imagens de Hitler conversando com uma criança loira (“Os olhos do Líder – os olhos de um pai”), Hitler e tecnologia, Hitler e Hindenburg e, é claro, Hitler e os Trabalhadores. Conforme uma importante revista de arte nazista comentou em 1937: “São as coisas do cotidiano, não as grandes obras individuais, que conferem a uma era sua atmosfera cultural”.

De acordo com essa descrição feita por Evans, conclui-se que, não apenas nas instituições governamentais deve estar materializada a ideologia nazista, mas também nos objetos que participam do cotidiano da população. O *design* é parte da forma e da estética desses objetos, de modo que também deve expressar a concepção de mundo dos nazistas. É preciso lembrar aos indivíduos, por meio desses objetos da vida cotidiana, que um novo modo de produzir, consumir e se relacionar com a arte foi inaugurado com a chegada do nacional-socialismo ao poder.

Com o fechamento da Bauhaus e as mudanças na política cultural da Alemanha, alguns *designers* passaram a prestar serviços ao Ministério da Propaganda do Terceiro Reich. É o caso de Herbert Bayer, um dos expoentes da escola, que a partir de 1933 passa a trabalhar para Goebbels, e Mies van der Rohe que, em 1934, ingressa na Câmara da Cultura do Reich, apoia Hitler e segue produzindo sem se importar com a questão ideológica e política.

A exposição *Das Wunder des Lebens*, cujo cartaz ficou sob a responsabilidade de Herbert Bayer, tinha como objetivo principal a disseminação das ideias nazistas sobre a importância de uma raça pura, saudável e superior. Foi inaugurada no dia 23 de março de 1935 e se encontrava situada na avenida *Kaiserdamm* em Berlim. A atração

principal da exposição se encontrava numa sala grande na qual foi colocado um ser humano de vidro, cujos órgãos podiam ser vistos. O visitante tinha um botão à sua disposição e, ao apertá-lo, um disco começava a tocar um texto explicativo. A exposição contava com o que havia de mais avançado em termos de tecnologia, de maneira que aquilo que o visitante tinha diante dos olhos se tratava de um mega espetáculo que visava tornar as teorias raciais nazistas compreensíveis. No catálogo da exposição, podia-se ler *Es ist der Mensch, erbgesund und rassisch vollwertig, der heute Richtschnur unseres politischen und gesellschaftlichen Daseins ist*¹³⁴. Segundo a lógica nazista, se o corpo era protegido das doenças por meio da higiene pessoal, então seria através da higiene racial que seria possível manter o organismo nacional saudável.

Outros materiais podem ser vistos na exposição, como pôsteres, gráficos, a árvore genealógica de Hitler, fotografias de arianos saudáveis, bem como de judeus e tipos indesejados, como deficientes físicos e mentais. Uma amostra do que foi exposto pode ser verificada nas figuras 52 e 53:

Figura 52: gráfico apresentado na exposição *Das Wunder des Lebens*



Fonte: Bundesarchiv, Bild 102-16748

¹³⁴ É o ser humano, geneticamente saudável e racialmente completo, que hoje é o princípio norteador de nossa existência política e social (tradução livre)

Figura 53: pôsteres exibidos na exposição *Das Wunder des Lebens*

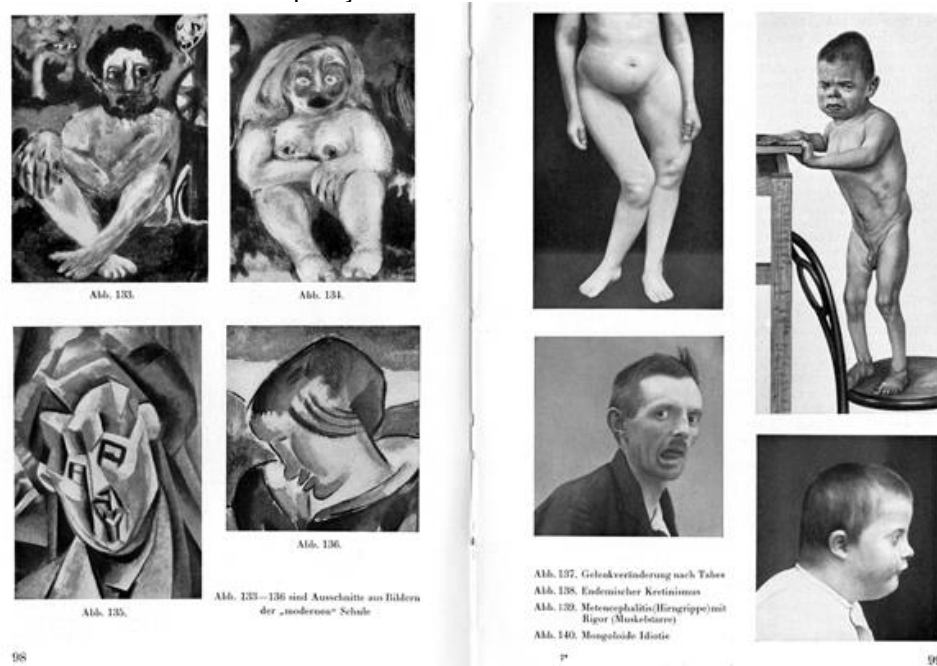
Fonte: www1.wdr.de

O gráfico da figura 52 mostra uma estatística que aponta para o declínio qualitativo da população ariana por meio da fraca reprodução da raça superior. A comparação é feita entre um ariano e uma pessoa com deficiência mental. O gráfico prevê o desaparecimento do ariano, ao longo do tempo, e o predomínio daqueles que são considerados inferiores. Por meio de pôsteres, conforme mostra a Figura 53, os nazistas procuravam provar que a raça inferior se reproduz mais rápido que a superior, e isso tem como consequência a degeneração da raça. Era necessário eliminar da Comunidade do Povo aqueles que contribuíam para a miscigenação e enfraquecimento da raça ariana.

Durante a exposição, o também ideólogo do NSDAP Paul Schultze-Naumburg¹³⁵, apresentou pôsteres que traziam comparações entre a arte moderna e deficientes físicos e mentais. Segundo ele, a arte moderna era o resultado da degeneração e decadência das raças nórdicas e, para provar, aproximou fotos de pinturas da arte moderna (notadamente expressionistas) e pessoas deficientes (Figura 54) para dar a entender que a arte moderna era doentia e defeituosa.

¹³⁵ Em 1928, Schultze-Naumburg publicou um polêmico ensaio chamado *Kunst und Rasse* (Arte e Raça) no qual procurava explicar a relação entre a degeneração da raça e a decadência cultural.

Figura 54: comparações feitas por Schultze-Naumburg no livro *Kunst und Rasse* e apresentadas na exposição *Das Wunder des Lebens*



Fonte: <https://ghdi.ghi-dc.org>

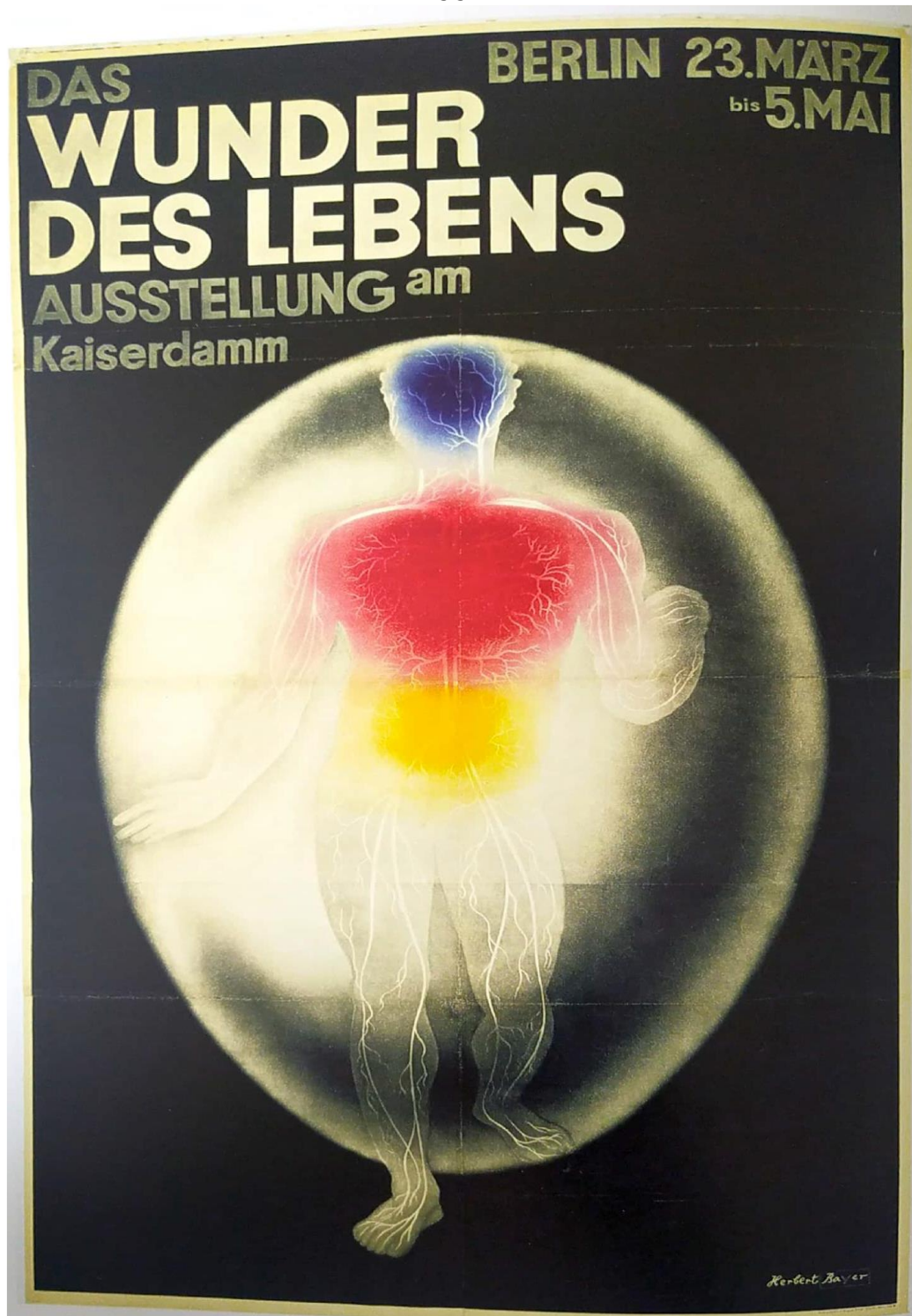
Raça e cultura estavam intrinsecamente ligadas para os nazistas, de maneira que a degradação de uma implicava necessariamente a degradação da outra; então era necessário melhorar a raça e preservar a cultura da invasão de corpos estranhos que corroíam o ideal de beleza estabelecido pelos nazistas. Sobre isso, Mosse (1975, p. 191, tradução livre) afirma que

A modernidade foi rejeitada; a “beleza” foi definida, mais uma vez contra a civilização industrial e burguesa. O homem deveria, por meio de tal contemplação, reviver a nascente de seu ser, que tinha sido obscurecida pela degeneração da arte moderna. A beleza era “genuína”, mas não poderia ser um caos. Um princípio de ordem era parte essencial do belo: Hitler e os nazistas nunca fizeram objeção ao uso da tecnologia mais moderna, mas ela tinha de ser aproveitada a serviço de um conceito de beleza que era como a calma superfície do oceano, liso como um espelho, embora em constante movimento¹³⁶.

O neoclassicismo passou a ser esse princípio de ordem e beleza desejado pelos nazistas e definido como a bússola que deveria nortear os padrões estéticos do *Reich*. Para que esse projeto fosse efetivado, exposições difamatórias, como *Das Wunder des Lebens*, foram organizadas e medidas coercitivas foram estabelecidas.

¹³⁶ Cf. citação no original: Modernity was rejected; “beauty” was defined, once again against industrial and bourgeois civilization. Man should, through such contemplation, revive the wellspring of his being, which had been obscured by the degeneracy of modern art. Beauty was “genuine”, but it could not be chaos. A principle of order was an essential part of beauty: Hitler and the Nazis never objected to the use of the most modern technology, but it had to be harnessed in the service of a concept of beauty that was like the calm surface of the ocean, smooth as a mirror, although in constant motion.

CC - 1



Fonte: Wunderlich (2021)

Na formulação do discurso, plano das montagens simbólicas (PÊCHEUX, 2015, p. 47) e em que é “possível entrever o processo de inscrição da forma significativa na história” (RODRIGUES, 2011, p. 229), o sujeito, em CC – 1, dá centralidade àquilo que é o grande atrativo da exposição: um ser humano de vidro saindo de uma forma esférica. Como em outros cartazes, a imagem ganha o centro e assume quase todo o espaço do

cartaz. No traço do sujeito que desenha CC – 1, a forma esférica da exposição real é representada como se fosse um ovo do qual um homem sai. A partir desse homem de vidro, chegamos ao “discurso-vulgata do implícito” (PÊCHEUX, 2015, p. 46) que se mostra sob a forma do repetível, um efeito de série pela qual uma regularização se inicia, de modo que nessa própria regularização residem os implícitos sob a forma de remissões e retomadas (PÊCHEUX, 2015, p. 46). A retomada do discurso-outro, sob a forma do pré-construído, no discurso do sujeito, se faz pela “presença ausente” (PÊCHEUX, 2015, p. 46) de uma escultura da antiguidade clássica chamada Doryphoros que foi esculpida por Policleto, um dos mais notáveis escultores da Grécia Antiga.

Figura 55: Doryphoros de Policleto



Fonte: <http://ancientrome.ru>

Nesse gesto, que amarra uma atualidade a uma memória, o sujeito faz circular sentidos que, durante a República de Weimar, período no qual o modernismo se desenvolveu “com toda sua força na literatura, na pintura, na escultura, arquitetura, música e teatro (DENNIS, 2014, p. 290), foram perdendo espaço para a efervescência artística e a novidade estética que as vanguardas inauguravam. Esses sentidos dizem do Classicismo, das formas clássicas gregas e romanas que, já apontadas nesse texto, agradavam tanto a Hitler e aos membros do partido. Mas esses sentidos também dizem de uma memória mais próxima à produção de CC - 1: a teoria racial que Rosenberg, Paul Schultze-Naumburg, Hitler e outros elaboram. Nessa teoria, gregos e romanos são

reverenciados como um modelo cultural e estético a ser reproduzido.

Recorte 1:

SD1: No solo da Grécia foi travada a primeira grande batalha decisiva da história mundial entre os valores raciais, a favor do ser nórdico (ROSENBERG, 2021, p. 67).

SD2: [...] a partir das leis da luz e do céu, do espírito e da vontade do pai, se originou tudo o que chamamos cultura grega, como aquela herança mais grandiosa da antiguidade para o nosso ser (ROSENBERG, 2021, p. 67).

SD3: Essas criações espirituais gregas altamente piedosas mostram a vida interior reta, ainda pura, do homem nórdico [...] (ROSENBERG, 2021, p. 62).

SD4: “Homero não mostra nem polêmica nem dogmática”, diz Rohde, e caracteriza, com esta única frase, a essência de todo sentimento religioso genuinamente ariano (ROSENBERG, 2021, p. 62-63).

Recorte 2:

SD1: O que tornou imperecível o ideal de beleza grega foi a harmonia entre a beleza física e a espiritual e moral¹³⁷ (HITLER, 2011, p. 156, tradução livre).

SD2: A luta que hoje se agita tem o grande objetivo de, ligando sua existência ao passado milenar, unificar o mundo greco-romano com o germânico¹³⁸ (HITLER, 2011, p. 136, tradução livre).

O discurso produzido nas sequências atravessa, sob o modo do discurso transversal, o discurso pictórico produzido em CC – 1. O sujeito, antes um expoente do *design* modernista e produtor da Bauhaus, se desidentifica com essa matriz de sentido e, ao passar para o Ministério da Propaganda do Terceiro *Reich* se identifica com os saberes disponibilizados pela FD na qual agora inscreve seu discurso. Ao produzir esse

¹³⁷ Cf. citação no original: Was das griechische Schönheitsideal unvergänglich machte, war die Harmonie zwischen körperlicher Schönheit und geistiger und moralischer Schönheit.

¹³⁸ Cf. citação no original: Der Kampf, der heute tobt, hat das große Ziel, die griechisch-römische Welt mit der germanischen zu vereinen, indem er seine Existenz an die tausendjährige Vergangenheit anknüpft.

movimento, o sujeito assume, via “processo de interpelação-identificação” (PÊCHEUX, 2014, p. 145) uma outra posição-sujeito e, dessa posição, retoma aqueles discursos que enaltecem o povo grego, a arte produzida por esse povo, bem como as relações raciais entre gregos e nórdicos para justificar a tese da superioridade racial dos arianos.

Ideias sobre a existência de uma hierarquia entre as raças, de maneira que no topo dessa hierarquia se encontravam as raças superiores que assumiam um lugar de supremacia natural em relação àquelas consideradas inferiores já circulavam no século XIX, conforme afirma Roudinesco (2022, p. 73):

A partir de meados do séc. XIX, com o desenvolvimento da antropologia física, num contexto de darwinismo, evolucionismo e de pretensas classificações dos povos e das culturas, a palavra “raça” conheceu grande sucesso, o que permitiu estabelecer tipologias baseadas não somente em critérios morfológicos (a cor da pele), mas em hierarquias, sendo certas “raças” consideradas superiores a outras em função do estado da civilização em questão. Os povos foram, então, classificados segundo uma escala de valores: fisiológicos, psicológicos etc. Daí as distinções completamente arbitrárias entre “arianos” e “semitas”, entre asiáticos, negros, ameríndios, indígenas, e no topo da hierarquia, os brancos oriundos das sociedades ocidentais: os europeus do norte e do sul e, de modo, geral, os ocidentais.

Aquilo que podemos pensar, a partir da localização temporal do aparecimento dos discursos sobre as raças, é que a produção discursiva de Alfred Rosenberg traz, em suas malhas, ecos desses discursos que passam a circular na segunda metade do séc. XIX e que definem os povos de acordo com valores intrínsecos que os impulsionavam em direção à produção daqueles bens culturais considerados civilizados. Esses povos passam a servir de modelo a todas às raças tidas como inferiores, de modo que raças desvalorizadas por seu pouco – ou nenhum – progresso civilizatório deveriam se esforçar por se apropriar dos valores culturais da raça dominante. Esses mesmos discursos constituem, por “um efeito de paráfrase” (PÊCHEUX, 2015, p. 46), o discurso em questão naquele momento em que o sujeito formula, ou seja, naquele momento em que o sujeito atualiza a memória discursiva (ORLANDI, 2001, p. 11), produzindo efeitos de sentido, como *o povo grego e sua cultura representam o milagre da vida*; ou *o povo grego é um modelo de coragem guerreira, disposição para o combate etc*; ou ainda *os gregos e seus corpos saudáveis e atléticos, resultado da atividade física ininterrupta, são uma referência e um objeto de desejo*. Ao mobilizar um gesto de interpretação quando da escolha do Doryphoros, entendido como uma prática discursiva que intervém no real do sentido (ORLANDI, 2004, p. 23), o sujeito põe em movimento a rede de memória (PÊCHEUX, 2015, p. 44) que o faz retomar sentidos preexistentes no interior de um processo metafórico.

Nessas condições de produção, o título da mostra traz uma contradição quando referida à ideologia racial porque nos faz pensar que significar a vida como um milagre

(ou uma maravilha) nessas condições implica em indicar quais raças são consideradas um milagre da vida e quais não são dignas de viver, de maneira que podem ser exterminadas para que o progresso civilizatório possa transcorrer. E, nesse processo discursivo, o ovo, do qual o homem sai, produz um efeito de sentido que tem a ver com o nascimento do novo homem alemão, racialmente puro e saudável, pronto para o combate e defensor contumaz da cultura, da comunidade do povo e da Pátria.

Recorte 3

SD1: Das Wunder des Lebens¹³⁹

Nesse discurso, cabe se perguntar para quem ou qual vida deve ser considerada um milagre, de modo a ser preservada com vistas ao domínio de outras raças e imposição da sua língua e cultura. A repetição, no discurso do sujeito, de sentidos que valorizam os bens espirituais e materiais de uma (ou algumas raças) conduz, como diz Pêcheux (2015, p. 46), à construção de estereótipos, ou seja, à regularização de sentidos que, por sua vez, vão intervir no político, de maneira que o que se segue à crença de que apenas a vida de algumas raças constitui um milagre é a segregação, o expurgo e o extermínio. Nesse discurso, que atualiza determinadas memórias ao passo que apaga outras, a vida do outro, oriunda de uma raça inferior, é objeto de conhecimento para fins de exploração e expurgo, mas não reconhecida como uma vida digna de ser vivida, conforme esclarece Butler (2015, p. 21, grifos da autora):

Nem todos os atos de conhecer são atos de reconhecimento, embora não se possa afirmar o contrário: uma vida tem que ser inteligível *como uma vida*, tem de se conformar a certas concepções do que é a vida, a fim de se tornar reconhecível. Assim, da mesma forma que as normas da condição de ser reconhecido preparam o caminho para o reconhecimento, os esquemas de inteligibilidade condicionam e produzem essas normas.

Aquilo que o discurso de CC – 1 produz é a construção de um caminho que prepara o expurgo da alteridade porque não reconhece a vida do outro como um milagre. O reconhecimento da vida como milagre não se endereçava a todos os grupos étnicos, de modo que discursos como os de Hitler e Rosenberg, contribuem com a criação de esquemas de inteligibilidade no interior do Terceiro *Reich* que vão produzir as normas da condição de ser reconhecido. No discurso de CC – 1, esses discursos fazem parte de um regime de repetibilidade (INDURSKY, 2011, p. 75) que circulam (re)produzindo preconceitos autênticos que são aqueles “geralmente reconhecidos por seu apelo sem

¹³⁹ O milagre da vida (tradução livre).

peias à autoridade do 'dizem' ou 'a opinião geral é de que', embora, é claro, esse apelo não precise ser explicitamente declarado (ARENDDT, 2010, p. 152).

Outro aspecto do funcionamento desse discurso que requer uma análise é aquele referente às cores que ocupam as regiões da cabeça, do tórax e do abdômen do homem que sai do ovo. As cores são as mesmas preferidas pelos vanguardistas, de modo que apareciam com frequência nos anúncios e na produção da Bauhaus, como podemos ver na figura 56:

Figura 56: mobiliário produzido pela Bauhaus



Fonte: www.dw.com

O modo como o sujeito articula essas cores que caracterizam um discurso outro, inovador, modernista e, por esse motivo, rejeitado pelos nazistas, aponta para a posição de resistência do sujeito frente aos ataques e ao silenciamento a que a Bauhaus e o modernismo vêm sofrendo sob o autoritarismo de Hitler e do Nacional-Socialismo. Nesse processo discursivo, temos aquilo que Pêcheux (2015, p. 47) denomina de *jogo de força da memória* em que “o jogo de força de uma ‘desregulação’ vem perturbar a rede de implícitos” (PÊCHEUX, 2015, p. 47). O sujeito retoma o discurso-outro, sob a forma do pré-construído, mas, ao fazê-lo, provoca uma desestabilização na rede de memória (INDURSKY, 2011, p. 76) a fim de produzir o deslize semântico e se posicionar como um sujeito que resiste às imposições da política nazista que silencia o modo próprio de significar a si mesmo e significar o mundo dos modernos.

No gesto do sujeito, que colore a escultura grega com as cores das vanguardas europeias, um modo de romper o silêncio e uma ousadia que permite ao sujeito se colocar no lugar daquele que resiste ao regime. Ao mesmo tempo que retoma, produz o deslize do sentido, e isso só é possível ao sujeito porque, como diz Pêcheux (2015, p.

50), a memória se constitui como “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamento e de retomadas, de conflitos de regularização.”

Embora, como afirma (ORLANDI, 2007, p. 81),

a situação típica da censura traduz exatamente esta asfixia: ela é interdição manifesta da circulação do sujeito, pela decisão de um poder de palavra fortemente regulado. No autoritarismo, não há reversibilidade possível no discurso, isto é, o sujeito não pode ocupar diferentes posições: ele só pode ocupar o “lugar” que lhe é destinado, para produzir os sentidos que não lhes são proibidos,

há também a possibilidade de uma reversibilidade da posição do sujeito em condições de censura, pois, dado o caráter heterogêneo das FDs, é possível manter-se revestido da mesma forma sujeito e inscrito em uma mesma FD e, ainda assim, produzir uma deriva nos sentidos com os quais o sujeito se relaciona na formulação do discurso. Esse movimento dos sentidos se dá porque

se, de um lado, toda formação discursiva é heterogênea em relação a ela mesma porque os limites do dizer, as diferentes regiões de sua constituição, refletem sua relação com sua exterioridade (o outro sentido), por outro lado, o sentido é errático, podendo migrar de uma sua região para outra. [...] Também na inscrição do sujeito na formação discursiva há o trabalho do silêncio e é por isso que as fronteiras (do sujeito e do sentido) são móveis. Isso é historicidade (ORLANDI, 2007, p. 82).

Dado ao modo cindido/disperso do sujeito e aos movimentos que o constituem em sua identidade, é possível que aquilo que os regimes autoritários impõem ao sujeito, sob a forma da censura, por exemplo, seja significado por outros processos, de modo a produzir uma ruptura em relação ao discurso autorizado. Nesses outros processos, há sempre a possibilidade de ruptura com o regime de interdição do dizer porque a natureza do sujeito se caracteriza por sua dispersão e a do sentido por ser móvel e errático. O sentido sempre encontra uma brecha por onde escapar, bem como um outro modo de significar, pois “se há um silêncio que apaga, há um silêncio que explode os limites do significar” (ORLANDI, 2007, p. 87).

À medida que Hitler rumava ao domínio total da Alemanha, mais interdições são feitas no campo da cultura e o investimento na criação de uma arte alemã que expresse os mitos, o folclore nacional e as origens clássicas da cultura cresce. Na conjuntura social e política do Terceiro *Reich*, sentidos são interditados quando da instituição de um silêncio local (ORLANDI, 2007, p. 76), mas ao lado de uma retórica da opressão se encontra uma retórica da resistência que abre para novas formas de significar. Nessas condições, convivem, de forma tensa, dois movimentos que diz respeito àqueles que não podem e não devem dizer e àqueles que pensam estratégias para fazer circular sentidos que questionem esse estado de coisas. O confisco de obras de arte modernistas dos museus da Alemanha e o fechamento da Bauhaus não significa a

morte da memória e dos sentidos ligados a ela, pois essa memória e seus sentidos correlatos permaneciam, em seu estado de silêncio, a produzir distintas inscrições dos sujeitos no interdiscurso que, por sua vez, inventavam novas maneiras de dizer o mesmo e fazer frente ao regime.

Mas a política cultural nazista rompe com os movimentos de vanguarda que circulavam na Europa e que tiveram amplo acolhimento durante a República de Weimar, não só porque se afastavam dos modelos clássicos, mas também porque, segundo os nazistas, era produzida por judeus e influenciada pelo marxismo cultural e o bolchevismo. A arte concebida pelos nazistas como decadente e posta sob a etiqueta *judeu-bolchevique* era exibida em museus do país como *documentos da decadência* e os artistas que as produziam eram chamados de insanos e disfuncionais. Outros rótulos eram colocados na arte moderna pelos nazistas, como *câmara de horrores* e *arte que não vem da alma*. Acerca da opinião de Hitler sobre a arte moderna, Shirer (2017, p. 329) afirma que

para Hitler, que se considerava um artista genuíno, apesar de seus fracassos de Viena, toda arte moderna era degenerada e sem sentido. Externara, em *Minha Luta*, uma longa opinião sobre o assunto, e um dos seus primeiros atos ao chegar ao poder foi “limpar” a Alemanha de sua “arte” decadente e tentar substituí-la por uma nova arte “alemã”.

Devido a essa ojeriza à arte moderna, cerca de 6.500 pinturas foram retiradas dos museus alemães. Entre os nomes da arte expurgados pelo nazismo, se encontravam Cézanne, Van Gogh, Gauguin, Matisse, Picasso e muitos outros. A avaliação que Hitler fazia da arte moderna foi apresentada em *Mein Kampf*, mas também nos discursos que realizou, como aquele feito em Munique aos 19 de julho de 1937:

Então, neste momento, gostaria de fazer a seguinte observação: antes do nacional-socialismo chegar ao poder, havia na Alemanha a chamada arte “moderna”, ou seja, como a própria palavra indica, uma nova arte a cada ano. A Alemanha nacional-socialista, em contraste, deseja restabelecer uma “arte alemã”, e esta arte deverá ser eterna, assim como qualquer outro mérito criativo de um povo. Se a arte carece de tal mérito eterno para o nosso Volk, então é hoje também desprovida de mérito significativo¹⁴⁰.

A concepção do *Führer* sobre a arte é que essa não deve expressar o *espírito de um tempo* (*Zeitgeist*), mas o *espírito de um povo* (*Volk*) porque as épocas, os períodos e as expressões de um tempo passam, mas o povo permanece. Então, para que seja eterna, a arte deve expressar o sentimento de um povo e não de uma época.

¹⁴⁰ Cf. citação no original: Thus at this time I would like to make the following observation: Before National Socialism acceded to power, there was a so-called “modern” art in Germany, i.e., just as the word itself indicates, a new art every year. National Socialist Germany, in contrast, wishes to re-establish a “German art,” and this art shall will be eternal, just as is every other creative merit of a people. If it lacks such eternal merit for our Volk, then it is today without significant merit as well.

Três anos após a subida do Nacional-Socialismo ao poder, CC – 2 entra em circulação. O ano de 1936 ainda é um daqueles nos quais os nazistas estão deitando as diretrizes sobre a vida no Terceiro *Reich*. Embora, conforme aponta Arendt (2012), Hitler tenha deixado a Constituição de Weimar intacta, as mudanças na agricultura, educação, economia e cultura foram profundas, de maneira que diversos setores da vida social passaram a funcionar de acordo com a concepção nazista de mundo. Além da ocupação da zona desmilitarizada do Reno, outro acontecimento importante, nesse ano, foram os Jogos Olímpicos de Berlim, que aconteceram cinco meses após a exposição anunciada em CC – 2. A Olimpíada representava, para Hitler e os membros do partido, uma oportunidade privilegiada para mostrar ao mundo as mudanças que vinham ocorrendo na Alemanha sob domínio do nazismo. Assim, os jogos olímpicos ganharam uma função propagandística no Teceiro *Reich*, pois a intenção dos nacional-socialistas era impressionar espectadores e jornalistas estrangeiros com a imagem de uma Alemanha tolerante e pacífica. Evans (2011, p. 423, grifos nossos) descreve o evento nestes termos:

Fizeram-se elaborados preparativos para mostrar a melhor face da Alemanha para o mundo. O jornal de Goebbels em Berlim, *O Ataque*, disse aos berlinenses: “Devemos ser mais encantadores que os parisienses, mais calmos que os vienenses, mais vivazes que os romanos, mais cosmopolitas que Londres e mais práticos que Nova York”. Só para garantir a impressão certa, pessoas com ficha criminal foram detidas e expulsas ou presas durante o evento. Foi construído um estádio imponente com assentos para 110 mil espectadores no centro de um vasto complexo esportivo na parte noroeste de Berlim. Os jogos foram transmitidos para o mundo pelo rádio e pela primeira vez foram também televisionados, embora apenas em caráter experimental, visto que quase ninguém possuía um aparelho. Leni Riefenstahl, empregando a cobertura saturada de câmeras que havia sido tão eficiente ao filmar o comício de Nuremberg de 1934 para *O triunfo da vontade*, dirigiu aquele que ainda é o filme olímpico clássico, uma celebração da proeza humana que se ajustava facilmente tanto ao ideal olímpico quanto à ideologia nazista. Bandeiras nazistas e olímpicas foram hasteadas por toda parte na capital, e na cerimônia de abertura um coro de três mil vozes foi regido por Richard Strauss em uma apresentação de seu recém-composto *Hino Olímpico*, seguindo-se uma interpretação da *Canção de Horst Wessel*. A pira olímpica foi acesa, Hitler declarou os jogos abertos, e cinco mil atletas deram início às competições.

Os jogos foram organizados com uma opulência nunca vista na história da Alemanha, de modo que empresários e atletas ficaram deslumbrados com o que viram durante aqueles dias. De acordo com Shirer (2017), o êxito da propaganda era inegável.

CC - 2



Fonte: Wunderlich (2021)

É provável que CC – 2 tenha começado a circular na Alemanha em fevereiro ou março de 1936. O design do cartaz era de responsabilidade de Hans Vitus Vierthaler que fez mestrado na Academia de Belas Artes de Munique. Ao enunciar em CC – 1, o sujeito mobiliza cores e formas geométricas que se relacionam com as mesmas cores e formas geométricas que se encontram em cartaz (Figura 57) produzido por El Lissitzky

que foi um *designer* russo simpatizante do bolchevismo¹⁴¹. Nesse processo, temos aquilo que Pêcheux ([1975] 2014, p. 151) vai chamar de *articulação* e que tem a ver com a relação do sujeito com o sentido, “de modo que ela representa, no interdiscurso, aquilo que determina a dominação da forma-sujeito”. Ele vai continuar dizendo, nesse texto de 1975, que o modo de funcionamento da articulação se dá por meio da *equivalência* entre elementos (palavras, expressões, proposições) que são substituídos no interior de uma formação discursiva dada – mas mantém o mesmo sentido – ou da *implicação* em que não há equivalência de sentido entre os termos substituídos. Aqui nos interessa principalmente o primeiro modo, uma vez que as figuras geométricas presentes em CC – 2 e a Figura 57 se equivalem, embora haja um deslocamento das cores dessas figuras. Não obstante haja equivalência de figuras geométricas entre o cartaz da propaganda nazista e o cartaz russo, o efeito de sentido que se produz em CC – 2 não é de convergência, mas de denegação do bolchevismo com o qual o sujeito da Figura 57 se identifica. O bolchevismo era visto por Goebbels como a declaração de guerra dos judeus contra a cultura (HERF, 2014, p. 86), de maneira que o partido nazista chegou a produzir uma ampla propaganda contra o bolchevismo.

Figura 57: cartaz de divulgação de exposição na União Soviética



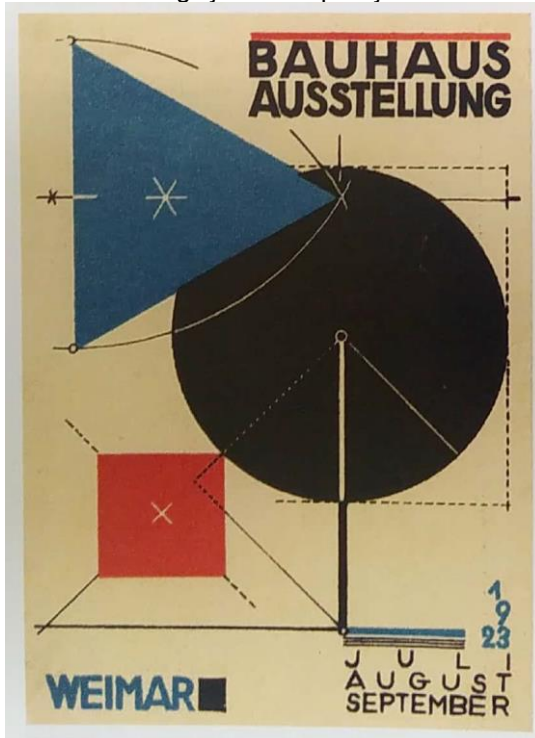
Fonte: Wunderlich (2021)

A mesma relação de equivalência ocorre entre as figuras geométricas presentes em CC – 2 e um cartaz (Figura 58) produzido por Herbert Bayer. O cartaz, que anuncia

¹⁴¹ Bolchevismo é a doutrina ou o movimento da ala esquerda majoritária do Partido Operário Social-Democrata Russo. Essa ala era adepta do marxismo revolucionário conforme pensando por Lênin.

uma exposição da Bauhaus¹⁴², também apresenta as cores e figuras geométricas mostradas em CC – 2. A posição-sujeito, identificada com o Sujeito do Terceiro *Reich*, mobiliza objetos simbólicos produzidos na Bauhaus durante a República de Weimar para, mais uma vez, denegar a concepção de arte que é praticada no período da República. No encaixe que o sujeito produz, de algo que fala antes e em outro lugar (PÊCHEUX, [1975], 2014, 149), ocorre a inversão do sentido (ou uma espécie de ironia); ou seja, mostra-se no cartaz aquilo que não se quer ver produzido no Terceiro *Reich*, posto que, para os nazistas, a arte produzida na União Soviética, bem como na República de Weimar, eram degeneradas.

Figura 58: cartaz de divulgação de exposição na cidade de Weimar



Fonte: Wunderlich (2021)

Nesse movimento enunciativo, o sujeito traz, para seu discurso, o discurso-outro em sua forma literal, de maneira que aquilo que se faz ouvir no discurso produzido em CC – 1 não são apenas ecos do discurso-outro, mas o discurso em sua forma direta. E, embora se aproprie do discurso-outro para compor o cartaz de divulgação de uma exposição de arte, o sujeito o faz para desqualificar o discurso do qual se apropria, de maneira que há um deslizamento do sentido, posto que este subverte o próprio enunciado que o sujeito articula ao formular o discurso. Ao subverter e permitir o deslize, o sujeito produz a polêmica, como a entende Orlandi (2001, p. 155), pois nesse

¹⁴² A Bauhaus foi fundada em 1919 pelo arquiteto Walter Gropius na cidade de Weimar. A escola, que acompanhava as transformações que vinham acontecendo no universo das artes naquele início de século, revolucionou o *design* moderno buscando formas e linhas simplificadas e dialogando com todas as formas de arte.

movimento de apropriação do discurso-outro, ou seja, do *mesmo*, se produz um outro sentido que é aquele de rejeição ao modo de expressão artística da República de Weimar. Embora o regime nazista seja autoritário, a discursividade instaurada em CC - 1 não se caracteriza como autoritária, mas polêmica, pois é no discurso polêmico “que melhor se observa o jogo entre o mesmo e o diferente, entre um e outro sentido, entre paráfrase e polissemia” (ORLANDI, 2001, p. 155).

Mas essa denegação daquelas expressões artísticas relacionadas ao bolchevismo e à era democrática na Alemanha se materializa também por meio de enunciados verbais. Destacado, o enunciado que primeiro se dá ao olhar do sujeito-leitor é E1: *ENTARTETE KUNST*¹⁴³. Em seguida, em letras minúsculas e tamanho menor, aparece E2: *ausstellung von “kulturdokumente” des bolchevismus und jüdischer zersetzungsarbeit*¹⁴⁴. Tanto em SD-1 quanto em SD-2, temos o mesmo referente: a obra artística produzida por comunistas e judeus. Essa arte, considerada decadente, não era bem-vinda no Terceiro *Reich* – onde se cultuava as belas artes criadas por gregos e romanos –, de modo que a exposição tinha como finalidade expor o quão horrível era a arte moderna, conforme afirma Longerich (2014, p. 444):

Em 12 de julho, Goebbels voltou a Berlim de avião; Magda e as crianças ficaram em Berchtesgaden. No dia 16, ele tornou a viajar a Munique para visitar com Hitler a “exposição da decadência” que, dias depois, seria oficialmente inaugurada nas arcadas do Hofgarten, a pouca distância da Casa de Arte Alemã. A mostra reunia seiscentas obras entre as quais trabalhos de Emil Nolde, Max Beckmann, Marc Chagall, Max Ernst, Otto Dix, Paul Klee, George Grosz, Wassily Kandinsky, Ernst Ludwig Kirchner, Lionel Feininger e Franz Marc. Para que seu efeito fosse reduzido, as telas foram penduradas a uma distância extraordinariamente curta, dando a impressão de descuido; os títulos das obras e os comentários estavam rabiscados na parede. Mais de 2 milhões de pessoas acorreram à exposição até o fim de novembro de 1937.

Nesse discurso que separa aquilo que é arte daquilo que é considerado grotesco, decadente e degenerado, o político intervém para segregar e, quando é o caso, silenciar aqueles artistas indesejados. Mas no discurso que segrega, outros discursos podem ser *escutados* no interior do discurso em questão. Eles se encontram aí para validar o discurso do sujeito:

Recorte 1

SD1: Quando essa coisa estranha aparece, a arte dos Estados bolcheviquizados só

¹⁴³ Arte degenerada (tradução livre).

¹⁴⁴ Exposição de “documentos culturais” do bolchevismo e obra judaica deteriorada (tradução livre)

podem contar com produtos doentios de loucos ou degenerados¹⁴⁵ [...] (HITLER, 2016, p. 677, tradução livre)

SD2: Já por aí se poderia constatar como os cartazes oficiais, os anúncios dos jornais, traziam em si o sinete não só da ruína política, mas também da decadência cultural¹⁴⁶ (HITLER, 2016, p. 677, tradução livre).

SD3: Bastava que se examinassem os seus cartazes e se conhecessem os nomes dos responsáveis intelectuais pelas monstruosas invenções no cinema e no drama, nas quais se reconhecia o dedo do judeu, para que se ficasse por muito tempo revoltado. Estávamos em face de uma peste, peste espiritual, pior do que a devastadora epidemia, conhecida pelo nome de Peste Negra. E em que quantidade esse veneno foi produzido e espalhado!¹⁴⁷ (HITLER, 2016, p. 213, tradução livre).

Assim, os enunciados *entartete kunst* (E1) e *ausstellung von "kulturdokumente" des bolschewismus und jüdischer zersetzungsarbeit* (E2) atualizam, no discurso do sujeito, o discurso-outro sob a forma do pré-construído e da articulação (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 159) e, desse modo, “o sujeito toma, então, como suas, as palavras que falam nele: efeito ideológico (ORLANDI, 2017, p. 26). Esses enunciados desfazem a ambiguidade e o efeito de ironia que as figuras geométricas constroem, embora suscite a questão sobre o porquê realizar uma exposição de uma arte que é considerada um símbolo de degeneração e criada por aqueles que são considerados inimigos do regime: comunistas e judeus. A ambiguidade e a ironia são desfeitas porque, ao ler os enunciados que acompanham as imagens, o sujeito-leitor chega àquilo que, na verdade, é objeto de denegação: a arte moderna praticada na Europa segundo os ditames das vanguardas, bem como aquela produzida na República de Weimar e que se encontra sob a influência das ditas vanguardas, comunistas e judeus. Contudo, para o regime nazista, não basta escrever artigos para os jornais sobre essas tendências artísticas,

¹⁴⁵ Cf. citação no original: Wem dieses befremdlich vorkommen mag, der braucht nur die Kunst der glücklich bolschewisierten Staaten einer Betrachtung zu unterziehen, und er wird mit Schrecken die krankhaften Auswüchse irrsinniger oder verkommener Menschen [...].

¹⁴⁶ Cf. citação no original: Schon hier konnte man sehen, wie die gesamten offiziellen Plakate, Propagandazeichnungen, in den Zeitungen usw. den Stempel nicht nur des politischen Verfalls, sondern auch den des kulturellen an sich trugen.

¹⁴⁷ Cf. citação no original: Es genügte schon, eine der Anschlagssäulen zu betrachten, die Namen der geistigen Erzeuger dieser gräßlichen Machwerke für Kino und Theater, die da angepriesen wurden, zu studieren, um auf längere Zeit hart zu werden. Das war Pestilenz, geistige Pestilenz, schlimmer als der schwarze Tod von einst, mit der man da das Volk infizierte. Und in welcher Menge dabei dieses Gift erzeugt und verbreitet wurde!

comparando-as com o modelo de arte adotado pelo regime. É de extrema importância que o povo alemão veja e compare essas duas estéticas: a moderna e aquela praticada pelo regime, mas não sem antes receberem a devida orientação ideológica que fica por conta do discurso que CC – 2 materializa.

No curso do processo que se delineia no espaço material do cartaz, outro enunciado ganha destaque na parte inferior: *was wir in dieser interessanten schau sehen, wurde einmal ernst genommen*¹⁴⁸ (E3). Assim como E1, esse enunciado segue a forma da figura geométrica e a cor (vermelho) na qual a figura se encontra. A estrutura do período é formada por duas orações:

Or.1: *was wir in dieser interessanten schau sehen*

Or.2: *wurde einmal ernst genommen*

Na Or.1, o sujeito do discurso se representa pelo pronome pessoal de primeira pessoa do plural (*wir*) e, desse modo, produz um efeito de coletividade, ao mesmo tempo que assegura um certo distanciamento e imparcialidade em relação àquilo sobre o qual enuncia. Assim, ao usar a forma plural (*wir*), o sujeito se dilui na coletividade e produz um efeito que é assim entendido por Benveniste (1996, p. 234-235): “de uma forma geral, a pessoa verbal no plural exprime uma pessoa amplificada e difusa¹⁴⁹”, de maneira que aquilo que se tem é “um eu expandido para além da pessoa estrita, ao mesmo tempo aumentado e com contornos vagos¹⁵⁰”. Esse é um mecanismo discursivo mobilizado pelo sujeito no nível da formulação (ORLANDI, 2001), mas que também é determinado pelas condições de produção e pela identificação do sujeito com o Sujeito (o *Führer*), de maneira que o uso de (*wir*) não se justifica apenas por ser característico da propaganda, mas também por aquele discurso (CC – 2) veicular o discurso do Outro. Nesse sentido, o apagamento da primeira pessoa permite que ressoe a voz do Sujeito no discurso do sujeito. Além do uso da primeira pessoa do plural, que permite o apagamento do *eu* que enuncia em CC – 2, o sujeito opera uma valoração da exposição por meio do qualificador *interessanten* que, por sua vez, também pode ser compreendido como uma ironia, uma vez que nenhuma daquelas obras de arte eram valorizadas pelos nazistas. É possível concluir sobre esse efeito de ironia, quando consideramos a Or.2: *wurde einmal ernst genommen*, pois uma exposição não pode ser interessante se as peças que ali se encontram expostas não deveriam ser levadas a sério posto que sua forma e seu conteúdo são decadentes. Esse discurso que

¹⁴⁸ O que nós vemos nesta exposição interessante já foi levado a sério (tradução livre)

¹⁴⁹ Cf. citação no original: En général, la personne verbale au pluriel exprime une personne amplifiée et diffuse.

¹⁵⁰ Cf. citação no original: Un moi élargi au-delà de la personne stricte, à la fois agrandi et aux contours vagues.

desqualifica a arte vanguardista da virada do século XIX para o XX encontra sustentação em outro discurso que constitui o discurso em questão:

Recorte 2

SD1: Há 16 anos, uma exposição de produções “dadaísticas” teria parecido impossível e os expositores teriam sido levados ao hospício, ao passo que hoje são guindados à presidência das associações artísticas. Essa epidemia não poderia ter vencido outrora, não só porque a opinião pública não a toleraria como porque o governo não a veria com indiferença. É um dever dos dirigentes proibir que o povo caia sob a influência de tais loucuras¹⁵¹ (HITLER, 2016, p. 677, tradução livre).

O desprezo que Hitler manifesta pela estética moderna – que ganhou projeção em território alemão durante a República de Weimar –, é também o desprezo que o sujeito formula nos sentidos que produz ao se referir àquelas manifestações artísticas que chegaram a ser levadas a sério quando deveriam ter sido alvo de intolerância do governo e indiferença da opinião pública porque não passavam de desatino. No entrelaçamento desses fios discursivos, língua e história se tocam, de maneira que ambas se mostram em sua espessura material. E, na interpretação do processo discursivo, a ideologia se mostra, posto que “o discurso é um elemento particular da materialidade ideológica” (ORLANDI, 2017, p. 45). E o ideológico se faz política, estabelecendo o que é arte e o que não é arte, quais estéticas podem circular e quais devem ser proibidas. Nesse estado de coisas, a política do silêncio se impõe, mas não imobiliza porque, mesmo submetido à censura, os sentidos se movimentam, migram (ORLANDI, 2007, p. 126) e passam a produzir outros efeitos quando deslocados para outras formações discursivas.

Com a transferência de sentidos de um discurso (E1, E2 e E3) para o outro (CC – 2), vinculados por meio dos modos de funcionamento da memória, transferem-se imagens, por vezes estereótipos que se construíram nos discursos em circulação no interior do NSDAP, que afetam os efeitos de sentido produzidos em CC – 2. Segundo Orlandi (2007, p. 125), “o estereótipo se carrega (e carrega) de sentidos que migram da ordem de outros discursos” e, desse modo, podemos concluir que sentidos recorrentes

¹⁵¹ Cf. citação no original: Vor sechzig Jahren wäre eine Ausstellung von sogenannten dadaistischen “Erlebnissen” einfach unmöglich erschienen und die Veranstalter würden in das Narrenhaus gekommen sein, während sie heute sogar in “Kunstverbänden”. Die Seuche konnte damals nicht auftauchen, weil weder die öffentliche Meinung dies geduldet noch der Staat ruhig zugesehen hätte. Den dies ist eine Sache des Staates, also seiner Leitung, zu verhindern, daß ein Volk dem geistigen Wahnsinn in die Arme getrieben werde.

sobre os judeus como raça inferior e os comunistas como ameaça política ecoam no discurso do sujeito que, em sua relação com o sentido, articula significantes carregados de sentidos que desvalorizam a arte de inspiração comunista, bem como aquela criada por judeus. Essa ojeriza ao espírito modernista não foi criada pelos nazistas, pois já havia um certo mal-estar, sobretudo vindo da classe média, aos novos objetos oriundos do caldo cultural que vicejava na República de Weimar. Aquilo que os nazistas fizeram tem a ver com a apropriação desse mal-estar que é colocado em discurso e, em seguida, concretizado em políticas que visam uma “revolução cultural na qual influências alienígenas – notadamente de judeus, mas da cultura modernista em termos mais gerais – fossem eliminadas e o espírito alemão renascesse” (EVANS, 2011, p. 22).

A higienização da vida cultural da Alemanha começou, então, com o confisco daquelas obras de arte que se encaixavam dentro dos critérios estabelecidos pelos nazistas e que designavam a obra como degenerada. Em seguida, essas obras começaram a ser expostas em várias cidades da Alemanha ao mesmo tempo que exposições sobre A Grande Arte Alemã (*Große Deutsche Kunstausstellung*) aconteciam. Para Dennis (2014, p. 289),

O desconforto nazista com a estética modernista é uma conhecida característica da história cultural do partido. *Mein Kampf* e outros aspectos da biografia de Hitler comprovam que o desdém pelo modernismo cultural era fundamental para sua visão de mundo. “Tais doenças poderiam ser vistas na Alemanha em quase todos os campos da arte e da cultura”, ele reclamou, com os artistas apresentando “todos os tipos de coisas incompreensíveis e obviamente loucas para seus companheiros maravilhados como uma chamada experiência interior”. Em sua opinião, essa tendência simplesmente tornou “admissível servir às alucinações de lunáticos ou criminosos do mundo saudável. Ademais, ele claramente acreditava que era dever dos governantes monitorar e controlar as “coisas loucas” do modernismo, como prevenção contra o Armagedom cultural.

A fim de controlar aquilo que, segundo Hitler, era um golpe na cultura e um devaneio dos vanguardistas, o político intervém não apenas silenciando determinadas expressões artísticas, mas ressignificando e reorientando o olhar e a interpretação do sujeito sobre essas obras de arte que aparecem nas exposições como degeneradas. Com os sentidos, deslocam-se também a valoração do objeto exposto, uma vez que os visitantes eram ideologicamente preparados pelos nazistas antes de visitarem as exposições que circulavam por diferentes cidades da Alemanha. Essa desvalorização da obra de arte moderna ou daquela criada por judeus ou negros, como o *jazz*, se materializava em discursos que circulavam pelas cidades; discursos esses que passam a constituir os sujeitos afetados pelo texto que compõe a narratividade urbana da cidade (ORLANDI, 2004, p. 27). Assim, os sentidos sobre arte moderna estão nos jornais, no rádio, mas também espalhados pela cidade, fixados em paredes, colocados em murais,

conforme mostra a figura 59.

Figura 59: Palavra da Semana afixada em jornal-mural do NSDAP

Die Parole der Woche
 PARTEIAMTLICHE WANDZEITUNG DER NSDAP
 27. Jahrgang Bl. Nr. 27, Juli 1937 Seite 27

Die demokratische Patentgefinnung

steht in derartigen Modewerten die wahrhaft deutsche Kunst und glaube, sie vor der rücksichtslosen Vernichtung durch den Nationalsozialismus retten zu müssen.

Jüdische Drahtzieher antisemitischer Propaganda haben in London repräsentativsten Ausstellungsgebäude, im Burlington-Gebäude, eine Ausstellung „entarteter deutscher Kunst“ eröffnet.

Geschäftstüchtige jüdische Akteure

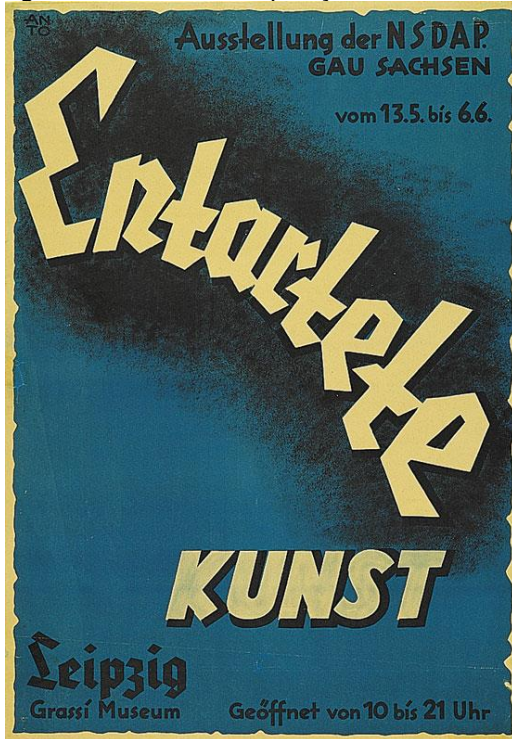
Spielen ihre diese Komödie in einer verlogenen Komödie vor, indem sie sogenannte „Kunstausstellungen“ inszenieren und unter der Fahne der demokratischen Freiheit ihrer Länder Deutschland und seine kulturellen Leistungen beschimpfen.

Adolf Hitler hat am Tag der Deutschen Kunst 1938 ihnen eindeutig geantwortet. Als ein Führer dieses Jahrbanners und der Verkünder der neuen Zeit sagte er:

„Das deutsche Volk dieses 20. Jahrhunderts aber ist das Volk einer neu erwachten Lebensbejahung, hingewiesen von der Bewunderung des Starren und Schönen und damit der Gefunden und Lebensfähigen. Kraft und Schönheit sind die Grundlagen dieses Zeitalters. Klarheit und Logik beherrschen das Streben. Wer in diesem Jahrhundert aber Räucher sein will, muß sich auch diesem Jahrhundert weihen.“

Fonte: plakatkontor.de

A política de convencimento do povo de que a arte moderna era uma arte inferior e destituída do genuíno espírito alemão, previa a organização de exposições não apenas em Berlim, mas também em outras cidades do país a fim de garantir um consenso absoluto acerca da concepção do NSDAP sobre a verdadeira arte. Em 19 de julho de 1937 ocorre, em Munique, uma exposição que foi vista como a precursora da exposição itinerante, *Entartete Kunst* (Wunderlich, 2021, p. 80) e, desde então, outras cidades passaram a receber a exposição, conforme mostram as figuras 60 e 61.

Figura 60: cartaz da exposição *Entarte Kunst*

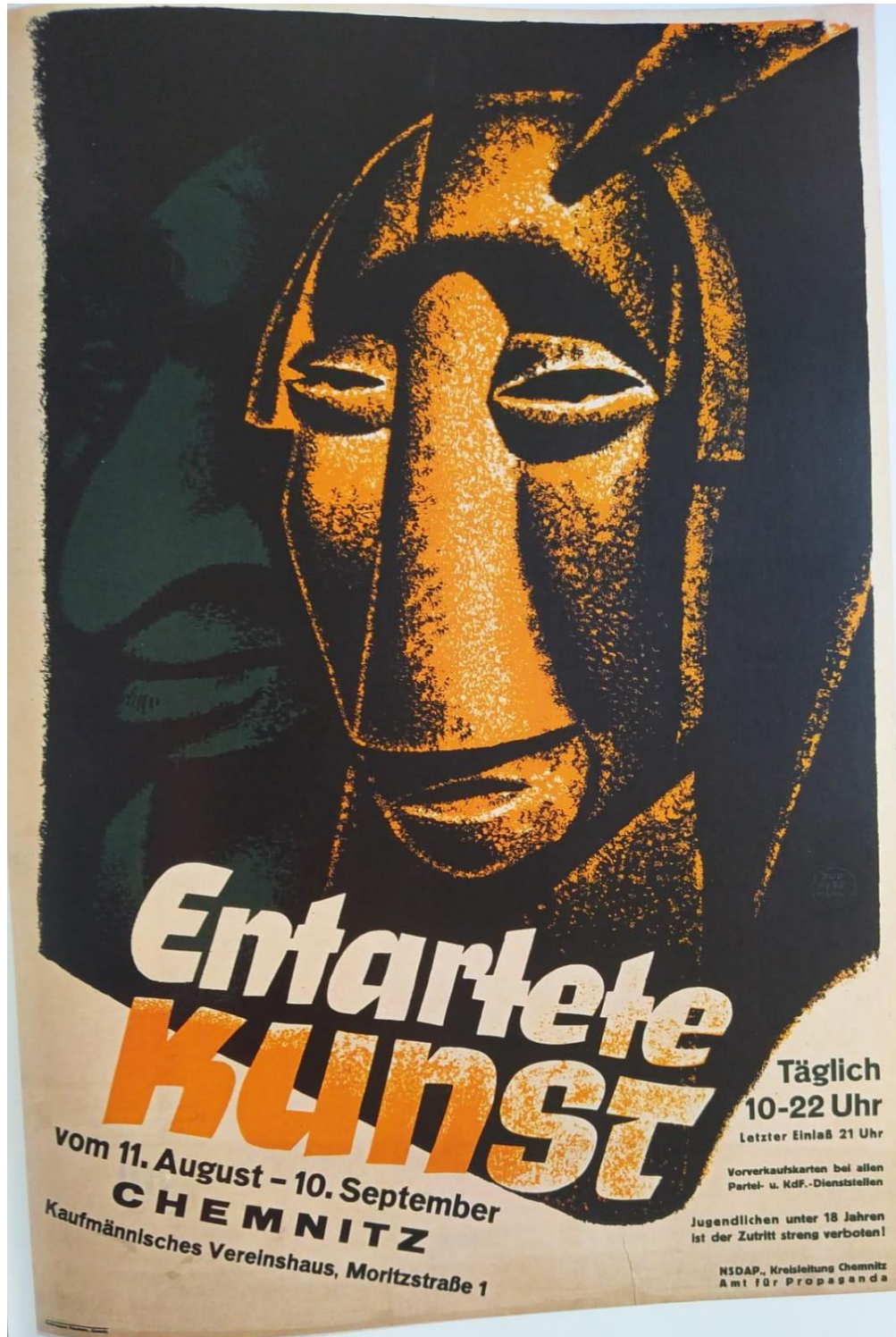
Fonte: poster-auctioneer.com

Figura 61: cartaz da exposição *Entarte Kunst*

Fonte: poster-auctioneer.com

O segundo cartaz se insere nessas condições de produção e foi produzido por ocasião de uma exposição de arte degenerada em Chemnitz, cidade do estado da Saxônia que fica no leste da Alemanha. O cartaz foi produzido por Rudolf Herrmann em 1939 e se institui como o lugar onde o simbólico e o político se articulam na produção de efeitos de sentido (ORLANDI, 2004, p. 29).

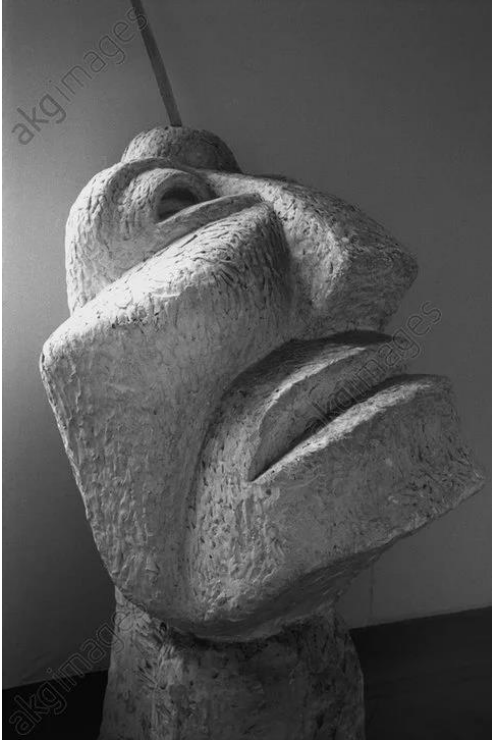
CC – 3:



Fonte: Wunderlich (2021)

Um primeiro gesto de leitura nos leva a destacar a imagem da escultura que aparece em primeiro plano e assume o espaço de quase todo o cartaz. Esse gesto, que se caracteriza por um ato no nível simbólico (PÊCHEUX, [1969] 2019), permite estabelecer uma relação, pela via do pré-construído, entre a escultura que aparece em CC – 3 e as esculturas criadas pelo judeu Otto Freundlich, pintor e escultor modernista do início do século XX.

Figura 62: escultura de Otto Freundlich



Fonte: alamy.com

Figura 63: capa do catálogo da exposição



Fonte: issuu.com

A escultura de Freundlich é encaixada no discurso do sujeito para, mais uma vez, produzir um efeito de sentido de exclusão de toda manifestação artística que não correspondia àquilo que os nazistas consideravam como a genuína arte alemã. Essa propaganda, “que se faz com imagens e palavras, sentimentos, ideias e gestos (ORLANDI, 2017, p. 108), começou antes que o nazismo chegasse ao poder, pois, em 1927, Alfred Rosenberg, ideólogo do partido, publicou uma série de artigos no jornal *Völkische Beobachter*. Nesses artigos, que receberam o título de *Der Sumpf*, ele criticava a arte moderna como sendo uma doença da alma, do desequilíbrio e da alienação. Em 1928, Rosenberg se alia ao arquiteto Paul-Schutze-Naumburg e dá início a uma campanha contra aquilo que considerava como arte degenerada. É, então, a partir dos artigos de Alfred Rosenberg e da concepção de arte de Hitler, que um ponto de vista sobre o que seja a verdadeira arte alemã, em detrimento daquilo que era etiquetado como arte degenerada, vai ganhar corpo dentro do partido.

Aquilo que é possível depreender do contexto no qual se deu o aparecimento de um discurso que reprova a arte moderna é que esse discurso não nasceu em Rosenberg, mas já circulava na Alemanha e produzia seus efeitos, sobretudo, naqueles círculos conservadores e contrários à democracia de Weimar (DENNIS, 2014, p. 290). Os nazistas mobilizaram uma estratégia em que era preciso “levar em conta o que as pessoas têm na cabeça, saber como se endereçar a elas, saber tocá-las, saber

comunicar, se ajustar às pessoas, para ajustá-las” (ORLANDI, 2017, p. 108), a fim de construir as bases de uma arte nacional que fosse a expressão maior do espírito do passado cultural alemão.

Ao mobilizar o discurso-outro e fazê-lo funcionar dentro do seu discurso, o sujeito mobiliza também todos aqueles discursos que circulavam sobre os judeus, uma vez que a escultura que o sujeito encaixa no seu discurso foi criada pelo judeu Otto Freundlich (a referência direta à origem racial de Otto se encontra na imagem situada em segundo plano). E, por esse mecanismo, o sujeito denega não apenas a arte moderna que a escultura representa, mas também aquela produzida por judeus. Por essa via aberta no simbólico, fala uma voz sem nome, como diz Courtine (1999, p. 19), que atualiza sentidos que vêm de práticas discursivas nas quais a ideologia antissemita se materializara.

Esse discurso que rejeita a arte moderna, mas também a arte feita por judeus, se materializa, em CC- 3, na imagem que aparece em segundo plano e é desenhada como uma sombra ou como um elemento que se encontra escondido por trás da escultura de Otto Freundlich. A imagem se trata de uma caricatura bastante difundida nos discursos antissemitas nos quais o judeu é representado de forma estereotipada. O nariz envergado, o olhar malicioso e traiçoeiro e uma fisionomia ardilosa são características reiteradas nesses discursos.

Figura 64: Capa do jornal *Der Stürmer*



Fonte: alamy.com

Nessa edição de 1934 do jornal *Der Stürmer*, há uma charge que apresenta um

judeu subtraindo um colar de uma mulher alemã enquanto a Morte, representada por um esqueleto que veste capa preta e toca violino, acompanha a cena. Essa representação estereotipada do judeu, inscrita no interdiscurso, se repete no interior do processo discursivo que se desenvolve em CC – 3, de modo que, entre os discursos, se estabelece uma “relação metafórica em que uma palavra é tomada pela outra, mas produzindo o mesmo sentido, tal como ocorre em uma família parafrástica que funciona como uma matriz de sentido” (INDURSKY, 2011, p. 76). Desse modo, não há mudança, deslize ou deslocamento no sentido da materialidade pictórica que opera apenas reproduzindo aquele sentido estabilizado e estereotipado sobre os judeus. Isso aponta para o modo como a forma-sujeito é afetada pelo já-dito que significou os judeus ao longo do processo histórico, ou seja, identificada com aqueles sentidos dominantes e cristalizados que, por sua vez, determinam o retorno do mesmo no discurso do sujeito.

No discurso, se faz ouvir a ideologia antissemita que afirma que, por trás dos problemas da Alemanha, bem como por trás da arte degenerada, se encontra um judeu a arquitetar a destruição dos valores culturais que foram cultivados no passado alemão sob a inspiração de escritores como Goethe, Hölderling e Schelling e dos compositores Bethoven, Mozart e Wagner. E nesse discurso que representa o judeu como ardiloso, enganador e corruptor da cultura alemã é possível *escutar* ecos de outro discurso que se instala transversalmente de modo a constituir o discurso do sujeito que enuncia em CC – 3:

Recorte 1

SD1: Poderia haver uma sujidade, uma imprudência de qualquer natureza na vida cultural da nação em que, pelo menos um judeu, não estivesse envolvido?¹⁵² (HITLER, 2016, p. 213, tradução livre)

SD2: O judeuzinho de cabelos negros espreita, horas e horas com um prazer satânico, a menina inocente que ele macula com o seu sangue, roubando-a a seu povo. Não há meios que ele não empregue para estragar os fundamentos raciais do povo que ele se propõe vencer¹⁵³ (HITLER, 2016, p. 850-851, tradução livre).

¹⁵² Cf. citação no original: Gab es denn da einen Unrat, eine Schamlosigkeit in irgendeiner Form, vor allem des kulturellen Lebens, an der nicht wenigstens ein Jude beteiligt gewesen wäre?

¹⁵³ Cf. citação no original: Der schwarzhaarige Judenjunge lauert studenlang, satanische Freude in seinem Gesicht, auf das ahnungslose Mädchen, das er mit seinem Blüte schändet und damit seinem, des Mädchens Volke raubt. Mit allem Mitteln versucht er die rassistischen Grundlagen des zu unterjochenden Volkes zu verderben.

SD3: A contaminação, em matéria de cultura, manifesta-se na arte, na literatura, no teatro. Cobrindo de ridículo o sentimento espontâneo, destroem todo conceito de beleza e elevação de nobreza e de bondade, arrastando o homem aos seus sentimentos inferiores. A religião é ridicularizada. Bons costumes e moralidades são taxados como coisas do passado, até que os últimos esteios de uma nacionalidade tenham desaparecido¹⁵⁴ (HITLER, 2016, p. 853, tradução livre).

A produção de sentidos sobre os judeus significa-os como aqueles que maculam a pureza do sangue, arquitetam emboscadas, subvertem a moral, a religiosidade e os bons costumes e contaminam a cultura. Esses são sentidos que permeiam, atravessam e constituem o discurso em CC – 3 sem produzir uma desestabilização naqueles sentidos que dizem os judeus e que se encontram cristalizados. E no que diz respeito a esse processo,

tocamos aqui um dos pontos de encontro com a questão da memória como estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização: a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos etc) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÉCHEUX, 2015, p. 45).

A memória, assim entendida, estrutura o processo discursivo que se desenvolve em CC – 3, inscrevendo sentidos no discurso em questão que sedimentam um modo de ver e conceber o judeu em sua relação com a cultura e, mais especificamente, com a criação artística em sua expressão moderna e vanguardista. Esse discurso que significa o judeu como a raiz da degeneração da cultura alemã reforça um outro discurso também em voga, antes e durante o Terceiro *Reich*, que entendia que

o esclarecimento nazista consistia em arrancar a máscara do comunismo e revelar uma União Soviética dominada por “uma minoria pequena, terrorista e majoritariamente judaica. Esse esforço em desmascarar era central para a “missão mundial” do nazismo em prevenir a “bolchevização internacional do mundo”. Goebbels colocava a ameaça bolchevique como uma questão de vida ou morte. Os bolcheviques planejavam abertamente o “extermínio dos povos e dos Estados”, bem como a “destruição” do mundo burguês. Em 1935, Goebbels acostumou seus ouvintes a escutar os termos “extermínio” e “destruição” em referência aos objetivos da “violenta dominação judaico-marxista” sobre Moscou. O ministro da Propaganda perguntava quem eram as “pessoas por trás da tentativa de envenenar o mundo”. Sua resposta era que a Internacional Bolchevique era “na verdade uma Internacional Judaica”. O materialismo bolchevique travava uma “luta contra a cultura ocidental” a favor do “judaísmo

¹⁵⁴ Cf. citação no original: Kulturell verseucht er Kunst, Literatur, Theater, vernarrt das natürlich Empfinden, stürzt alle Begriffe von Schönheit und Erhabenheit, von Edel und Gut und zerrt dafür die Menschen hernieder in den Bannkreis seiner eigenen schweinischen Wesenart. Die religion wird lächerlich gemacht, Sitte und Moral als überlebt hingestellt, so lange, bis die letzten Stützen eines Volkstums im Kampfe um das Dasein auf dieser Welt als Menschen gefallen sind.

internacional” (HERF, 2014, p. 86-87).

A regularização de uma memória que se encontra na base do dizível e que constitui a enunciação de um sujeito afetado pela matriz de sentido do NSDAP permite que determinados efeitos de sentido sobre os judeus, sobretudo aqueles sobre a existência de uma conspiração judaica internacional, circulem produzindo efeitos no modo como o sujeito-leitor vai trabalhar sobre esses sentidos que o afetam e constroem para ele (sujeito-leitor) uma determinada representação do que é ser judeu e de como ele age politicamente no mundo, sobretudo, por meio da cultura da nação que o acolhe. A construção de um discurso que mobiliza uma rede de memória que significa o judeu como aquele que macula, contamina e corrompe a cultura e a raça visa não somente apresentar uma consequência (a degenerescência da arte) mas, sobretudo, a causa (o judeu) de todo o mal, cuja raiz se encontrava na comunidade judaica internacional. Essa comunidade era compreendida por Hitler como uma conspiração internacional que operava secretamente e dominava as políticas governamentais na União Soviética, na Inglaterra e nos Estados Unidos (HERF, 2014, p. 96).

Mas a superioridade dos alemães não deveria ser expressa apenas por meio das obras de arte, como a pintura, a escultura e a música. Ela deveria também se expressar por meio das obras públicas, da corrida armamentista e da produção industrial. Assim, em 1935, deu-se início ao planejamento de uma exposição, prevista para acontecer na cidade de Düsseldorf, que deveria ser a maior exposição do Terceiro *Reich*. No mesmo ano (1937), aconteceu a exposição de arte degenerada em Munique. *Schaffendes Volk*¹⁵⁵ foi a exposição mais importante do governo nazista e o objetivo de Hitler e dos membros do partido era que servisse como uma vitrine daquilo que o novo regime havia produzido durante quatro anos à frente do país. A exposição também serviu como um bom exemplo de como a cidade havia sido ressignificada desde que o NSDAP assumiu o governo da Alemanha em 1933.

Os organizadores de *Schaffendes Volk* se inspiraram em outra grande exposição que ocorreu em Düsseldorf durante a República de Weimar e que foi chamada de *DeSoLei*. Embora os nazistas tenham se inspirado no legado dessa exposição que ocorreu em 1926, *Schaffendes Volk* apresenta um simbolismo geográfico diferente. Em vez de ocupar apenas um prédio ou um terreno, a exposição foi disposta na zona norte da cidade em torno do memorial dedicado a Leo Albert Schlageter que foi membro da organização paramilitar *Freikorps*. Schlageter se tornou um mito nos círculos nacionalistas após ter sido executado pelo exército francês em 1923. O NSDAP fez dele

¹⁵⁵ Povo criativo (tradução livre).

um mártir da causa nacionalista e o reconheceu como o primeiro soldado do Terceiro *Reich*. No local da execução, em 1931, foi construído um memorial que se tornou parte da identidade de Düsseldorf após a tomada do poder por Hitler. Aproveitando-se da simbologia da área, os organizadores de *Schaffendes Volk* transformaram a área ao redor do memorial em distrito habitacional para enfatizar o amplo papel da exposição como testemunha do renascimento da nação e da indústria.

Figura 65: Medalha da exposição *Schaffendes Volk* com o título *Schlageterstadt*



Fonte: dutchmilitaria.com

Figura 66: cartão-postal da exposição *Schaffendes Volk*

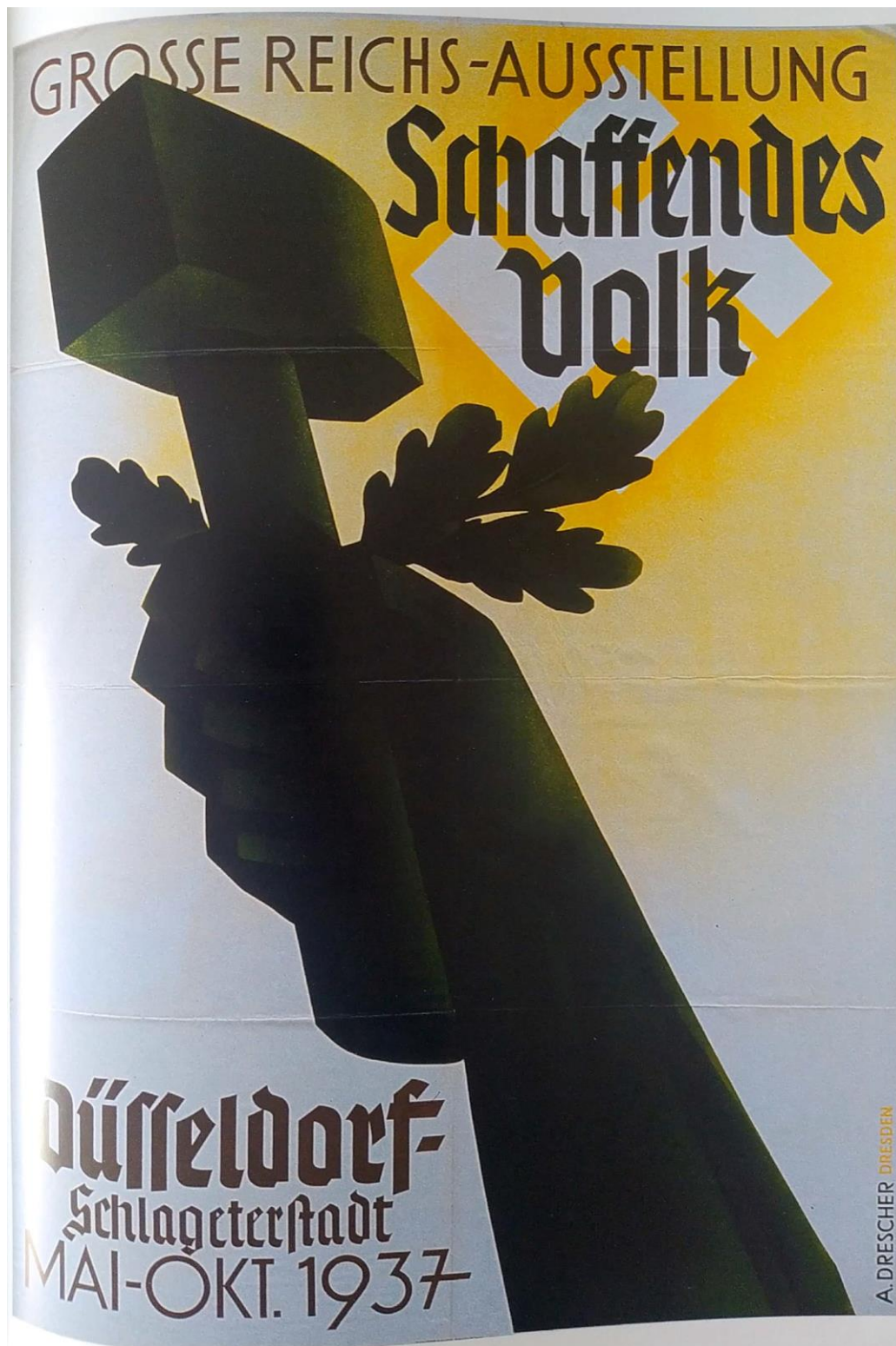


Fonte: oldthing.de

A figura 65 se trata de uma medalha que foi dada como prêmio durante a exposição e, no centro, podemos ver uma mão que segura um martelo tendo por trás folhas de carvalho e uma suástica. Essa mão que segura o martelo, simbolizando o trabalho, aponta para a difusão de uma imagem de Düsseldorf como cidade produtiva. Tanto a narrativa ligada ao martírio de Schlageter, como essa imagem de Düsseldorf,

foram explorados pelos nazistas. A fotografia do cartão postal (Figura 66) dá uma ideia do sentido de grandiloquência que se quer imprimir à exposição e à cidade de Düsseldorf.

CC - 4



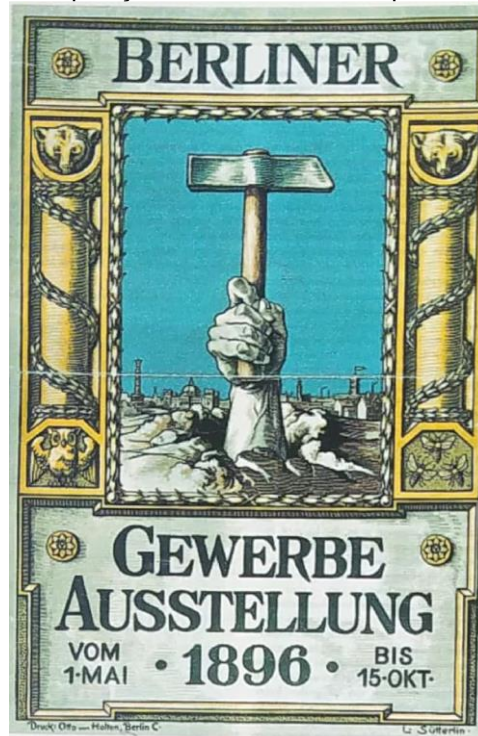
Fonte: Wunderlich (2021)

Em CC – 4, o artista gráfico Arnon Drescher retoma o desenho de uma mão, adornada com folhas de carvalho, que segura um martelo (WUNDERLICH, 2021, p. 85).

O desenho atravessa perpendicularmente todo o cartaz, de maneira que começa na parte inferior e atinge o topo, ocupando toda a extensão do cartaz. Para chegarmos ao funcionamento discursivo, bem como à movência do sujeito e dos sentidos no âmbito desse discurso, é importante que, primeiramente, explicitemos o modo como outros discursos, produzidos antes e independentemente, vêm se articular, sob a forma do pré-construído, ao discurso de referência. E, assim trabalhando sobre o processo discursivo, pensamos com Pêcheux (2015, p. 47) que “sob o ‘mesmo’ da materialidade da palavra abre-se, então, o jogo da metáfora, como outra possibilidade de articulação discursiva”. É precisamente sobre essas possibilidades de articulação, encaixe ou atravessamento do discurso-outro no discurso do sujeito que enuncia em CC – 4 que mobilizamos nosso gesto de leitura do modo de funcionamento discursivo da propaganda nazista.

Recorte 1

Figura 67: cartaz de exposição sobre o comércio que aconteceu em Berlim



Fonte: Wunderlich (2021)

Sob o modo do pré-construído, o sujeito retoma um discurso produzido em 1886, durante a Alemanha imperial, no qual uma mão, saída da terra, segura um martelo. O cartaz é de divulgação de uma exposição sobre a indústria e o comércio e aconteceu no mesmo período (de maio a outubro) que a exposição *Shaffendes Volk*. Ao retomar essa imagem da mão que segura o martelo, o sujeito garante o regime de repetibilidade e articula o seu discurso a uma memória do período imperial, fazendo trabalhar, no

interior do discurso em questão, sentidos (como aqueles de progresso, tradição, Pátria etc) ligados ao *modus vivendi* do alemães e à ideologia imperialista. Nesse modo de citar o discurso alheio, temos um efeito metafórico em que uma imagem pode ser tomada pela outra sem que haja mudança em relação aos efeitos de sentido, quais sejam, desenvolvimento por meio da expansão imperialista, trabalho, tradição etc que remetem ao *habitus* (ELIAS, 1997) do povo alemão.

A imagem de uma mão segurando um martelo também foi amplamente usada na propaganda política dos partidos de esquerda, como o Partido Social-Democrata e o Partido Comunista, conforme observamos nas figuras 68 e 69. O sujeito, afetado por essas representações, retoma a imagem que simboliza o trabalho e o trabalhador, mas não os sentidos que, nessas FDs (social-democracia e comunista), são atribuídos ao trabalhador. Assim, o processo no qual se dá a retomada não é mais aquele no qual o sujeito retoma o significante (uma palavra pela outra) e mantém o mesmo sentido (processo metafórico), mas aquele no qual o sujeito retoma o significante e produz um deslizamento (efeito metafórico) no sentido (INDURSKY, 2011, p. 78) porque as FDs não coincidem, de maneira que os sentidos disponibilizados pela matriz de sentido não são os mesmos. Nessa perspectiva, embora a imagem da mão segurando um martelo (figuras 68 e 69) coincida com aquela de CC – 4, os efeitos de sentido produzidos não são os mesmos porque as FDs não coincidem.

Recorte 2

Figura 68: cartaz da propaganda política do SPD



Fonte: collections.ushmm.org

Figura 69: cartaz da propaganda política do KPD



Fonte: alamy.com

Figura 70: cartaz da campanha eleitoral do NSDAP



Fonte: collections.ushmm.org

Figura 71: cartaz produzido em 1934



Fonte: Wunderlich (2021)

Em cartaz produzido (Figura 70) por Hermann Esser para a campanha eleitoral do NSDAP nas eleições nacionais que ocorreram entre os anos 1924 e 1933, o trabalho e o trabalhador voltam a ser representados. Um comerciante quebra, com um martelo, um bloco preto e vermelho e, em segundo plano, para uma suástica, dentro de um círculo, no horizonte. A retomada da imagem da mão segurando um martelo em CC – 4 se dá mediante um processo metafórico no qual imagem e sentidos são retomados, de modo a conservar o mesmo sentido porque o sujeito inscreve sua enunciação no interior da mesma FD, qual seja, aquela referente ao nacional-socialismo. Por conseguinte, o modo do sujeito se relacionar com a ideologia ao retomar o signo daqueles discursos alinhados com o pensamento de esquerda não é o mesmo quando retoma o signo dos discursos nos quais o sujeito se identifica com a ideologia do nacional-socialismo. Quando a retomada do discurso-outro se dá a partir dos discursos produzidos no âmbito da social-democracia e do comunismo, não há identificação do sujeito com essas ideologias que o NSDAP abomina e quer ver destruídas. O sentido que o sujeito do discurso atribui ao trabalho é aquele dado pelo NSDAP e, para marcar isso na enunciação, desenha uma suástica no topo do lado direito de CC – 4. Nesse movimento do sujeito, temos uma outra retomada do discurso produzido na figura 70, pois, nesse cartaz, aparece uma suástica dentro de um círculo semelhante ao sol no lado direito que equivale à suástica envolta na cor amarela – e, por essa razão, também fazendo uma referência ao sol – desenhada em CC – 4. É a presença da suástica no cartaz em

questão que amarra o significado da imagem da mão segurando um martelo aos sentidos disponibilizados por uma matriz de sentido como a do nacional-socialismo. Ao operar a retomada no interior do interdiscurso, o sujeito orienta a leitura de um signo largamente repetido nos discursos da esquerda sobre o trabalhador para o campo semântico do nacional-socialismo. E, ao assim fazer, ele fixa um sentido para o trabalho e o trabalhador, pois a imagem da mão segurando o machado deve ser interpretada na perspectiva dos sentidos construídos pelo NSDAP sobre a questão dos trabalhadores na Alemanha. Esses diferentes modos de se relacionar com o discurso-outro – retomar se identificando e retomar se contra-identificando – é possível porque, como diz Pêcheux ([1975] 2014, p. 154, grifos do autor),

a forma-sujeito (pela qual o “sujeito do discurso” se identifica com a formação discursiva que o constitui) tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, isto é, *ela simula o interdiscurso no intradiscurso*, de modo que o interdiscurso *aparece* como o “puro já dito” do intradiscurso, no qual ele se articula por “correferência”. Parece-nos, nessas condições, que se pode caracterizar a forma-sujeito como realizando a incorporação-dissimulação dos elementos do interdiscurso: a unidade (imaginária) do sujeito, sua identidade presente-passada-futura encontra aqui *um de seus fundamentos*.

Assim, o mesmo discurso, inscrito em FDs distintas (social-democrata, comunista e nacional-socialista), é retomado pelo sujeito constituído pela FD nacional-socialista e, embora exista uma correferência entre os signos que aparecem nos discursos, a presença da suástica no discurso do sujeito aponta para sua plena identificação com o discurso nazista, bem como para sua contraidentificação em relação ao discurso do pensamento de esquerda na Alemanha do início do século XX. Outro elemento que orienta os sentidos na direção do nacionalismo são as folhas de carvalho colocadas atrás da mão. As folhas de carvalho¹⁵⁶ atualizam, para o sujeito-leitor, discursos outros sobre tradição, Pátria e orgulho nacional, elementos que são considerados basilares na construção de uma comunidade assentada na estabilidade e nos costumes tradicionais.

Os sentidos de trabalho e trabalhador construídos pelo nacional-socialismo que constituem, na condição de discurso transversal, o discurso produzido em CC – 4 podem ser inferidos a partir de dois discursos formulados por Hitler em duas condições de produção e práticas discursivas distintas: a) no livro *Mein Kampf* (recorte 3) e num discurso (recorte 4) proferido em 1º de maio de 1933 no *Lustgarten* (Berlim) por ocasião das celebrações do dia do trabalho.

¹⁵⁶ O carvalho (*Deutsche Eiche* ou *Stieleiche*) tem uma profunda relação com a história e cultura da Alemanha. Essa árvore era considerada sagrada nas antigas tradições alemãs e a ela eram atribuídos significados como força, moral e sabedoria. Há uma relação entre o carvalho e a figura de Wolfgang von Goethe, poeta romântico e maior representante da cultura alemã. Acredita-se que, sob a copa dessas árvores, Goethe escreveu algumas de suas obras. Para a SS nazista, o carvalho simbolizava a grande tradição cultural germânica da qual os membros da SS pensavam ser os verdadeiros herdeiros.

Recorte 3

SD1: [...] o movimento nacional-socialista deve reconhecer a necessidade de *uma atividade sindical própria*. Ele o deve ainda mais pelo fato de que *uma educação realmente nacional-socialista*, tanto do empregador como do empregado, *no sentido de uma articulação de ambos os lados na moldura geral da comunidade nacional*, não se realizará mediante doutrinamentos teóricos, proclamações ou advertências, mas por meio da luta da vida cotidiana¹⁵⁷.

SD2: O *sindicato nacional-socialista* tem, por conseguinte, de aumentar a *segurança da economia nacional*, mesmo por meio da concentração organizadora de determinados grupos de participantes do *processo econômico nacional*, e de robustecer as forças dessa *economia nacional* [...]. Para o *sindicato nacional-socialista*, portanto, a greve não é um meio de destruição e abalo da *produção nacional*, mas, pelo contrário, meio para seu aumento e escoamento mediante o combate a todas as situações embaraçosas que, em consequência do seu caráter antissocial, entravavam a capacidade da economia e, conseqüentemente, a *existência da comunidade*¹⁵⁸.

SD3: Também aqui, como aliás em toda parte, tem de valer o princípio brônzeo de que, *em primeiro lugar, vem a Pátria* e depois, então, o partido. A *missão do sindicato nacional-socialista* é a educação e a preparação para esse objetivo que, então, se define: *trabalho em comum* de todos para *manutenção e segurança do nosso povo e do nosso Estado*, de acordo com as aptidões e forças inatas do indivíduo e as que ele vier a adquirir por meio da educação recebida na *comunidade nacional*¹⁵⁹.

¹⁵⁷ Cf. citação no original: Die nationalsozialistische Bewegung muss die Notwendigkeit einer eigenen gewerkschaftlichen Tätigkeit erkennen. Dies verdankt er erst recht dem Umstand, dass eine wahrhaft nationalsozialistische Erziehung sowohl des Arbeitgebers als auch des Arbeitnehmers im Sinne einer Artikulation beider Seiten im Rahmen der Volksgemeinschaft nicht durch theoretische Belehrungen, Verlautbarungen oder Mahnungen erreicht wird, sondern durch den Kampf des Alltags.

¹⁵⁸ Cf. citação no original: Die nationalsozialistische Gewerkschaft hat daher die Sicherheit der Volkswirtschaft auch durch die organisierende Konzentration bestimmter Gruppen von Teilnehmern am nationalen Wirtschaftsprozess zu erhöhen und die Kräfte dieser Volkswirtschaft zu stärken [...]. Für die nationalsozialistische Gewerkschaft ist der Streik daher kein Mittel zur Vernichtung und Untergrabung der nationalen Produktion, sondern im Gegenteil ein Mittel zu ihrer Vermehrung und Beseitigung durch Bekämpfung aller Peinlichkeiten, die durch ihre Asozialität entstehen Charakter, , behindern die Leistungsfähigkeit der Wirtschaft und damit die Existenz der Gemeinschaft.

¹⁵⁹ Cf. citação no original: Auch hier muss wie überall der eiserne Grundsatz gelten, dass zuerst das Vaterland und dann erst die Partei kommt. Der Auftrag des Nationalsozialistischen Bundes ist die Erziehung und Vorbereitung auf dieses dann definierte Ziel: gemeinsame Arbeit aller für die Erhaltung und Sicherung unseres Volkes und unseres Staates, entsprechend den angeborenen Anlagen und Kräften des Einzelnen durch die in der nationalen Gemeinschaft erhaltene Ausbildung erwerben können.

Na perspectiva da ideologia do NSDAP, o trabalho só tem sentido enquanto serviço prestado à comunidade do povo. Assim, o trabalho existe para que o indivíduo ponha em prática suas aptidões inatas a fim de garantir o desenvolvimento e a sobrevivência da comunidade racial. Daí a necessidade de ressignificar o papel dos sindicatos que já não atuariam a partir da perspectiva marxista, ou seja, para defender os interesses da classe trabalhadora em relação àquela que a domina e explora, a classe burguesa. De acordo com a concepção nacional-socialista, “o sindicato não é um órgão de luta de classe, mas um órgão de representação profissional¹⁶⁰” (HITLER, 2011, p. 102). O direito de greve também seria ressignificado, uma vez que essa não cumpriria mais o papel de forçar o empregador a atender as demandas dos trabalhadores por meio da paralisação do trabalho. Na concepção de Hitler, a greve é tão somente um meio para a destruição da produção nacional. Nesse sentido, os sindicatos deveriam “educar” os trabalhadores para o serviço à Pátria, de maneira que o trabalho realizado em comum sirva à toda comunidade racial.

Partindo dessas considerações, podemos concluir que os sentidos sobre trabalho e trabalhador que constituem o discurso produzido em CC – 4 são aqueles que circulam no interior do NSDAP, de modo que a representação do trabalhador por meio da imagem da mão segurando um martelo rompe com aqueles sentidos que circulam em outras FDs, notadamente aquelas de esquerda, para ser ressignificada no interior de uma matriz de sentido como a do nacional-socialismo. E a suástica, representada como um sol luminoso, é que garante o direcionamento da leitura a ser feita pelo sujeito-leitor e dos sentidos que a afetam. A constituição do sujeito se dá na FD nacional-socialista, lugar onde o sentido também se constitui e “adquire unidade, especificidade, limites que o configuram e o distinguem de outros, para fora, relacionando-o a outros, para dentro” (ORLANDI, 2001, p. 101).

Recorte 4

SD1: Esse é o significado do Dia do Trabalhador que será celebrado na Alemanha daqui em diante e ao longo dos séculos, para que todos aqueles que estão ativos na *grande máquina de nosso trabalho produtivo nacional* possam *se unir e estender as mãos uns aos outros* uma vez por ano com a percepção de que nada pode ser realizado a menos que *cada um contribua com sua parte de trabalho e esforços*. E assim, como lema para

¹⁶⁰ Cf. citação no original: Die Gewerkschaft ist kein Organ des Klassenkampfes, sondern ein Organ der Berufsvertretung.

este dia, escolhemos a frase: “*Honra o trabalho e respeita o trabalhador!*”¹⁶¹ (HITLER, p. 85, grifos nossos, tradução livre)

SD2: E assim, para sempre, escolhemos este dia em que a natureza desperta, como o dia de recuperar nosso próprio poder e força e, ao mesmo tempo, o *trabalho produtivo que não conhece limites*, que não está vinculado a sindicatos ou fábricas ou escritórios; trabalho que queremos reconhecer e promover onde quer *que seja realizado de forma positiva para a própria existência e a vida do nosso Volk*¹⁶² (HITLER, p. 85 grifos nossos, tradução livre)

Nessas sequências discursivas extraídas de um discurso que Hitler proferiu em 1933, quatro meses após o *Führer* chegar ao poder na Alemanha e oito anos após a escrita de *Mein Kampf*, vemos reiterados aqueles sentidos sobre união, honra, respeito, esforço, produção e comunidade do povo. Todos esses sentidos constituem os efeitos de sentido sobre o trabalho e o trabalhador em CC – 4, pois ambos, tanto o trabalho como o trabalhador, se encontram representados naquele braço ereto, firme, contraído e naquela mão que empunha um martelo. Nas duas sequências discursivas, Hitler reitera a importância de um povo produtivo ou de um trabalho produtivo mediante os esforços daqueles que estão engajados na construção da comunidade do povo. Por um “efeito de encadeamento do pré-construído” (PÊCHEUX, 2014 p. 149), o significante *produtivo* é retomado pelo sujeito que enuncia em CC – 4. Assim, o significante reaparece no título da exposição *Schaffendes Volk* (povo produtivo, criativo ou trabalhador) por um efeito metafórico, de modo que mantém o mesmo sentido. Essa retomada de um significante que aparece no discurso de Hitler ancora, ainda mais, o discurso do sujeito na FD do nacional-socialismo e reitera a ruptura desse discurso com uma FD marxista.

Considerando que os maiores inimigos do *Reich* eram os judeus – cujo modo de inscrição na história equivalia, para os nazistas, a uma conspiração internacional que tramava a destruição do povo alemão – e os bolcheviques, então as primeiras ações do regime se endereçaram no sentido de eliminar tudo aquilo que se relacionasse aos

¹⁶¹ Cf. citação no original: That is the meaning of May Day which shall be celebrated in Germany from now on and throughout the centuries so that all those who are active in the great machinery of our productive national work may join together and extend their hands to one another once a year in the realization that nothing can be accomplished unless everyone contributes his share of work and efforts. And thus, as our motto for this day, we have chosen the sentence, “Honor the work, and respect the worker!”

¹⁶² Cf. citação no original: And so forever we choose this day when nature awakens as the day to regain our own power and strength and at the same time productive work that knows no limits, that is not tied to unions or factories or offices; work that we want to recognize and promote wherever it is carried out in a positive way for the very existence and life of our Volk.

inimigos do *Reich*. Ao longo do processo de nazificação da Alemanha, palavras e sentidos foram substituídos por outros que expressassem com fidelidade a ideologia que se queria impor. Foi o que aconteceu com o Dia do Trabalhador (ou do Trabalho) que, mediante uma articulação orquestrada por Goebbels, passou a se chamar *Dia Nacional do Trabalho*, conforme explica Evans (2005, p. 20)

Goebbels conseguiu a adesão dos líderes sindicais no apoio à criação de um novo feriado nacional no 1º de Maio, uma exigência de longa data dos sindicatos, e o transformou no assim chamado Dia Nacional do Trabalho, com centenas de milhares de trabalhadores reunindo-se sob a suástica em praças públicas da Alemanha para ouvir discursos de Hitler e outros líderes nazistas transmitidos por alto-falantes. No dia seguinte, camisas-pardas de toda a Alemanha deram batidas em sindicatos e escritórios e instalações social-democratas, saqueando-os, levando suas verbas e fechando-os. Dentro de poucas semanas, a detenção em massa de funcionários dos sindicatos e de líderes social-democratas, muitos dos quais foram espancados e torturados em campos de concentração improvisados, havia prostrado o espírito do movimento trabalhista.

Embora os sentidos construídos pelos nacional-socialistas e disseminados pela propaganda fossem aqueles sobre trabalho conjunto com vistas à manutenção e desenvolvimento da comunidade do povo, as condições dos trabalhadores e a satisfação deles com a nova organização do trabalho não correspondia àquilo que a propaganda mostrava por meio de uma exposição como a *Shaffendes Volk*. Essas contradições entre aquilo que se mostrava e aquilo que efetivamente ocorria no Terceiro *Reich*, é assim descrita por Evans (2005, p. 257):

[...] introduziram-se novas regulamentações cortando horas de trabalho em alguns setores do comércio e da indústria, fazendo-se necessário empregar mais trabalhadores, mas cortando de modo bastante substancial os vencimentos dos já contratados. As agências de emprego em geral só tinham condições de providenciar serviços de curto prazo; ainda havia escassez de empregos permanentes. Rapazes e moças também ficavam sob uma tremenda pressão para se inscrever no chamado Serviço Voluntário ou se alistar no trabalho agrícola, onde os camponeses com frequência ressentiam-se de sua falta de experiência e os consideravam simplesmente como mais bocas para alimentar. Corte dos pagamentos da previdência, trabalho forçado ou até mesmo aprisionamento ameaçavam aqueles que resistiam. Em algumas regiões, todos os rapazes desempregados entre 18 e 25 anos de idade eram arrebanhados e tinham que escolher entre trabalhar na terra ou perder todos os benefícios imediatamente. Todavia, o pagamento desse trabalho era tão parco que em muitos casos ficava abaixo dos níveis dos benefícios da previdência, e, se os trabalhadores tinham que morar longe de casa nesses programas, ainda necessitavam dos benefícios para arcar com a despesa extra que isso envolvia. Mesmo nos prestigiosos projetos das autoestradas, as condições de trabalho eram tão precárias, a razão era tão minguada e tantas as horas que havia protestos frequentes, chegando inclusive à queima dos alojamentos dos trabalhadores. Muitos dos recrutados para os projetos, como barbeiros, escriturários ou caixeiros-viajantes, eram totalmente inaptos para o trabalho físico pesado. Os acidentes eram frequentes e repetidos; os atos de protesto em um campo de obras levaram à detenção de 32 dos 700 trabalhadores no espaço de poucos meses; os queixosos mais esbravejantes eram mandados para Dachau para “reeducação” e para intimidar os outros à anuência calada. Essas medidas também ajudaram, junto com controles trabalhistas estritos e a

Nos bastidores da exposição, há uma série de descontentamento, injustiças e exploração da força de trabalho da classe trabalhadora alemã. E há também um exercício do poder que reduz ao silêncio aqueles sujeitos e sentidos que resistem às práticas de espoliação, à precarização das condições de trabalho e desvalorização da mão de obra. Os sentidos produzidos a partir de outras formações discursivas, como aquelas dos descontentes e rebeldes, são colocados em silêncio pela propaganda que apaga os protestos e apresenta a situação do trabalho e do trabalhador de forma homogênea, criando um simulacro e apagando as contradições e os conflitos entre as classes e entre os trabalhadores e o regime nazista. Assim, à medida que o regime faz circular alguns sentidos, esse mesmo regime se ocupa daqueles sentidos que podem pôr em xeque a imagem que se esmera em construir para os países estrangeiros. E o modo do regime se ocupar desses sentidos é eliminando toda e qualquer possibilidade de circulação deles no interior da nação, bem como fora dela. Orlandi (2007, p. 114) vai afirmar que

se de um lado, a censura trabalha sobre o conjunto do dizível, do outro, em uma retórica de resistência, há uma política do silêncio que se instala (consensualmente) e que significa justamente o que, do dizível, não se pode dizer. Censura e resistência trabalham a mesma região de sentidos.

Mas, mesmo que, da ordem do dizível, não se possa dizer tudo por medo de sofrer uma represália por parte do Estado, aqueles sentidos não ditos permanecem produzindo efeitos; não desaparecem, de maneira que podem vir a se impor em algum momento da história e, por conseguinte, produzir um novo acontecimento discursivo no qual sentidos desautorizados sejam legitimados e passem a impor uma nova ordem discursiva e outros modos de subjetivação. Desse modo, o silenciamento não significa a morte do sentido e nem a estagnação nos processos de significação, mas ele conserva uma potencialidade semântica que permite a movimentação e o deslocamento para outros sítios semânticos nos quais encontra apoio para fazer resistência ao discurso dominante até que volte a circular e novamente ganhe legitimidade. Há sempre uma brecha por onde o sentido escapa e diferentes modos nos quais pode se materializar para continuar circulando e produzindo efeitos. É por essa razão que o silêncio é condição de possibilidade (ORLANDI, 2007, p. 13) dos sentidos e dos sujeitos, pois aquilo que foi silenciado afeta os sujeitos que significam (ou ressignificam) o silenciado e o põem novamente em circulação em outros patamares discursivos.

O último cartaz dessa série foi produzido em 1937 por Horst Schlüter, um *designer* relativamente desconhecido, por ocasião de uma exposição que foi organizada

em Munique sobre os judeus. O objetivo da exposição era convencer o público da inferioridade racial e da condição sub-humana do povo judeu (WUNDERLICH, 2021, p. 83).

A exposição é arquitetada no contexto do *Plano dos Quatro Anos* que foi anunciado por Hitler, em 1936, no comício anual do partido em Nuremberg. Esse plano

instituiu a centralização da produção e a distribuição de matérias-primas, a alocação de mão de obra e a imposição de controle cambial e de preço. O plano também visava estimular a produção de combustíveis sintéticos e de borracha, e minar a dependência alemã das importações. Os consumidores sofreriam mais do que nunca, pois o programa reajustava o ritmo do rearmamento a um ponto em que o Plano dos Quatro Anos consumiria mais de 20% da renda nacional. Como parte do ampliado território alemão, a Europa Central e a Europa Oriental forneceriam matéria-prima, mão de obra e necessidades alimentares de forma permanente. O Plano dos Quatro Anos depôs as inflexíveis e duradouras predileções ideológicas de Hitler, alimentando ainda mais a sua guerra pelo império e contra os judeus. O pronunciamento do *Führer*, no entanto, veio em um momento em que a economia nacional compelia ao próximo passo, e quando os acontecimentos no exterior retomavam uma fobia do início dos anos 1920: o bolchevismo (BARANOWSKI, 2014, p.230).

Nesses quatro anos, Hitler reforça a corrida armamentista e aumenta os prospectos de uma Segunda Guerra Mundial, além de acelerar seus esforços no sentido de purificar a comunidade racial. Nesse mesmo ano, Hitler, em comunicação enviada a Hermann Göring, afirmou que a questão racial mundial havia chegado a um novo nível com a vitória do bolchevismo na União Soviética, de maneira que isso se configurava como uma ameaça à Alemanha que logo veria o triunfo do “judaísmo internacional”, caso o plano não fosse executado (WUNDERLICH, 2021, p. 231). A crescente tensão política entre Alemanha e União Soviética e o medo decorrente do delírio de Hitler em relação ao extermínio do povo alemão pelo “judaísmo internacional” fez com que novas medidas fossem tomadas no tocante à questão racial e, mais uma vez, a propaganda foi determinante no processo político de segregação racial na Alemanha.

A exposição em Munique foi uma mostra de supostas provas históricas e científicas acerca da inferioridade racial dos judeus. Organizada por Goebbels, a exposição também foi realizada em Viena, Berlim, Bremen, Dresden e Magdeburg e atraiu cerca de 1,2 milhões de visitantes.



Fonte: Wunderlich (2021)

Na composição do cartaz, Schlüter posiciona a imagem de um homem idoso retratado como um hebreu da Europa Oriental sobre um fundo amarelo. As moedas na mão direita apontam para a representação que se fazia do judeu no discurso antissemita como agiota, enganador e trapaceiro, ao passo que o chicote na mão esquerda faz referência à Paixão de Cristo (WUNDERLICH, 2021, p. 84). Nesse cartaz, o que temos, mais uma vez, é o judeu em sua forma estereotipada, um clichê do que é ser judeu,

caricatura dos aspectos econômico, político e religioso que jogam na construção de uma identidade do povo judeu. Ao contrário do que Orlandi (2017, p. 52) afirma sobre o corpo do sujeito ao analisar *A Morte do Cisne* que foi dançada pelo *rapper* J. Lennon da Silva, “polissemia dos corpos que irrompem em seus sentidos pelo funcionamento do interdiscurso”, o corpo do judeu, na propaganda do período nazista, é representando segundo um modelo caricatural, engessado e dispendo de uma abertura mínima ao polissêmico. Embora exista uma injunção à fixação de um modo de representar e significar a identidade do judeu nas imagens da propaganda política, “assim como qualquer materialidade significativa, também a imagem não é transparente. É materialidade. Tem seu modo de funcionamento. Interpreta-se (ORLANDI, 2017, p. 63). E, desse modo, não se pode tomar a imagem do judeu, reproduzida reiteradamente na propaganda, e estabelecer uma relação termo-a-termo com a realidade. Para compreendê-la, é necessário remetê-la ao seu exterior constitutivo porque “a questão do sentido torna-se a questão da própria materialidade do texto, de seu funcionamento, dos mecanismos dos processos de significação, de suas condições” (ORLANDI, 2004, p. 20). De tanto repetir o estereótipo, a propaganda produz uma regularização do sentido sobre o judeu, de modo que esse sentido acaba por se impor como o único sentido legítimo. É nessa perspectiva que Klemperer (2009, p. 62) vai afirmar, sobre a linguagem do Terceiro *Reich*, que

A LTI imperava por toda parte, tão poderosa quanto pobre de espírito – poderosa justamente por ser pobre de espírito – até mesmo entre os judeus, as maiores vítimas do nacional-socialismo, necessariamente seus inimigos mortais em cartas, conversas e livros, enquanto ainda tinham autorização para publicar.

E seu poder também se encontra no fato de que essa *língua do Terceiro Reich*, conforme denominação de Klemperer (2009), se caracteriza pelo lugar-comum, o bordão, que é repetido indefinidamente até ganhar corpo em políticas públicas e práticas de segregação e extermínio.

Na enunciação de CC – 5, acomodam-se *ditos* que vêm desses lugares discursivos nos quais a identidade do judeu foi construída, fixada e assumida pelos sujeitos-leitores porque afetados por representações que passam a povoar o imaginário coletivo. O primeiro desses discursos, que trazemos para tecer considerações na análise, se encontra diretamente relacionado à representação imagética do judeu, conforme aparece nas figuras 72 e 73:

Figura 72: capa do jornal *Der Stürmer*



Fonte: alamy.com

Figura 73: capa do jornal *Der Stürmer*



Fonte: alamy.com

Conforme material apresentado na introdução à análise, é possível concluir sobre uma regularização no modo de representar o judeu nos veículos da propaganda nazista: nariz adunco, aspecto monstruoso, desleixado, postura e semblante que insinuam perfídia, engano e trapaça. Há um esforço da parte do aparelho de imprensa em torná-lo repugnante a tal ponto que o extermínio seja não apenas desejado, mas efetivamente executado sem que pese na consciência daqueles que lograram tal fim, foram coniventes ou executores da ação de exterminar. “A obscura pulsão, com que desde o início tinham maior afinidade do que com a razão, toma conta deles totalmente” (ADORNO; HORKHEIMER, 2021, p. 142), e se torna ainda mais mortífera quando alimentada diariamente pelas “doses de arsênio” (KLEMPERER, 2009, p. 55) que representam as palavras e os sentidos que circulam no Terceiro *Reich*. Envenenados e cegos, os nazistas passaram a infringir toda sorte de sofrimentos aos judeus, pois “a cegueira alcança tudo, porque nada compreende (ADORNO; HORKHEIMER, 2021, p. 142).

No fio do discurso produzido em CC – 5, há uma retomada dessa imagem do judeu da diáspora, do hebreu, ou seja, “a figura do judeu exilado/errante, sempre perambulando entre dois mundos, pelo menos” (VIEIRA, 1994, p. 10). A retomada é a de um estereótipo do que é ser judeu que, por sua vez, se encontra em processo e

cristalização no interior da sociedade alemã do período nacional-socialista. Assim, aquilo que é dito em CC – 5 se relaciona com aquilo que é dito em outras materialidades discursivas produzidas no Terceiro *Reich*, como a imprensa, a educação, a exposição. E a retomada de discursos pré-existentes pelo sujeito é determinada pela FD na qual o sujeito inscreve seu discurso, mas também por aquilo que pode e deve ser dito em outras FDs que se articulam na complexa estrutura do *Reich*. Se “cada formação discursiva define o que pode e deve ser dito, para o sujeito, pela relação entre formações discursivas distintas” (ORLANDI, 2008, p. 46), então no interior de uma estrutura social e política como a da Alemanha nazista, dominada por uma ditadura de partido único, em que as instituições são instadas a falar a mesma “língua”, ao sujeito fica reduzida a possibilidade de se deslocar de uma posição para outra e produzir outros sentidos que não venham do complexo de formação discursivas do Terceiro *Reich*. Há relações de força (PÊCHEUX, 2019, p. 44) tão dissimétricas na formação do Terceiro *Reich* que o sujeito fica quase impossibilitado de produzir um discurso que o permita driblar a interdição e se identificar com uma FD que permita sentidos de resistência ao regime.

Além do discurso da imprensa, é possível “escutar” ecos de sentidos produzidos em *Mein Kampf* sobre os judeus que atravessam o discurso do sujeito em CC – 5:

Recorte 2

SD1: Se o judeu, com o auxílio do seu credo marxista, conquistar as nações do mundo, a sua coroa de vitórias será a coroa mortuária da raça humana [...] ¹⁶³ (HITLER, 2006, p. 231, tradução livre).

SD2: O fato de ele continuar a se espalhar pelo mundo é um fenômeno próprio a todo parasita; este anda sempre à procura de novos terrenos para fazer prosperar sua raça ¹⁶⁴ (HITLER, 2006, p. 791, tradução livre)

SD3: A vida impele o judeu para a mentira, para a mentira incessante, da mesma maneira que obriga o homem do norte a vestir roupas quentes ¹⁶⁵ (HITLER, 2006, p. 793, tradução livre).

¹⁶³ Cf. citação no original: Siegt der Jude mit Hilfe seines marxistischen Glaubensbekenntnisses über die Völker dieser Welt, dann wird seine Krone der Totenkranz der Menschheit sein [...].

¹⁶⁴ Cf. citação no original: Sein Weiterverbreiten aber ist die typische Erscheinung aller Parasiten; er sucht immer neuen Nährboden für seine Rasse.

¹⁶⁵ Cf. citação no original: Das Dasein treibt den Juden zur Lüge und zwar zur immerwährenden Lüge, wie es den Nordländer zur warmen Kleidung zwingt.

SD4: Então principia o judeu a desvendar suas qualidades genuínas. Graças à lisonja abjeta, consegue acercar-se dos governos, faz girar e trabalhar o seu dinheiro, e deste modo arranja sempre uma "carta branca" para a exploração de suas vítimas. Mesmo que, às vezes, a ira popular se torne violenta contra a eterna sanguessuga, isso não impede absolutamente de aparecer ele no lugar há pouco abandonado e de recomeçar a vida de outrora. Não há perseguição que o possa demover do seu processo de exploração humana [...]. Para impedir, pelo menos, as piores consequências, começa-se a retirar a terra da sua mão usurária, tornando-se a aquisição da mesma impossível dentro da lei¹⁶⁶ (HITLER, 2006, p. 807, tradução livre).

Relações interdiscursivas entre a SD1 e o mapa da União Soviética com a foice e o machado (símbolo do comunismo) colocados do lado direito da imagem do hebreu em CC - 5, apontam para um processo de sustentação (PÊCHEUX, [1975] 2014), posto que a sequência discursiva reitera a relação entre os judeus e o comunismo, bem como a conspiração do “judaísmo internacional” “para destruir o regime nazista e assassinar o povo alemão” (HERF, 2014, p. 57). Esse discurso relaciona os judeus ao regime de Joseph Stalin na condição de articuladores ocultos, dissimulados, que controlam por meio da persuasão insidiosa. A conspiração judaico-comunista teria esse aspecto sorrateiro, cuja intenção era “de exterminar a Alemanha e os alemães” (HERF, 2014, p. 40).

No funcionamento do discurso, encaixam-se efeitos de sentido produzidos na segunda sequência discursiva sobre o *modus vivendi* do judeu que é qualificado como um parasita que se aproveita da abertura dos países que o recebe para se apropriar da economia e da cultura desses países e submeter os povos ao seu julgo. E aquilo que significa o judeu como um errante sempre disposto a se instalar num país a fim de sugar os bens espirituais e materiais da nação que o recebe é representado pelo corpo do judeu no discurso produzido em CC – 5. A imagem poderia ser a de um judeu assimilado ou a de um judeu da Europa Ocidental, mas o sujeito joga com sentidos

¹⁶⁶ Cf. citação no original: Nun beginnt der jude aber seine wahren eigenschaften zu enthüllen. mit widerlicher schmeichelei macht er sich an die regierungen heran, lässt sein geld arbeiten und sichert sich immer wieder den freibrief auf solche art zu neuer Ausplünderung seiner Opfer. Wenn auch manchmal die Wut des Volkes gegen den ewigen Blutegel lichterloh aufbrennt, so hindert ihn dies nicht im geringsten, in wenigen Jahren schon wieder in dem kaum verlassenenen Orte neuerdings aufzutauchen und das alte Leben von vorne zu beginnen. Keine Verfolgung kann ihn von seiner Art Menschausbeutung abbringen [...]. Um wenigstens das Allergrößte zu verhindern, beginnt man, den Boden seiner wucherischen Hand zu entziehen, indem, man ihm die Erwerbung desselben einfach gesetzlich unmöglich macht.

que orbitam em torno da figura do judeu da diáspora, pois essa representação diz do quanto o judeu era um “elemento estranho à nação alemã e a causa dos problemas da Alemanha, da derrota militar à Depressão” (HERF, 2014, p. 41). O sujeito, assim, constrói uma imagem do judeu retomando sentidos, *já-ditos*, investindo no imaginário, nas formas estabilizadas. Ao mobilizar o processo enunciativo, o sujeito o faz recuperando sentidos do discurso antissemita que circulava na Europa e, assim, diz entre outras palavras (ORLANDI, 2008, p. 48), de modo que é possível recuperar o processo que o levou a dizer o que diz – e como diz – por meio do dispositivo teórico-analítico que permite a de-superficialização do mecanismo (INDURSKY, 2013, p. 42) que tornou possível a produção de um discurso com determinado funcionamento. Mas ao inscrever seu discurso em uma determinada FD, o sujeito exclui aquilo que não pode ser dito nessa matriz de sentidos, pois o “domínio de saber de uma FD funciona como um princípio de exclusão do que nela não é formulável em função da FI de que provém” (INDURSKY, 2013, p. 45) e, dessa maneira, ficam de fora aqueles sentidos sobre o judeu assimilado à cultura e à vida da nação alemã, como o escritor judeu, o intelectual, o filósofo etc. No regime de enunciação instaurado no Terceiro *Reich*, o corpo do judeu é investido de um discurso que o compara a uma sanguessuga ou a um rato e, por fim, a bacilos que precisam ser exterminados com urgência. Nesse jogo, no qual se joga com a memória do dizer, também se compara o judeu a uma serpente (ver figura 72) que, astuciosa, se encontra sempre pronta para envenenar os povos nos quais se instala.

Na mão estendida com moedas na palma, referências à usura e à ganância (WUNDERLICH, 2021, p. 84) atribuídas ao judeu que, segundo os nazistas, recorrentemente lança mão da mentira para manipular e conseguir benefícios. Essa imagem do judeu como mentiroso produzida no discurso de Hitler, nas SD3 e SD4, se articula ao discurso sobre a ganância e a prática de agiotagem, de modo a produzir um efeito de sentido, reforçado pelo fundo amarelo que também faz referência à ganância, que diz de um sujeito possuidor de um poder econômico (essa também uma forma estereotipada de perceber o judeu) capaz de fazer do judeu uma ameaça para o grupo dominante (VIEIRA, 1994, p. 14). Ou seja, o discurso projeta os judeus, em se tratando de poder econômico, como tendo um poder que, a bem da verdade, não possuíam, conforme podemos ler nessa consideração de Arendt (2012, p. 27):

Quando Hitler subiu ao poder, os bancos alemães, onde por mais de cem anos os judeus ocupavam posições-chave, já estavam quase *judenrein* – desjudaizados – e os judeus na Alemanha, após longo e contínuo crescimento em posição social e em número, declinavam tão rapidamente que os estatísticos prediziam o seu desaparecimento em poucas décadas.

Na perspectiva de Hitler e dos nacional-socialistas, a riqueza e prestígio de alguns judeus era resultado de trapaça e mentira. Assim, os alemães eram as vítimas constantes dos judeus que, por meio da mentira, exerciam sua influência sobre os desavisados alemães que se deixavam explorar, conforme podemos ler em SD4. A exploração econômica da qual fala Hitler em SD4 se repete no discurso do cartaz naquela mão esquerda que segura um chicote, representação do poder que explora e oprime. Nesse processo, a “voz” do *Führer* se faz “ouvir” na enunciação do sujeito, embora esse sujeito não possa “reconhecer sua subordinação, seu assujeitamento, ao *Outro*, ou ao *Sujeito*, já que essa subordinação-assujeitamento se realiza precisamente no sujeito *sob a forma da autonomia* [...] (PÊCHEUX, [1975], p. 149). É sob a ilusão da autonomia – efeito elementar da ideologia – que o indivíduo se assujeita à língua para significar na história, de maneira que

para dar conta da exterioridade que constitui o discurso, é preciso apreender as relações entre formações discursivas. Essas relações, representante da relação com a exterioridade, remetem-se ao interdiscurso, sendo este definido como o lugar de constituição dos sentidos, a verticalidade (domínio da memória) do dizer, que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito (ORLANDI, 2008, p. 49).

A exposição inaugurada naquele novembro de 1937, se tratava de uma campanha cuja finalidade era persuadir o visitante de que o judeu era um ser abjeto e desprezível porque pertencia a uma raça inferior que se infiltrava nos países para ludibriar, enriquecer, explorar e estabelecer uma dominação judaico-comunista. Esses efeitos de sentido que circulavam na Alemanha do Terceiro *Reich* constituem, sustentam, se articulam ao discurso do sujeito sem que ele tenha consciência desse processo porque esquece que não é a origem do sentido e nem que aquilo que diz só pode ser dito daquela forma (PÊCHEUX, 2014, p. 161). Mas esses sentidos sobre o judeu não nascem na Alemanha nazista, uma vez que já se encontram em circulação na Europa quando da subida de Hitler ao poder, como atestam as palavras de Bauman (1998, p. 63):

Como os camponeses e o povinho urbano, os judeus eram vistos pelos fidalgos como incivilizados, sujos, ignorantes e avaros. Como outros plebeus, eram mantidos à distância. Uma vez que, devido a funções econômicas, algum contato não podia ser evitado, as regras de sua segregação social eram observadas de forma ainda mais meticulosa e anunciadas de modo mais explícito e com maior precisão – e no geral recebiam mais atenção que outras relações de classe que não ocasionavam qualquer ambiguidade e assim podiam ser perpetuadas sem problemas.

Essa imagem que se tinha do judeu durante a Idade Média é, sobretudo, resultado do discurso proveniente da Igreja Católica que “não visava exterminar os judeus, mas convertê-los, persegui-los ou expulsá-los” (ROUDINESCO, 2010, p. 17), de

maneira que, estigmatizados pelo discurso que os hostilizava e os tornava *persona non grata*, passavam a sofrer todo tipo de ostracismo e discriminação nos países nos quais aportavam. Sobre as formas de exclusão sofridas pelos judeus na Europa medieval, Roudinesco (2010, p. 17) esclarece:

Uma comunidade simultaneamente visível e invisível, uma comunidade errante. Só podendo exercer profissões proibidas aos cristãos, os judeus foram acusados de todo tipo de práticas repugnantes, ligadas à sua condição de abolidores da diferença sexual e da separação das espécies: bestialidade, assassinatos rituais, incestos roubos de crianças, profanação da hóstia, ingestão de sangue humano, poluição das águas, uso instrumental dos leprosos, propagação da peste, complôs diversos. Mas, sobretudo, e pelo mesmo motivo, foram vistos como detentores dos três grandes poderes próprios da humanidade: poder das finanças, poder do intelecto, poder perverso sobre a sexualidade.

A ideologia que se materializa nesses discursos legados às gerações futuras em épocas posteriores à Idade Média constituem os sujeitos que passam a lidar de diferentes modos com a ideologia. Na composição de CC -5, a sequência discursiva que movimenta a discursividade que significa o judeu ao longo da sua história como comunidade errante é aquela que apresenta o título da exposição:

Recorte 3

SD1: *Der ewige Jude*¹⁶⁷

O sujeito, afetado também por esses sentidos que vêm pela história e pela memória social (PÊCHEUX, 2015, p. 46) atualiza, no acontecimento, essa rede de memória que atravessa os séculos por meio do adjetivo *ewige* e dos caracteres que assumem a forma do hebraico, a língua semítica na qual, para os judeus ortodoxos, foi escrita a Torá¹⁶⁸. Quando qualifica o judeu como *ewige* e se apropria da forma do hebraico para escrever o título da exposição, o sujeito mobiliza a rede de memória que, ao longo da história, estigmatizou o judeu como ambicioso, artiloso e conspirador. Numa perspectiva discursiva, nenhum significante é tomado isoladamente, mas referido às condições de produção, de maneira que o qualificativo *ewige*, quando referido aos demais significantes de CC – 5 e às condições mediatas e imediatas de produção, produz um efeito de sentido de repetição de práticas escusas, ou seja, aquele judeu do passado que praticava a usura, ludibriava e grudava como uma sanguessuga nos governos e nações nos quais se alojava, é o mesmo judeu do presente; sempre disposto

¹⁶⁷ O judeu eterno (tradução livre).

¹⁶⁸ A Torá se refere aos cinco livros que compõem aquilo que os judeus vão chamar de Lei de Moisés.

a conspirar, enganar e dissimular (figura 73) para conquistar o mundo (figura 72). Desse modo, para os nazistas, se não há como mudar o comportamento dos judeus que sempre voltam a praticar as mesmas ações conspiracionistas – e, assim, se constituem como uma ameaça permanente à Alemanha – resta a única saída que se traduz em pôr fim a esse “eterno retorno” por meio do extermínio da raça judaica. A exposição de novembro de 1937 procura construir uma imagem o mais repugnante e odiosa possível dos judeus para o povo alemão, além de preparar o caminho daquilo que está por vir: a Solução Final.

A nazificação da cultura no Terceiro *Reich* fez dos objetos de arte, bem como das exposições, mecanismos de propaganda para disseminar a ideologia nazista. A cultura também serviu como um meio de esclarecimento do povo alemão acerca dos ardis do judeu que, para os nazistas, “eram especialistas em se camuflar e, em decorrência disso, seria necessário um esforço massivo de ‘esclarecimento público’ para expor os judeus e seu objetivo de dominação mundial” (HERF, 2014, p. 47). Em 1939, com o início da Segunda Guerra Mundial, a propaganda nazista se ocupará ainda mais dos judeus e da representação deles para fins de justificação daquilo que seria uma solução definitiva para a questão judaica na Europa.

3.3.4 Redes de memória, propaganda e “guerra” contra os judeus

O primeiro cartaz dessa série sobre a representação e os sentidos produzidos sobre os judeus pelo discurso da propaganda nazista começou a circular na Alemanha em 1942 e foi criado pelo designer Jan Acke. O cartaz faz parte da campanha antissemita liderada pelo Ministério da Propaganda de Goebbels que se intensificou desde que a Segunda Guerra Mundial começou em 1939. Herf (2014, p. 104) afirma que

de setembro de 1939 a 1º de outubro de 1940, o Diretório de Propaganda do Partido Nazista (RPL) produziu nove apresentações de eslaides (incluindo “Nosso Führer”, “Políticas raciais da Alemanha”, “Plutocracia e judaísmo”, “Inglaterra, pirata mundial” e “A caminho da vitória”).

Em 1940, com a entrada do Reino Unido na Segunda Guerra Mundial, a propaganda nazista se esmera em persuadir a população alemã acerca da crença na aliança firmada entre os judeus e o governo britânico para destruir a Alemanha. Assim, a força do argumento produzido pela propaganda nazista é direcionada a Winston Churchill e aos belicistas ingleses que, segundo os nazistas, agiam segundo a influência dos judeus, do capitalismo internacional, das democracias e plutocracias. Na visão de

Herf (2014, p. 108),

todas essas ideias sobre a Inglaterra e os judeus tinham origem na panóplia de um *establishment* intelectual antissemita bem estabelecido: o Instituto para o Estudo da Questão Judaica, no assim chamado Escritório de Ação Antissemita do Ministério da Propaganda em Berlim; o Instituto para o Estudo da Questão Judaica do Partido Nazista de Frankfurt am Main, fundado por Alfred Rosenberg; o Escritório de Imprensa de Assuntos Estrangeiros; e o arquivo de imprensa da Hochschule für Politik de Berlim.

Nas diretivas de imprensa, os nazistas passavam números de telefone e endereços para que os editores da imprensa alemã pudessem entrar em contato com essas instituições a fim de obter mais informações sobre as relações entre os judeus e a Inglaterra ou entre os judeus e o capitalismo. Esse discurso acerca de um complô internacional arquitetado por judeus e o governo inglês contra a Alemanha encontrava apoio também nas palavras de Hitler que, “no dia 1º de janeiro de 1940, em seu discurso anual de Ano-Novo para a nação, afirmava que havia uma conexão entre a deflagração da guerra e um plano judaico para exterminar a Alemanha e os alemães” (HERF, 2014, p. 109). Desse modo, além de um complô judaico-bolchevique, conforme tratado nos cartazes sobre cultura e arte, os nazistas investiam na crença de uma aliança judaico-plutocrata, ou seja, uma aliança entre os judeus e a classe dominante e abastada da Inglaterra que detinha o poder.



Fonte: Herf (2014)

Acke cria um cartaz no qual no centro se encontram Churchill e Stálin que apertam as mãos, num sinal de aliança, sobre um globo que compreende os territórios da Europa e da URSS. O globo azul contrasta com o vermelho que distingue, dos demais territórios do globo, os países governados por Churchill e Stalin: Inglaterra e União Soviética, respectivamente. No topo do cartaz, paira a imagem do rosto estereotipado de um judeu que é colocada acima do aperto de mãos. Em segundo plano,

um pano de fundo que, de cima para baixo, forma um degradê que vai do azul escuro até o amarelo característico de um crepúsculo. A imagem é enquadrada pelo enunciado *Juden Komplot*¹⁶⁹ (na parte superior) e *gegen Europa!*¹⁷⁰ (na parte inferior).

Na representação dos braços de Churchill e Stalin que atravessam a Europa até se darem as mãos no centro do continente europeu tendo, acima das suas mãos entrelaçadas, a figura de um judeu, jogam sentidos sobre um possível pacto entre Churchill e Stalin para dominar a Europa e dividir a Alemanha entre eles. Desses sentidos, que já circulavam na Alemanha nazista, recortamos duas sequências discursivas de uma *Parole der Woche* publicada, em janeiro de 1942, pela propaganda oficial do NSDAP. Ao remeter as sequências discursivas ao discurso em questão, é possível compreender como “todo sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase” (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 161).

Recorte 1

Figura 74: *Parole der Woche* de janeiro de 1942

Churchills Verrat an Europa:

Im Jahre 1920, am 18. November, hielt Churchill vor der Oxfordunion eine Rede. Darin erklärte er:

„Meine Ansicht ist es, daß all der Schaden und das Elend in Rußland durch die Verdorbenheit und den Wahnsinn der Bolschewiken entstanden ist und daß es in Rußland oder Osteuropa kein Wiederaufleben irgendwelcher Art geben wird, solange diese Verbrecher, – dieser elende Haufe weltrevolutionärer Fanatiker –, das russische Volk beim Schopfe halten und über seine gewaltigen Menschenmassen tyrannisch herrschen. Die Politik, die ich stets vertreten werde, ist der Sturz und die Vernichtung dieses verbrecherischen Regimes!“

Als Churchill das sprach, war sein Ehrgeiz, einmal britischer Ministerpräsident zu werden, noch unerfüllt. Als Churchill das sagte, fingen die Bolschewiken gerade erst damit an, aus Rußland eine Schule der Verkommenheit und der Vertiertheit zu machen; als er das sagte, konnten die bolschewistisch-jüdischen Verschwörer vor allem noch nicht daran denken, Europa mit einer riesenhaften und bis an die Zähne bewaffneten Armee zu überfallen!

Seitdem aber haben sie zwanzig Jahre lang einzig auf dieses Ziel der blutigen Vernichtung Europas hingearbeitet, **seitdem hat Stalin** aus den Menschen Rußlands riesige Horden willensloser, verkommenen Sklaven für den jüdisch-bolschewistischen Ausrottungskrieg gegen die Kulturvölker Europas gemacht, **seitdem hat** dieser blutrünstige Schwiegersonn des Juden Kaganowitsch mehr als dreißig Millionen Menschen durch Genickschuß, Hunger und Deportation kalt hingemordet!

Heute steht ganz Europa gegen diesen zweiten Dschingis Khan im Kampf um Sein oder Nichtsein. **Heute** ist Churchill am Ziel seines Ehrgeizes: Er leitet die Geschichte des britischen Volkes. **Heute aber** verrät dieser Kriegsverbrecher Europa an die bolschewistischen Mordbrenner und verspricht ihnen für ihre Waffenhilfe die Auslieferung des ganzen Kontinents an ihre blutigen Messer!

Damit ist zweierlei endgültig geklärt:

1. die verzweifelte Lage, in die der Oberkriegshetzer Churchill England endlich und unwiderruflich hineingehetzt hat,
2. die verbrecherische Niedertracht des Whisky-säufers Churchill und seiner Genossen!

Die jungen Völker Europas werden ihm seinen Verrat nicht vergessen. Es gibt für sie nur ein Ziel:

Vernichtung des bolschewistischen Ungeheuers und Vernichtung derjenigen, die es skrupellos auf Europa gehetzt haben: der Churchill und Konsorten!!

Fonte: collections.ushmm.org

SD1: Desde então, eles (os bolcheviques) haviam trabalhado pelo extermínio sangrento da Europa e Stalin havia transformado os russos em uma massa gigantesca de escravos depravados da guerra judeu-bolchevique contra as nações de cultura da Europa. Esse

¹⁶⁹ Complô judeu (tradução livre).

¹⁷⁰ Contra a Europa (tradução livre).

genro sanguinário do judeu Kaganovich assassinou mais de 30 milhões de pessoas a sangue frio, pela fome, deportação ou com um tiro na cabeça¹⁷¹ (*Parole der Woche*, tradução livre).

SD2: Hoje Churchill alcançou sua ambição: ele dirige o destino do povo britânico. Esse criminoso de guerra trai a Europa a favor dos assassinos bolcheviques e vende-lhes armamentos e promete entregar a eles todo o continente às suas facas sangrentas em troca do seu apoio armamentista¹⁷² (*Parole der Woche*, tradução livre).

Compartilhando com (PÊCHEUX, 2014, p. 165) o pensamento de que as FDs disponibilizam ingredientes que são retomados por outra FD, podemos concluir que na imagem de Stalin, cuja mão esquerda sangra, e no mapa na cor vermelha da URSS, sobre o qual Stalin se encontra, articulam-se sentidos produzidos em SD1, como *extermínio sangrento*, *sanguinário* e aqueles referidos às violências cometidas por Stalin na URSS. Esses são sentidos retomados de SD1 que “trabalham” os efeitos de sentido produzidos pela figura de Stalin, cujo sangue parece pingar no mapa da URSS até encharcá-lo de sangue. Assim, sentidos são retomados no discurso e ditos de outro modo (PÊCHEUX, 2014, p. 162); no nosso caso, por meio da materialidade pictórica. O sujeito repete o discurso-outro, mas o retoma no interior de outro processo enunciativo e, é por essa razão, que a metáfora, na perspectiva discursiva, se trata de uma palavra por outra, mas em condições outras de produção, de modo a produzir os mesmos efeitos de sentido ou outros quando se trata de um deslocamento do enunciado produzido pelo deslocamento da posição-sujeito e das condições de produção. Em CJ - 1, a análise da mão sangrando de Stalin permite afirmar que os sentidos foram retomados sem que se produza um deslocamento do significado em relação ao significante, de maneira que os efeitos de sentido também se repetem no cartaz em questão.

Ocorre um processo de retomada da SD2 pelo discurso produzido em CJ – 1, de maneira que ecos do discurso produzido sobre Churchill na *Parole der Woche* reverberam nas mãos dadas, no mapa vermelho da Inglaterra e no mapa da Europa sob os braços estendidos do primeiro-ministro inglês e de Stalin. O discurso-outro atravessa,

¹⁷¹ Cf. citação no original: Sitdem aber haben sie zwanzig Jahre lange einzig auf dieses Ziel der blutigen vernichtunge Europas hingearbeitet, seitdem hat Stalin aus den Menschen Ruslands riesige Horden willenloser verkomener Sklaver für den jüdisch-bolichewistischen Ausrottungskrieg gegen die kuturvölker Europas gemacht, seitdem hat dieser blutrünstige Schwiegersonn des Juden Kaganowitsch mehr als dreissig Millionen mensch durch genikschuss, Hunger und Deportation kalt hingemordet!.

¹⁷² Cf. citação no original: Heute ist Churchill am Ziel seines Ehrgeizes: er leitet die Geschike des Britschen Volkes. Heute aber verrät dieser Kriegesverbrecher Europa an die bolichewistischen Mordbrenner und verspricht ihnen für ihre Waffenhilfe die Auslieferung des ganzen Kontinents an ihren blutigen Messer.

constitui e legitima o discurso do sujeito, uma vez que o discurso produzido na *Parole der Woche* é um discurso construído e posto em circulação pelo Escritório de Imprensa do *Reich* que era liderado por Otto Dietrich. O terreno no qual nos situamos nos informa de “práticas discursivas no interior das quais saberes circulam e são apropriados/discursivizados em diferentes discursos (INDURSKY, 2011, p. 69), de maneira que, para a análise do funcionamento discursivo importa também o lugar social/institucional de onde os discursos são produzidos a fim de verificarmos sua potencial força de legitimação dos discursos formulados e postos em circulação. O lugar institucional no qual os discursos são produzidos não só legitimam esses discursos, como também estabelecem relações de poder, de maneira que, em condições de produção como a do Terceiro *Reich*, discursos produzidos, tanto no Ministério da Propaganda de Goebbels como no Escritório de Imprensa liderado por Dietrich, são discursos com os quais não se deve polemizar. Desse modo, a produção de discurso em CC – 1 é duplamente legitimada se consideramos que tanto o Ministério como o Diretório têm poder para tal dada a posição/função daqueles que se encontravam à frente desses aparelhos ideológicos de Estado. Tanto no funcionamento discursivo de CC – 1, como na produção da leitura que o sujeito-leitor faz do cartaz, jogam formações imaginárias que compreendem as instituições bem como aqueles que as governam e isso tem implicações para o modo como o discurso produz efeitos naqueles que o leem.

Dando prosseguimento à análise, chegamos à imagem estereotipada do judeu, em tons de azul-cobalto, colocada sobre o aperto de mãos dado por Churchill e Stalin e, como que formando uma meia-auréola que contorna a cabeça do judeu, o enunciado *Juden Komplot*¹⁷³. Na sequência desse enunciado, na parte inferior do cartaz, *gegen Europa*¹⁷⁴. Essa ideia de um complô arquitetado pelos judeus contra a Europa foi veiculado em diferentes meios de comunicação do Terceiro *Reich*. Desses diferentes discursos que circularam no período da segunda guerra, recortamos uma publicação de 10 de dezembro de 1941 que aparece constituindo o discurso do sujeito que enuncia CC – 1.

¹⁷³ Complô judaico (tradução livre)

¹⁷⁴ Contra a Europa (tradução livre).

Recorte 2:

Figura 75: *Parole der Woche* de 10 de dezembro de 1941

Der Präsident des Zionistischen Aktionskomitees, der Jude Schertik, prahlte kürzlich:
 „In der britisch-sowjetischen Allianz ist erstmalig ein großer Erfolg des Weltjudentums errungen worden; denn seit Monaten haben maßgebliche jüdische Kreise in Großbritannien, USA, und der Sowjetunion am Zustandekommen dieser Allianz gearbeitet.“
 Diese „maßgeblichen Kreise“ sind auf dem nebenstehenden Schaubild aufgezeigt.

I. Die jüdischen Drahtzieher:

a) Jud Bernard Manasse Baruch, einer der größten Hetzer und Kriegsgewinnler des Weltkrieges, Erfinder der Versailler Tributklauseln, engster Freund und Berater des freimaurerischen Judensöldlings Roosevelt, persönlich befreundet mit Churchill, heute von den Amerikanern als der „inoffizielle Präsident der USA.“ bezeichnet;

b) die übrigen Vertrauten und Mitarbeiter Roosevelts: die Laguardia, Morgenthau, Bloom, Frankfurter, Lehmann, Cohen, Kauffman usw.;

c) Lazarus Mosessohn Kaganowitsch, einziger Vertrauter, intimster Berater, Stellvertreter und Schwiegervater Stalins. Dazu: 406 Juden als Mitglieder der sogenannten Sowjetregierung und die sowjetischen Verbindungsjuden Maisky in London, Finkelstein-Wallach in Washington. Ferner: die Frau Molotows, genannt Schemtschuchina geb. Karp; sie hält die Verbindung mit den amerikanischen Börsenjuden Karp, Kahn, Schiff und Warburg aufrecht, die bereits 1916 die Sowjetrevolte finanzierten und heute zu den Vertrauten Baruchs zählen;

d) die Voll- und Halbjuden im britischen Unterhaus, Kriegsminister a. D. Hore Belisha, die „Lords“ Melchett (alias Mond), Cassel, Rothschild usw.

II. Die Handlanger:

a) Der Judenstämmling und Hochgradfreimaurer Roosevelt;

b) der Judenfreund und Judenschwieger-vater Churchill. (Seine Tochter Sarah: verheiratet mit dem Filmjuden Vic Oliver, sein Bruder: Compagnon eines Londoner Börsenjuden.)

c) Der Judenschwiegersohn Stalin, verheiratet mit Mosessohns Tochter Roisa.

Den Bolschewismus vernichten heißt: die jüdische Verschwörung gegen das Leben des deutschen Volkes endgültig zuschanden machen. Deutschland kenni nur eine Parole: SIEG!!

In britischen Unterhaus sitzen: 19 Volljuden, über 90 Halbjuden!

Die Mehrzahl der Vollkommener der Sowjetunion sind Juden! Von 503 Regierungsgliedern sind 406 Juden!

Die Vertrauten und führenden Mitarbeiter Roosevelts: Morgenthau, La Guardia, Bloom, Cohen, Lehmann, und Kauffman sind Juden!

Die Mehrzahl der Vollkommener der Sowjetunion sind Juden! Von 503 Regierungsgliedern sind 406 Juden!

Das jüdische Komplott

BARUCH MOSES SOHN

SCHIFF KAHN WARBURG KARP SCHEMTSCHUCHINA KAGANOWITSCH

ROOSEVELT FINKELSTEIN WALLACH CHURCHILL MAISKI STALIN

Fonte: Herf (2014)

SD1: Na aliança anglo-soviética, um grande sucesso do judaísmo mundial foi alcançado pela primeira vez; círculos judaicos importantes na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos e na União Soviética têm trabalhado há meses para concretizar essa aliança¹⁷⁵ (*Paroles der Woche*, 1941, tradução livre).

SD2: O complô judaico¹⁷⁶ (*Paroles der Woche*, 1941, tradução livre).

SD3: Destruir o bolchevismo significa finalmente arruinar a conspiração judaica contra a vida do povo alemão. A Alemanha conhece apenas um lema: vitória!¹⁷⁷ (*Paroles der Woche*, 1941, tradução livre).

A *Parole der Woche* (figura 75) publicada em 10 de dezembro de 1941 traz um diagrama que apresenta a suposta estrutura de poder e as principais figuras do judaísmo que controlavam os inimigos do *Reich* (Roosevelt, Churchill e Stalin). O texto que acompanha o diagrama explica essa estrutura de poder pondo em relação de

¹⁷⁵ Cf. citação no original: In der britisch-sowjetischen Allianz ist erstmalig ein grosser erfolg des Weltjudentums errungen worden; den seit Monaten haben massgebliche jüdische kreise in Grossbritannien, USA und der Sowjest-union am Zustandekommen dieser Allianz gearbeitet.

¹⁷⁶ Cf. citação no original: Das Jüdische Komplott

¹⁷⁷ Cf. citação no original: Den Bolschewismus vernichten heisst: die jüdische Verschwörung gegen das Leben des deutschen Volkes endgültig zuschanden machen. Deutschland kennt nur eine parole: Sieg!

parentesco figuras importantes do judaísmo e os grandes líderes mundiais. No mais, vigora no texto o mito antissemita de que os judeus se utilizam dessa proximidade para influenciar os governos. Na análise da discursividade que se processa em CC – 1, é possível estabelecer relações interdiscursivas entre as sequências retiradas da publicação do Diretório de Propaganda do *Reich* e o cartaz produzido pelo Ministério da Propaganda. É possível também, a partir da verificação dos processos de retomada de palavras e ideias entre os discursos em questão, concluir acerca da identificação do sujeito com a FD que domina a produção do discurso em *Parole der Woche*, de maneira que

ao identificar-se como efeito-sujeito da forma-sujeito, ao saber de uma FD, no mesmo movimento incorpora o pré-construído proveniente do interdiscurso, de modo que um enunciado proveniente do exterior e anterior ao seu discurso aí aparece com um 'já dito', 'que cada um conhece', ao qual o dito se articula por 'correferência' (INDURSKY, 2013, p. 49).

Essa articulação entre o dito em CC – 1 e o já dito se dá tanto pelo discurso-transverso que constitui a ideia posta no discurso em questão acerca da aliança anglo-soviética sob a influência judaica, como também pelo encaixe do enunciado *Das Jüdische Komplott* no cartaz. Pela via do discurso transversal, o sujeito se apropria do discurso sobre o pacto entre Churchill e Stalin para dominar a Europa, conforme está posto em SD1. Além disso, ocorre uma apropriação, nessa mesma sequência discursiva do discurso que aponta o judeu como aquele que manipula a trama que visa destruir a Alemanha. No aperto de mãos entre o burguês britânico e o comissário soviético e na figura do judeu que sorri e expressa um ar de onipresença colocados sobre o mapa da Alemanha, é possível estabelecer essas relações que vêm, pela história e pela memória, se inscrever no discurso.

No interior desse mesmo processo discursivo, um enunciado (*Das Jüdische Komplott*) se articula ao discurso do sujeito, sob a forma de um encaixe – outro modo de funcionamento da memória -, e se repete no nível do intradiscurso, de modo a constituir “o conjunto dos fenômenos de ‘correferência’ que garantem aquilo que pode se chamar de ‘fio de um discurso’, enquanto discurso de um sujeito” (PÊCHEUX, 2014, p. 153). No fio do discurso, é possível estabelecer essas relações de correferência entre o discurso do sujeito e a SD2 e aceder à ideologia que determina o discurso do sujeito.

O último parágrafo da *Parole der Woche* traz uma solução para a ameaça de aniquilamento do povo alemão pelo pacto plutocrato-judaico-soviético. Nesse parágrafo, que também relaciona um suposto pacto entre Inglaterra e União Soviética aos judeus, é possível também estabelecer relações de apropriação entre a SD3 e o discurso do sujeito, de modo que é possível descrever um processo de repetibilidade que é

recorrente porque, no contexto de um regime totalitário, há uma injunção à cristalização do sentido que é exatamente aquilo que Klemperer (2009, p. 49) vai criticar na linguagem do *Reich*. É porque há cristalização e repetição dos mesmos sentidos que a linguagem é empobrecida pois não há abertura para a polissemia, permanecendo-se apenas na paráfrase, de modo a limitar as possibilidades de deslocamento e de deriva de sentidos. Conforme Orlandi (2001, p. 137), a

criação, em sua dimensão técnica, é reiteração de processos já cristalizados pelas instituições. Toma já de início, a linguagem como produto. Segundo o que eu disse, então, essa “criatividade” mantém o homem num retorno constante a um mesmo espaço dizível: a paráfrase. A isso se pode chamar produtividade.

E esse “criar” produzindo um retorno reiterado à mesma matriz de sentido se dá não só por se tratar de um regime autoritário, cuja vigilância dos sujeitos é meticulosa, eficiente e extremada, mas também porque Hitler e seu grupo não se preocupou em produzir enunciados que já não estivessem, de alguma forma, circulando previamente na Alemanha, como afirma Arendt (2012, p. 491):

Em meio a um grande número de grupos antissemitas concorrentes e numa atmosfera carregada de antissemitismo, a propaganda nazista elaborou um método específico de tratar esse assunto, método diferente e superior a todos os outros. Não obstante, nenhum dos *slogans* nazistas era novo – nem mesmo a astuta imagem oferecida por Hitler de uma luta de classes provocada pelo comerciante judeu que explorava os trabalhadores, enquanto outro judeu, na fábrica, os incitava a entrar em greve.

Essa reiteração do mesmo, reduzindo as possibilidades para a produção da polissemia, entendida como aquilo que “desloca o ‘mesmo’ e aponta para a ruptura, para a criatividade: presença da relação homem-mundo, intromissão da prática da/na linguagem, conflito entre o produto, o institucionalizado, e o que se quer instituir” (ORLANDI, 2001, p. 137), recoloca em circulação sentidos sobre os judeus que já circulavam na Europa e na Alemanha em particular, de maneira que, esses sentidos vão ao encontro do sentimento antissemita e do mal-estar de se conviver com a diferença que os judeus representavam. Aqueles sentidos que ridicularizavam e estigmatizavam os judeus já estavam postos na sociedade europeia quando da subida do nacional-socialismo ao poder na Alemanha, de maneira que não é por acaso, como aponta Arendt (2012, p. 25) que “a ideologia nazista girou em torno do antissemitismo e que desse acaso nasceu a política que inflexivelmente visou perseguir e, finalmente, exterminar os judeus”.

Até mesmo aquilo “que os nazistas apresentaram como sua principal descoberta – o papel dos judeus na política mundial” (ARENDRT, 2012, p. 25) – encontrava apoio em ideias pré-existentes, como aquelas que se encontravam no Protocolo dos Sábios de Sião, texto publicado no fim do século XIX acerca de uma suposta conspiração judaica

para dominar o mundo. Assim, reproduzir o mesmo, replicar sentidos sobre um possível complô judaico contra a Alemanha significava, na prática, produzir um discurso que, por um lado, fosse ao encontro daquilo que já estava posto na sociedade alemã e, por outro lado, servisse como “mero pretexto, interessante truque demagógico para conquistar as massas” (ARENDR, 2012, P. 25).

No verão de 1943, o Ministério do Esclarecimento Popular e Propaganda publica mais um cartaz acerca da relação entre os judeus e as grandes potências envolvidas na guerra. A única diferença em relação ao cartaz anterior é a presença dos Estados Unidos como mais um país que, segundo os nazistas, o poder político e econômico era influenciado pelos judeus.

Nesse mesmo ano, houve um crescimento intenso na produção da propaganda antissemita. Segundo Herf (2014, p. 247), “a enxurrada da propaganda radical antissemita começou no fim do inverno de 1943. Ela teve dois picos de intensidade, de abril a junho e em outubro e novembro”. À medida que a guerra avançava, mais propaganda antissemita era produzida, de maneira que, entre janeiro de 1939 e abril de 1945, 84 matérias de capa, com teor antissemita, receberam destaque no principal jornal do regime.

CJ - 2



Fonte: Herf (2014)

Nesse cartaz, o sujeito transita entre sentidos que vêm sendo construídos ao longo da Guerra sobre a conspiração judaica internacional em sua tríplice aliança: Reino Unido, Estados Unidos e União Soviética. Para significar essa relação entre os judeus e as três grandes potências envolvidas na Segunda Guerra Mundial, o sujeito produz a imagem de um judeu vestido numa camisa branca, gravata borboleta azul, sobrecasaca

preta e chapéu coco. Uma corrente dourada com a estrela de Davi sobre a barriga e o nariz adunco fazem uma referência à identidade religiosa e étnica do homem que se assemelha a um banqueiro ou empresário. Seguindo o padrão estereotipado de representação do judeu na propaganda nazista, o homem, colocado por trás de cortinas que correspondem às bandeiras nacionais da Inglaterra, USA e URSS, tem um ar sombrio e enganador.

A atribuição de culpa ao judeu pelas desventuras de um povo, nação ou até mesmo de um indivíduo – como no caso da Igreja Católica, que, durante muitos anos produziu um discurso de culpabilização dos judeus pela morte de cruz do também judeu, Jesus de Nazaré –, vai atravessar a história e definir uma série de formações discursivas nas quais sentidos se constituem e são deixados como herança para as gerações seguintes. Há dois movimentos na Europa que se encaminham nesse sentido, apontados por Roudinesco (2010), que são o antijudaísmo e o antissemitismo. O primeiro, engendrado pela Igreja Católica, “não visava exterminar os judeus, mas convertê-los, persegui-los ou expulsá-los” (ROUDINESCO, 2010, p. 17). Essa política antijudaica preparou o terreno para o antissemitismo que, ainda segundo Roudinesco, surge em 1879 na Europa e tem a ver com o ódio aos judeus. Embora existam diferenças terminológicas para significar a aversão, o repúdio e a culpabilização do povo judeu, Roudinesco (2010, p. 23, grifos da autora) vai afirmar que

em nossos dias, a língua do antissemitismo também é enunciada, *em graus diversos*, e às vezes de forma inconsciente, na quase totalidade dos discursos do antijudaísmo cristão, islâmico ou ateu. Isso se deve ao fato de que o antissemitismo acabou integrando, na sua própria definição, os principais significantes do ódio ao judeu. Por isso é que a palavra pode ser conservada como termo genérico que permite designar todas as formas de discurso antijudeu.

O que depreendemos desse percurso é que o ódio aos judeus é construído mediante a formulação de discursos que passam a circular em determinados períodos da história e definem, para aquela época, um modo de ver o judeu. Esses sentidos que se constroem numa determinada FD são transferidos para outras FDs que se constituíram em outros lugares e em outras épocas devido ao caráter poroso das FDs que passam a assimilar esses sentidos já existentes. Esse processo vai ao encontro daquilo que Pêcheux ([1975] 2014, p. 165) afirma ao tratar da FD e das relações de classes:

Enfim, sublinhemos que uma formação discursiva existe historicamente no interior de determinadas relações de classes; pode fornecer elementos que se integram em novas formações discursivas, constituindo-se no interior de novas relações ideológicas, que colocam em jogo novas formações ideológicas.

Assim, de acordo com Pêcheux, elementos de uma FD são disponibilizados para

outras FDs que integram esses elementos no interior de novas FIs, de modo que podemos pensar que o discurso religioso, como o da Igreja Católica, disponibiliza sentidos sobre o judeu que são integrados num outro discurso, como o do Ministério da Propaganda do Terceiro *Reich* pondo em relação diferentes FIs nas quais se constituem as FDs em questão. E Pêcheux ([1975] 2014, p. 165) vai continuar pensando nessas relações dizendo que

podemos adiantar que as formações discursivas evocadas acima, desaparecidas enquanto tais, forneceram ingredientes que foram “retomados” em diferentes formas históricas do ateísmo burguês e reapropriados na dominação ideológica da classe burguesa, sob a forma de novas formações discursivas (integrando, por exemplo, certos discursos parlamentares da Revolução de 1789).

É sob a forma de retomadas e reapropriações entre diferentes FDs que podemos entender os sentidos acerca da culpabilização dos judeus em diferentes formas históricas e constituindo FIs distintas. Mas essas retomadas podem assumir diferentes relações, tais como de negação, de contradição ou a reapropriação pura e simples de palavras, expressões e imagens oriundas de outras FDs.

Os discursos que constituem CJ – 2 vêm de formas históricas longínquas, como aquelas que fundaram o antijudaísmo e o antissemitismo, mas, sobretudo, da produção discursiva que se desenvolve no interior do Terceiro *Reich* no qual o discurso sobre uma suposta conspiração judaica internacional é recorrente e ocupa os variados meios de comunicação da Alemanha governada por Hitler. Dentre as inúmeras *Parole der Woche* publicadas nos primeiros anos da guerra e que tinham como tema o judaísmo internacional, recortamos uma que foi publicada em 1942 e que tem como título *Die Mask fällt*¹⁷⁸.

¹⁷⁸ A máscara cai (tradução livre).

Recorte 1:

Figura 76: Parole der Woche



Fonte: Herf (2014)

SD1: A máscara cai!¹⁷⁹ (*Parole der Woche*, tradução livre)

SD2: Como relatam os jornais americanos, o presidente Roosevelt formou um novo comitê para seu conselho pessoal. Este comitê, pomposamente apelidado de "Brain Trust", inclui: Bernard M. Baruch (judeu), Henri Morgenthau (judeu), Felix Frankfurter (judeu), Sal Bloom (judeu). Estes são os verdadeiros cavalheiros nos EUA¹⁸⁰ (*Parole der Woche*, tradução livre).

SD3: Em nome de seus apoiadores judeus, Roosevelt vem incitando a guerra há anos e, finalmente, também levou o povo americano ao que eles consideravam uma guerra sem esperança. Em nome do judaísmo mundial, o "defensor da democracia" agora

¹⁷⁹ Cf. citação no original: Die Maske fällt.

¹⁸⁰ Cf. citação no original: Wie amerikänische blätter berichten, hat präsidant Roosevelt einen neuen Ausschuss zu seiner persönlicher Beratung gebildet. Diesem Ausschuss, der hochtrabend "Gehirntrust" genannt wird gehören an: Bernard M. Baruch (Jude), Henri Morgenthau (Jude), Felix Frankfurter (Jude), Sal Bloom (Jude). Das sind die wahren Herren in USA.

exige poderes ditatoriais ilimitados¹⁸¹ (*Parole der Woche*, tradução livre).

No discurso de culpabilização do povo judeu pela guerra e por uma suposta ameaça de extermínio do povo alemão por meio da conspiração judaico-plutocrata-bolchevique, outros discursos constituem a enunciação em CJ – 2. Esse processo de retomada de sentidos pelo discurso-fonte se dá no nível “vertical, a da constituição, do interdiscurso (e aí eu incluo a memória, o saber discursivo) que organiza a repetição” (ORLANDI, 2011, p. 11). Isso significa que o interdiscurso determina o intradiscurso que diz respeito à dimensão horizontal, ou seja, aquela dimensão referente à linearização do dizer (ORLANDI, 2011, p. 11). De acordo com essa perspectiva, é possível estabelecer relações entre a SD1 e CJ – 2, no nível interdiscursivo, ao pensarmos que há uma relação metafórica entre o enunciado verbal *A máscara cai* e o enunciado pictórico das cortinas que deixam ver quem está por trás delas, o judeu. Nesse mesmo fio, se encontram articulados a SD2 e o discurso em CJ – 2 que inclui os Estados Unidos entre aqueles países que se encontram sob a dominação judaica. O discurso sobre as relações de Franklin Roosevelt com os judeus citados na *Parole des Woche* se articula ao discurso do sujeito em CJ – 2 por meio da bandeira dos Estados Unidos que se encontra entreaberta e deixa entrever a fisionomia de um empresário corpulento judeu. Nesse modo de funcionamento do simbólico e, pensando que “não há sentido senão na relação” (ORLANDI, 2017, p. 64), abre-se a possibilidade de interpretar a SD3 como discurso transversal que sustenta a produção de sentidos acerca do “judaísmo internacional” e sua relação com Franklin Roosevelt e a guerra. Assim, na máscara que cai (recorte 1) ou na cortina que se abre (CJ -2), a propaganda aponta o judeu como aquele que está por trás da guerra e da política americana no combate às tropas alemãs. O aumento da propaganda contra Roosevelt é explicado nesses termos por Herf (2014, p. 126): “os líderes nazistas consideravam que o apoio americano à Grã-Bretanha era crucial para sua permanência na guerra”. Mas, para o Ministério da Propaganda, não bastava fazer críticas ao presidente dos Estados Unidos. Era necessário, entre outras coisas, identificar e culpar quem fazia Roosevelt agir do modo como agia e, assim, o judeu tornou-se o bode expiatório do *Reich*.

¹⁸¹ Cf. citação no original: Im Auftrage seiner jüdische Hintermänner hat Roosevelt seit Jahren zum Kriege gehetzt und schliesslich auch das amerikanische Volk in diese für es aussichtslosen Krieg hineingetrieben. Im Auftrage des Weltjudentums fordert der "Verteidger der Demokratie" jetzt unumschränkte diktatorische Vollmachten.

Figura 77: *Parole der Woche* publicada em 1942

Fonte: Herf (2014)

SD1: O judaísmo internacional queria que esta guerra realizasse sua busca pela dominação mundial. Roosevelt, Churchill e Stalin são suas ferramentas voluntárias. O culpado desta guerra, de toda a miséria e de todo o sofrimento que se abateu sobre os povos, é o Judaísmo!¹⁸² (*Parole der Woche*, tradução livre)

SD2: Roosevelt, Churchill e Stalin carregam a responsabilidade histórica por esta guerra. Mas atrás deles está o judeu¹⁸³ (*Parole der Woche*, tradução livre).

Afetado pelos discursos que circulam na Alemanha nazista e que apontam o judeu como uma eminência parda, ou seja, alguém que atua nos bastidores da Segunda Guerra Mundial, bem como da economia e política dos Aliados, o sujeito retoma sentidos

¹⁸² Cf. citação no original: Das internationalen Judentum hat diesen Krieg gewollt, um sein Streben nach der Weltherrschaft zu verwirklichen. Roosevelt, Churchill und Stalin sind seine willfährigen Werkzeug. Der Schuldige an diesem Krieg, an aller Not und allem Leid, das damit über die Völker gebracht wurden, ist das Judentum!

¹⁸³ Cf. citação no original: Roosevelt, Churchill und Stalin tragen vor der Geschichte die Verantwortung für diesen Krieg. Hinter ihnen aber steht der Jude.

sobre o *judaísmo internacional* e a *culpabilização do povo judeu* pela guerra e o sofrimento dos povos, conforme está dito em SD1. Essa retomada, pelo sujeito, de um discurso produzido pelo Escritório de Imprensa do *Reich* aponta para o efeito de unanimidade e uniformidade em relação à ideologia nazista, de modo que é possível aventarmos a existência de uma formação discursiva dominante chamada Terceiro *Reich* que fornece, na condição de uma matriz de sentido “universal”, os elementos que são apropriados pelo complexo das FDs circunscritas aos aparelhos ideológicos de Estado. E, embora houvesse discordância no modo de gerir os conteúdos do regime pelos diferentes representantes dos aparelhos ideológicos que compõem o Terceiro *Reich*, todos convergiam e se identificavam com a vontade do *Führer*. Esses elementos, repetidos à exaustão pelos diferentes aparelhos, produzem um efeito de evidência acerca da culpa do judeu pela guerra e o sofrimento que ela produz, de modo que o extermínio da raça judaica se torna totalmente justificável. Isso resulta do intercâmbio de sentidos entre as diferentes FDs que se estruturam no Terceiro *Reich* porque “uma formação discursiva é constituída-margeada pelo que lhe é exterior, logo *por aquilo que aí é estritamente não formulável, já que a determina* (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 177, grifos do autor). Mas esse *exterior*, no caso do discurso sobre os judeus, não deve ser entendido apenas em relação às FDs que se constituíram no Terceiro *Reich*, mas também àquelas anteriores ao regime e relacionadas ao antijudaísmo e ao antissemitismo.

A incorporação do discurso-outro ao discurso do sujeito sob a forma da articulação se dá entre a SD2 e o enunciado verbal constante de CJ - 2:

Recorte 3

SD1CJ2: Por trás das forças inimigas: o judeu¹⁸⁴

Nesse caso de reapropriação do discurso-outro (SD2), o sujeito retoma e encaixa, na sintaxe do cartaz, um enunciado (SD1) cujos sentidos são reproduzidos no interior do processo discursivo que se desenvolve em CJ – 2. O sujeito, mais uma vez repete, *ipsis litteris*, o discurso-outro de modo a inviabilizar o deslocamento, a deriva e o equívoco dos sentidos. É o predomínio da paráfrase sobre a polissemia que caracteriza a produção discursiva no interior de um regime como o nazista, e isso resulta do fato de que o sujeito se encontra impossibilitado, nessas condições de produção, de assumir

¹⁸⁴ Cf. citação no original: *Hinter den Feindmächten: der Jude*

diferentes posições-sujeito e enunciar de outra FD que não seja aquela que o determina. Assim, há uma injunção à repetição sem que o sujeito tenha consciência das determinações que incidem sobre o processo enunciativo em cada tomada que faz da palavra e da produção imagética porque

a marca do inconsciente como “discurso do Outro” designa no sujeito a presença eficaz do “Sujeito”, que faz com que todo sujeito “funcione”, isto é, tome posição, “em total consciência e em total liberdade”, tome iniciativas pelas quais se torna “responsável” como autor dos seus atos etc., e as noções de *asserção* e de *enunciação* estão aí para designar, no domínio da “linguagem” os atos de retomada de posição do sujeito, enquanto sujeito-falante (PÊCHEUX, 2014, p. 159, grifos do autor).

No caso da nossa análise, podemos derivar dessa reflexão de Pêcheux que o sujeito que enuncia em CJ - 2, constituído pelo discurso do Outro, ou seja, pelos significantes que o afetam e constituem nas condições de produção do Terceiro *Reich*, repete esse discurso, mas o faz como se fosse totalmente consciente de suas escolhas lexicais e pictóricas e enquanto sujeito livre, embora sofra as determinações do Sujeito que o faz funcionar enquanto sujeito falante e produtor *daquele* discurso e não de um outro. A retomada do discurso-outro, pelo sujeito, nem é aleatória, porque há regularidades internas e externas que regulam a presença do outro no discurso do sujeito, nem é totalmente consciente porque, no reconhecimento mútuo entre os sujeitos e o Sujeito (ALTHUSSER, 2003, p. 95), o “sujeito se “esquece” das determinações que o colocaram no lugar que ele ocupa – entendamos que, sendo “sempre-já” sujeito, ele “sempre-já” se esqueceu das determinações que o constituem como tal” (PÊCHEUX, 2014, p. 158).

Ao se apropriar do discurso-outro, encaixando no seu discurso um outro discurso que é consensual entre os sujeitos que se encontram à frente dos aparelhos ideológicos de Estado e do Sujeito (*Führer*), o sujeito do discurso em questão produz um efeito de evidência acerca da culpabilização dos judeus pelo sofrimento da Europa em guerra. E esse efeito é produzido pela ideologia, pelo interdiscurso, que fornece

segundo Pêcheux (1975), a “cada sujeito” sua “realidade”, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas. Processo sócio-histórico, pelo qual se constitui o efeito-sujeito como interior sem exterior, e isto – e é o que mais nos interessa – pela determinação do interdiscurso como real (exterior). A interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação com a formação discursiva, apoiada no funcionamento do interdiscurso que inscreve, no discurso do próprio sujeito, os traços daquilo que o determina (ORLANDI, 2017, p. 25).

É pelo assujeitamento à ideologia que o interpela que o sujeito entende as diferentes realidades como algo dado ou como um sistema de evidências, de modo que a ideologia produz a ilusão, no sujeito, de que a sua realidade é natural e espontânea, resultado de um ritual sem história que se repete indefinidamente. Assim, as bandeiras

nazistas espalhadas pelas cidades, os desfiles que funcionam como espetáculos, a nazificação da cultura e da imprensa, o retorno ao passado mítico, a incorporação dos discursos antijudaicos e antisemitas e a repetição de palavras e expressões, que são pronunciadas como bordões, funcionam no sentido de produzir um efeito de evidências e significações aceitas como naturais. Certamente, por essa razão, Klemplerer (2009, p. 61) vai declarar, ao se referir à linguagem do Terceiro *Reich*, que

a pobreza da LTI é gritante. Ela é pobre por princípio, como se cumprisse um voto de pobreza. *Mein Kampf*, a bíblia do nacional-socialismo, começou a circular em 1925. A partir desse ano, as principais características da linguagem nazista foram fixadas literalmente. Em 1933, com *Machtübernahme* (tomada do poder) pelo partido, a linguagem desse grupelho se transformou em linguagem popular, ou seja, se apoderou de todos os setores da vida pública e privada: da política, da justiça, da economia, da arte, das ciências, da escola, dos esportes, da família, dos jardins de infância e até mesmo do quarto das crianças. (Até então, a linguagem de um grupo só abarcava o âmbito específico que era importante para sua coesão; não se estendia à vida como um todo). A LTI se apoderou também – aliás, energicamente – da linguagem do Exército. Estabeleceu-se uma relação de reciprocidade entre ambas: primeiro a LTI foi influenciada pela linguagem militar, depois corrompeu essa linguagem. Por isso faço questão de explicar como a LTI se alastrou. O *Reich* circulou quase até o último dia da guerra, já em 1945, e nessa época ainda se publicava enorme quantidade de textos nazistas: panfletos, jornais, revistas, livros escolares, obras científicas e literárias.

À medida que a linguagem do Terceiro *Reich*, com suas expressões antisemitas, se instala na sociedade alemã, mais fica evidente para os sujeitos que os judeus são os culpados por tudo e que devem ser punidos por seus crimes contra o Estado alemão. É possível que esse efeito de evidência tenha contribuído para aquilo que Hannah Arendt vai denominar como *banalidade do mal*, ou seja, a ação, embora resulte no genocídio de um povo, é realizada como o simples cumprimento de uma ordem e para atender a uma demanda da burocracia estatal. No relato que faz sobre o julgamento de Adolf Eichmann em Jerusalém, Arendt (1999) considera que a posição social, o dever moral e a ordem que emanava de um regime totalitário eram tão evidentes para Eichmann que organizar os trens que conduziam os judeus aos campos de concentração e, na sequência, para a morte em câmaras de gás, não significavam para ele nada além do cumprimento do dever que, por sinal, ele executava com perfeição e esmero. Assim, ele não era, segundo Arendt (1999) um monstro ou um psicopata ávido em se regozijar com o sofrimento alheio, mas apenas um homem comum, medíocre e cumpridor do dever que abriu mão do uso da razão, despreendeu-se da realidade, e não foi capaz de refletir sobre as suas próprias ações e a finalidade delas. É nesses termos que Arendt (1999, p. 310, grifos da autora) analisa e descreve Eichmann no final do relato:

Posso também imaginar muito bem que uma controvérsia autêntica poderia ter surgido do subtítulo do livro; pois quando falo da banalidade do mal, falo num nível estritamente factual, apontando um fenômeno que nos encarou de frente no julgamento. Eichmann não era nenhum lago, nenhum Macbeth, e nada

estaria mais distante de sua mente do que a determinação de Ricardo III de “se provar um vilão”. A não ser por sua extraordinária aplicação em obter progressos pessoais, ele não tinha nenhuma motivação. E essa aplicação em si não era de forma alguma criminosa; ele certamente nunca teria matado seu superior para ficar com seu posto. Para falarmos em termos coloquiais, *ele simplesmente nunca percebeu o que estava fazendo*. Foi precisamente essa falta de imaginação que lhe permitiu sentar meses a fio na frente do judeu alemão que conduzia o interrogatório da polícia, abrindo seu coração para aquele homem e explicando insistentemente como ele conseguira chegar só à patente de tenente-coronel da SS e que não fora falha sua não ter sido promovido. Em princípio ele sabia muito bem do que se tratava, e em sua declaração final à corte, falou da “reavaliação de valores prescrita pelo governo [nazista]”. Ele não era burro. Foi pura irreflexão — algo de maneira nenhuma idêntico à burrice — que o predisps a se tornar um dos grandes criminosos desta época. E se isso é “banal” e até engraçado, se nem com a maior boa vontade do mundo se pode extrair qualquer profundidade diabólica ou demoníaca de Eichmann, isso está longe de se chamar lugar-comum.

A propaganda ideológica no Terceiro *Reich* cumpria, então o papel de construir evidências, tais como aquelas relacionadas ao fato de “que uma palavra ‘designa uma coisa’ ou ‘possua um significado’ (portanto inclusive as evidências da ‘transparência’ da linguagem)” (ALTHUSSER, 2003, p. 94), que, por sua vez, naturalizavam a culpabilização dos judeus para que a solução final, ou seja, o genocídio do povo judeu, fosse entendido pelos alemães como espontâneo. As evidências produzidas pela ideologia faz com que o sujeito caia na irreflexão, como ocorreu com Eichmann, e se veja impossibilitado de agir, embora, no caso do regime nazista, além da disseminação da ideologia, havia o uso da violência que era mobilizada como um dispositivo de intimidação e repressão daqueles que ousavam pensar e se rebelar contra o regime.

O meio usado pelos nazistas para produzir um efeito de evidência em relação à culpa dos judeus pela guerra foi a propaganda político-ideológica que, em 1943, tornou-se ainda mais regular e atingiu picos de intensidade de abril a junho e de outubro a novembro. Herf (2014, p. 249) vai afirmar que logo no dia 1º de janeiro de 1943 houve uma publicação de um artigo no jornal *Die Judenfrage* que começava acusando o judaísmo mundial pela deflagração da guerra para reconquistar sua posição na Europa e estabelecer uma dominação mundial judaica. Em fevereiro de 1943, o *Die Judenfrage* publica mais um artigo com mais um rascunho bibliográfico no qual apresenta o judeu Saumel Irving Roseman como o verdadeiro presidente dos Estados Unidos. No discurso anual à Nação, pronunciado em 30 de janeiro de 1943, Hitler reafirmava que ele e os nazistas haviam salvado a Alemanha da ruína a qual os judeus a haviam reduzido. Herf (2014, p. 251) acrescenta que “para Hitler, a guerra se tornara uma luta até a morte entre a Alemanha e o ‘judaísmo internacional’”. No *Serviço Periódico* do Escritório de Imprensa do *Reich*, uma diretiva publicada em 5 de fevereiro de 1943, enaltecia a bravura dos soldados que morreram na sangrenta batalha de Stalingrado e conclamava

os editores alemães à luta contra o bolchevismo e os judeus, além de incluir outras diretivas antissemitas, conforme afirmação de Herf (2014, p. 253):

Para fortalecer a resistência alemã, era necessário enfatizar as consequências do poder judaico. Quanto mais os alemães acreditassem que 'a clara intenção dos judeus [era] a de exterminar todos os alemães' e aceitassem que a guerra, tal como Hitler recentemente afirmara, teria como resultado apenas 'os sobreviventes e os exterminados', mais cresceria o apoio à guerra entre os alemães.

Na sequência de publicações de conteúdo propagandista antissemita, o Ministério da Propaganda do *Reich*, solicitou ao *designer* Hans Schweitzer a produção de um cartaz (CJ – 3) que fosse enfático em culpar o judeu pela guerra e, assim, convencer acerca do consenso sobre a eliminação dos judeus na Alemanha e nos territórios ocupados.

CJ - 3



Fonte: Herf (2014)

O uso de tons mais escuros e cores quentes dão à cena enunciativa uma atmosfera pesada e sombria. Ocupando todo o cartaz, a imagem de um homem com nariz adunco, fisionomia, a um só tempo, assustada e raivosa, bem vestido, portando o

distintivo judaico¹⁸⁵ e sendo apontado pelo dedo indicador de uma mão de grandes proporções dão dramaticidade à cena. O enunciado verbal *Der ist schuld am Kriege!* é dividido e parte dele é posicionado no topo do cartaz e a outra parte na base.

No funcionamento discursivo de CJ – 3, outros discursos se acomodam no discurso do sujeito, “vêm pela sua filiação a sentidos que ele mesmo nem sabe como se formaram nele” (ORLANDI, 2017, p. 94). Nessa rede de memória que constitui o discurso, o que há é “movimento, fluidez, entre a constituição dos sentidos, sua formulação e a circulação” (ORLANDI, 2017, p. 32). E nesse movimento que põe em curso sujeitos e sentidos, temos um primeiro recorte do *corpus* que sustenta o processo de significação sobre o judeu e a culpa que lhe é imputada pelos nazistas.

Recorte 1

Figura 99: capa do jornal antissemita *Der Stürmer*



Fonte: alamy.com

SD1: O judeu é a nossa desgraça¹⁸⁶ (*Der Stürmer*, tradução livre)

A SD1 corresponde a um enunciado constante do rodapé da capa do jornal antissemita *Der Stürmer* que aponta o judeu como a desgraça do povo alemão. A

¹⁸⁵ Entre os anos 1939 e 1945, os judeus foram obrigados, pelas autoridades nazistas, a usar um distintivo como forma de identificação. O distintivo era feito de tecido na cor amarela e tinha o formato de uma estrela de Davi. No interior do distintivo, se encontrava a palavra *Jude*, que significa judeu.

¹⁸⁶ Cf. citação no original: Die Juden sind unser Unglück

correspondência sintática (sujeito + verbo + predicado) entre os enunciados SD1, faz-nos concluir acerca de um encaixe, no nível do pré-construído, que põe em relação elementos que foram objetos de enunciação e são retomados no gesto de formulação do sujeito que os encaixa no intradiscurso.

Recorte 2

SD1CJ-3: Este é o culpado pela guerra.¹⁸⁷

A retomada, no eixo intradiscursivo, de uma enunciação feita antes e em outro lugar, expõe a relação entre interdiscurso e intradiscurso, ou seja, o efeito do real histórico no real sintático (PÊCHEUX, [1982], 2009, p. 26). O que temos nesse processo de reapropriação, é quase uma retomada formal de discurso para discurso (INDURSKY, 2013, p. 57) com vista a contribuir para a construção de uma imagem do judeu e do almejado consenso antisemita entre os alemães.

Recorte 3

Figura 100: *Parole der Woche* publicada em 1 de junho de 1942

Die Katze lässt das Mäusen nicht!

Die führende englische Zeitung „Daily Mail“ berichtet:

„Die Beteiligung der Juden an Verbrechen gegen die englischen Kriegswirtschaftsgesetze hat das Judentum und den jüdischen Namen in England verfemt, erklärte der Großrabbiner Dr. J. Hertz in einer Londoner Synagoge.“

Der Rabbi wollte mit diesen Vorhaltungen sicherlich seine Rassegenossen zur größeren Vorsicht bei ihren dunklen Schiebergeschäften ermahnen, damit das englische Volk nicht erkennt, **welche Läuse es sich da in den Pelz gesetzt hat.** Seine Bemühungen dürften jedoch vergeblich sein. **So sind die Juden.** Erst hetzen sie die Völker in den Krieg, und während die Soldaten dieser Völker kämpfen und bluten,

machen sie aus dem Kriege Geschäft, schachern, schieben und betrügen und füllen sich ihre schmutzigen Taschen auf Kosten ihrer Gastvölker. In Deutschland wurde ihnen das Handwerk gelegt. Wir haben sie von der deutschen Volksgemeinschaft abgesondert und sie mit dem gelben Judenstern gekennzeichnet. **Jedermann weiß:**

Wer dieses Zeichen trägt, ist ein Feind unseres Volkes

Fonte: <https://www.dhm.de>

¹⁸⁷ Cf. citação no original: Der ist schuld am Kriege!

SD1: Com essas acusações, o rabino certamente queria alertar seus camaradas raciais para serem mais cuidadosos em seus negócios obscuros de contrabando, para que o povo inglês não reconhecesse quais piolhos eles haviam colocado em suas peles. No entanto, seus esforços provavelmente serão em vão. Assim são os judeus. Primeiro eles incitam os povos à guerra e, enquanto os soldados desses povos estão lutando e sangrando, eles ganham dinheiro com a guerra, enganam e enchem seus bolsos sujos às custas de seus povos hospedeiros. Na Alemanha, sua farra chegou ao fim. Nós os separamos da comunidade nacional alemã e os marcamos com a estrela judaica amarela. Todo mundo sabe: quem usa essa placa é inimigo do nosso povo¹⁸⁸ (*Parole der Woche*, tradução livre).

A atualização de um discurso já proferido e que passou a constituir, desse modo, a memória social numa dada conjuntura histórico-política, se dá pela relação do interdiscurso com o intradiscurso; processo, no qual, “uma ‘formulação-origem’ é reatualizada em uma conjuntura discursiva específica” (INDURSKY, 2013, p. 56). Na perspectiva da AD, entende-se que uma FD, “contendo, no seu interior, redes de formulações, ao constituir seu saber próprio, constitui, no mesmo movimento, a memória discursiva (INDURSKY, 2013, p. 57) e, por essa razão, o sentido de uma palavra ou de uma imagem, ou seja, o significado de um significante, não se encontra preso à palavra ou à imagem, mas é sempre um significado referido às condições de produção do discurso e aos sujeitos que enunciam a partir de uma determinada formação discursiva. É também por essa razão que Pêcheux (2019, p. 33) afirma que um discurso remete a outro, de modo que, para compreender seu funcionamento, todo discurso deve ser remetido às relações de sentido. Partindo desses pressupostos, é possível estabelecer relações de sentido entre a SD1 e CJ – 3 que acusam o judeu – tal como a mão com o dedo apontado em CJ – 3 – de contrabandista, piolho e, numa referência ao distintivo que os identificava como raça indesejada, a estrela amarela de Davi costurada em suas roupas que aparece tanto na Figura 79, como na roupa do judeu acuado em CJ – 3. Essas relações de sentido também se referem à culpa dos judeus pela guerra e pela

¹⁸⁸ Cf. citação no original: Der Rabbi wollte mit diesen Vorhaltungen sicherlich seine Rassegenossen zur grösseren Vorsicht bei ihren dunklen Schiebergeschäften ermahnen, damit das Englisch Volk nicht erkennt, welche Läuse es sich da in den Pelz gesetzt hat. Seine Bemühungen dürften jedoch vergeblich sein. So sind die Juden. Erst hetzen sie die Völker in die Krieg, und während die Soldaten dieser Völker kämpfen und bluten, machen sie aus dem Kriegen geschäft, schachern, schieben und betrügen und füllen sich ihre schmutzigen Taschen auf Kosten ihrer Gastvölker. In Deutschland wurde ihnen das Handwerk gelegt. Wir haben sie von der deutschen Volksgemeinschaft abgesondert und sie mit dem gelb Judenstern gekennzeichnet. Jedermann weiss: wer dieses Zeichen trägt, ist ein Feind unseres Volk.

atividade parasitária que se caracteriza pela prática de tirar vantagem financeira de uma situação adversa vivenciada por aqueles que os acolhem. Outros sentidos que ecoam no discurso do sujeito que enuncia em CJ – 3 são aqueles relacionados ao caráter do judeu, como traidor e enganador. Esses sentidos reaparecem na imagem do judeu cuja fisionomia expressa um misto de medo, intenções obscuras e impostura.

Nesse processo de culpabilização do judeu, não basta, para o sujeito do discurso, apontar o judeu como o responsável pela guerra e vicissitudes pelas quais passa a Alemanha e a Europa, pois isso não é suficiente para justificar seu extermínio. É necessário passar da denúncia das suas ações para a análise da sua alma e descrevê-lo como inescrupuloso, ardiloso e enganador; aspectos éticos relacionados ao caráter que são universalizados, de maneira que todo e qualquer judeu passa a ser definido por esses sentidos. Os judeus, na concepção nazista, é um piolho, mas até um piolho pode ser apontado, identificado, separado para que se possa agenciar o extermínio daquilo que é reconhecidamente uma praga. Conforme Foucault (2014, p. 127) esclarece em *Vigiar e Punir*, quando trata da confissão dos prisioneiros, durante a Idade Média não bastava identificar e prender o prisionário, mas era necessário também arrancar dele uma confissão, fazê-lo falar, de maneira que o poder não age apenas sobre o corpo, mas atinge a alma do encarcerado. No caso dos judeus, durante a Segunda Guerra Mundial, não bastava segregá-lo, mas se fazia necessário que confessasse sua pertença à raça inferior por meio do uso do distintivo e fazê-los acreditar que eram piolhos, ou seja, novamente uma qualidade que se liga ao ser, à alma. Nesse processo, o discurso sobre o judeu era mobilizado para convencer que ele não era apenas um criminoso, mas que também se tratava de uma praga que deveria ser eliminada. Sobre o discurso racista da modernidade, Bauman (1998, p. 95) assevera o seguinte:

Só dessa forma racista moderna, “científica”, a antiga repulsa aos judeus foi elaborada como procedimento sanitário; só com a moderna reencarnação do ódio ao judeu foram os judeus acusados de um vício incurável, de uma falha imanente que não pode ser isolada dos seus portadores. Antes disso, os judeus eram pecadores e, como todos os pecadores, estavam condenados a sofrer por seus pecados num purgatório terrestre ou do além – para se arrepender e, quem sabe, ganhar a salvação. Seu sofrimento devia ser visível para que as consequências do pecado e a necessidade do arrependimento fossem vistas. Nenhum benefício desse tipo pode provavelmente decorrer da observação do vício mesmo se coroado com sua punição. O câncer, os parasitas e as ervas daninhas não podem se arrepender. Eles não pecaram, apenas viveram de acordo com a sua natureza. Não há nada por que puni-los. Pela própria natureza do seu mal, devem ser exterminados.

Na concepção de Hitler, Goebbels e membros do NSDAP, não havia esperança no que diz respeito a promover uma mudança na mentalidade do judeu a fim de produzir uma alteração em seu comportamento. Acreditava-se que era próprio do ser do judeu a

condição de enganador e parasita. De acordo com essa imagem que o discurso constrói do judeu, não havia como mudá-lo, de maneira que apenas o extermínio da raça judaica poderia solucionar o problema relacionado a uma praga que não resistiria aos recursos tecnológicos que a modernidade dispunha na primeira metade do século XX. A administração do extermínio é de cunho político, pois se trata de um procedimento de administração racional da sociedade alemã que envolvia um esforço sistemático que visava colocar a serviço da máquina de morte nazista os preceitos e conhecimentos relacionados às ciências aplicadas. Mas o convencimento de que essa política de extermínio é plausível e necessária fica por conta da ideologia que a propaganda põe em circulação, conforme afirma Bauman (1998, p. 96):

O racismo, mesmo quando combinado à predisposição tecnológica da mente moderna, dificilmente bastaria para produzir a façanha do Holocausto. Para isso, teria que ser capaz de garantir a passagem da teoria à prática – o que provavelmente significaria estimular, com o simples poder mobilizador das ideias, um número suficiente de agentes humanos para dar conta da magnitude da tarefa e sustentar sua dedicação por quanto tempo isso fosse necessário. Com treinamento ideológico, propaganda e lavagem cerebral, o racismo teria que inculcar nas massas não judaicas um ódio e repulsa tão intensos aos judeus que desencadeasse uma violenta ação contra eles sempre e onde quer que fossem encontrados.

O projeto de eugenia inaugurado na Alemanha nazista exigia que as massas estivessem convencidas de que os judeus eram a desgraça do povo alemão e de que a guerra era também da responsabilidade deles. A construção do consenso acerca da condição de usurpador das nações onde se acomodava ficou por conta da máquina de propaganda nazista que se esforçava diariamente por construir uma narrativa que versava sobre a inferioridade racial dos judeus a partir da comparação desse povo com animais peçonhentos e parasitas altamente danosos ao corpo social. Nas condições de produção do Terceiro *Reich*, a propaganda funciona como “um negócio estratégico, um elemento indispensável no prosseguimento das operações militares contra o inimigo exterior” (PÊCHEUX, [1979] 2015, p.73), de modo que cabe à propaganda veicular os conteúdos ideológicos produtores do efeito de evidência que faz com que cada judeu seja visto como um inimigo da Alemanha e, por essa razão, deve ser eliminado como um piolho. E é por isso que

o antissemitismo é um esquema profundamente arraigado, um ritual da civilização, e os *pogroms* são os verdadeiros assassinos rituais. Neles fica demonstrada a impotência daquilo que poderia refreá-los, a impotência da reflexão, da significação e, por fim, da verdade. O passatempo pueril do homicídio é uma confirmação da vida estúpida a que as pessoas se conformam (ADORNO; HORKHEIMER, 2021, p. 142).

O comportamento ritualizado ou o assassinato funcionando como um ritual da civilização, bem como a conformação aos atos de violência são garantidos pelo poder

da ideologia que dá transparência ao ritual e faz dele a norma natural de funcionamento de uma sociedade que não questiona porque não é mais capaz de analisar as contradições inerentes ao ritual. Incapazes de refletir sobre suas ações porque decididos a executar com esmero as ordens vindas do *Führer*, “os adultos, para os quais o brado pelo sangue judeu tornou-se uma segunda natureza, conhecem tão pouco a razão disso quanto os jovens que devem derramá-lo” (ADORNO; HOCHHEIMER, 2021, p. 142).

Os sentidos que colocam o judeu na posição de culpado e enganador se constituem a partir do silêncio do povo judeu que não tem como produzir uma contrapalavra. Da parte do judeu falta um lugar de onde possa “colocar uma sua fala específica” (ORLANDI, 1997, p. 30) e se rebelar contra a opressão e a violência que pesam sobre ele. Nesse processo, se sobrepõe a língua de Estado (PÊCHEUX, [1979] 2015, p. 86) que esgota, em si mesma, os sentidos sobre o judeu sem abrir espaço para que ele possa romper o silêncio a que foi submetido e produzir sentidos sobre si e a condição marginal na qual o Estado o colocou. Assim, o judeu é significado nas exposições, na imprensa, nos livros didáticos, nos cartazes etc produzidos pelo regime nazista, mas se encontra interditado. Não pode se significar, de maneira que os sentidos produzidos em CJ – 3 também são constituídos e determinados pelo silêncio do judeu, posto que faz parte do processo de significação. Ao impor suas concepções sobre o judeu à educação, à imprensa e à cultura, o Ministério da Propaganda do *Reich* produz “o adestramento dos reflexos e a retórica da convicção, a hipnose e o sonambulismo, o gosto da encenação e do segredo, o hábito da burocracia, a prática do silêncio, da censura e das punições corporais” (PÊCHEUX, [1979] 2015, p. 82). Nessa guerra, que também é ideológica, vicejam novas práticas de assujeitamento dos indivíduos que passam a naturalizar as diferentes formas de violência e punições corporais as quais os judeus são submetidos.

Ainda em 1943, enquanto a guerra avançava, foi publicado outro cartaz (CJ – 4) que havia sido desenhado por Hans Schweitzer a pedido do Ministério de Esclarecimento Popular e Propaganda durante o verão daquele ano. Dois eventos que ocorreram durante a primavera de 1943 são considerados importantes para refletir sobre o crescimento da política de propaganda que visava culpar os judeus pela guerra e os infortúnios do continente europeu: a dissolução do *Comintern* e o levante do gueto de Varsóvia. O primeiro evento diz respeito à desintegração formal do fim da espionagem soviética durante a guerra. Esse evento foi interpretado pelos nazistas como uma estratégia, usada por Churchill e Roosevelt, como representantes dos judeus

capitalistas, para, diante do aumento de sentimentos antissemitas e antibolcheviques, apresentar uma imagem positiva de Stalin a fim de que viesse ter liberdade ilimitada sobre a Europa (HERF, 2014, p. 288). O segundo evento, que ficou conhecido como *O Levante de Varsóvia*, também aconteceu durante a primavera de 1943 e compreende uma série de ações de resistência armada deliberada pelos moradores do gueto contra os guardas alemães. Os insurgentes decidiram que “seria melhor cair lutando e morrer com dignidade do que se submeter mansamente ao extermínio” (EVANS, 2016 p. 359). O fim da ação que foi liderada pelo oficial da SS, Jürgen Stroop, se deu em 16 de maio de 1943 com a explosão da sinagoga principal e 7 mil judeus mortos e os sobreviventes enviados para o campo de concentração de Treblinka.



Fonte: Herf (2014)

O cartaz apresenta a imagem de um judeu de aspecto sinistro que espreita por detrás de uma cortina que é puxada para a direita por uma mão. Logo abaixo dessa imagem, um conjunto de punhos cerrados que expressam raiva e, entre os punhos e a imagem do judeu, há uma paisagem em chamas. Herf (2014, p. 287) afirma que essa “imagem representa de maneira concisa os esforços da Alemanha Nazista em remover as cortinas para revelar as forças por trás dos eventos”; forças essas que, em CJ – 3 e CJ – 4, se concentram apenas no judeu e dispensam aquelas que vinham sendo

representadas por Stalin, Churchill e Roosevelt. O enunciado verbal, colocado na parte superior e inferior do cartaz, afirma: *O judeu: intigador da guerra; prolongador da guerra*¹⁸⁹.

Recorte 1

SD1: Pelo recurso das sociedades de ações, vai penetrando nos círculos da produção nacional¹⁹⁰, [...] (HITLER, p. 247, tradução livre).

SD2: Cresce, assim, a influência dos judeus em matéria econômica, além da bolsa, e isso com assombrosa rapidez. Torna-se proprietário ou controlador das forças de trabalho do país¹⁹¹ (HITLER, p. 247, tradução livre).

SD3: Os círculos governamentais, assim como as camadas superiores da burguesia política e econômica, caem em suas armadilhas, guiados por fios maçônicos, mal se apercebendo disso¹⁹² (HITLER, p. 247, tradução livre).

SD4: Como segunda arma ao serviço do judaísmo, existe, além da maçonaria, a imprensa. Com todo afincamento e toda habilidade, apossasse ele desse órgão de propaganda. Com a mesma, principia lentamente a enlaçar toda a vida social, a dirigi-la e empurrá-la¹⁹³[...] (HITLER, p. 241, tradução livre).

No modo de funcionamento do discurso produzido em CJ – 4, é possível identificar sentidos que aparecem nas quatro sequências discursivas. São sentidos que se relacionam com a infiltração (SD1) do judeu nas sociedades para influenciar (SD2) aqueles que exercem função econômica, política e cultural nessas sociedades. Esses sentidos também mencionam a astúcia dos judeus que montam armadilhas nas quais as camadas superiores da sociedade caem (SD3) porque não conseguem resistir às

¹⁸⁹ Cf. citação no original: Der Jude Kriegsanstifter; Kriegsverlängerer

¹⁹⁰ Cf. citação no original: Durch den Einsatz von Aktiengesellschaften drang sie in die Kreise der nationalen Produktion ein [...].

¹⁹¹ Cf. citação no original: Auf diese Weise wuchs der Einfluss der Juden neben der Börse auch in wirtschaftlicher Hinsicht, und dies mit erstaunlicher Geschwindigkeit. Es wird Eigentümer oder Kontrolleur der Arbeitskräfte des Landes [...].

¹⁹² Cf. citação no original: Regierungskreise sowie die oberen Schichten der politischen und wirtschaftlichen Bourgeoisie tappen in ihre Fallen, geleitet von freimaurerischen Fäden, ohne es zu merken.

¹⁹³ Cf. citação no original: Als zweite Waffe im Dienste des Judentums steht neben der Freimaurerei die Presse. Mit allem Fleiß und Können würde er dieses Propagandaorgan übernehmen. Damit fing er langsam an, alles gesellschaftliche Leben zu verknüpfen, zu lenken und voranzutreiben [...].

investidas dos judeus que chegam à sociedade também por meio da imprensa que utiliza para enlaçar e dirigir (SD4) grupos sociais para que atendam aos seus interesses. Esses sentidos constituem e podem ser percebidos na imagem do judeu escondido por trás de uma cortina; imagem que aponta para o caráter manipulador do judeu que se encontra sempre envolvido em manobras político-econômicas que visam seus próprios interesses pessoais, nunca o da coletividade. Desse modo, esses saberes, que constituem a FD na qual o sujeito se inscreve, se “organizam em *redes discursivas de formulações* que garantem o regime de repetibilidade destes saberes, sustentando, dessa forma, as *redes de memória* que sustentam o memorável” (INDURSKY, 2011, p. 76) e, é por que essas redes se instauram no processo discursivo que

é preciso não perder de vista que o recalque que caracteriza o ‘esquecimento número 1’ regula, afinal de contas, a relação entre dito e não dito no ‘esquecimento nº 2, onde se estrutura a sequência discursiva. Isso deve ser entendido no que, para Lacan, ‘todo discurso é ocultação do inconsciente’” (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 178).

Isso significa que o modo como o sujeito estrutura o seu discurso ao produzir a escolha das cores, dos objetos a serem representados (a cortina, a mão que abre a cortina e o judeu caricato por trás dela) têm uma relação constitutiva com os conteúdos recalcados do inconsciente. E é por que há o recalque que é possível que redes de memória se formulem e constituam o discurso do sujeito.

Nessa rede de memória que o discurso põe em movimento, há também aqueles fios discursivos que são oriundos da culpabilização dos judeus pela derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial. Muitos judeus alemães se alistaram nas fileiras do Exército alemão para combaterem a favor do país e, assim, provarem seu patriotismo e se verem livres dos constantes ataques antisemitas que sofriam nos ambientes públicos. Muitos soldados judeus morreram durante a Primeira Grande Guerra, mas isso não foi suficiente para que conseguissem ser tratados com respeito na Alemanha e, em vez de conseguirem o respeito almejado, foram feitos de bode expiatório e culpabilizados pela derrota da Alemanha na guerra. Um cartão-postal publicado na Áustria, em 1919, representa o *mito da punhalada pelas costas*, narrativa criada por aqueles que não aceitavam que a culpa pela derrota deveria ser atribuída aos militares e político alemães, como Paul von Hindenburg, que foi considerado herói de guerra e assumiu a presidência da Alemanha durante a República de Weimar.

Figura 80: Cartão-postal que circulou a Áustria em 1919



Fonte: www.dw.com

Na imagem do cartão-postal, o soldado se encontra sozinho na trincheira e expressa seriedade enquanto segura o rifle. Mas de acordo com a imagem do cartão, o suposto verdadeiro inimigo se encontra às suas costas. Um homem vestido com roupas femininas se aproxima por trás com uma faca na mão e se prepara para apunhalar o soldado. Os elementos que o identificam como judeu se encontram no chapéu (estrela de Davi) no formato do nariz (adunco) e dos cachos (*peiot*¹⁹⁴). Então, o homem se trata de um judeu que se prepara para, traiçoeiramente, apunhalar o soldado alemão pelas costas.

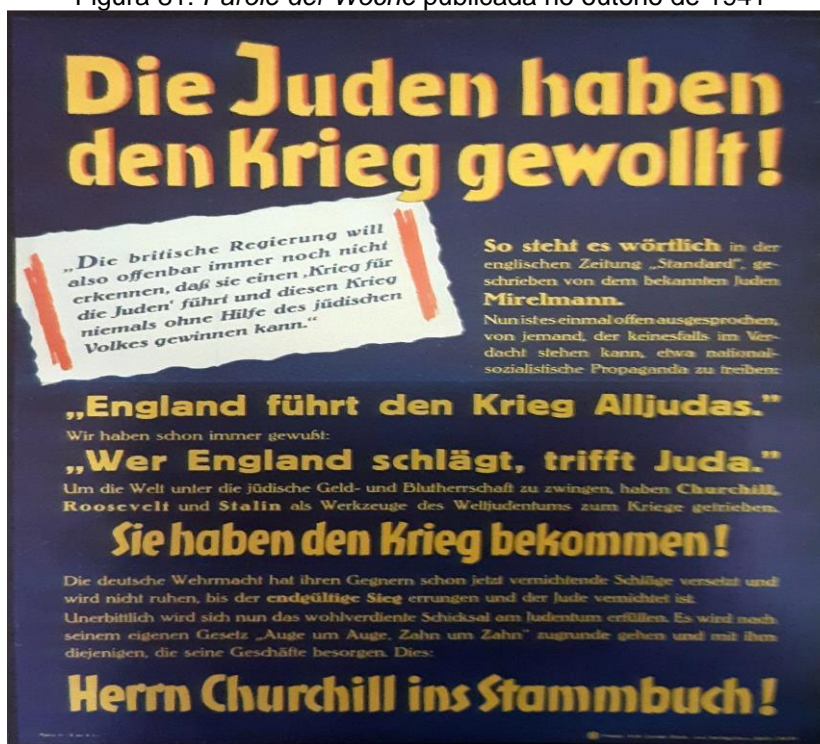
A compreensão do funcionamento discursivo de CJ – 4 nos permite estabelecer articulações e retomadas desse discurso pelo discurso representado no segundo recorte. Embora afetados por FDs diferentes, sentidos da FD, na qual o sujeito que enuncia no segundo recorte se inscreve, migram e passam a significar no discurso produzido pelo sujeito que enuncia CJ – 4. Esses sentidos dizem da culpa atribuída ao judeu pela continuação da Segunda Guerra Mundial – certamente também seria a da derrota, uma vez que os nazistas acreditavam numa aliança entre os judeus e os Aliados – e da traição posto que o judeu, na concepção nazista, era entendido como embusteiro, enganador e traiçoeiro. Não obstante a FD na qual os sentidos sobre culpa e traição dos judeus tenha aparecido logo após o fim da Segunda Guerra Mundial e desaparecido nos anos seguintes, isso não significa que o desaparecimento da FD tenha impossibilitado

¹⁹⁴ Cachos de cabelo laterais que caracterizam os judeus ortodoxos.

a migração dos sentidos, pois “o ‘apagamento’ de um sentido em uma FD não implica o apagamento desse sentido ao nível do interdiscurso, que funciona como uma memória de todos os dizeres (INDURSKY, 2011, p. 87). E, por essa razão, sentidos que vinculam os judeus à guerra, como os que constituem CJ – 4, continuam sendo produzidos em outras condições de produção e formação social, de modo a culpá-los pela derrota ou pela permanência do conflito bélico.

Recorte 3:

Figura 81: *Parole der Woche* publicada no outono de 1941



Fonte: Herf (2014)

SD1: Os judeus quiseram a guerra!¹⁹⁵ (*Parole der Woche*, tradução livre).

SD2: A *Wehrmacht* alemã já desferiu golpes devastadores em seus oponentes e não descansará até que a vitória final seja alcançada e o judeu tenha sido destruído. Inexoravelmente, o merecido destino do judaísmo será agora cumprido. Ele perecerá por sua própria lei “olho por olho, dente por dente”, bem como aqueles que fazem negócios com ele¹⁹⁶ (*Parole der Woche*, tradução livre).

¹⁹⁵ Cf. citação no original: Die Juden haben den Krieg gewollt!

¹⁹⁶ Cf. citação no original: Die Deutsche Wehrmacht hat ihren Gegnern schon jetzt vernichtende Schläge versetzt und wird nicht ruhen, bis der endgültige Sieg errungen und der Jude vernichtet ist. Unerbittlich wird sich nun das wohlverdiente Schicksal am Judentum erfüllen. Es wird nach seinem eigenen Gesetz Auge um Auge, Zahn um Zahn zugrunde gehen und mit ihm diejenigen, die seine Geschäfte besorgen.

Nessas sequências recortadas da superfície discursiva da *Parole der Woche* (Figura 81), sentidos sobre o judeu como aquele que desejou a guerra (SD1), bem como sobre a aquiescência do judeu no plano que visava exterminar os alemães da Europa são postos em circulação. Esses sentidos que se referem ao *Alljuda*, termo criado pelos nacional-socialistas para se referir ao *judaísmo internacional* como uma instância de poder oculta que manipula as grandes potências mundiais e controla as finanças e as armas dessas potências para obter seu intento maior que seria o extermínio do povo alemão, são retomados em CJ – 4 tanto pela paisagem de guerra que aparece entre o rosto do judeu e os punhos erguidos quanto pelo enunciado: *O judeu: instigador da guerra, prolongador da guerra*¹⁹⁷. Por um processo de apropriação, a forma-sujeito retoma o pré-construído – proveniente do interdiscurso – que afirma que a guerra é um plano arquitetado pelo “judaísmo internacional”, de modo a fazê-lo trabalhar no interior do discurso que produz. E, assim, “essas análises mostram como o trabalho do sentido sobre o sentido se faz pelo viés do discurso transversal que ecoa nesse discurso como presença-ausente, sem a qual tais sentidos seriam não-sentidos” (INDURSKY, 2011, p. 85).

Ademais, a forma-sujeito retoma, nos punhos cerrados que expressam fúria ao identificar quem está por trás da cortina, sentidos produzidos na SD2. Os punhos levantados dizem de um desejo de extermínio daquele que desencadeou a guerra e a prolonga para obter proveito pessoal: o judeu. Na fúria das mãos cerradas, a destruição do povo judeu que já se encontra em curso na Alemanha e nos territórios ocupados pelos nazistas. Assim, a atribuição da culpa aos judeus vem seguida de diferentes mecanismos de exclusão, expurgo e extermínio que são construídos e colocados em funcionamento pelos nazistas. Essas relações interdiscursivas que se estabelecem entre o discurso-fonte e os discursos-outros apontam para o fato de que “a repetibilidade está na base da produção discursiva. É ela que garante a constituição de uma memória social que sustenta os dizeres, pois só há sentido porque antes já havia sentido” (INDURSKY, 2011, p. 88). Na discursivização do judeu, retornam sentidos sobre a culpa do povo judeu pelos infortúnios das nações que os acolhem, a moral dúbia desse povo e a influência econômico-política e cultural sobre a sociedade na qual se infiltra e que passa a controlar. O referente desse discurso – no caso, o judeu – é apresentado como um perigo ao país, à sociedade e à existência da raça ariana e, diante dessa ameaça devastadora, tal como ratos e piolhos são devastadores e podem disseminar a doença e a morte, não resta saída para o povo ameaçado que não seja o extermínio total para

¹⁹⁷ Cf. citação no original: Der Jude: Kriegsanstifter, Kriegsverlängerer

que não haja possibilidade de que essa raça, essencialmente perversa, volte a existir e faça novas vítimas.

Na propaganda ideológica do Estado nazista, tem-se um movimento que pode ser caracterizado como “política do performativo: não é informação, é propaganda e o gesto se substitui à prática, a língua se passa pelo real e o dizível, ou o significado pela imagem, e o existente coincidem sem falha... É a *Língua de Estado* falando (ORLANDI, 2017, p. 134, grifos da autora). Desse modo, a propaganda sobre os judeus, que compreende seus corpos e sua alma, se impõe aos alemães como a “verdade” sobre os judeus visto que se encontra fundamentada no conhecimento histórico-científico, nas estatísticas, no saber médico (FOUCAULT, 2008, p. 117), no darwinismo social, ou seja, nos discursos autorizados e legitimados pelos aparelhos ideológicos de Estado. No fulcro dessa “verdade”, se encontra a ideologia racial que distingue as raças superiores das inferiores e condena as inferiores ao extermínio para que as superiores atinjam níveis cada vez mais altos de desenvolvimento.

A fim de que se crie um consenso acerca do extermínio da raça inferior e ameaçadora, mira-se no corpo do sujeito que é representado em sua forma estereotipada, de maneira que há um investimento, da parte do Ministério da Propaganda, no corpo do judeu e, assim, “todo corpo está investido de sentidos enquanto corpo de um sujeito que se constitui por processos nos quais as instituições e suas práticas são cruciais[...]” (ORLANDI, 2017, p. 34). Em todos os mecanismos da propaganda nazista, o corpo do judeu aparece estereotipado para que se reconheça de quem se fala, mas também para que seja incorporado ao imaginário da sociedade alemã como raça inferior, peçonhenta, ameaçadora e destituída de dignidade. Essa incorporação, não só da imagem que se cria do judeu, mas também dos afetos relacionados à imagem, é o que faz eclodir, no interior da sociedade, o preconceito, como “uma discursividade que circula sem sustentação em condições reais, mantida por um imaginário atravessado por um poder dizer que silencia sentidos na base do próprio processo de significação” (ORLANDI, 2017, p. 94).

Essa discursividade que constrói o corpo do judeu como algo desprezível e intolerável também é assimilada por aquele que é o objeto da opressão, o próprio judeu, de maneira que essa incorporação do discurso discriminatório acaba por neutralizar a ação reivindicativa do sujeito oprimido por alguma dignidade que garanta a sobrevivência. Isso é o que caracteriza o preconceito como sendo de natureza histórico-social porque se constitui pela relação ao outro (sociedade) e ao Outro (historicidade, ideologia) (ORLANDI, 2017, p. 94), de maneira que o preconceito não se reduz apenas

ao outro e a como esse outro via o judeu, mas também ao papel da ideologia na constituição dos sujeitos. O processo sócio-histórico de assujeitamento dos judeus condena-os à resignação diante da violência simbólica e material a que são submetidos cotidianamente, embora alguns levantes pontuais apontem para a resistência do sujeito em situações extremas, como aconteceu no gueto da cidade de Varsóvia. Assim, os sentidos sobre o corpo do judeu que, por sua vez, remetem a sentidos sobre a moral do judeu, constituem o acontecimento e desencadeiam redes de formulações que vão afetar tanto os alemães quanto os judeus e assujeitá-los à ideologia dominante. Para Orlandi (2017, p. 95):

É justamente nesta possibilidade de interpretar, que trabalha o preconceito, o ódio ao outro, a intolerância. E é porque há interpretação que se exhibe o trabalho da ideologia no modo como os sujeitos são falados por suas posições filiadas ao funcionamento da memória discursiva.

E no gesto de interpretação do corpo do judeu que se instaura em CJ – 4, bem como nos outros cartazes analisados que representam o judeu, há um investimento, da parte do sujeito que interpreta, em “fazer falar” discursos que significam o judeu não apenas como uma minoria, mas como uma antirraça (ADORNO; HORKHEIMER, 2021, p. 139). Essa administração dos sentidos por parte do sujeito, de modo que alguns sentidos sobre os judeus se tornem visíveis, enquanto outros são silenciados, visa a persuadir o povo alemão da necessidade premente de exterminar a “praga” que se alastrou pela Europa e que se chama “judaísmo internacional”. Sobre essa naturalização da violência e do extermínio, Arendt (2012, p. 128) afirma que

A perversidade humana, quando é aceita pela sociedade, transforma-se, e o ato deliberado assume feições da qualidade psicológica inerente, que o homem não pode escolher nem rejeitar, que lhe é imposta de fora e que o domina de modo tão compulsivo como a droga domina o viciado. Ao assimilar o crime e transformá-lo em vício, a sociedade nega toda responsabilidade e estabelece um mundo de fatalidades no qual os homens se veem enredados. O julgamento que via no crime todo afastamento comportamental das normas espelhava pelo menos maior respeito pela dignidade humana. Aceito o crime como espécie de fatalidade, todos podem ser suspeitos de alguma inclinação por ele. “A punição é um direito do criminoso”, da qual ele é privado se (nas palavras de Proust) “os juízes presumirem e estiverem incluídos a perdoar o assassínio nos homossexuais e a traição nos judeus, por motivos devidos a suposta [...] predestinação genética”. Mas num certo momento essa tolerância pode desaparecer, substituída por uma decisão de liquidar não apenas os verdadeiros criminosos mas todos os que estão “racialmente” predestinados a cometer certos crimes, o que pode ocorrer quando a máquina legal e política, refletindo a sociedade, vier a ser transformada pelos critérios sociais em leis a pregarem essa necessidade de libertação social do perigo em potencial.

Nesse processo de estigmatização do povo judeu, o discurso tanto repete o discurso-outro, de modo a fazer circular sentidos cristalizados ditos em outros lugares, como intervém no real a partir da produção de novos sentidos que se constituem pela falha e o equívoco. Desse modo, a máquina legal e política, como diz Arendt (2012),

retoma discursos cristalizados no corpo social e os transforma num outro discurso, qual seja, o discurso político que passa a disseminar a culpa do povo judeu pela guerra – e por tudo aquilo que uma guerra implica – e a reivindicar a devida penalização por meio do encarceramento em campos de concentração e o extermínio em massa. Isso resulta do fato de que, como afirma Arendt (2012, p. 137), “se um crime é punido com um castigo, um vício só pode ser exterminado”. Hitler e os nacional-socialistas estavam convictos de que as práticas do “judaísmo internacional” e do judeu em particular não se tratavam de crimes pelos quais se poderia prender o criminoso e trabalhar sobre uma possível recuperação, mas de um vício para o qual a única solução seria o completo extermínio da raça judaica. Bauman (1998, p. 51) faz um resumo das causas que levaram à Solução Final nestes termos:

Poucos laços causais parecem mais transparentes que os que ligam o antissemitismo ao Holocausto. Os judeus da Europa foram assassinados porque os alemães que os mataram e os que os ajudaram a nível local odiavam os judeus. O Holocausto foi o clímax espetacular de uma história de séculos de ressentimento religioso, econômico, cultural e nacional.

Embora essa seja uma elucidação que fica apenas na superfície daquilo que motivou e dos diversos fatores que estavam em jogo quando da decisão por exterminar os judeus, ela nos dá a ponta do fio – que não se encontra na Alemanha e no tempo do NSDAP –, mas remonta há séculos de história anteriores à primeira metade do século XX, de modo que o que aconteceu na Alemanha, e nos países sob o domínio do nazismo, é o resultado de uma série de discursos antijudaicos e antissemitas que foram se acumulando na memória social até chegar ao acontecimento discursivo que levou à ação política do extermínio.

O último cartaz dessa série sobre o funcionamento discursivo dos cartazes que representam o judeu também foi publicado em 1943. Ele foi desenhado pelo mesmo designer do cartaz anterior, Hans Schweitzer. Em CJ – 5, Schweitzer cria um cartaz no qual opõe a vitória, representada por uma jovem mulher loira com uma criança nos braços, ao bolchevismo que aparece representado como a miséria absoluta em tons escuros de cinza (WUNDERLICH, 2021, p. 180).

No ano de 1943, os campos de concentração e extermínio se encontram em plena atividade e a Solução Final segue a passos largos. Evans (2016, p. 339-341) apresenta um panorama do cenário dos campos nesses termos:

Em dezembro de 1942, porém, começaram as cremações em Chelmno e Bezec, e a seguir em Treblinka, em abril de 1943. Himmler tomou a decisão de fechar os campos, uma vez que a vasta maioria dos habitantes judeus dos guetos poloneses fora morta. No fim de julho de 1943, após quatro meses, a tarefa de desenterrar e incinerar cerca de 700 mil corpos que haviam sido sepultados grosseiramente em covas de massa estava quase completa. [...] Em Majdanek, todos os reclusos judeus foram selecionados e, junto com muitos

outros judeus trazidos de campos de trabalho menores do distrito de Lublin, foram obrigados a se despir, levados para valas previamente preparadas e fuzilados. À medida que as covas se enchiam, as vítimas nuas recém-chegadas tinham de deitar por cima dos cadáveres antes de ser fuziladas. Iniciada às seis da manhã, a chacina prosseguiu até as cinco da tarde. Cerca de 18 mil judeus foram assassinados no campo nesse único dia. Em Travniki e Majdanek, os alto-falantes do campo transmitiam músicas de dança a todo volume ao longo de toda a ação para abafar o som dos tiros e os gritos das vítimas. Ao todo, a Operação Festival da Colheita matou um total de 42 mil pessoas.

O relato de Evans permite vislumbrar a escalada de violência contra os judeus no fim de 1942 e início de 1943. Após a guerra, a estimativa a que se chegou acerca do número de judeus assassinados em campos de extermínio foi de aproximadamente 3 milhões (EVANS, 2016, p. 368).



Fonte: Wunderlich (2021)

Após a derrota devastadora do Exército alemão na batalha de Stalingrado, esse cartaz circulou em todo o país e a finalidade da sua publicação era manter o ânimo dos soldados alemães que ainda se encontravam nos *fronts* de guerra. O cartaz, concebido por Schweitzer, apresenta, de um lado, uma mulher loira e alegre que segura uma criança, igualmente loira, que exulta de alegria com os braços levantados. Desse lado do cartaz, se sobressaem tons de branco, amarelo, cinza e laranja. No topo, a palavra

Vitória¹⁹⁸ pintada de vermelho e desenhada numa fonte moderna. Do outro lado, pessoas num estado de desespero e miserabilidade são colocadas em primeiro plano e, sem segundo plano, aparece um homem em proporções consideráveis com nariz adunco, aspecto pavoroso e olhar sombrio. O pano de fundo é preto e as cores que sobressaem nesse lado do cartaz é cinza e preto. Ainda nesse lado, são colocadas as palavras, também escritas na cor preta: *ou bolchevismo*¹⁹⁹. A intenção era produzir um contraste ou uma antítese imagética no qual se opõem alegria/sofrimento, de modo que a conquista da primeira condição depende da derrota total da segunda.

É somente pela exclusão dos elementos (judaísmo e bolchevismo) posicionados à direita do cartaz que é possível o elemento da esquerda (a comunidade do povo). Assim, o judaísmo e o bolchevismo são representados como causa da desgraça e do conseqüente sofrimento. Uma vez que já analisamos o funcionamento do discurso que representa a relação entre judeus e bolchevismo, optamos por operar um recorte em CJ – 5, de modo a dar atenção à relação entre judeu e miséria, ruína, devastação e morte, ao passo que os alemães são representados como aqueles que garantem a vitória e, com ela, dias de paz, alegria e vida digna. Essa oposição entre a raça estrangeira e a comunidade do povo, constituída de arianos legítimos, esteve, desde o início das atividades do NSDAP no poder, na base da ideologia nazista com a qual todos os alemães deveriam se identificar e reconhecer sua legitimidade e eficácia na reconstrução do país após declarado o fim da República de Weimar. Assim, na propaganda produzida pelo Ministério chefiado por Goebbels, ora as qualidades dos alemães são destacadas e supervalorizadas, ora as características, consideradas negativas pelo regime, dos judeus e inimigos políticos são o alvo do discurso da propaganda.

Nesse sentido, o funcionamento discursivo de CJ – 5, em suas relações interdiscursivas com “todas as formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos” (ORLANDI, 2001, p. 33) retoma enunciações, produzidas na história, acerca do judeu como uma ameaça à saúde da população, à vida político-econômica e à cultura do país no qual se encontra. A finalidade desse discurso é produzir a desumanização do judeu porque “objetos desumanizados não podem possivelmente ter uma ‘causa’, muito menos uma causa ‘justa’; eles não têm interesses a serem considerados, com efeito nenhuma reivindicação à subjetividade” (BAUMAN, 1998, p. 128).

¹⁹⁸ Cf. citação no original: Sieg

¹⁹⁹ Cf. citação no original: Oder Bolchevismus

Figura 82: charge da capa do jornal *Der Stürmer* publicado em 1934

Fonte: <https://alamy.com>

A desumanização dos judeus era um dos objetivos da produção discursiva do jornal antissemita *Der Stürmer*. Na capa dessa edição de dezembro, é publicada uma charge que apresenta um homem careca, nariz adunco, orelhas compridas e unhas parecidas com as de um lobisomem, segurando um globo terrestre. Do seu bolso esquerdo sai um cobra que traz a estrela de Davi na cabeça e, no braço direito, uma pulseira na qual se encontra pendurada um crânio, bem como o desenho da estrela de Davi no punho da camisa. Tanto o homem quanto a cobra que sai do seu bolso parecem assustados com a visão da suástica nazista que traz a palavra *Esclarecimento*²⁰⁰. Nesse modo de representar o sujeito, sentidos sobre o judeu como uma ameaça, um monstro destruidor, perpetrador de sofrimento e desespero, dissimulado, mercenário da morte e controlador do mundo são produzidos, de maneira que o sujeito que enuncia em CJ – 5, ao caracterizar o judeu como causa da desgraça dos alemães, mantenedor da guerra e do sofrimento dos povos envolvidos, com ar sombrio e aspecto medonho, retoma sentidos que se constituem na formulação e circulação da charge (figura 103). O cartaz é tomado, assim, como *lugar de memória* (INDURSKY, 2011, p. 75) onde vêm se inscrever outros discursos que foram ditos e esquecidos na história, ou seja, em se tratando do efeito do interdiscurso, “é preciso que o que foi dito por um sujeito específico,

²⁰⁰ Cf. citação no original: Aufklärung

em um momento particular se apague na memória para que, passando para o ‘anonimato’ possa fazer sentido em ‘minhas’ palavras” (ORLANDI, 2001, p. 34). O aspecto de decadência na qual o judeu é representado em CJ – 5 se opõe às representações que o faziam empresário ou um hebreu ortodoxo, de modo que, nesse cartaz, o trabalho dos sentidos se volta para construir uma imagem do judeu como figura decadente e ameaçadora que aniquilará o povo alemão, caso o ânimo dos soldados não seja recobrado para que derrotem a União Soviética, país onde sofreram uma das maiores derrotas que foi aquela da batalha de Stalingrado.

O próximo recorte trata-se de uma cena do filme *Der Ewige Jude* que foi rodado em 1940 sob a direção de Fritz Hippler. O filme foi usado como justificativa para o ostracismo e a violência dos quais os judeus vinham sendo alvo na Alemanha nazista.

Recorte 2

Figura 83: cena do filme *Der Ewige Jude* dirigido por Fritz Hippler



Fonte: <https://diem25.org>

SD1: ..., como proliferam os ratos, eles (os judeus) são um perigo para a saúde humana.

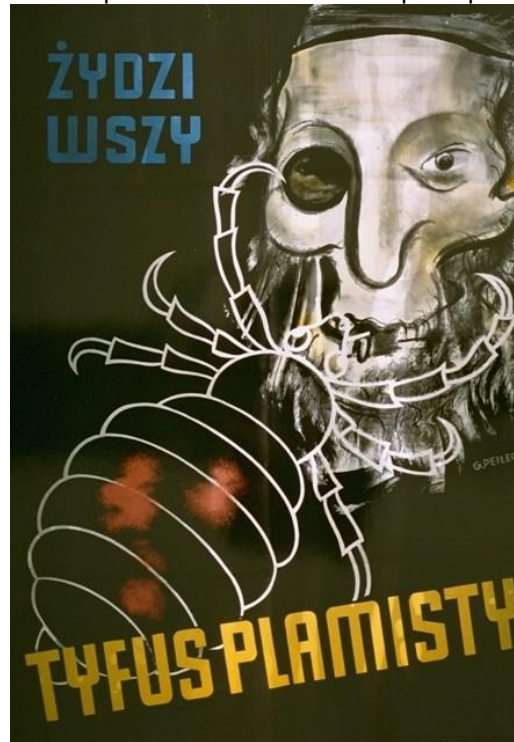
Nessa cena do filme *Der Ewige Jude*, é possível visualizar uma ninhada de ratos que se movimentam em busca de alimentos. Conforme a legenda, os judeus eram tão perigosos para a saúde humana quanto os ratos devido aos maus hábitos de higiene que praticavam e às péssimas condições materiais nas quais viviam. Nessas condições de produção, o discurso do cinema, cujas imagens capturam o sujeito numa velocidade muito maior que o discurso verbal, é usado no processo de assujeitamento dos

indivíduos que ainda não estão convencidos da gravidade que é a existência, o corpo e as práticas dos judeus no interior de uma Alemanha que se projeta como uma sociedade saudável e racialmente pura. Além dos sentidos acerca da ameaça à saúde do povo alemão, comparar os judeus a ratos explora outros sentidos como os relacionados à inferioridade racial, ao abarrotamento do continente e à dilapidação dos preciosos recursos dos países que os recebiam. Todos sentidos relacionados à perda da dignidade, à desumanização e à destruição que os judeus produziam, levando os povos ao desespero, segundo a concepção nazista. Esses são sentidos retomados pelo sujeito em CJ – 5, pois ao representar o judeu como aquele que traz desespero e sofrimento, o sujeito produz um movimento nas redes de memória e põe em relação sentidos produzidos na imagem (e na SD1) com o discurso em questão. No cartaz, o judeu, em sua representação mais miserável, se encontra implicado na culpa pelo caos, a indigência e a devastação das nações, de modo que, na concepção dos nazistas, mantê-lo vivo nas sociedades que os acolheram significa criar as condições para a aniquilação dessas sociedades e o domínio total do “judaísmo internacional” no mundo. Assim, o gesto de leitura da discursividade aponta para a presença da ideologia racial e antissemita no discurso-fonte. E, nesse processo, o sujeito, afetado pela ideologia e retomando sentidos pré-existentes (ORLANDI, 2001, p. 35) reitera discursos que, na história, significaram o judeu como tão potencialmente perigoso quanto um rato o é. Esse regime de repetibilidade dos sentidos ditos antes e em outros lugares, bem como de cristalização desses mesmos sentidos, é resultado de um processo que Orlandi (2001, p. 35) explica dizendo que “quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo. Eles não se originam em nós”. Ou seja, a repetição é condição do dizível porque o sujeito só pode significar o mundo a partir de palavras que já foram objetos de enunciação.

A produção não discursiva sobre a ameaça do povo judeu à saúde pública se dava por meio do confinamento dos judeus em guetos. Colocar os judeus em quarentena e dificultar o acesso à água, comida e remédio produzia um estado deplorável nas condições de higiene, bem como na saúde do povo judeu enclausurado nesses guetos. O regime se utilizava disso para fazer propaganda e persuadir acerca do quão os judeus eram nocivos à saúde da população porque portadores de piolho e tifo. Essas práticas não discursivas passaram a ser discursivizadas e vão aparecer materializadas num cartaz publicado na Polônia em 1941.

Recorte 3:

Figura 84: cartaz publicado na Polônia ocupada pelos nazistas



Fonte: <https://encyclopedia.ushmm.org>

SD1: Os judeus são como piolhos: eles causam tifo.

Inscritos na mesma FD e produzidos por sujeitos que ocupam posições idênticas, ou seja, *designers* a serviço do Terceiro *Reich*, os discursos CJ – 5 e o do recorte 3, mantêm relações interdiscursivas que apontam para uma relação simétrica daqueles sujeitos que os produziram com a ideologia. Ao retomar sentidos produzidos no discurso-outro, como aqueles relacionados ao judeu como portador de doenças, o sujeito que produz CJ – 5 reitera a ideologia racial disseminada no *Reich* que entende os judeus como sub-humanos, párias sociais e transmissores de doenças letais, ao passo que os alemães são representados, conforme aparece em CJ – 5, como seres humanos notáveis, vigorosos e saudáveis. Se considerarmos as imagens produzidas no terceiro recorte e CJ – 5, podemos concluir que ainda continuamos diante de um efeito metafórico porque, em ambas, o judeu se encontra inextricavelmente relacionado à decadência e ao caos. Esses sentidos, tais como os de decadência e caos, também se encontram relacionados ao bolchevismo do qual o judeu é a iminência parda. A figura esquelética e doente do judeu, conforme o recorte 3, é reapropriada pelo sujeito na produção de CJ – 5 na qual o judeu parece definhar e decair. Assim, o que temos, entre essas duas imagens, é a manutenção do efeito metafórico pelo qual o mesmo sentido

se mantém, de modo que se trata da mesma matriz de sentido a qual os sujeitos se filiam. O efeito metafórico se mantém na apropriação que o sujeito do discurso faz dos sentidos produzidos no enunciado verbal (SD1) e na imagem daquilo que parece um piolho cuja pata toca o olho esquerdo do judeu estereotipado. Essa repetição de sentidos produzidos em outros processos discursivos confere ao discurso, produzido em CJ – 5, um caráter impositivo do modo de compreender o judeu em sociedade. Assim, a repetição dos sentidos impõe um modo de entender e se relacionar com o judeu, que é referido, no discurso, como portador da causa (piolho) e da doença em si (tifo), e, por essa razão, deve ser segregado, quando não, exterminado, para que, segundo os nazistas, as raças superiores possam se desenvolver. O retorno do mesmo no discurso do sujeito “se efetua pela identificação com a formação discursiva, apoiada no funcionamento do interdiscurso que inscreve, no discurso do próprio sujeito, os traços daquilo que o determina” (ORLANDI, 2017, p. 25). Identificados com a mesma matriz de sentido, o sujeito que enuncia no discurso-fonte e naquele do qual se apropria, sob a forma do discurso transversal (PÊCHEUX, 2014, p. 154), reiteram também o modo de apresentar o referente do discurso, qual seja, o judeu. Em ambos, o judeu, identificado apenas por meio do rosto, é disposto no lado direito dos cartazes tendo por trás um fundo preto. Esse modo de referir o outro, dispor os elementos que compõem o cartaz, bem como a escolha da cor que servirá como pano de fundo também são significativos quando tratados na perspectiva do discurso. A análise desse gesto de interpretação, produzido pelo sujeito nos dois cartazes, permite compreender o esforço do Ministério da Propaganda em destacar o judeu como uma figura central do processo histórico que se desenvolve naqueles anos de guerra, culpabilizando-o não apenas pela guerra e pela manipulação das grandes potências mundiais, mas também pela insegurança da saúde pública à medida que o constrói discursivamente como sendo o propagador de uma das doenças mais letais e com alta taxa de transmissão.

Uma vez definido o inimigo precípua da Alemanha, mas também da Europa, o regime nazista envida todos os esforços no sentido de destruir aquele que considera ser o alvo incontestável da política racial: o judeu. A política nazista é excludente e categórica em relação aos judeus, de maneira que a conjunção *ou* no enunciado *Vitória ou bolchevismo*²⁰¹ articula as duas palavras e estabelece entre elas uma relação de exclusão e não de alternância, pois, para os nazistas, sem o extermínio do *Judas* não há possibilidade de vencer a guerra para a União Soviética, de maneira que a Alemanha teria que se curvar ao comunismo. Nesse caso, não se trata da política do *nós e eles*,

²⁰¹ Cf. citação no original: Sieg oder bolchewismus

conforme aponta Stanley (2018, p. 151) como uma das características do facismo, mas da política do *nós ou eles*, ou seja, o modo de exclusão é ainda mais radical porque não há possibilidade de convivência, de maneira que a sobrevivência de uma raça depende da eliminação da outra.

A identificação do inimigo por meio de mecanismos linguístico-discursivos diversos permite não só a segregação e o assassinato, mas, antes disso, possibilita destituir a vítima de qualquer traço de dignidade que justifique sua permanência na terra dos vivos, de maneira que excluir significa também exterminar como se elimina um inseto indesejado. Assim, a guerra não é contra a União Soviética, a Inglaterra ou os Estados Unidos, mas contra aquela parcela da humanidade capaz de destruir todos os outros: os judeus. Acerca da *guerra judaica*, Klemperer (2009, p. 275) comenta:

Judeu: na linguagem nazista, esta palavra ocupa um espaço ainda maior que “fanático”. Mais frequente que o substantivo “judeu” é o adjetivo “judaico”, pois com o adjetivo consegue-se criar um elo que reduz todos os adversários a um único inimigo: a visão de mundo judaico-marxista, a bárbarie judaico-bolchevista, o sistema de exploração judaico-capitalista, o interesse dos grupos judaico-ingleses e judaico-americanos na destruição da Alemanha. A partir de 1933, qualquer rivalidade, de onde quer que venha, passa a conduzir sempre a um único e mesmo inimigo, àquele “verme oculto” sobre o qual Hitler fala, que em momentos de exaltação é chamado de “Judá” e em momentos patético é chamado de *Alljuda* [Judá Universal]. Qualquer coisa que se faça passa a ser, desde o primeiro momento, uma medida defensiva contra essa guerra imposta, a guerra judaica.

A propaganda que o Ministério põe em circulação serve a este fim: descrever o inimigo – que não é apenas da Alemanha, mas de toda a Europa -, discriminá-lo, qualificá-lo, apresentar os motivos para sua exclusão, construir uma rede de significantes que dêem conta da ameaça que o judeu representa e do perigo que sua existência significa para a Alemanha e a Europa. Aquilo que Pêcheux (2015, p. 73) afirma sobre a propaganda, ao comentar a repressão dos motins de massa, na França, pelo militar Phillipe Pétain em 1917, também lança luz sobre a questão da propaganda e os judeus: “a questão da propaganda é, pelo menos desde Napoleão, um negócio estratégico, um elemento indispensável no prosseguimento das operações militares contra o inimigo exterior”. Assim, a guerra não se utiliza apenas de material bélico ou químico – como o Zyklon B usado nas câmeras de gás dos campos de concentração -, mas igualmente da propaganda, de maneira que a guerra é também uma guerra linguístico-discursiva, cuja função é despertar, nas massas, os sentimentos mais abjetos em relação ao inimigo. Ao comentar as orientações dadas por Hitler aos propagandistas, Klemperer (2009, p. 274) assim se expressa:

A astúcia obsessiva de Hitler revela-se claramente nas pérfidas e desavergonhadas recomendações aos propagandistas do partido. A lei suprema é a seguinte em toda parte: “Não permitas que teu ouvinte chegue a

formular qualquer pensamento crítico. Trata tudo de forma simplista! Se falares de diversos adversários, alguém poderia ter a ideia de que talvez seja tu que estejas errado. Reduza todos a um denominador, junte-os, crie uma afinidade entre eles! O judeu se presta muitíssimo bem a uma operação desse tipo, muito clara e compatível com a mentalidade popular”.

A conquista das massas pela propaganda é de fundamental importância para o alcance dos objetivos da Solução Final, pois apenas as massas, devido ao seu pensamento acrítico e apolítico, são passíveis de ser inflamadas pelos sentimentos mais sórdidos, de maneira que um cartaz com um enunciado como “Os judeus são como um piolho. Eles causam tifo” é capaz de colocar as massas em ação ou levá-las à omissão diante da catástrofe que se abatia sobre os judeus durante os anos da guerra. Mas não é apenas a simplicidade do cartaz e das ideias que veicula que faz com que os sujeitos ajam ou deixem de agir para que a Solução Final funcione bem. É também o fato de que os sujeitos-leitores “escutam” nesse cartaz a voz do Sujeito, o *Führer*, bem como o “eco” de todos aqueles discursos antijudaicos e antisemitas que, na história, qualificaram o judeu em vista de sua perseguição, conversão ou expulsão. Esses discursos, lugar material da ideologia, assujeitam os indivíduos que, ao se identificarem e investirem libido na imagem do *Führer*, aderem, por ação ou omissão, à vontade daquele que é capaz de satisfazer o seu desejo conforme elucida Reich (2001, p. 189):

Diante de um fascista que utilize os meios da fé e do misticismo, isto é, os meios da sexualidade e da libido, esse indivíduo volta para ele toda a sua atenção, não porque o programa fascista lhe diga mais do que o programa revolucionário, mas porque a entrega ao *Führer* e à sua ideologia lhe proporciona um alívio momentâneo da sua permanente tensão interior. Inconscientemente, ele é capaz de dar uma forma diferente aos seus conflitos e, desse modo, “resolvê-los”; isto o leva a ver momentaneamente no fascista o revolucionário e, em Hitler, o Lênin alemão. Não é preciso ser psicólogo para compreender porque motivo os aspectos eroticamente excitantes do fascismo proporcionam uma certa satisfação, aliás deformada, à mulher da classe média baixa, sem perspectiva de vida sexual satisfatória, que nunca pensou na responsabilidade social, ou então à balconista que nunca encontrou o caminho para a consciência social por insuficiência intelectual, condicionada por conflitos sexuais.

A propaganda ecoa a voz e o desejo do *Führer* que é aquele de exterminar o povo judeu, conforme expressou em seu discurso ao *Reichstag* em janeiro de 1939:

se as finanças internacionais judaicas conseguirem, dentro e fora da Europa, mergulhar a humanidade em mais uma guerra mundial, então o resultado não será uma bolchevização da terra e a vitória do judaísmo, mas a aniquilação da raça judaica na Europa (Hitler, s/d, p. 544, tradução livre²⁰²).

Mas ecoa também o desejo do ministro do Ministério do *Reich* para Esclarecimento e Propaganda, Joseph Goebbels, que, em discurso proferido em

²⁰² Cf. citação no original: Once again I will be a prophet: should the international Jewry of finance succeed, both within and beyond Europe, in plunging mankind into yet another world war, then the result will not be a Bolshevization of the earth and the victory of Jewry, but the annihilation of the Jewish race in Europe.

fevereiro de 1943, declara:

O judaísmo é uma infecção contagiosa. Nações inimigas podem levantar protestos hipócritas contra nossas medidas contra os judeus e chorar lágrimas de crocodilo, mas isso não nos impedirá de fazer o que é necessário. A Alemanha, em todo o caso, não tem intenção de se curvar perante esta ameaça, mas sim tomar as medidas mais radicais, se necessário, em tempo útil²⁰³ (Discurso de Goebbels, 18/02/1943, p. 5).

A identificação do sujeito com esses discursos, que profetizam o extermínio do judeu por meio de medidas radicais, é também uma identificação com o desejo do *Führer* para quem toda sua atenção está voltada, como diz Reich (2001). É pelo investimento na fé e no misticismo que o sujeito visualiza uma sociedade mítica como a que foi pensada pelo *Führer* e recebeu o nome de *Comunidade do Povo*. Essa sociedade, pensada como um lugar onde não haveria sofrimento, fome, desemprego, nem classes sociais – conforme representado na imagem do lado esquerdo de CJ – 5, é o objeto de desejo do sujeito que envida toda sua libido na construção desse projeto que é de crucial importância para a vivência do ideal nazista e, ao mesmo tempo, evitar a catástrofe da implantação do judaísmo-bolchevique. No *discurso sobre o judeu*, que é “uma das formas cruciais de institucionalização dos sentidos” (ORLANDI, 1999), a ideologia racial intervém no campo do político que, por sua vez, produz o expurgo e o extermínio da raça que não apenas é diferente, mas representa uma ameaça constante à sobrevivência da raça que se considera superior e ameaçada. Mas a ideologia também cumpre o papel de forçar a transparência e a naturalização do extermínio, de maneira que se abre mão da revolta enquanto se assujeita aos efeitos anestésicos da propaganda. Sobre isso, Pêcheux (2015, p. 92) afirma que

a arte de anestesiar as resistências, de absorver as revoltas no consenso e de fazer abortar as revoluções fez certamente grandes progressos. Mas tudo isso não deixa de trabalhar menos sob o assujeitamento: é antes a capacidade de ouvi-lo que persiste em fazer falta politicamente.

A propaganda ideológica produzida pelo Ministério da Propaganda teve, certamente, a finalidade de absorver as revoltas no consenso, de maneira que, por um lado, a resistência judaica ficasse anestesiada e, por outro, a revolta dos civis, para com aquilo que sabiam estar em curso, fosse reduzida ao consenso. Em ambos, faltou a atenção necessária ao assujeitamento e à compreensão (ARENDR, 1993, p. 39) dos acontecimentos que os levaria a ousar se rebelar (PÊCHEUX, [1984] 2014, p. 22) contra a política de morte que os vitimou.

²⁰³ Cf. citação o original: Jewry is a contagious infection. Enemy nations may raise hypocritical protests against our measures against Jewry and cry crocodile tears, but that will not stop us from doing that which is necessary. Germany, in any event, has no intention of bowing before this threat, but rather intends to take the most radical measures, if necessary, in good time.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A propaganda produzida, durante o Terceiro *Reich*, pelo Ministério liderado por Joseph Goebbels teve um papel crucial na divulgação dos conteúdos ideológicos do partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, bem como da concepção de mundo de Adolf Hitler. A propaganda serviu a diferentes interesses e veiculou conteúdos relacionados a diversos campos: político, cultural, econômico, dentre outros. Embora não tenha sido o único mecanismo de divulgação da ideologia nazista, a propaganda foi, indubitavelmente, o maior instrumento utilizado para produzir o assujeitamento dos indivíduos que passaram a constituir a massa que ajudou a implementar o Terceiro *Reich* e sustentá-lo durante doze anos.

Diversas análises, partindo de disciplinas e lugares teórico-metodológico vários, foram feitas sobre a propaganda nazista, de maneira que a nossa pesquisa se apresenta como uma tentativa de contribuição à compreensão desse intrincado universo simbólico da imagem e das palavras que se presta à tantas abordagens. Da nossa perspectiva, que é a da Análise do Discurso francesa – cujo objeto teórico é o discurso – nos ocupamos do funcionamento discursivo dos cartazes produzidos pelo Ministério da Propaganda sobre Adolf Hitler, a juventude, a cultura e os judeus. Dos aspectos do funcionamento de um discurso susceptíveis de serem analisados num *corpus* como o nosso, elegemos a memória discursiva como a noção que nos daria a chave de leitura do funcionamento discursivo dos cartazes. Assim, apoiados no arcabouço teórico-metodológico que nos oferece a AD, produzimos um gesto de leitura que nos permitiu acessar os sentidos e discursos que constituíram o discurso produzido nos cartazes que analisamos. Nas retomadas e apropriações operadas pelo sujeito do discurso no processo de enunciação que punha em funcionamento, foi possível observar um outro processo que era o de cristalização e regulamentação de alguns sentidos em detrimento de outros que eram postos em silêncio. Assim, passamos também a analisar, dado o contexto de censura no qual esses discursos eram produzidos, o silêncio como fundamento do dizer, ou seja, o silêncio como possibilidade do dizível, de maneira que alguns sentidos só podiam ser produzidos se outros fossem silenciados, bem como o aspecto político do silêncio que significa ser posto em silêncio, de maneira que o sujeito fica interdito de produzir determinados sentidos a partir de formações discursivas específicas. Das relações entre discurso e discurso-outro e discurso e silêncio, resultam determinados efeitos de sentido que constroem imagens sobre Hitler, a juventude, a cultura e os judeus. Desse modo, nossa análise também considerou o trabalho

sobre/com o imaginário na construção daquilo que era basilar para o Terceiro *Reich*: o *Führer*, a comunidade do povo e a política racial.

Na construção discursiva de Adolf Hitler, o sujeito, identificado/interpelado com/pela a FD do Ministério da Propaganda, produz um discurso no qual se articulam outros discursos oriundos de diferentes FDs que margeiam e/ou invadem a FD dominante. Esses discursos-outros ecoam no discurso do sujeito para sustentá-lo e produzir um efeito de legitimidade e seriedade por meio da mobilização de discursos da mitologia nórdica e germânica, do passado militar e imperial alemão, de concepções sobre liderança e política produzidas no interior do partido nazista e representadas em sua propaganda. Desse modo, o sujeito atualiza imagens de elementos tradicionais da cultura e história da Alemanha que vão ao encontro do imaginário das massas conservadoras que veem nas mudanças ocorridas durante a República de Weimar um cenário de decadência dos valores tradicionais da Alemanha imperial.

Temas nacionalistas também atravessam o discurso do sujeito que enuncia nos cartazes que produzem sentidos sobre Hitler, de modo a capturar o imaginário construído no Romantismo alemão e na história do império e fazê-lo trabalhar no jogo de relações de sentido que põem em conexão aquilo que é dito num determinado cartaz sobre Hitler e o que foi dito em outro lugar acerca dos heróis que sacrificaram suas vidas em favor da nação. Nesse quesito, a memória social é mobilizada para fazer trabalhar sentidos que concernem ao patriotismo e ao folclore alemão. O nacionalismo como estratégia política aparece no discurso do sujeito sob a forma de elementos disponibilizados pela FD que viabiliza sentidos sobre a mitologia germânica. Desse modo, o sujeito investe sobre imagens profundamente arraigadas no imaginário do povo alemão de modo a promover a identificação imediata dos sujeitos-leitores com o discurso posto em circulação. O nacionalismo e o espírito de abnegação e heroísmo do líder que se quer ver à frente de uma Alemanha desolada pelo desemprego e inflação participam do funcionamento discursivo dos cartazes que representam Hitler a partir da retomada de elementos oriundos do discurso acerca do cavaleiro medieval alemão. A retomada das narrativas cavaleirescas, pelo sujeito, visa produzir no discurso um efeito de sentido de lealdade e disposição ao sacrifício, virtudes inerentes ao cavaleiro medieval. Isso aponta para um modo de funcionamento do discurso, na perspectiva da AD, que é a incompletude. A partir dessa noção de incompletude, é possível pensar o sentido, a um só tempo, sendo retomado e se repetindo no interior do discurso do sujeito e operando um deslize/equívoco ao nível da ordem da língua/discurso. Desse modo, o sujeito, ao sustentar seu discurso no discurso das narrativas cavaleirescas, não produz

apenas *um* sentido sobre coragem, por exemplo, mas sentidos que compreendem uma miríade de efeitos: lealdade, destemor, espírito de sacrifício, honra etc.

O discurso sobre Hitler se apoia em discursos e sentidos profundamente arraigados na história, na tradição, no folclore, na mitologia e, sobretudo, no passado militar alemão, de modo que uma mesma forma-sujeito, enunciando de uma mesma FD, produz sentidos que se encontram inscritos em FDs que mantêm, com a FD com a qual o sujeito se identifica, uma relação de profunda convergência com os sentidos ali produzidos. Ao acomodar esses discursos no *seu* discurso, o sujeito produz uma imagem de Hitler alinhada ao movimento nacionalista *völkisch*, aos mitos nacionais e à tradição militar dos antigos impérios.

O acontecimento discursivo que o Terceiro *Reich* inaugura também põe em circulação discursos e sentidos sobre a juventude. Nos cartazes produzidos sobre a organização Juventude Hitlerista, a ideologia nazista se materializa nos discursos que representam os jovens que fazem parte da ala da organização voltada para as meninas (*Bund deutscher Mädel*), bem como daquela voltada para os meninos (*Hitlerjugend*). Nesses cartazes, o sujeito, plenamente identificado com a FD que o interpela, destaca elementos raciais – como cor de pele e cabelo, bem como características fisionômicas e corporais – que já se encontravam significados em outros discursos, como os produzidos por Hitler e Goebbels. Em seu modo de funcionamento, o discurso sobre a juventude é atravessado por outros discursos vindos de outras FDs e, nesse caso, temos a retomada acontecendo sob a forma do discurso-transverso. Mas o discurso do sujeito também assume outro mecanismo de retomada que é a que se dá sob o modo do encaixe. Ao mobilizar esses dois modos de funcionamento da memória discursiva, o sujeito articula seu discurso a discursos-outros que também trazem o traço da racialidade. O investimento desse discurso, mais uma vez, é no corpo, mas não no corpo do líder, e sim no corpo racializado, no corpo que traz inscrito as marcas da raça privilegiada no discurso do Terceiro *Reich*, do *Führer* e do alto escalão do NSDAP.

No discurso sobre a juventude, ecos de outros discursos acerca dos papéis sociais previstos para meninos e meninas se fazem “escutar” no discurso do sujeito. Assim, o discurso sobre o papel das meninas na procriação de arianos puros e na consecução do projeto racial é retomado pelo sujeito e incorporado ao funcionamento discursivo dos cartazes. Investidos da ideologia racial gestado no partido nazista e nos escritos de Hitler, a produção desses discursos têm por função interpelar os indivíduos em sujeitos capazes de realizar a política sexual, racial e demográfica da Alemanha e dos territórios conquistados. O discurso, assim, estabelece um padrão racial e uma meta

no que diz respeito à taxa de nascimentos, mas também um policiamento das relações amorosas e uma missão que é a de não misturar o sangue sob pena de fazer degradingolar o projeto sublime, segundo os nazistas, de uma comunidade do povo construída por alemães puros e saudáveis.

Embora os homens também estejam implicados nessa missão que visa garantir o purismo racial, o peso dessa missão é reduzido em comparação à missão de se preparar para a guerra e, em momento oportuno, se alistar e empenhar todo conhecimento adquirido nas trincheiras da guerra. Nos discursos produzidos pelo Ministério da Propaganda, também se fazem ouvir discursos-outros que remetem ao sacrifício dos jovens em favor da comunidade do povo e da sua importância no alargamento do território do *Reich* a fim de garantir a construção de um espaço vital a ser ocupado pelos alemães. A ideologia que fala de sangue e solo como coisas inseparáveis – de maneira que lutar pela conquista de territórios significa, ao mesmo tempo, lutar pela sobrevivência de um raça –, é também a ideologia que interpela os sujeitos que participam como membros ativos da JH. Assim, dizer sangue é dizer solo e o contrário também é verdadeiro, pois, para o jovem nazista, não há uma defesa do território que não seja também uma defesa da comunidade racial; e não há uma defesa da comunidade racial que não implique numa defesa do projeto de fortalecimento da raça ariana.

A defesa fanática do sangue e do solo – que serve de base para a continuidade da guerra – é alimentada por um discurso que ao mesmo tempo que promete a ascensão do jovem na hierarquia militar, silencia acerca da barbárie e das atrocidades que acarretavam a morte de milhares de soldados alemães nos campos de batalha. Em vez de fazer circular fatos verídicos sobre a guerra, o discurso atualiza outros discursos que falam da necessidade de assumir a guerra com brutalidade, contumácia e espírito sacrificial. Imbuídos desse espírito, mais e mais jovens ingressam nas fileiras da *Waffen-SS* e passam a trabalhar em diversas atividades relacionadas à guerra. Nessa direção, o discurso dos cartazes, bem como aqueles que esse discurso retoma e atualiza, não tem como finalidade atingir o corpo do sujeito representado, mas a sua ambição e a sua fidelidade ao *Reich*, bem como a disponibilidade ao sacrifício. Assim, o discurso quer atingir o espírito dos jovens da JH, suas emoções, e menos o seu corpo como o lugar no qual se encontram inscritos os elementos raciais valorizados no Terceiro *Reich*. Para atingir esse fim, discursos acerca do heroísmo de soldados alemães que morreram em guerra são retomados nas relações interdiscursivas que se estabelecem entre os cartazes analisados e os discursos que os constituem.

Em se tratando da cultura no Terceiro *Reich*, os cartazes produzidos pelo Ministério da Propaganda materializam discursos que constroem uma arena na qual se trava uma batalha que dispara ataques virulentos contra a arte considerada degenerada pelo regime nazista. À medida que institui uma estética para o *Reich*, o regime exclui os modelos estéticos que são considerados aberrantes e destituídos de aura artística, como a arte moderna que disponibiliza os moldes para a produção de objetos no interior da maior escola de arquitetura (Bauhaus) de Berlim. Assim, o discurso intervém no sentido de instituir um outro regime estético no Terceiro *Reich*, de modo que haja uma ruptura entre o modelo de arte valorizado pelo regime – em geral, baseado na antiguidade clássica - e a arte moderna que é entendida pelos nazistas como sendo uma arte degenerada porque se encontrava sob a inspiração do marxismo cultural e do judaísmo.

Nesse sentido, algumas das exposições que ocorreram durante o Terceiro *Reich* tinham por finalidade oferecer uma mostra daquilo que era considerado como arte degenerada pelos nazistas. Desse modo, temas relativos à arte moderna são discursivizados nos cartazes nos quais o sujeito retoma elementos da arte moderna para estabelecer uma cisão entre a arte que deve ser alvo da repulsa e do desprezo dos alemães e aquela que deve ser motivo de orgulho, qual seja, a arte figurativa, em geral, concebida segundo a estética greco-romana. Para demarcar as fronteiras entre o discurso do sujeito e o discurso-outro, elementos do interdiscurso são encaixados no discurso do sujeito, de modo que é possível observar elementos do discurso-outro presentes no discurso do sujeito sob a forma do pré-construído. Mas, na tentativa de excluir e eliminar aquilo que é considerado como arte degenerada pelos nazistas, o sujeito também é afetado por discursos que atravessam o seu discurso e passam a constituir os sentidos produzidos no interior de um jogo discursivo que põem em relação elementos que se repetem e elementos do discurso-outro, de maneira que paráfrase e polissemia se encontram em permanente estado de tensão no interior do processo discursivo.

A ideologia racial volta a ser difundida por meio das exposições que, num mesmo espaço, distribuem peças da arte proscritas pelos nazistas, mas também amplo material acerca das pessoas com deficiência física e mental e os judeus. O conteúdo dessas exposições que exaltavam a maravilha da vida tinham uma conotação explicitamente racial e excludente, pois só considerava *vida* – como elemento a ser resguardado e conservado – a das raças superiores e das pessoas saudáveis em todos os aspectos. A produção discursiva de cartazes que divulgam esse tipo de exposição opera a

retomada de discursos que enaltecem a vida saudável, a ausência de deficiência física e mental e um padrão de beleza correspondente ao dos arianos, ao passo que elementos da estética corporal dos judeus são subestimados.

Com o início da Segunda Guerra Mundial, a propaganda se ocupa ainda mais dos judeus, de maneira que cartazes, filmes, artigos em jornais e textos apregoados em murais visam construir uma narrativa sobre os judeus que os colocam no lugar do inimigo do *Reich*, conspiradores que tramam a destruição da nação e do povo alemão por uma organização que os nazistas denominaram de “judaísmo internacional”. Assim, o sujeito que enuncia nos cartazes criados pelo Ministério da Propaganda do *Reich* retoma sentidos que, no processo histórico, significaram o judeu e o judaísmo a partir de esteriótipos que os representavam como usurários, pevertidos, mentirosos, exploradores, ardilosos etc. Nesse sentido, a análise permitiu observar o modo como esses discursos-outros são trazidos para o discurso do sujeito e materializados no corpo representado nos cartazes. Desse modo, o corpo é o lugar da inscrição dos esteriótipos e daqueles discursos que, ao longo da história do povo hebreu, os retrataram como um povo sem pátria que se instala em diferentes nações para usufruir da boa vontade dos governantes.

A fim de construir uma narrativa que deprecie o povo judeu, de maneira que seja comparado àquilo que há de mais grotesco e ameaçador, o sujeito do discurso mobiliza também supostas relações entre o “judaísmo internacional”, o bolchevismo e a plutocracia inglesa. A análise do funcionamento discursivo dos cartazes referentes aos judeus permitiu observar essa relação constitutiva entre aquilo que o sujeito diz no seu discurso e aquilo que está dito em outros discursos que circulavam no Terceiro *Reich*, como a *Parole der Woche* que explorou à exaustão essa suposta relação entre os judeus, o bolchevismo e a plutocracia.

Uma vez que não bastava culpabilizar os judeus pela guerra e pela ameaça constante do “judaísmo internacional”, os cartazes sobre os judeus vão produzir a depreciação desse povo a ponto de desumanizá-los e, desse modo, tornar o seu extermínio justificável. No que se refere a esse quesito, o funcionamento discursivo se caracteriza por outras relações com a memória, uma vez que os discursos que passam a constituir o discurso do sujeito são aqueles que representam os judeus como transmissores de doenças e portadores de tifo, igualando-os, assim, aos piolhos. Mais uma vez, a ideologia racial se mostra nesse discurso que se sustenta em discursos antijudaicos e antisemitas para promover o expurgo daquilo que seria, segundo a concepção nazista, a raça inferior e desprestigiada.

A análise dos cartazes da propaganda política nazista também apontou, nas quatro categorias analisadas, uma identificação recorrente da posição-sujeito com a forma-sujeito do discurso, de maneira que o sujeito, plenamente identificado com a forma-sujeito e a formação discursiva que o interpela, produz um discurso no qual a polêmica, o embate ideológico e a contenda dão lugar à repetição sem conflitos de discursos que produzem a regularização e a cristalização de sentidos. Embora, em um ou outro discurso, seja possível observar o sujeito resistindo às coerções das condições de produção e aos efeitos do assujeitamento, o que se sobressai, quanto ao funcionamento discursivo, é a retomada de sentidos estabilizados no interior do processo histórico. Consequentemente, o que o discurso produzido nos cartazes permite observar é a plena identificação do sujeito com a FD que o assujeita e o Sujeito, ou seja, o *Führer*. Essa dupla identificação produz um regime de repetibilidade no qual a paráfrase se sobrepõe à polissemia, mas sem fechar as possibilidades de abertura pela qual o sentido desliza e se torna outro.

Mas, ao mesmo tempo que se apropria de sentidos que vêm de outras FDs e que atravessam ou são encaixados no discurso, o discurso do sujeito silencia uma série de outros sentidos que não podem ser produzidos porque o sujeito se encontra interditado e, desse modo, não pode produzir sentidos a partir de determinadas FDs, seja porque foram extintas, seja porque foram proibidas no Terceiro *Reich*. Esse silêncio imposto pelo regime nazista passa a ser o fundamento da produção de sentidos e a constituir o processo discursivo que se inscreve na propaganda política do regime. Se, por um lado, o silêncio é a condição de possibilidade da significação; por outro lado, ele é o resultado de uma ação ditatorial que proíbe a circulação de determinados sentidos, bem como a inscrição do sujeito em determinadas FDs, de maneira que ele não pode dizer aquilo que quer dizer em determinadas condições de produção. Mas tanto o silêncio fundamental quanto o silenciamento produzem efeitos sobre o discurso do sujeito, de maneira que ele *diz* de uma determinada maneira e não de outra.

O Terceiro *Reich* faz emergir um acontecimento discursivo no qual o encontro entre uma atualidade e uma memória desencadeia um outro modo de significar a figura do líder, os papéis de gênero e da juventude, as relações sociais e raciais e a cultura. Esse outro modo de significar também implica um outro modo de se relacionar com a memória e atualizar sentidos historicamente produzidos. A memória social que constitui o discurso do sujeito nos cartazes da propaganda nazista legitima os sentidos e afeta o imaginário dos sujeitos que passam a se identificar com a ideologia materializada num discurso que se constitui pela segregação, exclusão e expurgo da alteridade.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ADORNO; HORKHEIMER. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- ALTHUSSER, Louis. **Por Marx**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.
- ARENDT, Hannah. **A promessa da política**. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2010.
- ARENDT, Hannah. **Liberdade para ser livre**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018.
- ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ARMENGAUD, F. **A pragmática**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- AZEVEDO, Luciano T. **Estilística**. 2ª ed. Recife: UPE/Nead, 2012.
- BENVENISTE, Émile. **Problèmes de Linguistique Générale**, Paris, Gallimard, 1966.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.
- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BARTOLETTI, Susan Campbell. **Juventude hitlerista: a história dos meninos e meninas nazistas e a dos que resistiram**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.
- BEEVOR, Antony. **Stalingrad: the fateful siege 1942-1943**. Nova York: Penguin Books, 1999.
- BESSEL, Richard. **Nazismo e guerra**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.
- BOUGNOUX, Daniel. **Introdução às ciências da comunicação**. Bauru, SP: Edusc, 2000.
- BOUQUET, Simon. **Introdução à leitura de Saussure**. São Paulo: Cultrix, 2004.
- BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CAMARA JR. Joaquim Mattoso. **História da Linguística**. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.
- CHARTIER, Roger. **Verdade e prova: retórica, literatura, memória e história**. In: CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice; PIOVEZANI, Carlos. **Discurso e (pós)verdade**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2021.
- CHAUÍ, Marilena. Prefácio. In: **Kant**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.
- CHOMSKY, Noam. **Mídia: propaganda política e manipulação**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- COURTINE, Jean-Jacques. **O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político**. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1999.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.
- DENNIS, David. **Desumanidades: Interpretações nazistas da cultura ocidental**. São Paulo: Madras, 2014.
- DESCARTES. **Discurso do método**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1991.
- DILLER; Anne-Marie; RÉCANATI, François. **La Pragmatique: présentation**. Rev.

- Langue Française, nº 42, p. 3-4, 1979. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/lfr_0023-8368_1979_num_42_1_6150
- DOSSE, Françoise. **História do Estruturalismo**. Vol. 1. Bauru, SP: Edusc, 2007.
- DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. 2ª ed. São Paulo: editora Pontes, 2020.
- DUDLEY, Will. **Idealismo alemão**. Trad. de Jacques A. Wainberg. Petrópolis: ed. Vozes, 2013.
- ENGELMAN, Ademir; ENGELMAN, Derli; CORRÊA, Maria Elisa. **História da Filosofia no Brasil**. Curitiba: Intersaberes, 2015.
- EVANS, Richard J. **A chegada do Terceiro Reich**. 3. ed. São Paulo: Crítica, 2016.
- EVANS, Richard J. **O Terceiro Reich no poder: o relato mais completo e fascinante do regime nazista entre 1933 e 1939**. 1ª ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.
- EVANS, Richard J. **Terceiro Reich em guerra: como os nazistas conduziram a Alemanha da conquista ao desastre (1939-1945)**. 3. Ed. São Paulo: Planeta, 2016.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Análise do discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso**. In: Organon, Revista do Instituto de Letras da UFRGS, v. 24, n. 48, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/28636>
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis: Rio de Janeiro, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
- FREIRE, Sérgio. **Análise do discurso: procedimentos metodológicos**. Manaus: EDUA, 2021.
- FREUD, Sigmund. **A interpretação dos sonhos (1900)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- FREUD, Sigmund. **Observações psicanalíticas sobre um caso de paranoia relatado em autobiografia (“o caso Schreber”), artigos sobre técnica e outros textos (1911-1913)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu**. Porto Alegre, RS: L&M Pocket, 2017.
- FREUD, Sigmund. **Inibição, sintoma e angústia, o futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929)**. 6ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- FREVERT, Ute. **Women in German History: from bourgeois emancipation to sexual liberation**. Berg: Oxford, 1989.
- GALVÃO, Maria Ermantina. Prefácio. In: DESCARTES, René. **Discurso do método**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- GEST, Kevin. **As origens e a história das ordens de cavalaria**. São Paulo: Madras, 2000.
- GOEBEELS, Joseph. **German Woman (1933)**. German Propaganda Archive, Calvin University. Disponível em: <https://research.calvin.edu/german-propaganda-archive/goeb55.htm>
- GOEBEELS, Joseph. **The New Year**. German Propaganda Archive, Calvin University. Disponível em: <https://research.calvin.edu/german-propaganda-archive/goeb23.htm>
- GOEBEELS, Joseph. **Nation, rise up, and let the storm break Loose**. German Propaganda Archive, Calvin University. Disponível em:

- <https://research.calvin.edu/german-propaganda-archive/goeb36.htm>
GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GREGOLIN, Maria do Rosário **Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso: diálogos e duelos**. São Carlos: Clara Luz, 2004.
- GREGOLETTO, Evandra. **A noção de sujeito em Pêcheux: uma reflexão acerca do movimento de desidentificação**. In: Estudos da Língua(gem). Michel Pêcheux e a análise do discurso, Vitória da Conquista, nº 1, p. 61-67, 2005. Disponível em: [file:///C:/Users/WORK/Downloads/978-Manuscrito%20em%20formato%20word%20com%20todos%20os%20dados-1639-1-10-20170905%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/WORK/Downloads/978-Manuscrito%20em%20formato%20word%20com%20todos%20os%20dados-1639-1-10-20170905%20(1).pdf)
- GUILHAUMOU, Jacques. **Où va l'analyse de discours: autor de la notion de formation discursive**. M.L.M.S. Publisher, 2005. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00420668>
- HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro**. São Paulo: Unesp, 2018.
- HENRY, Paul. **Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969)**. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas, SP: editora da Unicamp, 2014.
- HITLER, Adolf. **Mein Kampf**. In: **Hitler, Mein Kampf: eine kritische edition**. HARTMANN Christian; VORDERMAYER, Thomas; PLÖCKINGER, Othmar; TÖPPEL, Roman. Band I. Berlin: Instituts für Zeitgeschichte, 2016.
- HITLER, Adolf. **Collection of speeches (1922-1945)**. Disponível em: <https://www.nommeraadio.ee/meedia/pdf/RRS/Adolf%20Hitler%20-%20Collection%20of%20Speeches%20-%201922-1945.pdf>
- ILARI, Rodolfo.; GERALDI, João Wanderlei. **Semântica**. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.
- INDURSKY, Freda. **A prática discursiva da leitura**. In: ORLANDI, Eni. **A leitura e os leitores**. Campinas, São Paulo: Pontes, 1998.
- INDURSKY, Freda. **A memória na cena do discurso**. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMANN, Solange. **Memória e história na/da Análise do Discurso**. São Paulo: Mercado das Letras, 2011.
- JAKOBSON, Roman. **Linguística e Comunicação**. 24ª ed. São Paulo: Cultrix, 2007.
- KLEMPERER, Victor. **LTI: a linguagem do Terceiro Reich**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
- KUNDNANI, Hans. **Alemanha vive uma crise de identidade pela chegada dos refugiados**. El País, 7 de mar. de 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/04/internacional/1457094397_531041.html
- JA. In: **Langenscheidt Großwortbuch: Deutsch als fremdsprache**. München: Langenscheidt, 2015.
- LACAN, Jacques. **La science et la vérité**. In: **Concept and form: the Cahiers pour l'Analyse and contemporary french thought**. Disponível em: <http://cahiers.kingston.ac.uk/vol01/cpa1.1.lacan.html>
- LANGER, Walter C. **A mente de Adolf Hitler: o relatório secreto que investigou a psique do líder da Alemanha nazista**. Rio de Janeiro: Leya, 2018.
- LEVINSON, S. C. **Pragmática**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- LE BON, Gustave. **Psychologie des foules**. 9ª ed. Édition Félix Alcan, 1905. Disponível em: https://www.infoamerica.org/documentos_pdf/lebon2.pdf

- LONGERICH, Peter. **Joseph Goebbels**: uma biografia. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2014.
- LOWER, Wendy. **As mulheres do nazismo**. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.
- LYONS, John. **Introdução à Linguística Teórica**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1979.
- LUCKERT, Steven; BACHRACH, Susan. **State of deception**: the power of nazi propaganda. Washington, D.C: United States Holocaust Memorial Museum, 2011.
- LUDWIG, Ralf. **Fenomenologia do espírito**: uma chave de leitura. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017.
- MALDIDIER, Denise, NORMAND, Claudine, ROBIN, Régine. **Discurso e ideologia**: bases para uma pesquisa. In: ORLANDI, Eni. **Gestos de leitura**: da história no discurso. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.
- MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso**: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas: Pontes Editores, 2017.
- MALDIDIER, Denise. **A inquietude do discurso**. Um trajeto na história da Análise do discurso: o trabalho de Michel Pêcheux. In: PIOVEZANI, Carlos. SARGENTINI, Vanice. **Legados de Michel Pêcheux**: inéditos em análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2019.
- MEY, Jacob L. **Poet and peasant**: a pragmatic comedy in five acts. *Journal of Pragmatics*, Amsterdam, n. 11, 1987.
- MONDIN, Battista. **Curso de Filosofia**: os filósofos do ocidente. Vol. 3. 9ª ed. São Paulo: Paulus, 2005.
- MOSSE, George L. **The crisis of german ideology**: intellectual origins of the Third Reich. New York: Schocken Books, 1981.
- MUSSALIN, Fernanda. **Análise do discurso**. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina. **Introdução à Linguística**: domínios e fronteiras. vol. 2. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- MUSSALIN, F.; BENTES. **Introdução à Linguística**: domínios e fronteiras. vol. 1. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- MUSSALIN, F.; BENTES. **Introdução à Linguística**: domínios e fronteiras. vol. 2. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- OLIVEIRA, R. P. Semântica. In: MUSSALIN, F.; BENTES. **Introdução à Linguística**: domínios e fronteiras. vol. 2. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- OLIVEIRA, R. B. **Semântica Formal**: uma breve introdução. Campinas: SP: Mercado de Letras, 2001.
- ORLANDI, Eni. **Leitura e Discurso**. São Paulo: Cortez, 1988.
- ORLANDI, Eni. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- ORLANDI, Eni (org.). **A leitura e os leitores**. São Paulo: Pontes, 1998.
- ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. São Paulo: Pontes, 2001.
- ORLANDI, Eni. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 4. ed. Campinas: Pontes: 2001.
- ORLANDI, Eni. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. São Paulo: Pontes, 2001.
- ORLANDI, Eni. **Cidade dos sentidos**. São Paulo: Pontes, 2004.
- ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- ORLANDI, Eni. **Terra à vista**: discurso do confronto: velho e novo mundo. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.
- ORLANDI, Eni. **Gestos de Leitura**: da história no discurso. São Paulo, Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

- ORLANDI, Eni (org.). **Análise de discurso**: Michel Pêcheux. 4. Ed. São Paulo: Pontes, 2015.
- ORLANDI, Eni. **Eu, tu, ele**: discurso e real da história. Campinas, SP: Pontes Editores, 2ª Ed., 2017.
- ORLANDI, Eni. Prefácio. In: MALDIDIÉ, Denise. **A inquietação do discurso**: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas: Pontes Editores, 2017.
- ORLANDI, Eni. Prefácio. In: PÊCHEUX, Michel. **Análise automática do discurso**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.
- PAULUS, Friedrich. **Stalingrado y yo**: las memorias del hombre que rindió Stalingrado ante el Ejército Rojo. Madri: Esfera Libros, 2017.
- PÊCHEUX, Michel. **Sur les contextes épistémologiques de l'analyse de discours**. In: Mots, nº 9, 1984. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/mots_02436450_1984_num_9_1_1160?q=sur+les+contextes
- PÊCHEUX, Michel. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. 3 ed. Campinas: Pontes, 2002.
- PÊCHEUX, Michel. O estranho espelho da análise do discurso. In: COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2009.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: ed. da Unicamp, 2014.
- PÊCHEUX, Michel. **Análise do Discurso**: três épocas. In: GADET Françoise.; GADET, Françoise. HAK, Tony (orgs.) **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: editora da Unicamp, 2014.
- PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. **A propósito da análise automática do discurso**: atualização e perspectivas (1975). GADET, Françoise. HAK, Tony (orgs.) **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: editora da Unicamp, 2014.
- PÊCHEUX, Michel. **Papel da memória**. In: ACHARD, Pierre; DAVALLON, Jean; DURAND, Jean-Louis; PÊCHEUX, Michel; ORLANDI, Eni. **Papel da memória**. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.
- PÊCHEUX, Michel. **Análise Automática do Discurso**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.
- PINTO, Joana Plaza. **Pragmática**. In: MUSSALIN, F.; BENTES. **Introdução à Linguística**: domínios e fronteiras. vol. 2. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- REICH, Wilhelm. **Psicologia de Massas do Fascismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- RIBEIRO, João. **O que é Positivismo**. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- ROSENBERG, Alfred. **O mito do século XX**: uma valoração das lutas anímico-espirituais das formas em nosso tempo. Rio Tinto – PB: Episch Verlag, 2021.
- ROSENBERG, Alfred. **The myth of the 20th century**: an evaluation of the spiritual-intellectual confrontations of our age. Disponível em: <https://www.nommeraadio.ee/meedia/pdf/RRS/Alfred%20Rosenberg%20-%20The%20Myth%20of%20the%2020th%20Century.pdf>
- RUSSEL, Bertrand. **História do pensamento ocidental**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- RUSSEL, Bertrand. **História da filosofia ocidental**. Livro 3: filosofia moderna. 1ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- SÁ MARTINO, Luís Mauro. **Teoria da Comunicação**: ideias, conceitos e métodos. 5. Ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 26. ed. São Paulo: Cultrix, 2010.

- SCHULTZE-NAUMBURG, Paul. **Kunst und Rasse**. München: J. F. Lehmanns Verlag, 1928. Disponível em: <https://play.google.com/books/reader?id=oJQtAQAAIAAJ&hl=pt>
- SHIRER, William. **Ascensão e queda do Terceiro Reich: triunfo e consolidação** (1933-1939). 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.
- SHIRER, William. **Ascensão e queda do Terceiro Reich: o começo do fim** (1939-1945). 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.
- STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”**. Porto Alegre: L&PM, 2018.
- TAMBA-MECZ, Irène. **Semântica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- TEIXEIRA, Francisco. **O fim do Fascismo e o fim dos fascistas**. Brasil 247, 2022. Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/o-fim-do-fascismo-e-o-fim-dos-fascistas>. Acesso em: 12 de setembro de 2022.
- TEXEIRA, Francisco, SCHURSTER, Karl. **Passageiros da Tempestade: fascistas e negacionistas no tempo presente**. Recife – PE: Cepe, 2022.
- WEEDWOOD, Barbara. **História Concisa da Linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- WÄHLEN. In: **Michaelis: Dicionário escolar alemão-português**. São Paulo: Melhoramentos, 2009.
- WELCH, David. **The Third Reich: politics and propaganda**. 2. ed. New York: Routledge, 2002.
- WUNDERLICH, Silke. **Propaganda des Terrors: plakate des NS-Staats zwischen 1933 und 1945**. Berlin: Berlin Store Verlag, 2021.
- ZOPPI-FONTANA, Mónica. *Pós-verdade e enunciação política: entre a mentira e o rumor*. In: CURCINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice; PIOVEZANI, Carlos (org.). *Discurso e (pós)verdade*. 1. Ed. São Paulo: Parábola, 2021.

ANEXOS

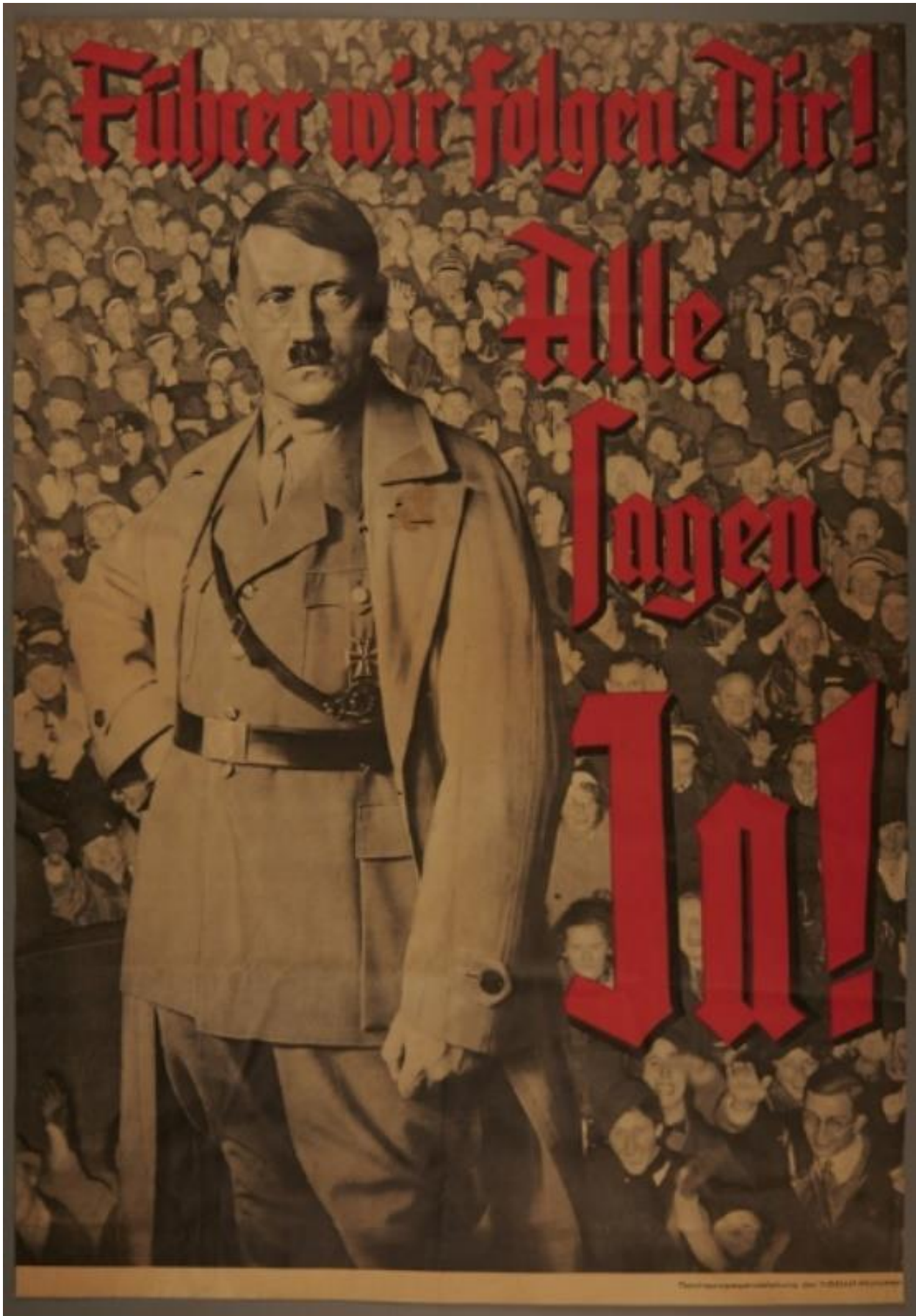
ANEXO A – POEMA ESCRITO POR VON SCHENKENDORF

— 89 —

Segen Gottes auf den Feldern,
 In des Weinstocks heil'ger Frucht,
 Manneslust in grünen Wäldern,
 In den Hütten frohe Zucht;
 In der Brust ein frommes Sehnen,
 Ew'ger Freiheit Unterpfand,
 Liebe spricht in zarten Tönen
 Nirgends wie im deutschen Land.

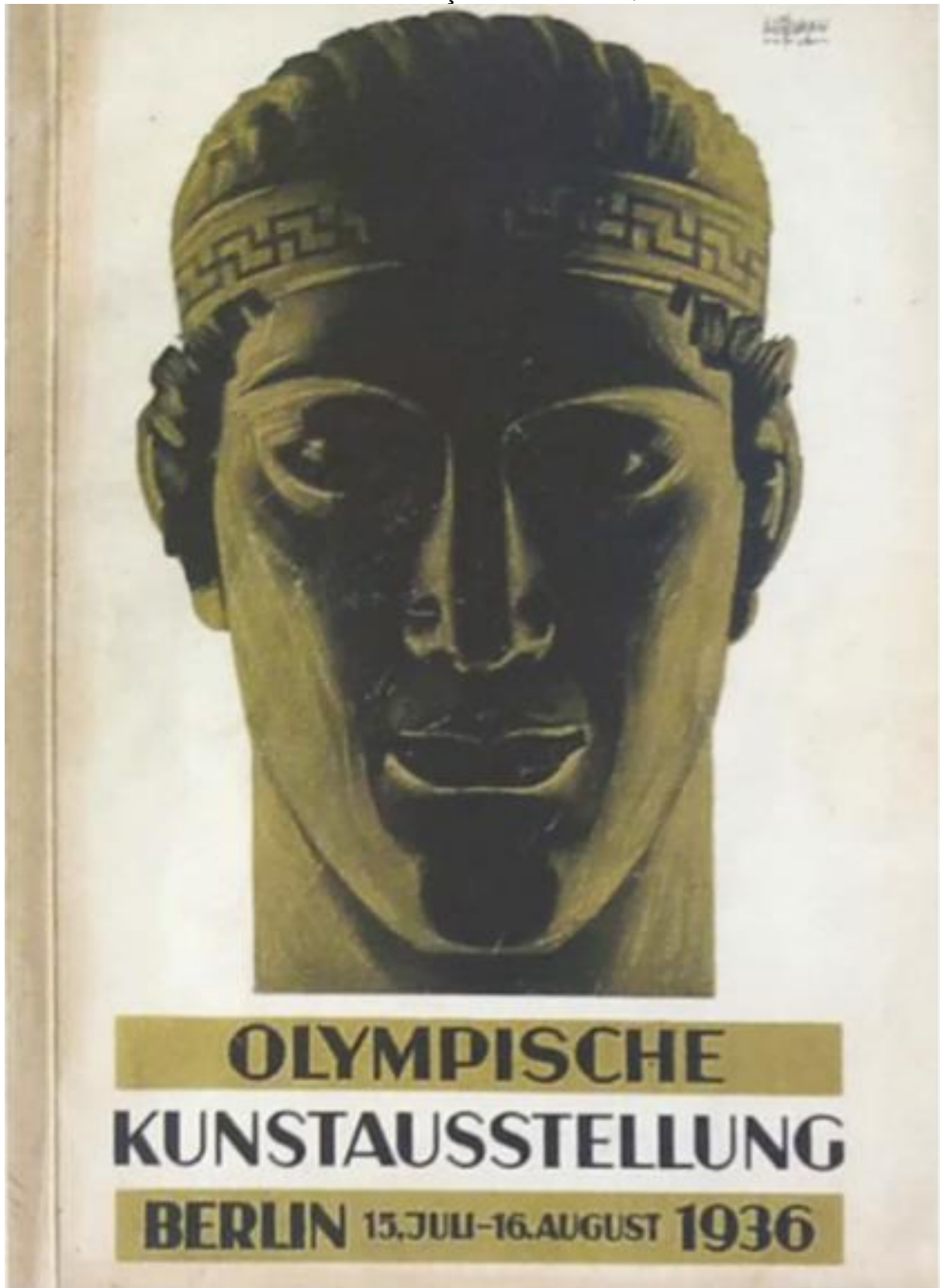
Ihr in Schlössern, ihr in Städten
 Welche schmücken unser Land,
 Ackersmann, der auf den Beeten
 Deutsche Frucht in Garben band,
 Traute deutsche Brüder höret
 Meine Worte alt und neu;
 Nimmer wird das Reich zerstört,
 Wenn ihr einig seyd und treu!

ANEXO B – PÔSTER PARA O PLEBISCITO DE 1934

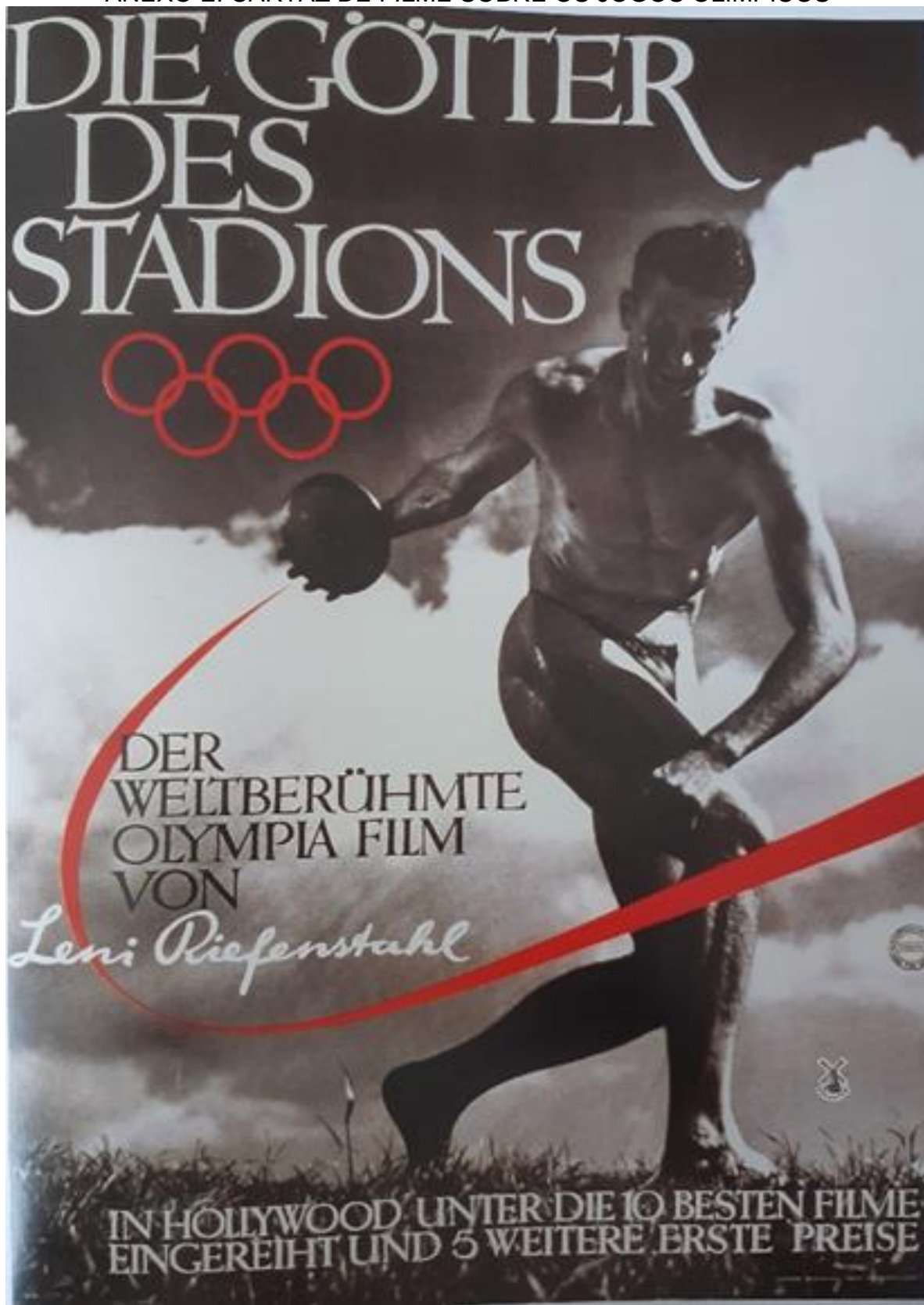


ANEXO C – MAPA DA REMILITARIZAÇÃO DA ALEMANHA





ANEXO E: CARTAZ DE FILME SOBRE OS JOGOS OLÍMPICOS



Fonte: Luckert; Bachrach (2011)





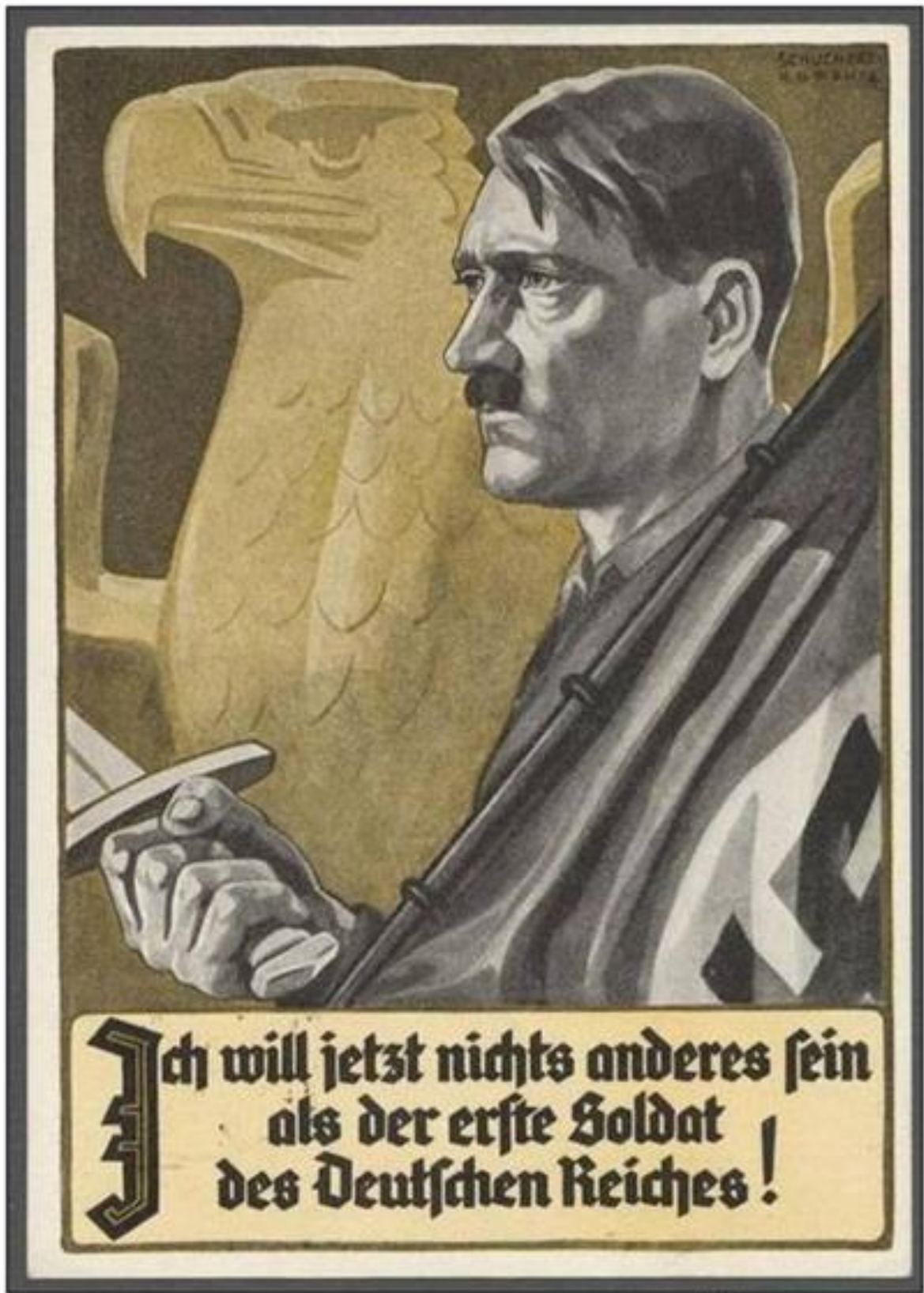
Fonte: <https://research.calvin.edu>

ANEXO H: CARTÃO-POSTAL DA CAMPANHA DO ANSCHLUSS



**13. MÄRZ 1938
EIN VOLK EIN REICH
EIN FÜHRER**





Gaertnerauk

www.delcampe.net

Fonte: <https://www.alamy.com>

ANEXO L: BANDEIRA DA *DEUTSCHER FRAUENARBEITSDIENST*

ANEXO M: CRACHÁ DE MEMBRO DA *DEUTCHES FRAUENWERKS*

Fonte: www.deutsche-digitale-bibliothek.de







Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale et universitaire de Strasbourg

Fonte: alamy.com

